Anuário 2025

fne

Federação Nacional da Educação

POR UMA CONVIVÊNCIA ESCOLAR POSITIVA

janeiro 2025

JANEIRO 2025

jornal fne

Federação Nacional da Educação



POR UMA CONVIVÊNCIA ESCOLAR **POSITIVA**

ÍNDICE

3 - 4
EDITORIAL

5 - 48
AÇÃO SINDICAL

49 - 55
COMUNICAÇÃO SOCIAL

56 - 57
PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

58 - 68
INTERNACIONAL

69
SAÚDE

FICHA TÉCNICA | JANEIRO 2025

Proprietário
Federação Nacional da Educação

Diretor
Pedro Barreiros

Produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro
Mário Jorge

Redação
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação
Rafael Marques

Sindicatos membros
- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS

FILIAÇÃO

EDITORIAL



O(s) desafio(s) da incerteza

Na Educação em Portugal persistem desafios complexos que exigem análise profunda e uma ação empenhada de todos os intervenientes. A FNE tem vindo a alertar para os problemas estruturais que persistem e que comprometem a qualidade da educação e o nosso futuro coletivo, não apenas no que toca aos Professores, mas também a todos os Profissionais da Educação.

A incerteza paira sobre a mesa de negociações do Estatuto da Carreira Docente (ECD). A enorme importância que a revisão do ECD pode ter na melhoria da atratividade da profissão docente cria um clima de apreensão e expectativa. As mudanças aceleradas no mundo, em áreas como tecnologia, economia e sociedade, tornam difícil prever o futuro da educação e, consequentemente, as necessidades da profissão docente nas próximas décadas.

Somos desafiados a encontrar as competências, habilitações e conhecimentos necessários para responder a um mundo em constante transformação e a forma como o Estatuto pode responder a essa necessidade de desenvolvimento profissional.

A forma como o desempenho docente é avaliado precisa ser revista à luz das novas realidades e desafios. Como garantir uma avaliação justa, que valorize a qualidade do ensino e motive os professores, neste contexto de incerteza e mudança constante?

A progressão na carreira docente precisa ser repensada para incentivar a formação contínua, a inovação pedagógica e o compromisso com a escola. Como conciliar a estabilidade e a segurança dos professores com a necessidade de adaptação e flexibilidade?

O envelhecimento do corpo docente é uma realidade que precisa ser considerada na negociação do Estatuto. Importa valorizar os docentes que estão em exercício por forma a garantir a sua continuidade e apoiar a mudança geracional que se prevê, bem como atrair jovens para a profissão e garantir a transmissão de conhecimento e experiência entre gerações.

A incerteza e a pressão sobre os professores e educadores têm aumentado, afetando a sua saúde e bem-estar. O Estatuto deve contemplar medidas que promovam melhores condições de trabalho, como a redução da burocracia, o aumento do tempo individual de trabalho e a clarificação das diversas componentes de trabalho.

Após o acordo histórico da recuperação do tempo de serviço, com o qual a FNE conseguiu repor justiça na progressão na carreira dos docentes, esta negociação do ECD deverá servir para garantir um desenvolvimento de carreira apelativo, mobilizador e condições de trabalho mais adequadas à necessidade de desenvolver processos de ensino e aprendizagem.

A negociação do ECD no atual contexto exige diálogo, flexibilidade e uma visão de curto, médio e longo prazo. É fundamental que o Ministério da Educação, Ciência e Inovação, as organizações sindicais e os professores se esforcem para construir um Estatuto da Carreira Docente que responda aos desafios do presente e prepare para os desafios do futuro.

A FNE reforça o seu compromisso na defesa de um Estatuto da Carreira Docente que valorize a profissão, promova a qualidade da educação e garanta um futuro promissor para as próximas gerações.

PEDRO BARREIROS
SECRETÁRIO-GERAL DA FNE



ECD (mobilidade):

FNE defendeu que distância não deve limitar a transferência dos docentes

O dia 17 de janeiro foi um dia preenchido no que a reuniões sobre a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) disse respeito. E foi assim que de manhã (mesa única) e de tarde (mesa FNE) foi discutido o regime de mobilidade por doença, que permite aos professores com patologias serem colocados em escolas perto de casa.

Pedro Barreiros, Secretário-Geral (SG) da FNE, no final das duas reuniões com o Ministério da Educação, considerou que a proposta do Governo para o regime de mobilidade por doença "tem aspetos positivos", mas defendeu também que a distância não deve limitar a transferência dos docentes.

"Seriam dispensáveis estas distâncias", sublinhou o SG da FNE, considerando que a mobilidade dos professores deve considerar, acima de tudo, as patologias em causa.

O MECI propôs reduzir "de 20 para 15 quilómetros a distância mínima entre o agrupamento de escolas de colocação e a sede do concelho de agrupamento de escolas de provimento como condição da mobilidade dos docentes".

Atualmente, podem solicitar a mobilidade por doença os professores colocados a mais de 20 quilómetros, em linha reta, em relação à morada de residência ou do prestador de cuidados de saúde, mas a sua colocação depende da capacidade de acolhimento definida pelas escolas e os docentes devem manter, pelo menos, seis horas de componente letiva.

Ainda assim, a FNE reconheceu melhorias na proposta apresentada pela tutela, em comparação com a proposta apresentada em julho, cujas negociações foram adiadas, depois de o ministro considerar que, por falta de consenso, seria necessária uma discussão mais alargada.

Pedro Barreiros considerou positivo que o regime mantenha a preferência aos "docentes portadores de doença incapacitante ou de filho menor ou equiparado em situação de monoparentalidade", ressalvando positivamente também que a capacidade de acolhimento das escolas passe a ser definida pela Direção-Geral da Administração Escolar (DGAE).

O novo regime deverá entrar em vigor já no próximo ano letivo, seguindo-se depois o debate, ainda sem calendário definido, das matérias relativas ao recrutamento, ingresso na carreira, formação e desenvolvimento profissional, condições de trabalho, revisão da carreira não revista e modelo de avaliação de desempenho docente.





Diploma de suplemento remuneratório para orientadores "com ligeiras melhorias"

A 30 de dezembro de 2024, a FNE fez chegar ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) um ofício com o pedido de negociação suplementar no âmbito das negociações de alteração do Decreto-Lei n.º 32-A/2023 e do Despacho que define as condições e o montante do suplemento remuneratório a atribuir aos orientadores cooperantes previsto na proposta de alteração ao Decreto-Lei n.º 79/2014, de 14 de maio, educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário.

E essa negociação suplementar aconteceu então já no novo ano, a 20 de janeiro de 2025, com o Vice-Secretário-Geral da FNE, Manuel Teodósio, a afirmar no balanço desta reunião "que esta era uma tentativa de melhoria dos conteúdos de ambos os diplomas. Um tinha a ver com os concursos e com a possibilidade de os professores de Ensino Português no Estrangeiro, EPE, cuja proposta da FNE pode vir a fazer parte do texto final, sendo que, relativamente ao tema dos professores contratados e à obrigatoriedade de concorrerem a um QZP limítrofe, a tutela manteve a posição inicial de não alteração".

Quanto ao diploma que visava contribuir para a solução do grave problema da falta de professores e que só é ultrapassável com a formação de novos docentes "este era um despacho que tinha que ver com a compensação para os orientadores cooperantes, que são necessários para a formação desses novos professores".

Nessa matéria, "existiam discrepâncias bastante grandes entre FNE e MECI. Não houve abertura por parte da tutela, sendo que a FNE considerava que devia existir redução de horário e compensação monetária para estes professores. O MECI mantém a redução horária, mas em números que não vão ao encontro da nossa proposta, assim como os valores monetários ficam aquém do que considerávamos justo".

A fechar, Manuel Teodósio deixou a mensagem de que "queríamos ter melhorado este diploma, de qualquer forma. Na situação atual estes mesmos professores não tinham redução horária e vão passar a ter e não tinham compensação e também passam a usufruir dela. Portanto há uma melhoria, mas fica longe daquilo que a FNE entende e que, por exemplo, acontece na Região Autónoma dos Açores e que era o que propúnhamos para alcançar uma situação semelhante. Por isso, enquanto existir espaço para negociação, a FNE esgotará todas essas possibilidades para melhorar esses diplomas".



FNE/STAAE'S questionam MECI sobre os Técnicos Especializados para Outras Funções (TEOF)

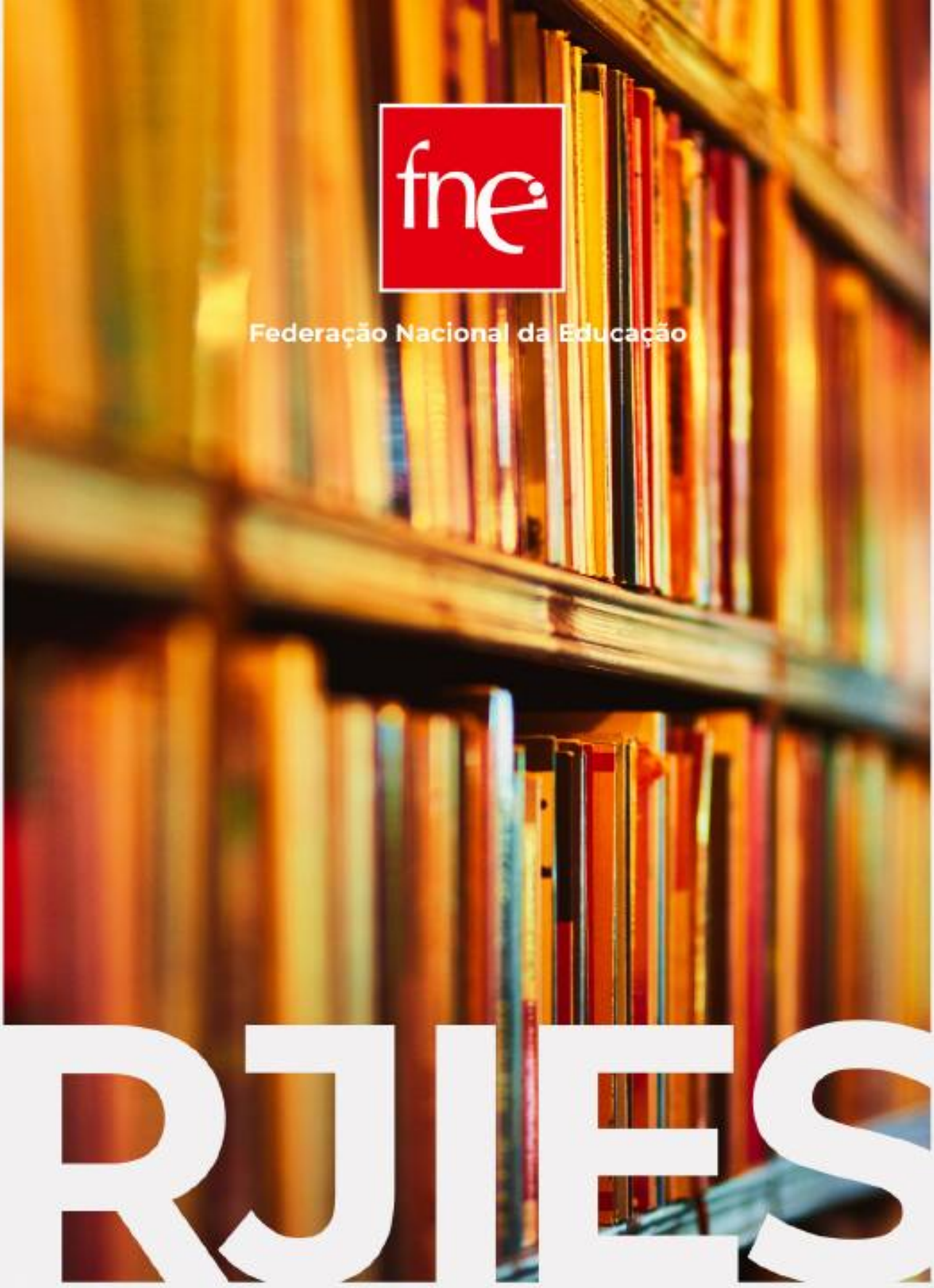
A Federação Nacional da Educação (FNE) fez chegar ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) um ofício com um conjunto de questões colocadas pelos Sindicatos dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação (STAAE'S), filiados na Federação.

Foram **16 as questões** colocadas à tutela no documento e entre elas destacam-se:

- Qual a razão de neste ano letivo 2024-2025, terem sido celebrados 3 tipos de contratos diferentes com os TEOF (Técnicos Especializados para Outras Funções): "Acordo de Renovação do Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Certo Resolutivo"; "Renovação do Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Certo Resolutivo" e "Acordo de Manutenção do Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Certo"?
- Os TEOF serão elegíveis para o procedimento concursal de vinculação independentemente do programa/ modalidade a que estão afetos (POCH/Pessoas 2030; PNPSE; Ministério da Educação)?
- Para efeitos de concurso contará o número de dias de serviço de forma a criar uma lista graduada dos TEOF?
- Será valorizado o facto de os TEOF que estão em agrupamentos de escolas há 6,7, 8 anos ou mais terem sido colocados com o objetivo de reforçar os Serviços de Psicologia e não como uma medida pontual e temporária?

A fechar, e em questão também colocada no ofício enviado, a FNE e os seus STAAE'S esperam que os critérios de um possível concurso de vinculação seja alvo com urgência de discussão/negociação com os sindicatos.

Desde 2021 que a FNE reivindica a resolução destes casos, para o qual importa ser garantido o encontro de uma solução para todos. É urgente e inadiável e por isso no último ano foram vários os ofícios com alertas e dúvidas enviados pela FNE ao MECI que reforçam as preocupações e dúvidas da Federação sobre o futuro e as condições de trabalho destes trabalhadores da educação, cuja situação está a causar um enorme mal-estar nas escolas.



Federação Nacional da Educação

RJIES

REGIME JURÍDICO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Proposta FNE - 15 de janeiro 2025

www.fne.pt



FNE e MECI debateram revisão do RJIES

José Luís Abrantes, Secretário-Geral Adjunto da FNE, fez o resumo da reunião com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação, relativa à apresentação e discussão da proposta de revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES).

As eleições diretas para os cargos de reitor e presidente foram uma das novidades propostas pelo Governo no âmbito da revisão do RJIES, na reunião realizada a 9 de janeiro de 2025 e que respondem às reivindicações da FNE para melhorar o funcionamento democrático das universidades e politécnicos.

De acordo com a proposta do Governo, também os ex-alunos poderão participar nas votações e a FNE, não sendo contrária à participação dos ex-alunos, entende que o voto dos docentes deveria ter um peso maior.

Outra das alterações previstas é a aproximação entre os subsistemas universitário e politécnico, mantendo o sistema mais binário, que passaria, no entanto, a ser mais flexível, e o reforço da autonomia das instituições, incluindo a possibilidade de se organizarem em consórcios.



Sobre este tema, a FNE afirmou que "o regime tem aspetos positivos, pois adapta-se à realidade das instituições de ensino superior, mas há aspetos a ponderar tendo em conta a possibilidade de criar uma terceira tipologia além dos politécnicos e universidades: as universidades politécnicas".

A FNE defendeu também que o RJIES deveria dar algum tipo de resposta ao problema da precariedade, prevendo limitações para o número de docentes e investigadores com contratos a termo certo que as instituições podem empregar.

Proposta FNE sobre revisão do RJIES

E na tarde de 15 de janeiro, a FNE fez chegar ao MECI as suas propostas relativas à alteração legislativa apresentada pela tutela sobre a revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES).

A FNE reitera o seu compromisso em colaborar na elaboração de um regime jurídico que garanta qualidade, equidade e flexibilidade no ensino superior português. Crê a FNE que o diálogo e a negociação são essenciais para obter soluções abrangentes e equitativas.

FNE na AR para a Comissão de Educação e Ciência

O Vice Secretário-Geral da FNE, José Manuel Cordeiro, esteve presente na Assembleia da República a 21 de janeiro, na Comissão de Educação e Ciência para a Conferência: Valorização da carreira docente do ensino superior.

Veja e oiça aqui as duas intervenções do dirigente da FNE





Reunião exploratória com o MECI sobre carreira docente no Superior

A FNE reuniu com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) a 22 de janeiro, em Lisboa, num encontro que contou com os seguintes pontos na ordem de trabalhos:

1. Progressões nas Instituições de Ensino Superior;
2. Carreiras docente e de investigação;
3. Outros assuntos relativos ao Ensino Superior;

José Luís Abrantes, Secretário-geral Adjunto da FNE, fez o balanço de "uma reunião que foi sobretudo exploratória sobre o tema do Estatuto da Carreira Docente e as progressões e dentro disso, existe a ideia que a FNE sempre defendeu de que o ECD devia ser único no sistema de ensino superior. Acreditamos que existe da parte da tutela a abertura para levar em frente esta ideia do ECD único o que vemos como positivo".

O SG Adjunto da FNE disse ainda aos jornalistas presentes à saída que "a FNE defende um teto máximo de horas, nomeadamente de leccionação e também foi debatido o tema das progressões. Neste momento as matérias dependem da forma como ECD for elaborado, mas há uma matéria que nos preocupa, que é a da progressão por pontos e que não está a ser tida em conta neste momento. Por agora só existe progressão quando existem dois triénios com excelente de avaliação. Isso pode ser alterado com um despacho do governo que permitirá às instituições poderem fazer progredir os seus docentes dentro do mesmo nível".

Sobre a precariedade "é um tema permanente e a FNE defende um número máximo de contratações de pessoas convidadas que em nosso entender nunca deveria ser superior a 20%. Por outro lado a FNE tem feito chegar à tutela a ideia da proibição e criminalização do trabalho não remunerado nas instituições de ensino superior.

Essa é uma bandeira que a FNE tem defendido e vai manter com muita convicção", afirmou, fechando com a informação de que "a próxima reunião poderá ser sobre o RJIES".

Relembramos que a FNE, no seu Plano de Ação 2023-2027, considera que o ensino superior e a investigação constituem elementos essenciais na promoção de uma educação de qualidade, pelo que lhe devem ser asseguradas condições de funcionamento, através de financiamento adequado.

Esta importância do ensino superior assume ainda particular relevância no que diz respeito à sua intervenção na formação inicial dos docentes e nos processos de investigação que promovem sobre a educação.



DIA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO

WEBINÁRIO 24 JANEIRO 2025 17H00-18H30

aFIeT

fne www.fne.pt

Que futuros para a Educação?

ORADORES



Paulo Santiago
Direção da Educação e Competências da OCDE



Margarida Mano
Vice-Reitora da Universidade Católica Portuguesa





Dia Internacional da Educação: Cuidar dos futuros da educação

A FNE e a AFIET promoveram na tarde de 24 de janeiro de 2025, o webinário "Que futuros para a Educação?", com Margarida Mano (Vice-Reitora da Universidade Católica Portuguesa) e Paulo Santiago (Direção da Educação e Competências da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), como oradores convidados e Joaquim Santos, Secretário Nacional da FNE que, por imprevisto de última hora, substituiu José Manuel Cordeiro, Vice Secretário-Geral da FNE, como moderador.

Englobado nas celebrações mundiais do VII Dia Internacional da Educação, esta conferência online permitiu a todos os participantes conhecerem as visões dos dois oradores relativamente aos caminhos dos futuros da educação. Se para Margarida Mano "não haverá educação de futuro sem bases de conhecimento", para Paulo Santiago "é preciso lutar para termos bons docentes nas escolas e um adequado investimento público associado".

O representante da OCDE, que participou via zoom em direto de Paris, abriu o debate centrando-se nos desafios e prioridades na perspetiva da sua organização para a transformação educativa.

Paulo Santiago apontou então na direção de três pontos: contexto, desafio educacional e desafios e prioridades para a transformação educativa, num trabalho que é baseado em evidências reunidas na base de dados da OCDE.

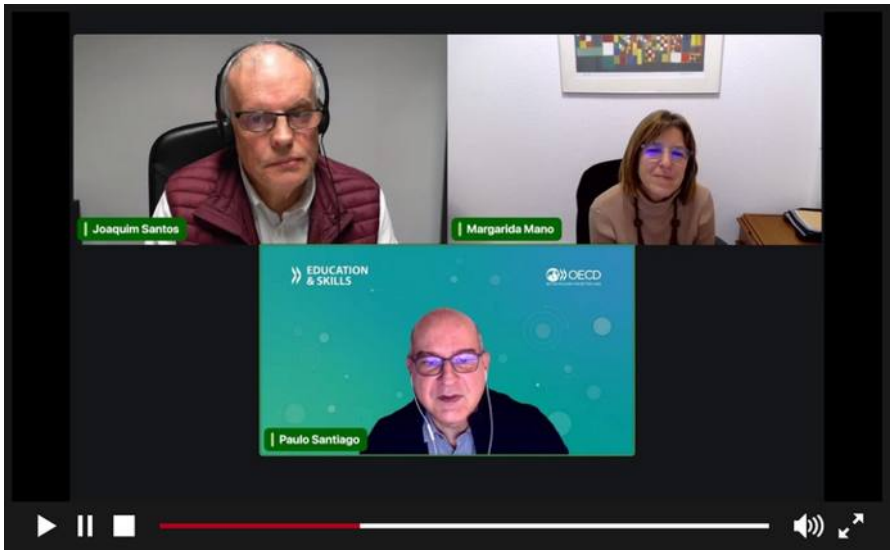
"O mundo em que vivemos, permanentemente em mudança condiciona o que os sistemas de ensino têm para desenvolver nos alunos, mas também em tudo o que são aprendizagens ao longo da vida", sublinhou, acrescentando uma análise com base em resultados do PISA 2022 relativa aos gastos com educação, assim como formas de garantir a relevância dos sistemas educativos.

A distração por dispositivos nas aulas de matemática, um tema muito em voga em Portugal nos tempos que correm, foi analisado e compreendido que a utilização digital por além de quatro horas nas escolas começa a provocar resultados negativos no desempenho dos alunos.

Ainda no capítulo das mudanças sociais, Paulo Santiago referiu as bases para responder à diversidade dos alunos, assim como formas de compensar a desvantagem educativa.

Portugal foi ainda assinalado, na apresentação de Paulo Santiago, como um dos países onde a escassez de recursos humanos e pedagógicos nas escolas apresenta grandes desafios para os alunos com níveis socioeconómicos mais baixos, apesar de não ser dos piores nesse ponto. Os recursos digitais foram ali um foco na apresentação de Santiago, que apontou ainda o facto de as escolas desfavorecidas terem maior falta de recursos digitais.

O desenvolvimento de capacidades em cada agente educativo e a promoção do profissionalismo docente foram outros dos aspetos analisados. A fechar ficou a nota de que os alunos vão ficando cada vez mais até ao fim da escolaridade obrigatória, algo que se reflete na proporção de jovens sem diploma no ensino secundário. Quanto à Inteligência Artificial (IA), Paulo Santiago é de opinião de que ela tanto pode unir como separar, dependendo da nossa capacidade humana dela retirar o melhor que nos pode dar.



Não haverá educação de futuro sem bases de conhecimento

Margarida Mano começou por dizer no seu espaço que "a educação para o futuro é uma educação ao nível das políticas públicas, como ficou traduzido por Paulo Santiago, das direções, das lideranças, na sala de aula, na relação dos professores com alunos". A Vice-Reitora da Universidade Católica deixou vários reptos no lançamento da sua apresentação tais como "devemos construir vários futuros para a educação? ou devemos escolher um de vários futuros para a educação?".

A ex-Ministra da Educação defendeu que "se queremos contribuir com políticas para um dos futuros políticos, acabamos na análise de cenários e a perspetivá-los no tempo". E depois de uma análise "histórica" sobre os avanços e recuos do sistema educativo no século XX e já XXI abordou o futuro para as escolas e escolaridade, para os professores e ensino e para a governação da educação, abrindo vários cenários relativos aos temas.

"A escola de hoje pode ser muito diferente da escola daqui a 20 anos, principalmente pelo impacto da tecnologia", sustentou Margarida Mano, acrescentando que "há muitos cenários feitos que podem ajudar os políticos, sindicatos, professores nas salas de aula" e que "a tecnologia vai ser uma aliada poderosa, mas exige inclusão, assim como a educação terá de ser um motor da igualdade e sustentabilidade".

O Dia Internacional da Educação "tem subjacente a ideia de que o planeta precisa ser cuidado, mas também refletir sobre sermos uma comunidade interdependente e que por isso não chega defender a educação no nosso 'cantinho', mas sim como um direito humano, como uma forma de garantir o desenvolvimento económico, ambiental e social do mundo, ideias que infelizmente são hoje em dia colocadas em causa por países importantes".

Também a IA foi tema para Margarida Mano, para quem esse instrumento "tem de preservar a autonomia humana num mundo de automação", acrescentando que "na próxima década as tecnologias podem alterar profundamente o setor da educação que com isso se deverá tornar mais acessível, mais baseada em dados, mais imersiva e apesar de mais automatizada não será menos humana".

Preparar as gerações para o futuro, com formação, autonomia, de uma forma humanista, socialmente justa, assente no conhecimento, serão fatores fundamentais de transformação na educação, segundo Margarida Mano.

O webinário fechou com um conjunto de questões colocadas pelos participantes e para as quais os oradores deixaram respostas que podem ver ou rever no vídeo completo desta iniciativa online, com que a FNE/AFIET mais uma vez marcaram este VII Dia Internacional da Educação.

OBSERVATÓRIO
CONVIVÊNCIA ESCOLAR

SEMANA DA CONVIVÊNCIA ESCOLAR

27 | 31 jan. 2025



Sessões de Sensibilização

PREVENÇÃO DO ALICIAMENTO SEXUAL ONLINE (GROOMING)

Alunos do 6.º ano

27 | 28

Organização: Associação para o Planeamento da Família Delegação Norte

Hora: 15.50h | Presencial



Sessões de Sensibilização

TODOS PINTAMOS CONTRA O BULLYING

Alunos do 1.º, 2.º e 3.º ciclos

Organização: Instituto de Apoio à Criança

Informações em:
www.todospintamoscontraobullying.com

28 a 31



Webinar

A IA E OS RISCOS DE VIOLÊNCIA NOS ESPAÇOS DIGITAIS

Organização: Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas

Hora: 18.00h | Online

28



Webinar

FAZ-TE OUVIR! UMA ABORDAGEM À PREVENÇÃO E COMBATE AO BULLYING ESCOLAR

Organização: Confederação Nacional das Associações de Pais

Hora: 21.00h | Online

29



Conferência

CONVIVÊNCIA ESCOLAR

Organização: Federação Nacional da Educação e Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho

Hora: 14.30h | Presencial

30



Seminário

NA ESCOLA APRENDER A CONVIVER

Organização: Observatório da Convivência Escolar

Hora: 14.00h | Presencial e Online

31

OBSERVATÓRIO DA CONVIVÊNCIA ESCOLAR
Rua Pereira Reis, n.º399
4200-448 Porto – Portugal
e-mail: geral@convivenciaescolar.pt

Tel.: (+351) 225 073 880
Horário: Seg. a Sex.
9.00h-12.30h e 14.30h-18.00h

www.convivenciaescolar.pt

Observatório da Convivência Escolar promoveu "Semana da convivência escolar"

O Observatório da Convivência Escolar fez chegar às escolas de todo o país um convite para que, entre os dias 27 e 31 de janeiro de 2025, se assinalasse a "Semana da Convivência Escolar".

Numa altura em que se torna essencial reforçar o trabalho que vem sendo feito no sentido de garantir que em todas as escolas se viva em saudável convivência, **o Observatório desafiou as escolas** a organizarem iniciativas que tenham por objetivo estimular os comportamentos e as atitudes que contribuem para um ambiente escolar positivo, solidário e culturalmente consciente, visando dessa forma um maior sucesso escolar por parte dos alunos.

Além do convite enviado às escolas, as sete entidades que constituem o Observatório da Convivência Escolar promoveram, elas próprias, durante essa semana, **iniciativas** de alto valor acrescentado que foram desde **sessões de sensibilização a conferências online** e que tiveram o seu culminar a 31 de janeiro, no Porto, no Auditório do Sindicatos dos Professores da Zona Norte (SPZN), com o **Seminário "Na escola aprender a conviver",** com a participação de elementos de todas as organizações que compõem o Observatório, além de outros oradores convidados.

As escolas são genericamente, e devem ser estimuladas a continuar a ser, ambientes de trabalho positivos e seguros de ensino e aprendizagem, de cidadania e de democracia e nesse sentido entende-se que importa fortalecer as ações que em muitas circunstâncias vão sendo por elas realizadas com aqueles objetivos.

O Observatório da Convivência Escolar também apelou a todas as escolas portuguesas que lhe fizessem chegar as boas práticas que foram, estão a ser ou virão a ser postas em prática, no âmbito da promoção de um clima escolar saudável.

O Observatório da Convivência Escolar é constituído pela FNE – Federação Nacional da Educação, a AFIET - Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho, CONFAP – Confederação Nacional das Associações de Pais, ANDAEP – Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas, Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP), IAC - Instituto de Apoio à Criança e APF – Associação para o Planeamento da Família.

Conferência

Convivência Escolar



www.convivenciaescolar.pt

Auditório do Agrupamento de Escolas
Alberto Sampaio.

Rua Álvaro Carneiro
Praceta Fernando Pessoa
4715-086 Braga

30 JAN 2025

14:30
17:30

APOIO

Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio AESAS

SINDICATO PROFESSORES ZONA NORTE

ORGANIZAÇÃO

fne Federação Nacional da Educação

aFIeT



Conferência de Braga da Convivência Escolar: Só a escola não chega

Sim a uma boa convivência e organização escolar, sim a um apoio total a alunos estrangeiros, a uma formação contínua autónoma, sem espartilhos financeiros e construída com flexibilidade crítica sobre as práticas letivas. Mas na equação, jamais podemos esquecer o que incomoda e inquieta a classe docente. João Carlos Major deu o mote: a escola é um instrumento por excelência de humanização, mas precisamos de ter professores humanizados. E depois, cada um de nós faz a diferença, mas temos que fazer a diferença para nós mesmos.

Este poderia ser o sumário da conferência FNE/AFIET sobre a "Convivência Escolar", que decorreu na tarde de 30 de janeiro de 2025 no Auditório do Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio (AESAS), em Braga. O evento inscreveu-se no âmbito da "Semana da Convivência Escolar", organizada entre 27 e 31 de janeiro pelo Observatório da Convivência Escolar, do qual a FNE e a AFIET são partes integrantes.

A conferência proporcionou uma tarde proveitosa e merecidamente bem educativa de promoção de uma convivência escolar positiva, inclusiva e de respeito total pelas diversidades que convivem nos espaços e comunidades educativos.

O objetivo foi o da promoção e reflexão sobre uma boa convivência escolar, favorável às aprendizagens e aos grandes valores humanos, envolvendo todas as partes interessadas na educação, com vista a políticas públicas de qualidade. A sessão de abertura esteve a cargo de João Dias da Silva (Presidente da AFIET), João Andrade (Diretor do AESAS) e Carla Sepúlveda (Vereadora da Educação da C.M. Braga).

Coube ao Presidente da AFIET, João Dias da Silva, iniciar a abertura da conferência com as seguintes palavras: "A iniciativa de constituição deste Observatório surgiu da necessidade de insistir no princípio de que na qualidade das aprendizagens interferem significativamente a boa qualidade das relações interpessoais no espaço escolar, o respeito mútuo entre todos os membros da comunidade educativa, uma expetativa elevada em relação ao efeito do empenho escolar dos alunos para o seu desenvolvimento enquanto pessoas e cidadãos, o envolvimento de todos os atores na definição da atividade e das regras de cada escola".

Perante um auditório muito atento, o líder da AFIET continuou: "Não podemos ignorar que tem havido circunstâncias várias em que nas nossas escolas e ao seu redor se registam incidentes, uns mais graves do que outros, uns mais visíveis do que outros, e que se traduzem em comportamentos perturbadores do processo de ensino-aprendizagem, em faltas de respeito, em agressões, físicas e verbais, em bullying e em ciberbullying".

Independentemente da sua exata dimensão estatística – difícil de medir por várias razões -, "estes factos não nos deixam indiferentes", sublinhou João Dias da Silva. "E não nos podem deixar indiferentes, porque conhecemos os estudos que têm sido desenvolvidos sobre o efeito da indisciplina em sala de aula sobre a qualidade do desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem. Porque conhecemos os estudos sobre os efeitos das desigualdades sociais e da pobreza nos comportamentos dos alunos e sobre os seus percursos escolares. Porque conhecemos os resultados da investigação que se vai fazendo sobre a indisciplina e a violência em contexto escolar, as suas origens e os seus efeitos".

Neste âmbito, realçou, o Observatório pretende constituir um contributo ativo para que cresça e se fortaleça a boa qualidade da convivência escolar, o que as sete organizações que o promovem fazem com o maior empenho, nomeadamente através do sítio web https://convivenciaescolar.pt/



Respeitar a diversidade

“Queremos que este sítio constitua um repositório de boas práticas, não para que sejam copiadas, mas para que sejam conhecidas e delas extraídas sugestões e ideias que possam alimentar novas experiências e novas respostas a problemas que venham a ser identificados”, notou João Dias da Silva.

“Por outro lado”, prosseguiu, “o Observatório tem procurado constituir um mecanismo de apoio para que nos sejam relatadas situações de violação da desejada boa convivência escolar, havendo no nosso sítio web um espaço para que possam ser apresentadas situações concretas ocorridas nas nossas escolas e que, numas circunstâncias, nos permitem proporcionar algum apoio específico e noutras circunstâncias, aumentam o nosso conhecimento sobre o que acontece nas escolas” - mas fora dos frios números das estatísticas que categorizam situações diversas, que não permitem o conhecimento da realidade crua das ocorrências.

A finalizar a sua intervenção, João Dias da Silva delimitou o espaço de promoção e reflexão desta Conferência, realçando que se realizava sob o lema da qualidade da convivência escolar, a qual é efeito de múltiplos fatores, internos e externos à escola: “É perante essa complexidade que entendemos hoje e aqui fazer uma escolha e fazer incidir a nossa atenção sobre a ideia de que na escola se aprende a boa convivência e que ela decorre também da própria organização escolar, por um lado, como da formação inicial e continua de docentes e de trabalhadores de apoio educativo. É o desafio que hoje trazemos nesta iniciativa”.

João Andrade sintetizou a sua breve intervenção à volta do tema da escola como um espaço de turbulência, daí o imperativo da promoção e reflexão sobre a boa convivência escolar e na sociedade em geral. Por sua vez, a Vereadora da Educação Carla Sepúlveda sentiu-se muito bem por estar sentada no auditório da escola onde tinha sido aluna durante alguns anos. A responsável municipal refletiu sobre como construir práticas mais inclusivas, num espaço por excelência de formação humana. “A convivência e o respeito pela diversidade são pilares essenciais. Também o são as competências transversais como o respeito, a colaboração, o trabalho colaborativo em equipa”.

Para Carla Sepúlveda, o bullying e o preconceito podem ser causas de conflitos. Por isso, a comunidade escolar necessita de mediadores de conflitos para resolver as diferenças de forma pacífica. O envolvimento dos pais é cada vez mais presente, o que é muito positivo. Assim como uma boa rede escola, família, comunidade.

“Os projetos sobre competências pessoais e emocionais e a capacitação dos recursos humanos é fundamental”, sublinhou. “O município de Braga está atento aos aspetos da convivência escolar. Estamos a construir um futuro melhor para todos. O objetivo é o de transformar esse futuro num espaço de mudanças que levem a uma convivência de qualidade. Um futuro mais empático e mais inclusivo para todos. Os organizadores estão de parabéns por esta iniciativa”.



Três painéis relacionais

A conferência desenvolveu-se a partir de um triângulo de relações, cada um constituído num painel: diretores escolares, diretoras de centros de formação e uma "visão do interior". O primeiro painel, "Direções Escolares: promover a Convivência", contou com a participação de quatro diretores: João Andrade, João Manuel Graça (ES Vila Verde), Paulo Jorge Antunes (AE Maximinos - Braga) e Maria de Jesus Teixeira Carvalho (AE Virgínia Moura – Guimarães), com moderação de Pedro Brandão (FNE).

Este primeiro painel trouxe-nos quatro casos exemplares de como as escolas portuguesas estão empenhadas na promoção e reflexão sobre as temáticas da boa convivência escolar, num contexto de enorme diversidade de alunos, culturas e línguas, inseridas num ambiente educativo nacional centralizador, de uma curta autonomia, cheio de desafios na profissão docente, de transferência de competências e de anseios por um financiamento público da educação mais acentuado, face às necessidades.

João Andrade, diretor do AE Alberto Sampaio, um dos maiores do país, notou que a convivência escolar é fundamental, porque a sociedade tem de aprender a conviver: "Soubemos reagir historicamente aos desafios da convivência, do saber conviver, do saber ouvir os outros. Saber conviver tem vários aspetos. Nós abrimos as portas e precisamos de quem vem de outros países.

Somos um povo de diáspora, não aceitamos a intolerância, nem na escola, nem na sociedade".

João Andrade realçou que a convivência tem que ser assente em valores, sempre com respeito pela identidade do outro. Em sua opinião, os atentados à identidade do outro não podem ser ambiguidades. A convivência escolar "tem que ser uma construção permanente de todos, pois criar e gerir relações é crucial".

João Graça da ES de Vila Verde sublinhou que o aluno tem que criar identidade ao espaço social e que é um imperativo criar o sentimento de pertença dos alunos à escola, o seu ecossistema. Aquilo que a OCDE chama de agência do aluno. E deu um exemplo: "Pela sugestão de uma aluna, pusemos o bar da escola a funcionar como o Mcdonald's. Os alunos aderiram, as coisas começaram a fluir. A convivência tem muito que ver com o espaço físico. Por isso, temos que humanizar a estrutura física em função dos interesses dos alunos. Ter espaços formativos virados para os alunos no ensino básico é igualmente imprescindível".

João Graça afirmou que tinham problemas de convivência com os alunos que vinham do básico. Foi então que a sua escola decidiu criar um plano de inovação arrojado: "Criámos quatro disciplinas agregadoras para um melhor ambiente de aprendizagem. Trabalhámos o cruzamento das aprendizagens essenciais, numa lógica de ciclo. Surgiram novas dinâmicas de sala de aula numa lógica de grupo, de projeto, em vez de numa lógica de autocarro". Os grupos passaram a ser dinâmicos, melhorou a convivência escolar e os resultados também.

No seguimento, a ES de Vila Verde passou a ter uma figura de coordenador de ano, em vez de diretores de turma. Os tutores tiveram um grande impacto nas relações de proximidade com as famílias e com os alunos. "Exigem-se novas competências aos alunos. Apostámos num projeto chamado COOPERA, com ambientes mais inclusivos, atrativos para os alunos. Diminuímos os conflitos. Cada sala tem quatro, cinco, grupos, com novos desafios de aprendizagem. Cada aluno contribui e é responsável por um problema. Há aqui uma denotada responsabilização".

Nas palavras deste diretor, o projeto COOPERA melhorou a aprendizagem na sala de aula e foi uma aposta ganha: "Não somos perfeitos, mas não temos medo do erro", finalizou.





Gerir a autonomia como gerimos as nossas casas

Por sua vez, Paulo Antunes, diretor do AE de Maximinos, começou por notar que "somos uma escola TEIP, com uma conotação negativa, e o trabalho é duro, mas parece diamante. Temos soluções boas, mas é difícil mobilizar as pessoas, porque as portas do metro abrem e fecham rapidamente. Temos uma cultura de inclusão. Aqui está sempre a entrar gente. A minha escola tem 31% de alunos estrangeiros, com todos os desafios do Português Língua Não Materna e a necessária adaptação ao meio escolar".

Paulo Antunes afirma com convicção que a "mediação intercultural é fundamental, assim como o respeito entre culturas. Temos 1.700 alunos e precisamos de mais técnicos. Fazemos ações de sensibilização de vária índole. A Escola Segura, a intervenção da Cruz Vermelha e da Cáritas têm sido grandes parceiros. Optamos por metodologias que respeitam a convivência, a mentoria, o trabalho cooperativo também no digital. Temos que saber resolver problemas de forma colaborativa. Por isso, apostamos nos clubes e nas parcerias".

A escola de Maximinos incentiva prestações cívicas e valoriza a educação para a cidadania: "Temos uma educadora social excelente e damos voz aos alunos. O desenvolvimento da comunidade é muito importante. É preciso uma rede de colaboração. Só a escola não chega. Dentro deste espírito temos o Chá com Pais. Todas estas ações reduzem o absentismo e o abandono escolar. Este ano só tivemos o abandono de uma aluna de etnia cigana. Melhorar o clima escolar é preciso. Somos um espaço seguro. A nossa avaliação externa enfatizou estes aspetos".

Para Paulo Antunes, numa cultura de respeito e inclusão, o bem-estar dos docentes, dos trabalhadores não docentes e o trabalho cooperativo com a comunidade são funções vitais. Mas contrapõe: "Os recursos humanos são uma prioridade e só fazer estudos não chega. O nosso sistema educativo está formatado para os exames, e isso só dificulta a equação".

Maria de Jesus Carvalho é a diretora do AE Virgínia Moura, de Guimarães, uma escola rural, a mais afastada do concelho, com um grande convívio com alunos migrantes: "Temos 114 alunos de 15, 16 nacionalidades. Na maioria do Bangladesh e do Nepal. Suas famílias trabalham em Moreira de Cónegos. O aluno estrangeiro não é um problema, não é um constrangimento, mas um desafio. O lema da minha escola é 'Sejam felizes, venham para a escola'. Todos os imigrantes trazem uma bagagem única. E nós queremos integrar a cultura deles na escola. É curioso que, tendo cultos diversos, todos os alunos imigrantes estão inscritos em Religião e Moral. A Festa de Natal passou a ser em janeiro, e os alunos apresentam as suas músicas e as suas danças tradicionais".

Maria de Jesus Carvalho realça que a sua escola tem um ensino bilingue (Português – Inglês) e que os pais veem sempre à escola com tradutor. "Os jovens sentem-se felizes na escola. Nunca tivemos um processo disciplinar com eles. O reforço de língua é muito social. Temos guiões de acolhimento em várias línguas, um deles explicativo do sistema educativo português. Depois das aulas os pais visitam a escola e sentam-se na cadeira das salas de aula dos filhos. Os pais conhecem bem os espaços da escola dos filhos e na semana da diversidade cozinham pratos das suas culinárias na escola".

Outra prática de louvar são As Cartas do Mundo: "Os alunos escrevem cartas a alunos de outras escolas, da mesma língua ou de línguas diferentes".

De um modo geral, os diretores confessaram que o nível de autonomia condiciona bastante a ação nas suas escolas. Poderiam até ter melhores resultados, mas não pedem um estatuto do aluno que seja coercivo. Falaram da gravidade da falta de professores e Paulo Antunes até se considerou um professor raro, por ser de geografia: "O estatuto do aluno é muito burocrático", soltou. "E já agora dispenso a autonomia dos telemóveis", terminou. Todos concordaram que às escolas o que é das escolas, e ao Ministério da Educação o que é do Ministério.

Maria de Jesus Carvalho sublinhou, por sua vez, que "temos alguma autonomia e gerimos a autonomia como gerimos a nossa casa".



Viver num espartilho financeiro

O segundo painel foi dedicado ao tema "A Formação contínua: capacitar para saber lidar e prevenir", com a participação de Ana Paula Vilela (Centro de Formação Braga Sul), Maria Manuela Nunes (Centro de Formação Martins Sarmento) e Sandra Dias (Centro de Formação Profissional do SPZN), com moderação de Alexandre Dias (SPZN).

Ana Paula Vilela afirmou que é crença nacional que a formação contínua é a panaceia para todos os males, o que não é certo. A formação contínua é imprescindível para a profissão docente. A diretora do Centro de Formação de Braga Sul apresentou uma perspetiva histórica da formação desde a Lei de Bases do Sistema Educativo e falou dos constrangimentos até aos nossos dias. Sobretudo do malefício da ligação da formação à progressão na carreira, que sempre inquinou o processo e passou logo a ser o mal de todos os males, e o facto de 50% da formação ser imposta às escolas.

"Até 2006 a maioria das ofertas eram cursos de formação e depois começámos a ter oficinas de formação, com o benefício de aplicação na sala de aula. Quanto aos atuais Centros de Formação de Agrupamentos Escolares (CFAE) estão cercados de novos problemas e novos constrangimentos, entre eles a falta de autonomia pedagógica e financeira e limitações várias relativas à participação dos próprios formadores".

Em 2016, o Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar trouxe uma renovação positiva. Ana Paula Vilela acredita numa formação que favoreça a convivência escolar e que seja construída com flexibilidade crítica sobre as práticas letivas, como defende António Nóvoa. Os docentes precisam de uma boa formação contínua ao longo da vida para enfrentar os desafios da profissão e da carreira docentes. Para o demonstrar, serviu-se dos resultados do TIMMS, do PIACC e do Estado da Educação, do CNE.

Para Ana Paula Vilela, “não há carência de formação, há preferências”. Para ela, uma coisa é certa: “Sou contra os MOOC, pois deixamos de ter uma formação de proximidade”.

Nas palavras de Maria Manuela Nunes, não pode ser diretor de escola quem quer e o diretor tem que assumir a convivência: “Tem que haver formação para o cargo de diretor, assim como para as equipas à sua volta. Temos que conhecer muito bem a realidade das nossas escolas, mas algumas têm alergia aos números”.

Em sua opinião, a formação de professores não resolve desafios nenhuns, pois é indispensável um plano estruturado a nível nacional: “Temos que ter uma monitorização dos problemas, com metas definidas. Os professores são mais necessários dentro das salas de aula e a formação dos não docentes é muito importante. Por exemplo em casos de bullying. A formação contínua tem que mudar. Precisamos de mais autonomia, porque vivemos num espartilho da parte financeira”.

Maria Manuela Nunes é peremptória: “Tenho que ter meios para que um formador possa ir à escola ajudar os professores na implementação da formação. O pagamento à hora do formador é insuficiente e temos que acabar com a formação em horários indignos. Bastava uma tarde com esse fim”.

Sandra Dias citou Nélson Mandela e George Bernard Shaw para sublinhar o poder transformador da escola, empenhada e confrontada com um mundo melhor. Depois revelou que os docentes têm requisitado muitas formações relacionadas com alunos estrangeiros.



A diretora do Centro de Formação do SPZN defende que a formação deve ser estendida aos trabalhadores não docentes, aos alunos e aos pais. Em grande medida, a formação é crucial como pedagogia, aprendizagem, cidadania e como prevenção.

Sandra Dias recordou que o número de crimes em contexto escolar aumentou 30% em seis anos e lamentou a dificuldade de recrutar formadores em determinadas áreas. Outro constrangimento é o limite de 15 alunos em formações online. O limite poderia crescer até os 30 formandos. Urge, pois, reforçar a formação em áreas como a integração e a inclusão. Falando então da escola em que trabalha, lamentou que alunos de 30 nacionalidades apenas tenham direito a meio mediador (horário de 18 horas), o que é claramente insuficiente.

A finalizar este segundo painel, o moderador Alexandre Dias considerou que as escolas não estão preparadas para uma boa convivência escolar e que os professores sentem dificuldades e perdem a motivação. Neste contexto, “o Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua deveria dar mais importância a ações sobre a convivência escolar”.



Sempre houve violência gratuita

O terceiro painel da Conferência Convivência Escolar foi dedicado à "Visão externa do que se passa no "interior" e teve a participação do psicoterapeuta e académico João Carlos Major, com moderação de António Jorge Pinto (FNE). O especialista falou do stresse e burnout docente, que constituem um queimar-se até ao fim, uma vela que se queimou até ao fim. A sua mensagem principal foi que aquilo que o inquieta é a classe docente, a quem é preciso salvar a dignidade: "O que é que os incomoda, inquieta? O que fazem por ela?", perguntou-se.

A classe docente está a ser atacada de mil formas, os professores estão no limite emocional: "Como está a saúde mental da classe docente? Podemos falar em formação, sim, mas quem são esses que têm que dar as formações? Acolhemos os imigrantes, mas quem acolhe os professores, os seus problemas, os seus dramas, onde está a convivência? O que fazemos, em termos de convivialidade, com os docentes?"

O papel do psicólogo é o de estar na frente da batalha da educação. Os professores têm que ter competências emocionais. Para João Carlos Major, "estar emocionalmente inteiro é o que distingue o bom do mau professor. 'O meu aluno estava a falar e eu nem o estava a ouvir', disse-me um professor. Onde é que os professores têm apoio? Somos dos países da europa que mais consumimos psicotrópicos. Muitos são professores".

O especialista di-lo com experiência e convicção: "As questões dos filhos são as dos pais. A escola é um instrumento por excelência de humanização, mas precisamos de ter professores humanizados. Onde estão as ofertas sociais de acolhimento, de apoio, dos professores? Temos que mudar este paradigma". Para João Carlos Major, a A3ES matou a universidade: "Onde está a individualidade, o trabalho pela pessoa humana? Que psicólogo clínico posso ser se não me trabalhar? E o professor?"

Sobre um caso recente de violência sobre uma criança autista, o psicoterapeuta notou: “Sempre houve violência gratuita e sempre haverá. O ser humano é um bichinho. Já tivemos neuróticos e psicóticos. Hoje em dia temos muitos borderlines: pessoas em permanente dor, desequilíbrio, em descompensação. Os grandes guias estão hoje falidos. E não nos podemos escandalizar em demasia, sermos virgens ofendidas. O deputado das malas tem de ser tratado. Temos que ser integradores, psicológicos e sociológicos”.

Sobre os telemóveis considerou: “O que fazemos nas nossas casas e nos restaurantes? Muitas pessoas estão ressabiadas nas suas profissões. Temos que nos virar para a saúde mental e emocional da classe docente. O que nos faz sentir vivos, a vibrar na profissão docente? Isso transmite-se aos alunos. Cada um de nós faz a diferença, mas temos que fazer a diferença para nós mesmos. Se não dermos um passo atrás no telemóvel, não damos mais nenhum passo à frente. Há uma obrigação social de nos humanizarmos”.





Saber mudar

Coube ao Secretário-Geral (SG) da FNE, Pedro Barreiros, encerrar a conferência: "Dentro de nossas possibilidades, estamos a responder bem aos alunos imigrantes. E é importante saber dizer não. Nós não sabemos dizer não e todos temos aqui responsabilidades. Descobri uma frase hoje à tarde relacionada com um músico: 'Envelhecer é uma coisa extraordinária em que nos tornamos numa coisa que sempre deveríamos ter sido'. O Observatório da Convivência Escolar era um desejo antigo da FNE e da AFIET. Da intervenção de João Carlos Major retive três ideias: 1 - Todos; 2 - Estudos: Chega de estudos: importa é resolver as questões; 3 - Morremos".

O SG da FNE sublinhou que diariamente ouvíamos de professores a palavra desistir: "Espero que a chama que se acendeu junto de muitos, com a conquista dos anos congelados, e o futuro novo ECD tenham um efeito contrário na educação. Precisamos de uma boa formação contínua, de um tempo de trabalho digno e de saber dizer não. Também temos 78% de mulheres no setor. Temos que as saber valorizar: na escola, em família, na sociedade. Havia em tempos uma escola onde dava prazer estar, trabalhar, colaborar. Hoje quer-se fugir da escola. Antes, o que era meu era de todos. Mas hoje, a competitividade dilacera a profissão docente. Temos que saber mudar".

OBSERVATÓRIO
CONVIVÊNCIA ESCOLAR

SEMANA DA CONVIVÊNCIA ESCOLAR

27 | 31 jan. 2025



SEMINÁRIO HÍBRIDO

NA ESCOLA APRENDER A CONVIVER

INSCRIÇÃO *(presencial e via zoom)*

31 JAN

14h00m - 18h00m | Auditório do SPZN
Rua Costa Cabral,1035 – Porto

PROGRAMA

14h00m **Abertura da receção**

14h30m **Sessão de boas vindas**
João Dias da Silva – *Presidente da Direção da AFIET*

14h45m **As diversas vertentes da segurança escolar e a campanha "Não se aceita, ponto!"**
- João Miguel Gonçalves - *Diretor-Geral da DGEstE*
- Florbela Valente - *Subdiretora-Geral da DGEstE*
- Miguel Maio - *Diretor dos Serviços da Segurança Escolar da DGEstE*

Moderadora - Sandra Dias - *Diretora do Centro de Formação do SPZN*

15h45m ***coffee-break***

16h00m **Aprender a conviver no tempo e no espaço escolares**
José Matias Alves - *Universidade Católica*
Contributos de:
Maria João Cardoso | Mariana Carvalho | Álvaro Santos
Moderador - Joaquim Santos – *Secretário Nacional da FNE*

17h00m **Participação e envolvimento no Observatório da Convivência Escolar**
CONFAP | ANDAEP | OPP | IAC | APF
Moderadora - Isabel Arribança - *Membro da Direção da AFIET*

18h00m **Sessão de encerramento**
António Jorge Pinto - *Vice-Secretário-Geral da FNE*

OBSERVATÓRIO DA CONVIVÊNCIA ESCOLAR
Rua Pereira Reis, n.º399
4200-448 Porto – Portugal
e-mail: geral@convivenciaescolar.pt

Tel.: (+351) 225 073 880
Horário: Seg. a Sex.
9h00-12h30 e 14h30-18h00

www.convivenciaescolar.pt



Seminário “Na escola aprender a conviver”: Perguntar o que sentes, em vez do que sabes

O Observatório da Convivência Escolar promoveu, na tarde de 31 de janeiro de 2025, o Seminário "Na escola aprender a conviver". O evento decorreu no Auditório do Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN), no Porto, e marcou a conclusão da "Semana da Convivência Escolar", que aconteceu entre 27 e 31 de janeiro.

Este seminário visou a procura de respostas para alcançar ambientes de trabalho positivos e seguros de ensino e aprendizagem, de cidadania e de democracia nas escolas portuguesas e contou com vários oradores convidados, destacando-se as presenças de uma delegação da DGEstE (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares /Ministério da Educação), composta pelo Diretor-Geral João Miguel Gonçalves e Miguel Maio (Diretor dos Serviços da Segurança Escolar) e do Professor Doutor José Matias Alves, da Universidade Católica Portuguesa (UCP), assim como de representantes de organizações que constituem o Observatório da Convivência Escolar.

Mas coube a João Dias da Silva, Presidente da AFIET, dar as primeiras palavras desta iniciativa, que decorreu em formato híbrido (presencial e ZOOM), saudando os participantes presentes e os oradores convidados e apresentando os principais objetivos do Observatório da Convivência Escolar. Eles passam por desempenhar um papel crucial na promoção de ambientes escolares saudáveis e seguros através da monitorização e análise de situações, da pesquisa e estudos, assim como a disponibilização de uma plataforma e relatos para apoio a estruturas escolares e outros apoios como advocacia e sensibilização.

O Presidente da AFIET deixou ainda uma palavra relativa à "mensagem positiva retirada da Conferência da FNE/AFIET em Braga, realizada no dia anterior, em que foram apresentadas várias iniciativas de escolas locais para a boa convivência escolar. E o que o Observatório pretende é dar força a estas iniciativas, sempre num contexto positivo".

As crianças aprendem o que ouvem e o que veem

Seguiu-se depois o primeiro painel da tarde relativo aos temas "As diversas vertentes da segurança escolar" e a campanha "Não se aceita, ponto!" e que ficou a cargo de uma delegação da DGEstE com o seu Diretor-Geral João Miguel Gonçalves a ter a primeira palavra na apresentação. "As crianças aprendem o que ouvem e veem", começou por referir numa frase que marcou bastante esta conferência, acrescentando que, a seu ver, "sinto que não passa de forma correta para a população a tranquilidade que se vive nas escolas".

Para o Diretor-Geral da DGEstE "é fundamental garantir a inclusão nas escolas através de políticas educativas e construindo mais coisas em conjunto. Tem de haver mais pensamento de acordo com a conjuntura. É necessário apostarmos em mais dados e menos ruído. Há muito ruído que muitas vezes acaba por confundir tudo em vários setores educativos".

Para João Gonçalves, "é preciso olhar contra o pessimismo. Porque eu olho para trás no tempo e considero que estamos muito melhor que há 50 anos. E isso nota-se principalmente ao nível da descida nos números do abandono escolar". Quanto ao futuro, a tecnologia foi o foco "porque é a tecnologia que nos vai levar à mudança que andamos a resistir. Mas como já referi é preciso o envolvimento de todos os atores educativos: Professores, Pessoal de Apoio Educativo (PAE), alunos e pais".

Depois Miguel Maio (Diretor dos Serviços da Segurança Escolar) fez uma apresentação da campanha desenvolvida pela DGEstE "Não se aceita, ponto!", divulgada online e nas televisões. Depois da nota de que esta campanha somou mais de três milhões de visualizações na plataforma youtube, ficou uma referência a Sartre que dizia que "qualquer violência é sempre uma derrota", para justificar também a criação desta campanha que contou com várias parcerias ao nível de empresas públicas e privadas, também de embaixadores famosos para potenciarem o conteúdo. As ações futuras desta campanha passam por formações, webinários e ações com sustentabilidade.







Os professores têm de ser autores da sua profissão

Depois no segundo painel, "Aprender a conviver no tempo e no espaço escolares", com o Professor Doutor José Matias Alves, moderação de Joaquim Santos (FNE) e contributos de Maria João Cardoso (FNE), Mariana Carvalho (CONFAP – Confederação Nacional de Associações de Pais) e Álvaro Santos (ANDAEP - Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas), debateu-se principalmente em volta daquilo que o académico da UCP chamou de os cinco C'S: Comunicar, Comunicar, Comunicar, Comunicar e Comunicar.

Não, caro leitor(a) não nos enganámos. É propositado este reforço da ideia que José Matias Alves quis assinalar no debate, de forma a perceber-se a importância que a comunicação tem dentro e fora da sala de aula, para todos os intervenientes educativos.

Este painel contou ainda com perspetivas e questões colocadas por Maria João Cardoso relativas à forma como a inclusão e o relacionamento interpessoal toca nos problemas da convivência escolar, com Matias Alves a defender que "os professores têm de ser os autores da sua profissão. Têm de ter voz e fazer a diferença".

Mariana Carvalho expôs então a visão dos pais e aquilo que considerou como "reaprender a conviver após a pandemia, derrubando muros e proporcionando uma maior intervenção dos pais dentro da escola. E é necessário haver mais amor, menos punições e menos castigos. Assim como dar mais voz aos docentes, ao PAE e aos alunos também".

Já Álvaro Santos deixou que "é necessário criar uma cultura escolar para uma convivência positiva, com base na participação dos alunos", repetindo a ideia de que "as crianças aprendem o que vão vendo", lembrando ainda que "se deve proteger a escola para um convívio comum, porque é dentro das escolas que criamos as bases para uma qualidade na aprendizagem. E isso passa pelas lideranças nas escolas".

José Matias Alves em resposta deixou a ideia de que é preciso "uma escola mais humana, mais focada nas pessoas. As escolas são pessoas em interação e as lideranças estão focadas nas aprendizagens de todos o que são a escola: os alunos, PAE, professores, todos os que formam a comunidade educativa. Os líderes têm de agir numa lógica de comunicação, de reconhecimento e de fazer as pontes entre as partes que constituem algo que está sempre em construção".

Em sua opinião vivemos o paradoxo entre competição e relação, que constitui um grande desafio para a escola. Este paradoxo envolve professores e também os alunos: “Uma décima define o futuro de um aluno. Estamos a correr depressa de mais”. O professor e investigador evocou o relatório Jacques Delors de 1996 e o da UNESCO de 2021 para assinalar uma responsabilidade de Todos na Educação: “A comunidade educativa é uma construção permanente. Precisamos de vários tempos na educação. Um deles é o tempo de sermos humanos, de educar pessoas”.

José Matias Alves evocou os cinco Cês dos Jesuítas da Catalunha e a urgência, de que falava Rubem Alves, de descobrirmos como ensinar a compaixão.

Também Lobo Antunes confrontava a empatia com a compaixão. Este orador reforçou que é muito importante “ensinar as pessoas a serem compassivas e criativas”. E também perguntar ”o que sentes, em vez do que sabes”’. José Matias Alves sublinhou que vivemos um “isolamento existencial” e recordou a conhecida obra “A Escola ou a Guerra Civil”, do pedagogo Philippe Meirieu.

Em seguida, relembrou três práticas da educação de Roland Barthes: o ensino, a aprendizagem (o mestre) e a metáfora da maternagem, que vê a relação educativa como uma relação de afeto, incitamento e sedução. No entanto, José Matias Alves lembra que a educação é também uma prática de paternagem, uma vez que sem autoridade o projeto de fazer crescer o outro perde, em grande medida, o sentido.





Aumentar o rácio de PAE

O último painel teve a participação de três organizações envolvidas no Observatório da Convivência Escolar - CONFAP, ANDAEP e APF (Associação para o Planeamento da Família) - que fizeram uma apresentação de cada uma das entidades, assim como das iniciativas realizadas por cada uma ao longo desta Semana da Convivência Escolar.

De destacar as palavras de Filinto Lima, Presidente da ANDAEP, que defendeu algo comum a todos os oradores deste painel relativo ao objetivo do Observatório, “acima de tudo, divulgar boas práticas, permitindo perceber que as escolas públicas são seguras, mas que poderiam ser ainda mais, com a atualização da portaria de rácios relativa ao PAE, de forma a poder existir uma melhor adequação do número de alunos às diversas necessidades de inclusão, assim como ao maior números de alunos estrangeiros nas nossas escolas".

Esta iniciativa teve o seu encerramento a cargo de António Jorge Pinto (Vice-Secretário-Geral da FNE), que deixou palavras de ânimo para o futuro do Observatório da Convivência Escolar, tendo em conta o que as suas organizações (APF, IAC, ANDAEP, CONFAP, FNE e AFIET) produziram de 27 a 31 de janeiro, assinalando ainda que "o problema da convivência escolar envolve todos, estando todos convocados na sociedade para o resolver".



concurso nacional
2025



2024 | 2º Escalão - 1º Lugar
Turma Gualtar 9 do 4º ano
EB1 de Gualtar – AECA – Braga

Era uma vez... o 1º de maio

www.fne.pt



Lançada a edição de 2025 do concurso "Era Uma Vez... o 1º de Maio"

A FNE e os seus Sindicatos promovem a edição de 2025 do Concurso "Era Uma Vez... o 1º de Maio", desafiando alunos, educadores e professores de todo o país a apresentar trabalhos alusivos ao Dia do Trabalhador e assumindo como tema para a edição deste ano "VONTADE DE SER PROFESSOR".

A iniciativa, que reuniu ao longo das suas sucessivas edições milhares de trabalhos, visa compreender e explorar, de modo criativo e artístico, o significado do 1º de Maio, reconhecer a solidariedade como valor fundamental e contribuir para o desenvolvimento da criatividade e da cidadania.

O Concurso "Era uma vez... o 1º de Maio" é um grande contributo educativo da FNE para o tratamento, nas escolas, do tema do Mundo do Trabalho, que é um dos cinco domínios da Educação para a Cidadania, com aplicação opcional em qualquer ano de escolaridade, contribuindo para as áreas de competências definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

A primeira edição do Concurso "Era uma vez... o 1º de Maio" da FNE ocorreu em maio de 2003.

O regulamento do concurso pode ser consultado na página oficial e nas redes sociais da FNE e dos seus Sindicatos membros.

Consulte aqui o regulamento

O prometido fim da propina no EPE está por implementar legalmente

Depois de a 1 de dezembro de 2024 a Federação Nacional da Educação (FNE) e o Sindicato dos Professores das Comunidades Lusíadas (SPCL) - filiado na FNE - terem tornado pública a congratulação por finalmente, após 11 anos de lutas e protestos, se assistir ao fim da propina de 100 euros no Ensino Português no Estrangeiro (EPE), eis que a FNE/SPCL viram-se agora para a necessidade de alertar a tutela, através do envio de um ofício, para o facto de, até ao momento, o fim desta imposição ainda não ter sido implementado pela via legal.

A preocupação é tanto maior, uma vez que se aproxima a data de inscrições para os cursos de Português e, nada resultando do plano legal, o pagamento terá que ser efetuado por estes alunos das comunidades portuguesas, o que não é de todo desejável, nem um garante de uma educação inclusiva para todos.

Como a FNE já teve oportunidade de dar nota, verifica-se um acentuado decréscimo de alunos no EPE, diretamente relacionado com a obrigatoriedade de pagamento desta propina. Desde 2013 o número de alunos portugueses e lusodescendentes nas comunidades lusíadas desceu de 54.083 para 45.220 num único ano e em 2022/23 havia apenas 38.575 alunos no sistema, sendo de realçar a perda na Suíça de 12.000 para 7.094 alunos, em apenas 10 anos.

Consequentemente, assiste-se a uma diminuição de postos de trabalho de muitos docentes e de muitos sem garantia de continuidade, face a este acentuado decréscimo de alunos, ano após ano.

A FNE considera imperativo que seja revisto o Regime Jurídico do EPE para, que em definitivo, seja implementada esta medida, assim como outras que o SPCL tem vindo a reivindicar para os docentes no EPE, desde logo a tão desejada estabilidade laboral, com tabelas salariais atualizadas e subsídios negados.

Por isso impõe-se esta alteração ao regime jurídico do EPE de forma eficaz e adequada à atual conjuntura, no sentido de que, a breve trecho e ainda para o ano escolar de 2025/2026 que se avizinha, sejam prioritariamente abolidas as propinas, por injustas, de forma a evitar esta perda de alunos das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, que se relaciona em grande medida com a obrigatoriedade do pagamento da propina.

PERFIL DOS ALUNOS GERAÇÃO AZUL

DOCUMENTO ORIENTADOR



OCEANO AZUL
fundação

Oceano Azul cria documento orientador "Perfil dos alunos da Geração Azul"

Decorre atualmente um período de consulta dirigido a professores e a diversas entidades e organizações, promovido pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação, para identificar necessidades a incluir no processo em curso de revisão das atuais Aprendizagens Essenciais.

Esta é uma oportunidade única para que os temas do oceano sejam incorporados com maior expressão nas diversas AE, de todos os ciclos de ensino, para que o oceano possa ser abordado de forma transversal, de modo a aumentar a consciencialização das novas gerações, do quão interdisciplinar e complexa é a nossa relação com o oceano.

E neste contexto a **Fundação Oceano Azul** criou um documento orientador para as escolas de **"Perfil dos alunos Geração Azul"** que aprofunda o Princípio da Sustentabilidade do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Este documento colige elementos que orientem a adoção de um perfil de alunos – os Alunos Geração Azul – que no futuro beneficiem de um currículo escolar, no qual a literacia do oceano é uma componente fulcral. Ou seja, o que se pretende é integrar o oceano na educação formal, pelo que esta significa, ou mais concretamente pela importância crítica que tem para a nossa sobrevivência.



Como? Através da conceção, desenvolvimento e integração no currículo escolar, do designado New Blue Curriculum, como o que a IOC UNESCO apresentou, como meio de promover e incentivar a integração generalizada de literacia do oceano nos currículos escolares dos sistemas educativos dos seus Estados Membros.

Este documento visa, assim, definir princípios que estabeleçam uma visão que defina os Alunos Geração Azul à saída do sistema de ensino obrigatório, bem como delinear um conjunto de valores e de competências a adquirir. Destes princípios emana a visão. Dos valores, espera-se que potenciem traços de carácter, que por sua vez levem a condutas, atitudes e comportamentos.

Das competências espera-se que influenciem esses comportamentos, que venham a ser substanciados no conhecimento e na aprendizagem de uma cultura científica, de base humanística, e que sejam comportamentos informados, consistentes e capazes de mudar a realidade social e ambiental, gerando dessa forma os impactos concretos desejados.

Este documento explana o enquadramento desta iniciativa, enumerando os princípios, a visão, os valores e as competências que em conjunto definirão o perfil destes alunos, novos cidadãos e futuros decisores, os Alunos Geração Azul.

Esta é uma oportunidade para que Portugal incorpore mais os temas do oceano em todas as AE, posicionando-se como um dos primeiros países que aposta na inclusão da literacia do oceano no currículo, de acordo com as mais recentes orientações internacionais, das Nações Unidas e da União Europeia.

Consulte aqui a carta da Fundação aos Professores

Conheça o documento orientador do "Perfil dos alunos Geração Azul"







SDPSUL celebrou o 39º aniversário

O SDP Sul celebrou o seu 39.º aniversário com um Seminário, a 31 de janeiro de 2025, sobre o tema "Um bom Ambiente Escolar pode fazer a Diferença?", que decorreu no Évora Hotel, em Évora, seguindo-se um jantar comemorativo.

O Seminário teve como oradoras Ariana Cosme, Inspetora Geral da Educação e Ciência e Professora Doutora na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação na Universidade do Porto e Fátima Henriques Leal, Professora Auxiliar Convidada do Departamento de Psicologia da Universidade de Évora.

Na sessão de abertura foram abordadas pela Presidente do SDP Sul, Josefa Lopes e pelo Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros questões de natureza politico/sindical do momento, de valorização e dignificação da carreira docente.

Fundado a 31 de janeiro de 1986, o sindicato usa a sigla de SDPSul e abrange a área geográfica do Alentejo e Algarve. Tem sede em Évora e delegações em Faro, Beja e Portalegre. Após a sua criação tornou-se um dos sindicatos membros da Federação Nacional dos Sindicatos de Professores (FNSP) que, ao abranger em 1989 mais sindicatos ligados à educação, passou a designar-se Federação Nacional da Educação (FNE).

Enquanto sindicato membro da FNE, o SDPSul está sempre presente nas negociações ministeriais para defesa dos direitos e interesses dos profissionais da educação.

Atento às necessidades dos seus sócios, dedica uma parte relevante do seu trabalho à Formação Contínua de Professores, criando o seu Centro de Formação em 1993 (acreditado pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua), com uma larga oferta que vai ao encontro dos interesses e necessidades dos profissionais da educação.





Janeiro foi um mês repleto de intervenções públicas relativas a vários temas da atualidade sindical. No seguimento de diversas perguntas colocadas pela comunicação social, o Secretário-Geral da FNE RESPONDE:

1.A FNE foi a primeira Organização Sindical a assinar o acordo de negociação com o Governo. O que a levou a dar este passo e que expectativas têm em relação às próximas fases das negociações sobre o Estatuto da Carreira Docente?

A FNE assinou o protocolo de negociação e não qualquer "acordo" com o Ministério da Educação porque assegura as condições mínimas e necessárias para um processo negocial eficaz e atempado e por termos urgência em iniciar o processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente. Acreditamos que este protocolo, ao permitir discutir todas as matérias relevantes do Estatuto da Carreira Docente (ECD), abre caminho para a construção de uma carreira verdadeiramente atrativa e valorizada, não sendo importante sermos os primeiros ou últimos, assinamos o protocolo porque o consideramos adequado e porque seria contraproducente atrasar ou dificultar o início do processo negocial, nomeadamente porque pretendemos ver resolvida a Mobilidade por Doença e outras matérias que consideramos urgentes, em tempo útil.

Temos urgência em iniciar este processo de negociação, mas sem comprometer a qualidade do resultado final. O nosso objetivo é claro: um ECD que dignifique a profissão docente, oferecendo condições motivadoras para o exercício da docência e que atraia novas gerações para a carreira. Temos a expectativa que se proporcionem as condições para melhorar a Carreira Docente, tornando-a atrativa e contribuindo, por isso, para tentar resolver o problema de escassez de docentes e de candidatos a docentes.

Acreditamos que este é o caminho para que, em Portugal, ser professor seja uma escolha valorizada e reconhecida pelo seu impacto na vida de todos.

O protocolo de negociação que assinámos com o ministério não compromete estes nossos objetivos, pelo contrário, permite discutir todas as matérias relevantes que integram o ECD e, sem delongas, iniciar de imediato as negociações para que as medidas valorizadoras da profissão entrem o mais rapidamente em vigor.

2. Quais são os principais pontos que o sindicato considera indispensáveis para melhorar o Estatuto da Carreira Docente?

O Estatuto da Carreira Docente carece de uma revisão profunda para garantir a verdadeira dignificação da profissão. Concordamos que a revisão deve abranger o Estatuto no seu todo, com foco na valorização dos docentes como agentes imprescindíveis na construção do conhecimento e desenvolvimento dos alunos.

Para alcançar esse objetivo, algumas matérias são cruciais:

Clarificação do trabalho letivo e não letivo: É fundamental definir de forma clara e precisa o que constitui trabalho letivo e não letivo, eliminando os abusos que ocorrem em alguns agrupamentos. Essa medida visa proteger os docentes e garantir que o tempo dedicado às atividades pedagógicas seja devidamente reconhecido e valorizado.

Valorização das funções de direção de turma e coordenação: A redução da componente letiva para quem exerce funções de direção de turma ou coordenação de estruturas pedagógicas é essencial. Essas funções são vitais para o bom desenvolvimento das aprendizagens e exigem tempo e dedicação.

Revisão da estruturada carreira: Embora não seja necessário especificar o número de escalões, a estrutura da carreira deve ser revista para garantir uma progressão justa e motivadora, que reflita a experiência e o desenvolvimento profissional dos docentes.

Valorização do índice remuneratório: É crucial valorizar o índice remuneratório de entrada na carreira, bem como todos os outros, uma medida justa e necessária para reconhecer a importância da profissão docente.

Avaliação do desempenho: A avaliação do desempenho deve ser justa, transparente e focada no desenvolvimento profissional dos docentes.

Organização do tempo de trabalho: É necessário organizar o tempo de trabalho de forma eficiente, garantindo tempo para a preparação das aulas, correção de trabalhos e atividades de desenvolvimento profissional.

Redução da carga burocrática: A redução da carga burocrática é fundamental para que os docentes possam dedicar mais tempo às atividades pedagógicas e aos alunos.

Acreditamos que a revisão do Estatuto da Carreira Docente, com base nestes pontos, contribuirá para a construção de uma carreirado cente justa, valorizada e atrativa, que reconheça a importância dos professores na formação das futuras gerações e no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva.

3. Há, para a FNE, linhas vermelhas?

É verdade que, num processo negocial, a definição prévia de "linhas vermelhas" pode ser vista como um obstáculo a um diálogo aberto e construtivo. Ao estabelecermos limites rígidos logo no início, corremos o risco de condicionar a criatividade e a flexibilidade na busca de soluções mutuamente vantajosas.

Contudo, a FNE, consciente da importância de um processo negocial aberto e construtivo, prefere construir pontes em vez de muros. Acreditamos no diálogo e na procura de soluções que, respeitando os princípios e aspetos fundamentais da profissão docente, permitam alcançar um Estatuto da Carreira Docente verdadeiramente valorizador.

Para a FNE, a valorização da profissão docente é uma prioridade absoluta, o que implica uma atenção particular a aspetos como:

Estrutura e desenvolvimento da carreira: uma carreira atrativa e com perspetivas de progressão, intimamente ligada à valorização salarial.

Avaliação do desempenho: um sistema justo e transparente, que reconheça o mérito e promova o desenvolvimento profissional.

Organização do tempo de trabalho: condições que permitam um bom equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, com tempo para a preparação de aulas, acompanhamento dos alunos e formação contínua.

Redução da carga burocrática: a simplificação de processos e procedimentos, para que os docentes se possam concentrar na sua missão principal: ensinar.

A FNE está empenhada em discutir estas questões com ponderação, espírito de abertura e exigência, de forma a garantir que o processo negocial resulte num Estatuto da Carreira Docente que valorize concretamente a profissão.

Em suma, a FNE não define "linhas vermelhas" prévias, mas tem prioridades claras e inabaláveis. Acreditamos que, através do diálogo construtivo, é possível alcançar soluções que satisfaçam as necessidades dos docentes e contribuam para a melhoria da qualidade da educação.

4. Alguns especialistas afirmam haver mais alunos sem professor agora do que havia no final do 1º período. O MECI não avança com números e espera pela conclusão da auditoria. Considera ser ou não importante para as famílias que se saiba em que ponto está o problema da escassez de docentes?

A FNE considera crucial que o sistema tenha uma noção precisa da dimensão do problema da falta de professores, tanto para encontrar as melhores soluções como para garantir a transparência necessária num assunto tão importante para as famílias e para a sociedade.

Para as famílias, a prioridade é que os seus filhos não fiquem sem aulas por longos períodos, independentemente da disciplina. É fundamental que o problema seja resolvido e que haja um compromisso real com a sua resolução.

A divulgação de dados atualizados sobre o número de alunos afetados pela falta de professores é essencial para que se possa compreender a verdadeira extensão do problema e para que as famílias se sintam confiantes de que está a ser feito tudo para garantir o direito à educação dos seus filhos.

A transparência neste processo é crucial, pois só o conhecimento e a identificação exata dos problemas permitirão encontrar as melhores respostas e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação completa e de qualidade.





5. A falta de professores continua a ser um problema grave em Portugal. Acredita que este acordo de negociação poderá abrir caminho para medidas concretas que atraiam mais pessoas para a carreira e que evitem a saída de profissionais da docência?

Temos essa esperança, expetativa e vontade!

Apostamos na negociação como espaço de intervenção que nos permita tornar a carreira docente mais atrativa, tanto para atrair novos professores como para motivar aqueles que já dedicam as suas vidas a essa nobre profissão. É preciso reconhecer a importância do professor, profissional e socialmente, para que a educação de qualidade seja uma realidade para todos.

No entanto, a negociação em si é o momento crucial para que essa atratividade se concretize. Condições de trabalho dignas, salários justos e reconhecimento da importância da profissão são elementos essenciais para que os professores se sintam valorizados e motivados a permanecerem, com vontade e ânimo, no ensino.

Se o processo negocial falhar, o futuro do sistema educativo estará em risco! Afinal, o direito à educação, um princípio constitucional fundamental, depende diretamente da existência de professores qualificados e motivados. Somente com professores valorizados poderemos garantir a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar para todos os alunos.

Dignificar a profissão docente, em todas as suas vertentes, é a chave para garantir um futuro promissor para a educação. O protocolo de negociação é apenas o ponto de partida, mas a negociação em si é o caminho para alcançar esse objetivo. Que este processo seja conduzido com responsabilidade e que resulte em avanços significativos para a valorização dos professores e para a qualidade da educação em Portugal.

6. Alguns professores dizem estar preocupados com a falta de garantias concretas neste momento. Que mensagem gostaria de transmitir aos docentes que estão ansioso sou céticos em relação ao futuro das negociações?

É compreensível o ceticismo dos docentes face aos anos de políticas que desvalorizaram a carreira e a imagem do professor, tornando a profissão menos atrativa. A FNE reconhece essa realidade e assume o compromisso de lutar por uma carreira mais justa, atrativa e valorizada.

Embora não possamos oferecer garantias concretas, a FNE empenhar-se-á totalmente no processo negocial, consultando os professores para assegurar que as nossas posições reflitam a sua vontade.

Acreditamos que a inversão das políticas educativas é crucial. O acordo de recuperação do tempo de serviço, assinado em 21 de maio de 2024, foi um passo importante, mas é necessário continuar a trilhar esse caminho. A FNE participará neste processo negocial com responsabilidade e exigência, procurando contribuir para a construção de um Estatuto da Carreira Docente que dignifique e valorize a profissão.

Este vai ser um processo negocial longo, difícil e de extrema importância, em que contamos com a participação e envolvimento dos professores para o levar a bom termo.

7. Continua a haver centenas de escolas degradadas e não se sabe quando arrancarão as obras. Esta situação preocupa a FNE? Que indicações têm do MECI?

A preocupação com a qualidade dos espaços escolares persiste, infelizmente, ao longo do tempo. Embora tenha sido uma questão no passado e continue a ser no presente, almejamos que deixe de o ser no futuro. Temos alertado os sucessivos governos para esta problemática, visto que a qualidade dos ambientes escolares é crucial para o processo de aprendizagem.

É inadmissível que alunos, professores e pessoal de apoio educativo trabalhem em espaços degradados, onde as condições climáticas internas se assemelhem às externas.

Reconhecemos que a responsabilidade pela melhoria dos espaços escolares, no âmbito da transferência de competências, passou para as autarquias. No entanto, o Ministério da Educação e o Governo como um todo não podem eximir-se da sua responsabilidade. É imperativo que disponibilizem às autarquias os recursos necessários para a realização das obras de reparação ou mesmo de construção de novas escolas.

Sabemos que existe diálogo entre o Ministério da Educação e as autarquias, mas não temos conhecimento de dados concretos.

8. Têm-se registado muitos casos de agressões a professores. O que deve ser feito para proporcionar mais segurança aos docentes?

A questão da indisciplina e violência em contexto escolar é uma preocupação primeira da FNE. Lembro que a FNE integra o Observatório para a Convivência Escolar, em conjunto com a ANDAEP, AFIET, CONFAP, IAC e Ordem dos Psicólogos, que tem como objetivo a promoção de ambientes escolares saudáveis e seguros.

Na consulta nacional que realizámos aos docentes, em junho de 2024, sobre a carreira docente e as condições de exercício profissional em Portugal, a indisciplina apareceu com fortes sinais de preocupação, sendo elevado o número daqueles que assinalaram o seu crescimento em relação ao ano anterior.
A 26 de outubro de 2024 realizámos a XI Convenção da FNE, CONFAP (Confederação Nacional das Associações de Pais), ANDAEP (Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas), alusiva ao tema "Melhor Convivência escolar, Mais Aprendizagens".

Portanto, este é um tema, infelizmente, muito atual, a que temos dada muita atenção. Os problemas da sociedade são transportados para a escola, que os reflete e, por vezes, até os amplifica, sendo que estas não dispõem dos meios nem dos recursos necessários para responder aos muitos desafios que surgem quotidianamente. Logo, é preciso dotar as Escolas dos meios necessários para responder a desafios que, em muitos casos, são mais sociais do que de aprendizagem.

Mas para a FNE, também é necessário o estabelecimento de normas gerais favoráveis a ambientes seguros e saudáveis, com a evidência de uma tolerância zero para a indisciplina e qualquer tipo de violência em contexto escolar. Devem encontrar-se medidas legislativas concretas de reconhecimento da autoridade dos Docentes e do Pessoal de Apoio Educativo, penalizando as situações de transgressão das normas de respeito e de convivialidade, em relação a todos os profissionais da educação.





A Invisibilidade dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Não docentes nas Escolas: um olhar sobre a falta de apoios

Os Trabalhadores de Apoio Educativo/Não docentes ainda permanecem à margem do debate público. Sem o apoio a esses trabalhadores, gostaria de relembrar que o funcionamento das escolas fica comprometido.

O impacto destes profissionais é imediato: eles garantem que a escola seja um ambiente funcional e minimamente agradável para todos. Sem os seus contributos diários, o ambiente escolar rapidamente se tornaria desorganizado, o que afetaria o bem-estar de toda a comunidade escolar. Afinal, são estes profissionais que, em bom rigor, garantem que se efetive um acompanhamento mais próximo e personalizado dos alunos fora do contexto de sala de aula.

Reitero, portanto, que a ausência ou escassez destes profissionais da Educação compromete diretamente a qualidade do ensino, e mantém uma relação direta com a existência de ambientes escolares menos inclusivos e, consequentemente, menos eficazes a formar, integralmente, cidadãos.

Mas apesar desta provada contribuição dos Trabalhadores de Apoio Educativo/ Não Docentes para o funcionamento adequado das escolas, estes continuam a enfrentar uma séria escassez de recursos e apoio institucional, cenário que se reflete em diversos aspetos que afetam diretamente o normal desempenho das suas funções profissionais.

Entre os que mais se destacam, pela premência com que necessitam de ser analisados e revertidos, destacam-se os (praticamente) nulos investimentos em formação contínua, a ausência de reconhecimento e valorização profissional e a perpetuação de políticas públicas desajustadas e ineficientes.

A formação contínua não se limita apenas ao aperfeiçoamento das competências técnicas, mas também à atualização sobre novas práticas de gestão escolar, inclusão, segurança e saúde no ambiente educativo. A falta de oportunidades de capacitação faz com que muitos desses profissionais trabalhem com ferramentas e conhecimentos desatualizados. No atual cenário, onde a educação está cada vez mais exigente e diversificada, a ausência de uma formação contínua deixa estes trabalhadores numa posição vulnerável e com menos recursos para lidar com as complexidades do dia-a-dia escolar.

É necessária e urgente a criação de programas de capacitação que abordem não apenas as competências técnicas, mas também as competências emocionais e sociais. Porque não a efetivação de parcerias com instituições de ensino superior e centros de formação profissional para que estes profissionais possam definitivamente ter acesso a cursos de atualização de competência com qualidade e a custos reduzidos ou gratuitos? Porque não criar mecanismos de financiamento, como bolsas ou subsídios, que incentivem a participação destes profissionais em cursos de aperfeiçoamento e especialização?

Outro ponto crítico é a falta de reconhecimento público e institucional dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Não Docentes. Muitos são tratados como parte de um "segundo plano" dentro do universo escolar. Isso é evidente na forma como são remunerados, na falta de visibilidade do seu trabalho e na ausência de reconhecimento das suas conquistas.

O reconhecimento, tanto por parte das instituições educativas, da tutela, bem como da sociedade, é fundamental para aumentar a autoestima desses profissionais e motivá-los a continuar a realizar as suas tarefas com empenho e brio. No entanto, a inexistência desta valorização tem levado à desmotivação, ao desinteresse e até mesmo ao abandono das funções.

Paralelamente, a falta de políticas públicas eficazes para valorizar estes profissionais é um reflexo de uma visão limitada e limitadora sobre o papel destes trabalhadores nas escolas. Existem raras iniciativas que visam especificamente o bem-estar e o desenvolvimento destes profissionais e, quando existem, são desarticuladas. O que falta são políticas públicas que garantam o reconhecimento formal das suas funções, a melhoria das suas condições de trabalho e o investimento em programas de formação que atendam às necessidades desses profissionais, de maneira contínua e adaptada à realidade das escolas.

Quando estes profissionais percebem que a sua dedicação não é reconhecida e que não possuem ferramentas adequadas para o seu aperfeiçoamento, a tendência é que se sintam desvalorizados e sobrecarregados. A falta de investimentos não só limita a sua atuação, mas também resulta em cansaço físico e psicológico, prejudicando a qualidade do serviço prestado. A sobrecarga de funções, devido à escassez de pessoal, também contribui para um ambiente de trabalho mais stressante.

Em suma, a falta de perspetivas de crescimento ou de valorização pode resultar numa alta rotatividade entre esses profissionais. A busca por melhores condições de trabalho em outros setores pode levar à perda de profissionais qualificados, o que gera ainda mais instabilidade na escola e prejudica a continuidade do atendimento aos alunos.

A educação de qualidade faz-se com uma rede de apoio forte e bem estruturada. Reconhecer e valorizar os Trabalhadores de Apoio Educativo/Não Docentes é um passo fundamental para melhorar o funcionamento das escolas e, consequentemente, o futuro dos nossos alunos.

Cristina Peixoto
Presidente do STAE-ZN

JORNADAS PELA EDUCAÇÃO

"O PAPEL CONSTRUTIVO DO MOVIMENTO SINDICAL PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE"

9, 10 e 11 de janeiro 2025



Investir na Educação Garantir o Futuro

fne

aFIeT
Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho



Ação de solidariedade conjunta da FNE e AFIET em S. Tomé

Uma delegação conjunta da AFIET e da FNE esteve em S. Tomé entre os dias 9 e 11 de janeiro de 2025, numa iniciativa articulada com o SINPRESTEP local, reforçando os laços de solidariedade que, de há muito, marcam as relações entre estas organizações.

Esta iniciativa permitiu:
- Fortalecer as relações solidárias entre a AFIET, a FNE e o SINPRESTEP,
- Realizar uma jornada pela educação de qualidade que envolveu dezenas de militantes do SINPRESTEP,
- Intervir localizada e desconcentradamente no conhecimento mútuo das três organizações,
- Apoiar escolas com equipamento e o SINPRESTEP com materiais para a ação sindical,
- Fortalecer uma jornada de formação e de ação concreta em educação ambiental,
- Lançar perspetivas de reforço da articulação da ação das três organizações.

Seminário “Jornada pela Educação”

Com efeito, o **primeiro dia** desta ação de solidariedade foi constituída por uma “jornada pela educação”, a qual se concretizou com um seminário que permitiu uma reflexão amplamente participada por dezenas de ativistas do SINPRESTEP, sobre as dimensões de uma educação de qualidade e sobre o papel construtivo do movimento sindical para uma educação de qualidade. Todos os membros da delegação portuguesa tiveram oportunidade de contribuir para esta reflexão que serviu de oportunidade para a identificação de inúmeros problemas que marcam o sistema educativo são-tomense e a própria ação e organização sindical neste país.

João Dias da Silva, Presidente da AFIET e antigo Secretário-Geral da FNE, deixou na sua intervenção o alerta de que “os sindicatos são essenciais para construir sociedades democráticas dinâmicas e alcançar a justiça social. Os sindicatos da educação refletem os valores dos seus membros e defendem e promovem dois direitos humanos universais essenciais: o direito a um trabalho digno e o direito a uma educação de qualidade”.

O dirigente da AFIET afirmou ainda que “para termos uma educação de qualidade, os governos devem:

- aumentar o investimento em sistemas educativos públicos de qualidade;
- garantir os direitos laborais e condições de emprego dignas;
- investir em formação docente inicial de qualidade e na sua formação contínua;
- confiar nos educadores e professores e respeitá-los como especialistas da pedagogia;
- integrar os sindicatos da educação nas políticas educativas, em sede de diálogo social”

Foi ainda lembrado que “os sindicatos da educação em todo o mundo estão a trabalhar para garantir que os governos cumpram a sua promessa de alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 e todas as suas metas até 2030”.




RTP
rtp.pt



Visita a escolas e futuro Centro de Formação

O **segundo dia** de trabalho levou a delegação portuguesa a três estabelecimentos de ensino de três localidades diferentes, para contactos com as suas direções, professores, alunos e ativistas sindicais locais do SINPRESTEP.



Ação de limpeza de praia

O **terceiro dia** integrou uma ação de promoção da educação ambiental, com a participação de dezenas de educadores e professores de S.Tomé, e que consistiu numa ação de limpeza de praias da cidade de S. Tomé, de que resultou a recolha de mais de quatrocentos quilos de lixo.

As atividades desta ação solidária incluíram ainda a visita ao terreno que o SINPRESTEP adquiriu para aí fazer construir o seu Centro de Formação e que permitiu também o aprofundamento do diálogo entre as três organizações, com vista à realização no futuro de ações de formação pedagógica e de ações de formação sindical.







Televisão São-Tomense acompanhou todos os passos desta visita

Para além da presença permanente de vários dirigentes do SINPRESTEP, esta iniciativa foi sempre acompanhada pela Comunicação Social, com particular destaque para a Televisão de S. Tomé, com reportagens que em cada um dos dias deram conta da atividade desenvolvida e com testemunhos todos os dias do Secretário-Geral da FNE.

A delegação portuguesa foi constituída, pela AFIET, pelo Presidente da Direção, João Dias da Silva, e, pela FNE, pelo Secretário-Geral, Pedro Barreiros, pelo Vice-Secretário-Geral, António Jorge Pinto, pelo Tesoureiro, Mário Jorge Silva, e pela Secretária Nacional e Presidente do SDPGL, Maria José Rangel.





























Galeria de Fotos

Quadro Financeiro Plurianual da CE 2028-2035 influencia Diálogo Social Setorial Europeu da Educação



A FNE participou na reunião plenária do Diálogo Social Setorial Europeu da Educação (ESSDE), que decorreu em 19 de dezembro de 2024, em instalações da Comissão Europeia (CE), em Bruxelas. Um dos assuntos tratados foi a adoção de um mandato para as negociações de sindicatos (CSEE) e empregadores europeus (EFEE) da educação em 2025 com a CE, tendo em vista um acordo europeu sobre o teletrabalho e o direito a desligar no setor da educação.

Na tarde do dia anterior ao plenário, os representantes dos sindicatos europeus da educação reuniram na sede do CSEE - Comité Sindical Europeu da Educação, no mesmo edifício onde está sedeada mundialmente a Internacional da Educação (IE). Esta reunião serviu para debater temas sindicais e assuntos operacionais, pouco depois da realização do congresso de Budva, de 26 e 27 de novembro, e da designação pela IE de Jelmer Evers, dos Países Baixos, como novo diretor do CSEE, a partir de um de janeiro de 2025.

Como é habitual, a reunião de 19 de dezembro reuniu sindicatos e empregadores europeus da educação, juntamente com o acompanhamento da CE, que financia o diálogo social.

O tema inicial foi a apresentação do intercâmbio com a Direção-Geral do Emprego (DG EMP) da Comissão sobre as próximas negociações setoriais, tal como acordado no Programa de Trabalho do ESSDE 2024-2026 e adoção do respetivo mandato do ESSDE para as negociações.

As negociações europeias visam um acordo autónomo relativo ao teletrabalho e ao direito a desligar no setor da educação e terão início na primavera de 2025, estando previstas seis reuniões em Bruxelas, entre os dias 27 de março e 18 de setembro, organizadas com o apoio financeiro da CE. A FNE terá assento na delegação do CSEE nestas reuniões.

Leonardo Ebner, responsável do CSEE pelo diálogo social, sublinhou que, até então, sindicatos e empregadores europeus, por um lado, e a CE por outro, têm trabalhado nos temas da negociação de modo individual. As negociações irão assim aproximar as duas partes, com vista a um resultado positivo.

Três projetos em curso

Na parte da manhã decorreu uma mesa redonda com Roxana Minzatu (Vice-Presidente Executiva da CE para as Pessoas, as Competências e a Preparação), que abordou o intercâmbio com o ESSDE e o próximo programa de trabalho da Comissão. Entre outros assuntos, Roxana anunciou mudanças significativas no Programa Erasmus.

Do plenário fizeram também parte temas como a violência e assédio no trabalho por parte de terceiros na educação e o Quadro Financeiro Plurianual da CE 2028-2035, com a apresentação das reformas previstas e debate com os delegados de cada país sobre a participação dos parceiros sociais no processo.

De seguida, os delegados dos sindicatos e empregadores europeus da educação debateram a próxima proposta de projeto conjunto, com base nas propostas apresentadas pelos dois secretariados. Esta proposta de projeto deverá ser submetida ao concurso SOCPL "Apoio ao diálogo social", na primavera de 2025.

Na reta final da reunião, CSEE e EFEE apresentaram a ferramenta **OiRA – Online Interactive Risk Assessment, da Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho,** finalizada para aplicação no ensino superior e investigação, com destaque para o papel dos parceiros sociais no apoio à sua implementação e adoção a nível nacional.

Finalmente, atualizou-se a informação sobre os três projetos conjuntos e em curso do ESSDE: **APRÈS COVID** (Parceiros Sociais Setoriais Europeus na Educação na abordagem dos riscos psicossociais para uma recuperação equitativa e sustentável da crise da COVID 19), **Escolas que Aprendem: As escolas como instituições de aprendizagem** (Parceiros Sociais Europeus na Educação na promoção de modelos eficazes de gestão da qualidade e da inovação no setor da educação numa era pós-Covid-19) e o **InclEdu4AllNeeds** (Os Parceiros Sociais Setoriais Europeus na Educação na promoção da inclusão de pessoas com necessidades especiais na educação).

Recorde-se a propósito que a FNE integra o Grupo Consultivo dos projetos europeus **APRÈS COVID e Escolas que Aprendem.** O representante de Portugal no Diálogo Social Setorial Europeu da Educação é Joaquim Santos (FNE).



Proteger os trabalhadores, produzir impacto: nova estratégia da EU-OSHA para 2025-2034

A estratégia da Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU-OSHA) para 2025-2034 aborda a evolução dos desafios em matéria de segurança e saúde no trabalho (SST).

A agência está equipada para responder a importantes desenvolvimentos societais, tais como as transições digitais e verdes, juntamente com o envelhecimento da mão de obra.

A estratégia centra-se em três linhas de ação: disponibilizar conhecimentos para a elaboração de políticas, desenvolver ferramentas para prevenir os riscos e aumentar a sensibilização para promover uma cultura de prevenção, mantendo simultaneamente a sustentabilidade do ponto de vista ambiental e social.

Isto permitirá à EU-OSHA criar um valor ainda maior, através de um trabalho mais estreito com a UE e com os parceiros nacionais. Este espírito de colaboração está no centro da estratégia para maximizar o impacto do trabalho da agência.

A atual estratégia da EU-OSHA define as suas prioridades para uma década e estabelece três linhas de ação estratégicas com os seguintes objetivos:

- Fornecer evidências e conhecimentos sobre os riscos atuais, novos e emergentes no que diz respeito ao seu impacto na segurança e na saúde e na sua prevenção, para apoiar a elaboração de políticas e a investigação.

- Promover e facilitar o desenvolvimento de ferramentas e recursos para capacitar as redes e os parceiros da Agência para melhorar a prevenção dos riscos de SST no local de trabalho.

- Promover ações de sensibilização e de criação de redes para permitir que a agência e as suas partes interessadas promovam uma cultura positiva de prevenção de riscos no trabalho.

FNE/EU-OSHA

fne

WWW.FNE.PT

Investir Garantir

NA EDUCAÇÃO

O FUTURO



VALORIZAR A EDUCAÇÃO E TODOS OS SEUS PROFISSIONAIS NO ORÇAMENTO DO ESTADO 2025

SINDICATO PROFESSORES ZONA NORTE · SPZC · SDPL SUL · SDPA · SPCL · STAE ZONA NORTE · STAE ZONA CENTRO · STAE SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

Federação Nacional da Educação

VENCEMOS DESAFIOS

fevereiro 2025

FEVEREIRO 2025

jornal fne

Federação Nacional da Educação

VENCEMOS DEFESA FOS

WWW.FNE.PT

ÍNDICE

3 - 4
EDITORIAL

5 - 38
AÇÃO SINDICAL

39 - 41
TEM A PALAVRA

42 - 44
PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

45 - 67
INTERNACIONAL

68 - 69
SAÚDE

FICHA TÉCNICA | FEVEREIRO 2025

Proprietário
Federação Nacional da Educação

Diretor
Pedro Barreiros

Produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro
Mário Jorge

Redação
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação
Rafael Marques

Sindicatos membros
- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS

FILIAÇÃO

EDITORIAL



Há momentos de Negociação e momentos de Contestação O início de uma importante, mas demorada e melindrosa negociação sindical

A FNE e o MECI já deram um passo muito significativo para o início da importantíssima negociação do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário (ECD), ao assinarem o protocolo de negociação.

Ficou acordado que haverá pelo menos uma reunião negocial por mês e que a negociação será feita por áreas, com a garantia de começar pela Mobilidade, onde se inclui a Mobilidade por Doença. Este compromisso tem como objetivo que os avanços conseguidos nas negociações tenham efeitos para o próximo ano letivo, para que os professores possam usufruir de um diploma mais humanista e mais coerente.

A negociação do ECD vai ser um processo longo, onde precisamos ter tempo e oportunidade, para auscultarmos aqueles que representamos, ou seja, os professores, em cada matéria a ser negociada, para que sejamos verdadeiramente seus legítimos porta-vozes.

Após a conclusão da negociação da parte referente às Mobilidades, passaremos a negociar sequencialmente o Recrutamento, o Ingresso, a Formação, o Desenvolvimento Profissional, as Condições de Trabalho, terminando com a matéria mais sensível de todas, a da revisão da estrutura da Carreira Docente e do Modelo de Avaliação dos docentes.

A FNE está empenhada em tornar o ECD num conjunto de medidas que potenciem a dignificação da profissão docente e que melhorem significativamente a atratividade da Carreira Docente.

Só com uma profissão dignificada e atrativa é que conseguiremos ter professores motivados, e sermos capazes de atrair os jovens para esta profissão.

Mais do que nunca, este é um tempo de negociação, em que se exige, a ambas as partes, uma postura de credibilidade, empenho e de grande elevação, assim como disponibilidade para fazer as necessárias aproximações, que permitam levar à desejável assinatura de um acordo.
Se no final conseguirmos esse acordo, como aconteceu em maio passado, com a RITS, tal significará que, mais uma vez, a FNE consegue melhorar a situação profissional dos docentes.

Mas se no final do tempo da negociação não acontecer o desejável entendimento? Então sim, passaremos ao tempo da contestação e a FNE já o provou, num passado recente, que também sabe desempenhar essa função.

Até lá, precisamos de participação dos professores, fazendo chegar-nos os seus anseios e propostas, participando nos nossos plenários, respondendo às nossas consultas, como aconteceu recentemente com a consulta nacional online da FNE sobre a Mobilidade.



MANUEL TEODÓSIO HENRIQUES
Presidente do SPZC

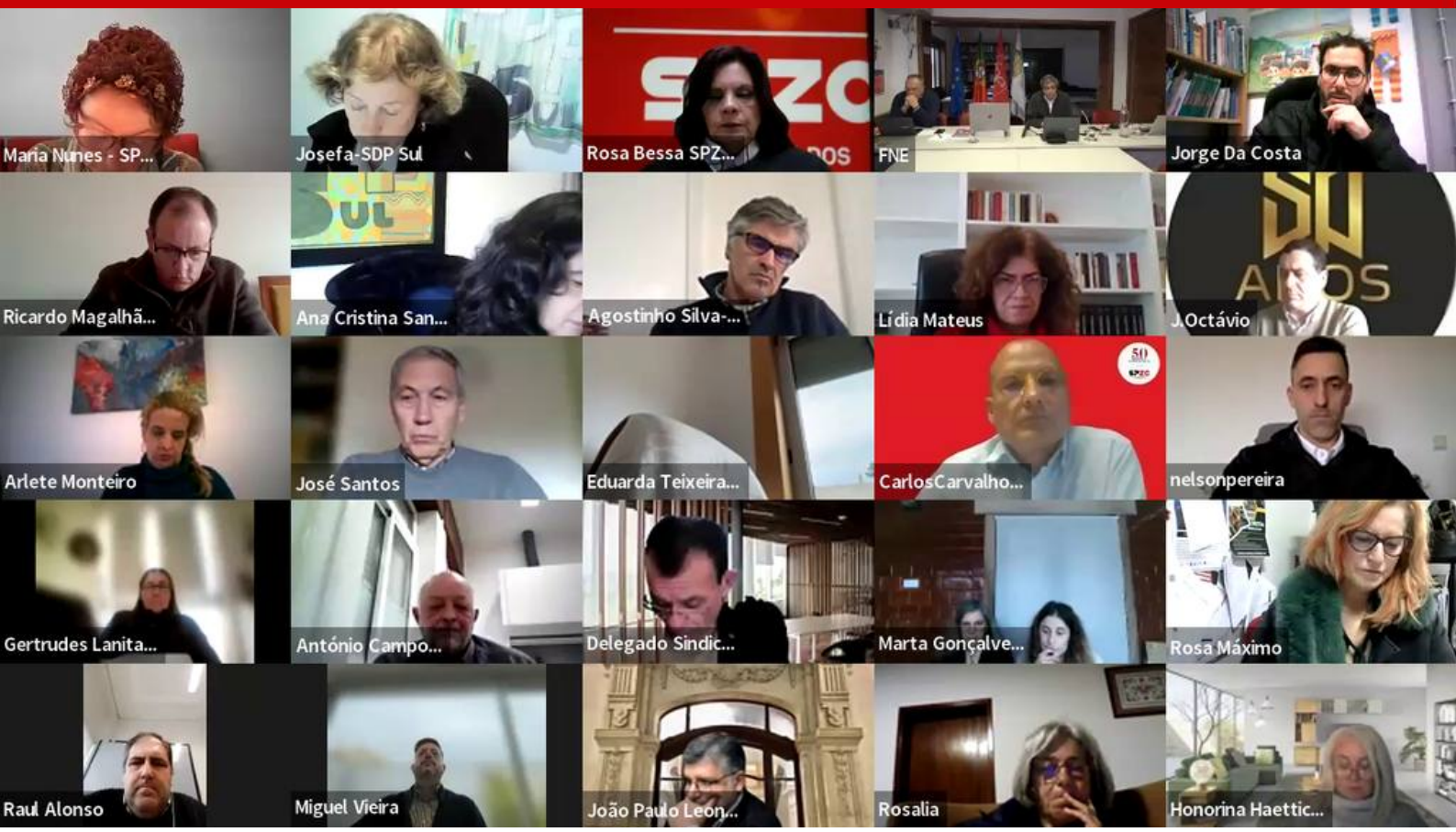
FNE entregou primeira contraproposta ao MECI sobre mobilidades

Num mês marcado pelas reuniões de negociação relativas à Mobilidade por Doença (MpD), culminado com a assinatura do acordo relativo a este tema (pág.26), a FNE começou por promover uma reunião nacional e uma consulta nacional realizada junto de dirigentes e professores, que sustentou o envio ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) da primeira contraproposta da FNE relativa à matéria da Mobilidade Docente, englobada na negociação em curso de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD).

A contraproposta da FNE contou com os contributos de dirigentes e delegados sindicais dos sete sindicatos de professores da FNE, que participaram na reunião sindical nacional realizada a 12 de fevereiro de 2025, assim como com os resultados da Consulta Nacional online entre 13 e 19 deste mês, que contou com a participação de 2.157 docentes de Portugal Continental e Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.

A FNE considerou que o sucesso desta primeira fase negocial seria crucial para se atingir uma revisão do ECD que valorize e dignifique a profissão docente.

Verifique em seguida os resultados da Consulta Nacional.



Revisão do Estatuto da Carreira Docente

CONSULTA NACIONAL



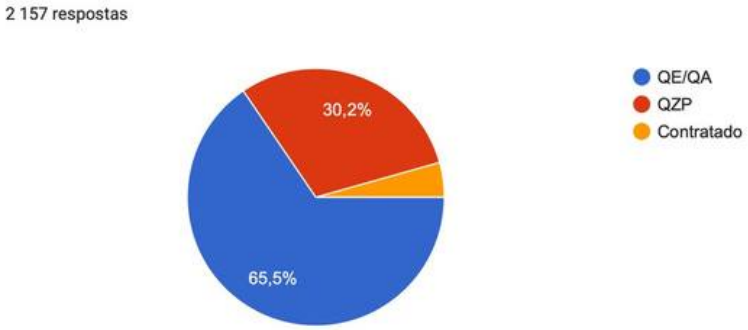




Mobilidade Docente

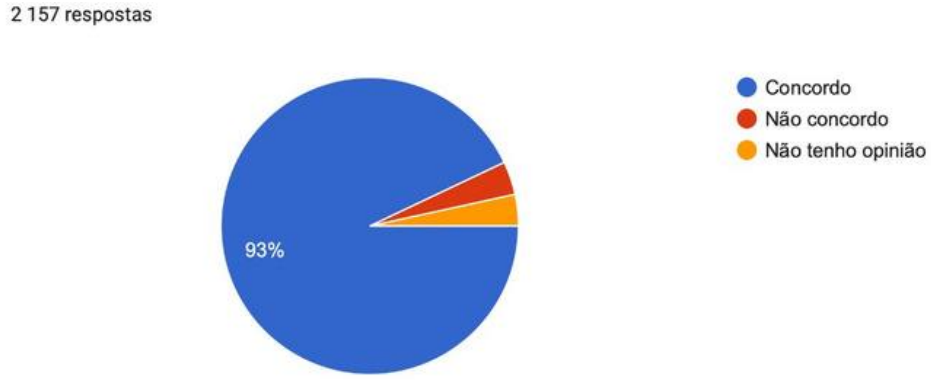
13 a 19 FEV 2025

Situação Profissional

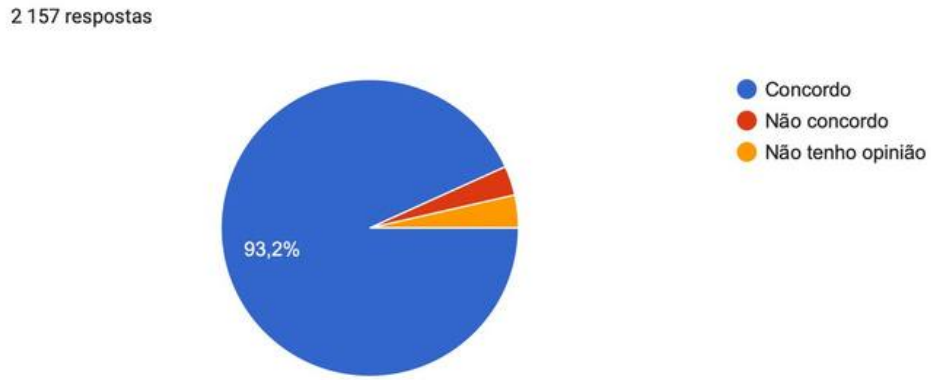


QE / QA	QZP	CONTRATADO
1412	651	94
65,5%	30,2%	4,4%

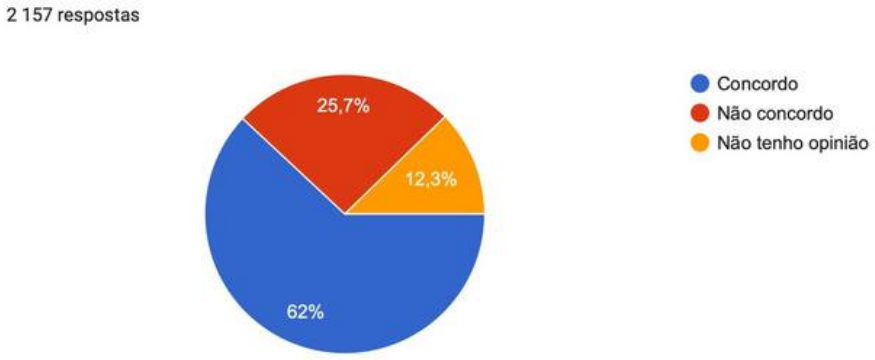
1 - Proteção dos docentes com doença incapacitante:
Concorda com a proposta da FNE de garantir a colocação dos docentes com doença incapacitante em escolas que permitam o acesso aos tratamentos necessários, sem restrições de vagas?



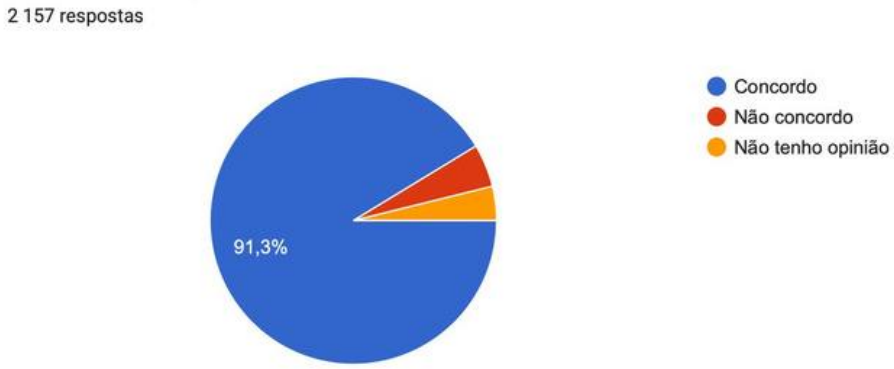
2 - Reconhecimento da individualidade dos casos:
Concorda que o regime de mobilidade por doença deve reconhecer a especificidade de cada caso e não ser tratado como um mecanismo concursal?



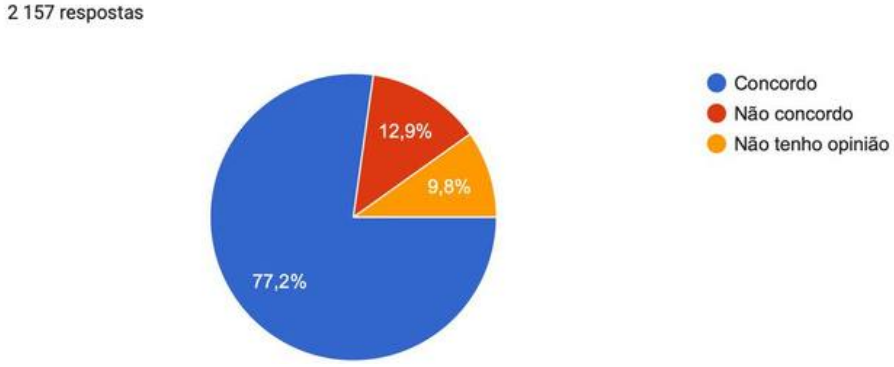
3 - Prioridades de mobilidade e atestado médico: O MECI propõe rever "**os requisitos da mobilidade, dando preferência aos docentes portadores de doença incapacitante ou de filho menor ou equiparado em situação de monoparentalidade, devidamente comprovada por atestado médico multiusos emitido por junta médica, tendo em conta também as necessidades das escolas. Seguem-se os docentes que tenham a seu cargo cônjuge ou pessoa com quem vivem em união de facto ou filho ou equiparado, devidamente comprovada por atestado médico multiusos.**" Concorda com a proposta da FNE de que o atestado multiuso não seja condição para aceder ao regime de MpD?



Concorda com a proposta da FNE de que a prioridade em caso de doença do próprio seja alargada a filhos menores (e não só de família monoparental) e a filhos maiores ou equiparados, com doença profunda e dependência total?

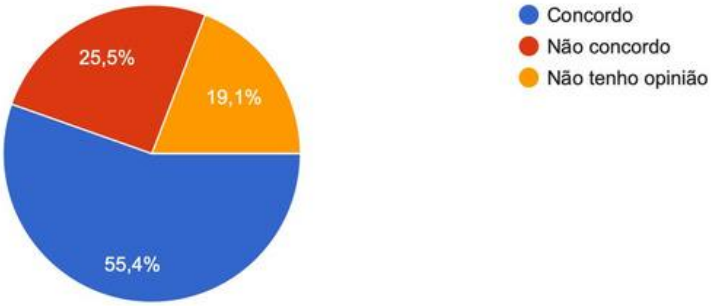


Concorda com a proposta da FNE de que noutra(s) prioridade(s), além de cônjuge e filhos, deverão ser acrescentados “ascendentes ou equiparados” e docentes que tenham o estatuto de cuidador informal não principal reconhecido pela Segurança Social?



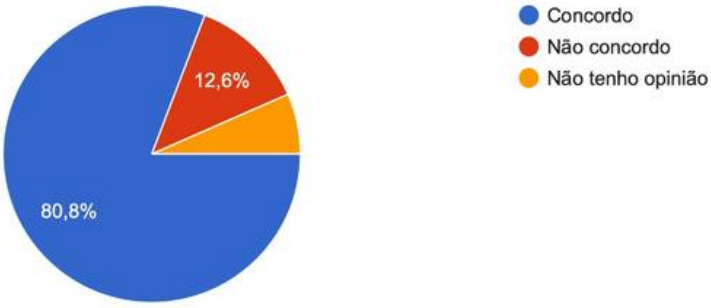
4 - Consideração de cuidadores não principais:
Concorda com a inclusão de cuidadores não principais de familiares além do 1º grau no regime de mobilidade por doença, mediante análise das circunstâncias?

2 157 respostas



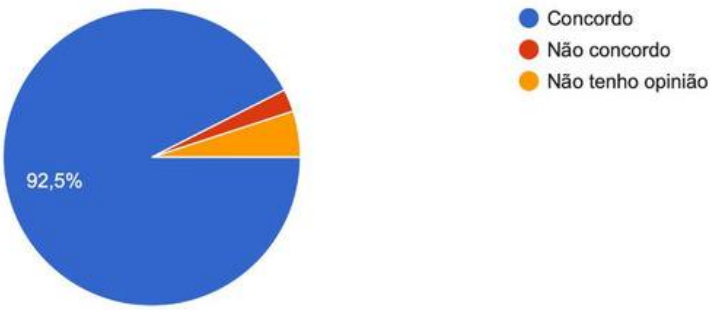
5 - Limitação de distância mínima:
O MECI propõe reduzir "**de 20 para 15 quilómetros a distância mínima entre o AE/EnA de colocação e a sede do Concelho de AE/EnA de provimento, como condição da mobilidade dos docentes de quadro de AE/EnA.**"
Concorda com a proposta da FNE, em que o acesso ao regime de mobilidade por doença não deve estar limitado por qualquer distância mínima entre a escola de provimento e a entidade prestadora dos cuidados médicos ou a residência familiar do docente?

2 157 respostas



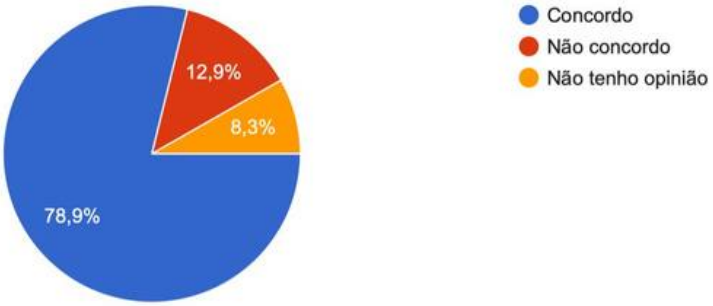
Concorda com a proposta da FNE de que, a existir uma limitação de distância esta deva ser o mais baixa possível verificada, através de software fidedigno, a real distância entre os pontos de partida e chegada, considerando as vias principais?

2 157 respostas



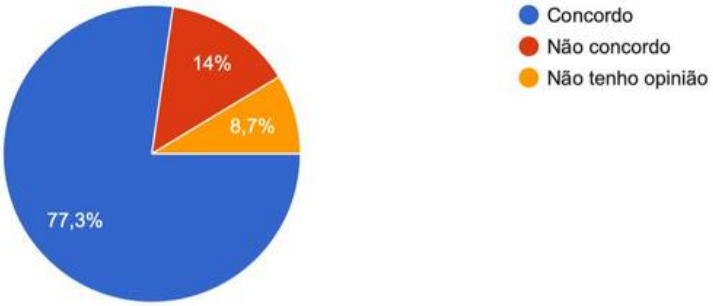
6 - Limitação de distância máxima:
O MECI propõe manter "**a limitação da distância máxima entre a escola de destino e a residência/ local de tratamento, que se mantém nos 50 quilómetros."**
Concorda com a proposta da FNE de que não exista qualquer limitação de distância entre a escola de destino e a residência/local de tratamento?

2 157 respostas



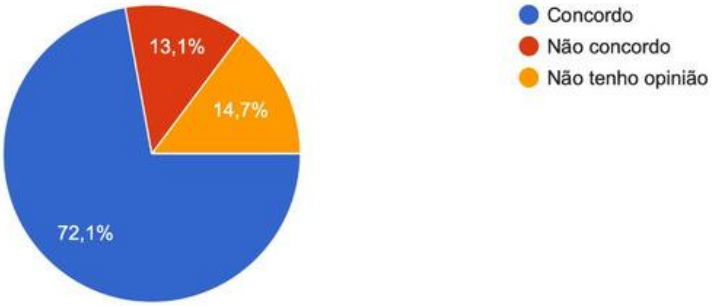
7 - Capacidade de acolhimento das escolas:
Concorda com a proposta da FNE de rejeitar que a MpD possa estar condicionada à capacidade de acolhimento das escolas?

2 157 respostas



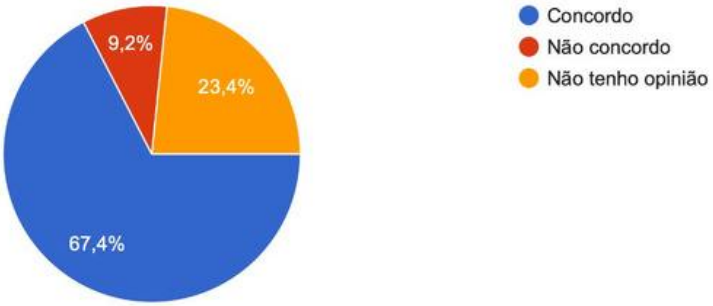
Concorda que, no caso de se manter algum condicionamento, a capacidade de acolhimento das escolas para a mobilidade por doença deve ser determinada pela DGAE e não pelas escolas?

2 157 respostas



Concorda que, no caso de se manter algum condicionamento, a capacidade de acolhimento deve corresponder a um mínimo de 15% do número de QA/QE providos em cada agrupamento, não sendo desdobrada em grupos de recrutamento (permanece em bloco único) com arredondamento sempre por excesso?

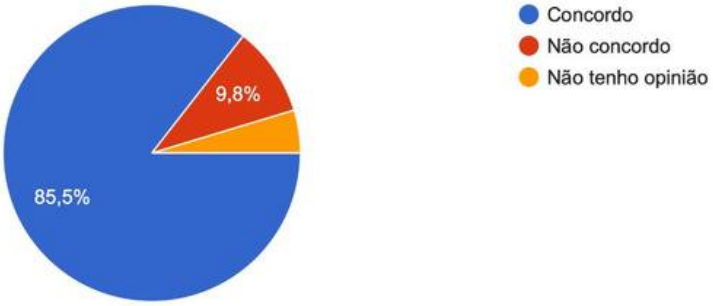
2 157 respostas



8 - Renovação da mobilidade por doença:

Concorda com a possibilidade de renovação da mobilidade por doença por mais dois anos escolares, desde que se mantenham os requisitos e as condições para sua concessão?

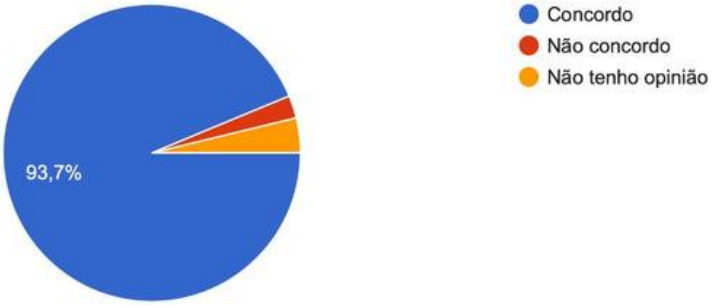
2 157 respostas



9 - Fundamentação e comprovação da situação de saúde:

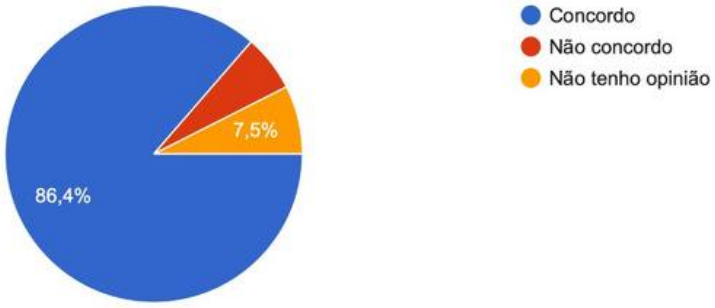
Concorda que o acesso à mobilidade por doença deve estar devidamente fundamentado e que procedimentos de comprovação da situação de saúde podem ser adotados ao longo do ano letivo?

2 157 respostas



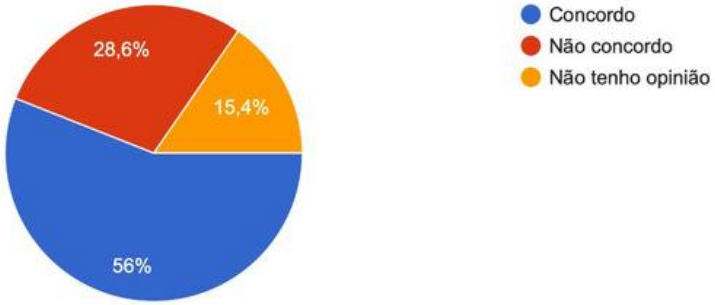
10 - Dispensa da componente letiva:
Concorda que os docentes com doença incapacitante devem ser dispensados da componente letiva e que a colocação na escola de opção não deve depender da atribuição de componente letiva?

2 157 respostas



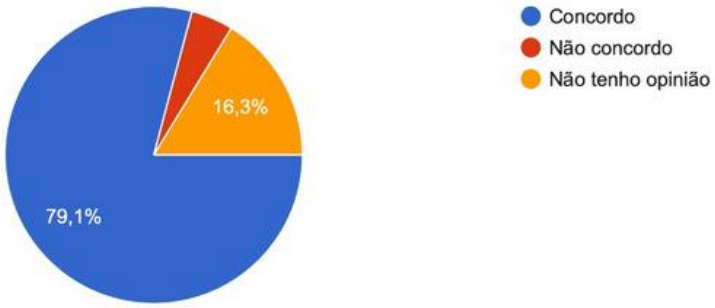
11 - Mobilidade Interna:
Concorda com a posição da FNE de não permitir a renovação da mobilidade interna nos anos subsequentes para garantir a estabilidade do corpo docente nas escolas?

2 157 respostas

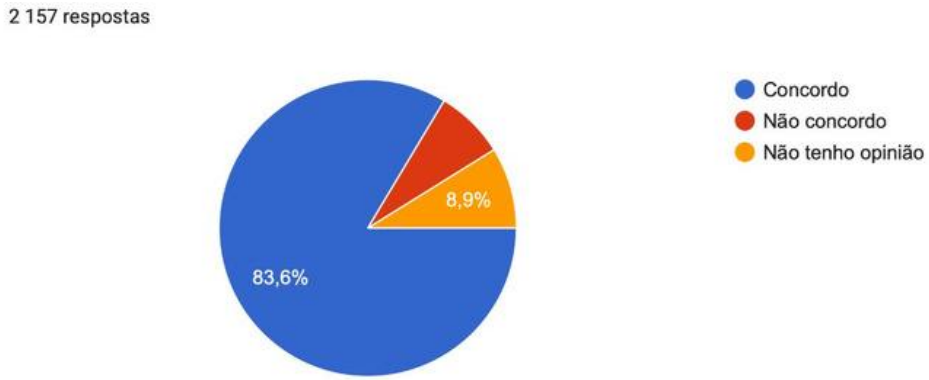


12 - Mobilidade na Carreira (ECD):
Concorda com a proposta de atualizar os instrumentos de mobilidade, analisando os critérios e a duração das mobilidades, bem como as funções para as quais podem ser concedidas?

2 157 respostas



13 - Mobilidade Intercarreiras (ECD): Concorda com a proposta de permitir que docentes declarados incapazes para o exercício de funções letivas sejam mobilizados para outras funções na Administração Pública, com a concordância dos próprios?





Pedro Barreiros na reunião FNE/MECI (MpD): "Há melhorias, mas queremos mais"

O Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, começou por assinalar à saída da reunião de 26 fevereiro com o MECI, o facto de no início daquele encontro e ainda antes do debate sobre a ordem de trabalhos, a FNE ter colocado um conjunto de questões ao MECI sobre outras matérias "e para as quais recebeu algumas respostas como relativamente ao Ensino Português no Estrangeiro (EPE) e a ausência de respostas às problemáticas há muito identificadas no setor.

Fizemos também questões sobre o Pessoal de Apoio Educativo e também aqui porque consideramos existir um 'triângulo das Bermudas' entre Associação Nacional de Munícipios e Autarquias, Administração Pública e Ministério da Educação, se encontram os trabalhadores para os quais não é dada qualquer tipo de resposta, nem esclarecimento" acrescentando que "obtivemos da parte da Secretária de Estado da Administração Pública a disponibilidade para reuniões técnicas sobre este tema", disse.

"E tivemos também a oportunidade de colocar um conjunto de questões ao Ministro da Educação com base em tudo o que vem a ser dito em relação à revisão do ECD por parte de outras organizações e que tem levantado dúvidas junto dos professores, dando a entender que está em causa a carreira especial e que será extinta; dando a entender que a avaliação de desempenho docente passará a ser feita pelo regime do SIADAP; dando a entender também que é intenção do governo alterar o regime remuneratório dos professores integrando-os na tabela remuneratória única" com a tutela a responder que "nada disto corresponde à verdade. Mas terá ainda oportunidade de responder formalmente e por escrito a estas questões que a FNE fez chegar em ofício ao MECI a 24 de fevereiro", acrescentou.

Relativamente à discussão da ordem de trabalhos que apontava à matéria da Mobilidade por Doença, o dirigente máximo da FNE disse que "a versão que hoje nos foi apresentada já está melhor do que aquela que neste momento está em vigor. Contudo, queremos sempre mais".

De acordo com o documento, a tutela pretende revogar o ponto que inclui entre os professores elegíveis para requerer a mobilidade aqueles que têm a seu cargo pais com doenças incapacitantes.

Foi também este um dos aspetos criticados pelo Secretário-Geral da FNE, que adiantou, no entanto, que da parte do Governo houve disponibilidade para rever os critérios de elegibilidade.

Pedro Barreiros deixou a mensagem de que espera que na próxima reunião negocial, a 3 de março, seja possível chegar a um acordo, algo que considera que "seria muito importante que no início da revisão do ECD a primeira etapa fosse alcançada com sucesso, porque se não acontecer serão colocadas em causa as demais etapas. Esta responsabilidade cabe a todos, mas cabe essencialmente, nesta fase, ao Ministério", afirmou.



NEGOCIAÇÃO

Revisão do Estatuto da **Carreira Docente**



FNE avançou com segunda contraproposta sobre MpD

Apesar dos aspetos positivos saídos da reunião anterior com o MECI, que a FNE considerou ter representado um avanço em relação ao modelo vigente de mobilidade por doença, a FNE considerou que a proposta ainda ficava aquém do necessário para assegurar um mecanismo justo de mobilidade, desde logo, porque o modelo de base concursal continua presente na proposta atual.

A FNE reconheceu e valorizou a evolução positiva desta proposta por ir ao encontro do que defendemos, destacando:

- A eliminação da capacidade de acolhimento por grupos de recrutamento.

- O alargamento da possibilidade de obtenção de uma colocação por via da redução da distância mínima entre o AE/EnA de colocação e a AE/EnA de provimento, como condição da mobilidade dos docentes de quadro de AE/EnA.

- A possibilidade de os docentes declarados incapazes para o exercício de funções docentes poderem apresentar-se ao procedimento de mobilidade por doença, sem dependência de vaga.

Consulte em seguida o documento com a segunda contraproposta da FNE enviada ao MECI e que precedeu a reunião final sobre MpD.

2.ª CONTRAPROPOSTA NEGOCIAL

28 de fevereiro de 2025

Apresentado o articulado do anteprojeto de Decreto-lei que visa proceder à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 41/2022, de 17 de junho, que estabelece o regime de mobilidade de docentes por motivo de doença, a **FNE reconhece e valoriza a evolução positiva desta proposta por ir ao encontro do que defendemos, destacando**:

- A eliminação da capacidade de acolhimento por grupos de recrutamento.
- O alargamento da possibilidade de obtenção de uma colocação por via da redução da distância mínima entre o AE/EnA de colocação e a AE/EnA de provimento, como condição da mobilidade dos docentes de quadro de AE/EnA.
- A possibilidade de os docentes declarados incapazes para o exercício de funções docentes poderem apresentar-se ao procedimento de mobilidade por doença, sem dependência de vaga.

Apesar destes aspetos positivos, entre outros, que representam um avanço em relação ao modelo vigente de mobilidade por doença, a FNE considera que a proposta ainda fica aquém do necessário para assegurar um mecanismo justo de mobilidade, desde logo, porque o modelo de base concursal continua presente na proposta atual.

Assim, e tendo em consideração o articulado do anteprojeto de Decreto-lei, a FNE propõe:

Proposta do MECI

«Artigo 4.º
[…]

1 – […]:

a) Sejam portadores de doença incapacitante **ou tenham a seu cargo filho ou equiparado com doença incapacitante que resida no mesmo domicílio fiscal, em situação de monoparentalidade, comprovada mediante certificado de constituição do agregado familiar emitido pela Autoridade Tributária e Aduaneira**;

b) […]:

i) […];

ii) Filho ou equiparado **não abrangido pela alínea anterior**;

iii) [*Revogada*].

2 – […].

Proposta da FNE

«Artigo 4.º
[…]

1 – […]:

a) Sejam portadores de doença incapacitante **ou tenham a seu cargo filho ou equiparado com doença incapacitante que resida no mesmo domicílio fiscal, em situação de ~~monoparentalidade~~, comprovada mediante certificado de constituição do agregado familiar emitido pela Autoridade Tributária e Aduaneira**;

b) […]:

i) […];

ii) Filho ou equiparado **não abrangido pela alínea anterior**;

iii) Ascendentes a cargo e com comprovada situação de dependência que coabitem com o docente;

iv) Detentores do estatuto de cuidador informal não principal reconhecido pela Segurança Social, que coabitem com a pessoa cuidada.

2 – […]

[**Contextualização crítica**:
A FNE considera que não se deve excluir o acesso à MpD dos docentes com ascendentes à sua responsabilidade, pois não seria socialmente justo, nem compreensível, comprometendo o dever de assistência estabelecido no Código Civil – artigo 1874.º - a que pais e filhos estão mutuamente obrigados.
A FNE entende também que os docentes detentores do estatuto de cuidador informal não principal reconhecido pela Segurança Social, que coabitem com a pessoa cuidada, deveriam poder candidatar-se ao regime de MpD.]

Proposta do MECI

Artigo 5.º
[…]

1– […]:

a) A mobilidade se mostre necessária para assegurar a prestação dos cuidados médicos de que carecem ou para assegurar o apoio às pessoas referidas **no n.º 1** do artigo anterior;

b) A deslocação se realize para agrupamento de escolas ou para escola não agrupada cuja sede esteja situada num raio de 50 km, **contados por estrada**, **considerando o percurso mais próximo da localização da entidade prestadora dos cuidados médicos ou da residência familiar**.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, os docentes dos quadros de agrupamento de escolas ou de escola não agrupada só podem requerer a mobilidade por motivo de doença para agrupamento de escolas ou para escola não agrupada cuja sede diste mais de **15 km**, **contados por estrada, considerando o percurso mais próximo, da escola sede do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada de provimento**.

3 — […].

Proposta da FNE

Artigo 5.º
[…]

1– […]:

a) A mobilidade se mostre necessária para assegurar a prestação dos cuidados médicos de que carecem ou para assegurar o apoio às pessoas referidas **no n.º 1** do artigo anterior;

b) A deslocação se realize para agrupamento de escolas ou para escola não agrupada cuja sede esteja **a uma distância máxima de 50 km**, **contados por estrada**, **considerando o percurso mais próximo da localização da entidade prestadora dos cuidados médicos ou da residência familiar**.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, os docentes dos quadros de agrupamento de escolas ou de escola não agrupada só podem requerer a mobilidade por motivo de doença para agrupamento de escolas ou para escola não agrupada cuja sede diste mais de **15 km**, **contados por estrada, considerando o percurso mais próximo, da escola sede do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada de provimento**.

3 - Em situações de saúde muito condicionantes da mobilidade, devidamente comprovadas, os docentes dos quadros de agrupamento de escolas ou de escola não agrupada podem requerer a mobilidade por motivo de doença para agrupamento de escolas ou para escola não agrupada, independentemente da distância da escola sede do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada de provimento.

4 — […].

[**Comentário crítico**: A FNE considera que o acesso ao regime de MpD não deve estar limitado por qualquer distância mínima entre o AE/EnA de provimento e o local onde se localiza a entidade prestadora dos cuidados médicos considerados essenciais, ou a residência familiar do docente.
Não obstante esta nossa posição de princípio, registamos como positiva a proposta de reduzir de 20 para 15 quilómetros a distância mínima entre o AE/EnA de colocação e a sede do Concelho de AE/EnA de provimento, como condição da mobilidade dos docentes de quadro de AE/EnA. Mais ainda, porque a distância corresponderá à distância percorrida em estrada e não a uma linha reta definida no mapa.
Propomos também que a distância máxima entre a escola de destino e a residência/local de tratamento, possa ser superior aos atuais 50 quilómetros, por possibilitar alargar as possibilidades de acesso a uma colocação no âmbito do MpD aos docentes que dela necessitam.]

Proposta do MECI

Artigo 7.º

Determinação da capacidade de acolhimento e colocação de docentes

1 – A determinação da capacidade de acolhimento dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas é realizada pela Direção-Geral da Administração Escolar, não podendo exceder 10% da dotação global do quadro de pessoal docente do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada de destino.

2 – A colocação dos docentes é realizada pela Direção-Geral da Administração Escolar

Proposta da FNE

Artigo 7.º

Determinação da capacidade de acolhimento e colocação de docentes

1 – A determinação da capacidade de acolhimento dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas é realizada pela Direção-Geral da Administração Escolar, não podendo **ser inferior a 10%** da dotação global do quadro de pessoal docente do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada de destino.

2 – A colocação dos docentes é realizada pela Direção-Geral da Administração Escolar

[**Comentário crítico**: A FNE considera o princípio de que a MpD não deve estar limitada por qualquer capacidade de acolhimento, privilegiando o respeito pela dignidade humana.
No entanto, a FNE regista positivamente que, existindo capacidade de acolhimento, esta não esteja associada às necessidades dos grupos de recrutamento, sendo aferida em bloco único.]

Proposta do MECI

Artigo 8.º

[…]

1 – […]:

a) Grau de incapacidade, comprovado por atestado médico de incapacidade multiuso do docente, ou do filho ou equiparado a que se refere a **alínea *a*)** do n.º 1 do artigo 4.º;

b) **Grau de incapacidade, comprovado por atestado médico de incapacidade multiuso das pessoas a que se refere a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º**;

c) [Anterior alínea *b*)];

d) [Anterior alínea *c*)].

2 – Para o efeito do disposto na alínea *a*) do número anterior, prefere o docente com maior grau de incapacidade **ou com maior grau de incapacidade do filho ou equiparado**.

3 – Para o efeito do disposto na alínea *b*) do n.º 1, prefere o docente **cujas pessoas a que se refere a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º tenham maior grau de incapacidade**.

4 – Para o efeito do disposto **na alínea *c*) do n.º 1**, prefere o docente com maior idade.

5 – [*Anterior n.º 4*].

Proposta da FNE

Artigo 8.º

[…]

1 – **A colocação dos docentes em mobilidade por motivo de doença efetua-se de acordo com os seguintes critérios de preferência:**

a) Grau de incapacidade, comprovado por atestado médico de incapacidade multiuso do docente, ou do filho ou equiparado a que se refere a **alínea *a*)** do n.º 1 do artigo 4.º;

b) **Grau de incapacidade, comprovado por atestado médico de incapacidade multiuso das pessoas a que se refere a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º**;

c) [Anterior alínea *b*)];

d) [Anterior alínea *c*)].

2 – Para o efeito do disposto na alínea *a*) do número anterior, prefere o docente com maior grau de incapacidade **ou com maior grau de incapacidade do filho ou equiparado**.

3 – Para o efeito do disposto na alínea *b*) do n.º 1, prefere o docente **cujas pessoas a que se refere a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º tenham maior grau de incapacidade**.

4 – Para o efeito do disposto **na alínea *c*) do n.º 1**, prefere o docente com maior idade.

5 – [*Anterior n.º 4*].

[**Comentário crítico:** Concordamos com o proposto, sendo que se propõe a correção do disposto no n.º 1 por motivo de necessidade de se adequar à nova redação do artigo 7.º]

Proposta MECI

Artigo 9.º

[…]

1 – [*Anterior corpo do artigo*].

2 – Sempre que um docente comprove ter-se verificado um agravamento da sua condição de saúde, no decurso do ano letivo, pode instruir novo pedido de mobilidade, sendo colocado em função da capacidade de acolhimento que subsista nos agrupamentos de escolas e nas escolas não agrupadas para os quais manifeste preferência, determinada nos termos do artigo 7.º.

[**Comentário crítico:** Concordamos com o proposto por corresponder à proposta apresentada pela FNE.]

Proposta MECI

Artigo 10.º

[…]

Sem prejuízo das situações previstas no artigo anterior, a mobilidade por motivo de doença tem a duração de um ano escolar, **podendo ser renovada por mais dois anos escolares, desde que se mantenham os requisitos e as condições previstas no presente decreto-lei, independentemente da existência ou não de componente letiva e sem prejuízo da capacidade de acolhimento**.

[**Comentário crítico:** A FNE concorda com o proposto, salvaguardando que não deve haver prejuízo das necessidades declaradas pelos AE/EnA para efeitos de mobilidade interna.]

Proposta MECI

Artigo 4.º-A

Docentes declarados incapazes

1 – Os docentes declarados incapazes para o exercício de funções docentes podem apresentar-se ao procedimento de mobilidade por doença estabelecido no presente decreto-lei.

2 – A declaração de incapacidade para o exercício de funções docentes pode ser declarada:

a) Por junta médica a que se refere o artigo 33.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual;

b) Nos termos do Decreto-Lei n.º 224/2006, de 13 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 124/2008, de 15 de julho; ou

c) Por junta médica realizada no âmbito da medicina no trabalho.

3 – A colocação dos docentes a que se refere o número anterior não fica sujeita ao disposto nos n.os 1 e 2 do artigo 7.º.

4 – A colocação dos docentes a que se refere o presente artigo é regulada por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Administração Pública, das finanças e da educação.

Proposta da FNE

Artigo 4.º-A

Docentes declarados incapazes

1 – Os docentes declarados incapazes para o exercício de funções docentes podem apresentar-se ao procedimento de mobilidade por doença estabelecido no presente decreto-lei.

2 – A declaração de incapacidade para o exercício de funções docentes pode ser declarada:

a) Por junta médica a que se refere o artigo 33.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual;

b) Nos termos do Decreto-Lei n.º 224/2006, de 13 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 124/2008, de 15 de julho; ou

c) **Por determinação da medicina no trabalho.**

3 – A colocação dos docentes a que se refere o número anterior não fica sujeita ao disposto nos n.os 1 e 2 do artigo 7.º.

4 – A colocação dos docentes a que se refere o presente artigo é regulada por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Administração Pública, das finanças e da educação.

[**Comentário crítico:** Concordando com o proposto, sugerimos a correção da redação da alínea c) do n.º 2]

OUTRAS PROPOSTAS

Ì **Deve ser introduzida uma norma que preveja a avaliação global do diploma e das suas condições de aplicação, no final do primeiro ano de vigência, no sentido da sua melhoria.**

Ì **A desatualização da lista de doenças incapacitantes (Despacho Conjunto nº A-179/89-XI, de 22 de setembro) exige a sua revisão urgente, por não contemplar um vasto conjunto de doenças incapacitantes, ou a criação de um mecanismo alternativo que permita a mobilidade por doença mediante comprovação da incapacidade.**

Ì **Pertinência da aceleração e desburocratização na emissão dos Certificados de Incapacidade Multiuso, para que nenhum docente fique prejudicado por não obtê-lo a tempo útil.**

Porto, 28 de fevereiro de 2025

Pedro Barreiros

Secretário-Geral

Federação Nacional da Educação
www.fne.pt

Federação Nacional da Educação



www.fne.pt



FNE chegou a acordo com MECI sobre DL da MpD

A tarde de 3 de março de 2025 ficou marcada pelo acordo da FNE com o MECI relativo ao Decreto-Lei n.º 41/2022, de 17 de junho, que estabelece o regime de Mobilidade de Docentes por motivo de doença, englobado na negociação de revisão do Estatuto da Carreira Docente.

"Chegámos a um princípio de acordo, que vai ser agora convertido numa proposta de redação nova ao texto que nos foi enviado. Não são alterações muito substanciais: uma tem a ver com uma nossa leitura distinta daquela que o Ministério da Educação faz. Mas há concordância no sentido do procedimento que se pretende. Logo trata-se apenas de uma questão de construção frásica.

Há ainda uma outra necessidade de alteração relacionada com a proposta que fizemos ao Ministério de poder ser considerado um momento para se fazer uma apreciação global da aplicação desta Mobilidade por Doença (MpD)", começou por dizer o Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, à saída da reunião. O líder da FNE acrescentou que "não estava previsto na proposta que nos apresentaram que no final de cada ano se possa olhar aquilo que é a aplicação deste novo modelo, verificar quais as deficiências. Por isso, o MECI acolheu a nossa proposta de fazer uma avaliação global, até para percebermos se os 10% que nos são apresentados como capacidade de acolhimento são suficientes numa determinada realidade ou contexto, ou se ficam aquém".

Segundo o Secretário-Geral da FNE, "vai haver necessidade de fazer alguns ajustes a este diploma, o que só será possível através desta avaliação. Na proposta que nos foi apresentada, e que era o que mais nos afastava desde a última reunião, estava a questão dos ascendentes, dos filhos, poderem usufruir da MpD para poderem tomar conta dos pais ou parentesco de primeiro grau. Foi uma evolução positiva que veio ao encontro da nossa segunda contraproposta e por isso, tendo em conta o contexto desde a primeira proposta do MECI até ao acolhimento das nossas contrapropostas, chegamos à conclusão que a tutela atendeu não à totalidade, mas à sua grande maioria".

Pedro Barreiros concluiu que "o modelo que virá a ser publicado não será, como nenhum é, perfeito. Por isso satisfaz-nos a existência deste mecanismo que permita rever e alterar o que tiver de ser alterado em termos futuros". Acrescentou ainda que "para já importa é garantir que todos os professores com necessidades específicas de MpD, a partir do próximo ano já possam usufruir deste mecanismo, em condições muito melhores do que as que se verificaram até agora".

Quanto ao número de docentes que poderá aceder a este novo regime, Pedro Barreiros considerou que "é garantido que todos aqueles que precisam, têm. Algo que o atual modelo não garantia. E importa também analisarmos a idade dos professores, o que se prevê em termos de aposentações e o rejuvenescimento da profissão docente. A partir do momento em que duas condições que sejam a idade e a colocação tendam a ser cada vez melhores - ou seja os professores mais novos e colocados - nas escolas onde pretendem ser colocados, a necessidade de recurso a esta figura da MpD será cada vez menor. Por isso são dois fatores que segundo nós vão fazer com que a necessidade de recorrer a este tipo de mobilidade seja cada vez menor", concluiu.

O novo regime de MpD deverá entrar em vigor já no próximo ano letivo, tendo sido o primeiro tema a ser negociado no âmbito da negociação da revisão do ECD. Seguem-se depois, sem calendário definido, as matérias do recrutamento, ingresso na carreira, formação e desenvolvimento profissional, condições de trabalho, revisão da carreira não revista e modelo de avaliação de desempenho docente.





FNE e União das Mutualidades Portuguesas assinam acordo de revisão do CCT

A FNE, a União das Mutualidades Portuguesas (UMP) e 15 organizações sindicais da UGT celebraram, na manhã de sexta-feira, 7 de fevereiro de 2025, em Esmoriz, Ovar, o acordo de revisão do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) das Mutualidades.

A revisão do CCT incide fundamentalmente na atualização das tabelas salariais para o ano de 2025, com o objetivo de continuar a valorizar os trabalhadores, que são o rosto das suas associações mutualistas, junto dos associados e das comunidades.

A cerimónia de assinatura contou com as presenças do Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, do Secretário-Geral Adjunto (SGA) da FNE, José Ricardo Coelho, do Presidente da UMP, Luís Alberto Silva, do Secretário-Geral Adjunto da UGT, José Cordeiro, e dos representantes dos demais sindicatos signatários.

Pedro Barreiros congratulou-se por esta revisão do acordo e assumiu que "é a nossa preocupação com os trabalhadores, conseguir a cada contrato as melhores soluções para as condições de trabalho, assim como ao nível remuneratório tentar melhorar de acordo com as condições de cada instituição e do país". O dirigente máximo da FNE acrescentou ainda que "é com satisfação que verificamos que ao longo destes anos, tanto do lado patronal como do sindical, se tem conseguido encontrar um caminho para dar respostas às necessidades dos trabalhadores e hoje é mais um dia simbólico para dar nota disso. Apesar de tudo não estamos completamente satisfeitos, queremos sempre melhor e esperamos no futuro ter um CCT que se adeque completamente às necessidades dos trabalhadores"



Também em palavras dirigidas aos presentes, José Ricardo Coelho, Coordenador da Mesa Negocial da Frente Sindical da UGT para o Setor Social e Solidário, sublinhou que "decorridos cinco anos após a celebração do Acordo do CCT para o setor das Mutualidades, o acordo que hoje assinamos, assinala mais uma etapa de reconhecimento e valorização de homens e mulheres que honram a sua força de trabalho à causa social e solidária nas Mutualidades Portuguesas".

José Ricardo Coelho deixou uma palavra a Pedro Barreiros assumindo que a sua presença é um sinal de reforço no apoio a toda a Comissão Negociadora para o setor social, pelo trabalho e pelo resultado a que se chegou neste processo negocial.

No entanto, sabemos do muito que ainda há a fazer no capítulo da dignificação do trabalho e da valorização dos trabalhadores de todo o setor social. A começar pelo Estado, que não tem feito tudo o que está ao seu alcance para valorizar e dignificar o trabalho desenvolvido no setor, bem como das próprias instituições, às quais se exige fazer caminho para se tornarem unidades económicas com uma gestão mais profissionalizada e mais eficiente".



José Ricardo Coelho garantiu que "da nossa parte, continuaremos a bater-nos, junto do Governo, junto do espaço da Concertação Social e através da Negociação Coletiva, pelo reforço do setor social e solidário, capaz de competir com os demais setores da nossa economia, seja na qualidade dos serviços que presta, seja na capacidade de recrutar os melhores recursos para as diferentes respostas sociais".

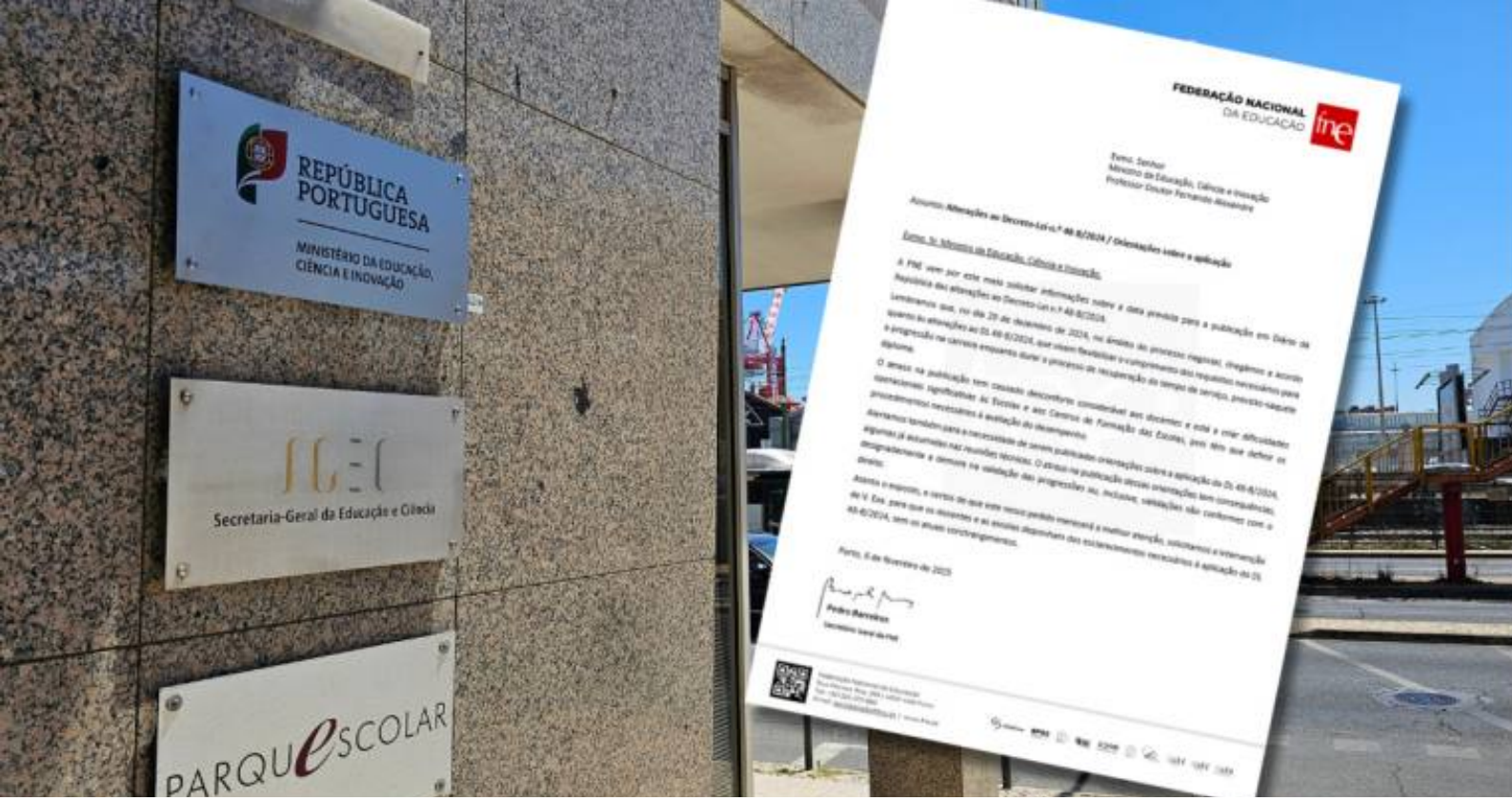
José Ricardo Coelho sublinhou ainda que é necessário ir mais longe e lutar por novas matérias em discussão, "na valorização do estatuto remuneratório e melhoria dos direitos de todos os trabalhadores. Gostaríamos, particularmente, de ir mais longe na valorização salarial dos trabalhadores com níveis de competências mais exigentes e funções de maior responsabilidade" - frisou.

A fechar, o SGA da FNE deixou uma mensagem: "No entanto, negociar não é um processo de imposição mútua dos interesses que cada uma das partes coloca em cima da mesa negocial. Negociar não é só fazer. É fazer acontecer. É um processo de conquistas, mas também de cedências. É um processo onde as divergências, devem dar lugar a soluções de consenso. É um processo onde se exige esforço para se encontrarem soluções que valorizem a contratação coletiva e melhorem as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. E foi isto que se procurou fazer, tanto neste processo negocial, como em todos os processos negociais anteriores".



Galeria de Fotos





FNE questionou MECI sobre alterações ao Decreto-Lei n.º 48-B/2024

A FNE fez chegar ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) um ofício a solicitar informações sobre a data prevista para a publicação das alterações ao Decreto-Lei n.º 48-B/2024.

No ofício, a FNE lembrou a tutela que, no passado dia 20 de dezembro de 2024, no âmbito do processo negocial, se chegou a acordo quanto às alterações ao DL 48-B/2024, que visam flexibilizar o cumprimento dos requisitos necessários para a progressão na carreira, enquanto durar o processo de recuperação do tempo de serviço, previsto naquele diploma, e resultante do importante acordo celebrado entre a FNE e o MECI.

A demora na publicação das alterações acordadas tem causado ansiedade e um desconforto considerável nos docentes e está a gerar dificuldades operacionais significativas às Escolas e aos Centros de Formação de Escolas, pois urge definir os procedimentos necessários à avaliação do desempenho docente.

A FNE deixou ainda o alerta para a necessidade de serem publicadas orientações sobre a aplicação do DL 48-B/2024, algumas já assumidas nas reuniões técnicas de acompanhamento com a DGAE. O atraso na publicação dessas orientações tem consequências, designadamente a demora na validação das progressões ou, inclusive, validações não conformes com o direito.



FNE reuniu com CHEGA

A FNE reuniu na Assembleia da República com a deputada Maria José Aguiar, Coordenadora da 8ª Comissão de Educação e Ciência e o deputado José Carvalho, ambos do Grupo Parlamentar do Partido CHEGA numa audiência sobre os docentes do pré escolar e do 1º CEB, no que respeita à carga da componente letiva e as reduções face à idade (art.79).

Neste encontro, a FNE fez chegar a este grupo parlamentar as suas preocupações sobre estas matérias e recordando que a FNE, no seu plano de ação 2023-2027, registava as suas perspetivas em relação a estes pontos referindo que:

- Limitar a componente letiva dos docentes que desempenham cargos de coordenação pedagógica, sem prejuízo das reduções do horário letivo que o professor tenha direito ao abrigo do artigo 79º do ECD, ou, em alternativa, a FNE propõe que o exercício destas funções seja remunerado com base nas 5 horas semanais. Para a FNE, esta medida explica-se pelo grande aumento de trabalho burocrático e de responsabilidade exercida pelos docentes que são designados para estas funções;

A organização do tempo de trabalho semanal deve ter em linha de conta o desgaste inerente ao exercício da profissão.

- Os docentes da educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico têm direito a ser dispensados da atribuição de turma e de atividades com alunos e com caráter regular, a partir dos 45 anos de idade e 15 anos de serviço, em termos a regulamentar, e aos 60 anos, por opção do docente, poderão ver garantida a dispensa total da componente letiva, ficando apenas com funções não letivas.

A FNE pretende reunir e apresentar estas questões a outros grupos parlamentares, sendo também estes encontros um reforço da disponibilidade da federação para um diálogo regular, que permita partilhar as visões sobre as melhores políticas para uma Educação de qualidade em Portugal.





FNE condenou intervenção de Deputado do CHEGA

Através de um comunicado tornado público, a FNE manifestou o seu repúdio e condenação à intervenção do Deputado do CHEGA, João Tilly, sobre a temática da Educação Especial, ocorrida no Parlamento.

Segundo o documento divulgado pelos meio de comunicação social, "as declarações proferidas pelo deputado revelam um profundo desconhecimento da realidade da Educação Especial em Portugal, bem como uma total falta de sensibilidade para com as necessidades específicas das crianças e jovens que o integram.

A FNE considera ainda que "a abordagem deste deputado sobre a Educação Especial é redutora, simplista e desrespeitosa para com os alunos, pais, professores e demais profissionais envolvidos neste tipo de ensino e defende que a Educação Especial é um direito fundamental de todas as crianças e jovens com necessidades específicas, e que o Estado tem a obrigação de garantir o acesso a uma educação de qualidade, inclusiva e personalizada, que promova o desenvolvimento máximo das suas potencialidades".

A FNE acrescentou também que "repudia qualquer tentativa de desvalorização ou de discriminação da Educação Especial, e reafirma o seu compromisso na defesa de uma Educação de qualidade para todos, onde a inclusão e a igualdade de oportunidades sejam uma realidade" e deixou o apelo "a todos os partidos políticos com representação parlamentar para que defendam o direito de todas as crianças e jovens com necessidades educativas específicas a um ensino de qualidade, inclusivo e personalizado".

concurso nacional
2025



2024 | 2º Escalão - 1º Lugar
Turma Gualtar 9 do 4º ano
EB1 de Gualtar – AECA – Braga

Era uma vez... o 1º de maio

www.fne.pt

REGULAMENTO DO CONCURSO

TEMA: VONTADE DE SER PROFESSOR

A Federação Nacional da Educação - FNE e os seus Sindicatos promovem a edição de 2025 do Concurso **"Era Uma Vez… o 1º de Maio"**, desafiando alunos, educadores e professores de todo o país a apresentar trabalhos alusivos ao Dia do Trabalhador e assumindo como tema para a edição deste ano **"VONTADE DE SER PROFESSOR".**

A iniciativa, que registou ao longo das suas sucessivas edições a participação de milhares de trabalhos, visa compreender e explorar, de modo criativo e artístico, o significado do 1º de Maio, reconhecer a solidariedade como valor fundamental e contribuir para o desenvolvimento da criatividade e da cidadania.

O regulamento do concurso pode ser consultado na página oficial e nas redes sociais da FNE e dos seus Sindicatos membros.

O Concurso "Era uma vez... o 1º de Maio" é um grande contributo educativo da FNE para o tratamento, nas escolas, do tema do Mundo do Trabalho, que é um dos cinco domínios da Educação para a Cidadania, com aplicação opcional em qualquer ano de escolaridade, contribuindo para as áreas de competências definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

A primeira edição do Concurso "Era uma vez… o 1º de Maio" da FNE ocorreu em maio de 2003.

Objetivos

- Compreender o dia 1º de maio como o Dia do Trabalhador;
- Desenvolver o conhecimento sobre o 1º de Maio;
- Reconhecer a solidariedade como um valor fundamental da sociedade atual;
- Contribuir para o desenvolvimento da criatividade e da cidadania.

Modalidades de Concursos e Condições de Participação

O concurso destina-se a alunos e docentes distribuídos pelos seguintes escalões:

ALUNOS	DOCENTES
1º escalão (Pintura e/ou colagem) - Educação para a Infância **2º escalão** (Pintura) - 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico **3º escalão** (Pintura) - 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário	**4º escalão** (Pintura) - Educadores e Professores

Os trabalhos do 1º escalão (Educação para a Infância) serão unicamente de pintura ou colagem e coletivos (turma ou jardim de infância).
Os trabalhos do 2º escalão (1º Ciclo do Ensino Básico) serão coletivos (turma ou escola).
Os trabalhos dos 3º e 4º escalões serão de caráter individual.
Cada concorrente, turma ou jardim de infância/escola só pode concorrer com um trabalho.
Os trabalhos não devem ultrapassar o tamanho A3 e o suporte deverá ser papel/cartolina/cartão.

ERA UMA VEZ... O 1º DE MAIO

Prazos

O **prazo de entrega** dos trabalhos termina no dia 17 de abril de 2025.

Entrega de trabalhos

Os trabalhos podem ser entregues diretamente ou enviados por correio para a sede da FNE no Porto (Rua Pereira Reis, 399, 4200-448 Porto).
(apenas serão avaliados os trabalhos recebidos até ao dia 17 de abril de 2025)

Júri do concurso

O júri será constituído pelos seguintes elementos:
- Um(a) Representante da FNE
- Um(a) Representante da AFIET
- Um(a) Educador(a) de Infância
- Um(a) Professor(a) do 1.º Ciclo do Ensino Básico
- Um(a) Professor de Educação Visual

Divulgação dos Trabalhos Premiados

No dia 24 de abril de 2025 será divulgada a listagem dos trabalhos premiados, em cada um dos escalões, na página de internet da FNE em www.fne.pt.

Exposição dos Trabalhos

Os trabalhos premiados serão expostos no dia 1 de maio de 2025, no local em que a UGT - União Geral de Trabalhadores e a FNE realizarem as comemorações do Dia do Trabalhador, de cujo programa constará a respetiva entrega de prémios e certificados de participação.
Posteriormente os trabalhos serão divulgados nas páginas de internet e redes sociais da FNE e da AFIET.

Entrega de Prémios

Os prémios serão entregues no local das comemorações, no dia 1 de maio de 2025.

Prémios

Terão direito a prémio os três melhores classificados em cada escalão.
Os prémios a atribuir, em cada escalão, serão os seguintes:
1.º Prémio – Tablet*
2.º Prémio – Máquina fotográfica*
3.º Prémio – Livros / Jogos didáticos*
* Os prémios podem ser substituídos por outros de igual valor

Disposições Finais

Os trabalhos ficam pertença da FNE.



Educação – Novos tempos, os mesmos problemas: um olhar retrospetivo sobre o percurso profissional de três décadas

Ao analisar o meu registo biográfico, datado de 1993, na escola do lugar de Tropeço, Arouca, reavivam-se-me memórias, experiências, saberes. Daí, com vista para a Serra da Freita e para as suas icónicas pedras parideiras rumei para os Açores, com destino à ilha Terceira, e à cidade de Angra do Heroísmo, património da humanidade, lugar que escolhi (ou que me escolheu a mim) para trabalhar e viver.

Na Universidade dos Açores, retomei os estudos superiores, acrescentando à formação inicial o grau de licenciatura, uma pós-graduação e o mestrado em Educação Ambiental.

Em 2007, assumi o cargo de dirigente sindical no Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA). O sindicalismo foi um marco na minha vida.

Uma experiência emancipatória que me abriu novos horizontes e que me fez seguir uma trajetória com novos olhares e renovados modos de pensar e agir, responsabilidades e oportunidades, sentido de inconformismo, certas utopias e confronto com realidades imutáveis.

Neste percurso, contei com um importante acervo de experiências e envolvimento no plano dos processos de negociação coletiva, e privei com sindicalistas de vanguarda, especialistas da educação, políticos, governantes e inúmeros colegas docentes de todas as regiões do país.

É incontornável a indelével contribuição do SDPA para que o sistema educativo regional exercesse um papel mais atuante e que se concretizassem medidas promotoras de condições de trabalho dignas, pela valorização da docência e do reconhecimento dos professores.

Momentos que marcaram

A vida sindical exige provas da mais elevada competência. O percurso foi árduo, e por vezes ingrato, com desafios e muito estudo, mas em que quase tudo é possível, se fizermos as escolhas certas, e não perdermos a certeza da esperança.

Recordo a primeira entrevista ao Diário Insular, em janeiro de 2009, na reta final das negociações do Estatuto da Carreira Docente, após já ter participado na FNE em fóruns de debate sobre o tema da avaliação do desempenho docente, cuja publicação foi entregue à equipa negocial à porta do edifício da então Secretaria Regional da Educação dos Açores.

É inegável o impacto da ação persistente e continuada do SDPA nas conquistas de que hoje beneficiam os docentes dos Açores, desde a recuperação integral do tempo de serviço prestado, no período de congelamento da carreira, e que se concretizou nesta região autónoma, após um duríssimo processo de luta e greves, que congregou e uniu exemplarmente a classe docente até à conquista da equidade dos horários de trabalho dos docentes do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, equiparando-os aos dos restantes níveis de ensino.

Não é demais realçar o alcance vanguardista e estratégico destas medidas, de que os Açores foram pioneiros.

Tive o privilégio de conhecer e colaborar com pessoas com interesses comuns, contribuindo para construir assim um futuro para a educação, e ganhando amizades para a vida. Do SDPA e da FNE, relembro a seriedade, o rigor, a exigência que aprendi e cultivei. A amizade e a cumplicidade das equipas que integrei, foram as âncoras que me ajudaram a dar o melhor possível de mim.



As voltas que a educação dá: ontem, hoje e amanhã

Em 2022, decidi fazer a transição inevitável e indispensável de retomar o ensino, obedecendo ao princípio caro ao SDPA de que outros conduzam o seu destino, renovando-se os corpos gerentes. Assim teve de ser e tem sido sempre no nosso Sindicato, com a convicção e a certeza de que quem fica dará continuidade ao trabalho, com dedicação e competência.

Pertencendo aos quadros da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba, em Angra do Heroísmo, leciono um contexto pautado por baixos índices de escolarização das famílias, elevados níveis de assistência social, estados de pobreza difíceis de reverter, num enquadramento que evidencia a premência da definição de medidas educativas eficazes para garantir o sucesso dos alunos.

Nesta transição para a escola deparei-me com circunstâncias que parecem representar um verdadeiro retrocesso, numa tendência persistente dos mesmos problemas que obstaculiza ou atrasa irremediavelmente o suporte a uma evolução contínua e plena do sucesso educativo.

O que parecia impossível tornar a acontecer como nos anos 90, é hoje uma realidade: uma carência de professores legalmente habilitados para a docência grassa e dissemina-se pelas nossas escolas. O esforço de fixação de docentes deve ser maior abrangendo não apenas as ilhas periféricas, mas também os centros urbanos das ilhas de maior dimensão, o que se aplica, *mutatis mutandis*, ao resto do território nacional.

A autonomia das escolas na construção do seu próprio caminho faz justamente recair sobre os ombros dos professores, para apoiar crianças e jovens, desafios de gestão emocional, comportamentais e sociais cada vez mais complexos.

As verdadeiras mudanças estruturais e sociais parecem ter-se perdido nas oportunidades, princípios éticos e valores que deveriam alicerçar qualquer sistema educativo, em qualquer lugar ou tempo, de molde a evitar-se o declínio, a atrofia e a carência.

A educação não pode estar sujeita a ciclos de desorientação, num processo tão repetido quanto gasto de criação de expectativas que criam primeiro uma ilusão e a seguir um desânimo.

É imensamente difícil preparar as novas gerações para um futuro incerto e um mundo em frenética transformação. O trabalho dos professores é hoje mais complexo do que nunca, exigindo um esforço na definição do que é essencial ensinar e aprender.

Acredito que, apesar dos avanços tecnológicos, da informação e da IA, a qualidade das pessoas e das relações continuará a ser o mais importante a preservar. São as pessoas que fazem a diferença, seja na escola, seja no movimento sindical. Por isso, recordo aqueles que me acompanharam ao longo dos tempos e que, mesmo quando não os enumero, permanecem presentes nas boas ações que guardo e que me inspiram.

Eva Vidal
Presidente da Mesa da
Assembleia Geral do SDPA



SIADAP 2025: Uma reforma necessária ou mais burocracia na Administração Pública?

O Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP) tem sido um dos pilares da gestão do setor público desde a sua criação em 2014. No entanto, tem sido alvo de críticas constantes devido à sua complexidade, falta de transparência e a perceção de injustiça na avaliação do desempenho dos trabalhadores. Com as alterações que entram em vigor em 2025, coloca-se a questão: estas mudanças vão, de facto, melhorar o sistema ou apenas introduzir novas mais burocracia?

Avaliação Anual; melhoria ou sobrecarga?

Uma das principais mudanças no SIADAP é a transição para um ciclo avaliativo anual. Até agora, o sistema funcionava em ciclos de dois anos, permitindo um acompanhamento mais espaçado da evolução do desempenho dos trabalhadores. Com a nova periodicidade, a avaliação passa a ser feita anualmente, o que, em teoria, permite um acompanhamento mais próximo dos objetivos e do impacto do trabalho dos funcionários públicos.

Contudo, esta alteração levanta algumas questões práticas. Será que os avaliadores terão tempo e recursos suficientes para conduzir um processo rigoroso todos os anos? A sobrecarga burocrática para chefias intermédias pode aumentar significativamente, desviando a atenção do seu trabalho operacional. Além disso, há o risco de tornar a avaliação um mero exercício formal, sem o devido impacto na valorização dos trabalhadores.

Menções qualitativas e quotas:

Outra mudança significativa prende-se com a reformulação das menções qualitativas, que passam a ser "Muito Bom", "Bom", "Regular" e "Inadequado". Além disso, estabelecem-se percentagens fixas para a distribuição das menções, criando uma estrutura que limita o número de funcionários que podem ser reconhecidos com desempenhos de excelência.

Por um lado, esta medida pode ajudar a distinguir mais claramente os níveis de desempenho e a garantir que as avaliações sejam mais equilibradas. No entanto, há um risco evidente de injustiça quando se aplicam quotas rígidas. Em equipas onde a maioria dos funcionários desempenha o seu trabalho de forma exemplar, alguns poderão ser injustamente classificados numa categoria inferior apenas para cumprir as percentagens. Este fator pode gerar desmotivação e um sentimento de frustração, contrariando o propósito da avaliação do desempenho.

Impacto na progressão na carreira

Uma das novidades que mais interesse desperta entre os funcionários públicos é a redução do número de pontos necessários para a progressão remuneratória, passando de 10 para 8. À primeira vista, isto parece ser uma vantagem, permitindo que os trabalhadores avancem na carreira mais rapidamente. No entanto, se a atribuição de menções superiores está condicionada pelas quotas, a progressão poderá continuar a ser lenta para muitos.

Impacto nos trabalhadores da educação

Para os trabalhadores da educação, as alterações ao SIADAP trazem desafios específicos. Com a integração dos trabalhadores não docentes nos municípios, o modelo de avaliação passa a estar alinhado com as diretrizes das autarquias.

Esta mudança pode trazer desafios, especialmente na coordenação entre as direções escolares e os municípios, que agora assumem uma maior responsabilidade na gestão dos auxiliares de ação educativa e pessoal administrativo. A uniformização de critérios de avaliação entre os diferentes municípios pode ser um obstáculo, dado que cada autarquia poderá interpretar e aplicar o SIADAP de forma diferente. Além disso, a limitação das quotas para menções mais elevadas pode impactar negativamente a progressão dos trabalhadores, dificultando a valorização do seu desempenho.

Desafios e oportunidades para o futuro

As alterações ao SIADAP representam uma tentativa de modernizar e melhorar a avaliação do desempenho na Administração Pública. No entanto, o sucesso destas mudanças dependerá em grande medida da forma como são implementadas e da capacidade das instituições em adaptar-se a um novo modelo de gestão.

Se por um lado existe um esforço para tornar o sistema mais justo e transparente, por outro, as limitações impostas pelas quotas e a carga burocrática adicional podem minar os seus efeitos positivos. Será essencial acompanhar a aplicação destas medidas e recolher feedback dos trabalhadores para garantir que o SIADAP 2025 não se transforme em mais um entrave ao funcionamento da Administração Pública.

Conclusão: a reforma do SIADAP é necessária, mas a sua eficácia dependerá da flexibilidade e bom senso na sua aplicação. O objetivo deve ser sempre a valorização dos trabalhadores e a melhoria da qualidade dos serviços públicos, e não a imposição de novas barreiras administrativas que dificultem a motivação e o desenvolvimento profissional dos funcionários do Estado.

Carlos Varandas



Milhares de Trabalhadores de Apoio Educativo podem ter o seu lugar em risco

A 14 de fevereiro de 2025 a FNE fez chegar ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) um ofício em que mostrava a sua preocupação com a situação de milhares de trabalhadores de apoio educativo, que podem ter o seu lugar em risco, em virtude da recente remodelação do Governo ter incluído uma substituição na Secretaria de Estado da Administração Educativa e Inovação.

Na verdade, e entre outras matérias, disse a FNE "era esta Secretaria de Estado que tinha a responsabilidade e tutela do Pessoal de Apoio Educativo".

A FNE relembrou a tutela que o anterior Secretário de Estado vinha afirmando a intenção de realizar um concurso para a vinculação de trabalhadores de apoio educativo, a decorrer no mês de fevereiro de 2025, bem como o início de processos negociais sobre o perfil, conteúdos funcionais, formação, rácios e outros temas de elevado interesse social e laboral para estes profissionais da educação.

"A substituição da equipa ministerial gera apreensão e incerteza quanto à continuidade dos processos em curso, nomeadamente no que se refere à situação de milhares de trabalhadores que aguardam a vinculação e que podem ter o seu lugar em risco" alertava ainda no documento.

Devido a esta situação, a FNE avançou com a solicitação da marcação de uma reunião de caráter urgente, para que fosse possível apresentar as suas preocupações e obter esclarecimentos sobre o futuro do Pessoal de Apoio Educativo.

unesco

AI competency framework for teachers



Education 2030

Competências de IA da UNESCO para alunos e professores: ultrapassar o âmbito da literacia digital tradicional

A Inteligência Artificial (IA) está a transformar rapidamente o nosso mundo e a mudar a forma como vivemos, trabalhamos e aprendemos. Para ajudar os sistemas educativos a manter o ritmo, a UNESCO lançou dois novos quadros de competências em matéria de IA, um para alunos e outro para professores. Objetivo: integrar as competências de IA na educação, através de uma abordagem centrada no ser humano. Nas recomendações, a UNESCO adverte contra a dependência excessiva da IA na resolução de questões sistémicas na educação, como a escassez de professores e a inadequação das infra-estruturas.

Estes quadros têm como objetivo orientar os países no apoio a alunos e professores para que compreendam o potencial e os riscos da IA, a fim de se envolverem com ela de uma forma segura, ética e responsável na educação e no dia a dia. Porque é que a UNESCO está a centrar a sua atenção na IA separadamente de outras tecnologias digitais na educação?

A IA distingue-se de outras tecnologias digitais devido ao seu potencial para remodelar profundamente as sociedades, as economias e os sistemas educativos. Ao contrário das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) convencionais, a IA coloca desafios éticos e sociais únicos, tais como questões de equidade, transparência, privacidade e responsabilidade.

Além disso, a capacidade única da IA para imitar o comportamento humano tem um impacto direto na ação humana. Estes desafios exigem competências específicas que ultrapassam o âmbito da literacia digital tradicional.

Embora a UNESCO tenha fornecido orientações sobre competências digitais durante muitos anos, os novos quadros de competências em matéria de IA são adaptados para abordar as nuances específicas da IA. Dão ênfase a uma abordagem do ensino da **IA centrada no ser humano,** promovendo o pensamento crítico, as considerações éticas e a utilização responsável das tecnologias de IA.

Quadro de competências para alunos

Os quadros de competências em matéria de IA são muito importantes para os países. À medida que a IA se torna cada vez mais integrada em todos os aspetos da sociedade, os sistemas de ensino em todo o mundo estão a lutar para acompanhar o ritmo. Os quadros fornecem um roteiro muito necessário para os países desenvolverem estratégias de ensino da IA que sejam eticamente informadas, inclusivas, adaptáveis e viradas para o futuro.
Ao ajudar os estudantes e os professores a compreenderem o potencial e as limitações da IA, estes quadros têm por objetivo capacitá-los para uma utilização responsável e ponderada da IA, garantindo que esta contribua positivamente para a sociedade e o ambiente.

A UNESCO adota uma abordagem centrada no ser humano para a IA na educação, enfatizando o aprimoramento das capacidades humanas e a promoção da justiça social, sustentabilidade e dignidade humana. Isto alinha-se com os princípios delineados nas orientações da UNESCO sobre a IA generativa na educação e na investigação, bem como com as Recomendações de 2021 sobre a ética da Inteligência Artificial e o consenso de Pequim de 2019 sobre Inteligência Artificial e Educação.

Os novos quadros sublinham que a IA deve apoiar a tomada de decisões e o desenvolvimento intelectual do ser humano, em vez de o prejudicar ou substituir. Destacam também a importância de respeitar os direitos humanos e a diversidade cultural na conceção e utilização das tecnologias de IA.

O quadro de competências em matéria de IA para os alunos foi concebido para orientar os decisores políticos, os educadores e professores e os responsáveis pelo desenvolvimento de programas curriculares no sentido de dotar os estudantes das competências, conhecimentos e valores necessários para se envolverem eficazmente na IA. Este Quadro centra-se em quatro competências essenciais:

- **Uma mentalidade centrada no ser humano:** Incentivar os alunos a compreender e a afirmar a sua capacidade de ação em relação à IA.

- **Ética da IA:** Ensinar a utilização responsável, a ética na conceção e as práticas seguras.

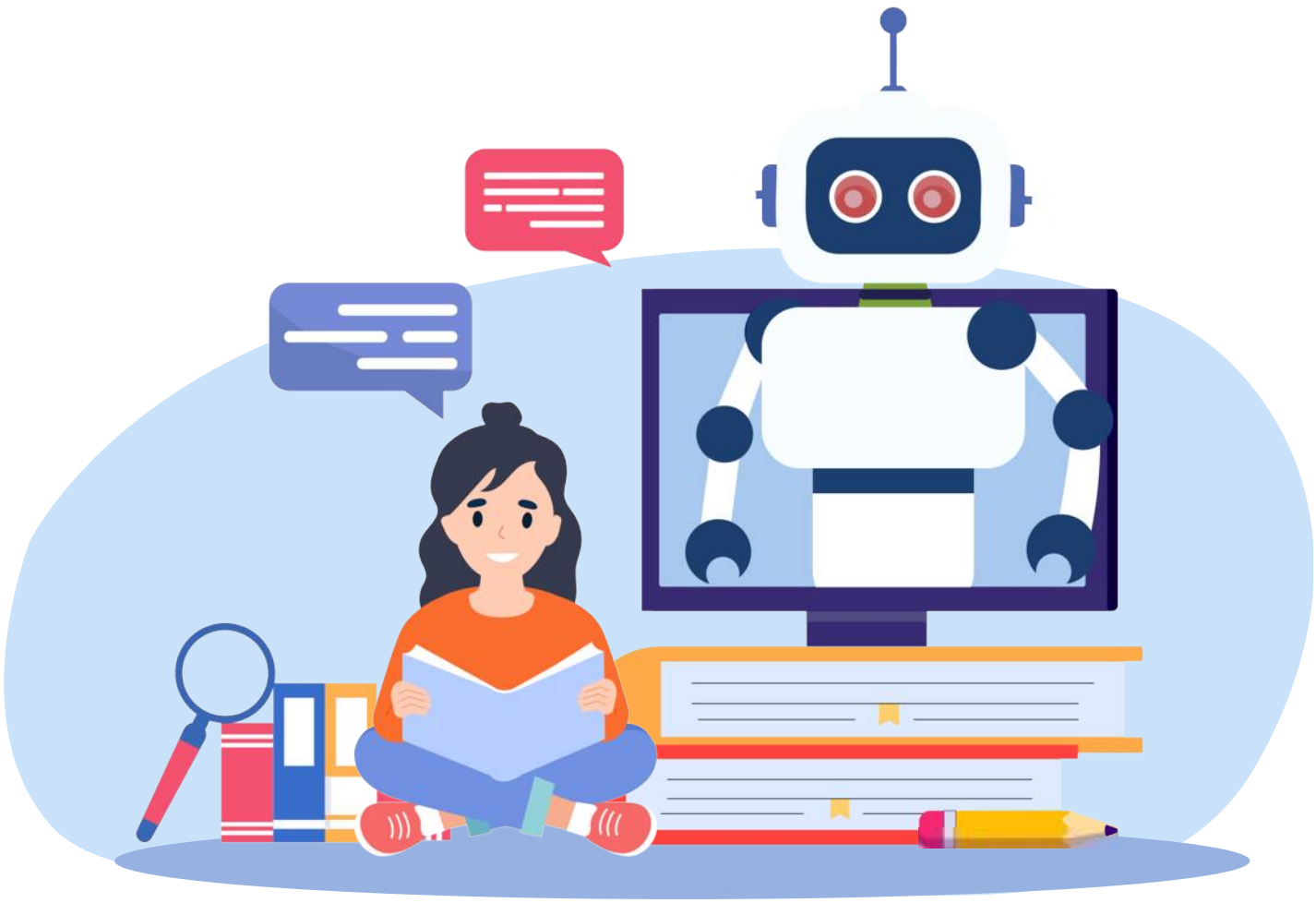
- **Técnicas e aplicações de IA:** Fornecer conhecimentos e competências fundamentais em matéria de IA.

- **Conceção de sistemas de IA:** Promover a resolução de problemas, a criatividade e o pensamento de conceção.

O quadro incentiva a integração de tópicos relacionados com a IA em disciplinas fundamentais em todo o currículo, enfatizando a aprendizagem interdisciplinar, tanto em STEM como em estudos sociais.

unesco

AI competency framework for students



Education 2030

Quadro de competências para docentes

O quadro de competências em matéria de IA para professores centra-se no desenvolvimento profissional ao longo da vida, oferecendo um quadro de referência para o desenvolvimento de competências e programas de formação a nível nacional. O objetivo é garantir que os professores estejam equipados para utilizar a IA de forma responsável e eficaz, minimizando os potenciais riscos para os alunos e a sociedade. Os cinco domínios de competências essenciais são os seguintes:

- **Uma mentalidade centrada no ser humano:** Centrar-se na ação humana, na responsabilização e na responsabilidade social.

- **Ética da IA:** Promover princípios éticos e uma utilização responsável.

- **Fundamentos e aplicações da IA:** Fornecer os conhecimentos, a compreensão e as competências necessárias para criar e utilizar a IA.

- **Pedagogia da IA:** Apoiar os professores na utilização da IA para métodos de ensino inovadores.

- **IA para o desenvolvimento profissional:** Definir as capacidades dos professores para tirar partido da IA para impulsionar o seu próprio desenvolvimento profissional ao longo da vida.

O quadro sublinha que as ferramentas de IA devem complementar, e não substituir, as funções e responsabilidades vitais dos professores na educação.

No que respeita a recomendações políticas, a UNESCO recomenda que os quadros de competências de IA para alunos e professores sejam integrados numa estratégia abrangente para o desenvolvimento de capacidades de IA em todos os níveis de ensino. Isto inclui a garantia de acesso universal à Internet, a aplicação de princípios éticos na conceção de ferramentas de IA e a promoção de práticas de IA respeitadoras do ambiente.

A UNESCO também adverte contra a dependência excessiva da IA na resolução de questões sistémicas na educação, como a escassez de professores e a inadequação das infra-estruturas, que exigem uma atenção política e um investimento sustentados.

À medida que a IA continua a moldar o nosso futuro, os novos quadros da UNESCO fornecem orientações fundamentais para a preparação de alunos e professores para navegarem neste panorama. Estes quadros representam um apelo à ação para que os países desenvolvam estratégias nacionais de IA que sejam éticas, inclusivas e alinhadas com valores centrados no ser humano.

AI competency frameworks for students
AI competency frameworks for teachers



Ciberbullying: o que é e como impedi-lo

A UNESCO responde ao que os adolescentes querem saber sobre o ciberbullying, uma matéria cada vez mais importante para os educadores e professores de todo o mundo. Acabar com o ciberbullying não é apenas denunciar os agressores, é também reconhecer que toda a gente merece respeito, online e na vida real. Denunciar é fundamental e a primeira linha de defesa contra o ciberbullying podes mesmo ser tu.

O ciberbullying é o bullying praticado com recurso às tecnologias digitais. Pode ocorrer nas redes sociais, plataformas de mensagens, plataformas de jogos e telemóveis. Trata-se de um comportamento repetido, com o objetivo de assustar, irritar ou envergonhar as pessoas visadas.
Os exemplos incluem espalhar mentiras ou publicar fotografias ou vídeos embaraçosos de alguém nas redes sociais; enviar mensagens, imagens ou vídeos ofensivos, abusivos ou ameaçadores através de plataformas de mensagens; fazer-se passar por alguém e enviar mensagens maldosas a outras pessoas em seu nome ou através de contas falsas ou praticar assédio sexual ou intimidação utilizando ferramentas de IA generativas.

A intimidação presencial e a ciberintimidação podem muitas vezes ocorrer em simultâneo. Mas o ciberassédio deixa uma pegada digital, um registo que pode ser útil e fornecer provas para ajudar a pôr termo ao abuso.

Se estiveres preocupado com a tua segurança ou com algo que te tenha acontecido em linha, podes procurar ajuda ligando para a tua linha de apoio nacional. Se o teu país não tiver uma linha de apoio, fala urgentemente com um adulto em quem confies, com um professor ou procura apoio profissional de pessoas com formação e experiência. Vamos deixar-te aqui 11 perguntas sobre o ciberbullying.

1 - Estou a ser vítima de bullying em linha? Como é que se distingue uma piada de uma situação de bullying?

Todos os amigos brincam uns com os outros, mas por vezes é difícil perceber se alguém está apenas a divertir-se ou a tentar magoar-nos, especialmente online. Por vezes, as pessoas riem-se com um "estou só a brincar" ou "não leves isso tão a sério". Mas se te sentires magoado ou pensar que os outros se estão a rir de ti, em vez de se rirem entre eles, então a brincadeira foi longe demais. Se a brincadeira continuar mesmo depois de se ter pedido à pessoa para parar e continuar a sentir-te incomodado, então pode tratar-se de bullying.

E quando a intimidação ocorre em linha, pode resultar na atenção indesejada de um grande número de pessoas, incluindo estranhos. Seja onde for que aconteça, se não estiveres satisfeito com isso, não deves ter de o tolerar. Chame-lhe o que se quiser, se te sentires mal e a situação não parar, vale a pena procurar ajuda. Acabar com o ciberbullying não é apenas denunciar os agressores, é também reconhecer que toda a gente merece respeito - online e na vida real.

2 - Quais são os efeitos do ciberbullying?

Quando o bullying acontece online, pode parecer que estamos a ser atacados em todo o lado, mesmo dentro da nossa própria casa. Pode parecer que não há fuga possível. Os efeitos podem durar muito tempo e afetar uma pessoa de muitas formas: mentalmente - sentir-se perturbado, embaraçado, estúpido, até mesmo com medo ou zangado; a nível emocional - sentir-se envergonhado ou perder o interesse pelas coisas de que se gosta; fisicamente - cansaço (perda de sono), ou sintomas como dores de estômago e dores de cabeça.

O sentimento de ser gozado ou assediado pelos outros pode impedir as pessoas de falarem ou de tentarem resolver o problema. Em casos extremos, o ciberbullying pode mesmo levar as pessoas ao suicídio. O ciberbullying pode afetar-nos de muitas formas. Mas estas podem ser ultrapassadas e as pessoas podem recuperar a sua confiança e saúde.

3 - Como é que o ciberbullying pode afetar a minha saúde mental?

Quando sofremos de ciberbullying, podemos começar a sentir-nos envergonhados, nervosos, ansiosos e inseguros em relação ao que as pessoas dizem ou pensam de nós. Isto pode levar ao afastamento dos amigos e da família, a ter pensamentos negativos e a falar de si próprio, a sentir-se culpado por coisas que fez ou não fez, ou a sentir que se está a ser julgado negativamente. Também é comum sentir-se só, sobrecarregado, com dores de cabeça frequentes, náuseas ou dores de estômago.

Podes perder a motivação para fazer as coisas que normalmente gostas de fazer e sentir-te isolado das pessoas de quem gostas e em quem confias. Isto pode perpetuar sentimentos e pensamentos negativos que podem afetar negativamente a tua saúde mental e o teu bem-estar.

Faltar à escola é outro efeito comum do ciberbullying e pode afetar a saúde mental de crianças e jovens que recorrem a substâncias como o álcool e as drogas ou a comportamentos violentos, para lidar com a sua dor psicológica e física. Falar com um amigo, familiar ou conselheiro escolar da tua confiança pode ser um primeiro passo para obter ajuda.

Os efeitos do ciberbullying na saúde mental podem variar consoante o meio através do qual ocorre. Por exemplo, o bullying através de mensagens de texto ou através de imagens ou vídeos em plataformas de redes sociais provou ser muito prejudicial para os adolescentes.

4 - Com quem devo falar se alguém me estiver a intimidar em linha? Por que é tão importante denunciar?

Se achas que estás a ser vítima de bullying, o primeiro passo é procurar ajuda junto de alguém em quem confies, como os teus pais, um familiar próximo, ou outro adulto de confiança. Na tua escola, podes contactar um conselheiro, o treinador de desporto ou o teu professor preferido - quer seja online ou pessoalmente.

E se não te sentires à vontade para falar com alguém que conheces, procura uma linha de apoio no teu país para falares com um conselheiro profissional. Se o bullying estiver a acontecer numa plataforma social, considera a possibilidade de bloquear o agressor e denunciar formalmente o seu comportamento na própria plataforma.

As empresas de redes sociais são obrigadas a manter os seus utilizadores seguros.

Para que o bullying acabe, é necessário identificá-lo e denunciá-lo é fundamental. Pode ser útil recolher provas - mensagens de texto e capturas de ecrã de publicações nas redes sociais - para mostrar o que se tem passado. Também pode ajudar a mostrar ao agressor que o seu comportamento é inaceitável. Se estiveres em perigo imediato, deves contactar a polícia ou os serviços de emergência do teu país.

5 - Estou a ser vítima de ciberbullying, mas tenho medo de falar com os meus pais sobre o assunto. Como é que os posso abordar?

Se estás a ser vítima de ciberbullying, falar com um adulto de confiança - alguém com quem te sintas seguro para falar - é um dos primeiros passos mais importantes que podes dar. Falar com os pais não é fácil para toda a gente. Mas há coisas que podes fazer para ajudar a conversa. Escolhe uma altura para falar em que saibas que tens toda a atenção deles. Explica a gravidade do problema. Lembra-te de que a pessoa pode não estar tão familiarizada com a tecnologia como tu, pelo que poderás ter de a ajudar a compreender o que está a acontecer.

É possível que não tenham respostas imediatas para ti, mas é provável que queiram ajudar e que, em conjunto, possam encontrar uma solução. Duas cabeças são sempre melhores do que uma! Se ainda não tiveres a certeza do que fazer, considera a possibilidade de contactar outras pessoas de confiança. Muitas vezes, há pessoas que se preocupam contigo e estão dispostas a ajudar-te mais do que pensas!

6 - Como posso ajudar os meus amigos a denunciar um caso de ciberbullying, especialmente se eles não o quiserem fazer?

Qualquer pessoa pode ser vítima de ciberbullying. Se vires que isto está a acontecer a alguém que conheces, tenta dar apoio. É importante ouvir o teu amigo. Porque é que ele não quer denunciar que está a ser vítima de ciberbullying? Como é que ele se está a sentir? Diz-lhe que não tem de denunciar formalmente nada, mas que é fundamental falar com alguém que possa ajudar.

Lembra-te que o teu amigo pode estar a sentir-se frágil. Sê simpático com ele. Ajuda-o a pensar no que poderá dizer e a quem.

Oferece-te para o acompanhar se ele decidir fazer a denúncia. Acima de tudo, lembra-lhe de que estás ao seu lado e que queres ajudar. Se o teu amigo continuar a não querer denunciar o incidente, ajuda-o a encontrar um adulto de confiança que o possa ajudar a lidar com a situação. Lembra-te que, em determinadas situações, as consequências do ciberbullying podem ser fatais.

Não fazer nada pode fazer com que a pessoa sinta que toda a gente está contra ela ou que ninguém se importa. As tuas palavras podem fazer a diferença.

7 - Como é que podemos acabar com o ciberbullying sem deixar de ter acesso à Internet?

Estar em linha tem muitas vantagens. No entanto, como muitas coisas na vida, tem riscos contra os quais é preciso proteção. Se fores vítima de ciberbullying, podes querer apagar certas aplicações ou ficar offline durante algum tempo para teres tempo para recuperar. Mas sair da Internet não é uma solução a longo prazo. Não fizeste nada de errado, por que razão deves ser prejudicado? Podes até enviar aos agressores o sinal errado, encorajando o seu comportamento inaceitável.

Temos de ter cuidado com o que partilhamos ou dizemos que possa magoar os outros. Todos queremos que o ciberbullying acabe, o que é uma das razões pelas quais é tão importante denunciá-lo. Mas criar a Internet que queremos vai para além de denunciar o bullying. Temos de ser amáveis uns com os outros, tanto em linha como na vida real. Depende de todos nós!

8 - Como posso evitar que as minhas informações pessoais sejam utilizadas para me manipular ou humilhar nas redes sociais?

Pensa duas vezes antes de publicar ou partilhar algo em plataformas digitais - pode ficar online para sempre e ser usado para te prejudicar mais tarde. Não divulgues dados pessoais, como a tua morada, número de telefone ou o nome da tua escola. Informa-te sobre as definições de privacidade das tuas aplicações de redes sociais favoritas. Aqui estão algumas ações que podes tomar:

- Podes decidir quem pode ver o teu perfil, enviar-te mensagens diretas ou comentar as tuas publicações, ajustando as definições de privacidade da tua conta;
- Podes denunciar comentários, mensagens, fotografias e vídeos ofensivos e solicitar a sua remoção;
- Para além de “deixar de ser amigo”, podes bloquear completamente as pessoas para as impedir de ver o teu perfil ou de te contactar;
- Também podes optar por fazer com que os comentários de determinadas pessoas apareçam apenas para elas, sem as bloquear completamente;
- Podes apagar publicações no teu perfil ou ocultá-las a pessoas específicas. Na maioria das suas redes sociais favoritas, as pessoas não são notificadas quando as bloqueias, restringes ou denuncias.

9 - Existe algum castigo para o ciberbullying?

A maioria das escolas leva o bullying a sério e tomará medidas contra ele. Se estiveres a ser vítima de ciberbullying por parte de outros alunos, denuncia-o à tua escola. As pessoas que são vítimas de qualquer forma de violência, incluindo o bullying e o ciberbullying, têm direito à justiça.

As leis contra o bullying, em particular o ciberbullying, são relativamente recentes e ainda não existem em todo o lado. É por isso que muitos países recorrem a outras leis relevantes, como as leis contra o assédio, para punir formas graves de ciberassédio.

Nos países que dispõem de legislação específica sobre a ciberperseguição, os comportamentos em linha que causam deliberadamente um sofrimento emocional grave são considerados atividades criminosas. Em alguns destes países, as vítimas de ciberassédio podem pedir proteção, proibir a comunicação com uma determinada pessoa e restringir a utilização de dispositivos eletrónicos utilizados por essa pessoa para praticar ciberassédio, temporária ou permanentemente.

No entanto, é importante lembrar que a criminalização nem sempre é a resposta mais adequada ao ciberassédio. Nalguns casos, quando é seguro fazê-lo, pode ser preferível concentrar-se na reparação dos danos e no restabelecimento da relação.

10 - As empresas de tecnologia não parecem preocupar-se com a intimidação e o assédio em linha. Estão a ser responsabilizadas?

As empresas de tecnologia estão cada vez mais atentas à questão da intimidação em linha. Muitas delas estão a introduzir formas de abordar a questão e proteger melhor os seus utilizadores com novas ferramentas, orientações e formas de denunciar abusos em linha.

Mas é verdade que é preciso fazer mais. Muitas crianças e jovens são vítimas de ciberassédio todos os dias.

Algumas enfrentam formas extremas de abuso em linha. Alguns suicidaram-se em consequência disso. As empresas de tecnologia têm a responsabilidade de proteger os seus utilizadores, especialmente as crianças e os jovens. Cabe-nos a todos responsabilizá-las quando não estão a cumprir essas responsabilidades.

11 - Existem ferramentas anti-bullying em linha para crianças e jovens?

Cada plataforma social oferece diferentes ferramentas que permitem restringir quem pode comentar ou ver as suas publicações, ou quem se pode ligar automaticamente como amigo, e denunciar casos de bullying. Muitas delas envolvem passos simples para bloquear, silenciar ou denunciar o ciberbullying. Incentivamos-te a explorá-las e a dar a tua opinião sobre os aspetos que consideras poderem ser melhorados.

As empresas de redes sociais também fornecem ferramentas e orientações educativas para que as crianças, os pais e os professores aprendam sobre os riscos e as formas de se manterem seguros em linha.

Além disso, a primeira linha de defesa contra o ciberbullying podes ser tu mesmo.

Pensa nos locais onde o ciberbullying acontece na tua comunidade e nas formas como podes ajudar - levantando a voz, denunciando comportamentos inadequados e prejudiciais, contactando adultos de confiança ou sensibilizando para o problema. Mesmo um simples ato de bondade pode ser muito útil.

Se estiveres preocupado com a tua segurança ou com algo que te tenha acontecido em linha, fala urgentemente com um adulto em quem confies. Muitos países têm uma linha de apoio especial para a qual pode ligar gratuitamente e falar com alguém de forma anónima. Visita a United for Global Mental Health (https://unitedgmh.org/) para encontrares ajuda no teu país.





Faltam professores e psicólogos escolares em Malta

Com a chegada de imigrantes, a população de Malta duplicou. O racionamento de água é um imperativo. Nas escolas, faltam professores e psicólogos escolares. Os professores estrangeiros são obrigados a falar maltês. O governo até estaria disponível para alterar a lei, mas os sindicatos estão contra.

As ilhas de Malta, Comino e Gozo constituem a República de Malta. O maltês, a única língua semítica que usa o alfabeto latino, é a língua oficial do país, ao lado do inglês. Em Malta, a falta de professores é significativa, principalmente no primeiro ciclo e nas disciplinas de Ciências, Matemática e Físico-Química. No entanto, aos professores estrangeiros é imposto que, nas escolas públicas e religiosas, falem inglês e maltês. Mudar esta situação nem poderia ser um problema para o Governo, mas os sindicatos não estão de acordo.

Em Malta há escolas públicas, religiosas e independentes. No ensino obrigatório, os livros são em inglês, mas as aulas são dadas em maltês. Por isso, a integração de docentes estrangeiros é feita em duas línguas. Neste país, os professores não saem propriamente da profissão. Eles buscam, sim, novas oportunidades de emprego no setor da educação. Para os educadores e professores malteses, a grande lição da pandemia é que temos que trabalhar mais em parceria com os pais.

Estas foram algumas das aprendizagens que a FNE fez, em 22 e 23 de janeiro de 2025, na terceira visita de estudo do projeto europeu APRÈS COVID, em que a federação está no respetivo grupo consultivo. O projeto é uma parceria entre os sindicatos e os empregadores europeus da educação (CSEE e EFEE), no âmbito do diálogo social setorial europeu da educação – ESSDE.

O projeto integra organizações da Bélgica, Malta, Portugal e Eslovénia e visa avaliar o impacto a longo prazo da crise da COVID-19 nos riscos psicossociais da profissão docente e promover ativamente uma recuperação equitativa e sustentável orientada para a educação.

A manhã do primeiro dia da visita foi preenchido na Faculdade de Educação da Universidade de Malta, onde Marco Bonnici, Presidente do Sindicato dos Professores de Malta (MUT) fez uma apresentação sobre o sistema maltês do ensino superior. Seguiram-se entrevistas e debate com professores da universidade e um tour pelas instalações da instituição. Curiosa foi a visita a um centro de apoio psicológico a docentes e alunos universitários, para mitigar os riscos psicossociais.

Na parte da tarde, decorreu uma reunião do grupo consultivo do projeto, em que se recapitularam os progressos e os resultados das visitas anteriores a Liubliana e a Lisboa. Da agenda fizeram também parte o debate sobre um seminário de formação, a realizar em 18 de março em Bruxelas, e a conferência final a acontecer em junho deste ano, na mesma cidade.











Este primeiro dia terminou com uma sessão de trabalho sobre a revisão das diretrizes dos parceiros sociais europeus para a prevenção e gestão de riscos psicossociais na educação.

No dia 23 de janeiro decorreu uma visita de estudo à Margaret Mortimer Secondary School Santa Lucia, uma escola pública com condições excelentes para o ensino-aprendizagem. Lucienne Calleja, representante do Ministério da Educação, apresentou o sistema de ensino secundário, pelo que se seguiu um debate e entrevistas a profissionais da educação.

Aleksandra Morozovaité, investigadora do projeto, apresentou os resultados de um inquérito realizado a docentes e não docentes sobre o bem-estar e os riscos psicossociais em Malta e Lucienne Calleja e Marco Bonnici deram a conhecer o estudo de caso sobre o "Acordo Setorial 2023-2027, assinado entre o Governo e o sindicato de professores de Malta.

O final de tarde teve dois momentos distintos: em primeiro lugar um debate aberto sobre o tema da "Oportunidade de utilização das ferramentas OiRA para prevenir riscos psicossociais na educação"; finalmente uma apresentação por Leonardo Ebner (CSEE) e Monika Hoang (EFEE) sobre o caminho para um acordo europeu sobre o **teletrabalho e o direito a desligar.**

De momento, CSEE e EFEE trabalham na elaboração de uma equipa comum de negociação, que aprovará um documento a entregar à Comissão Europeia sobre aqueles temas.



Conferência final do projeto *Escolas que Aprendem*

O relatório final do Projeto "Learning Schools" concluiu que as escolas podem servir como instituições de aprendizagem capazes de navegar nas complexidades do panorama educativo moderno. Ao integrar a qualidade, a inovação e a gestão num quadro coeso, os sistemas educativos podem alcançar melhorias sustentáveis que beneficiem tanto os alunos como os professores e as comunidades.

Decorreu em 29 de janeiro de 2025, em Bruxelas, a conferência final do *Projeto "Escolas que aprendem - As escolas como instituições de aprendizagem: Parceiros Sociais Europeus na Educação na promoção de modelos eficazes de gestão da qualidade e da inovação no setor da educação numa era pós-Covid 19".*

O projeto foi liderado pela Federação Europeia de Empregadores da Educação (EFEE), em parceria com o Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) e incluiu visitas de estudo a escolas de Madrid, Budapeste e Budva. A FNE (Joaquim Santos) representou Portugal no respetivo Grupo Consultivo.

O estudo do projeto, da autoria do húngaro Gyorgy Mészáros, concluiu que a qualidade e a inovação na educação não são processos isolados, mas antes profundamente interligados. A qualidade na educação é conceptualizada como a melhoria contínua das práticas para garantir que todos os alunos possam atingir o seu pleno potencial. Por outro lado, a inovação é vista como o processo de criação de novas soluções para enfrentar os desafios educativos emergentes.

A integração dos dois conceitos é crucial para garantir que as escolas possam satisfazer as diversas necessidades dos seus alunos, adaptando-se simultaneamente às novas exigências sociais, tecnológicas e económicas.

A inovação é interpretada como um conceito multifacetado que envolve dimensões pedagógicas, organizacionais e sistémicas. Uma inovação com sucesso requer uma cultura de experimentação, aprendizagem mútua e responsabilidade partilhada.

No entanto, a concretização desta visão exige um esforço concertado para enfrentar as barreiras estruturais, promover a colaboração e dar prioridade ao bem-estar de todas as partes interessadas.





A importância da gestão

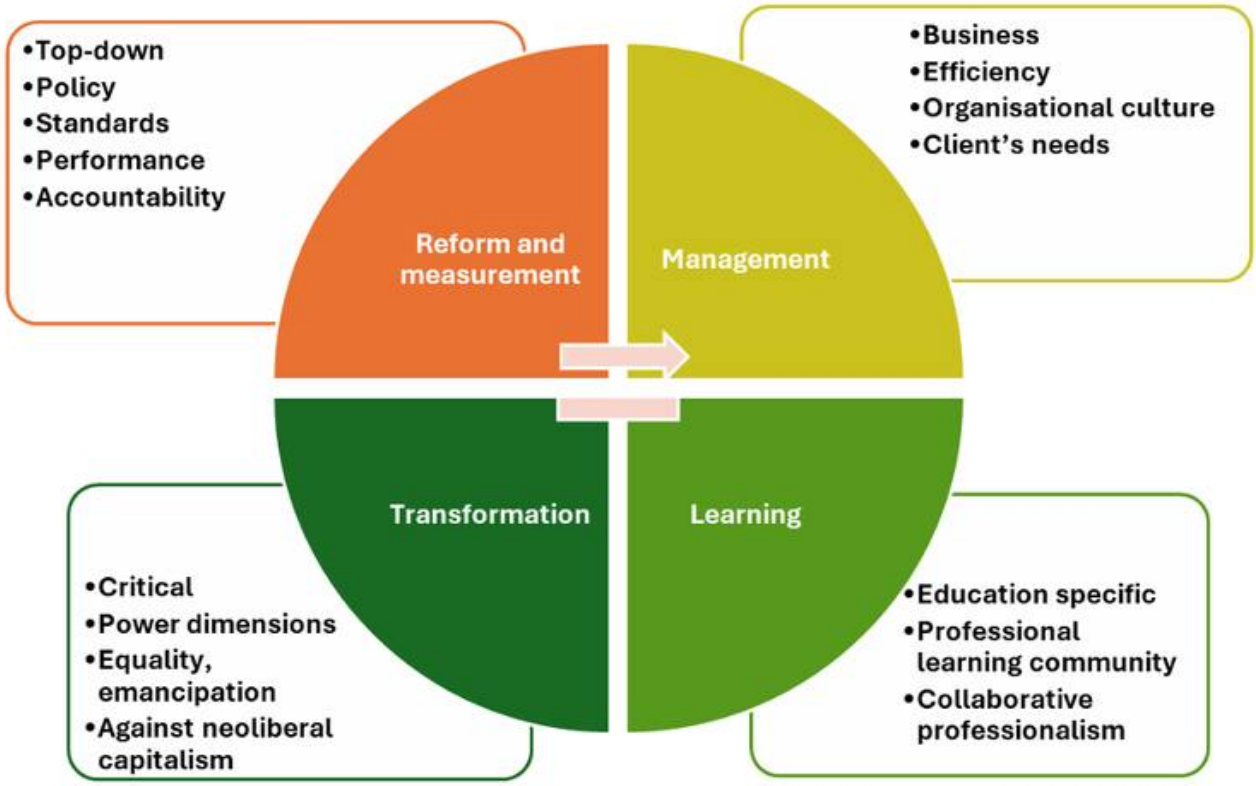
O estudo de investigação do projeto examinou a intrincada interação entre inovação, gestão da qualidade e aprendizagem nas escolas, realçando o seu papel como instituições adaptativas capazes de navegar em cenários educativos complexos e em evolução. O objetivo foi o de fornecer orientações aos líderes educativos e aos decisores políticos sobre a forma de integrar eficazmente a inovação e as estratégias de gestão da qualidade no tecido das instituições de ensino.

O estudo também visou descobrir barreiras e facilitadores para uma implementação eficaz e oferecer orientações práticas para educadores, dirigentes escolares e decisores políticos. A metodologia adotada para esta investigação foi multifacetada e combinou técnicas de recolha de dados qualitativos e quantitativos. Foi também aplicado um questionário a nível europeu a vários intervenientes no setor da educação.

No centro da investigação esteve a integração da inovação e da gestão da qualidade, que o relatório apresenta como um processo dinâmico e inter-relacionado. Com base em vários modelos teóricos, incluindo o pensamento sistémico, a teoria institucional e a governação participativa, o estudo salienta que a qualidade na educação vai além do desempenho académico.

A inovação é conceptualizada como um processo e como um resultado, envolvendo a introdução de novas práticas pedagógicas, estruturas de governação e estratégias de colaboração que se alinham com as necessidades das escolas e das suas comunidades.

O relatório identifica quatro modelos baseados na visão do mundo na abordagem da inovação e da qualidade da educação:





Um dos conceitos cruciais do projeto é a gestão. Uma boa gestão tem em conta a complexidade intratável, a variabilidade, a contingência, a iteratividade, as perspetivas divergentes e não uniformes, as discrepâncias e até a resistência. Nesta perspetiva, a atenção voltou-se também para a cultura organizacional, a liderança e o fazer sentido.

A aplicação estratégica destes conceitos conduz aos princípios das Comunidades de Aprendizagem Profissional (CAP) e da liderança distribuída. As CAP dão ênfase à investigação coletiva, ao fazer sentido conjunto e à aprendizagem mútua entre educadores, promovendo uma responsabilidade partilhada pelos resultados educativos.

A liderança distribuída, por sua vez, realça a importância de envolver várias partes interessadas nos processos de tomada de decisão para garantir que a inovação e a gestão da qualidade sejam inclusivas e sensíveis ao contexto.



Principais lições do inquérito

São nove as principais lições do inquérito: 1 - a colaboração é um valor importante e está presente nas escolas, mas há menos energia dos professores para aprenderem uns com os outros; 2 - as políticas rígidas e centralizadas têm um impacto negativo na gestão da qualidade e da inovação; 3- o modelo CAP é aceite como uma base eficaz para a gestão da inovação e da qualidade, mas existem vários obstáculos à sua implementação; 4 - a abordagem da escola como um todo parece exigir das Instituições muito mais energia do que aquela que têm; 5 - os mecanismos de controlo fortes (vindos de cima) não são vistos pelos participantes como uma ferramenta eficaz para a gestão da inovação e da qualidade.

Outras lições são as seguintes: 6 - as abordagens de cima para baixo podem funcionar se promoverem a aprendizagem e a colaboração nas escolas, respeitando a sua autonomia; 7 - as iniciativas de projeto podem ajudar os processos inovadores, mas também podem levar a uma visão simplista da inovação, sem uma mudança real e efetiva nas escolas; 8 - os participantes concordam com o facto de a tecnologia não ser o principal domínio da educação, mas é o mais frequentemente abordado; e 9 - é dada muito mais atenção ao planeamento do que à monitorização e avaliação (que também requer mais recursos).

A investigação identificou várias barreiras à integração efetiva da inovação e da qualidade nas escolas. Estas barreiras incluem limitações de recursos, estruturas de governação fragmentadas e uma falta de apoio sistémico aos professores. Muitas escolas enfrentam desafios para garantir os recursos financeiros e humanos necessários para implementar práticas inovadoras. Além disso, o relatório assinala que a tensão entre o controlo centralizado e a tomada de decisões descentralizada constitui um desafio significativo em muitos sistemas educativos, dificultando a adaptação das escolas às necessidades locais e o alinhamento com as políticas nacionais.

Por último, o papel do envolvimento de diferentes partes interessadas (abordagem de toda a escola), a aprendizagem mútua, a agregação de conhecimentos e a criação de práticas baseadas em provas são elementos estratégicos de gestão reconhecidos; no entanto, a sua aplicação enfrenta sérios obstáculos devido à falta de recursos e de apoio sistémico.



Fatores críticos e recomendações

Uma das principais conclusões de todo o estudo é o papel crucial das CAP na promoção da inovação e da qualidade. As CAP fornecem uma plataforma para os professores e outros profissionais da educação colaborarem, partilharem as melhores práticas e participarem no desenvolvimento profissional contínuo. No entanto, a sua eficácia depende da respetiva conceção e implementação.

A investigação concluiu que a inovação e a gestão da qualidade na educação não podem ser alcançadas sem o envolvimento ativo de todas as partes interessadas, incluindo professores, alunos, pais e a comunidade em geral. Esta abordagem participativa está associada a uma maior adesão de todos os membros da comunidade escolar, tornando mais provável que as mudanças sejam sustentadas.

A abordagem "liderar a partir do meio" surgiu como um modelo estratégico valioso para a inovação e a gestão da qualidade. O estudo oferece um exemplo concreto deste quadro. Trata-se de uma abordagem de cima para baixo, mas mais favorável, verificado nas escolas na Bélgica. Promove um conceito de escola como uma instituição híbrida, flexível e inclusiva.

Este modelo inclui os eventos de autorreflexão da escola, um sistema de gestão do conhecimento feito à medida, a recolha de provas, a criação de um conselho SCRUM e de grupos mistos de professores e alunos nas instituições, bem como mecanismos de apoio aos líderes.

Utiliza a pirâmide de alinhamento estratégico (da visão às ações, passando pelas estratégias e objetivos) para promover o processo de gestão da qualidade. O papel do centro de nível intermédio consiste em fornecer materiais e formação às escolas e em apoiar os diretores como atores-chave do processo.

A primeira recomendação do relatório do projeto é fomentar uma cultura de colaboração, seguindo-se o reforçar o envolvimento das partes interessadas. O terceiro ponto diz respeito a investir no desenvolvimento profissional dos professores. Em quarto lugar, colmatar as lacunas de recursos e em quinto potenciar a internacionalização como um instrumento de inovação. Isto inclui a promoção de intercâmbios de estudantes e de professores, projetos de investigação em colaboração e parcerias com instituições internacionais.

Em sexto lugar vem a promoção da equidade e da inclusão e em sétimo adotar abordagens sensíveis ao contexto, isto é, as políticas e práticas devem ser adaptadas às necessidades específicas de cada escola e comunidade. A oitava recomendação é o reforçar a governação participativa para alinhar a inovação com as necessidades e prioridades locais.

E finalmente desenvolver sistemas abrangentes de garantia da qualidade. Ou seja, as escolas devem ir além dos modelos orientados para a conformidade e adotar sistemas dinâmicos de garantia da qualidade que integrem a melhoria contínua, o feedback das partes interessadas e a adaptabilidade.



FNE em delegação do CSEE para negociar teletrabalho e direito a desligar

A FNE integra a delegação de seis representantes do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) para, em conjunto com a Federação Europeia de Empregadores da Educação (EFEE), encetar as negociações europeias sobre um acordo autónomo relativo ao teletrabalho e ao direito a desligar, no setor da educação.

Esta decisão está em conformidade com o compromisso comum estabelecido no Programa de Trabalho do Diálogo Social Setorial Europeu da Educação - ESSDE 2024-2026, no qual participa também a Comissão Europeia (CE).

Este acordo basear-se-á no "Acordo-quadro intersetorial dos parceiros sociais sobre a digitalização", de 2020, e no "Acordo-quadro intersetorial dos parceiros sociais sobre o teletrabalho", de 2002, incorporando também medidas para garantir o direito a desligar.

O acordo de 2002 foi aplicado a nível nacional através de acordos coletivos nacionais e setoriais, legislação e outras medidas de execução, como códigos de práticas e orientações. A experiência adquirida durante a pandemia acelerou a adoção do teletrabalho em muitos locais de trabalho, sublinhando assim a importância da aplicação efetiva do direito a desligar.

Neste contexto, espera-se que a CE proponha uma diretiva sobre o teletrabalho e o direito a desligar, com base nas conclusões do Conselho sobre o teletrabalho (9747/21) e na resolução do Parlamento Europeu sobre o direito a desligar [2019/2181(INL)].

O CSEE e a EFEE, embora reconheçam a relevância da futura proposta de diretiva da Comissão, consideram essencial que os parceiros sociais da educação – sindicatos e empregadores -procurem chegar a acordo com disposições adaptadas à especificidade do setor da educação.

Com base no "Mandato do ESSDE para as negociações de um acordo autónomo sobre o teletrabalho e o direito a desligar", adotado na sessão plenária de 19 de dezembro de 2024, as negociações entre CSEE e EFEE terão início em 27 de março de 2025 e terminarão em 18 de setembro deste ano. De permeio, decorrem mais quatro reuniões negociais, em 15 de abril, 27 de maio, 10 de junho e 2 de julho.

A Comissão Europeia presta o apoio logístico e financeiro para organizar as reuniões de negociação específicas em Bruxelas. Este apoio pode ser concedido por um período máximo de nove meses.

A pedido dos parceiros sociais, a CE também prestará assistência com conhecimentos jurídicos especializados.

O CSEE e a EFEE mandataram delegados selecionados para formar as respetivas equipas de negociação e participar nas reuniões de negociação. Estes delegados têm o mandato de negociar em nome do CSEE e da EFEE. O texto final do acordo CSEE/EFEE deverá ser finalizado e apresentado para adoção pelo Comité do ESSDE na habitual reunião plenária de dezembro de 2025, na capital belga.

As seis reuniões realizar-se-ão presencialmente e durante todo o dia, incluindo uma reunião preparatória durante a manhã. As despesas de deslocação e alojamento dos participantes serão cobertas pela CE, de acordo com as regras aplicáveis.

A delegação do CSEE integra os seguintes elementos: Chris Attard (MUT – Malta), Gabriela Tlapová (ČMOS PŠ – Chéquia), Joaquim Santos (FNE – Portugal), Miriam di Paola (FLC CGIL – Itália), Robert Brozd (IURHEEC – Croácia), e Sam Verduijn (FNV – Países Baixos). Integram ainda a delegação o Diretor do CSEE, Jelmer Evers, e Leonardo Ebner, responsável do CSEE pelo Diálogo Social.

Dia Mundial do Cancro: Comissão Europeia tem que pôr fim ao atraso na luta contra o amianto

No dia quatro de fevereiro deste ano, Dia Mundial do Cancro, os sindicatos apelaram à Presidente da Comissão Europeia (CE), Ursula von der Leyen, para que cumpra finalmente a sua promessa de legislar no sentido de proteger melhor os trabalhadores dos edifícios com amianto. De acordo com dados da União Europeia (EU), entre 4 e 7 milhões de trabalhadores em toda a UE estão expostos ao amianto e o mesotelioma, que é causado pela exposição a fibras de amianto, representa 40% dos cancros relacionados com o trabalho.

A Presidente von der Leyen anunciou em 2022 que iria propor uma diretiva relativa à despistagem, registo e monitorização do amianto em edifícios. Foi realizada uma consulta pública e a Comissão deveria ter adotado uma diretiva no segundo trimestre de 2023, mas ainda não o fez. O atraso de mais de 18 meses ocorre apesar de os últimos dados da UE mostrarem que os casos de mesotelioma relacionado com o trabalho aumentaram 10%.

Um relatório da CE publicado recentemente alerta que "a exposição profissional é um grande fator de mortalidade, sendo responsável por 6% das mortes por cancro na UE em 2021". O relatório sublinha que existem "fortes desigualdades na mortalidade por cancro... com taxas mais elevadas nos países de baixos rendimentos, entre as pessoas com níveis de educação mais baixos e entre os homens". A Comissão analisou e removeu o amianto da sua sede em Berlaymont, Bruxelas, em 1996.

Giulio Romani, Secretário Confederal da CES - Confederação Europeia de Sindicatos, afirmou que "milhões de pessoas continuam a ser expostas desnecessária e inconscientemente a fibras de amianto, potencialmente mortais, no trabalho todos os dias na Europa. Construtores, bombeiros ou empregados de escritório que foram trabalhar para ganhar a vida e que, em vez disso, viram as suas vidas cruelmente ceifadas pelo cancro".





3 mil materiais de construção com amianto

Giulio Romani salientou que “esta Comissão Europeia já tornou os limites de exposição mais seguros, mas sabe que pode fazer mais para evitar que os trabalhadores contraiam cancro relacionado com o amianto, razão pela qual prometeu apresentar uma diretiva sobre o rastreio, registo e monitorização do amianto nos edifícios”.

Por este motivo, no Dia Mundial do Cancro voltou a apelar à Presidente von der Leyen para que ponha termo ao atraso em relação a esta diretiva e cumpra finalmente a promessa que fez de garantir que os edifícios em que as pessoas trabalham são seguros, tal como a própria Comissão fez com os seus próprios gabinetes na década de 1990.

O próprio relatório da Comissão sobre o cancro revela que o cancro profissional continua a ser uma ameaça grave e afeta desproporcionadamente os mais pobres e vulneráveis. Por isso, Giulio Romani realça que as suas vidas não devem ser sacrificadas no altar da desregulamentação: “Garantir que as pessoas estejam seguras e saudáveis no trabalho é bom para a competitividade, além de ser a coisa mais correta a fazer”.

O amianto é um tema que ainda afeta sobremaneira o setor da educação em Portugal. Em outubro de 2024, numa lista de edifícios com amianto sob a tutela do Ministério da Educação, havia 420 escolas, cantinas, serviços sociais e universidades. Alguns dos exemplos diziam respeito a pavilhões com coberturas de fibrocimento, tetos falsos e pavimentos, de onde o amianto deveria ser urgentemente removido.

Embora a utilização de fibras de amianto tivesse sido proibida no quadro normativo nacional a partir de 2005, os especialistas alertam para o facto de esta substância, que pode ser fatal para a nossa saúde, não existir apenas nas coberturas de fibrocimento. Na realidade, há mais de 3 mil materiais de construção que contêm amianto.

Para a SOS Amianto, dizer que se retirou coberturas de fibrocimento de uma escola e que com isso a escola está livre de amianto “é uma mentira”. Por este motivo, os especialistas insistem que as pessoas que estão mais horas em contextos de amianto têm de ser identificadas e diagnosticadas para a higiene e segurança no trabalho.

Em 23 de junho foi publicado o Despacho nº 6573-A/2020, que identifica equipamentos escolares para intervenções de remoção e substituição do amianto. Este despacho foi importante, mas transferiu a competência de identificação e remoção de amianto dos edifícios para as autarquias, através de financiamento comunitário.

fne

DIA INTERNACIONAL DA MULHER 8 DE MARÇO



CELEBRAMOS A

MULHER

QUE NUNCA DEIXA DE ACREDITAR E DE LUTAR!

42

Federação Nacional da Educação
www.fne.pt

SYZN SPZC SDP SDPA SPCL STAE STAE STAE

Federação Nacional da Educação

CORAGEM
CONQUISTAS
CRESCIMENTO

março 2025

MARÇO 2025

jornal fne

Federação Nacional da Educação



CORAGEM CONQUISTAS CRESCIMENTO

WWW.FNE.PT

ÍNDICE

3 - 4
EDITORIAL

5 - 21
AÇÃO SINDICAL

22 - 23
TEM A PALAVRA

24 - 26
PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

27 - 30
INTERNACIONAL

31
SAÚDE

FICHA TÉCNICA | MARÇO 2025

Proprietário
Federação Nacional da Educação

Diretor
Pedro Barreiros

Produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro
Mário Jorge

Redação
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação
Rafael Marques

Sindicatos membros
- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS

FILIAÇÃO

EDITORIAL



Coragem, conquistas e crescimento

Atravessar um percurso de luta pela educação, pela valorização dos colegas e pela construção de um sistema educativo mais justo e eficiente exige esforço, dedicação e, muitas vezes, resiliência perante a crítica fácil de quem nunca contribuiu verdadeiramente para a construção de soluções. Quando se investe tanto numa causa, não apenas profissionalmente, mas com um compromisso genuíno, torna-se inevitável – e desejável – chegar a momentos de balanço e reflexão.

Os desafios enfrentados ao longo deste caminho – incluindo jogos de poder, egos, vaidades, disputas e interesses pessoais que desviam o foco do que realmente importa, levam a uma interrogação sobre o futuro: até que ponto o esforço despendido é reconhecido e gera o impacto positivo desejado? E, acima de tudo, quais os custos e os resultados dessa entrega constante?

No momento em que se impõe a necessidade de avaliar o trabalho realizado ao longo do último ano, enquanto Secretário-Geral da Federação Nacional da Educação (FNE), e em que o nosso país se prepara, mais uma vez, para novas eleições legislativas, um processo que tantas vezes projeta uma imagem negativa do nosso sistema político e, consequentemente, da Democracia que todos dizem defender, importa ponderar quais as melhores decisões a tomar, alinhadas com os valores e ideias que sempre orientaram este percurso.

Mais do que responder a críticas vazias ou a disputas que enfraquecem a causa maior, é essencial garantir que qualquer passo futuro seja dado com a certeza de que continua a servir a educação, os colegas que confiam na nossa ação, os valores que defendemos e os princípios que motivaram todo o investimento realizado até aqui.

O ano de 2024 fica marcado pela coragem demonstrada, pelas conquistas alcançadas e pelo crescimento da representatividade da FNE. Mais do que um motivo de orgulho ou satisfação, este deve ser visto como um marco na transformação positiva do movimento sindical da Educação em Portugal.

Sinto-me feliz por ter contribuído e, agora, por poder confirmar a importância do acordo celebrado em 21 de maio de 2024 – um dos momentos mais significativos da nossa vida coletiva, alcançado no momento certo. Hoje, torna-se evidente o que poderia não ter acontecido... Por isso, na construção do futuro, é essencial que não faltem capacidade e coragem aos novos protagonistas da mudança. O nosso país precisa. Todos os trabalhadores da educação merecem.



PEDRO BARREIROS
SECRETÁRIO-GERAL DA FNE



Governo caiu, parte 3 (2025)

Parece um parágrafo repetido de 2022 ou 2023, mas não é. Uma nova crise política levou à queda do Governo, desta vez de Luís Montenegro e à marcação de novas eleições para 18 de maio, as terceiras no espaço de três anos.

O chumbo de uma Moção de Confiança, discutida no Parlamento a 11 de março de 2025 precipitou a demissão do executivo e foi o culminar de vários dias de instabilidade, provocada por casos ligados à empresa Spinumviva, a consultoria de proteção de dados da família de Montenegro.

Com este cenário montado, o Presidente da República ouviu os partidos com representação parlamentar e convocou o Conselho de Estado, sendo que a 14 de março. Marcelo Rebelo de Sousa assinou o decreto de dissolução da Assembleia da República e fez uma declaração ao país onde lamentou toda a situação.

Assim, o executivo de Luís Montenegro ficou em modo de gestão, ou seja, limitado aos atos estritamente necessários para assegurar a gestão dos negócios públicos.

"Teimam em fazer-nos perder tempo", diz FNE

Em declarações aos meios de comunicação social, o Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, avisava que "teimam em fazer-nos perder tempo", reforçando que os problemas existentes no ensino poderiam agravar-se com a queda do Governo. Responsabilizava ainda o Parlamento pela atual crise política e acrescentava que "esta situação é inequivocamente um prejuízo. Não vejo que alguém possa dizer que desta crise se retira algum ganho. É uma perda de tempo e nós não temos tempo para desperdiçar".

Para Pedro Barreiros, "temos muitos problemas para resolver. Corremos em contra-relógio e este atraso - em virtude de termos agora dois meses de campanha eleitoral, depois apresentação de programas de governo, criação de equipas, a apresentação daquilo que são as suas propostas - perdemos garantidamente mais de meio ano, mais uma vez", com as preocupações da FNE a concentrarem-se no imediato no início do ano letivo e nos concursos de professores.

FNE relembrou tutela de que a Educação não pode parar

E por isso, mal foi confirmada a queda do executivo, a FNE fez chegar ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) dois ofícios.

O primeiro questionava a tutela relativamente à aprovação e entrada em vigor dos diplomas negociados com a FNE mais precisamente as alteração aos DL 48-B/2024, DL 32-A/2023 e DL 41/2022.

A aprovação e entrada em vigor destes diplomas legais, considerava a FNE, "é muito importante para os docentes e para as escolas, pelos avanços que representam, sendo entendimento da Federação que a garantia de que serão publicados em Diário da República num curto espaço de tempo será um fator de tranquilidade para as nossas escolas".

O segundo expressava as preocupações da FNE com as consequências da rejeição da Moção de Confiança por parte do Parlamento, que levariam à interrupção de alguns processos negociais em curso.

A FNE relembrou no ofício enviado "que as escolas continuarão a funcionar, os docentes continuarão a assegurar as suas aulas e o pessoal de apoio educativo continuará a manter o bom funcionamento das atividades escolares".

Ou seja, a Educação não pode parar...

Serve este pequeno preâmbulo para reforçar a necessidade de se manterem reuniões com as organizações sindicais, que permitam o esclarecimento de matérias relevantes para todos os profissionais da educação, bem como a negociação de assuntos que permitam assegurar o bom funcionamento das nossas escolas.

A FNE salientou em particular a necessidade de se manterem as reuniões da Comissão de Acompanhamento de aplicação do DL 48-B/2024, até porque as alterações ao diploma, negociadas com a FNE e aprovadas em Conselho de Ministros, obrigarão a que sejam produzidas novas

orientações no que concerne à aplicação das normas relativas à recuperação do tempo de serviço.

De igual modo, a proximidade da abertura dos concursos interno e externo para 2025/2026, com as alterações ao decreto-lei que regula os concursos, também já aprovadas em Conselho de Ministros, deve motivar a realização de uma reunião técnica sobre os respetivos procedimentos, à semelhança do que ocorreu em anos anteriores.

Por sua vez, é necessário assegurar desde já que o próximo ano escolar possa decorrer nas melhores condições, dando estabilidade às Escolas e a todos os profissionais da educação.

Por isso, a FNE considera essencial que o Despacho de Organização do Ano Letivo (DOAL) seja revisto o mais breve possível, conforme previsto.

A FNE apelou, assim, ao MECI para que os processos negociais com vista à sua alteração se iniciem com a maior brevidade.

O DOAL atualmente em vigor, datado de 2018, está claramente desajustado face às necessidades atuais das escolas e tem gerado constrangimentos e litigância, sobretudo por não clarificar devidamente os conteúdos da componente letiva e da componente não letiva de estabelecimento.

A situação de precariedade dos técnicos especializados continua a ser uma forte preocupação para a FNE. É urgente pôr fim à instabilidade e incerteza que têm marcado a sua situação, estabelecendo condições claras para o ingresso e desenvolvimento na carreira destes profissionais.

Sabendo que este trabalho já estava em preparação, a FNE não vê motivo para que não seja concluído, garantindo a valorização e dignificação das funções essenciais que estes técnicos desempenham nas nossas escolas.

A FNE entende que, mesmo em gestão, o Governo tem o dever e as competências necessárias para continuar a executar as políticas educativas essenciais ao bom funcionamento do sistema educativo", dizia o ofício enviado pela Federação à tutela.



Diplomas publicados em Diário da República

A 17 de março foi então publicado em Diário da República, "o Decreto-Lei n.º 15/2025, que altera os regimes de gestão e recrutamento do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e de técnicos especializados para formação, de recuperação do tempo de serviço dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário e o do concurso externo extraordinário de seleção e de recrutamento do pessoal docente e que cria o apoio extraordinário e temporário à deslocação para docentes, alterando os Decretos-Leis n.os 32-A/2023, de 8 de maio, 48-B/2024, de 25 de julho, e 57-A/2024, de 13 de setembro", situação com que a FNE se congratulou.

A 22 de março foi publicada em Diário da República a Portaria n.º 121-A/2025/1 que fixa a dotação das vagas dos quadros dos agrupamentos de escolas, das escolas não agrupadas e dos quadros de zona pedagógica para os concursos interno e externo de seleção e de recrutamento do pessoal docente, para o ano escolar de 2025-2026.

FNE saudou publicação de DL que altera a MpD de professores e educadores

E a 27 de março a FNE congratulou-se com a publicação do decreto-lei que concretizava a alteração do regime de mobilidade por doença dos professores e educadores. Esta foi uma medida que representou mais uma vitória para a FNE e para os seus sindicatos, sendo resultado direto do acordo celebrado com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação.

Assumiu a FNE que “este novo diploma legal introduz melhorias significativas no processo de mobilidade por doença, tornando-o mais justo e transparente. A FNE considera que as alterações agora implementadas vêm dar uma resposta mais adequada às necessidades dos docentes que enfrentam problemas de saúde, permitindo-lhes exercer a sua profissão em condições mais favoráveis ao seu bem-estar e recuperação”.

Para a FNE, “esta conquista é um exemplo da importância do diálogo e da negociação coletiva na defesa dos direitos e interesses dos professores e educadores. O acordo alcançado com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação demonstra que é possível encontrar soluções que beneficiam os profissionais da educação e, consequentemente, a qualidade do ensino em Portugal”.

A FNE reafirmou nesta situação o seu compromisso de continuar a trabalhar em prol da valorização da profissão docente e da melhoria das condições de trabalho dos professores e educadores, acompanhando de perto a implementação deste novo regime de mobilidade por doença e garantindo que os seus associados e todos os docentes tenham acesso à informação e ao apoio necessários.

Próximos capítulos de um filme já visto

A FNE prepara agora e tal como fez nos últimos três anos, um novo Roteiro para a Legislatura, novos encontros com os partidos e muitas outras ações que pretendem manter a intervenção sindical da FNE ativa em vários domínios.





Secretariado Nacional da FNE aprovou Relatório de Gestão 2024

O Secretariado Nacional da FNE reuniu na manhã de 14 de março de 2025, em modo híbrido (presencial no Auditório do SPZN no Porto e via ZOOM), para um encontro em que foi debatido e posteriormente aprovado por unanimidade e aclamação o Relatório de Gestão de 2024 – Relatório de Atividades e Contas que promove o balanço das atividade da Federação durante o ano de 2024.

Foi ainda ponto em cima da mesa, o debate relativo a informações e análise da situação político-sindical e definição de ações a desenvolver no futuro próximo e que abrangem múltiplas áreas de intervenção.





Conselho Geral da FNE reuniu no Porto

Já o Conselho Geral da FNE, presidido por Gabriel Constantino, reuniu a 22 de março de 2025, também em modo híbrido (presencial no Auditório do SPZN no Porto e via ZOOM), numa reunião em que tal como no Secretariado Nacional, foi discutido e posteriormente aprovado o Relatório de Gestão de 2024 – Relatório de Atividades e Contas que promove o balanço das atividade da Federação durante o ano de 2024.

Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE fez um balanço do ano de 2024 que caracterizou como "o ano que fica marcado pelos três C's: pela Coragem demonstrada, pelas Conquistas alcançadas e pelo Crescimento da representatividade da FNE. Mais do que um motivo de orgulho ou satisfação, este deve ser visto como um marco na transformação positiva do movimento sindical docente em Portugal".

O dirigente máximo da FNE fez ainda uma análise da atualidade sindical e perspectivou o futuro, apresentando algumas propostas de ações e iniciativas que a FNE pretende realizar nos próximos meses, antes e pós eleições legislativas e que abrangem múltiplas áreas de intervenção.




SINDICATO DOS PROFESSORES


INVESTIR
NA EDUCAÇÃO
fne

FNE preocupada com RJIES e avaliação dos Centros de Investigação

A FNE manifestou em ofício enviado ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), a sua apreensão com a instabilidade resultante da queda do atual Governo e as consequências que ela acarreta para o Ensino Superior, em particular no que respeita ao adiamento da discussão e aprovação do novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) e à avaliação dos Centros de Investigação.

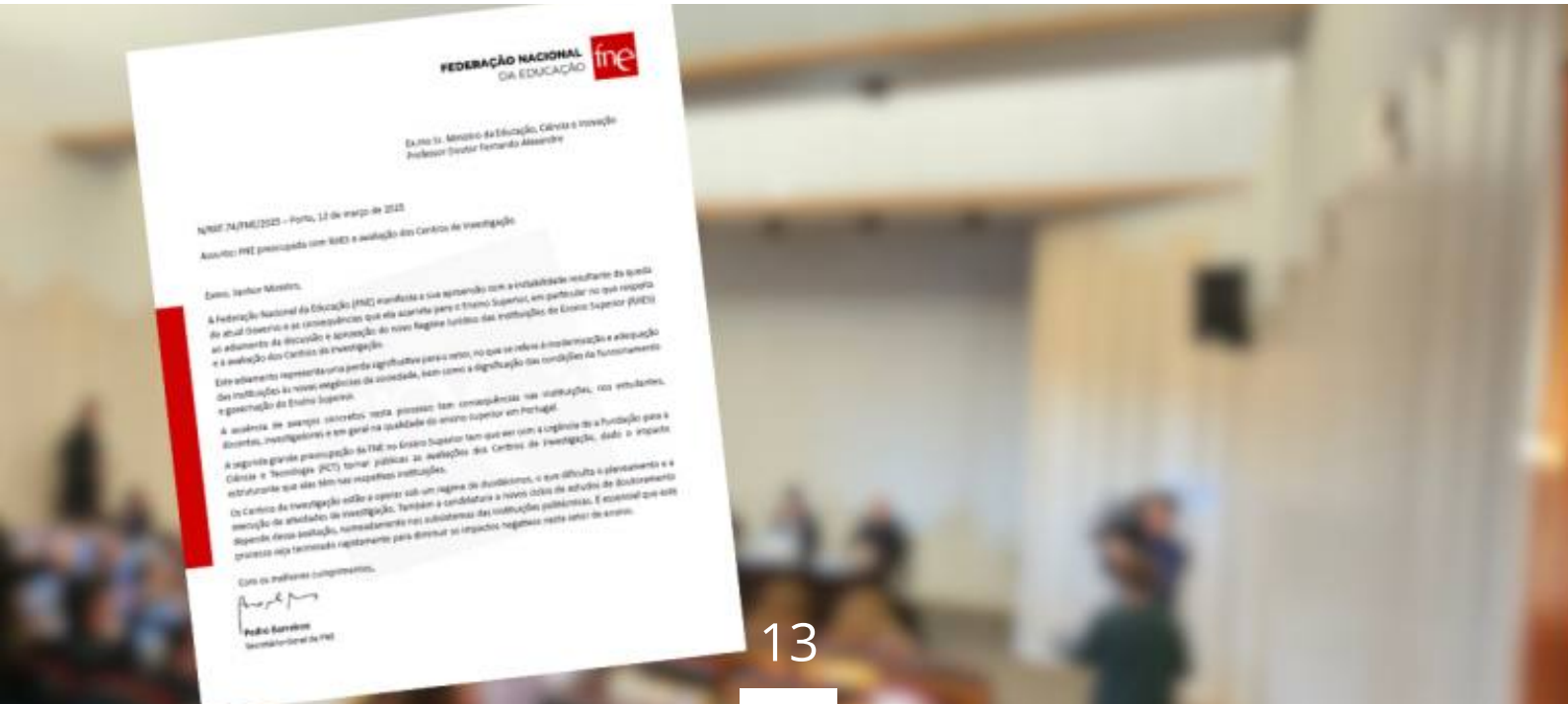
Para a FNE, "este adiamento representa uma perda significativa para o setor, no que se refere à modernização e adequação das instituições às novas exigências da sociedade, bem como a dignificação das condições de funcionamento e governação do Ensino Superior.

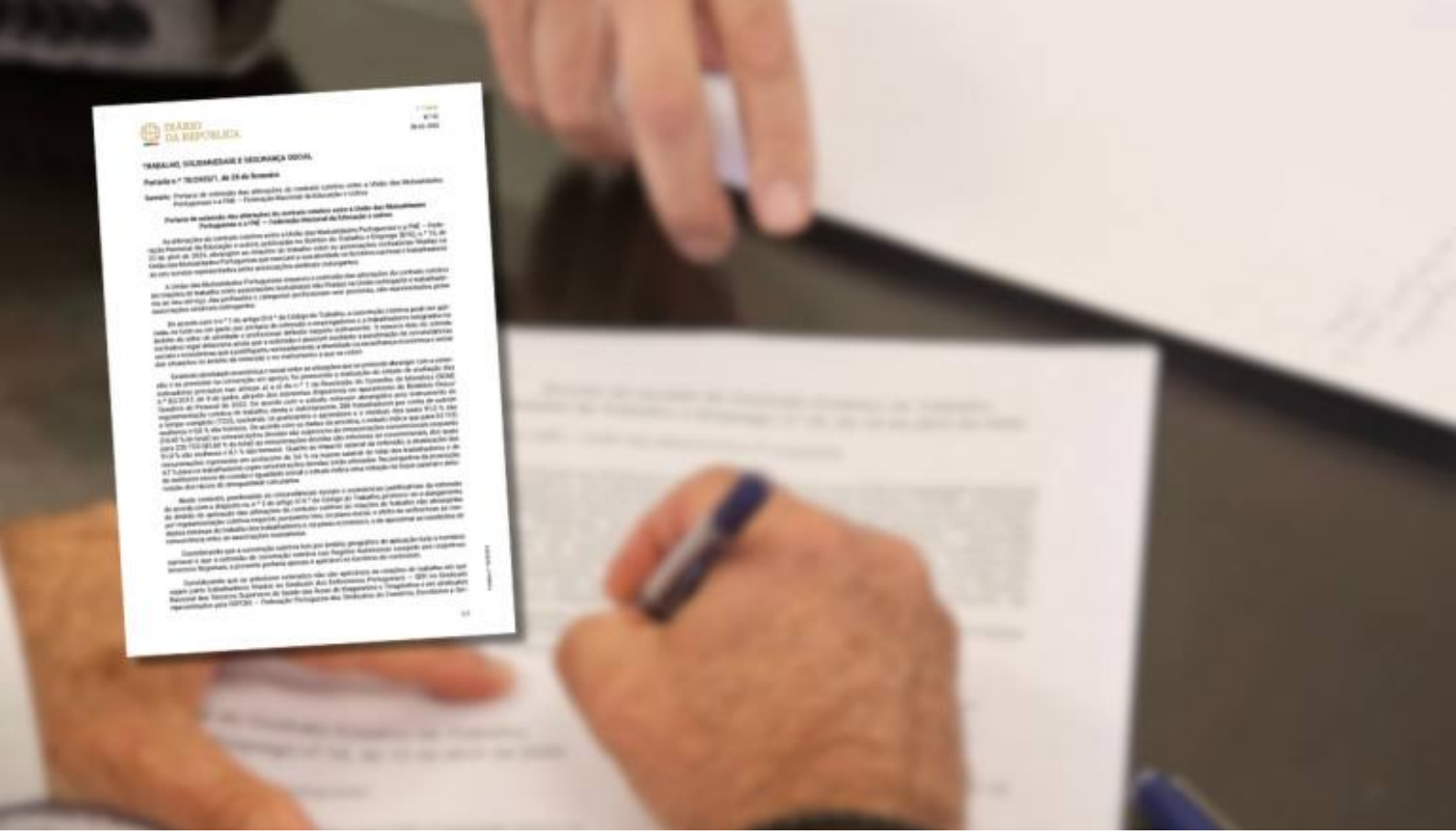
A ausência de avanços concretos neste processo tem consequências nas instituições, nos estudantes, docentes, investigadores e em geral na qualidade do ensino superior em Portugal.

A segunda grande preocupação da FNE no Ensino Superior tem que ver com a urgência de a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) tornar públicas as avaliações dos Centros de Investigação, dado o impacto estruturante que elas têm nas respetivas instituições.

Os Centros de Investigação estão a operar sob um regime de duodécimos, o que dificulta o planeamento e a execução de atividades de investigação. Também a candidatura a novos ciclos de estudos de doutoramento depende dessa avaliação, nomeadamente nos subsistemas das instituições politécnicas.

É essencial que este processo seja terminado rapidamente para diminuir os impactos negativos neste setor de ensino", dizia o documento enviado à tutela e para o qual a FNE espera agora resposta.





Publicadas as portarias de extensão dos CCT com a CNIS e as Mutualidades

Foram publicadas no último dia de fevereiro de 2025, em Diário da República, as portarias de extensão dos Contratos Coletivos de Trabalho (CCT) e suas alterações entre a FNE e a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade — CNIS e também com a União das Mutualidades Portuguesas.

O CCT passa a ser aplicado aos docentes e pessoal não docente, sindicalizados dos sindicatos da FNE ao serviço das instituições do setor social não filiadas nas federações das Instituições particulares de solidariedade social, bem como às mutualidades não filiadas na União das Mutualidades Portuguesas.

Consulte aqui os dois documentos:

- **Portaria de extensão das alterações do contrato coletivo entre a União das Mutualidades Portuguesas e a FNE — Federação Nacional da Educação e outros**

- **Portaria de extensão do contrato coletivo e suas alterações entre a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade — CNIS e a FNE — Federação Nacional da Educação e outros**

fne

DIA INTERNACIONAL DA MULHER 8 DE MARÇO

Federação Nacional da Educação

www.fne.pt



CELEBRAMOS A

MULHER

QUE NUNCA DEIXA DE ACREDITAR E DE LUTAR!



VIDEOCONFERÊNCIA VIA TEAMS

FNE marcou dia da Mulher com um “Apelo à Valorização”

A FNE não deixou passar em branco o 8 de Março de 2025 e saúdou e destacou o papel crucial das Mulheres na Educação.

Foi com um texto dedicado à data, que a Federação assinalou que "neste Dia Internacional da Mulher, o foco recai sobre as Professoras, Educadoras e todas as Trabalhadoras da Educação, figuras centrais na construção de uma sociedade mais justa. A dedicação que revelam diariamente, molda o futuro, capacita gerações e desafia barreiras".

O papel das mulheres nos sindicatos não foi esquecido: "As organizações sindicais têm desempenhado um importante papel na defesa dos trabalhadores, e em particular das mulheres, através da criação de estruturas que desenvolvem um trabalho inigualável na defesa dos direitos das mulheres e na luta pela igualdade de género. Nesta data, a FNE endereça um agradecimento especial a todas as mulheres que fazendo sacrifícios lutam por uma sociedade com equilíbrios justos entre homens e mulheres.

Um tributo especial a todas as dirigentes e delegadas sindicais que, em várias partes do mundo, divulgam e organizam iniciativas que contribuem para tornar o mundo num lugar melhor para as mulheres".

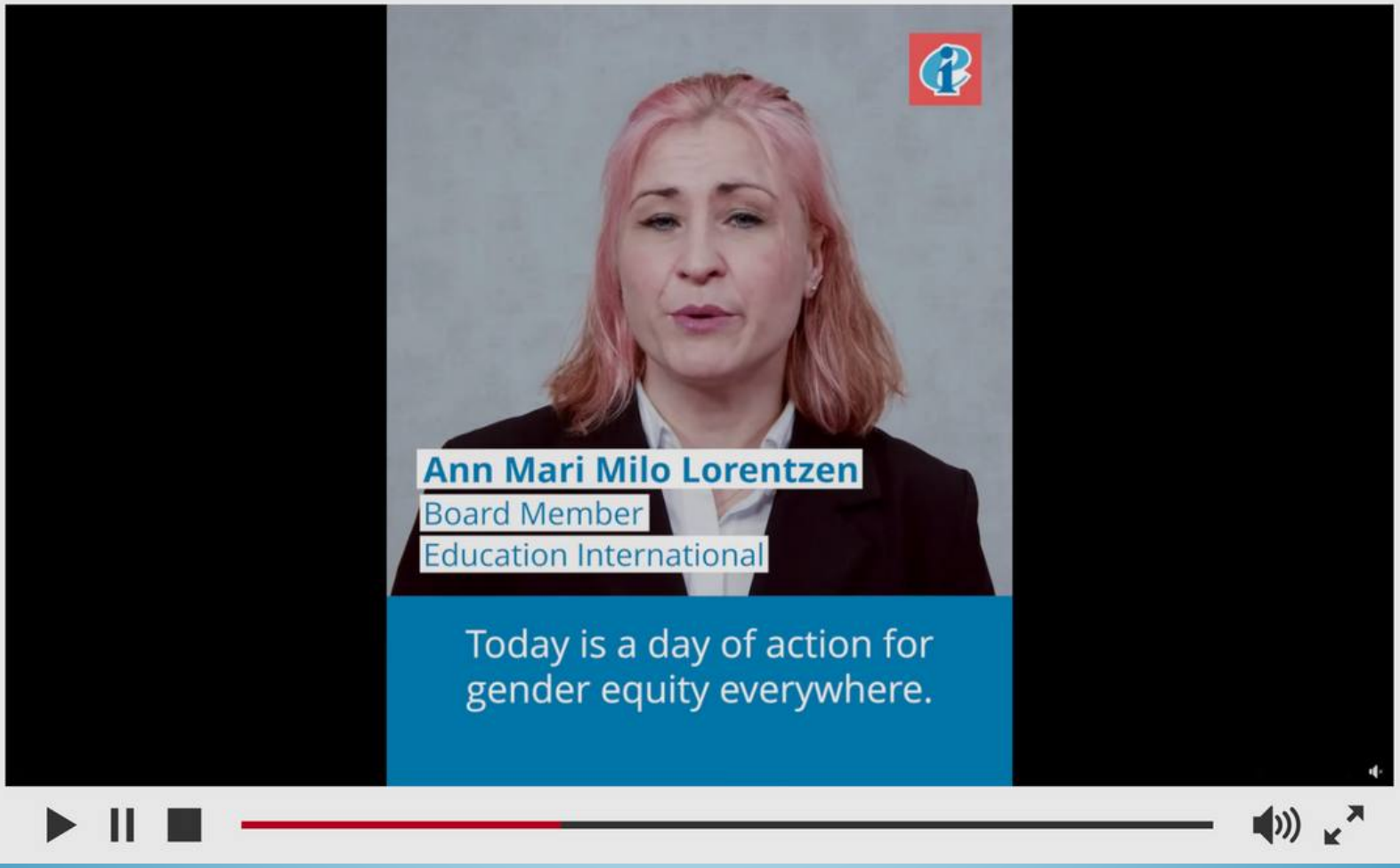
Também as mulheres da Educação tiveram direito a uma palavra especial: "Neste dia especial, é crucial reconhecer e valorizar o trabalho árduo e a dedicação das mulheres na educação. É imperativo garantir condições de trabalho dignas, oportunidades de desenvolvimento profissional e o reconhecimento merecido pelo seu papel fundamental na sociedade".

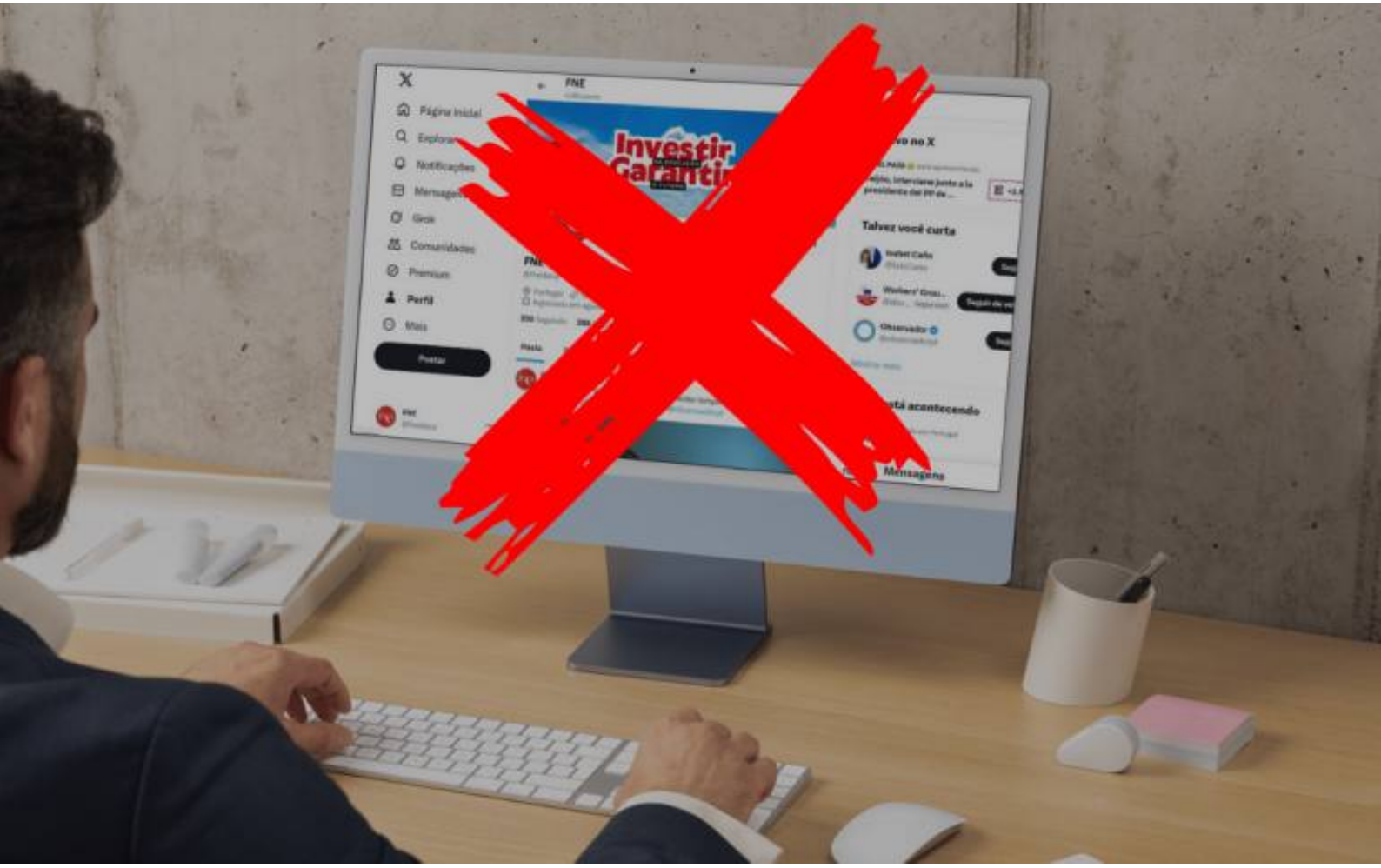
O Dia Internacional da Mulher é celebrado pela ONU desde 1975, e que este ano escolheu como tema das celebrações «Para todas as mulheres e meninas: direitos, igualdade, empoderamento».

A ideia de criar o Dia da Mulher surgiu nos primeiros anos do século XX, nos Estados Unidos e na Europa, no contexto das lutas femininas por melhores condições de vida e trabalho, bem como pelo direito de voto.



A Internacional da Educação não deixou em claro esta data e promoveu também uma mensagem de Ann Mari Milo Lorentzen, Membro do Conselho Executivo da Internacional da Educação e Presidente do Comité de Status da Mulher da IE.





FNE abandonou plataforma "X"

A FNE deixou de estar presente na plataforma social 'X' (antigo Twitter).

Em comunicado divulgados no seu site e redes socias afirma-se que "a FNE não se revê e demonstra as suas preocupações sobre aquilo que considera ser uma disseminação descontrolada de desinformação, teorias da conspiração e discurso de ódio atualmente presenciadas na plataforma".

Podem continuar a acompanhar as notícias da FNE no site oficial em: www.fne.pt e demais redes sociais da Federação.

concurso nacional
2025



2024 | 2º Escalão - 1º Lugar
Turma Gualtar 9 do 4º ano
EB1 de Gualtar – AECA – Braga

Era uma vez... o 1º de maio

www.fne.pt

REGULAMENTO DO CONCURSO

TEMA: VONTADE DE SER PROFESSOR

A Federação Nacional da Educação - FNE e os seus Sindicatos promovem a edição de 2025 do Concurso **"Era Uma Vez… o 1º de Maio"**, desafiando alunos, educadores e professores de todo o país a apresentar trabalhos alusivos ao Dia do Trabalhador e assumindo como tema para a edição deste ano **"VONTADE DE SER PROFESSOR".**

A iniciativa, que registou ao longo das suas sucessivas edições a participação de milhares de trabalhos, visa compreender e explorar, de modo criativo e artístico, o significado do 1º de Maio, reconhecer a solidariedade como valor fundamental e contribuir para o desenvolvimento da criatividade e da cidadania.

O regulamento do concurso pode ser consultado na página oficial e nas redes sociais da FNE e dos seus Sindicatos membros.

O Concurso "Era uma vez... o 1º de Maio" é um grande contributo educativo da FNE para o tratamento, nas escolas, do tema do Mundo do Trabalho, que é um dos cinco domínios da Educação para a Cidadania, com aplicação opcional em qualquer ano de escolaridade, contribuindo para as áreas de competências definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

A primeira edição do Concurso "Era uma vez… o 1º de Maio" da FNE ocorreu em maio de 2003.

Objetivos

- Compreender o dia 1º de maio como o Dia do Trabalhador;
- Desenvolver o conhecimento sobre o 1º de Maio;
- Reconhecer a solidariedade como um valor fundamental da sociedade atual;
- Contribuir para o desenvolvimento da criatividade e da cidadania.

Modalidades de Concursos e Condições de Participação

O concurso destina-se a alunos e docentes distribuídos pelos seguintes escalões:

ALUNOS	DOCENTES
1º escalão (Pintura e/ou colagem) - Educação para a Infância **2º escalão** (Pintura) - 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico **3º escalão** (Pintura) - 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário	**4º escalão** (Pintura) - Educadores e Professores

Os trabalhos do 1º escalão (Educação para a Infância) serão unicamente de pintura ou colagem e coletivos (turma ou jardim de infância).
Os trabalhos do 2º escalão (1º Ciclo do Ensino Básico) serão coletivos (turma ou escola).
Os trabalhos dos 3º e 4º escalões serão de caráter individual.
Cada concorrente, turma ou jardim de infância/escola só pode concorrer com um trabalho.
Os trabalhos não devem ultrapassar o tamanho A3 e o suporte deverá ser papel/cartolina/cartão.

ERA UMA VEZ... O 1º DE MAIO

Prazos

O **prazo de entrega** dos trabalhos termina no dia 17 de abril de 2025.

Entrega de trabalhos

Os trabalhos podem ser entregues diretamente ou enviados por correio para a sede da FNE no Porto (Rua Pereira Reis, 399, 4200-448 Porto).
(apenas serão avaliados os trabalhos recebidos até ao dia 17 de abril de 2025)

Júri do concurso

O júri será constituído pelos seguintes elementos:
- Um(a) Representante da FNE
- Um(a) Representante da AFIET
- Um(a) Educador(a) de Infância
- Um(a) Professor(a) do 1.º Ciclo do Ensino Básico
- Um(a) Professor de Educação Visual

Divulgação dos Trabalhos Premiados

No dia 24 de abril de 2025 será divulgada a listagem dos trabalhos premiados, em cada um dos escalões, na página de internet da FNE em www.fne.pt.

Exposição dos Trabalhos

Os trabalhos premiados serão expostos no dia 1 de maio de 2025, no local em que a UGT - União Geral de Trabalhadores e a FNE realizarem as comemorações do Dia do Trabalhador, de cujo programa constará a respetiva entrega de prémios e certificados de participação.
Posteriormente os trabalhos serão divulgados nas páginas de internet e redes sociais da FNE e da AFIET.

Entrega de Prémios

Os prémios serão entregues no local das comemorações, no dia 1 de maio de 2025.

Prémios

Terão direito a prémio os três melhores classificados em cada escalão.
Os prémios a atribuir, em cada escalão, serão os seguintes:
1.º Prémio – Tablet*
2.º Prémio – Máquina fotográfica*
3.º Prémio – Livros / Jogos didáticos*
* Os prémios podem ser substituídos por outros de igual valor

Disposições Finais

Os trabalhos ficam pertença da FNE.



Documentos de Gestão: Urgência na Reflexão para uma Educação de Infância Coerente

A relevância dos Documentos de Gestão Estratégica e Operacional da Escola no dia a dia educativo é inquestionável, mas a sua adequação à Educação Pré-Escolar (EPE) exige uma análise aprofundada. Numa perspetiva de cogitação formativa, que integra teoria e prática, repensar estes instrumentos é crucial para impulsionar uma práxis educativa enriquecedora e que respeite a identidade singular da EPE.

Em Portugal, a autonomia na adoção de Projetos Curriculares de Grupo (PCG) gerou uma diversidade de modelos, alguns desajustados à EPE. Esta situação é parcialmente influenciada pela persistência de normativas desatualizadas. A Circular n.º 17/DSDC/DEPEB/2007 sobre gestão curricular, anterior às Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE), de 2016, ainda influencia práticas, apesar de as OCEPE serem o único referencial válido para o currículo da EPE.

O recente Ofício-Circular n.º 32985/2024/DGE-DSDC-DEPEB surge como um contributo importante, clarificando aspetos da organização, funcionamento, desenvolvimento curricular e transições na EPE. Este documento reforça a necessidade de debater, nos departamentos, a construção dos PCG, promovendo escolhas conscientes que preservem a identidade da EPE.

"A partilha, o debate e a reflexão entre os/as educadores/as do mesmo estabelecimento educativo ou departamento, sobre o trabalho pedagógico e os instrumentos de planeamento e de avaliação em que se apoiam, não pressupõe a uniformização dos documentos de planificação e de avaliação a utilizar" (Ofício-Circular n.º 32985/2024/DGE-DSDC-DEPEB).



A construção destes documentos, entre eles o PCG e Plano Anual de Agrupamento, que influenciam diretamente a intencionalidade pedagógica, deve ir além da burocracia. A participação ativa dos profissionais de educação é determinante na sua adequação a cada contexto. São os educadores e equipas que, no terreno, compreendem as necessidades das crianças e podem traduzir as diretrizes curriculares em práticas significativas.

É essencial refletir sobre conceitos como intencionalidade pedagógica, opções e prioridades educativas. O que significa intencionalidade? Que opções enriquecem e validam a prática? Que prioridades definir, considerando as necessidades das crianças e os fundamentos e princípios das OCEPE?

O apelo à ação é claro: os profissionais devem refletir criticamente sobre a sua prática e otimizar a adequação da documentação ao contexto da EPE. Esta melhoria implica participação ativa na construção e revisão dos Documentos de Gestão Estratégica e Operacional da Escola, fundamentando as decisões nas orientações do Ofício-Circular n.º 32985/ 2024/DGE-DSDC-DEPEB e, crucialmente, nas OCEPE.

As OCEPE apoiam a construção e gestão curricular no jardim de infância, sendo a sua implementação eficaz responsabilidade de cada educador, em colaboração com a equipa. Este espaço de partilha garante que os Documentos de Gestão Estratégica e Operacional da Escola sejam ferramentas dinâmicas, promovendo uma educação de infância de qualidade, que respeite a singularidade das crianças e as especificidades desta etapa.

É tempo de transformar a reflexão em ação, assegurando que os documentos de gestão orientem e enriqueçam a prática educativa na EPE, preservando a sua identidade e o bem-estar das crianças, educadores e equipa.

Raquel Elis Reis
Vogal da Direção do SDPM
Educadora de Infância



Saúde Mental nas Escolas: Um Desafio Urgente

Nos últimos anos, a saúde mental tornou-se um tema central no debate educacional. Alunos, professores e profissionais enfrentam pressões crescentes que afetam o seu bem-estar emocional e, consequentemente, o seu desempenho académico e profissional. A ansiedade, o stress e o burnout são desafios cada vez mais comuns no ambiente escolar, exigindo medidas urgentes para garantir um ensino mais equilibrado e saudável.

Os estudantes lidam com um volume elevado de exigências académicas, muitas vezes somado a dificuldades familiares e pressão social. As redes sociais e o medo do fracasso aumentam ainda mais essa tensão, levando a quadros preocupantes de ansiedade e depressão. A competição exacerbada por melhores notas e acesso a universidades prestigiadas também intensifica estes sintomas, o que torna o ambiente escolar um gatilho para transtornos emocionais.

Ao mesmo tempo, os professores enfrentam a sobrecarga de trabalho, falta de recursos e uma crescente desvalorização da profissão, o que resulta em altos níveis de burnout e insatisfação. A pressão por resultados, a dificuldade em lidar com turmas grandes e heterogéneas e a escassez de apoio psicológico contribuem para o desgaste físico e emocional dos docentes. Como consequência, muitos profissionais acabam por abandonar a carreira, o que agrava ainda mais o cenário educacional.

Os profissionais de educação também sofrem com a sobrecarga de trabalho, a falta de formação para o desempenho das suas funções, o desenvolvimento de funções que não integram os contratos e a dificuldade de atender a todas as solicitações da escola.

Diante deste cenário, é fundamental que as escolas adotem políticas de apoio à saúde mental. A implementação de programas de educação emocional, o acesso a profissionais especializados, a redução da carga excessiva de trabalho e a promoção de um ambiente escolar acolhedor são medidas essenciais.

É necessário estimular também a sensibilização sobre o tema, combater estigmas relacionados com problemas psicológicos e criar espaços de apoio nas instituições. Por outro lado, oferecer suporte psicológico tanto para os alunos quanto para os profissionais da educação pode contribuir significativamente para a construção de um ambiente mais saudável e produtivo.

Valorizar a saúde mental nas escolas é investir no futuro. Um sistema educacional que prioriza o bem-estar dos seus integrantes contribui para a formação de indivíduos mais preparados, confiantes e saudáveis, capazes de enfrentar os desafios da vida académica e profissional com mais segurança e equilíbrio.

Desafios da Inclusão Escolar

A inclusão escolar é um dos grandes desafios da educação contemporânea. Garantir que todos os alunos, independentemente das suas diferenças, tenham acesso a um ensino de qualidade é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. No entanto, a realidade ainda está longe do ideal.

Muitos alunos com deficiência ou necessidades especiais enfrentam barreiras para sua plena participação na vida escolar. A falta de formação dos professores e profissionais, a escassez de recursos didáticos adaptados e a ausência de infraestrutura adequada são apenas alguns dos obstáculos que dificultam a inclusão real e efetiva. Por outro lado, os alunos de diferentes realidades sociais também encontram dificuldades no ambiente escolar, seja por desigualdade económica, discriminação ou falta de suporte pedagógico.

A inclusão escolar passa também pelo desenvolvimento de metodologias pedagógicas que contemplem a diversidade dos alunos. Estratégias como o ensino colaborativo, adaptações curriculares e o uso de tecnologia podem fazer diferença na aprendizagem de estudantes com diferentes necessidades. Para isso, é fundamental que os professores e profissionais recebam formação contínua, garantindo que possam atuar de forma eficaz na promoção da inclusão.

Outro ponto crucial é a sensibilização da comunidade escolar. O combate ao preconceito e a promoção de uma cultura de respeito e empatia são fundamentais para que todos os alunos se sintam acolhidos. Projetos que envolvam os estudantes, as famílias e os profissionais da educação podem fortalecer este processo, criando um ambiente mais harmonioso e inclusivo.

Criar uma escola verdadeiramente inclusiva é um compromisso de toda a sociedade. Somente com esforço conjunto entre educadores, famílias e governos poderemos garantir um futuro mais igualitário para todos os alunos. O investimento em inclusão não beneficia apenas aqueles que enfrentam dificuldades, mas fortalece toda a comunidade escolar, promovendo uma educação mais humana, acessível e eficiente.

Cristina Ferreira
Presidente do STAAE Sul e Regiões Autónomas





STAAE Sul e Regiões Autónomas celebrou 34 anos

O Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação Sul e Regiões Autónomas (STAAE Sul e RA) foi criado a 6 de março de 1991, com o grande objetivo de se constituir como uma voz autorizada na defesa dos específicos interesses do Pessoal de Apoio Educativo (PAE).

Fundado e dirigido por conhecidos profissionais do setor, o STAAE Sul e RA pauta a sua atuação quotidiana no quadro do sindicalismo democrático, partilhando com inúmeras organizações sindicais um vasto património de princípios e de interesses que naturalmente o enquadram na Federação Nacional da Educação (FNE), a grande casa comum de todos os Trabalhadores da Educação, e na grande estrutura de topo que é a União Geral de Trabalhadores (UGT).

No STAAE Sul e RA estão representadas todas as carreiras e categorias do PAE, a designação da Internacional da Educação que abrange todos os trabalhadores conhecidos como não docentes, nas categorias de Auxiliares de Educação, Assistentes Operacionais e Administrativos, Técnicos e Técnicos Superiores.

Se, ao longo destes anos, alguma intervenção se destaca como uma grande e constante luta, tal é, sem sombra de dúvida, a melhoria do estatuto destes trabalhadores pelo que, quer como sindicato autónomo, quer como membro da FNE, o STAAE SUL e RA tem sempre estado envolvido em todas as negociações relativas ao Regime das Carreiras dos Trabalhadores da Educação.

O STAAE Sul e RA prossegue a sua luta sindical pelo reconhecimento e valorização do PAE, por uma carreira e um estatuto dignos dos seus associados e pela tão necessária e urgente determinação dos conteúdos específicos para os trabalhadores que representa.



Diálogo Setorial Europeu e Negociação com empregadores

Entre 25 e 28 de março de 2025, a FNE participou em três atividades distintas, que decorreram em Bruxelas: o Grupo de Trabalho do Diálogo Social Setorial Europeu da Educação (ESSDE), a primeira reunião de negociação entre sindicatos (CSEE - Comité Sindical Europeu da Educação) e empregadores europeus (EFEE) para um acordo setorial no âmbito do Teletrabalho e do Direito a Desligar e, finalmente, num webinário do consórcio ELNE (Rede Europeia de Liderança Educacional), em que apresentou o Observatório da Convivência Escolar, a nível europeu.

No dia 25, a Comissão Europeia (CE) proporcionou aos representantes sindicais uma reunião preparatória do Grupo de Trabalho do ESSDE, que decorreu na sede conjunta da Internacional da Educação (IE) e do CSEE. A reunião foi presidida pelo irlandês John MacGabhan, Presidente do CSEE, e serviu para uma revisão dos temas a tratar, no dia seguinte, na reunião conjunta com os empregadores e a CE.

A reunião do dia 26 decorreu no Hotel Bedford, entre a Estação Central e a Estação do Sul, já anteriormente solicitado pela CE. Depois da aprovação da agenda, seguiu-se uma revisão das diretrizes dos dois parceiros sociais europeus (CSEE e EFEE) para prevenir e gerir os riscos psicossociais na educação, no âmbito do projeto em curso ("APRES COVID"), em que a FNE integra o respetivo Grupo Consultivo. Os temas do aumento de pressão sobre os professores e do colapso de valores emergiram no debate.

O tema seguinte respeitou o Teletrabalho e o Direito a Desligar, com uma apresentação de Tina Weber e Oscar Vargas Llave do Eurofound, a Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho.

Para um contexto mais assertivo, foram apresentados dois casos europeus: o caso da Bélgica (Região de Flandres), por parte dos sindicatos, e o caso de Malta, por parte dos empregadores.

O ponto quatro da ordem de trabalhos trouxe uma mesa redonda com a jovem deputada finlandesa do Parlamento Europeu Li Andersson, Presidente da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, que abordou o intercâmbio sobre as prioridades dessa Comissão. Li Andersson sublinhou que a União de Competências (Union of Skills) destacava a cidadania prática e referiu que a meta atual de 43% de participação na Educação de Adultos estava ainda longe da meta traçada pela CE.





Requisitos mínimos

Os sindicatos argumentaram que mais que uma União de Competências deveríamos estar a falar de uma União de Pessoas com competências adequadas. Para a FNE era muito importante revermos como melhorar as condições de trabalho, num tempo de uma denotada e geral falta de professores, que agrava os limites de trabalho dos profissionais da educação.

No ponto cinco, houve uma apresentação conjunta sobre a União de Competências (Union of Skills) e as iniciativas planeadas no âmbito da futura Agenda dos Professores da União Europeia (EU Teachers Agenda), sobre a qual ainda pouco se descortinou até ao momento. Um ênfase especial foi aqui dado à saída da próxima edição do TALIS da OCDE (a bíblia das condições de vida e de trabalho dos professores), no próximo outono.

Maria Luísa Cabral, Diretora das Condições de Trabalho e do Diálogo Social da DG EMP da CE trocou impressões com os participantes sobre as prioridades da sua área e, de seguida, Marie Céline (EFEE) abordou as recomendações conjuntas CSEE/EFEE sobre a promoção de modelos eficazes de gestão da qualidade e da inovação no setor da educação, no âmbito do projeto europeu "Learning Schools", que também inclui a FNE no seu Grupo Consultivo.

O último ponto desta reunião foi uma atualização de informação sobre os quatro projetos CSEE/EFEE em curso: "APRÈS COVID", "Learning Schools", InclusiveEducation4AllNeeds e EastSocialDialogue (este a iniciar em abril próximo com um foco nos balcãs).

No dia 27 de março decorreu a primeira reunião de negociação entre o CSEE e a EFEE, tendo em vista um Acordo na área do Teletrabalho e do Direito a Desligar.



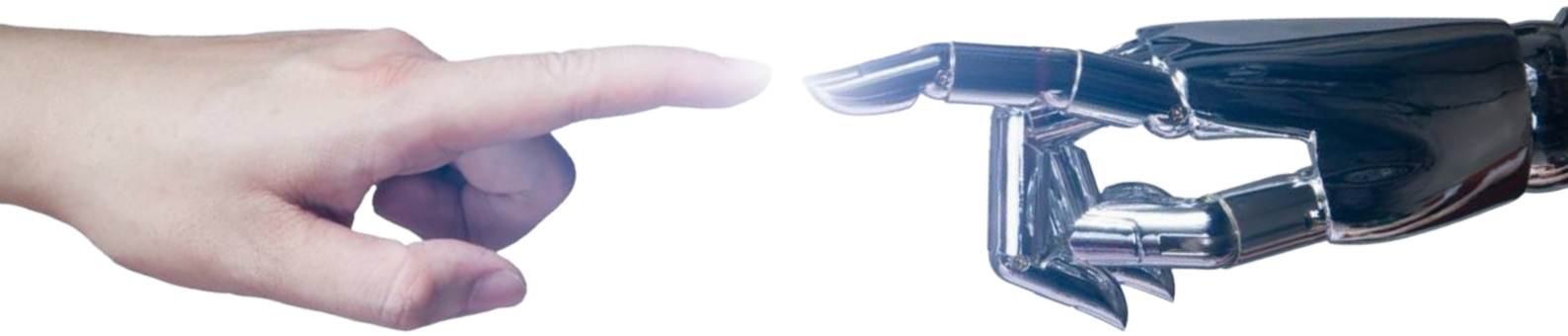


Os pontos debatidos entre os dois parceiros sociais europeus foram o **Preâmbulo** (menções de textos legislativos e não legislativos pertinentes da UE, da OIT e dos parceiros sociais, bem como de parágrafos interpretativos), **Objetivo do Acordo** (estabelecer requisitos mínimos no domínio do teletrabalho e do direito a desligar no setor da educação), **Âmbito de aplicação** (trabalhadores do setor da educação) e **Definições** (lista de definições de termos-chave).

O debate mais demorado incidiu numa discussão sobre o termo "requisitos mínimos", proposto pelo CSEE, tendo-se posteriormente chegado a acordo quanto à metodologia de negociação a seguir em todo o processo. Estão previstas seis reuniões em Bruxelas até 18 de setembro, financiadas pela CE, sendo a próxima já em 15 de abril próximo. De permeio haverá reuniões online separadamente para se evoluir no texto.

A delegação do CSEE é composta pelos sindicatos MUT (Malta), CMOS PS (Chéquia), FNE (Portugal) FLC CGIL (Itália), IURHEEC (Croácia) e FNV (Países Baixos). O representante da FNE no ESSDE e na negociação do Acordo de Teletrabalho e Direito a Desligar com a EFEE é Joaquim Santos.

Aproveitando a estada em Bruxelas, a FNE participou na manhã do dia 28 de março, no webinário da Rede Europeia de Liderança Educacional – ELNE "Promover a liderança colaborativa para melhorar o bem-estar psicossocial na educação", em que apresentou o Observatório da Convivência Escolar, seus objetivos e atividades. Esta iniciativa foi saudada tanto pelos sindicatos europeus da educação como pelos empregadores da educação.



Gestão dos trabalhadores baseada em IA

Os superiores hierárquicos bem-sucedidos procuram assegurar a produtividade, motivar os trabalhadores e criar uma atmosfera positiva. A inteligência artificial (IA) e os sistemas baseados em algoritmos podem ajudar os superiores hierárquicos através da automatização das tarefas de gestão no local de trabalho.

Tal pode otimizar a organização do trabalho, tanto para as entidades empregadoras como para os trabalhadores. Por exemplo, os algoritmos podem prever a procura futura dos clientes, por forma a permitir programar os turnos para satisfazer as necessidades de pessoal e evitar os efeitos negativos da sua escassez. A gestão algorítmica também pode ser utilizada para atribuir tarefas aos trabalhadores com base nas suas capacidades e competências.

No entanto, há vários riscos psicossociais a considerar. A queixa mais comum é a de que os trabalhadores sentem menos autonomia porque a sua capacidade de decisão é limitada. Sentem que já não controlam o seu trabalho. Além disso, sentem-se pressionados a trabalhar mais rapidamente, o que provoca stresse profissional, problemas de saúde e acidentes.

Para garantir que os sistemas de gestão dos trabalhadores baseados na IA têm um impacto positivo, é importante trabalhar em conjunto com os trabalhadores para reforçar a confiança.

Tal começa por consultar os trabalhadores e permitir-lhes participar na conceção e implementação de sistemas de gestão algorítimica. A transparência é fundamental.

Fonte: Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho

fne

Dia MUNDIAL do Trabalhador



VALORIZAR OS TRABALHADORES

COMBATER A PRECARIEDADE

CARREIRAS DIGNAS

INVESTIR NA EDUCAÇÃO

KIDs RACE 09H30
+ CORRIDA E CAMINHADA
1º DE MAIO
10H00

ANIMAÇÃO CULTURAL
ATIVIDADES DESPORTIVAS
TUNAS ACADÉMICAS
FOLCLORE

TOY
16H00

INTERVENÇÕES SINDICAIS
15H00

1 maio

UGT PORTUGAL

SYZN SPZC SDPSUL SDPA SPCL STAE STAE STAE

Federação Nacional da Educação

CAMINHO PARA A VALORIZAÇÃO

abril 2025

ABRIL 2025

jornal fne

Federação Nacional da Educação



CAMINHO PARA A **VALORIZAÇÃO**

ÍNDICE

3 - 4
EDITORIAL

5 - 25
AÇÃO SINDICAL

26 - 27
TEM A PALAVRA

28 - 29
PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

30 - 39
INTERNACIONAL

40 - 41
SAÚDE

FICHA TÉCNICA | ABRIL 2025

Proprietário
Federação Nacional da Educação

Diretor
Pedro Barreiros

Produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro
Mário Jorge

Redação
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação
Rafael Marques

Sindicatos membros
- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS

FILIAÇÃO

EDITORIAL



Por que não um "hackathon" à portuguesa?

A questão lançada no título exige desde já o devido esclarecimento.

Primeiro será necessário elucidar o uso de um conceito ***"hackathon"*** grafado em língua inglesa e não na nossa língua mãe. A segunda necessidade será a de aclarar o porquê de "algo" ser "à portuguesa" e não de outro modo qualquer...

Decompondo o conceito "Hack-a-thon": "thon" advém de parte de um conceito sobejamente conhecido -"mara**thon**" - e "hack" é um conceito que por si só descreve uma forma de programar no mundo da informática e que juntos criaram um novo conceito:*"Hackathon"*. Hackathon significa, em geral, um evento que pode durar um ou dois dias e usualmente quer expressar uma maratona de concursos de programação informática....

O que nós queremos alertar é fundamentalmente para o facto de em Portugal não termos feito, ainda, um *Hackathon* na educação, seja qual for o modo como o designemos, inspirados no evento organizado em Inglaterra para toda a comunidade científica e escolar sobre o uso, a necessidade e o modo de usar ferramentas de IA - Inteligência Artificial Generativa no sistema educativo, principalmente no sistema público de educação.

O governo inglês já investiu cerca de dois milhões de libras em ferramentas de IA Generativa para a *"Oak National Academy"*, que comporta uma plataforma de aprendizagem online para ajudar a desenvolver novos recursos gratuitos para professores, bem como uma plataforma com conteúdos alimentados por IA Generativa, nomeadamente planificação de aulas, testes, questionários e fichas de trabalho.

Na base do trabalho desenvolvido em Inglaterra estavam diversas questões subjacentes e que a todos nós interessam:
- A primeira questão de todas é a de "Como é que a IA Generativa pode ajudar os professores?"
- "Os alunos poderiam ser ensinados só pela IA Generativa?";
- "Como é que a IA poderia ajudar os alunos individualmente no seu estudo?"; e,
- "O que se está a fazer para impedir que os alunos usem a IA para fazer batota?",

Sobre todas estas questões em Inglaterra ainda não há respostas contundentes mas há trabalho realizado pelo *hackathon* de dois dias de envolvimento de toda a comunidade escolar e académica.

Inglaterra tem já materiais de estudo produzidos e estão a delinear estratégias de implementação do uso de *IA Generativa* no sistema educativo para o melhorar e tirar o melhor proveito possível destas novas ferramentas educacionais, nomeadamente para redução da carga de trabalho em tarefas administrativas.

Tal como por lá, teremos por cá que estudar tais resultados e deles retirar também o melhor possível, quer do ponto de vista estrutural para o sistema, fundamentalmente da Escola Pública, quer do ponto de vista sindical - seja no que concerne a reivindicações justas e equilibradas, seja no que concerne ao necessário aumento da qualidade e adaptação do nosso ensino às novas ferramentas.

Há, portanto, todo um novo mundo a ter em consideração no exercício da profissão docente e por isso desde já se aconselha que estejamos atentos ao que já de bom se vai fazendo.

Será que, enquanto sociedade, nos estamos a preparar séria e necessariamente para a "Escola" do século XXI?

Estarão os professores, dirigentes políticos e sindicais preparados para abraçar os novos desafios e as evidentes mudanças paradigmáticas do que é a "Escola" de hoje?

Urge fazer uma profunda reflexão sobre a inevitável utilização da *IA Generativa* no sistema educativo português, envolvendo os docentes e a academia para se encontrarem as melhores soluções para o nosso próprio sistema e modelo educativo. Hoje o nosso modelo, cada vez com mais exigências multiculturais e até cada vez mais exigências multilinguísticas, precisa de se adaptar urgentemente aos novos desafios.

A formação contínua e a formação inicial dos futuros docentes têm que ser urgentemente adaptadas a estas novas circunstâncias. Não podemos, como outrora, ficar à mercê de sermos arrastados para modelos externos ou debatermo-nos continuadamente com os clássicos atrasos estruturais de décadas.

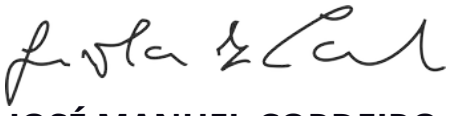
Será que podemos empreender e discutir a renovação do ECD sem abordarmos estes assuntos? Não creio.

Temos que aproveitar a *"crista da onda"* da utilização das novas ferramentas pedagógicas já existentes, e creio que ainda estamos a tempo. Mas se nada fizermos hoje, amanhã já será tarde, quiçá muito tarde.

Se queremos manter o modelo de escola pública que temos, enquanto instrumento de política pública de combate às desigualdades sociais e promotora da equidade entre os nossos discentes, não podemos ficar de braços cruzados. Tenhamos presente que o uso desenfreado e desregulado da *IA Generativa* é potencialmente promotor de desigualdades sociais caso o acesso e o bom uso não sejam garantidos para todos com equidade.

A FNE e os docentes portugueses, como sempre, estão disponíveis para abraçar o desafio, assim estejam também as autoridades públicas.

Um "Hackathon" à portuguesa é urgente.



JOSÉ MANUEL CORDEIRO
VICE-SECRETÁRIO-GERAL DA FNE

Federação Nacional da Educação

Roteiro

Para a Legislatura 2025-2029

"Roteiro para a Legislatura 2025-2029"

Caminhos da revalorização das carreiras da educação

A próxima legislatura, que sairá da eleição de 18 de maio de 2025, vai enfrentar vários desafios existentes no sistema educativo, envolvendo alunos, educadores, professores e pessoal de apoio educativo.

Por isso a Federação Nacional da Educação (FNE) elaborou, como habitualmente em ocasião de eleições, o "Roteiro para a Legislatura 2025 – 2029", no qual destaca as suas maiores preocupações relativas às políticas de Educação que o futuro Governo tem que ter em conta e demonstra a sua disponibilidade para um diálogo sério, efetivo e regular, que permita ultrapassar os grandes constrangimentos do setor.

Ao longo do último ano, a FNE, num contexto de grandes exigências e transformações, alcançou conquistas significativas que resultam de um trabalho persistente de diálogo, mobilização e compromisso com os valores que orientam a nossa ação sindical.

Entre essas conquistas, destaca-se o Acordo celebrado com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), em 21 de maio de 2024, para a recuperação do tempo de serviço congelado, uma reivindicação histórica dos docentes, que representa um passo decisivo para a justiça e valorização da carreira.

No quadro de conquistas da FNE estão também os avanços no Regime da Mobilidade por Doença (MpD), assegurados por acordo, que resultaram em condições mais dignas e humanas para quem enfrenta situações de fragilidade pessoal ou familiar.

A estas vitórias, somam-se outras negociações bem-sucedidas, que trouxeram um valor acrescentado aos trabalhadores que a FNE representa, às escolas e, consequentemente, aos alunos e comunidades educativas.

Em destaque encontram-se de igual modo os avanços alcançados na valorização da carreira docente, na negociação coletiva, na melhoria das condições de trabalho e no reforço do papel da Educação como eixo central do desenvolvimento do país.

É com base nesta trajetória de ação e conquista que a FNE apresenta o "Roteiro para a Legislatura 2025-2029" — um plano de ação estratégico que define prioridades, metas e propostas concretas para o próximo ciclo político e um contributo fundamental para a construção de políticas públicas de Educação em Portugal, centradas na valorização dos seus profissionais, na melhoria das condições de trabalho e das aprendizagens e na consolidação de um sistema educativo inclusivo, democrático e humanista.

A revalorização da profissão docente é urgente e estratégica. Sem professores e pessoal de apoio educativo motivados e valorizados não há qualidade na educação.

A FNE propõe um reordenamento profundo da carreira docente e da carreira do pessoal de apoio educativo, com soluções integradas e duradouras para garantir o futuro da escola pública e do sistema educativo e que passam por:

DOCENTES

1. Tornar a profissão docente atrativa para os jovens, motivadora para os que a exercem, e recuperar o prestígio social do professor através da negociação de uma revisão positiva e valorizadora do Estatuto da Carreira Docente (ECD).

2. Formação Inicial e Contínua - Reformular a formação de professores com qualidade e articulação com a prática profissional.

3. Concursos – Promover a estabilidade com concursos transparentes, justos e que fixem os docentes.

4. Avaliação de Desempenho – Implementar modelos justos e formativos, com impacto positivo na carreira.

5. Organização do Tempo de Trabalho – Respeitar limites, reduzir burocracia e garantir tempo para reflexão pedagógica.

6. Saúde e Segurança – Proteger o bem-estar físico e mental dos docentes.

7. Aposentação – Rever regras para permitir uma saída digna, tendo em conta o desgaste profissional acumulado.

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO/NÃO DOCENTES

1. Deverá ser iniciado o processo de negociação que conduza à definição dos conteúdos funcionais específicos do Pessoal de Apoio Educativo e ao estabelecimento das suas carreiras especiais: Técnicos Superiores da Educação; Assistentes Técnicos da Educação; Assistentes Operacionais da Educação.

2. Adoção de medidas que eliminem a precariedade, assegurando a vinculação e a consolidação das mobilidades de todos os trabalhadores de apoio educativo.

3. Aposta forte na valorização com a criação de carreiras específicas, cumprindo a resolução da Assembleia da República.

4. A revisão da portaria dos rácios e a consequente melhoria efetiva das condições de trabalho.

Consulte todas as propostas da FNE para a futura legislatura em www.fne.pt

Roteiro

Para a Legislatura 2025-2029

www.fne.pt

Pedro Barreiros em Conferência do SPZC

O Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, marcou presença na Conferência "50 anos SPZC - o futuro do sindicalismo" ainda no âmbito das celebrações do 50º aniversário do Sindicato dos Professores da Zona Centro (SPZC). Este evento contou ainda com a participação de Mário Mourão, Secretário-Geral da UGT e de vários dirigentes do SPZC.

"Se os mais novos não tiverem espaço de intervenção, não se vão sentir representados pelos sindicatos. E o futuro do ensino precisa deles". Esta foi uma das ideias deixada por Pedro Barreiros, em mais um evento comemorativo dos 50 anos do SPZC e em que se falou do futuro do sindicalismo.

SPZC expõe acervo de 50 anos

Ainda englobado no 50º aniversário, o SPZC vai levar a vários pontos da Zona Centro, uma exposição que inclui um conjunto de 14 roll-ups com os principais registos fotográficos dos momentos mais significativos dos seus 50 anos da sua existência, com destaque para a evolução dos logótipos, as diversas manifestações, os congressos da FNE e da UGT, entre outros.

Nos locais da exposição será disponibilizada uma peça em suporte digital para ajudar a se compreender melhor a mostra, detalhou o SPZC.



MECI aproximou-se das propostas da FNE no DL relativo às condições de docentes no estrangeiro

A FNE e o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) reuniram na manhã de 16 de abril, para um encontro negocial relativo às garantias previstas nos diplomas legais de criação das escolas portuguesas no estrangeiro da rede pública do MECI.

À saída daquela que foi a primeira reunião de negociação com o Governo em gestão, Manuel Teodósio, Vice-Secretário-Geral da FNE, fez o balanço assumindo que "a FNE considera positivo que a tutela tenha ouvido e aceite as nossas propostas de uma forma verbal".

Manuel Teodósio explicou que "nesta reunião foi-nos apresentado um Decreto-Lei para análise e foi-nos apresentado verbalmente um Despacho de apoio a esses mesmos professores [das escolas portuguesas no estrangeiro da rede pública]. A FNE vê com bons olhos estas propostas porque de alguma forma vêm trazer equidade aos professores destas escolas, porque até agora encontrávamos docentes com situações diferenciadas a trabalhar em mesmas funções e locais, algo que agora fica garantido com uniformidade".

O dirigente da FNE acrescentou ainda que "depois nas propostas em concreto do Despacho relativo aos apoios a ser concedidos, também há um aspeto que para a FNE é extremamente importante porque há aqui uma concordância total com os apoios dados a outros trabalhadores do Estado que também prestam serviços em países diferenciados e por isso também há aqui a compensação atendendo ao custo de vida de cada país, com esse valor a não ser igual para todos, mas sim de acordo com o nível de vida de cada país. Esta uniformização é vantajosa no caso dos professores".

De qualquer forma, a FNE apresentou ao MECI algumas preocupações tais como "uma situação em que a tutela falou sobre uma penalização para os professores que não permanecessem pelo menos dois anos nessas escolas, com a FNE a entender que a palavra 'penalizar' não faz sentido e que devia existir um fator compensador".

A FNE considera que "vemos com bons olhos esta possibilidade excepcional de fazer alguma legislação porque como sabemos o governo está em gestão, mas a razão é tão fundamentada que leva a crer que este documento possa ir para a frente e ser promulgado pelo Presidente da República a bem da educação e dos professores".

"Importa também referir que há algumas situações mais que a FNE levantou e que também estão aceites e que se referem aos professores que já ingressaram nos quadros no ano transato e que nos foi garantido que vão ter igualdade de circunstâncias a partir do próximo ano letivo; para estes mesmos professores, durante o ano que está a decorrer, será criado um suplemento extraordinário para fazer frente a esse diferencial, mas importa ainda referir que para os professores do quadro aqui em Portugal que venham a ingressar nestas escolas no estrangeiro é-lhes mantido o lugar em Portugal durante seis anos ou seja, se no espaço de seis anos regressarem, o seu lugar está assegurado. Ao fim dos seis anos terão de optar entre manter-se no estrangeiro ou regressar", disse Manuel Teodósio.



Federação Nacional da Educação



CONTRAPROPOSTA NEGOCIAL

NEGOCIAÇÃO

Escolas portuguesas no estrangeiro da rede pública do Ministério da Educação, Ciência e Inovação

21 de abril de 2025

www.fne.pt

Contraproposta da FNE sugeriu algumas alterações

A FNE fez chegar então ao MECI a sua contraproposta relativa à negociação de matérias sobre as Escolas Portuguesas no Estrangeiro da rede pública.

Considerava a FNE no documento que "a iniciativa legislativa do Ministério da Educação, Ciência e Inovação de alargar as garantias previstas nos diplomas legais de criação das escolas portuguesas no estrangeiro a todos os docentes que se desloquem de Portugal para o exercício de funções nas referidas escolas, representa o reconhecimento da existência de uma situação de profunda injustiça nas diversas Escolas e da necessidade de a corrigir de forma justa e equilibrada".

A FNE reconheceu ainda "que a atual proposta de projeto de decreto-lei, que já incorpora várias das sugestões apresentadas por esta Federação durante a reunião negocial realizada no dia 16 de abril de 2025, representa um importante passo na resolução do problema da falta de equidade, ao eliminar diferenciações de tratamento injustificadas. Por outro lado, permite também acautelar as situações dos docentes que, estando vinculados a um quadro de escola/agrupamento ou de zona pedagógica, e pretendam continuar em funções numa escola portuguesa no estrangeiro, não percam o seu lugar de quadro de origem".

Acrescentar ainda que, segundo a FNE, a apresentação da proposta de Despacho que regulamenta os apoios e suplementos a que têm direito os membros da direção da Escola, os adjuntos e os docentes que se desloquem de Portugal para o exercício de funções nas escolas portuguesas no estrangeiro, conjuntamente com a proposta de projeto de Decreto-Lei, constitui um bom princípio negocial, por permitir compreender melhor qual o alcance das medidas legislativas que se pretendem implementar.

A FNE faz notar na contraproposta, tal como afirmado à saída da reunião de 16 de abril, a sua discordância com a obrigação do cumprimento de um período mínimo de dois anos de permanência na Escola, considerando que tal obrigação pode limitar a liberdade de mobilidade dos docentes e não atende à diversidade de situações pessoais e profissionais que podem surgir.

Muito menos concorda que apenas a permanência mínima de dois anos possibilite o acesso aos apoios previstos com a instalação no local de trabalho e ao regresso a Portugal, com os custos com a residência, com as viagens de ida e volta e com os prémios de seguro de saúde.

A FNE defende ainda que "os docentes atualmente em funções nas escolas tenham acesso aos referidos apoios, independentemente de virem a manter-se, ou não, em funções no próximo ano escolar. Apesar de considerar as propostas como positivas – projeto de Decreto-lei e projeto de Despacho –, a FNE apresentou uma contraproposta por entender que as mesmas podem e devem ser melhoradas".

CONTRAPROPOSTA DA FNE SOBRE EPERP

Federação Nacional da Educação



Escolas portuguesas no estrangeiro da rede pública do Ministério da Educação, Ciência e Inovação

www.fne.pt

"Apostas na Educação" vão ser debatidas a 9 de maio com Partidos políticos

A FNE promove a 9 de maio de 2025, uma Sessão Pública, em forma de mesa redonda, com partidos políticos, em que estes apresentarão os seus compromissos essenciais para a próxima legislatura, na área da Educação.

Com o tema "As Apostas na Educação", a sessão decorre entre as 15h00 e as 18h00, presencialmente na sede do Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN), na Rua Costa Cabral, 1035, no Porto, e online através do Canal de Youtube da FNE (http://www.youtube.com/@FNE82).

No contexto das eleições legislativas convocadas para o próximo dia 18 de maio de 2025, a FNE entende ser de particular relevância proporcionar um espaço de apresentação e debate das propostas que os diferentes Partidos Políticos pretendem submeter à consideração do eleitorado, em especial no que respeita à Educação, área de reconhecida importância estratégica para o desenvolvimento sustentável da nossa sociedade.

Estão confirmados no momento os seguintes nomes representantes de partidos:

Rafael Tormenta
Candidato do Bloco de Esquerda na lista do Porto

João Almeida
Em representação do CDS-PP

José Carvalho
Em representação do Grupo Parlamentar do CHEGA

Matilde Rocha
Assessora parlamentar para a área da Educação e candidata pelo círculo eleitoral do Porto

Pedro Alves
Em representação do Grupo Parlamentar do PSD

Porfírio Silva
Candidato a deputado pelo círculo eleitoral do Porto.

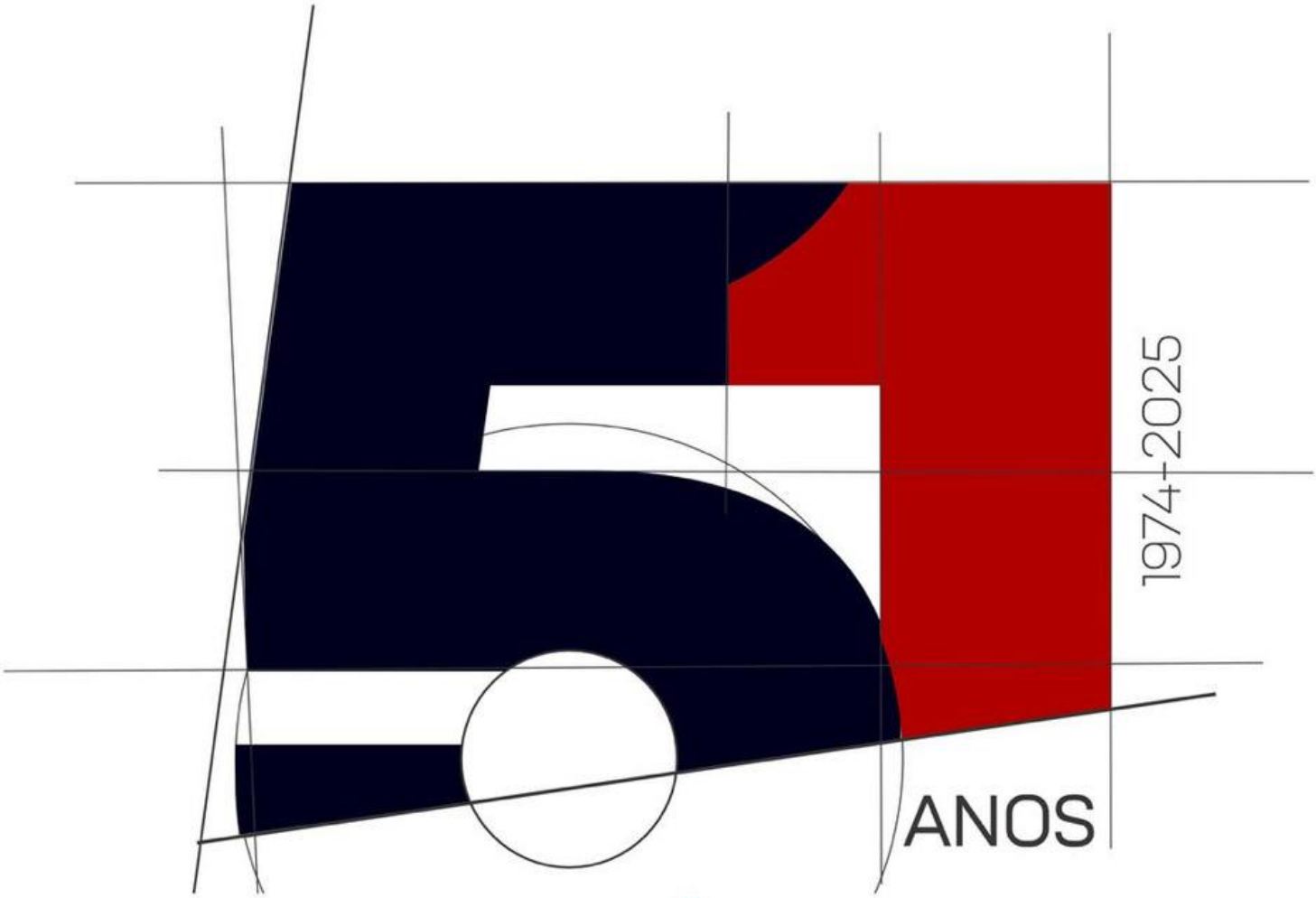
A FNE aguarda as respostas dos restantes Partidos para esta mesa redonda, que é uma oportunidade que a Federação oferece aos partidos para que possam apresentar e debater propostas, que permitam reverter os problemas e desafios da Educação verificados em Portugal.

A FNE não desiste de ser exigente, responsável e contribuir para um futuro melhor da Educação no nosso país.

Este evento contará, ainda, com a presença e participação de dirigentes e delegados sindicais dos Sindicatos da FNE.

Inscreva-se aqui obrigatoriamente para participar presencialmente:
https://forms.gle/HKpHxtnHLeCndkbu6





Sindicato dos Professores
Zona Norte

UM COMPROMISSO PERMANENTE!

Continuar a lutar, com determinação, verdade
e coragem, pelos direitos dos Professores
e pela dignidade da profissão docente.

SPZN celebrou 51 anos com diversas iniciativas

O SPZN - Sindicato dos Professores da Zona Norte celebrou a 30 de abril de 2025 os seus 51 anos de existência, promovendo nesse âmbito uma série de iniciativas.

A criação deste Sindicato na noite de 29 para 30 de abril de 1974, nasceu da vontade dos professores de se unirem para serem mais fortes e, juntos, lutarem em prol de uma causa comum: uma Educação de qualidade para todos.

Desde a fundação, o SPZN tem-se destacado pela sua atuação em defesa dos direitos dos professores, seja na negociação de melhores salários e condições de trabalho, seja na luta por melhores políticas públicas para a educação. A história do sindicato é marcada por importantes vitórias que só foram possíveis graças à união e à força de todos.

O SPZN celebra então esta data junto a todos os seus sócios, desde os seus fundadores àqueles que continuam a juntar-se, a participar e a fortalecer este sindicato.

Como tal, de forma a assinalar esta data, a Direção daquele que foi o primeiro Sindicato de Professores de Portugal, esteve presente na inauguração da nova sede da Delegação de Santa Maria da Feira, às 17h00, na Rua Casa da Vila da Feira, n.º 55 em Santa Maria da Feira.

"Mais do que a abertura de um novo espaço físico, este momento representa um passo firme no compromisso renovado do SPZN com os professores, com a educação e com o futuro", afirmou Pedro Barreiros, atual Presidente do SPZN.

Integrada numa estratégia mais ampla de reorganização e modernização das sedes regionais, esta nova instalação foi idealizada para fortalecer a proximidade com os sócios, melhorar a eficácia dos serviços e elevar a qualidade do apoio prestado.

Este investimento é reflexo de um plano de ação que alia organização a valores humanos, reforçando o papel do SPZN como um sindicato ativo, presente e empenhado na defesa de uma educação pública de qualidade — concretizando, assim, um dos compromissos assumidos pelos atuais corpos sociais.

Esta é uma iniciativa enquadrada num restante conjunto de atividades que incluem a organização de uma Conferência de Organização "REPENSAR a Profissão Docente e o nosso papel, na Era da Complexidade e da Artificialidade", que irá decorrer no Auditório da AEP em Matosinhos, nos dias 23 e 24 de maio e em que serão debatidas as ideias e propostas para o futuro das ações do SPZN.

SDPA celebrou 36º aniversário

O Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA) comemorou a 13 de abril de 2025 o seu 36º aniversário.

Fundado em 1989, o SDPA é uma associação sindical que representa os educadores de infância, os professores de todos os níveis de ensino, os investigadores científicos e os formadores profissionais que trabalham na Região Autónoma dos Açores e é um parceiro social respeitado na Região e no País, sendo membro da Federação Nacional da Educação (FNE) e da União Geral de Trabalhadores (UGT), instâncias onde faz eco das pretensões dos docentes que laboram nos Açores.

Nestes anos de existência tem seguido a prática de um sindicalismo firme e acutilante, sem demagogias enganosas, assumindo uma linha de conduta consentânea com a dignidade dos profissionais que representa, procurando resolver os problemas que afectam a classe de um modo determinado e ponderado, em espírito de diálogo e em sede negocial, atuando estruturadamente, visando a contínua melhoria das condições de trabalho dos profissionais que representa.

Para o Presidente do SDPA, António Fidalgo "desde a sua génese, somos um Sindicato que continuamente se renova e se expande. Com a força das pessoas que o sonharam, o construíram, o lideraram, a ele pertenceram e o apoiaram, com a força de todos, o SDPA tem-se vindo a afirmar, sustentadamente, como um Sindicato que marca a diferença e se consolidou como um ator relevante e importante na sociedade açoriana. Assumimos a necessidade de desenvolvermos uma ação sindical afirmativa e proactiva na defesa dos interesses e das necessidades dos profissionais da Educação que representamos. Unidos, contando com a mobilização de todos, conseguiremos (Re)Valorizar a Docência | Por Uma Educação de Qualidade".

SDPA
SINDICATO DEMOCRÁTICO
PROFESSORES DOS AÇORES





39 anos do SPCL

O SPCL, Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas, comemorou a 30 de abril de 2025 o seu 39º aniversário.

É um sindicato membro da FNE e representa os professores que exercem funções no Ensino Português no Estrangeiro (EPE).

Com os primeiros Estatutos oficialmente aprovados a 30 de abril de 1986, o SPCL, atualmente com sede na Alemanha, tem tido uma ação fundamental na defesa dos direitos dos professores do EPE e na qualidade de ensino.

O Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas orienta a sua atuação dentro da observância dos princípios do sindicalismo democrático e da liberdade sindical, tal como se acham definidos pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e pela OIT, nomeadamente através da organização e gestão democráticas, baseadas na eleição periódica dos seus dirigentes e na participação livre e ativa dos seus associados.

O SPCL é presidido por Teresa Soares.

concurso nacional
2025

Era uma vez... o 1º de maio









fne
www.fne.pt

afiet

UGT

Conhecidos os vencedores do concurso "Era uma vez...o 1º de Maio" - 2025

Foram divulgados os vencedores do concurso "Era uma vez... O 1°de Maio" promovido pela FNE em conjunto com os seus Sindicatos e com a AFIET e a UGT.

Esta é uma iniciativa que anualmente desafia alunos, educadores e professores de todo o país a apresentar trabalhos alusivos ao Dia do Trabalhador tendo sido assumido como tema para a edição deste ano “VONTADE DE SER PROFESSOR”.

Os trabalhos serão exibidos publicamente na celebração do 1º Maio da UGT, que se realiza no Jamor, em Oeiras.

Parabéns a todos os vencedores e restantes participantes!



fne

Dia Mundial do Trabalhador



VALORIZAR OS TRABALHADORES

COMBATER A PRECARIEDADE

CARREIRAS DIGNAS

INVESTIR NA EDUCAÇÃO

KIDs RACE 09H30
+ CORRIDA E CAMINHADA
1º DE MAIO
10H00

ANIMAÇÃO CULTURAL
ATIVIDADES DESPORTIVAS
TUNAS ACADÉMICAS
FOLCLORE

TOY
16H00

INTERVENÇÕES SINDICAIS
15H00

1º maio

UGT
PORTUGAL

SZN SPZC SDP SDPA SPCL STAE STAE STAE



25 ABRIL 2025

A Liberdade escreve-se todos os dias

Que todos os dias nos lembremos que Abril é um caminho escrito de conquista e esperança.

É em cada gesto, em cada voz e em cada sala de aula que a Liberdade ensina e a Democracia cresce.

25 de Abril - A liberdade escreve-se todos os dias

Passados 51 anos, afirmamos com convicção que os ideais de Abril continuam a inspirar e a guiar a nossa ação sindical. Uma ação responsável, construtiva, firme e inovadora, sempre em defesa da qualidade da Educação e de todos os Trabalhadores da Educação!

Que todos os dias nos lembremos que Abril é um caminho escrito de conquista e esperança.

É em cada gesto, em cada voz e em cada sala de aula que a Liberdade ensina e a Democracia cresce.

A Liberdade e a Democracia escrevem-se todos os dias - Os ideais de Abril continuam a inspirar a nossa ação.

A Revolução dos Cravos não só devolveu a voz ao povo, como também fortaleceu o sindicalismo, permitindo que os trabalhadores, incluindo professores e funcionários das escolas, se organizassem e lutassem pelos seus direitos em liberdade.

A educação, impulsionada pelos valores de Abril, teve um papel fundamental na consolidação da democracia portuguesa. Avanços como a diminuição do abandono escolar precoce, o aumento da escolarização, o combate ao analfabetismo e a valorização dos profissionais da educação são testemunhos inegáveis do impacto transformador do 25 de Abril.

O compromisso com os ideais do 25 de Abril permanece firme na FNE. Não desistimos e continuaremos a lutar por uma sociedade cada vez mais justa, inclusiva, sustentável e equitativa, onde todos tenham acesso a oportunidades iguais e possam alcançar o seu pleno potencial.

Abril viverá enquanto defendermos os valores que nos fizeram livres.





Estado do EPE na Europa visto por dentro: passado e presente

Cheguei há 20 anos ao Ensino Português no Estrangeiro (EPE) e a Alemanha já é o segundo país no qual exerço. O primeiro ano foi sem dúvida o melhor ano da minha vida laboral. De trabalhar num país civilizado como a Suíça e ganhar relativamente bem não se podem gabar muitos.

O segundo ano ainda deu para manter alguma coisa do primeiro, apesar de já me encontrar noutro país, a Alemanha. A partir daí foi sempre em queda livre.

Em poucos anos, de uma única escola passei a cinco escolas semanais. Entretanto, esse número diminuiu um pouco: só as escolas, não os quilómetros. Cheguei a apanhar 30 transportes semanais e a percorrer 40 km a pé para além deles. Aprendi a "voar" de plataforma em plataforma para apanhar ligações e nem sempre consegui. Fiz distensões, apanhei esporão no calcâneo e com os elevados níveis de stresse a tiróide manifestou-se.

Trabalhar doente tornou-se uma prática corrente, pois não me posso permitir estar de baixa e várias vezes recuso atestados. A vida social é praticamente nula.

Passei de turmas perfeitamente homogéneas, com aulas duas vezes por semana, a grupos com um terço do tempo letivo (uma vez/semana) e de todas as idades e níveis misturados.

Neste momento são quase 20 grupos semanais e em cada um funcionam dois a cinco manuais escolares diferentes. Um esforço sobre-humano e com manuais que nem sempre se adequam ao público em questão.

No vencimento, nada se modificou nos últimos 16 anos, com a exceção da atualização salarial da função pública, que todos sabemos ser sempre muito reduzida.

Como dizia uma colega numa das reuniões em que estive presente: há professores que têm de ir buscar rendimentos a pequenos trabalhos paralelos para conseguirem sobreviver e há até onde se ganhe menos do que o salário mínimo nacional desse país.

Se o nível de vida sempre foi elevado, neste momento está incomportável.

Incomportável é também a carga burocrática a que somos obrigados. Vejo-me obrigada a responder a e-mails nos mais variados lugares, seja no estacionamento do supermercado, na sala de espera do médico...

É a toda a hora solicitações para isto e para aquilo: relatórios nas várias fases do ano letivo, relatórios por atividade realizada, planificações, encomendas de manuais, inscrições, sumários na plataforma, preenchimento de tabelas, programação e organização de convívios, atividades extracurriculares, aulas, produção de materiais, divulgação de atividades, entre tantas outras.

Penso que escreverei em nome de uma grande maioria dos meus colegas.

Cada caso é um caso, pois há colegas que percorrem mais quilómetros que outros e o número de alunos também varia.

Para juntar à lista de preocupações, os tablets distribuídos aos alunos no ano letivo de 2023-2024 vieram aumentar ainda mais o volume de trabalho, pois gerir dispositivos que funcionam corretamente e outros que não e alunos com diferenciadas capacidades para os utilizar torna-se extenuante, já para não falar no processo de distribuição, registo, controlo e encaminhamento para posterior devolução daqueles que abandonam o sistema.

Onde trabalho, os professores têm ainda de prestar contas de forma periódica às entidades locais que, por sua vez, impõem limitações aos cursos a vários níveis.

Ao longo dos anos, sinto que cada vez mais as minhas valências são desviadas para a carga burocrática e não para o que penso que seria mais profícuo.

Carla Guerreiro





É possível fazer diferente para o melhor das nossas crianças

Muito se fala em Educação, e que tal falarmos também de qualidade? E que tal falarmos de Empatia? E que tal falarmos de Amor? E que tal falarmos de Empenho? E muito mais teremos que falar...

A Educação terá que começar a ser vista como um todo e não focarmos só o papel da Docência. A Escola é um todo. E um todo que tem que implicar todos os seus agentes educativos, e quando digo TODOS são mesmo TODOS os que integram uma Escola e uma Comunidade.

Antes de mais precisamos de qualidade, precisamos que todos os agentes educativos amem aquilo que fazem e se responsabilizem pelo enorme papel que têm em mãos, isto é, que tenham a noção que todas as nossas crianças veem em nós uma referência, um exemplo.

Todos sabemos que nos debatemos diariamente com falta de recursos humanos para todas as necessidades e especificidades que a qualidade de um ensino nos obriga. Neste tema muito haverá a fazer e temos que fazer chegar à tutela que não podemos ter uma Escola Pública funcional se não tivermos meios para que isso aconteça.

Chega de precariedade, chega de ilusões, chega e como bem diz o ditado "de fazer omeletes sem ovos", temos que acordar e sim, não focarmos as nossas reivindicações em salários, mas também e não menos essencial na qualidade e reconhecimento dos papéis de todos os agentes de educação.

Está na hora de todos assumirmos a nossa importância e o nosso brio profissional, fazendo todos, e reforço mais uma vez, TODOS, a nossa parte. Temos que começar a passar uma imagem positiva e de referência em todos os nossos estabelecimentos de educação e ensino.

E para isso precisamos de empenho e dedicação e sim, reivindicação por mais profissionais qualificados e que saibam ao que vão e que sejam um acrescento e não deixem ficar mal todos aqueles que se dedicam e que gostam daquilo que fazem e sim, que acreditam que é possível fazer diferente para o MELHOR das nossas crianças.

Mariana Afonso
Presidente da Mesa da Assembleia Geral do STAEZN

STAEZN celebrou o seu 36º aniversário

O STAEZN (Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo / Pessoal Não Docente da Zona Norte) celebrou o seu 36º aniversário.

Com os seus primeiros estatutos publicados oficialmente a 30 de abril de 1989, o STAEZN é uma associação sindical que representa os trabalhadores Não Docentes da Educação dos ensinos público, privado, particular e cooperativo, nomeadamente Misericórdias e Instituições Particulares de Solidariedade Social, sendo Sindicato membro da FNE desde 1989.

O STAEZN nasceu por comissão constituída em 25 de Janeiro de 1989 presidida por Alberto Fernando Lopes Machado.

O primeiro Congresso foi realizado no Porto, no dia 21 de Abril de 1990, na Escola Secundária Alexandre Herculano e foram aprovados documentos importantes como o Estatuto Profissional, o Código Deontológico e debatidos assuntos como a Formação Profissional e a participação na gestão das escolas, ou as condições de trabalho do ensino Particular.

Cristina Peixoto é a atual Presidente do Sindicato.

Education International

climate DISinformation

survival kit



a quick guide to help you tell fact from fiction

#Teach4ThePlanet

Dia da Terra: Salvar o planeta com Educação

Neste dia 22 de abril de 2025, Dia da Terra, a FNE e a AFIET juntam-se à Educação Internacional (IE) numa mobilização global por uma educação climática de qualidade para todos, pela justiça climática e por uma transição justa para uma economia verde, que garanta os direitos humanos e a participação inclusiva.

Educadores, professores, ativistas e cidadãos estão em todo o mundo a defender as pessoas e o planeta, apelando aos seus governos para que assegurem uma Educação de qualidade sobre o clima para todos, com sistemas educativos sustentáveis e resilientes, com Justiça Climática, para uma Transição Justa para uma economia verde.

Não se acreditem em tudo o que ouvem sobre as alterações climáticas. Os negacionistas das alterações climáticas, a indústria dos combustíveis fósseis, os políticos e muitos outros grupos que lucram com a poluição do planeta estão a espalhar mentiras para fazer acreditar que as alterações climáticas não estão a acontecer ou que não são perigosas.

A mensagem é simples: incentivem os vossos seguidores nas redes sociais a assinarem o Manifesto da IE sobre Educação Climática de Qualidade para todos em https://eiie.io/ClimateManifesto.

A FNE e a AFIET pedem que todos leiam e sigam este **kit de sobrevivência para a desinformação sobre o clima** da IE, que ajuda a distinguir factos de ficções.

Informação enganosa versus desinformação:
Informação enganosa:

O que não falta é informação falsa ou incorreta divulgada sem intenção de enganar. Um exemplo: “Recicle todos os dias e acabará com as alterações climáticas”. Na verdade, a reciclagem ajuda a reduzir os resíduos, mas não vai acabar com as alterações climáticas. A indústria é a principal causa das alterações climáticas, assim como o sistema que deve ser reformado para travar a emergência climática.

Desinformação:

Criação e difusão intencionais de informações falsas para enganar ou manipular. Exemplo: “Ensinar as crianças sobre as alterações climáticas na escola é desnecessário”. A educação climática dota os jovens de todas as idades de competências essenciais para a mitigação, adaptação e futuros empregos verdes. A educação prepara-os para os desafios que irão enfrentar em suas vidas.

Como é que a desinformação sobre o clima funciona online?

Passo 1: Alguém publica uma afirmação enganosa que provoca medo, indignação ou curiosidade.
Passo 2: As pessoas comentam e partilham rapidamente sem verificar os factos.
Passo 3: Quando muitas pessoas se envolvem com a publicação, os algoritmos das redes sociais mostram-na a um número ainda maior de pessoas. O objetivo é manter os utilizadores na plataforma para que vejam os anúncios que dão lucro à plataforma.

Tácticas comuns utilizadas para difundir a desinformação incluem:

Dados seletivos: Utilização seletiva de dados para enganar o público sobre as tendências da ciência do clima.
Falsos especialistas: Pessoas que não possuem qualificações em ciências climáticas espalham falsas alegações.
Falso equilíbrio: Dar o mesmo peso a pontos de vista marginais e ao consenso científico alargado, fazendo parecer que existe um debate significativo. Não existe nenhum.
Teorias da conspiração: Afirmações de que cientistas e governos estão a “esconder a verdade” ou a manipular dados, sem provas.

Passamos a especificar estas quatro táticas, uma a uma:

1 - Dados seletivos: trata-se de utilização seletiva de dados para induzir o público em erro sobre as tendências da ciência do clima. Exemplo: "O CO_2 representa apenas 0,04% da atmosfera, uma quantidade tão pequena que não tem importância!"

Esta afirmação isola um facto (a pequena percentagem) sem o contexto completo. Sim, o CO_2 é apenas 0,04% da atmosfera, mas essa pequena quantidade é exatamente o que retém o calor e mantém o nosso planeta quente. É como adicionar uma pequena quantidade de piri-piri a um prato, mesmo assim muda tudo.

2 - Falsos especialistas: pessoas sem qualificações em ciências climáticas espalham alegações falsas. Exemplo: O Dr. John Clauser, um físico vencedor do Prémio Nobel, afirma que não existe uma crise climática. Isto é usar a fama ou o título de alguém num campo para desacreditar a ciência noutro. De facto, John Clauser é um Prémio Nobel, mas em física quântica, não em ciência climática. Na verdade, este cientista não tem nenhuma investigação publicada nesta área.

3 – Falso equilíbrio: Atribuir o mesmo peso a pontos de vista marginais e ao consenso científico alargado, fazendo parecer que existe um debate significativo, quando não existe nenhum. Exemplo: um programa de televisão discute se as alterações climáticas são uma ameaça real ou apenas um ciclo natural, convidando um cientista climático e um cético climático sem formação científica.

Um cientista com anos de investigação é colocado ao mesmo nível de alguém sem conhecimentos especializados. Ou seja: igual tempo de antena para diferente credibilidade. Na verdade, 97% dos cientistas do clima concordam que as alterações climáticas são reais e provocadas pelos seres humanos. O debate deve refletir o peso das provas científicas.

4 - Teorias da conspiração: afirmações de que cientistas e governos estão a "esconder a verdade" ou a manipular dados, sem provas. Exemplo: "Os incêndios florestais de 2023 no Canadá foram provocados intencionalmente pelo governo".

Não há provas que sustentem esta afirmação. Ela foi concebida para alimentar a desconfiança e desviar a atenção de questões reais. Os incêndios florestais de 2023 no Canadá foram intensificados pelas alterações climáticas, devido a condições mais quentes e secas, que tornam os incêndios florestais mais prováveis e mais extremos.

Aqui ficam alguns passos importantes a seguir quando se depara com uma nova informação:

Verificar a fonte. É uma fonte fiável, como uma organização científica, ou é uma fonte tendenciosa, como um político?; **Analisar a linguagem e o tom.** A mensagem é exagerada ou utiliza palavras que desencadeiam as suas emoções, como "embuste", 'esquema' ou "conspiração"?; **Verificar as imagens.** Foram editadas ou retiradas do contexto?; **Verificar várias fontes** ou através de sítios Web de verificação de factos.; **Refletir** sobre o seu próprio preconceito. Está a partilhar isto porque se baseia em factos, ou apenas porque está de acordo com as suas opiniões pessoais?

O que se pode fazer quando se reconhece a desinformação sobre o clima: Denunciá-la. A maioria das plataformas de redes sociais tem um botão de denúncia. Utilizá-lo!; **Evite o envolvimento.** Não comente nem partilhe. A interação só dá mais visibilidade à desinformação; **Partilhe a verdade.** Divulgue informações exatas online e fora de linha à sua comunidade; **Mantenha a mente aberta.** Tenha consciência dos seus preconceitos e obtenha os factos de várias fontes de confiança.

Entrar em ação!

A FNE e a AFIET lembram que a desinformação sobre o clima espalha-se rapidamente, mas cada um de nós pode ser mais rápido!

Por isso, neste Dia da Terra 2025, combata a desinformação com a educação climática! Pode fazê-lo de várias maneiras: partilhe este texto para ajudar outros a reconhecer a desinformação sobre o clima! Exija uma educação climática de qualidade para todos. Assine o Manifesto Ensinar para o Planeta! Junte-se ao movimento sindical global e defenda a justiça climática! Apele ao seu governo para que tome medidas decisivas em relação ao clima e faça uma transição justa.





Comité Sindical Europeu da Educação organiza estratégia para os próximos dois anos

O Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) reuniu em Bruxelas nos dias 8 e 9 de abril de 2025 para organizar o plano de atividades para os próximos anos. Estas reuniões dos representantes de cada país abrangido pelo comité representam a ratificação da estratégia desenvolvida pelo secretariado e assumidas pela Internacional da Educação (IE).

O novo Presidente do CSEE John MacGabhann (Irlanda) e o novo Diretor, Jelmer Evers (Países Baixos), instaram os representantes nacionais a trabalharem em conjunto e a considerarem a possibilidade de desenvolverem ações conjuntas a nível europeu, no sentido de defendermos uma educação de qualidade.

Da agenda prevista sublinham-se alguns dos procedimentos fundamentais para o funcionamento e dinâmicas do CSEE. Validação e aprovação de relatórios de atividades relativos a projetos implementados e dinamizados com os parceiros europeus; implementação das resoluções do Congresso de Budva, Montenegro; a definição da agenda e da estratégia a implementar nos próximos dois anos; a apresentação das estruturas e das diferentes áreas abrangidas pelo trabalho sindical do CSEE.

Ainda, a calendarização de atividades e de representação nos diferentes órgãos da União Europeia e parceiros sociais, a definição das políticas e prioridades de cooperação, bem como os recursos financeiros a locar a cada atividade. Houve ainda tempo para debater o plano apresentado pela Global Partnership for Education (GPE), uma fundação que apoia países em desenvolvimento e procura aumentar o financiamento governamental à educação.

Foram dinamizados temas que permitirão centrar a estratégia do CSEE nos próximos dois anos: (1) como é que as tensões globais estão a afetar e a mudar as políticas e o financiamento da educação; (2) como melhorar o trabalho do Comité; (3) como implementar a iniciativa UNION SKILLS da Comissão Europeia; (4) estabelecer prioridades de ação na agenda europeia da educação. Deste debate, surgiram algumas prioridades: melhoria das condições de trabalho dos docentes, respeito pela autonomia docente, defesa da democracia nas escolas.





Jelmer Evers, Diretor do CSEE



Segundo dia com Relatório Draghi

No segundo dia, o debate abrangeu a definição de ações concretas referentes ao Diálogo Social Europeu, onde entre outros, se debate uma legislação sobre aprendizagem à distância, a Union of Skills strategy - agenda estratégica para a definição de competências e validação de percursos educativos. Este tema reveste-se de uma importância vital para os docentes e escolas, pois estão em causa princípios conceptuais sobre educação e sobre o financiamento europeu ao setor do ensino e da formação. Agnes Roman, a representante do CSEE nesta área, reportou uma tendência generalizada para uma crescente desregulamentação do mercado da educação, que implica a crescente captação de fundos da educação para o setor privado.

Foi ainda analisado o recente **relatório Draghi sobre competitividade da UE,** que aponta alguns **dados preocupantes:** (1) 3 milhões de crianças por ano abandonam a escola antes de completarem a sua escolaridade obrigatória; (2) há uma necessidade de implementar uma perspetiva empresarial nas escolas; (3) pretende anular a obrigação das empresas em promoverem formação aos trabalhadores a custos próprios, (4) propõe a criação de um observatório de competências europeu com instituições privadas e onde a representação é maioritariamente do setor industrial e empresarial, (5) aponta a necessidade de redefinição das competências básicas na área da matemática literacia, ciência,

cidadania e competências digitais, esquecendo e não mencionando o papel dos professores e das organizações representativas dos docentes neste processo; (6) propõe uma aliança educativa na europa sem definir claramente os papeis das instituições.

Face a todas estas propostas, impõe-se uma ação concertada das organizações sindicais e do CSEE no sentido de influenciar e garantir a participação dos docentes nestes temas, evitando uma perda de financiamento no setor público e garantindo que as aprendizagens não se resumam a meras competências técnicas, diminuindo a componente humana e a participação ativa da sociedade na formação integral dos alunos.

Analisou-se o relatório sobre a presidência Polaca e as prioridades do próximo semestre europeu e discutiu-se ainda o financiamento e o relatório de contas, aprovado pela maioria das organizações e que este ano teve um balanço francamente positivo.

A representação dos sindicatos portugueses da educação no Comité do CSEE é assegurada pela FNE / Alexandre Dias.







A importância do professor na promoção da saúde mental

A UNICEF disponibilizou para o ano letivo em curso um conjunto de orientações para a promoção da saúde mental no espaço escolar, reforçando que os professores estão entre as pessoas mais influentes na vida dos jovens, com enorme potencial para dar o seu contributo positivo para a promoção e proteção da saúde mental.

Os problemas de saúde mental estão entre as principais causas de doença e incapacidade entre os 15-19 anos, sendo o suicídio a quarta maior causa de morte neste grupo etário.

Dado que metade de todas as doenças mentais começa antes dos 14 anos de idade, o início da adolescência representa um momento crucial para intervir e prevenir o aparecimento de problemas de saúde mental e promovê-la uma saúde mental positiva.

Estas competências, associadas aos conhecimentos escolares, ajudarão os jovens a orientar-se mais eficazmente na escola, nas suas relações, nas suas comunidades, e noutras áreas ao longo das suas vidas.

Enquanto período de transição entre a infância e a idade adulta, os anos da adolescência representam a janela de oportunidade para ajudar os jovens a reconhecer e gerir sentimentos difíceis, resolver problemas eficazmente, manter relações saudáveis, comunicar necessidades e desejos e tomar decisões que contribuam para o seu bem-estar.

1. Decoração do espaço escolar como? Peça a um pequeno grupo de voluntários para dinamizarem uma aula especial para os colegas; Divida a turma em grupos e dê a cada grupo a tarefa de preparar uma surpresa a diferentes elementos da comunidade escolar (escolhidos pelos alunos: à Bibliotecária, à funcionária da papelaria, ao Porteiro, etc.); Incentive os alunos a proporem melhorias e novas atividades à direção da escola, organizando-se com colegas e outras turmas, contribuindo para a melhoria do ambiente escolar. Envolva os alunos na criação de uma atmosfera promotora do bem-estar - sugestões: placar onde partilham notícias positivas da escola ou comunidade; mural com mensagens positivas; cada turma faz um desenho ou escolhe uma imagem para os corredores, etc.

2. Música ambiente: durante os intervalos, coloque música nos corredores e nos espaços comuns. Convide os alunos a escolherem as suas músicas preferidas, e faça listas de reprodução apenas com as músicas selecionadas.

3. Caixa de ajuda: disponibilize, num local central, uma caixa para notificar problemas e/ou pedir ajuda. Garanta que há uma pessoa responsável por ler e encaminhar todas as situações partilhadas, assim como é de conhecimento dos alunos o processo de gestão desta caixa.

4. Dia da Saúde Mental: promova uma atividade para a escola onde os alunos são convidados a concorrer com projetos de promoção do bem-estar no espaço escolar.

5. Cursos de educação não-formal: disponibilizar, periodicamente, treinos de competências pessoais e sociais em horário compatível com a disponibilidade dos alunos.

Saiba mais aqui e consulte o folheto
https://escolas.unicef.pt/recursos/saude-mental-a-escola-como-lugar-seguro/

SESSÃO PÚBLICA COM PARTIDOS POLÍTICOS

AS APOSTAS NA EDUCAÇÃO

9 de MAIO 2025

15h00 - 18h00



TRANSMISSÃO ONLINE

PORTO Auditório do SPZN
Rua Costa Cabral, 1035

fne

aFIeT

Federação Nacional da Educação

COMPROMISSO COM SOLUÇÕES

maio 2025

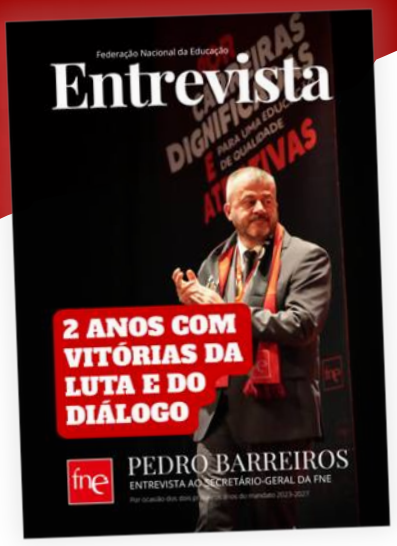
MAIO 2025

jornal fne

Federação Nacional da Educação



COMPROMISSO COM SOLUÇÕES



INCLUI SUPLEMENTO
ENTREVISTA

ÍNDICE

3 - 4
EDITORIAL

5 - 27
AÇÃO SINDICAL

28 - 29
TEM A PALAVRA

30 - 40
PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

41 - 43
INTERNACIONAL

44 - 45
SAÚDE

FICHA TÉCNICA | MAIO 2025

Proprietário
Federação Nacional da Educação

Diretor
Pedro Barreiros

Produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro
Mário Jorge

Redação
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação
Rafael Marques

Sindicatos membros
- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS

FILIAÇÃO

EDITORIAL



A Educação em Portugal não pode esperar: é tempo de compromisso e de ação

As últimas eleições legislativas assinalaram o início de uma nova etapa na vida política nacional. A composição fragmentada da nova Assembleia da República exige diálogo, compromisso e uma governação com visão estratégica, corajosa e inclusiva, sobretudo em áreas estruturantes como a Educação. A sociedade portuguesa está cansada de promessas não cumpridas, de medidas avulsas e da degradação contínua dos serviços públicos. A Educação, enquanto pilar fundamental da democracia e motor de progresso social e económico, tem sido repetidamente adiada, desvalorizada e alvo de desinvestimento.

Neste novo ciclo político, o Governo tem a responsabilidade moral e política de colocar a Educação no centro da sua ação. A FNE espera, por isso, que o trabalho profícuo desenvolvido na defesa da Educação, nomeadamente no que respeita à recuperação do tempo de serviço congelado, tenha continuidade e seja aprofundado, em benefício de todos, e em particular das comunidades educativas.

Agora é tempo de agir, com urgência, com justiça e com visão. O novo executivo deve dar prioridade à valorização dos trabalhadores da Educação, pois não se atrai talento com salários estagnados, carreiras desvalorizadas e instabilidade permanente. É imprescindível avançar com um plano ambicioso de formação, recrutamento, incentivos reais à fixação e rejuvenescimento da profissão docente, tendo em conta a saída significativa de profissionais por aposentação prevista para os próximos anos.

A FNE defende que a revisão e a entrada em vigor do Estatuto da Carreira Docente (ECD) devem ser concretizadas com o rigor, a eficiência e o sentido de responsabilidade que o momento exige. Questões como o tempo de serviço perdido entre escalões, a monodocência, a sobrecarga do tempo de trabalho, o excesso de burocracia e a indisciplina nas escolas devem estar no centro das negociações, num processo que se deseja verdadeiramente participado e construtivo.

A estabilidade e a previsibilidade são condições essenciais para o bom funcionamento das escolas e para a valorização efetiva das carreiras dos profissionais da Educação. O novo Governo não pode ceder ao imobilismo nem à gestão meramente tecnocrática. As escolas exigem uma resposta robusta e imediata ao envelhecimento do corpo docente, à carência de recursos humanos especializados e à falta de apoio técnico e psicológico.

É igualmente fundamental promover um debate alargado e participado sobre os currículos escolares, alinhando-os com os desafios do século XXI e atribuindo maior autonomia às escolas, garantindo, ao mesmo tempo, coerência e equidade a nível nacional.

A FNE reafirma a sua determinação em retomar processos negociais verdadeiramente efetivos e produtivos, que valorizem o diálogo social, respeitem o trabalho dos Docentes e do Pessoal de Apoio Educativo, e deem resposta às suas legítimas reivindicações. O país não pode continuar a adiar as decisões que se impõem. A Educação em Portugal exige investimento, liderança e reconhecimento. Exige, acima de tudo, um compromisso político claro e inabalável com o futuro coletivo do país.

Uma democracia forte constrói-se com uma Educação de qualidade.

O tempo de agir é agora.



PEDRO BARREIROS
SECRETÁRIO-GERAL DA FNE

AÇÃO SINDICAL

SESSÃO PÚBLICA COM PARTIDOS POLÍTICOS

AS APOSTAS NA EDUCAÇÃO

9 de MAIO 2025

15h00 - 18h00



TRANSMISSÃO ONLINE

PORTO Auditório do SPZN
Rua Costa Cabral, 1035

fne

aFIeT



Sessão pública da FNE com partidos políticos “foi aposta ganha”

O Auditório do Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN), no Porto, encheu para ouvir, na tarde de sexta-feira, 9 de maio de 2025, representantes de sete partidos com assento parlamentar para uma Sessão Pública, em forma de mesa-redonda, em que estes apresentaram os seus compromissos essenciais para a próxima legislatura, na área da Educação.

Com o tema “As Apostas na Educação” e englobado no contexto das eleições legislativas convocadas para o próximo dia 18 de maio de 2025, a FNE entendeu - tal como aconteceu nas últimas eleições legislativas - ser de particular relevância proporcionar um espaço de apresentação e debate das propostas que os diferentes Partidos Políticos pretendem submeter à consideração do eleitorado, em especial no que respeita à Educação, área de reconhecida importância estratégica para o desenvolvimento sustentável da nossa sociedade.

A moderação desta sessão esteve a cargo de João Dias da Silva, Presidente da AFIET, e a sessão de abertura e encerramento ficou entregue ao Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros.

Foi então o líder da FNE quem lançou esta “mesa-redonda”, destacando no seu discurso de abertura as conquistas que a FNE alcançou nos últimos tempos, mas também as preocupações com os problemas e desafios que a Educação enfrenta nos próximos anos para docentes, pessoal de apoio educativo (PAE), alunos e comunidades educativas.

Foi na base desse contexto que os convidados partidários enfrentaram os minutos que tiveram para apresentar e defender as suas "apostas" quanto ao que o futuro pode e deve trazer para o sistema educativo português.

PSD defendeu diálogo como base de negociação

Pedro Alves, em representação do Grupo Parlamentar do PSD, foi o primeiro a intervir, lembrando a capacidade "que este governo teve de em 39 dias de legislatura chegar a acordo para a recuperação do tempo de serviço". O deputado do PSD defendeu ainda que a negociação e o diálogo devem ser as bases para se alcançar o sucesso na negociação, por pontos que tragam ganhos para a escola pública. Olhar para as remunerações, principalmente no início de carreira, foi uma das formas mais vincadas pelo representante social-democrata para se alcançar a valorização da carreira. A criminalização da agressão a um professor como crime público foi outros dos fatores elogiados por Pedro Alves, que realçou ser fundamental "voltar a dignificar a profissão de professor".





CHEGA lembrou importância do Ensino Profissional

José Carvalho, em representação do Grupo Parlamentar do CHEGA, congratulou-se por "finalmente a indisciplina ser um tema trazido para a mesa de debate". O deputado do CHEGA acrescentou que "parecia ser um tema que todos sabíamos existir, mas que todos tinham medo em falar, mas agora é finalmente mediático". José Carvalho foi o primeiro a trazer para a mesa de debate a questão do Ensino Profissional, recordando que "desde 2009 os apoios ao ensino profissional não recebem atualizações". Em sua opinião, este ensino "sendo de qualidade, vai também oferecer uma mais valia a vários setores, desde a agricultura à indústria". Para o CHEGA, o ponto da progressão na carreira é uma prioridade, assim como a valorização de todos os profissionais da educação.



Para o BE “é preciso um reforço da ação social escolar”

O terceiro convidado a falar nesta sessão foi Rafael Tormenta, candidato do Bloco de Esquerda na lista do Porto, que começou por recordar os vários problemas para os quais o seu partido vai procurar solução na próxima legislatura. Tais problemas passam por temas como o não cumprimento em OE dos 6% do PIB para a educação, a falta de condições nas escolas, os horários, o número de professores, a falta de formação para o ensino artístico, assim como a necessidade de contratar mais técnicos, psicólogos e mediadores. Foi precisamente sobre a reconhecida entrada de alunos migrantes em grande número nas escolas portuguesas que Rafael Tormenta reforçou a ideia de que "a entrada de muitos alunos migrantes nas escolas obriga a outra organização e apoios. É preciso um reforço da ação social escolar", referiu. O candidato do BE pelo Porto alertou ainda sobre as necessidades do PAE, tais como definir competências e criar uma carreira especial de técnico auxiliar.

LIVRE quer uma escola mais democratizada

Filipa Pinto, número dois do círculo eleitoral do Porto pelo LIVRE e professora há mais de 32 anos, começou por deixar críticas à medida do governo de "chamar os professores reformados. Não é assim que se vai criar uma revitalização da carreira", assumindo antes ser necessário criar uma reestruturação na carreira sem deixar professores para trás, tendo em conta fatores como as ultrapassagens. Filipa Pinto, em nome do LIVRE, defendeu ainda "um modelo de gestão democratizado, em que os professores tenham peso na eleição da direção da escola". Sobre o 5º e 7º escalões "é preciso desbloquear e acabar com as quotas, assim como reduzir a burocracia e aumentar o número de elementos de PAE por aluno, apostando na formação destes trabalhadores". Filipa Pinto sublinhou também que o LIVRE tinha no seu caderno eleitoral a recuperação das cantinas públicas nas escolas.



IL – “Ser professor é uma missão e não uma profissão”

Já Matilde Rocha, assessora parlamentar para a área da Educação e candidata pelo círculo eleitoral do Porto da Iniciativa Liberal (IL), começou por relembrar que "ser professor é uma missão e não uma profissão e por isso vemos cada vez menos jovens a optar pela carreira docente". Foram vários os pontos assinalados pela representante da IL, destacando-se a defesa dos direitos dos professores, assim como a revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo e o Estatuto da Carreira Docente (ECD). "É essencial flexibilizar os concursos, termos mais democracia nas eleições nas escolas, acabar com os concursos para vagas por doença e apostar realmente numa avaliação que conte para a progressão". Matilde Rocha terminou focando o tema do Ensino Superior, sobre o qual a IL defende uma revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior - RJIES, assim como da carreira de investigação.





CDS-PP quer “pensar a escola com todos motivados”

João Paulo Almeida foi o representante escolhido pelo CDS-PP para representar o partido nesta sessão. O deputado começou por colocar o foco "na questão das ultrapassagens" que, segundo ele, tem de ser um objetivo desta legislatura. João Paulo Almeida alertou para o facto de "ser preciso prensar a escola com todos motivados para um novo ciclo. Há que valorizar os professores, adequar o ensino às capacidades e potenciar os alunos. E além de mais, precisamos pensar em como dar ferramentas aos migrantes", acrescentando que "a escola tem de ter liberdade para projetos educativos. A escola tem de ser um espaço de liberdade e sem pressão ideológica. A escola não serve para transmitir ideologias, mas sim conhecimento".



PS quer mais autonomia das escolas

A fechar, Porfírio Silva, candidato do PS a deputado pelo círculo eleitoral do Porto, reafirmou a necessidade de se olhar para três pontos: valorização, priorização do ambiente escolar e a qualidade do ensino. "Recuperar o tempo de serviço não chega. É preciso agora olhar para a escola de forma diferente. As necessidades das escolas têm de ser geridas de outras formas e elas passam por rever rácios de assistentes operacionais e do pessoal técnico especializado e vinculá-los. É preciso rever o modelo de governação das escolas. Dar mais apoio às direções para lhes tirar alguma da imensa carga a que estão sujeitos" foram alguns dos pontos apontados pelo deputado do PS, que afirmou que o futuro precisa de "concretizar os recursos para a educação e oferecer mais autonomia às escolas, com respostas mais adequadas ao ambiente em que cada uma está instalada". A respeito do Ensino Superior frisou ser necessário manter a revisão do RJIES e acabar com a precariedade dos investigadores.

Público presente levantou várias questões

Fechado o espaço interventivo para as apresentações de cada um dos representantes dos partidos políticos que aceitaram o convite da FNE, abriu-se tempo para questões levantadas pelo público presencial, composto na sua maioria por dirigentes da FNE e dos seus sindicatos docentes e de pessoal de apoio educativo inscritos no evento.

As questões colocadas aos partidos centraram-se na questão da valorização da carreira docente, na descentralização de competências relativa ao PAE, na formação e no rácio de trabalhadores não docentes, assim como em questões ligadas aos setores privado e social da educação. Os representantes dos sete partidos responderam a todas as questões, contribuindo para um esclarecimento cabal das suas propostas.



Pedro Barreiros: “Aposta ganha. A educação saiu a ganhar”



O encerramento desta Sessão Pública em formato de "mesa-redonda" ficou a cargo do Secretário-Geral da FNE, com Pedro Barreiros a demonstrar a sua satisfação com o que ouviu considerando "esta foi uma aposta ganha, pois quem constrói diariamente a educação saiu a ganhar hoje daqui". Pedro Barreiros lembrou os partidos que "o que esperamos é que seja possível, depois das eleições de 18 de maio, conseguir continuar um caminho de ganhos", fazendo uma pequena "correção" a fechar, relativamente à designação de Recuperação Integral do Tempo de Serviço: "Não lhe chamo integral. Chamo apenas Recuperação do Tempo de Serviço (RTS), pois para ser integral ainda falta muito tempo a recuperar, nomeadamente o que foi perdido com as ultrapassagens na carreira. Essa será uma bandeira da FNE na próxima legislatura", assumiu.

Nesta Sessão Pública “As Apostas na Educação”, a FNE entregou aos sete representantes dos partidos políticos o seu "Roteiro para a Legislatura 2025-2029", no qual destaca as maiores reivindicações para a Educação dos próximos anos. A sessão foi transmitida em direto no canal Youtube da FNE.



Galeria de Fotos

Federação Nacional da Educação

Entrevista



2 ANOS COM VITÓRIAS DA LUTA E DO DIÁLOGO

PEDRO BARREIROS

ENTREVISTA AO SECRETÁRIO-GERAL DA FNE

Por ocasião dos dois primeiros anos do mandato 2023-2027

Reivindicar com firmeza, mas com responsabilidade



Na data em que celebrava dois anos da sua eleição para Secretário-Geral da FNE, em 21 de maio de 2023, Pedro Barreiros deu uma entrevista à Comunicação da FNE em que fez um balanço extremamente positivo dos primeiros dois anos de mandato. A resposta a uma instabilidade persistente no setor da educação foi "reivindicar com firmeza, mas com responsabilidade". Resultados? O acordo histórico da recuperação do tempo de serviço em maio de 2024, o acordo da Mobilidade por Doença em março de 2025 e o aumento do número de associados. A meio do caminho ficaram a revisão do ECD e avanços concretos nas condições de trabalho, salariais e carreiras do Pessoal de Apoio Educativo. Pedro Barreiros gostaria de ter resolvido as ultrapassagens na carreira docente. Mas afirma que tudo se pode esperar "do profundo sentido de missão da FNE".

www.fne.pt



FNE e Sindicatos da UGT celebram novo acordo de revisão do CCT com CNIS

A FNE, integrada numa frente sindical da UGT, celebrou, pelas 15h00 de 21 de maio de 2025, mais um acordo de revisão do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS).

Esta negociação desenvolveu-se num contexto político e económico desafiante, marcado por dificuldades várias vividas pelas famílias portuguesas, decorrentes das elevadas taxas de inflação e de juro.

No entanto, os objetivos alcançados neste difícil acordo abrem perspetivas positivas aos trabalhadores, cujos aumentos remuneratórios globais vão fixar-se acima da inflação esperada para 2025, o que permite ganhos significativos em muitas categorias profissionais, nomeadamente dos trabalhadores das carreiras gerais e dos educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário.

"O acordo hoje assinado, assinala mais uma etapa de reconhecimento e valorização de todos, homens e mulheres, que honram a sua força de trabalho à causa social e solidária nas IPSS Portuguesas".

Estas palavras foram deixadas por José Ricardo Coelho, Secretário-Geral Adjunto da FNE e coordenador das negociações para o setor social e solidário, no seu discurso de assinatura do acordo.

A FNE e os Sindicatos da UGT reconhecem que há ainda um longo caminho a percorrer para dignificar verdadeiramente o trabalho e os trabalhadores do setor social. Porém, este acordo permite dar um passo firme e sustentável para melhorar as condições remuneratórias dos trabalhadores do setor das IPSS, reforçando, por sua vez, os mecanismos da negociação coletiva, através de um diálogo construtivo e pragmático para o encontro de soluções de compromisso bipartido.

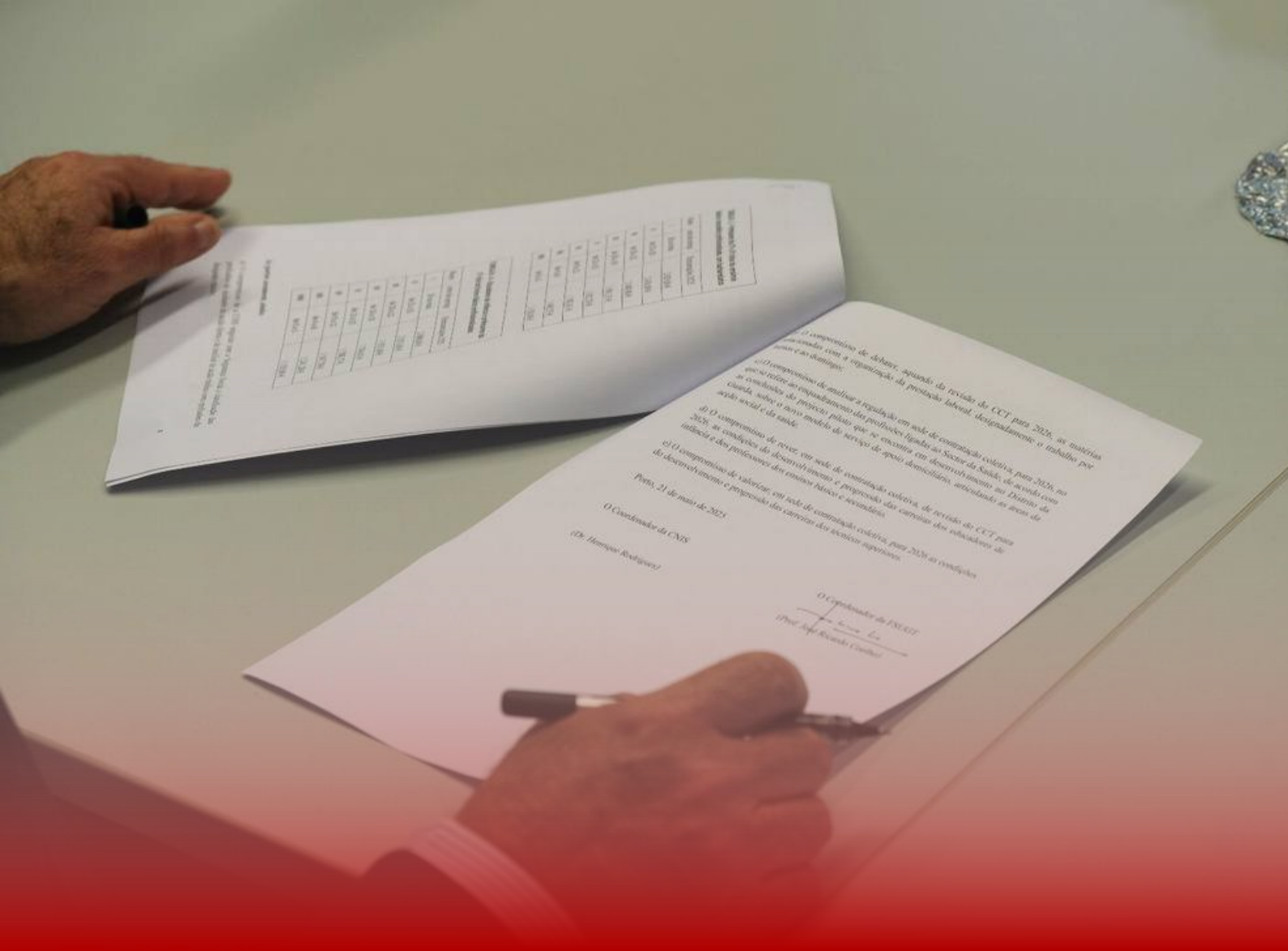


José Ricardo Coelho deixou dois alertas para o setor social e solidário: o primeiro alerta foi dirigido ao Estado, "que não tem feito tudo o que está ao seu alcance para valorizar e dignificar o trabalho desenvolvido no setor". O segundo dirigiu-se às próprias instituições do setor, "às quais se exige fazer caminho, para se tornarem unidades económicas com uma gestão mais profissionalizada e mais eficiente".

A FNE e os sindicatos desta Frente Sindical da UGT deixaram o seu compromisso firme de continuar a bater-se, através dos meios que têm ao seu alcance, para reforçar o setor social e solidário, capaz de competir com os demais setores da nossa economia, seja na qualidade dos serviços que prestam, seja na capacidade de recrutar os melhores recursos para as suas respostas sociais.

O objetivo da FNE e da Frente Sindical da UGT é o de dar um rumo mais ambicioso a todo o setor da economia social, que permita, aos seus mais de duzentos mil trabalhadores, sonharem com melhores condições de trabalho, melhores condições de vida, e com melhores condições de um exercício pleno da sua liberdade individual e coletiva.





#Conseguimos:

- valorização de 70 mil trabalhadores entre docentes e pessoal não docente das IPSS

- aumento global de 4%

- aumento de 22% na remuneração complementar dos docentes e não docentes que exercem cargos de coordenação ou direção técnica ou pedagógica

- valorizou-se, ainda mais, a antiguidade ao ter sido criada uma sétima diuturnidade e um aumento do seu valor em cerca de 4%

- progressão ao nível III da carreira docente para os educadores de creche

Quarta reunião sobre a aplicação das normas para a recuperação do tempo de serviço

A FNE esteve na tarde de 12 de maio no MECI/DGAE para a quarta reunião da Comissão de Acompanhamento da aplicação do DL n.º 48-B/2024.

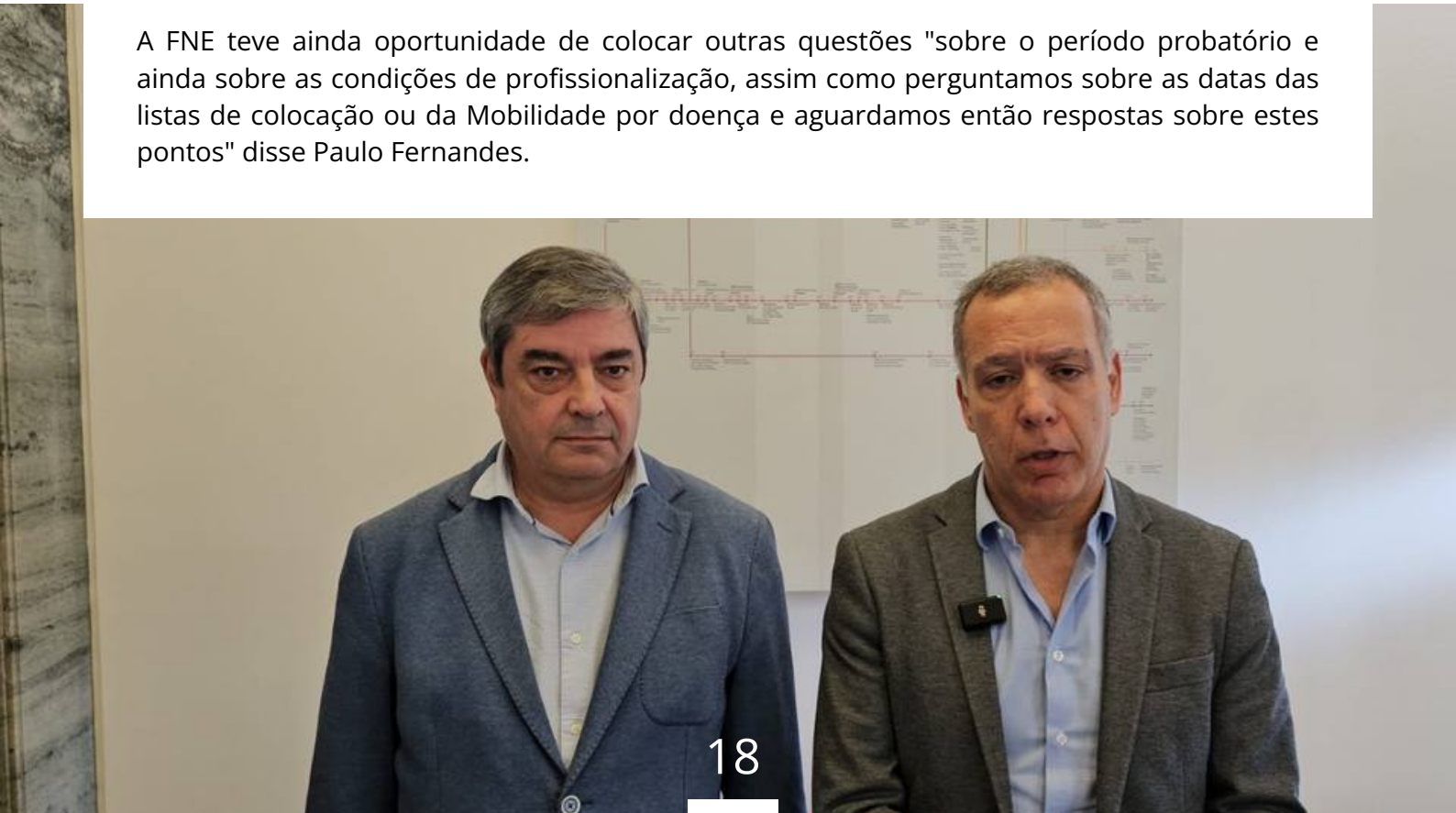
Paulo Fernandes, Secretário-Geral Adjunto da FNE, fez o balanço deste encontro cujo objetivo era esclarecer algumas dúvidas relativamente à recuperação do tempo de serviço e à aplicação das normas de progressão.

Desta reunião, as principais notas a destacar em termos de números são:

- 47 mil processos já validados
- 5 mil processos aguardam validação do professor ou da escola
- A 13 mil faltam formação ou validação da formação
- 10 mil não têm tempo a recuperar

Segundo o SG Adjunto da FNE "a DGAE tem colocado várias notas informativas com FAQ's que têm respondido à maior parte das questões colocadas, mas a FNE deu nota dos problemas que as escolas ainda enfrentam na percepção de alguns desses esclarecimentos, assim como da forma como interagem com as aplicações informáticas das escolas e da plataforma do IGEF".

A FNE teve ainda oportunidade de colocar outras questões "sobre o período probatório e ainda sobre as condições de profissionalização, assim como perguntamos sobre as datas das listas de colocação ou da Mobilidade por doença e aguardamos então respostas sobre estes pontos" disse Paulo Fernandes.




Balanço da 4a reunião da Comissão de Acompanhamento da aplicação do DL n.º 48-B/...
Share
Watch on YouTube

fne

Dia Mundial do Trabalhador



VALORIZAR OS TRABALHADORES

COMBATER A PRECARIEDADE

CARREIRAS DIGNAS

INVESTIR NA EDUCAÇÃO

KIDs RACE 09H30
+ CORRIDA E CAMINHADA
1º DE MAIO
10H00

ANIMAÇÃO CULTURAL
ATIVIDADES DESPORTIVAS
TUNAS ACADÉMICAS
FOLCLORE

TOY
16H00

INTERVENÇÕES SINDICAIS
15H00

1º maio

UGT
PORTUGAL

SZN SPZC SDP SDPA SPCL STAE STAE STAE



FNE marcou presença nas celebrações do 1º Maio da UGT, no Jamor

A celebração do 1º Maio - Dia do Trabalhador de 2025 da UGT aconteceu este ano no Jamor, Oeiras.

Foi junto ao Estádio Nacional que a UGT e os seus Sindicatos receberam todos aqueles que quiseram mostrar a força dos trabalhadores portugueses em mais um 1º de Maio, numa celebração que contou com atuações de Tunas Académicas, da banda Buzz Killers e de Toy, naquele que foi o momento alto em termos musicais, num dia recheado de iniciativas e que começou com a Corrida UGT logo pela manhã.

Durante a tarde aconteceram ainda os habituais discursos e presença de dirigentes de todos os sindicatos da UGT em palco assim como do convidado especial, Isaltino Morais, Presidente da Câmara de Oeiras.

Mário Mourão, Secretário-Geral da UGT, deixou no seu discurso o alerta de que ***"recusamos o fantasma da austeridade. Para a UGT não pode haver retrocesso na valorização salarial"***, afirmou.

A FNE e os seus sindicatos marcaram presença nesta que foi mais uma importante jornada de afirmação dos valores em que assenta o sindicalismo democrático no nosso país.

Recorde aqui algumas das melhores imagens do 1º Maio - UGT, que incluiu ainda a exposição dos trabalhos vencedores relativos ao Concurso "Era uma vez...o 1º de Maio" promovido pela FNE e pelos seus Sindicatos.





















www.fne.pt

Galeria de Fotos



Entrega de Prémios do Concurso "Era uma vez... o 1.º de Maio" na Escola Secundária D. Maria II, em Braga

Realizou-se no dia 26 de maio de 2025, na Escola Secundária D. Maria II, em Braga, a cerimónia de entrega de prémios do concurso "Era uma vez... o 1.º de Maio", destinada aos alunos desta escola distinguidos no âmbito desta iniciativa promovida pela FNE.

A sessão contou com a presença da Diretora do Agrupamento de Escolas D. Maria II, Ângela Meireles, da Adjunta, Cidália Freitas e do professor dinamizador do concurso na escola, Luís Silva. Em representação da Federação Nacional da Educação (FNE) estiveram o Secretário-Geral, Pedro Barreiros, o Vice-Secretário-Geral, António Jorge Pinto, e o Secretário Nacional, Pedro Brandão, bem como o Presidente da Direção Distrital de Braga do Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN), Alexandre Dias.

Foram distinguidas as alunas Ana Clara Gomes, Lia Fernandes, Gabriela Dias e Cláudia Ribeiro, autoras de trabalhos que se destacaram pela sua qualidade, criatividade e profundidade na abordagem ao significado do 1.º de Maio.



Na sua intervenção, o Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, destacou a excelência dos trabalhos apresentados pelos alunos da Escola Secundária D. Maria II, sublinhando que "a qualidade demonstrada justifica plenamente o número de prémios atribuídos a esta escola". Aproveitou ainda a ocasião para anunciar que os trabalhos poderão vir a ser divulgados na publicação mensal da FNE, como forma de reconhecimento e valorização do empenho dos alunos e da escola.

A cerimónia decorreu no espaço de exposições da Escola Secundária D. Maria II, num ambiente de celebração do talento, da criatividade e do esforço coletivo.





1º LUGAR
Grupo R3 JI da Retorta
— AE do Campo Valongo

1º ESCALÃO



2º LUGAR
Sala 5 EB de Valença
— AE Muralhas do Minho



3º LUGAR
Jardim Escola João de Deus - Belas



1º LUGAR
Beatriz Pacheco Pinto
— EB Penafiel Sul

2º ESCALÃO



2º LUGAR
EB de Margaride
— Turma 113 - Felgueiras



3º LUGAR
Turma 4 A1 — EB Nº 1 — Lordelo



1º LUGAR
Ana Clara Bastos Gomes
— AE - D. Maria II - Braga

3º ESCALÃO



2º LUGAR
Lia Fernandes AE
— D. Maria II - Braga

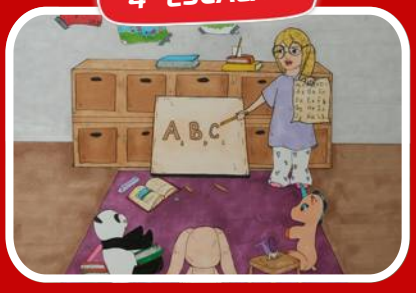


3º LUGAR
Gabriela Dias
— AE - D. Maria II - Braga



1º LUGAR
Paula Maria Neri — AE Salgueiro Maia — Fazendas de Almeirim

4º ESCALÃO



2º LUGAR
Cláudia Ribeiro — Escola Secundária D. Maria II - Braga



3º LUGAR
Maria Carolina Neri
— AE de Almeirim



Conferência de Organização SPZN 2025 para *Re"pensar" a Profissão Docente*

O Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN) promoveu, nos dias 23 e 24 de maio de 2025, a sua Conferência de Organização, sob o mote *Re"pensar" a Profissão Docente* e o nosso Papel na Era da Complexidade e da Artificialidade. O evento decorreu no Auditório da AEP, em Matosinhos, e reuniu cerca de 150 docentes, investigadores, especialistas em educação e dirigentes sindicais, num momento marcante de reflexão, debate e construção coletiva.

Num tempo de rápidas transformações sociais, tecnológicas e educativas, o SPZN desafiou a classe docente e os dirigentes sindicais a olhar criticamente para os novos contextos e a (re)afirmar o seu papel na construção de uma educação de qualidade.

O programa da conferência foi diversificado, com sessões plenárias, mesas-redondas e painéis temáticos que abordaram as grandes questões da atualidade educativa, o futuro da profissão docente e o papel do sindicalismo na defesa dos direitos dos professores.

23 de maio: Abertura com emoção, história e reflexão

Os trabalhos iniciaram-se com um momento musical, em que foi apresentada a canção "Norte da Esperança", interpretada por Pedro Barreiros e produzida por Rodolfo Cardoso, criada especialmente para o evento. Seguiu-se a abertura oficial, com intervenções de Pedro Barreiros, Presidente da Direção do SPZN, e de João Dias da Silva, Presidente do Conselho Geral.

Um dos momentos simbólicos do dia foi a apresentação do livro "50 Anos, 50 Histórias", pela professora Maria Arminda Bragança e pelo autor Nélson Soares, um registo precioso da história e da memória do SPZN.

A tarde encerrou com a intervenção de Domingos Fernandes, Presidente do Conselho Nacional de Educação, que partilhou uma análise aprofundada sobre os desafios da profissão docente na era da complexidade e da artificialidade, sublinhando a necessidade de novas formas de pensar e agir no campo educativo.



24 de maio: Debate interno, crítica social e renovação do compromisso sindical

O segundo dia começou com intervenções de dirigentes e delegados sindicais, num balanço das conquistas e da ação contínua do SPZN em defesa da educação e dos professores. Um dos momentos centrais foi o debate sobre propostas de alteração aos Estatutos do SPZN, refletindo um verdadeiro exercício democrático e coletivo de análise sobre o futuro do sindicato.

O dia contou ainda com intervenções de destaque. Carlos Silva, ex-Secretário-Geral da UGT e membro do Comité Económico e Social Europeu, alertou para a necessidade urgente de lutar pelo reconhecimento social da profissão docente, afirmando que "há muito deixou de ser vista como incontestável, exigindo agora renovada afirmação".

Já a eurodeputada e Vice-Presidente do Grupo do Partido Popular Europeu, Lídia Pereira, trouxe uma perspetiva europeia, sublinhando a importância da mobilização docente e do diálogo sindical. Lançou ainda interrogações desafiantes sobre o papel atual dos sindicatos e o propósito do sindicalismo no século XXI, promovendo um momento de reflexão profunda entre os presentes.

A conferência encerrou com a intervenção de Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE, que reiterou a importância do papel e da intervenção do SPZN na dignificação da profissão docente, na construção coletiva de soluções no seio da Federação Nacional da Educação – FNE, e na defesa de uma Educação e Escola de qualidade.



A FNE tem de ser Educação, tem de ser Superação, tem de zelar com Paixão, tem de ser História e tem de ser Futuro

O Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN) realizou, nos dias 23 e 24 de maio, a **Conferência de Organização 2025**. Um ano após o acordo histórico assinado pela FNE — que devolveu aos professores o tempo de serviço congelado — cerca de 150 dirigentes e delegados sindicais do SPZN reuniram-se no auditório da AEP, em Matosinhos, num momento de debate interno, reflexão crítica e renovação do compromisso sindical.

O SPZN reafirmou, com determinação, o seu compromisso com a Educação e com todos os Professores e Educadores portugueses.

A conferência teve início com um excelente momento musical protagonizado por Pedro Barreiros (filho do Secretário-Geral da FNE), cuja letra exprime, com exatidão, aquilo que nos define:

"Somos superação, somos Professores, somos zelar com paixão, com um Norte assente em valores".

Este foi o ponto de partida para uma conferência intensa, vibrante e profundamente participada, onde os professores da Zona Norte debateram questões internas, estatutárias e aspetos centrais da profissão e da carreira docente. Foram também relembrados os afetos e os valores que nos identificam enquanto professores e sindicalistas e reafirmado o orgulho em pertencer a esta grande família sindical.

Dissemos, com voz firme, que pela Educação lutamos de mãos dadas. Que somos História e Futuro. Que somos acreditar. Acreditamos que esta conferência revelou o melhor do SPZN: o sentir dos nossos associados, a energia dos nossos dirigentes e delegados, a força da voz das bases. E a certeza de que este é um caminho a consolidar.

Hoje, o SPZN conta com uma liderança forte, jovem, competente e dinâmica — uma liderança reconhecida e respeitada, que se afirma diariamente através de uma ação determinada, corajosa e responsável. O processo de rejuvenescimento interno tem-nos permitido dar respostas novas, eficazes e oportunas aos desafios atuais, contribuindo para o crescimento e fortalecimento do SPZN, e promovendo um sindicalismo participativo e verdadeiramente democrático.

Estamos conscientes do nosso valor e do papel que representamos na FNE e no movimento sindical nacional. Acreditamos que somos, atualmente, a maior e mais influente força sindical na Educação em Portugal — e que podemos tornar-nos ainda mais fortes e representativos, porque sentimos que os que representamos acreditam em nós e no trabalho que desenvolvemos por todos e por cada um.

Sabemos que cada sindicato da FNE tem a responsabilidade de dar sempre o seu melhor, na sua área de influência e intervenção. Porque só com sindicatos fortes teremos uma Federação cada vez mais capaz de concretizar os seus objetivos e cumprir o plano de ação aprovado para o mandato em curso.

A FNE é Educação. É Superação. É Acreditar. Assumimos essa responsabilidade, de mãos dadas, todos os dias.

António Jorge Pinto
Vice-Presidente do SPZN





A contratação coletiva na FNE: pela defesa dos seus trabalhadores

O que se entende por contratação coletiva? É um direito dos trabalhadores, presente no artigo 56.º 3 da Constituição da República Portuguesa, que confere às associações sindicais o direito de exercerem a contratação coletiva.

Surge-nos assim o direito de contratação coletiva como um direito coletivo dos trabalhadores representados pelas associações sindicais, direito espelhado no artigo 485.º do Código do Trabalho, que se exerce com a apresentação por uma das partes, trabalhadores / empregadores, de proposta de celebração ou de revisão de uma convenção coletiva, sempre em forma escrita e devidamente fundamentada.

No que concerne à negociação da retribuição e da duração de organização do tempo de trabalho, prevê o artigo 488.º do Código do Trabalho que as partes devem, sempre que possível, atribuir prioridades à sua negociação, sempre na perspetiva da segurança económica do trabalhador e da sua segurança e saúde no trabalho.

Um princípio muito importante na negociação coletiva, e constante no artigo 489.º do Código do Trabalho, prende-se com o respeito pelo princípio da boa-fé, princípio que deve pautar a atuação de ambas as partes no processo negocial, nomeadamente a brevidade possível na apresentação de propostas e contrapropostas, fornecer as informações solicitadas por qualquer das partes no processo negocial, facultando os elementos ou informações solicitadas, sem prejuízo da defesa dos seus interesses.

Portanto o direito à contratação coletiva reconhecido às associações sindicais tem de considerar-se um direito fundamental dos trabalhadores para efeitos dos artigos 17.º e 18.º da Constituição da República Portuguesa, um direito inegável e inquestionável dos trabalhadores portugueses, direito esse que a FNE e suas associações sindicais têm promovido desde a sua fundação.

A FNE, Federação de Sindicatos de Educação integrada na UGT, entidade com uma referência base de promover a negociação/contratação coletiva e consequente alcance de acordos negociais, tem conseguido ao longo da sua vida estabelecer vários acordos, dos quais destacamos mais recentemente, o acordo com o Ministério da Educação, que respeita à recuperação do tempo de serviço dos professores, com as Mutualidades e com a CNEF - Confederação Nacional da Educação e Formação, entidade que representa os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo e a associação nacional das escolas profissionais.

No passado dia 21 de maio de 2025, através da frente de Sindicatos da UGT, coordenada pelo prof. José Ricardo Coelho, da FNE, após duras negociações, alcançou-se um bom acordo salarial e outras vantagens para os trabalhadores das instituições de solidariedade social - a CNIS.

Perguntar-me-ão, e as Misericórdias? Entidade muito difícil na negociação coletiva, onde a primeira convenção coletiva que foi estabelecida com a União das Misericórdias, após 10 anos de negociação, com o prof. José Frade, do SPZC, em representação dos sindicatos da FNE. e do Padre Victor Melícias, em representação da União das Misericórdias Portuguesas, deu início ao primeiro processo negocial com esta Instituição.

A negociação coletiva em curso com a União das Misericórdias será mais um obstáculo difícil de ultrapassar pela FNE e pelos seus sindicatos, obstáculo que o prof. José Ricardo Coelho, como coordenador do grupo de negociação da FNE, certamente com a sua experiência, paciência e sabedoria saberá ultrapassar e levará a bom termo, alcançando-se mais um acordo que visará a dignificação da vida dos trabalhadores das Misericórdias Portuguesas, através da sua melhoria salarial e outras condições de trabalho, sempre com o objetivo da proteção da segurança, saúde e vida familiar destes trabalhadores.

Constatamos que nós estamos integrados numa Federação Sindical, a FNE, e numa União de Sindicatos, a UGT, Associações sindicais que cultivam a negociação coletiva pela defesa dos seus trabalhadores, o que certamente nos diferencia de demais associações sindicais, que cultivam a luta sindical habitualmente consumada com a greve, quase sempre com prejuízos para os trabalhadores e para os cidadãos deste pais, que deixam de poder aceder a muitos serviços públicos e privados.

Viva a negociação coletiva.

João Ramalho
Presidente do STAEZCENTRO

DIA MUNDIAL

PAE

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

fne



WEBINÁRIO

VALORIZAR OS INVISÍVEIS

DIA MUNDIAL DO PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

16 MAIO 2025

18h00 – 19h30

João Dias da Silva
Presidente AFIET

Cristina Ferreira
Presidente STAAE SUL e RA

João Ramalho
Presidente STAAE-ZC

Cristina Peixoto
Presidente STAE-ZN

Pedro Barreiros
Secretário-Geral FNE

UGT CPLP-SE STAE STAE STAE



Dia Mundial do Pessoal de Apoio Educativo celebra invisíveis das escolas

A FNE e os seus três sindicatos de Trabalhadores de Apoio Educativo do norte, centro, sul e regiões autónomas (STAE-ZN, STAAE-ZC e STAAE SUL e RA) comemoraram, em 16 de maio de 2025, o Dia Mundial do Pessoal de Apoio Educativo (DMPAE), instituído pela Internacional da Educação (IE) em 2018, com um webinário intitulado "Valorizar os invisíveis".

Esta iniciativa online contou na abertura com a intervenção do Presidente da AFIET, João Dias da Silva, e depois dos Presidentes dos três Sindicatos de Trabalhadores de Apoio Educativo da FNE (Cristina Peixoto, João Ramalho e Cristina Ferreira), com o encerramento a ficar a cargo do Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros.





JOÃO DIAS DA SILVA deu início ao webinário recordando o papel historicamente pioneiro da FNE e dos seus Sindicatos de Pessoal de Apoio Educativo-PAE/Não Docentes (ND) na identificação da necessidade de criação de um estatuto próprio para estes trabalhadores, traçando depois um enquadramento cronológico à evolução legislativa, da forma como os trabalhadores de apoio educativo têm vindo a ser considerados desde há dezenas de anos.

"Há alterações significativas ao longo do tempo, que vão marcando etapas significativas. O papel destes trabalhadores é poucas vezes reconhecido e até muitas vezes ignorado e invisível. Mas houve uma evolução positiva na sua importância e reconhecimento crescentes". João Dias da Silva referiu que na legislação mais antiga são referidos como pessoal subalterno e pessoal menor, que se circunscrevia aos porteiros e aos contínuos. Com a publicação do DL 515/99, de 24 de novembro, de praticamente invisíveis, estes trabalhadores passam a **indispensáveis e incontornáveis** para a determinação de escolas de qualidade. (ler artigo integral na pág. XX)

CRISTINA FERREIRA - A Presidente do STAAESRA deixou palavras de elogio e destaque à visibilidade que a FNE e os Sindicatos de PAE/ND têm alcançado na luta pela causa de quem tanto dá às escolas. Pegando nas palavras de João Dias da Silva "imprescindíveis, mas invisíveis", Cristina Ferreira juntou a ideia que o papel é tão importante "que quando não estamos presentes, a escola fecha".

Cristina Ferreira que, em conjunto com João Ramalho (STAAEZC), estiveram presentes em Bruxelas, em 2018, quando a Internacional da Educação assumiu o 16 de maio como Dia Mundial do Pessoal de Apoio Educativo, deixou o mote de que "temos de lutar para deixar de ser invisíveis porque somos nós quem está sempre na linha da frente nas escolas e isso obriga a que exista reconhecimento pelo nosso trabalho".

Cristina Ferreira acrescentou que "é preciso também lutar por mudanças legislativas ao nível dos conteúdos funcionais e dos rácios, porque a escola apresenta novos desafios e é preciso adaptarmos tudo à mudança. Temos de batalhar por reconhecimento e por respeito", afirmou a fechar.

VALORIZAR
OS INVISÍVEIS





JOÃO RAMALHO - O Presidente do STAAEZC, também deixou nota para o crescimento da importância destes trabalhadores ao longo do tempo, que ficou ainda mais marcada "quando em 2018 a IE deu o pontapé de saída para este dia. Foi o alcançar do reconhecimento mundial, mas se temos uma função tão importante merecemos reconhecimento a essa dimensão".

João Ramalho somou ao seu discurso o facto de "termos agora nas escolas um conjunto de alunos de várias nacionalidades que colocam novos desafios. Como vamos comunicar com eles? Como fazemos para interagir com culturas diferentes?", lembrando ainda as dificuldades que estes trabalhadores vivem pela falta de formação específica para trabalhar e apoiar crianças com necessidades especiais.

“A verdade é que os trabalhadores de apoio educativo conseguem com grande esforço adaptar-se a todas as situações, mas isso também acontece porque há um orgulho muito grande na profissão que temos". A fechar, o Presidente do Sindicato de PAE/ND do Centro acentuou a questão dos salários: "Temos de lutar pela dignificação das carreiras e do salário, que não pode ser o mínimo e que cada vez mais se aproxima do salário médio".

CRISTINA PEIXOTO - Coube à líder do STAEZN, fechar o painel de palestrantes dos três sindicatos FNE de Trabalhadores de Apoio Educativo lembrando, em sintonia com a mensagem do livro "Principezinho", que as coisas mais importantes são invisíveis aos olhos e que "isso mostra como somos importantes, porque somos essenciais nas escolas. Todos os dias estamos lá, somos nós que tratamos de muitas situações, que garantimos os horários, que temos os olhos no pátio, que gerimos muitos pontos de organização".

Cristina Peixoto lamentou o facto de que "não nos incluem quando dizem pretender uma educação de qualidade. Somos insubstituíveis, mas também somos chamados para muitas tarefas para as quais não existe formação. Mas o que não temos em formação sobra-nos em empatia". Tal como João Ramalho, também Cristina Peixoto apontou baterias "aos ordenados mínimos que muitos trabalhadores, que tudo dão na sua profissão, recebem, há décadas de trabalho e dedicação. Quem trabalha na escola é uma célula vital e deve ser reconhecido por isso a todos os níveis".

DIA MUNDIAL DO PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

16 MAIO 2025

18h00 – 19h30



PEDRO BARREIROS - O Secretário-Geral da FNE, fechou este webinário, lembrando que esta data "é uma boa ocasião para pararmos, refletirmos e, acima de tudo, reconhecermos o papel essencial e insubstituível do PAE no funcionamento, harmonia e na humanização das nossas escolas". O líder da FNE afirmou que "quando falamos de educação, o pensamento tende a recair de imediato sobre os professores. No entanto, por trás do bom funcionamento de cada escola, há uma equipa incansável, muitas vezes invisível, mas absolutamente indispensável: o Pessoal de Apoio Educativo.

Assistentes operacionais, técnicos especializados, auxiliares, administrativos, vigilantes, cozinheiros e tantos outros que, com discrição e dedicação, fazem da escola um lugar seguro, limpo, organizado, acolhedor e funcional. São estes e não quaisquer outros que recebem os alunos com um sorriso, que zelam pela alimentação, higiene e segurança, que estão atentos ao bem-estar, que ajudam a resolver no dia a dia situações inesperadas e que tornam possível uma boa convivência escolar".

Depois de responder em conjunto com os Presidentes dos STAAE's a algumas questões colocadas pela audiência, relativas a vários temas que constam do "Roteiro FNE para a Legislatura 2025-2029", Pedro Barreiros encerrou esta celebração garantindo que "a FNE não abdica das suas bandeiras.

2025 vai ter de ser um ano de ganhos ao nível do PAE ou então teremos de ser mais duros e ativos junto do Ministério da Educação. Estamos disponíveis para, por exemplo, tal como está a acontecer ao nível dos docentes, seja feito um protocolo negocial para várias matérias, num tempo estimado para os problemas destes trabalhadores".

E para esta luta "precisamos de todos. Mais atuantes, mais participativos e não esperar que alguém faça algo por nós. O que tenho como certo é que o vosso trabalho é essencial, a vossa presença é valiosa e o esforço tem de ser reconhecido. Eu, enquanto dirigente sindical, mas também pai, professor e aluno que fui, reconheço isso. E este é o dia em que todos devemos celebrar e valorizar o trabalho do Pessoal de Apoio Educativo/Não Docente".

A comemoração do DMPAE reconhece, a nível mundial, o papel imprescindível destes profissionais nas nossas escolas, não obstante o sistemático esquecimento e falta de reconhecimento e valorização do seu trabalho.

A FNE não desiste de ser exigente e responsável e relembra as palavras de David Edwards, Secretário-Geral da IE: "Apelo a que os governos implementem todas as reivindicações sindicais estabelecidas na **DECLARAÇÃO DE AVEIRO**, de 18 de maio de 2023. Vamos apelar a todos os países para que defendam a educação pública e financiem o Pessoal de Apoio à Educação!".



Pessoal de Apoio Educativo: de ignorado e invisível a indispensável

No dia 16 de maio de 2025, celebrámos mais uma vez o Dia Mundial do Pessoal de Apoio Educativo (DMPAE).

Esta foi uma oportunidade para:
- assinalar o percurso de crescimento do reconhecimento e valorização do seu papel, ocorrido ao longo dos tempos;
- acentuar o papel da FNE e dos seus sindicatos como atores essenciais no caminho de valorização e reconhecimento destes trabalhadores.

Não é comum que o papel destes trabalhadores seja referido e reconhecido, sendo muitas vezes ignorado, e até invisível, mas não se pode negar que houve uma evolução positiva que claramente lhes tem vindo a atribuir uma importância e um reconhecimento crescentes.

Para confirmar esta afirmação, comecemos por uma breve perspetiva histórica do que encontramos em termos de referências a estes trabalhadores.

No decreto de 25 de outubro de 1836, que criava a Academia das Belas Artes de Lisboa, eram feitas referências a "Empregados subalternos", estabelecendo nesse grupo um fiel, dois porteiros, um Contínuo e dois homens-modelos.

No decreto de 17 de novembro de 1836, que definia o plano da instrução secundária, sendo Ministro do Reino Passos Manuel, dizia-se que "haverá em cada um dos Liceus uma Biblioteca, que servirá também para uso dos professores e alunos", onde teria de haver um oficial às ordens do Bibliotecário.

Para além destes, determinava-se que haverá em cada um dos Liceus um Jardim experimental destinado às aplicações de Botânica, um Laboratório Químico e um Gabinete que terá três divisões correspondentes às aplicações da Física e da Mecânica, da Zoologia e da Mineralogia, cada um destes três estabelecimentos com um Guarda.

No decreto de 22 de novembro de 1836, que criava a Academia Portuense de Belas-Artes, havia referência novamente aos **Empregados Subalternos,** que eram um Amanuense, "que também servirá de Fiel, tendo a seu cargo a guarda e conservação dos objetos e utensílios da Academia, um Porteiro e dois Moços, um para servir de Modelo, outro para o asseio da Academia".

Na Reforma da Instrução Pública de 1844, através do decreto de 20 de setembro de 1844, do ministério de Costa Cabral, assinalava-se que em cada uma das Secções do Liceu de Lisboa e em cada um dos outros Liceus haverá um Porteiro.

Nos Liceus de Lisboa e Porto haverá também um Contínuo, encarregado de assegurar a vigilância dos liceus fora das aulas, em conjunto com os porteiros, e ainda manter limpas as salas de aula e o estabelecimento de ensino em geral, assinalar o início e o fim das aulas, e avisar os professores para reuniões e exames, para além de tarefas de natureza administrativa.

No Decreto-Lei de 22 de dezembro de 1894, é utilizada a denominação de **"pessoal menor dos liceus"**, englobando porteiros, guardas e contínuos. Esta designação haveria de perdurar na legislação, até 1969.

Em Decreto-Lei de 22 de dezembro de 1900, registava-se a necessidade de baixar os níveis de qualificação para o exercício daquelas funções - que passa a ser o exame de instrução primária elementar do 2º grau - por se verificar que os concursos abertos para preencher as necessidades ficavam desertos de candidatos, tendo a experiência demonstrado que **com os vencimentos diminutos consignados em tabela não era possível encontrar candidatos que preenchessem os requisitos habilitacionais.**

No Decreto-Lei nº 36 508 de 1947, de 17 de setembro, que aprova o Estatuto do Ensino Liceal, é explicitado que o pessoal menor dos liceus é constituído por contínuos de 1.ª, contínuos de 2.ª e serventes. Em relação às secretarias, há o cuidado de explicitar as responsabilidades do respetivo chefe, na subordinação do qual estão alguns funcionários, oficiais de 1ª e de 2ª.

A **expressão "pessoal auxiliar" só ocorre em 1969,** para englobar os motoristas, o correio, o porteiro, os contínuos, o guarda, o servente e o paquete – no Decreto Lei nº 49 410, de 24 de novembro.

Mais tarde, o **Decreto-Lei nº 513/73, de 10 de outubro,** veio rever as estruturas administrativas dos estabelecimentos de ensino preparatório e secundário, bem como das escolas do magistério primário, "instituindo num quadro único de pessoal administrativo e auxiliar integrando os quadros privativos daqueles estabelecimentos, medida que faz abrir melhores expectativas aos funcionários e permite uma gestão mais racional e harmónica dos recursos humanos".

Em 1980, a expressão que a legislação utiliza, no **Decreto-Lei nº 57/80, de 26 de março, é a de "pessoal auxiliar de apoio"**, o qual consagra, pela primeira vez, um elenco de direitos para estes trabalhadores, e identifica, nas suas funções, a responsabilidade de colaborar na ação educativa dos respetivos estabelecimentos de ensino.

Este diploma determina que os estabelecimentos de ensino oficial, com excepção dos do ensino superior, passam a ter um quadro único do pessoal auxiliar de apoio, designado abreviadamente neste diploma por pessoal de apoio, no qual se integram os respectivos quadros privativos.

Mais tarde, o **Decreto-Lei nº 223/87, de 30 de maio, criou a carreira de auxiliar de ação educativa, em substituição da de contínuo.** Era João de Deus Pinheiro o Ministro da Educação e Cultura.

É neste contexto que a Federação Nacional da Educação (FNE), integrando sindicatos de professores e de trabalhadores não docentes, desenvolve uma forte ação de reivindicação para a valorização destes trabalhadores, de que é expressão, mais tarde, a publicação do Decreto-Lei n.º 515/99, de 24 de novembro, que vem assinalar a necessidade de que este pessoal tenha de ter níveis adequados de formação inicial, contínua e especializada.

De praticamente invisíveis, estes trabalhadores passam a indispensáveis e incontornáveis para a determinação de condições para escolas de qualidade.

João Dias da Silva
Presidente da AFIET
Webinário FNE de 16 maio 2025



DIA MUNDIAL

PAE

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO





A FNE em Paris pela inclusão na educação

Decorreu em 22 e 23 de maio de 2025, em Paris, o primeiro seminário de dia e meio do projeto "INCLEDU4AllNeeds - Projeto Educação Inclusiva para todas as necessidades - Parceiros Sociais Setoriais Europeus na Educação promovendo a Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais na Educação". O evento foi mais uma oportunidade para a FNE promover os resultados das suas duas consultas nacionais de educação inclusiva e assinalar o desenvolvimento que o tema tem merecido no nosso país.

A educação inclusiva merece diferentes abordagens educativas pela Europa fora, mas há sempre uma enorme curiosidade em conhecer a nossa Lei 54/2018, de 6 de julho, tão sublinhada, entre outras, pela UNESCO e pela OCDE. Este primeiro seminário de formação do projeto "INCLEDU4ALLNeeds", promovido pelo Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE), em conjunto com a Federação Europeia de Empregadores da Educação (EFEE), ofereceu à FNE a oportunidade de divulgar o seu trabalho na área da educação inclusiva, assim como dar a conhecer alguns dos resultados recolhidos nas duas consultas nacionais, entretanto realizadas.

De um modo geral, todos os países presentes no seminário se queixaram de um investimento público insuficiente nos seus sistemas de ensino, tão necessário para aplicar em mais recursos humanos e educativos, melhor coordenação entre a educação e a saúde, numa melhor formação, em melhores condições de vida e de trabalho.

As duas investigadoras do projeto mostraram um interesse vincado em conhecer melhor as respostas dos educadores e professores portugueses nas duas consultas nacionais da FNE, o que de algum modo poderá ser realizado no segundo seminário, já agendado para 29 e 30 de outubro próximo, em Lisboa.

O inquérito online às organizações do CSEE e da EFEE decorreu entre outubro e novembro de 2024, com o fito de recolher as suas opiniões sobre o estado da arte da inclusão de pessoas com necessidades especiais nos seus sistemas educativos nacionais e identificar as abordagens, práticas e estratégias conjuntas dos parceiros sociais no domínio da educação para garantir a plena inclusão das pessoas com necessidades especiais no sistema educativo e nas políticas de educação e emprego.

Finalmente, abordar as necessidades profissionais relevantes dos dirigentes escolares, dos professores e de outro pessoal educativo, os desafios ligados às condições de trabalho e de aprendizagem (incluindo a educação digital e sustentável), o desenvolvimento profissional inicial e contínuo, o recrutamento e a retenção, entre outros domínios.

No respeitante às visitas de estudo, a primeira decorreu em 5 de setembro de 2024, em Solingen, Alemanha, e a segunda em 6 de fevereiro deste ano a Bucareste, Roménia. A estas há que adicionar os já citados seminários de formação de Paris e de Lisboa.

O surto da pandemia de COVID-19 em 2020 e a mudança para o ensino a distância, bem como a guerra na Ucrânia e as crises migratória, energética e socioeconómica na Europa, tiveram consequências graves, especialmente para os alunos que já são desfavorecidos. Este projeto surgiu no seguimento do compromisso dos Parceiros Sociais Europeus na Educação de melhorar a oferta de uma educação inclusiva e de qualidade, que realize o pleno potencial de cada aluno e preste especial atenção àqueles em risco de exclusão e de insucesso escolar.

Pretende-se assim consolidar uma base sólida para a continuação do processo de diálogo, tanto a nível nacional como europeu, para capacitar o diálogo social a adaptar-se ao mundo do trabalho em mudança, assegurando que as transições para uma economia digital, neutra em termos de clima e novas formas de emprego, não deixem ninguém para trás.

O principal resultado político do projeto são as orientações práticas sobre a forma de promover a inclusão efetiva das pessoas com necessidades especiais no sistema educativo e nas políticas de educação, através de iniciativas conjuntas dos parceiros sociais.

A conferência final deste projeto está prevista para janeiro de 2026, em Chisinau, na Moldávia.





Um ponto comum focado por todos os países é a necessidade de implantação de políticas educativas assentes num sério diagnóstico de necessidades dos alunos.

Seja qual for o modo como os sistemas educativos estão a lidar com a educação inclusiva na Europa, ou mais em particular com os alunos com necessidades educativas especiais, é bem visível um grande esforço de sindicatos e empregadores europeus se envolverem em processos de diálogo social, a nível local, regional e nacional, no sentido de providenciarem uma educação com uma maior qualidade. Esse esforço existe de igual modo a nível europeu, de que este projeto é mais um exemplo.

O **INCLEDU4AllNeeds** tem um horizonte temporal de dois anos, visa identificar e promover abordagens conjuntas com sucesso dos parceiros sociais para garantir a plena inclusão das pessoas com necessidades especiais nos sistemas de ensino e nas políticas educativas (com enfoque no pessoal docente e na direção das instituições de ensino), bem como avaliar as políticas e práticas atuais.

O objetivo é reunir um conjunto concreto de propostas e recomendações para os sindicatos filiados no CSEE, os empregadores do setor da educação, as autoridades educativas e os governos. A iniciativa é levada a cabo pelo CSEE e pela EFEE em parceria com sindicatos da educação e organizações patronais de oito países: Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Irlanda, Moldávia, Portugal e Roménia.

O projeto consiste em três fases: investigação documental, um inquérito online e três visitas de estudo. O projeto documental visa identificar e avaliar a legislação existente, os programas especiais e as medidas adotadas a nível nacional, regional, local ou institucional, no que diz respeito à inclusão de pessoas com necessidades especiais no sistema educativo e nas políticas educativas: avaliar o impacto das políticas da União Europeia em matéria de inclusão nas políticas nacionais de educação e emprego; e identificar desafios, tais como a escassez de professores de educação especial, necessidades de apoio adicional e potenciais soluções.



Investigação sobre os riscos psicossociais e a saúde mental



Com base nas suas atividades anteriores sobre riscos psicossociais e projetos relevantes sobre digitalização e perturbações músculo-esqueléticas, a Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho está a executar um projeto de investigação (2022-2025) para fornecer informações fiáveis e aprofundadas sobre os riscos psicossociais relacionados com o trabalho e a saúde mental no trabalho para fins de formulação de políticas, prevenção, sensibilização e práticas. A atividade está também ligada a uma atividade paralela no setor da saúde e da assistência social.

Esta investigação conduz à Campanha Locais de Trabalho Seguros e Saudáveis 2026-2028 da Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho, que se centra na saúde mental e nos riscos psicossociais no trabalho em «grupos, setores e áreas profissionais novos e negligenciados».

Os objetivos da atividade são:

- utilizar os dados de investigação existentes e novos dados para melhorar a compreensão das causas subjacentes aos riscos psicossociais e práticas de prevenção eficazes em vários setores, profissões e grupos.

- identificar iniciativas bem sucedidas para prevenir e gerir os riscos psicossociais relacionados com o trabalho e promover a saúde mental no trabalho junto de um vasto público.

- melhorar o conhecimento e estimular o debate em matéria de políticas e medidas preventivas a nível nacional entre os decisores políticos e os profissionais de segurança e saúde no trabalho (SST);

As tarefas de investigação incluem análises da bibliografia, recolha e análise de dados, identificação de boas práticas, casos de estudo, ferramentas práticas e materiais de formação e sensibilização.

O projeto inclui as seguintes áreas de investigação:

- Factos e números sobre riscos psicossociais relacionados com o trabalho

- Política e prática de gestão dos riscos psicossociais relacionados com o trabalho

- Setores e diversidade / grupos vulneráveis

- Riscos psicossociais e saúde

- Violência e assédio

- Regresso ao trabalho e apoio a um trabalhador com uma condição de saúde mental

- Orientação e ferramentas

Fonte: Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho


fne
Investir
NA EDUCAÇÃO
Garantir
O FUTURO
WWW.FNE.PT

Federação Nacional da Educação

TRANSFORMADOR DA EDUCAÇÃO

junho 2025

JUNHO 2025

jornal fne

Federação Nacional da Educação

POTENCIAL

TRANSFORMADOR DA EDUÇÃO

FNE.PT

Resposta da FNE ao **PROGRAMA** DO GOVERNO

URGE VALORIZAR AS CARREIRAS

ÍNDICE

3 - 4
EDITORIAL

5 - 35
AÇÃO SINDICAL

36 - 39
TEM A PALAVRA

40 - 45
PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

46 - 63
INTERNACIONAL

64 - 65
SAÚDE

FICHA TÉCNICA | JUNHO 2025

Proprietário
Federação Nacional da Educação

Diretor
Pedro Barreiros

Produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro
Mário Jorge

Redação
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação
Rafael Marques

Sindicatos membros
- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS

FILIAÇÃO

EDITORIAL



Urge valorizar a carreira docente

Quando se fala na necessidade urgente de valorizar a carreira docente pressupõe-se que está desvalorizada. E está!

As condições de trabalho pioraram significativamente nos últimos anos, seja ao nível dos horários de trabalho, da autoridade docente cada vez mais questionada pela indisciplina e, por vezes, pela violência que grassa nas escolas, fruto de turmas numerosas e cada vez mais heterógeneas, com encarregados de educação que só ouvem o aluno e não procuram a verdade, ou que, simplesmente, desvalorizam o que se passa em ambiente escolar.

Por outro lado, a situação de muitos professores, numa larga maioria, que andam anos de "casa às costas" ou fazem centenas de km durante a semana, levando a uma grande rotatividade de docentes em muitas escolas do país.

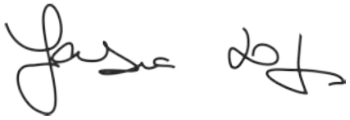
São fatores bem reais que cansam e desesperam os docentes portugueses. Juntam-se a este quadro os baixos salários, sempre abaixo das médias internacionais no que se refere aos salários nominais e, mais ainda, em relação à paridade com o poder de compra, segundo a última edição do "Education at a Glance 2024" da OCDE, apesar do registo de alguma estagnação dos salários no grupo de países desta organização.

Ao contrário, quando se sentem reconhecidos e apoiados, trabalham com mais entusiasmo e têm mais estímulo para inovar nas práticas, conseguindo um impacto mais positivo na vida dos alunos e da escola.

Ou seja, o desequilíbrio entre esforço e reconhecimento gera desmotivação que pode resultar num certo desinvestimento da profissão.

O que podemos concluir: Que há uma necessidade de maior valorização da carreira doente em Portugal, não só para aproximação aos padrões europeus e das médias da OCDE, mas principalmente para tornar a profissão mais atrativa face a outras opções de carreira para os mais jovens e para manter os que estão na profissão.

Esperemos que este novo governo e a atual equipa do Ministério da Educação, Ciência e Inovação interiorizem esta necessidade se, efetivamente, quiserem resolver, com qualidade, o problema da falta de docentes.



JOSEFA LOPES
Presidente do SDP Sul
Vice-Secretária-Geral da FNE



Carta Aberta da FNE ao Primeiro-Ministro reforçou que "é tempo de ação na Educação"

A FNE faz chegar ao Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, uma Carta Aberta em que reforça a ideia de que "a Educação em Portugal não pode esperar e que é tempo de compromisso e de ação".

No documento a FNE exige diálogo, compromisso e uma governação com visão estratégica, corajosa e inclusiva para a área da Educação que, defende a FNE, deve ser colocada no centro da ação do governo.

E por isso, a FNE considera que é tempo de agir com urgência, justiça e visão.



Clique para consultar a carta aberta

DIA MUNDIAL DO AMBIENTE

5 de junho de 2025

JUNTOS **CONTRA** A *poluição plástica*



SPZN SPZC SPGL SDP SUL SDPA SPM SPCL STAE ZONA NORTE STAE ZONA CENTRO STAE SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS | fne aflet

FNE assinalou o Dia Mundial do Ambiente 2025

Tal como em outras ocasiões e em ligação com a iniciativa da FNE "Educação para o Ambiente", assinalou-se a 5 de junho no site e redes sociais da Federação, o Dia Mundial do Meio Ambiente que foi criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas na resolução (XXVII) de 15 de dezembro de 1972.

Todos os anos, neste dia, diversas organizações da sociedade civil lançam manifestos e tomam medidas para relembrar o público geral da necessidade de preservação do meio ambiente.

Este ano o tema escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) é "Combater a Poluição Plástica". A República da Coreia foi o anfitrião mundial desta data e testemunhou um momento decisivo para a conservação do ambiente global.

José Ricardo Coelho, Secretário-Geral Adjunto da FNE é uma das principais caras do projeto da Federação, "Educação pelo Ambiente", deixou algumas palavras a reforçar a importância desta data:



COMUNICADO

Para a FNE "Continuidade do Ministro da Educação deve garantir respostas imediatas"

Aquando da tomada de posse do novo governo, em que foi confirmada a recondução de Fernando Alexandre como Ministro da Educação, Ciência e Inovação, a FNE decidiu pronunciar-se publicamente sobre a decisão, considerando esta escolha de particular importância estratégica para o futuro da Educação em Portugal.

Relembre aqui o comunicado da FNE:

"A FNE valoriza a estabilidade governativa nas áreas estruturantes do desenvolvimento nacional, entre as quais a Educação assume um papel absolutamente central. Contudo, essa estabilidade só será verdadeiramente positiva se estiver alicerçada num compromisso firme com o diálogo, o respeito pelos direitos dos profissionais da educação, de todos os níveis de ensino, e a valorização efetiva das suas carreiras e condições de trabalho.

Em carta aberta dirigida ao Primeiro-Ministro, no passado dia 30 de maio de 2025, a FNE defendeu que “a revisão e a entrada em vigor do Estatuto da Carreira Docente devem ser concretizadas com o rigor, a eficiência e o sentido de responsabilidade que o contexto atual exige. Questões como a escassez de professores, o tempo de serviço perdido nas reconfigurações da carreira, a monodocência, a sobrecarga horária, o excesso de burocracia e a indisciplina nas escolas devem estar no centro das prioridades a abordar e negociar, em processos que se exigem urgentes, verdadeiramente participados e orientados para soluções construtivas.”



Relativamente ao Pessoal de Apoio Educativo, a FNE espera que, neste mandato, se concretizem finalmente as promessas repetidamente adiadas quanto à abertura de processos concursais que visem pôr fim à prolongada precariedade vivida, ao longo de anos. A Federação aguarda ainda o início de negociações que permitam resolver os diversos problemas que temos vindo a sinalizar, mas que continuam sem qualquer avanço efetivo na sua resolução.

Consideramos, ainda, que a estabilidade e a previsibilidade são condições essenciais para o bom funcionamento das escolas e para a valorização efetiva das carreiras dos profissionais da Educação. As escolas exigem uma resposta robusta e imediata ao envelhecimento dos profissionais da Educação, à carência de recursos humanos especializados e à falta de apoio técnico e psicológico.

Durante o exercício do seu mandato anterior, o Ministro Fernando Alexandre evidenciou disponibilidade para o diálogo com os representantes dos trabalhadores da educação. É neste enquadramento que a FNE encara a sua recondução com uma expectativa construtiva, esperando que seja dada continuidade aos processos negociais em curso e se concretizem respostas urgentes às reivindicações da FNE, que refletem a necessidade de promover uma educação de qualidade, valorizando os profissionais que nela atuam e assegurando condições equitativas e justas para todos os trabalhadores da Educação.

A FNE reafirma, por isso, a sua total disponibilidade para um diálogo sério, exigente e responsável, orientado para a resolução dos problemas estruturais que há muito comprometem a qualidade do sistema educativo.

Neste contexto, e conforme estabelecido no Roteiro da FNE para a Legislatura 2025–2029, destacamos algumas medidas que consideramos como prioritárias:

• Valorização das Carreiras: Docente; Investigação; Pessoal de Apoio Educativo, assegurando estabilidade, previsibilidade, reconhecimento profissional e salarial;

• Reforço da atratividade da profissão docente, através de condições salariais e de trabalho dignas e motivadoras;

• Abertura de processos negociais para a consideração de todo o tempo de serviço dos docentes, corrigindo as distorções introduzidas na recomposição de carreira ocorrida entre 2007 e 2010;

• Combate à precariedade, com abertura de concursos para a vinculação efetiva de docentes e técnicos que respondem a necessidades permanentes do sistema;

• Melhoria urgente das condições de trabalho nas escolas, com investimento na modernização das infraestruturas e reforço dos recursos humanos e técnicos;

• Redefinição da formação inicial e contínua dos professores, garantindo qualidade, atualização e articulação com os desafios das práticas pedagógicas;

• Redução da carga burocrática e administrativa, que impede os docentes de se concentrarem na sua missão educativa;

• Implementação de um regime de aposentação justo e adaptado às especificidades do desgaste da profissão docente;

• Simplificação, integração e modernização das estruturas e plataformas tecnológicas, com vista à automatização e agilização de procedimentos administrativos, facilitando a obtenção, submissão e partilha de informação documental. Esta transformação digital deverá libertar as escolas e os docentes de tarefas redundantes, garantindo maior eficiência, acesso imediato à informação e permitindo ao MECI o acompanhamento em tempo real das necessidades, recursos e dinâmicas de cada escola e respetivos profissionais.

A FNE manter-se-á, como sempre, atenta, atuante e determinada na defesa dos profissionais da educação. Esperamos que esta legislatura seja marcada pela vontade política necessária para resolver os problemas que têm limitado o pleno desenvolvimento do nosso sistema educativo.

A Educação em Portugal exige investimento, liderança e reconhecimento. Exige, acima de tudo, um compromisso político claro e inabalável com o futuro coletivo do país.

Porque uma democracia forte constrói-se com uma Educação de qualidade!

DIA MUNDIAL DOS OCEANOS

8 de junho de 2025











Maravilha:
sustentando o que nos sustenta



SYZN · SPZC · SDP SUL · SDPA · SPCL · STAE · fne · aflet

"Maravilha: sustentando o que nos sustenta" foi o mote no Dia Mundial dos Oceanos

8 de junho marca o dia em que o mundo celebra o papel e as atenções que os oceanos precisam da humanidade.

A FNE associou-se a esta data, com o propósito de dar visibilidade ao papel fundamental que os oceanos desempenham na proteção da vida no nosso planeta e chamar a atenção da humanidade para as agressões permanentes que o nosso principal "pulmão" sofre com as mudanças de temperatura decorrentes das mudanças climáticas.

Estima-se que estejam já depositados nos oceanos mais de 150 milhões de toneladas de plástico representando um grave risco para a saúde do mundo marinho e para a humanidade.

Uma outra agressão aos oceanos prende-se com as descargas de esgoto bruto e derramamentos de combustível que continuam a poluir grande parte dos oceanos.

A FNE e a AFIET, seguindo ações de intensificação da sua pegada ecológica, deixam mais um apelo a toda a comunidade educativa para elevar a voz para uma maior consciencialização sobre a importância de cuidar de um ecossistema que produz 50% do oxigénio do nosso planeta e absorve 30% do dióxido de carbono produzido.





CONSULTA NACIONAL

Sobre a Carreira Docente e as condições de exercício profissional, no termo do ano letivo 2024/2025

13 a 27 de junho 2025

SYZN · SPZC Sindicato dos Professores da Zona Centro · SPGL Grande Lisboa · SDPSul · SDPA Sindicato Democrático dos Professores dos Açores · SPM Madeira · SPCL Sindicato dos Professores das Comunidades Lusíadas | fne · aflet

FNE/AFIET promoveram Consulta Nacional sobre a carreira docente e condições de trabalho

A FNE e a AFIET – Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho promoveram entre 13 e 27 de junho uma nova Consulta Nacional a todos os docentes dos ensinos básico e secundário, sobre a carreira docente e o seu desenvolvimento, bem como sobre as condições de trabalho ao longo do ano letivo de 2024/2025 que agora está a terminar.

A consulta esteve disponível para participação online nos sites e redes sociais da FNE e da AFIET.

Esta consulta debruçou-se sobre as seguintes dimensões: Bem-estar e desenvolvimento profissional, condições de exercício profissional, as novas ferramentas digitais e o ensino e indisciplina em contexto escola e formação contínua.

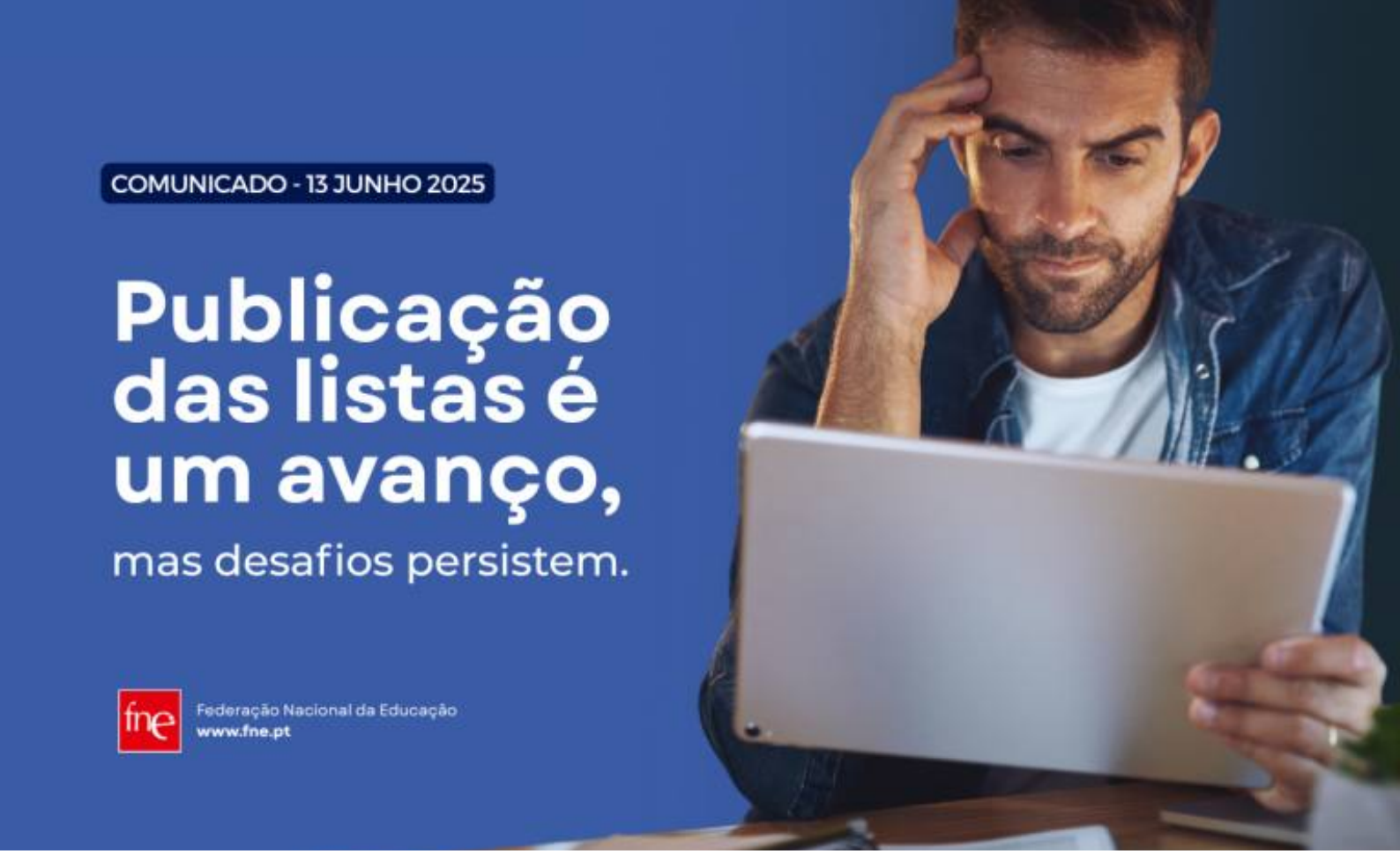
No inquérito respeitante ao ano letivo 2023-2024 concluía-se que "a maioria dos educadores e professores portugueses gostam da sua profissão, desejam continuar a trabalhar como docentes, por ser do que gostam de fazer, mas sentem que a sociedade não tem um reconhecimento positivo do seu trabalho, considerando ainda que não têm uma remuneração que corresponda ao nível das qualificações e competências que lhes são exigidas".

Estes aspetos voltaram a integrar o questionário deste ano, no sentido de perceber se existem alterações de perceção nas respostas dos respondentes.

A FNE e a AFIET apresentarão os resultados no final do mês de julho.

A primeira consulta nacional da FNE/AFIET sobre a carreira docente e condições de trabalho dos docentes portugueses ocorreu no final do ano letivo de 2020-2021.





Para a FNE "Publicação das listas é um avanço, mas desafios persistem"

A FNE registou de forma positiva a antecipação, face a anos anteriores, da publicação das listas de colocações de educadores e professores.

Importa salientar que, no ano passado, estas listas foram divulgadas a 11 de julho, pelo que este ano se verifica uma antecipação de quase um mês e que foi a FNE quem, de forma persistente, reivindicou junto do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) a divulgação dos resultados até ao final de maio ou início de junho. Por isso, é fundamental continuar a aperfeiçoar o sistema de concursos, de forma a garantir a previsibilidade e a estabilidade do processo concursal.

Em comunicado, a FNE reforçou que "tem vindo, há muito, a defender uma gestão mais eficiente dos concursos, com prazos mais ajustados, que permitam a todos os educadores e professores conhecer atempadamente a sua situação profissional. Só assim poderão planear a sua vida pessoal e familiar com serenidade, evitando situações de angústia e decisões precipitadas, e permitindo, em simultâneo, que as escolas possam preparar com qualidade o início do ano letivo".

Segundo a FNE “é também positivo que mais de 6 mil docentes (quase 6200) tenham ingressado nos quadros, valor que somado às vinculações registadas em anos anteriores, designadamente às quase 15 mil vinculações entre 2023 e 2024, se torna substancial demonstrando a dimensão excessiva da precariedade existente na profissão”.

A FNE registou também como positivo que cerca de 15 mil docentes dos quadros tenham conseguido, no âmbito do concurso interno, mudar de escola ou de quadro de zona pedagógica. Esta mobilidade vem certamente ao encontro do desejo de muitos docentes de trabalhar numa escola mais próxima das suas residências ou naquela com a qual mais se identificam em termos de projeto educativo.

Sendo globalmente positivos os dados agora divulgados, nomeadamente o número acumulado de vinculações nos últimos três anos, a FNE considera que estes continuam a ser insuficientes para responder plenamente às necessidades das escolas.

A Federação antecipa, por isso, que continuará a haver recurso a medidas extraordinárias cuja normalização não pode ser aceite, como o uso excessivo de horas extraordinárias ou a colocação de candidatos sem qualificação profissional adequada. Estas práticas, que lamentavelmente se mantêm como solução recorrente, comprometem a qualidade e a estabilidade do ensino.

Foram já detetadas algumas falhas, que nos foram feitas chegar, que carecem de análise rigorosa e eventual correção.

A FNE continuará atenta a todos os desenvolvimentos do concurso, exigindo a correção de eventuais injustiças e reafirmando a necessidade de um sistema de colocação transparente, estável e previsível.



Programa do Governo é "repetição de promessas já feitas no passado e não concretizadas"

A FNE, ao tomar conhecimento do Programa do XXV Governo Constitucional, que, no que respeita ao setor da Educação, apresenta um conjunto de intenções e objetivos, verificou que este constitui uma repetição de promessas já feitas no passado e não concretizadas, assim como a ausência de medidas estruturantes que respondam aos problemas mais urgentes do sistema educativo.

Em comunicado enviado às redações, a FNE sublinhou que "este Programa do Governo resulta de um programa eleitoral previamente sufragado nas eleições, ao qual, entretanto, foram integradas propostas oriundas dos partidos da oposição. Trata-se, portanto, de um documento que, através da discussão parlamentar e em função do equilíbrio entre os partidos que apoiam o Governo e os da oposição, ainda deverá sofrer alterações".

É, por isso, segundo a FNE, "nosso dever, enquanto representantes dos profissionais da educação, reagir com responsabilidade, mas também com a necessária firmeza crítica às propostas apresentadas", exortando o Governo e os partidos com assento parlamentar a introduzirem as alterações que a Federação considera essenciais para a valorização dos professores, destacando o seguinte:

Revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD)

Embora o compromisso de revisão do ECD possa representar uma oportunidade para resolver problemas que a FNE tem vindo a denunciar, carece de uma calendarização concreta e urgente, assim como de clareza quanto ao que se pretende efetivamente alterar. A promessa de tornar a carreira "mais atrativa, transparente e equitativa" é demasiado vaga e não garante a contabilização do tempo de serviço perdido nas transições de carreira, a resolução das desigualdades acumuladas, nem a aplicação de tais medidas num curto prazo, de forma a resolver, com qualidade, o problema da falta de Professores.

A FNE rejeita qualquer revisão do ECD que ponha em causa direitos adquiridos ou que aprofunde a precariedade.

A supressão das quotas no acesso aos 5.º e 7.º escalões é positiva, mas exigimos garantias da sua rápida concretização, e não meras intenções para "até ao final da legislatura".

Consideramos igualmente positiva a atualização "em alta" dos primeiros escalões remuneratórios, mas sublinhamos que será insuficiente se não for acompanhada de uma valorização transversal de toda a carreira.

Desburocratização e autonomia docente

É uma proposta recorrente em discursos políticos, mas sem medidas concretas perde credibilidade. A FNE exige um plano de ação claro para reduzir a carga administrativa que retira tempo ao ensino e à aprendizagem. Além disso, "dar autoridade" não pode ser apenas simbólico, requerendo a produção de legislação protetora e formação adequada.

Formação contínua e autonomia das escolas

A adequação da formação contínua às necessidades dos docentes é um princípio que a FNE defende, mas a autonomia das escolas não pode servir de pretexto para a desresponsabilização do Estado quanto ao financiamento, qualidade e equidade da formação. Exige-se um reforço claro do investimento público e o envolvimento das organizações sindicais na definição de prioridades formativas.

Revisão das habilitações para a docência e profissionalização em serviço

A FNE alerta para o risco de facilitar o acesso à profissão sem garantir qualidade formativa, o que pode desvalorizar a carreira docente e prejudicar a qualidade das aprendizagens. A "adequação às necessidades do sistema" não pode significar precarização ou diminuição das exigências. A profissionalização em serviço deve ser rigorosamente regulada.

Contratos-programa com IES para responder à falta de professores

É essencial planear com visão estratégica, mas a FNE sublinha que este planeamento deve começar pela valorização efetiva da profissão, pois só assim se atrairão novos candidatos que, à saída do Ensino Secundário, terão que estar convencidos de que vale a pena investir 5 anos de formação superior para tentar ingressar nesta carreira. Sem resolver as causas da saída e desmotivação dos atuais professores, a resposta futura será sempre limitada.

Referencial para Avaliação do Desempenho Docente

A FNE considera imprescindível uma profunda revisão do atual modelo de avaliação, mas com base em princípios de justiça, simplificação e valorização formativa. Qualquer referencial deverá ser negociado com os sindicatos e não pode continuar a alimentar desigualdades nem a depender de mecanismos administrativos criadores de injustiças e que pretendem apenas limitar/controlar as progressões na carreira, sem qualquer preocupação com a melhoria das práticas.

Melhoria do sistema de colocação de docentes

A proposta apresentada é genérica e desconsidera que a instabilidade profissional e a mobilidade forçada são fatores críticos para a escassez de professores. A FNE defende a implementação de um regime de concursos que assegure estabilidade, previsibilidade e respeito pela vinculação de todos os docentes com horários anuais e completos. É essencial garantir um tratamento justo, com critérios uniformes, através de concursos a nível nacional que respeitem a graduação profissional dos candidatos.

Estatuto do Diretor e remuneração indexada ao topo da carreira

A FNE reconhece a importância da valorização do cargo de Diretor, dada a sua relevância na liderança pedagógica e na gestão das escolas. Contudo, defende que essa valorização deve ser enquadrada numa perspetiva global de valorização das funções de liderança no contexto escolar e não pode ser feita à custa da fragmentação da carreira docente.

Nesse sentido, é essencial que a valorização do Diretor seja acompanhada por uma política consistente de reconhecimento e dignificação das lideranças intermédias, como os coordenadores de departamento, coordenadores de estabelecimento, diretores de turma, entre outros. Estes profissionais assumem responsabilidades fundamentais para o funcionamento das escolas e para a promoção do sucesso educativo, devendo por isso ver reconhecido o seu papel através de condições de trabalho adequadas, estabilidade, tempo específico para o exercício das funções e compensações justas.

A FNE reafirma que a construção de uma liderança pedagógica eficaz nas escolas depende da valorização articulada e equilibrada de todos os cargos de liderança, assegurando o respeito pela unidade da carreira docente e pela justiça profissional.

Tolerância zero à indisciplina e violência nas escolas

A FNE apoia o combate firme à indisciplina e violência, mas recusa soluções simplistas e burocráticas. É necessário um investimento sério em equipas multidisciplinares, formação contínua específica e reforço dos recursos humanos. A simplificação de processos não pode significar a desresponsabilização das entidades competentes. Consideramos urgente a revisão do Estatuto do Aluno e Ética Escolar, estabelecido pela Lei n.º 51/2012.

Consulte aqui o Programa do XXV Governo



FNE lamentou divulgação do exame de Matemática do 9º ano

Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE, comentou no Primeiro Jornal da SIC de 23 de junho de 2025, a questão da divulgação do exame de Matemática do 9º ano nas redes sociais: "Seria perfeitamente possível com outros enunciados, outras questões e de outra forma, garantir a monitorização, não colocando nunca em causa os fatores pedagógicos", afirmou Pedro Barreiros.

O Ministério da Educação lamenta, mas diz que a divulgação não afeta a validade da prova, que pela primeira vez foi realizada em formato digital.

O Secretário-Geral da FNE já se tinha expressado na manhã daquele dia, no seu blog no site da FNE, sobre este tema (link para https://fne.pt/pt/blog/go/a-escola-publica-merece), lembrando que "concentrar o debate apenas na 'fuga de informação' seria perder de vista o verdadeiro problema: a estratégia errada do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) de reutilizar itens da mesma prova em anos consecutivos e, consequentemente, não tornar pública a prova".



Pedro Barreiros na Conferência "Educação e Futuro"







O Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, marcou presença na Conferência "Educação e Futuro" promovida pela Fundação Belmiro de Azevedo, na tarde de 26 de junho de 2025, em Lisboa, no Técnico Innovation Center.

Este evento teve a presença do Ministro da Educação, Ciência e Inovação, Fernando Alexandre, que encerrou a conferência, assim como de vários painéis de debate em que se destaca o referente ao tema "Políticas públicas para o futuro da Educação", que contou com a participação de quatro ex-ministros da educação: Isabel Alçada, Maria de Lurdes Rodrigues, David Justino e Nuno Crato, com a moderação do jornalista da RTP, Carlos Daniel.

Esta Conferência, que contou com a participação de vários nomes ligados ao setor da educação, permitiu conhecer de forma pública o primeiro grande relatório anual produzido pela Fundação Belmiro de Azevedo “Balanço Anual da Educação 2025“.

O relatório propicia a análise de um conjunto de dados sobre o sistema educativo português – da Educação Pré-escolar ao Ensino Superior – com indicadores de equidade, empregabilidade e rendimentos, numa perspetiva analítica e de projeção de futuro, acompanhado de séries retrospetivas a cinco anos.

Consulte aqui o Relatório - https://balancoeducacao.edulog.pt/2025/index.html



FNE reclamou mais vagas para o concurso interno de docentes das EPERP

A 3 de junho de 2025 a FNE enviou ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) um ofício em que reclamava mais vagas para o concurso interno de docentes das Escolas Portuguesas no Estrangeiro da Rede Pública (EPERP) para o ano letivo de 2025/2026.

A posição da FNE, justificava-se no texto, ganhou mais força após docentes do Ensino Português no Estrangeiro, em particular da Escola Portuguesa de Cabo Verde - Centro de Ensino e da Língua Portuguesa (EPCV-CELP) terem contactado a federação, demonstrando a sua enorme preocupação relativamente ao número de vagas publicado na Portaria n.º 361-A/2025/2, de 23 de maio.

Após uma análise profunda da situação, a FNE avançou com um pedido à tutela de alteração desta portaria.

No ofício enviado ao MECI, a FNE expõe as razões que justificam a necessidade desta alteração, uma vez que a Portaria em questão atribui à Escola Portuguesa de Cabo Verde — Centro de Ensino e da Língua Portuguesa (EPCV-CELP) 71 vagas para o Concurso Interno e apenas 1 vaga para o Concurso Externo.

No entanto, a EPCV-CELP havia solicitado um total de 90 vagas, sendo assim incompreensível a discrepância verificada. As vagas atribuídas revelam-se claramente insuficientes face às necessidades permanentes da Escola.

Mais relembra a FNE que, no corrente ano escolar, a EPCV-CELP conta com 104 docentes, todos com horários completos e muitos professores com horas extraordinárias, não estando a beneficiar das reduções da componente letiva prevista no artigo 79.º do ECD.

A FNE foi também contactada por docentes de outras Escolas portuguesas no estrangeiro da rede pública do MECI, alertando para o facto de haver uma clara desadequação entre as vagas abertas para os Concursos Interno e Externo e as reais necessidades das escolas.

Face a estas preocupações, que a FNE considera legítimas, ficou reforçada, junto do MECI, a necessidade urgente de proceder a uma reavaliação das vagas abertas para os Concursos Interno e Externo, de modo que dê uma resposta adequada e positiva às necessidades das EPERP e a garantir que as Escolas disponham dos recursos necessários para cumprir a sua missão de promoção do ensino e da difusão da língua e da cultura portuguesas no mundo.



FNE defendeu um virar de página no Ensino Português no Estrangeiro

A FNE enviou a 13 de junho de 2025, ao Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, um ofício em que defende a necessidade de compromisso e de ação no Ensino Português no Estrangeiro (EPE).

Para a FNE, o EPE não pode nem deve estar unicamente direcionado para o ensino do português como língua estrangeira, nem sujeito a uma gestão meramente tecnocrática, marcada por uma lógica excessivamente economicista.

Este compromisso e ação devem incidir no fim da discriminação do ensino paralelo, num ensino gratuito e de qualidade, na valorização dos professores, numa avaliação justa e na urgente revisão do Regime Jurídico do EPE.

No ofício, a FNE recorda que o sistema de EPE foi criado para transmitir aos filhos dos trabalhadores portugueses emigrados os conhecimentos de língua e cultura portuguesas necessários à preservação da ligação afetiva, linguística e cultural a Portugal.

Contudo, desde que passou para a tutela do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, aqueles cursos foram progressivamente transformados em cursos de Português como Língua Estrangeira, em conformidade com a orientação daquele instituto, cujos responsáveis defenderam repetidamente que, para que a língua portuguesa fosse reconhecida no estrangeiro, teria de ser ensinada como língua estrangeira.

Para a FNE, esta mudança de paradigma promoveu uma ideologia segundo a qual professores, pais e alunos foram levados a acreditar nas vantagens de um certificado de proficiência linguística que, na prática, apenas atesta as competências dos alunos portugueses e lusodescendentes na vertente de Português como Língua Estrangeira.

No entanto, esse certificado não é reconhecido por nenhum sistema de ensino europeu, nem é útil para a eventual continuidade de estudos em estabelecimentos de ensino básico, secundário ou superior em Portugal.

Com a introdução, em 2013, da taxa/propina de frequência no EPE, apresentada como uma vantagem, dado que as provas de certificação passariam a ser gratuitas, perderam-se cerca de 18 mil alunos devido ao encerramento de cursos, uma vez que muitos encarregados de educação recusaram efetuar o pagamento exigido.

A propina de frequência foi aplicada única e injustamente aos alunos portugueses e lusodescendentes, especialmente na Alemanha, Suíça e Reino Unido, onde as aulas de português decorrem fora do horário escolar regular, no chamado ensino paralelo.

Já em França, Espanha, Bélgica, África do Sul, Luxemburgo, Namíbia e Essuatíni, onde geralmente as aulas ocorrem dentro do horário escolar e com uma elevada percentagem de alunos sem nacionalidade portuguesa, foi permitida a isenção de pagamento.

Os alunos destes países continuam, até hoje, a beneficiar de um ensino gratuito e de qualidade superior àquele ministrado no ensino paralelo, onde existem turmas com alunos de três ou mais níveis de escolaridade.

A FNE sublinha que, tal como os cidadãos em território nacional, também os portugueses residentes no estrangeiro estão cansados de promessas não cumpridas e da qualidade insatisfatória dos serviços públicos.

O ensino da língua e cultura portuguesas, que sempre teve importância primordial para os portugueses emigrados, tem sido alvo de desinvestimento e desvalorização, contando atualmente com menos de metade da dimensão que tinha em 2010.

O presente ano letivo de 2024/2025 termina com um total de 317 professores a nível mundial e cerca de 38 500 alunos, muitos dos quais não são de origem portuguesa. Muitas crianças e jovens portugueses e lusodescendentes que, pelas razões já referidas, deixaram de frequentar as aulas da sua língua e cultura de origem, às quais têm direito constitucional, afastar-se-ão progressivamente da nossa língua e cultura. Para a FNE, está em causa a nossa portugalidade e a nossa presença no estrangeiro.

Neste novo ciclo político, compete ao Governo garantir aos filhos dos trabalhadores portugueses emigrados um ensino gratuito, presencial e de qualidade da sua língua e cultura de origem, adotando medidas que visem corrigir erros do passado e instituir melhores condições no presente e para o futuro. É hora de virar a página no EPE.

Deste modo, a FNE defende que deve ser dada prioridade à valorização dos professores de português no estrangeiro, pois são eles que mantêm viva a nossa língua e cultura além-fronteiras. Tal não poderá ser concretizado com salários estagnados desde 2009 e com condições de trabalho que roçam o inaceitável, como deslocações diárias superiores a 300 quilómetros e a necessidade de lecionar, semanalmente, alunos do primeiro ao décimo segundo ano, sem qualquer redução de horário ou compensação.

Para a FNE, não se atraem professores para o EPE recusando-lhes o pagamento dos subsídios de instalação e de regresso, previstos na lei, mas atribuídos apenas a leitores e coordenadores de ensino e, ao mesmo tempo, exigindo-lhes intermináveis tarefas burocráticas que lhes retiram o tempo necessário à preparação das aulas.

A estes fatores acresce uma avaliação de desempenho injusta e fortemente discriminatória, que carece de urgente revisão. É igualmente imprescindível promover uma reflexão crítica sobre as condições em que tal revisão é realizada.

Urge também rever o Regime Jurídico do EPE, constante do Decreto-Lei n.º 65-A/2016, de 25 de outubro, extremamente desatualizado e com disposições que remontam a 1998, altura em que vigorava o regime de destacamento, e que já não são aplicáveis à situação atual.

No parecer da FNE é indispensável promover um debate alargado que vise melhorar, renovar e dignificar o ensino português no estrangeiro, seja na vertente de língua de origem e identitária, seja como língua estrangeira.

A FNE e o seu Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas (SPCL) desejam, por esta via, reafirmar a sua total disponibilidade para iniciar processos negociais efetivos e produtivos, que não têm lugar desde 2019, que respeitem o trabalho dos professores e respondam às suas legítimas reivindicações.

Para a FNE, não é possível, a menos que a intenção seja extinguir o EPE ou reduzi-lo à sua expressão mínima, manter os atuais procedimentos e continuar a adiar decisões. Se existe um verdadeiro desejo de garantir um futuro digno para o EPE, é necessário assumir um compromisso político firme para que esse objetivo seja concretizado.

Uma educação de qualidade é tão importante para as crianças e jovens que vivem em Portugal como para aqueles que residem no estrangeiro, mas que desejam manter a sua ligação cultural, linguística e afetiva ao seu país, ao nosso país.



FNE solidária contra os ataques à educação nos EUA

A Federação Nacional da Educação (FNE) e os seus sete sindicatos de professores e três sindicatos de trabalhadores de apoio educativo manifestaram a sua solidariedade para com os educadores dos Estados Unidos da América, que se erguem contra os ataques à Educação e à Democracia no seu país.

A solidariedade da FNE dirige-se à Associação Nacional de Educação (NEA) e à Federação Americana de Professores (AFT) e seus membros, em reconhecimento da sua luta por escolas públicas de qualidade, direitos civis e democracia, contra os ataques sistemáticos ao setor da educação.

Como membro integrante da Internacional da Educação (IE), a FNE acredita que a solidariedade sindical é a resposta mais forte e adequada contra os ataques aos direitos civis, aos direitos humanos, aos direitos sindicais e a todas as prepotências que possam ameaçar as nossas escolas, os nossos estudantes e a Democracia.

A desinformação ameaça permanentemente as nossas sociedades e a Democracia. É por isso que temos de sensibilizar para o perigo da desinformação nas nossas escolas e aumentar a literacia mediática nos currículos escolares.

Aceitar as redes sociais sem filtros adequados é simplesmente ignorar os fundamentos da Democracia. É abdicar do respeito pelo outro; do respeito pela Paz e pela Diversidade; do respeito pela Solidariedade, pela Justiça e pela Dignidade Humana.

Desrespeitar ou ignorar o jornalismo sério é desrespeitar a Democracia. A literacia e a educação para os media são hoje fundamentais nas nossas escolas. É por isso que a FNE insiste, nos seus documentos políticos, em recordar a "Declaração sobre a promoção da cidadania e dos valores comuns de liberdade, tolerância e não discriminação através da educação" - Paris, Conselho Europeu, 17 de março de 2015.

Duas ações são recomendadas nesse importante documento:

- Garantir que as crianças e os jovens adquiram competências sociais, cívicas e interculturais, através da promoção dos valores democráticos e dos direitos fundamentais, da inclusão social e da não discriminação, bem como da cidadania ativa;
- Reforçar o pensamento crítico e a literacia mediática, nomeadamente na utilização da Internet e das redes sociais, de modo a desenvolver a resistência a todas as formas de discriminação e doutrinação.

A solidariedade derrotará a prepotência e defenderá a Democracia.

Pedro Barreiros
Secretário-Geral da FNE (Portugal)







SPZC inaugurou galeria de presidentes

O mais antigo e maior sindicato de docentes do centro do país expõe publicamente um conjunto de fotos de quem liderou a estrutura desde a sua criação.

A extensa e rica história que o SPZC foi construindo desde 1974, ano do seu aparecimento, ganha agora um novo registo com a instalação da galeria de presidentes que lideraram as várias direções.

Desde a sua constituição, em maio de 1974 e até 1977, o SPZC foi gerido localmente pelos seus executivos distritais.

Só aquando do seu primeiro processo eleitoral, em 1977, foi eleito o seu primeiro presidente, João Bento Raimundo, que assumiu os destinos do sindicato até 1980.

Seguiu-se Laurindo Pereira Agreira, até 1982, e Jorge António Lima Saraiva, até 1983, ano em que foi eleito Renato Macedo d'Ávila, que ocupou o cargo até 1989.

No período de 1989 a 1995 foi novamente João Bento Raimundo que ocupou o cargo. Em 1995, o SPZC elege como novo presidente José Ricardo Coelho, naquele que foi o mais longo período sob a mesma liderança, tendo terminado em 2023.

No entanto, em 2020, o atual presidente Manuel Teodósio Martins Henriques ocupou o cargo de "presidente em exercício" até 2023, ano em que foi formalmente eleito para um mandato de quatro anos.

A inauguração da galeria decorreu em 12 de junho de 2025, na sede, à rua Antero de Quental, em Coimbra. Cada uma das delegações terá também uma réplica da mesma galeria.

SDPMadeira celebrou o 35º aniversário

O Sindicato Democrático dos Professores da Madeira (SDPM) celebrou a 19 junho de 2025 o 35º aniversário da sua constituição.

O SDPM é uma associação sindical representativa de docentes de todos os níveis de ensino, investigadores científicos e formadores profissionais, orientado por valores e referencias como o sindicalismo democrático e a liberdade sindical, cujo âmbito territorial se circunscreve à Região Autónoma da Madeira.

A Constituição, em 1990, do Sindicato Democrático dos Professores da Madeira significou a abertura de um espaço de participação livre e de afirmação profissional, para um grande número de docentes que até então não se revia no pensamento e na ética revolucionária orientadora do sindicato único.

Com a fundação do SDPM, o quadro da participação negocial na Região Autónoma da Madeira ganhou verdadeiros contornos democráticos, procurando-se colocar nas negociações o interesse público do sistema educativo, a par da defesa dos direitos a aspirações profissionais dos docentes, sem descurar a centralidade que os alunos têm de ocupar no sistema educativo.

A intervenção do SDPM a nível nacional e internacional tem sido principalmente assegurada pela participação da FNE – Federação a que o SDPM aderiu desde a sua fundação – cujos princípios identitários igualmente defende.

Por via da FNE, o SDPM integra-se na UGT e em organizações sindicais internacionais amplamente representativas de trabalhadores da Educação em todo o mundo, como a IE – Internacional da Educação e o CSEE – Comité Sindical Europeu da Educação.

Saiba mais sobre o SDPM em
https://sdpmadeira.pt/pt/





5 de junho de 1995 – FNE promoveu uma grande jornada pela valorização dos trabalhadores da Educação

Milhares de trabalhadores da Educação de todo o país, convocados pela FNE, concentraram-se no dia 5 de junho de 1995 – há precisamente 30 anos - em frente ao Ministério da Educação, para gritarem a sua indignação perante a prepotência do Ministério.

A LEI É PARA CUMPRIR foi o "slogan" que mais vezes se ouviu, ao lado de outros que reivindicavam SEM EDUCADORES NÃO HÁ EDUCAÇÃO ou ainda NÃO À IMPOSIÇÃO! SIM À NEGOCIAÇÃO, na primeira grande iniciativa de rua que a FNE lançou autonomamente para dar voz às suas reivindicações.

No final da manifestação, foi aprovada por aclamação uma moção em que os presentes afirmavam a sua exigência de que "o Ministério da Educação adopte uma nova atitude em relação às organizações sindicais do setor, que privilegie a negociação e a concertação, sem o que não haverá condições para que o trabalho nas escolas decorra em normalidade".

Em frente ao Ministério da Educação, os manifestantes estiveram acompanhados pelo Secretário-Geral da UGT, João Proença, e pelo Presidente da UGT, Pereira Lopes, para além de outros dirigentes desta central sindical. Na altura, ficou bem patente que "se chegou ao fim do caminho com esta ministra" (Manuela Ferreira Leite).

Numa alocução várias vezes interrompida por todos os manifestantes, Manuela Teixeira – que era a Secretária-Geral da FNE - fez a apresentação das "pequenas grandes coisas" de que a Ministra da Educação se tem esquecido, pondo em causa "um esforço pela educação feito por governos deste Primeiro-Ministro", lembrando que o Governo será julgado em Outubro também pelas promessas que fez e não cumpriu.

Manuela Teixeira estava a aproveitar a oportunidade para comentar o desabafo da ministra em comentários desse dia à Rádio Renascença, em que se queixava de nunca ter contado com o apoio da FNE em todo o seu mandato.

Manuela Teixeira respondeu que **as organizações sindicais não existem para apoiar ministros ou governos, mas para procurar, pela via do diálogo e da negociação, a defesa dos trabalhadores que representam.**

Continuou dizendo que das organizações sindicais só se pode esperar que apoiem - isso sim - os acordos a que chegarem e não os governos ou os ministros com quem negoceiam.

“Esta Ministra da Educação já não tem legitimidade para fazer mais nada, já que tem contra ela os professores, os técnicos Administrativos e auxiliares da educação, os pais, os alunos, a sociedade em geral” - concluiu a Secretária-Geral da FNE. Por isso, Manuela Teixeira aconselhou-a: "Não faça mais nada até Outubro!". Assim, exortou o Primeiro-Ministro a não agendar para Conselho de Ministros mais nenhuma proposta legislativa da responsabilidade desta Ministra.

A terminar a manifestação, João Proença – o secretário-geral da UGT à época - lembrou que será responsabilidade do próximo Governo "dialogar e concertar e ter uma política que garanta aos jovens um ensino que os prepare para o futuro."







Na sua intervenção, o Secretário-Geral da UGT acusou o Governo de não ter política para a Educação e subscreveu as críticas de que o Executivo não cumpriu as promessas assumidas na área da Educação.

A realização desta manifestação seguiu-se ao IV Congresso da FNE, que tinha reunido na Exponor, em Matosinhos, em 19, 20 e 21 de abril desse ano, sob o lema "Investir na Educação é ganhar o futuro".

Na abertura deste Congresso, a Secretária-Geral da FNE já tinha sido extremamente crítica da ação do Ministério de Manuela Ferreira Leite (que esteve em funções entre 7 de dezembro de 1993 e 28 de outubro de 1995), ao dizer "Atrevo-me mesmo a dizer que o que ficará do seu mandato é a imagem de um governante que governou contra os professores, contra os alunos, e, sobretudo, contra a educação".

Imediatamente após o Congresso, a FNE remeteu ao Primeiro-Ministro – Cavaco Silva – um pedido de reunião para exigir o desenvolvimento dos processos negociais que visavam a regulamentação de múltiplos aspetos do Estatuto da Carreira Docente, sistematicamente impedidos pela Ministra da Educação. Recorda-se que o Estatuto da Carreira Docente – em vigor desde 1989 -, tinha muitas matérias de valorização da carreira docente por regulamentar. Embora o anterior Ministro da Educação, António Couto dos Santos, tenha tido uma ação política de concretização de várias das medidas que constavam daquele Estatuto, havia muitas outras que tinham ficado sem solução, e que a nova Ministra da Educação ignorava.

O Primeiro-Ministro não correspondeu ao pedido da FNE e as declarações públicas da FNE acentuaram a dureza das críticas ao Ministério da Educação, a que se juntou a realização de um conjunto de plenários em todo o país, das quais resultou o envio de telegramas ao Primeiro-Ministro e à Ministra da Educação – Professores estão indignados com a frustração das suas expetativas.

Logo a seguir, nas eleições de 1 de outubro de 1995, o PS ganha as eleições, com 43,76% dos votos (112 deputados), ficando o PSD de Fernando Nogueira com 34,12% dos votos (88 deputados). No Governo que resulta destas eleições, o novo Ministro da Educação foi Eduardo Marçal Grilo.


fne
Investir
NA EDUCAÇÃO
Garantir
O FUTURO
WWW.FNE.PT



Panorama escolar da Beira Alta Raiana

Nos anos 60/70, no seguimento de outras medidas anteriores, o país tinha uma rede escolar relativamente curta para o número de indivíduos em idade escolar. Fazer notar que a Escolaridade obrigatória até ao ano 1973 (Lei de Bases do Sistema Educativo – Veiga Simão) era tão só o 8º ano. Porém é mais que sabido que embora fosse escolaridade obrigatória, até à revolução de 1974, isto não era cumprido (porque não havia como o fazer com o escasso número de docentes para os níveis acima da "famosa 4ª Classe). Importante era que o povo soubesse LER, ESCREVER E CONTAR.

A debandada pela emigração nos anos 60, levou a que muitos tenham emigrado ainda analfabetos. E muitos casos, alguém escrevia as cartas para o marido na França; alguém lá na França lia a carta; depois um que soubesse escrever escrevia a resposta, e deste lado outro alguém a leria (teremos hoje com a vaga migrante provavelmente situações semelhantes – agora como país que acolhe).

Tendo em conta que o país tinha cerca de 300 concelhos; e tão só 23 LICEUS (um em cada capital de distrito) e outras tantas Escolas Industriais. A oferta era mesmo exígua – não deixando talvez de comportar/acomodar as necessidades à época.

Os alunos que pretendessem frequentar o ensino secundário teriam que o fazer com grande sacrifício (ou porque se tinham que deslocar diariamente para a capital de Distrito; ou alugando um quarto nas condições consideradas na altura como as dignas/suficientes). Os transportes da maioria dos concelhos para a Guarda não se faziam, a não ser em alguns dias da semana.

Passámos de uma época (anos 60 e 70) de muita população em meio rural, em que as escolas de Primeiro Ciclo estavam espalhadas por todas as aldeias de dimensão média para cima (mas sem oferta formativa de proximidade; a não ser pontualmente a Tele Escola); passámos assim para uma oferta mais alargada disponível em todos os concelhos de ensino até ao 12º ano.

Há que ressalvar, que em parte destes territórios (Sabugal/Almeida/Figueira de Castelo Rodrigo), que ainda sem resposta do poder central (anos 60 a 90) para suprir as necessidades, tiveram neste particular um papel muito importante os "padres e beneméritos" desta região raiana. Sabugal; Vilar Formoso; Almeida e Figueira de Castelo Rodrigo; quatro escolas privadas com paralelismo pedagógico. Tivemos ainda neste território, duas escolas de referência: Externato do Soito (privado) e Colégio da Cerdeira (este pertencente a uma "obra da igreja" com internato para o sexo feminino até ao 9ºano).

Faça-se notar que para este território, e para este período (anos 60 a anos 90), houve famílias que tiveram soluções externas ao território, nomeadamente a colocação em colégios e seminários – a título de exemplo, só da Aldeia da Ponte, Sabugal, no ano 75/76 estavam 16 rapazes no seminário dos Missionários do verbo Divino no Tortosendo.

Partindo de uma leitura ligeira, de simples dados estatísticos, com incidência num território de baixa densidade, facilmente se conclui que o definhar parece acentuar-se à medida que o tempo avança.

Há no entanto, pelo que se pode ler das respostas dos diretores de agrupamentos, uma ligeira esperança com esta dinâmica migrante que se estende por todo o território português.

Em 1973, com publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, passou para 8 anos; tínhamos o seguinte: cerca de 1/3 da população era analfabeta; passando de 33% de jovens (anos 60) para 7% na atualidade. Caminhamos para em pouco tempo deixar de haver oferta de escolas secundárias em quase todo este imenso território? Cabe referenciar que, passados estes anos, há uma espécie de eterno retorno: os territórios correm o risco de deixar de ter novamente oferta formativa no secundário. Pergunta-se: como pode um território atrair gente se os filhos dessa gente não podem escolher que caminho seguir?

Vamos mais uma vez voltar a alunos deslocados? Ou pais deslocados?

Agostinho Almeida Silva
Coordenador Distrital da Direção da Guarda do SPZC



Denunciar as razões do mal-estar na educação - "Só não vê quem não quer"

Os sindicatos, hoje, mais do que nunca, têm a responsabilidade de promoverem a auscultação e o brado da insatisfação e mal-estar dos profissionais da educação.

Vários estudos (OCDE, UNICEF, Universidades) comprovam que o ambiente escolar se vem a degradar há anos, atingindo um cúmulo quase insuportável na generalidade das escolas. Os professores sentem um desgaste profundo e estão no limite.

Podem-se apontar um conjunto de fatores, que suscitam diferentes graus de concordância, mas todos eles são necessariamente merecedores de atenção: os mega agrupamentos, a indisciplina e a sobrecarga curricular.

Comecemos por falar dos mega agrupamentos, que visavam ganhos de eficiência e racionalização de recursos, mas geraram efeitos colaterais com impacto direto no bem-estar dos professores, na qualidade do ensino e na gestão do quotidiano escolar. O tratamento entre os membros tornou-se impessoal e aumentou a distância entre direção, professores, alunos e pais; as decisões da gestão tornaram-se mais burocráticas, menos humanas, aumentando a carga administrativa e diminuindo o sentido de pertença.

As direções sentem-se sobrecarregadas e mostram dificuldades nos processos de resolução, devido à dispersão dos edifícios, ao número de profissionais da educação e alunos, dificultando a administração direta e próxima.

Impõe-se repensar a organização das escolas, com base na qualidade das relações, no bem-estar dos profissionais da educação e no sucesso educativo dos alunos.

O segundo ponto é a indisciplina. Um dos maiores desafios enfrentados pelos profissionais da educação, contribuindo significativamente para o crescente mal-estar nas escolas. A permanência prolongada na escola, com intervalos curtos, almoços apressados e atividades que se sucedem, têm impacto no agravamento da indisciplina e no respeito mútuo.

Os episódios de indisciplina não resultam apenas de "falta de valores" ou "crianças malcriadas", como se ouve dizer de forma simplista, muitas vezes, resultam do desrespeito para com a falta de pausas, de movimento, de tempo para socializar e para ser apenas jovem. Logo, os professores, pressionados por programas extensos, pela multiplicidade de tarefas e funções, têm de lidar com turmas agitadas e/ou desmotivadas, sem tempo e sem condições para garantir um processo de ensino-aprendizagem mais humanizado. Esse clima de desrespeito afeta diretamente a saúde mental dos docentes, originando situações de burnout, depressão e desistência da carreira.

O prazer e a paixão de ensinar dá lugar à exaustão e ao desencanto.

O terceiro ponto desta reflexão é o currículo extenso, fragmentado e exaustivo, das múltiplas disciplinas, num sistema de "aprendizagem em espiral", que obriga a voltar aos mesmos conteúdos ao longo dos anos, em níveis crescentes de complexidade, em ritmo sempre acelerado, criando desmotivação e ansiedade. Os professores com horários repletos de múltiplas tarefas: apoios, projetos, reuniões, plataformas, relatórios, procuram cumprir a qualquer custo os pesados programas curriculares, sacrificando a qualidade e o acompanhamento dos alunos de forma mais próxima.

Urge agir em defesa do bem-estar docente, para um melhor ensino.

Isabel Arribança
Coordenadora da delegação do SPZC de Aveiro



Mais do que assistente operacional — sou pessoal de apoio educativo com orgulho!

Sou assistente operacional — ou, como prefiro dizer, pessoal de apoio educativo. Gosto desta designação porque acredito que nenhuma profissão deve ser definida pela negação de outra. Ser "não docente" é uma expressão que não faz justiça ao nosso papel fundamental nas escolas. Somos muito mais do que isso: somos presença, cuidado, escuta, vigilância, proteção, apoio — somos parte ativa da educação.

Trabalho há vários anos para a Câmara Municipal de Cascais, no Agrupamento de Escolas da Parede, mais concretamente na EB1/JI do Murtal — um verdadeiro pedaço de céu onde dou o melhor de mim todos os dias. Saio de casa em Sintra bem cedo e, com gosto, percorro quase dez km por dia. Como diz o ditado: "quem corre por gosto não cansa". E eu não me canso, porque amo aquilo que faço.

O meu dia começa às 7h30, com a limpeza das salas, e estende-se por uma série de tarefas que vão muito além do que está descrito no papel. Dou apoio às educadoras e professoras, acompanho as crianças nos seus momentos mais delicados, cuido delas quando estão doentes, acalmo choros, partilho alegrias. Sou, como muitos colegas, um ponto de referência constante. O nosso trabalho é essencial para o bom funcionamento da escola e para o bem-estar das crianças.

Existe, no entanto, uma diferença abismal entre as funções desempenhadas no pré-escolar e 1.º ciclo onde me encontro e as dos colegas que trabalham no 2.º, 3.º ciclo e secundário. Trabalhar com crianças pequenas exige um perfil muito específico: sensibilidade, empatia, paciência, e sobretudo formação. Não basta estar presente — é preciso saber estar. É urgente reconhecer que este trabalho exige competências muito próprias e uma valorização real e justa.

Tenho apostado fortemente na minha formação através do CEFOSAP — uma entidade de âmbito nacional que me tem permitido crescer e aplicar novos conhecimentos no dia a dia. Cursos como Inteligência Emocional, Gestão de Conflitos ou Ensinar Empatia às Crianças não são apenas formações no papel — são ferramentas práticas que moldam a forma como atuo e interajo com os alunos.

Graças a esse investimento pessoal e profissional, tive o privilégio de idealizar e liderar projetos inesquecíveis com o apoio da Câmara Municipal de Cascais. Um deles foi um torneio de futebol de cinco dias repletos de alegria e espírito de equipa, com troféus oferecidos pela Câmara e prémios entregues pelo Presidente da Junta de Freguesia de Carcavelos e Parede, uma presença constante e próxima das nossas escolas.

Outro momento marcante foi o tão esperado "Dia da Mangueirada", um evento cheio de jogos, gargalhadas e água, onde a diversão e a segurança caminharam lado a lado.

E o mais bonito? Foi ver toda a comunidade escolar envolvida nestes projetos — desde os professores e educadoras até à direção e auxiliares. Porque quando uma simples assistente operacional acredita, insiste, propõe e não baixa os braços, tudo se torna possível. Já dizia o meu pai: **"O não está garantido. O resto vem por acréscimo."** E é com essa força de vontade que tenho conquistado espaço, respeito e parcerias dentro da escola.

Nada disto seria possível sem a equipa maravilhosa que tenho ao meu lado. A minha gratidão à coordenadora da escola, que sabe ouvir, apoiar e caminhar connosco. É graças a esse espírito de equipa que conseguimos criar experiências inesquecíveis para as nossas crianças.

Sem esquecer que, no meu percurso, senti a necessidade de procurar apoio institucional e entrei para o STAAE Sul e Regiões Autónomas. Foi através deste sindicato que encontrei uma equipa que defende verdadeiramente os nossos interesses, que luta por melhores condições e pela valorização das nossas carreiras. Com o STAAE percebi que não estou sozinha nesta caminhada.

É tempo de olhar para o pessoal de apoio educativo com mais respeito e dignidade. Não somos invisíveis. Somos parte integrante das escolas, estamos na linha da frente do cuidado e do apoio aos alunos. Queremos ser reconhecidos como profissionais qualificados que contribuem, todos os dias, para o sucesso e equilíbrio da comunidade escolar.

Enquanto esse reconhecimento pleno não chega, continuarei — com orgulho, entrega e paixão — a fazer o meu caminho. Com um sorriso no rosto, os pés ligeiros pelos corredores da Murtal, e o coração cheio por fazer parte da vida de tantas crianças.

Maria João Netto
STAAESRA



Trabalhadores de Apoio Educativo - 2025 tem de ser ano de concretizações!

A FNE reagiu também às Medidas do Programa do Governo sobre os Trabalhadores da Educação **saudando o reconhecimento, ainda que tímido, do papel fundamental que estes trabalhadores desempenham no funcionamento e qualidade das escolas. Contudo, a FNE considera necessário um reforço significativo de compromisso político e medidas mais concretas que traduzam uma verdadeira valorização destes trabalhadores, que afirmam sentir-se invisíveis aos olhos dos sucessivos governos que não os reconhecem nem valorizam.**

É, por isso que a FNE considera ser seu dever reagir com responsabilidade, mas também com a necessária firmeza crítica às medidas apresentadas para *"Modernizar o sistema educativo e confiar nas escolas públicas"*, exortando o Governo e os partidos com assento parlamentar a introduzirem as alterações que consideramos essenciais para a valorização dos trabalhadores de apoio educativo, destacando o seguinte:

- Modernizar o sistema educativo e confiar nas escolas públicas

A FNE considera essencial que a autonomia das escolas não se traduza em desresponsabilização do Governo quanto ao investimento nos recursos humanos e materiais. A modernização e autonomia devem abranger igualmente o quadro dos trabalhadores de apoio educativo, incluindo maior envolvimento nos projetos educativos, formação contínua adequada e condições dignas de trabalho.

- Transferência de competências para as Autarquias

A FNE reitera a sua preocupação com o atual modelo de descentralização, que tem gerado disparidades na gestão e condições laborais dos trabalhadores de apoio educativo entre diferentes municípios. É imprescindível garantir uniformidade e justiça nas condições de trabalho, carreiras e remunerações, independentemente da autarquia. Exigimos a criação de mecanismos de fiscalização, acompanhamento e participação sindical neste processo.

- Reformar a organização do processo educativo fora da sala de aula, valorizando o pessoal não docente

Esta é uma das medidas mais relevantes para os trabalhadores que a FNE representa. Saudamos a intenção expressa pelo XXV Governo Constitucional de valorizar os Técnicos Superiores (Técnicos Especializados para Outras Funções – TEOF), mas sublinhamos que essa valorização deve ser alargada e equitativa a todo o universo dos trabalhadores de apoio educativo, nomeadamente os Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais, cuja dedicação, empenho e papel no processo educativo são absolutamente imprescindíveis.



A FNE defende com firmeza a necessidade de:

- Definição urgente de perfis funcionais claros, que reflitam a real diversidade e complexidade das funções desempenhadas por todos os trabalhadores de apoio educativo;
- Carreiras profissionais reconhecidas, valorizadas e com perspetivas de progressão dignas, acabando com a estagnação e desvalorização atualmente sentidas;
- Condições de trabalho e salariais justas e atrativas, que reconheçam o esforço diário destes profissionais no apoio ao funcionamento das escolas e ao bem-estar dos alunos;
- Formação específica e contínua, ajustada às exigências atuais das funções, promovendo o desenvolvimento profissional e pessoal;
- Reconhecimento formal do papel educativo destes profissionais, que não deve ser visto como meramente auxiliar ou secundário, mas como parte integrante da missão educativa da escola.

Sem esta valorização global e efetiva não será possível alcançar a qualidade que o sistema educativo necessita e que os nossos alunos e as comunidades escolares merecem.

Reforçar o mapa de pessoal de técnicos superiores especializados (TEOF)

A FNE considera positiva a intenção de reforçar o apoio técnico especializado nas escolas, desde que tal não seja feito à custa da desvalorização dos atuais trabalhadores de apoio educativo. Estes devem continuar a integrar equipas educativas multidisciplinares, com acesso à progressão e à formação necessária para responder aos novos desafios.

Neste sentido, a FNE sublinha também que é urgente pôr fim à precariedade destes trabalhadores, que são sucessivamente contratados com horários precários, incompletos e sujeitos a inúmeros aditamentos, sem que tenha sido cumprido o compromisso da abertura de concursos que ponham termo a anos sucessivos de instabilidade. É fundamental garantir a vinculação de milhares de profissionais indispensáveis ao bom funcionamento das escolas e à resposta adequada às necessidades dos alunos.

Criação de uma plataforma integrada de informação

Uma modernização tecnológica da administração educativa pode ser uma ferramenta útil de gestão, desde que não substitua a necessária valorização dos recursos humanos. Os trabalhadores de apoio educativo devem ser incluídos e ter acesso a formação contínua no âmbito das ferramentas digitais, garantindo a sua capacitação.

A FNE reafirma a sua disponibilidade para o diálogo e para a negociação, mas exige do Governo compromissos concretos e mensuráveis que respondam às justas reivindicações dos trabalhadores de apoio educativo, uma vez que sem a sua valorização, nenhuma reforma educativa será verdadeiramente eficaz.

FNE recordou situação dos técnicos especializados

A FNE manifestou ainda a sua profunda preocupação face às condições em que se perspetiva o arranque do próximo ano letivo, nomeadamente no que respeita à situação dos técnicos especializados e demais trabalhadores de apoio educativo.

Afirmou a FNE que "apesar das diversas promessas por parte do Governo e da tutela, continuamos a assistir à ausência de medidas concretas que ponham fim à inaceitável situação de precariedade vivida por estes profissionais. A não concretização da abertura dos concursos para a sua vinculação representa não só o incumprimento de compromissos assumidos, como também o prolongamento de uma injustiça que compromete o normal funcionamento das escolas".

Considera a FNE que estes trabalhadores desempenham funções essenciais para o apoio às comunidades educativas, contribuindo diariamente para a qualidade da escola pública. A manutenção da sua precariedade, sem perspetivas de estabilidade e valorização profissional, poderá levar muitos a abandonar o sistema educativo, procurando melhores condições laborais fora das escolas. Tal desinvestimento terá consequências negativas diretas para os alunos, para os projetos educativos e para a coesão das equipas escolares.

A FNE exige medidas imediatas e eficazes que assegurem a estabilidade profissional destes trabalhadores e o reconhecimento do seu contributo. É imperativo garantir condições dignas de trabalho para todos os que contribuem para o sucesso da educação em Portugal.

A FNE e os seus sindicatos mantêm-se disponíveis para a construção conjunta de soluções, permanecendo atentos e mobilizados na exigência de respostas claras por parte do Governo, de um compromisso efetivo com a qualidade da educação e da valorização de todos os Trabalhadores da Educação.



A FNE no 9º Congresso da CIG-Ensino da Galiza: promover o português para preservar o galego

O 9º Congresso da CIG-Ensino da Galiza consolidou definitivamente o regresso desta estrutura sindical galega ao seio da CPLP-SE, da qual é fundadora. A estratégia é de proximidade histórica: impulsionar o conhecimento da língua portuguesa no sistema educativo galego para mitigar "a situação de emergência linguística que se vive na Galiza".

"A Forza do Compromiso" foi o tema do 9º Congresso da Confederação Intersindical Galega de Educação (CIG-Ensino), que decorreu em sete de junho de 2025, na Escola Galega de Administração Pública (EGAP), em Santiago de Compostela. O congresso debateu o Ensino Público, a Língua, a Igualdade e os Direitos e elegeu Laura Arroxo como Secretária Nacional, que sucedeu a Suso Bermello, líder da organização nos últimos oito anos.

A FNE participou no congresso como membro da Confederação Sindical da Educação dos Países de Língua Portuguesa (CPLP-SE), da qual a CIG-Ensino é membro fundador de pleno direito, pela proximidade histórica entre as línguas e culturas portuguesa e galega. Na verdade, a organização galega participou no 1º Congresso da CPLP-SE, realizado em 19 e 21 de outubro de 2023, em Amarante, mas a sua ligação aos vários países de língua portuguesa é bem anterior.

A CIG-Ensino é uma federação da Confederação Intersindical Galega (CIG), que centra a sua ação sindical nas pessoas trabalhadoras dos diferentes setores educativos do país, desde a educação infantil até ao ensino superior. Como sindicato nacionalista, defende a identidade nacional da Galiza e mantém a independência de qualquer outra organização ou instituição. Como sinal de identidade, expressa-se em galego, e promove a cultura e a língua galegas como elementos integradores.

Define-se igualmente como um sindicato feminista, não patriarcal, combativo e de contrapoder, que pratica a solidariedade e o internacionalismo. Os seus estatutos defendem um ensino público galego e em galego, democrático, laico, coeducativo, gratuito e inclusivo.

Zeca Afonso considerava a Galiza a sua pátria espiritual. São dele estas palavras: «A Galiza (...) pertence à mesma realidade cultural que Portugal, sobretudo o Norte de Portugal; mas por artes de berliques e berloques, partilhas, lutas entre senhores feudais, hoje existe uma fronteira a separar povos que têm praticamente a mesma língua e que são, aliás, muitíssimo semelhantes, até na sensibilidade. Portanto, os galegos falam galego, ou seja, galaico-português, e não castelhano. Infelizmente, durante a ditadura franquista, tudo foi feito para que os galegos se envergonhassem da língua que falavam".

Hoje, o galego encontra-se numa posição bastante frágil. O Ciberdúvidas traça-nos este retrato: "quase uma em cada quatro crianças galegas "pouco ou nada" fala de uma das duas línguas oficiais da região (a outra é o castelhano) e o número de falantes que a usam como primeira língua cai abruptamente. As estatísticas do Instituto Galego de Estatística, referentes a 2018, mostram um destino negro de um idioma que nos últimos anos foi sofrendo uma acentuada castelhanização e perdendo presença nos media e espaço social, especialmente entre os mais jovens.'





Lei Paz-Andrade por cumprir

Na sua obra “Assim Nasceu Uma Língua”, de 2019, Fernando Venâncio regista que “Quando Portugal se afirmou como país independente, em 1143, a língua que se falava era o galego. Denominar português qualquer variedade linguística anterior a 1400 é resvalar num anacronismo, e pelo menos numa sofrível incongruência». Já a Galiza, pela sua organização territorial tradicionalmente dispersa em aldeias, tem um povo que conservou até 1850 um galego muito puro».

Por sua vez, o linguista Marco Neves diz que, ao contrário do português, «que se desenvolveu como língua oficial de um Estado com uma tradição literária e normativa», na Galiza, e até ao século XIX, o galego vivia e evoluiu na esfera oral, «mas com uma tradição literária muito mais fraca e sem um Estado a proteger a língua».

A chamada Lei Paz-Andrade (Lei nº 1/2014), aprovada por unanimidade no Parlamento da Galiza a 24 de março de 2014, prometia uma abertura «para o aproveitamento da Língua Portuguesa e vínculos com a lusofonia». Na verdade, a lei tem como objetivo promover a língua portuguesa, tanto em seu uso diário como na educação e cultura. Mas passados onze anos continua em grande parte por cumprir.

Deste modo, continua a não ser possível ouvir rádio ou ver televisão portuguesa no território galego (e, de forma recíproca, ver canais galegos em sinal aberto em Portugal).









Também na educação os números mostram que só cerca de 10% das escolas dispõem do Português como oferta formativa. Na Estremadura, são 71%, com mais de 22 mil alunos a frequentar as aulas e com o Governo regional (Junta) a considerar a língua como uma «prioridade absoluta».

Ao longo dos últimos 40 anos, existiram diferentes enquadramentos legais que regulamentaram os usos linguísticos no ensino. O quadro atual implica uma estagnação do processo galego, pois não permite a utilização do galego em determinadas disciplinas, talvez naquelas que são popularmente consideradas muito importantes: Matemática, Física, Química... Por tudo isto, o castelhano continua a ser a língua de prestígio e o galego perde falantes a um ritmo preocupante.

"A língua portuguesa é oferecida no ensino secundário como segunda língua estrangeira", diz-nos uma professora galega. "Mas na realidade funciona como uma matéria que não é estrangeira, porque na maior parte dos casos os alunos e alunas partem do galego.

Assim, o estudo de português converte-se numa ferramenta que permite aos alunos ver o galego como uma língua muito mais ampla, com a qual podem fazer a sua vida sem necessidade de recorrer ao espanhol".

Ao longo dos seus mais de trinta anos de profissão esta docente tem sido testemunha "da progressiva diminuição da presença do galego nas aulas de Infantil e Primária. No mundo urbano a situação é muito grave, dado que a maior parte dos alunos não tem já o galego como língua materna nem como referente e só nos centros de ensino é onde muitos jovens ouvem falar algo da nossa língua. Também tenho reparado em que, progressivamente, as e os docentes que se incorporam aos centros, têm, em grande parte das ocasiões, como língua habitual o castelhano e esta é já a língua maioritária em muitas salas de professores".

Outra questão nas escolas tem que ver com a língua utilizada nos materiais de apoio pedagógico. Uma professora confidenciou-nos que os materiais de apoio na maioria das matérias oferecidas em galego (ciências sociais, naturais, pedagogia terapêutica...) pura e simplesmente não existem.







Brinquedos na Galiza não falam galego

A questão da promoção da língua e da cultura galegas como elemento primordial de identidade está no centro da atividade sindical da CIG-Ensino. O congresso aprovou várias emendas aos estatutos, entre as quais o Artigo 4, que passou a ter a seguinte redação: "A CIG-Ensino expressa-se no idioma galego, defende este como único oficial da Galiza, promove a sua completa normalização e compromete-se a fazer um uso não sexista da língua".

Pelas 10h00 da manhã do dia seis de junho ocorreu uma reunião de trabalho da CPLP-SE, que serviu para transmitir aos sindicatos presentes a situação de emergência linguística que o país atravessa e a falta de iniciativa para promover o conhecimento da língua portuguesa no sistema educativo galego.

Presente na mesa o conhecido ativista da língua galega Marcos Maceira, presidente da *Mesa pola Normalización Linguística*, com quase quatro décadas de existência. Deste organismo fazem parte homens de letras da CPLP, entre outros os portugueses Lídia Jorge, Hélia Correia ou Valter Hugo Mãe.

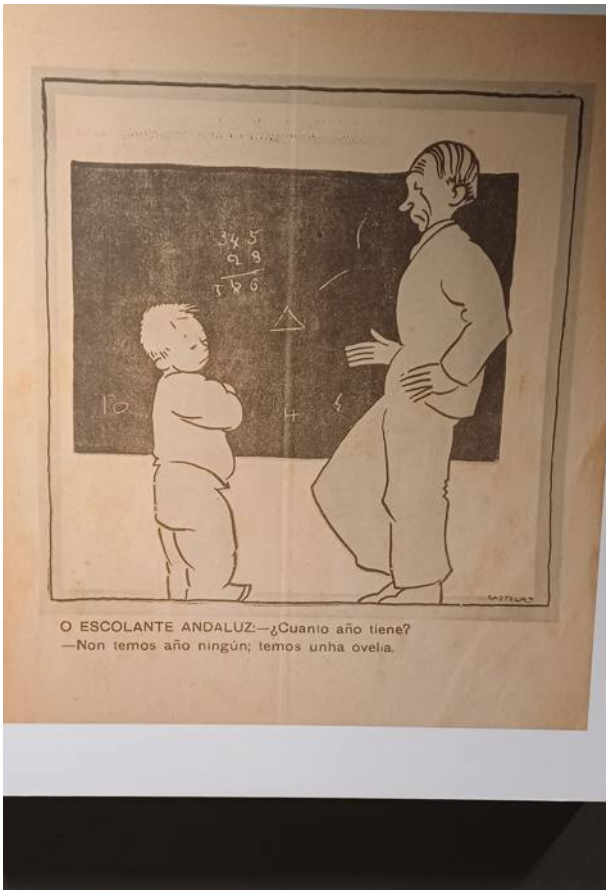
Nas palavras de Marcos Maceira, "a língua galega resistiu a mais de 500 anos da língua espanhola e hoje vivemos uma situação de emergência linguística, mais grave na população mais jovem. Em 2013, 45% da população falava a língua galega, hoje registamos apenas 16,9%. Nos menores de 15 anos, 32,4% leem um texto, percebem algo, mas não se sentem capazes de falar fluentemente a língua galega".

Marcos Maceira sublinha que nos processos jurídicos não se usa a língua galega e que "o Estado desconhece as línguas do Estado". Por consequência, o uso oficial da língua galega é de apenas 0,008%. Na comunicação social há apenas um jornal em galego (*nòs diário*), que não recebe subsídios institucionais, nem por via direta, nem por via indireta. E só um canal de televisão transmite em galego.

"Esta é a razão porque apresentámos o 'APELO: O teu nome como alento – fraternidade com a Língua Comum na Galiza – perante o informe sobre o galego apresentado no 29º exame periódico universal ao Conselho de Direitos Humanos da ONU'. Sem a nossa língua não seríamos o que somos hoje". Marcos Maceira termina ressalvando que apenas 0,6% dos brinquedos na Galiza falam galego.

O ainda Secretário Nacional da CIG-Ensino Xésus Bermello frisou por sua vez que a realidade sócio-linguística da Galiza nem em Portugal se conhece bem. Estamos na CPLP-SE para dar a conhecer a nossa realidade e a língua galega tem uma presença abaixo do que a própria lei permite. Temos um governo centralizador, espanhalizador e o que importa é espanholizar a sociedade. Falar da nossa língua é para nós primordial".

Xésus Bermello referiu que na Catalunha havia uma burguesia que promovia o catalão. A burguesia da Galiza era espanholizada e criou-se a ideia que o galego era para os mais pobres: "Essa ideia ainda prevalece hoje em dia em determinados setores. O Franquismo proibia o galego nas escolas. O Franquismo terminou em 1975, mas a ideia que o galego não era para as escolas ainda permaneceu por muitos anos".









Visita guiada a Santiago

Em 2021 completaram-se 40 anos desde que o galego passou a ser considerada língua oficial da Galiza, passando a ter um estatuto legal que lhe permitiria sair dos espaços informais e íntimos para os quais fora relegada pela ditadura franquista. Houve partes positivas, como o acesso universal ao galego no ensino.

Mas pesam bem mais as negativas, como "a ausência quase total de referências galegofalantes no dia a dia". Daí o valor do ensino do galego, mas sobretudo do galego no ensino. Isto é, a presença "da nossa língua nas aulas, nos pátios, nos transportes escolares, nas atividades... e não apenas nas aulas de galego.

Uma professora de português na Galiza revelou-nos: "Quando aprendem a ler em português, veem com novos olhos a sua língua própria, olham-na não de um modo isolado, mas conetada e muito viva".

Na sua intervenção, José Augusto Cardoso, coordenador da CPLP-SE lembrou o papel importante de Abel Macedo e Maria Arminda Bragança em acolher a CIG-Ensino na organização, lembrou as relações diretas da CPLP-SE com a OIT, o pedido do estatuto de observador consultivo à CPLP e afirmou que o grande desafio que temos pela frente é a formação de quadros e o rejuvenescimento.

Enquanto os representantes da CPLP-SE faziam uma visita guiada ao Museu Pedagógico da Galiza decorria uma "Xornada Sindical pola lingua. Sindicalismo, lingua e escola. A realidade linguística dos sistemas educativos das nacións sen estado: Galiza, Euskal Herria, Catalunha e País Valenciá". O Museu Pedagógico da Galiza preserva a história da educação na região, em escolas e em muitas casas rurais, tantas vezes isoladas, muito utilizadas para atividades educativas informais, com uma explicadora.

Pelas 16h30 do dia 6 de junho decorreu uma visita guiada ao centro histórico de Santiago de Compostela e uma hora depois ao *Museu do Pobo Galego*, mesmo ao lado do Centro Galego de Arte Contemporânea, uma obra do arquiteto português Álvaro Siza Vieira, inaugurada em 1993.

Instalado no antigo Convento de San Domingos de Bonaval, o *Museu do Pobo Galego* é um impressionante guardião da antropologia social e cultural da Galiza, onde impera a memória das tradições das gentes, das artes e ofícios locais, muito interligados a celebrações, ao mar e à agricultura.

A jornada do dia sete de junho foi dedicada ao 9º Congresso da CIG-Ensino, que decorreu na Escola Galega de Administração Pública (EGAP). A FNE, representada por Joaquim Santos, foi uma das organizações convidadas a intervir.







Melhorar a saúde mental e riscos psicossociais na educação

Uma delegação da FNE composta por João Carlos Major, Joaquim Santos e Maria João Cardoso participou na conferência final do "Projeto Après Covid - Saúde Mental Ocupacional e Riscos Psicossociais na Educação", que decorreu em Bruxelas em 17 e 18 de junho de 2025. A convite da organização esteve também presente João Paulo Leonardo, diretor da Escola Secundária de Passos Manuel, em Lisboa, uma das escolas visitadas pelo projeto.

O projeto APRÈS COVID foi uma parceria entre o Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) e os Empregadores Europeus da Educação (EFEE), que teve na FNE uma das organizações no chamado Grupo Consultivo, nos dois últimos anos.

O evento de dois dias reuniu partes interessadas no setor da educação, investigadores, decisores políticos da União Europeia e educadores e professores de toda a Europa para explorar a forma como o diálogo social pode impulsionar melhorias sistémicas nas condições de trabalho e na saúde mental dos trabalhadores da educação em todos os níveis de ensino.

Jelmer Evers, Diretor do CSEE, e Paddy Lavelle, Vice-Presidente da EFEE, abriram a conferência sublinhando a importância dos riscos psicossociais no trabalho conjunto do diálogo social europeu no domínio da educação, num contexto de crescente complexidade da sociedade e dos sistemas educativos.

A conferência proporcionou uma plataforma para a partilha de conhecimentos de investigação, práticas nacionais e estratégias conjuntas para garantir ambientes educativos seguros, solidários e saudáveis.

Entre os destaques esteve a apresentação do projeto de revisão das Diretrizes Conjuntas sobre a Prevenção e Gestão dos Riscos Psicossociais na Educação, desenvolvidas em conjunto pelo CSEE e pela EFEE. Estas diretrizes encontram-se agora num processo de consulta de dois meses, promovendo a apropriação coletiva e o diálogo sobre a melhor forma de se implementarem medidas preventivas nos sistemas educativos.

Estudos de casos nacionais de sindicatos e empregadores de Espanha, Roménia, Montenegro e Malta foram apresentados na conferência, ilustrando abordagens inovadoras para lidar com os riscos psicossociais através do diálogo social e do apoio institucional.

Ao longo dos dois dias, os participantes analisaram a interação entre as condições de trabalho e o bem-estar profissional, as implicações da digitalização e da IA e as estratégias de combate à violência e ao assédio em contextos educativos. A lituana Aleksandra Morozovaitė, da Visionary Analytics, apresentou as conclusões do relatório de investigação **Bem-estar profissional nos sistemas educativos europeu**, lançado na conferência.

A Professora Ulrike Bollmann, cientista da educação e especialista na integração da segurança e saúde no trabalho na educação, apresentou uma perspetiva centrada nos professores sobre os riscos e oportunidades da inteligência artificial, sublinhando a necessidade de colocar a segurança e a saúde dos educadores no centro da inovação digital nas escolas.







O Professor Peter Paulus apresentou o modelo "Good Healthy School", sublinhando a importância de considerar a saúde como um fator de entrada na educação, em vez de um produto final.

Por sua vez, o português João Carlos Major, psicólogo académico e clínico, explorou o inspirador impacto emocional a longo prazo da pandemia nos professores (ver páginas seguintes). Apelou a uma abordagem transformadora da saúde mental dos professores, enquadrando os educadores como mediadores simbólicos fundamentais na sociedade, cujo bem-estar é essencial para a resiliência e coesão sociais. Para João Carlos Major, os educadores e professores não podem ser excluídos da escola inclusiva e de todos os apoios que os estabelecimentos escolares e as tutelas prestam aos seus diversos públicos alvos.

A conferência terminou com um painel de discussão virado para o futuro, reafirmando o compromisso dos parceiros sociais europeus de continuarem a defender ambientes de trabalho dignos, saudáveis e sustentáveis na educação.

A conferência marcou não só a conclusão do projeto APRÈS COVID, mas também um novo ponto de partida para uma cooperação contínua entre os parceiros sociais europeus. Com base nos resultados do projeto e no forte envolvimento dos membros, o CSEE e a EFEE irão explorar outras atividades conjuntas para aprofundar a sua colaboração na prevenção e gestão dos riscos psicossociais na educação.



Do Trauma Coletivo à Transformação: Uma Proposta Clínica para a Saúde Mental dos Professores na Era Pós-COVID

Tradução do texto: "From Collective Trauma to Transformation: A Clinical Proposal for Teachers' Mental Health in the Post-COVID Era", apresentado em Bruxelas a 18 de junho de 2025.

João Carlos Major, PhD – Psicólogo Clínico
joaocarlosmajor@gmail.com | www.jcmajor.iaap.pt

Introdução

Senhoras e senhores, prezados colegas e companheiros de jornada da educação e do cuidado ao outro,

Quando falamos do mundo pós-COVID, especialmente na educação, frequentemente nos concentramos naquilo que foi perdido — rotinas, certezas, energia, direção. E com razão. Contudo, nesse processo talvez algo mais se tenha tornado manifesto.

Talvez as fissuras nos nossos sistemas, nas nossas estruturas e até em nós mesmos tenham aberto espaço para compreendermos mais profundamente algo que sempre esteve presente: uma capacidade interior de resistir, de transformar e de guiar outros por um caminho comum.

A crise, como sabiam os antigos, não é apenas uma rutura; é também uma revelação.



A pandemia arrancou muitas ilusões, mas também iluminou o que costumamos tomar como garantido: a força silenciosa daqueles que sustentam o tecido emocional e ético de nossas comunidades — os nossos professores. Na ausência da estabilidade e normalidade, eles tornaram-se nos portadores da continuidade. Na ausência das certezas, tornaram-se o rosto humano da esperança.

Hoje, desejo apresentar não apenas um enquadramento clínico, mas uma perspetiva que desafia a suposição dominante de que os seres humanos são tábulas rasas moldadas passivamente pela história e pelas circunstâncias. Quero revelar os professores não apenas como profissionais sob pressão, mas como possíveis mentores, âncoras emocionais e faróis éticos num mundo instável e desesperadamente carente de coerência. E a eles se deveriam submeter os estudantes, os diretores de escola e as estruturas públicas ou governamentais, e não o contrário.

O projeto que aqui descrevo — Alicerces da Mente — é tanto clínico quanto simbólico. Surge do meu trabalho como professor de psicologia e psicólogo clínico, conectado com a tradição psicológica de Carl Gustav Jung. Acima de tudo, é uma oferta — uma proposta para repensar quem são os professores, o que esperamos deles e o que se podem tornar na vida daqueles a quem servem.

Antes de apontarmos soluções ou pistas de solução, precisamos compreender os nossos fundamentos. Com efeito, se quisermos propor aos professores um caminho significativo, antes devemos perguntar: que tipo de seres somos e do que realmente precisamos para florescer? Comecemos por revisitar a própria arquitetura da psique humana — entendida esta não como uma abstração, mas como uma estrutura viva à espera de ativação.

Note-se, isso não é apenas uma preocupação académica ou profissional — é uma questão civilizacional. A forma como cuidamos daqueles que cuidam de nossos filhos revela quem somos — e quem nos estamos a tornar.

Ponto 1: Para Além da Tábula Rasa — O Mito da Humanidade Passiva

Há uma revolução silenciosa — uma que tem vindo a crescer discretamente nos campos da psicologia, da neurociência e da biologia dos códigos (code biology), entre outros. Trata-se da ideia de que não somos recetores passivos do mundo, mas que chegamos a ele já equipados - não com conteúdos, mas com formas; não com conhecimento, mas com a prontidão para conhecer, sentir e nos relacionar.

Essa visão contrasta fortemente com a noção amplamente difundida do ser humano como uma tábula rasa, isto é, um constructo puramente histórico ou social. Tal visão, comum na teoria educacional pós-moderna, frequentemente ignora a arquitetura interna que torna inteligível a aprendizagem, e até mesmo o sofrimento. A psicologia profunda, especialmente na tradição junguiana, há muito sugere que existem moldes inatos — frequentemente chamados de padrões arquetípicos — que preparam a psique para responder à vida de maneiras significativas. Essas formas internas não são aprendidas em livros nem são construídas do zero pela cultura. Em vez disso, elas apresentam-se como as pré-condições da própria experiência: potenciais latentes que aguardam ativação.

Essa ativação não acontece ao acaso. A etologia, o estudo comparativo do comportamento animal, refere-se a estímulos desencadeadores ou estímulos ativadores competentes, ou seja, gatilhos percetivos que desbloqueiam o funcionamento instintivo. Na nossa espécie, esses mecanismos de ativação comportamental são frequentemente emocionais, éticos e simbólicos. Não são meros eventos neurológicos; são encontros relacionais. Isso nos conduz a uma questão mais profunda: o que se apresenta como mediador dessas ativações?

É aqui que entra a linguagem de um campo da biologia, a chamada biologia dos códigos, cuja principal referência é o embriologista Marcello Barbieri: assim como um código biológico ou uma forma (como o DNA, por exemplo) requer um mediador — como o RNA transportador na síntese de proteínas ou uma rede neuronal que ativa uma resposta motora (e o mesmo se aplica ao funcionamento da Inteligência artificial - IA: (1) códigos → (2) mediadores → (3) artefactos. Sequência que se mostra verdadeira em todos os campos: da célula à mente “natural”, culminando nas chamadas mentes “artificiais”, que têm tanto de artificial como as naturais pois são apenas uma extenção das primeiras. Mas por muito importante que isto seja, e é, este não é o foco da minha intervenção hoje).

Voltemos ao ponto chave: os nossos modelos psicológicos internos para se ativarem precisam de um mediador: uma pessoa, uma presença, alguém que encarne, ainda que de forma imperfeita, a integridade e a coerência que se encontram latentes ou como possibilidades filogenéticas. Nesse sentido, a psique opera por meio de códigos simbólicos: a forma interna, o estímulo externo e o mediador relacional atuam juntos para gerar um "artefacto psicológico", isto é: um novo comportamento, um novo significado, uma nova forma de ser.

O professor, sob essa ótica, não é apenas um transmissor de conhecimento externo.

Ele é, potencialmente, um mediador de códigos. Ele espelha e dá forma às estruturas latentes filogenéticas presentes nos seus alunos. E isto não por meio da doutrinação, mas da presença; não pela performance, mas pelo exemplo. O professor torna-se o ambiente de ativação — não porque substitui os pais, mas porque dá continuidade à ancestral função da iniciação; que os rituais de passagem propiciavam outrora.

Insistamos: essas estruturas internas — esses padrões latentes — não se ativam por si só. Elas requerem quem espelhe essas potencialidades inatas por intermédio de uma presença significativa. E é sobre esse alguém que se refere a nossa reflexão de hoje: a pessoa do professor, entendido não como técnico ou mero transmissor de conteúdos, mas como mediador simbólico — aquele que desperta nos outros o que, de outro modo, permaneceria adormecido.

Ponto 2: O Professor como Espelho e Iniciador

Durante a pandemia, muitos professores se sentiram sobrecarregados, exaustos e, paradoxalmente, invisíveis. A sociedade pediu-lhes que mantivessem tudo de pé — a aprendizagem das crianças, as rotinas das famílias, a estabilidade emocional — sem de facto reconhecê-los. Ainda assim, mesmo nessa invisibilidade, muitos se tornaram mais do que instrutores; tornaram-se testemunhas. Em alguns casos, tornaram-se também iniciadores.

O que quero dizer com isso?

Nas sociedades tradicionais, o papel do ancião não é apenas o de transmitir o conhecimento, é fundamentalmente o de espelhar junto dos mais jovens os seus próprios recursos internos, ajudando-os a descobrir a coragem, a clareza de pensamento e os limites e fundamentos éticos do comportamento. Esse papel não desapareceu; apenas evoluiu. Hoje, ele configura o papel do "professor".

Mas espelhar não é apenas refletir — é reconhecer. O professor, como espelho, devolve ao aluno uma imagem mais profunda do seu próprio potencial. Ele oferece uma ressonância psíquica capaz de estabilizar a identidade e despertar a orientação. Isso é uma verdadeira iniciação: ajudar a transpor um limiar.

E no nosso tempo, muitos desses limiares desmoronaram. Na ausência de ritos/rituais de passagem claros, de orientação intergeracional e de um arcabouço espiritual e moral, o professor foi silenciosamente convocado a ocupar esse vazio. Sem o recurso ao ritual, a sala de aula tornou-se o último espaço onde a transformação ainda pode ocorrer — não por meio de dogmas, mas por meio de presença, estrutura e exemplo ético.

Um bom professor não é apenas alguém que administra uma turma ou transmite conteúdo. Ele é, quer aceite ou não, um agente simbólico na vida psicológica dos seus alunos: o catalisador da ativação da força interior; mas isto somente — permitam-me repetir — somente, se ele próprio for apoiado, reconhecido e cuidado.

E aqui chegamos ao cerne do problema clínico: como esperar que os professores sejam iniciadores de crescimento se estão exaustos, isolados ou desorientados?

E essa desorientação não é pessoal; é sistémica. Hoje, espera-se que os professores preencham lacunas institucionais que vão muito além da educação: espera-se que sejam conselheiros, mediadores de conflitos, respondam a traumas — muitas vezes sem formação, tempo ou apoio.

O que é isso senão uma delegação silenciosa dos deveres inacabados da sociedade? Quando famílias colapsam, instituições se corroem e comunidades se fragmentam, depositamos a nossa última esperança na sala de aula — e, por extensão, no professor — sem lhe oferecer os recursos simbólicos ou materiais para lhe propiciar essa missão.

Esses desafios só se intensificaram na era pós-COVID. Muitos professores foram forçados a reinventar os seus métodos pedagógicos em plataformas digitais, muitas vezes com apoio mínimo e tempo insuficiente. Ao mesmo tempo, os alunos retornaram às salas emocionalmente frágeis e com atraso no desenvolvimento da capacidade de se relacionar, conviver e simplesmente estar com os outros. Um professor resumiu assim: “eles não sabem mais estar juntos.” Enquanto os professores carregavam o peso emocional de salas inteiras, o discurso público focava quase exclusivamente na perda da aprendizagem e na urgente entrega de conteúdos. E a tarefa mais profunda — a relacional, ética e emocional — permaneceu em segundo plano.



No entanto, os professores persistiram — não como agentes passivos, mas como símbolos vivos de estabilidade. Isso revela um paradoxo: tratamo-los como profissionais descartáveis enquanto exigimos deles a presença emocional de um pai, a consistência ética de um mentor e a resiliência de um assistente social. A sua humanidade é o seu maior trunfo — e, mesmo assim, frequentemente a exigimos sem reconhecimento das suas necessidades.

Como observou criticamente um outro educador, mesmo as preocupações institucionais atuais com a saúde mental dos professores às vezes ocultam uma lógica utilitária mais profunda: não se trata de apoiá-los como pessoas, mas de, com isso, vir a melhorar o desempenho dos alunos. Isso revela uma patologia cultural mais abrangente: a de uma sociedade que prioriza a eficiência em detrimento da empatia, a precisão acima do processo, e a performance em vez da presença. Neste contexto, resgatar o papel do professor como mentor da maturidade socioemocional torna-se não apenas um imperativo clínico, mas também ético e cultural.

Ponto 3: "Alicerces da Mente" — Um Enquadramento Clínico e Simbólico

As exigências — emocionais, simbólicas, sistémicas — impostas aos professores são imensas. E, no entanto, muitas vezes são recebidas com silêncio. Se quisermos honrar o papel que exercem, devemos criar espaços reais e intencionais onde também possam ser vistos, ouvidos e restaurados. Esse foi o espírito por trás da criação do projeto "Alicerces da Mente" — uma iniciativa de um sindicato português, o Sindicato dos Professores da Zona Norte – SPZN.

Com essas questões em mente — questões de exaustão, invisibilidade e perda de papéis simbólicos — desenvolvemos o nosso projeto não como um programa, um protocolo ou um indicador de desempenho. Em vez disso, ele funciona como um espaço — um recipiente simbólico — onde os professores podem-se reconectar consigo mesmos, com as suas histórias e com um campo partilhado de profundidade humana.

O nosso objetivo é simples: oferecer aos professores ambientes estruturados para reflexão, regulação emocional e integração simbólica. Não se trata de terapia no sentido estrito, mas de algo mais fundamental: abrigo para a alma após o trauma e a fragmentação.

No coração do projeto "Alicerces da Mente" reside uma intuição clínica: o que cura verdadeiramente não é a eliminação dos sintomas, mas a reconstituição do sentido. Num tempo em que saúde mental é cada vez mais reduzida à neuroquímica e aos fármacos, ou ao controle comportamental, este projeto reivindica a dimensão simbólica do cuidado — a ideia de que a cura acontece através da narrativa, da imagem, da ressonância e do reconhecimento.

O projeto inclui três modalidades principais:

1.Sessões clínicas em grupo, centradas na contenção emocional, no reconhecimento mútuo e na construção compartilhada de significado. Nesses círculos, os professores não estão para "serem consertados"; vêm para falar, escutar e serem espelhados. E nesse espelhamento, algo ancestral acontece: o sentido de pertença e o da missão que lhes cabe na história humana.

2.Oficinas de literacia simbólica, nas quais os participantes trabalham com metáforas, imagens, sonhos e mitos pessoais. Essas oficinas não são exercícios académicos, mas caminhos para reintegrar a experiência, dar nome e rosto ao que dói, e encontrar palavras — ou silêncios — que dignifiquem o vivido.

3.Ancoragem ética, que oferece um espaço para resgatar as motivações mais profundas do ato de ensinar. Num mundo obcecado pela técnica, estas sessões propõem um retorno à vocação — não como idealismo romântico, mas como postura ética encarnada. Exploramos não apenas o que os professores fazem, mas quem eles são quando ensinam: o que carregam, o que modelam, o que personificam.

Como temos observado, o impacto é silencioso, mas profundo. Os professores começam a mudar: da dormência para a presença emocional; da sobrecarga silenciosa para a vulnerabilidade expressa; da ação mecânica para a clareza enraizada. Muitos relatam sentir, pela primeira vez em anos, que a sua vida (interior) tem valor — que o seu papel não é apenas funcional, mas simbólico.

Essa mudança não é apenas individual, mas também relacional. Quando um professor se torna mais inteiro, ele deixa de se relacionar com os alunos a partir do esgotamento e passa a agir a partir da coerência interna. E os alunos percebem isso. Talvez não saibam verbalizar, mas sentem a presença de um adulto que está ali não apenas para avaliar, mas para acompanhar. E isso não é coisa de pouca valia.

Em tempos em que tantos jovens se sentem desamparados, a presença de um verdadeiro adulto pode marcar o início da reparação.

Além disso, este trabalho configura uma ecologia diferente do cuidado e do cuidar. Ele revela: não curamos por acelerar, por acrescentar mais formações, ou exigir mais produtividade. Curamos ao desacelerar, ao escutar com mais profundidade e ao oferecer aos professores — enquanto seres humanos — a mesma dignidade e paciência que pedimos que eles ofereçam aos outros.

O “Alicerces da Mente” não é uma técnica; é uma reorientação, uma restauração do espaço interior. Funciona como um artefacto simbólico em si — não porque ofereça respostas, mas porque cria um espaço onde a pergunta “Quem sou eu, como professor, como pessoa?” pode voltar a ser feita.

Conclusão: Um Chamado à Memória

Permitam-me encerrar por onde começamos:

Não se trata apenas de saúde mental. Trata-se de sentido — e das estruturas frágeis que o sustentam. Trata-se de lembrar que educação não é meramente a transmissão de informação, mas a formação da humanidade — e isso não é tarefa leve. Exige presença, inteireza, e que aqueles que ensinam estejam, eles próprios, sustentados por uma estrutura simbólica que honre a sua profundidade.

Obrigado!



Os danos potenciais da Inteligência Artificial na saúde humana

A inteligência artificial (IA) tem oferecido avanços notáveis na área da saúde, com diagnósticos mais rápidos, tratamentos personalizados e apoio à gestão hospitalar. No entanto, ao lado dos benefícios, também surgem riscos significativos para a saúde física e mental das pessoas, que merecem atenção.

1. Dependência Excessiva e Perda de Autonomia Médica

Com a crescente automação, há o risco de profissionais da saúde se tornarem excessivamente dependentes da IA. Isso pode levar a diagnósticos mal interpretados se os sistemas forem tratados como infalíveis. Médicos podem perder a autonomia clínica, confiando em algoritmos que, apesar de precisos, não substituem o julgamento humano.

2. Erros algorítmicos e falta de transparência

Algoritmos de IA são treinados com grandes volumes de dados, mas dados enviesados ou incompletos podem levar a decisões erradas. Além disso, muitos sistemas são "caixas-pretas", ou seja, as suas decisões não são transparentes. Isso dificulta a contestação de diagnósticos, podendo resultar em tratamentos inadequados ou até perigosos.

3. Privacidade e vazamento de Dados de Saúde

A coleta massiva de informações médicas para treinar IA expõe os pacientes ao risco de vazamento de dados sensíveis. A violação da privacidade pode causar estigmatização, discriminação e impactos psicológicos severos, principalmente em casos envolvendo doenças mentais ou sexualmente transmissíveis.

4. Impactos Psicológicos e Desumanização do Cuidado

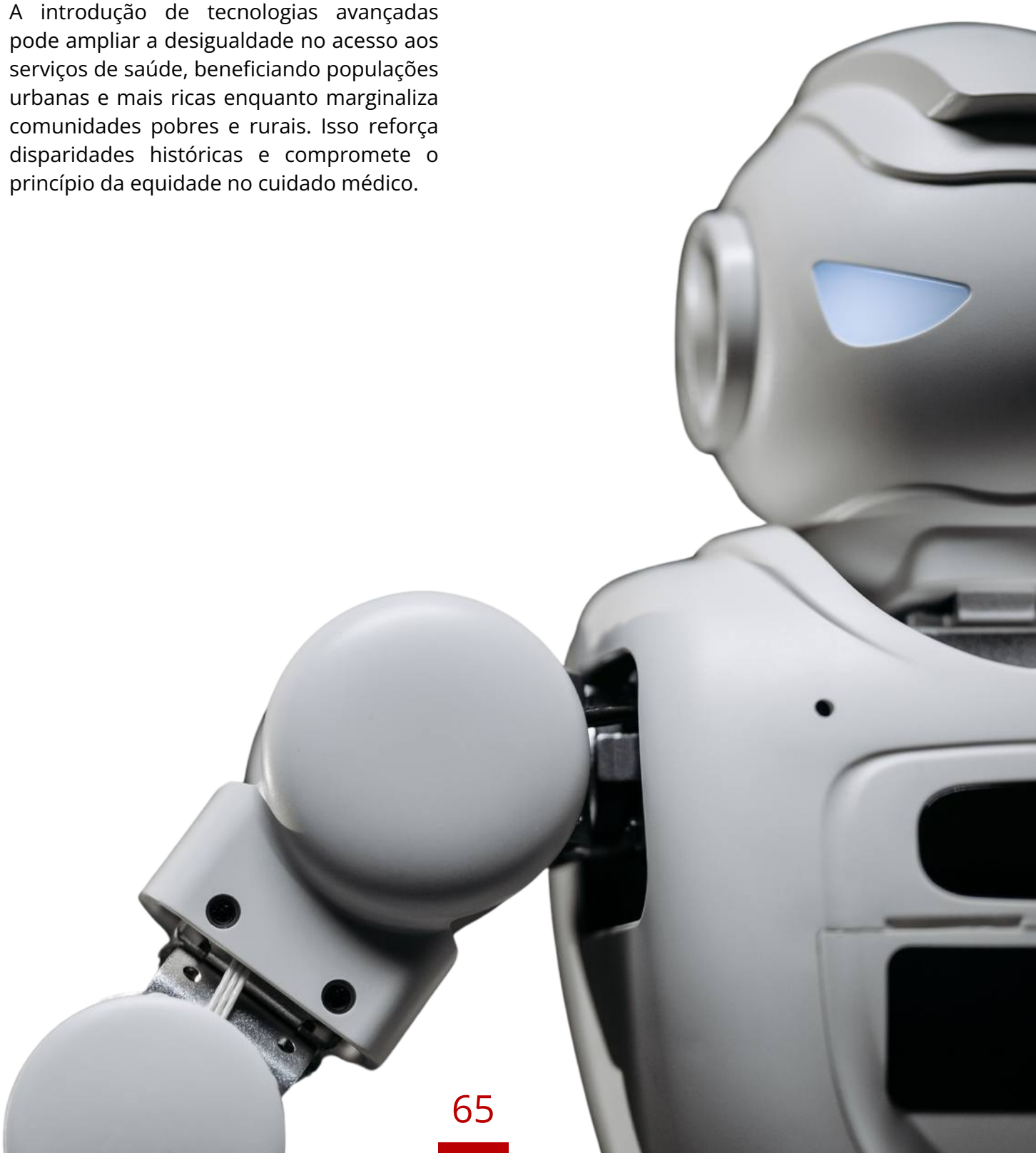
Ao substituir parte do contato humano por máquinas, corre-se o risco de desumanizar o atendimento médico. Os pacientes podem sentir-se ignorados ou tratados como números. Isso afeta especialmente idosos, pessoas com deficiência e pacientes em sofrimento psíquico, que dependem do vínculo humano no processo terapêutico.

5. Desigualdade no Acesso à Saúde

A introdução de tecnologias avançadas pode ampliar a desigualdade no acesso aos serviços de saúde, beneficiando populações urbanas e mais ricas enquanto marginaliza comunidades pobres e rurais. Isso reforça disparidades históricas e compromete o princípio da equidade no cuidado médico.

Embora a inteligência artificial ofereça possibilidades revolucionárias na medicina, o seu uso deve ser guiado por princípios éticos, transparência e supervisão humana constante.

É fundamental equilibrar inovação tecnológica com cuidado humano, garantindo que a saúde das pessoas — em todas as suas dimensões — seja sempre a prioridade.



Federação Nacional da Educação

Roteiro

Para a Legislatura **2025-2029**



Federação Nacional da Educação

DEFENDER A EDUCAÇÃO

julho 2025

JULHO 2025

jornal fne

Federação Nacional da Educação

DEFENDER A EDUCAÇÃO



ÍNDICE

3 - 4
EDITORIAL

5 - 12
DESTAQUE

13 - 30
AÇÃO SINDICAL

31
TEM A PALAVRA

32 - 39
PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

40 - 43
INTERNACIONAL

44 - 47
SAÚDE

FICHA TÉCNICA | JULHO 2025

Proprietário
Federação Nacional da Educação

Diretor
Pedro Barreiros

Produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro
Mário Jorge

Redação
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação
Rafael Marques

Sindicatos membros
- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS

FILIAÇÃO

EDITORIAL



2024-2025 em retrospetiva e 2025-2026 em perspetiva: a urgência de valorizar a educação

Chegados ao final do ano letivo 2024-2025, é tempo de fazermos um balanço do caminho percorrido e de projetarmos o que queremos para o próximo ano que se aproxima, 2025-2026.

A consulta nacional promovida pela FNE e pela AFIET entre 13 e 27 de junho de 2025 permitiu recolher a opinião de mais de quatro mil e seiscentos docentes de todos os níveis de ensino e os resultados desta auscultação são claros e incontornáveis.

Este foi o ano em que, graças ao acordo alcançado pela FNE, conseguimos recuperar parte do tempo de serviço que nos havia sido congelado. Este avanço contribuiu de forma decisiva para melhorar o ambiente vivido nas escolas e nas salas de professores de todo o país, devolvendo-nos a esperança de voltar a ter uma carreira digna e valorizada. No entanto, sabemos que o caminho está longe de concluído e que ainda há muito por resolver e conquistar.

Ao longo do ano que agora termina sentimos um agravamento do excesso de trabalho que recai sobre cada profissional, acompanhado por uma carga burocrática esmagadora que desvia tempo e energia daquilo que é verdadeiramente essencial: o ensino e a relação pedagógica com os alunos. Verificámos que a esmagadora maioria dos inquiridos se sente mal remunerada em comparação com a exigência e responsabilidade da profissão e que, embora quase todos afirmem gostar do que fazem e encontrem realização pessoal no exercício da docência, muitos não recomendariam esta carreira aos jovens, um sinal preocupante da sua falta de atratividade.

Acrescenta-se a estas dificuldades o aumento dos problemas de indisciplina nas escolas, alimentados por fatores diversos que vão desde a falta de apoio das famílias até à incapacidade de resposta das estruturas administrativas. Por outro lado, emerge o desafio trazido pelas novas tecnologias e pela utilização da inteligência artificial, que muitos ainda não se sentem preparados para integrar e avaliar de forma crítica. Também a formação contínua, que tantos reconhecem como essencial, permanece insuficiente e, muitas vezes, depende do esforço e do investimento pessoal de cada docente. Estes dados obrigam-nos a agir de forma determinada e responsável.

O próximo ano letivo tem de ser encarado como um momento decisivo. É nesta perspetiva que a FNE irá intensificar a negociação com o Ministério da Educação, Ciência (MECI) e Inovação para alcançar soluções concretas que valorizem a carreira docente e que reduzam a burocracia, garantindo tempo para o que realmente importa: ensinar, aprender e construir relações humanas sólidas. Queremos um plano de valorização profissional que inclua melhores salários, a correção de injustiças na carreira, melhores condições de trabalho, mas também medidas de reconhecimento profissional como o cartão do professor que permita aceder a bens e serviços culturais e educativos e ainda benefícios fiscais que possam contemplar os custos que cada um assume para o exercício da profissão, tais como: alojamento, deslocações, materiais pedagógicos e formação, entre outros.

Defendemos igualmente uma revisão urgente do Estatuto do Aluno e de outras normas que influenciam o funcionamento das escolas, para reforçar a autoridade pedagógica e melhorar o clima escolar, sem esquecer a necessidade de envolver as famílias e o MECI nesta tarefa comum. Outro eixo prioritário será o reforço da formação contínua, sobretudo na área digital, para que ninguém fique para trás perante as mudanças tecnológicas em curso e para que o uso de ferramentas de inteligência artificial se faça de forma pedagógica e ética. A valorização dos trabalhadores de apoio educativo continuará igualmente no centro das nossas propostas, com o roteiro que levaremos aos candidatos às eleições autárquicas no contexto da campanha eleitoral deste ano, visando melhores salários, carreiras mais justas e incentivos à formação.

Aos que diariamente asseguram com empenho e dedicação a qualidade das nossas escolas: Educadores, Professores, Técnicos e Assistentes, dirigimos uma palavra de reconhecimento pelo esforço e resiliência demonstrados neste ano letivo. Renovamos o compromisso da FNE de continuar a lutar por uma Educação de qualidade, que valorize quem nela trabalha e assegure a todas as crianças e jovens condições dignas para aprender e crescer. Sabemos que o caminho é exigente, mas sabemos também que a união e a mobilização de todos farão a diferença no futuro que queremos construir.

Com votos de umas férias bem merecidas e retemperadoras.



Pedro Barreiros
SECRETÁRIO-GERAL DA FNE



FNE fez balanço do ano letivo 2024-2025 em conferência de imprensa

A FNE realizou na manhã de 25 de julho de 2025, no Auditório do SPZN, no Porto, uma Conferência de Imprensa para balanço do ano letivo que agora termina e divulgação pública dos resultados da Consulta Nacional realizada em junho junto dos docentes sobre as condições de trabalho do ano 24-25.

Pedro Barreiros, acompanhado dos Vice-Secretários-Gerais António Jorge Pinto, José Cordeiro e do Presidente da FNE, Gabriel Constantino, começou por apresentar e comentar alguns dos principais resultados do inquérito que contou com praticamente 4800 respostas e que demonstrou que existe mais indisciplina, mantém-se a burocracia e existem menos meios, sendo que a esmagadora maioria dos professores não recomenda a profissão docente aos mais novos.

O líder da FNE lançou ainda a ideia da criação de um Cartão de Professor que dê acesso facilitado e a custo zero a vários serviços do Estado assim como uma redução fiscal na aquisição de material necessário ao exercício da profissão.

"Julgo que isso é simples de ser alcançado", afirmou, especificando que o cartão do professor deveria, por exemplo, dar acesso a museus e a outros serviços culturais e educacionais.

Pedro Barreiros deixou também a proposta de "reduções fiscais na aquisição de tudo aquilo a que os professores se sentem obrigados, não só nas deslocações e na residência, mas também na aquisição de materiais e bens que precisam para o exercício da profissão".

"Poderíamos ver qual o teto a ser definido", mas o objetivo é que os professores possam usufruir de "condições excecionais também de valorização daquilo que é o seu papel" para atrair mais jovens para a profissão, porque sem professores "vamos ter um problema muito grave no futuro. Já o temos hoje, aliás", acrescentando que é necessário "dar todas as condições aos professores e àqueles que trabalham nas escolas, que são também parceiros no dia-a-dia".

"Neste caso estou a falar enquanto professor, mas os nossos colegas, todos aqueles que estão nas escolas, todos juntos somos essenciais para alcançar aquilo que a sociedade pede e exige, que é qualidade", disse.

Pedro Barreiros reforçou que para existir uma escola pública de qualidade, é necessário "adotar as condições necessárias e adequadas" a essa qualidade, e não andar "a cada ano a comparar 'rankings' de escolas públicas com escolas privadas".

"Efetivamente, a escola pública não tem condições idênticas às escolas privadas e é normal que depois os 'rankings' traduzam algo que não corresponde à verdade, porque se a qualidade existe na escola privada, também há muita qualidade na escola pública", disse.





Educação sexual nas escolas "é tema sensível"

À margem da Conferência de Imprensa, Pedro Barreiros afirmou após questionado pelos órgãos de comunicação social sobre o tema, que a educação sexual nas escolas é "uma questão sensível" que deve envolver as famílias, os alunos e os professores para se perceber o que se pretende em cada comunidade pois "há realidades, há projetos escolares e projetos educativos onde a violência é o maior problema, há outras onde, eventualmente, a sexualidade é um problema", e apontou o exemplo de uma visita que realizou a uma escola em Cabo Verde onde "num curtíssimo espaço de tempo tinha havido 16 gravidezes precoces".

Ou seja, sustentou, "a educação sexual é um problema. No nosso caso, nós temos de ser capacitados, estar habilitados para trabalhar essas matérias com os nossos alunos, percebendo as idades de cada um, a maturidade de cada um, a concordância das famílias e dos encarregados de educação para abordar, de que forma e com que profundidade, esta questão".

FNE/LUSA

ONAL DA EDUCA
ÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃ
FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCA
UCAÇÃO. GARANTIR O FUTURO



CONSULTA NACIONAL

Sobre a Carreira Docente e as condições de exercício profissional, no termo do ano letivo 2024/2025

13 a 27 de junho 2025

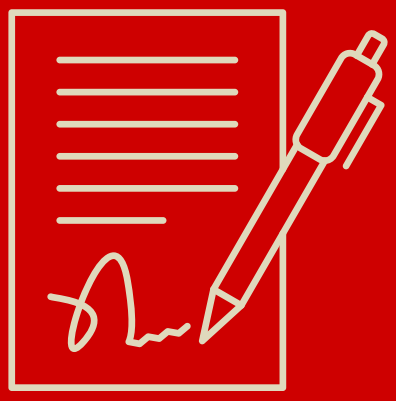
SYZN · SPZC Sindicato dos Professores da Zona Centro · SPGL Grande Lisboa · SDPSul · SDPA Sindicato Democrático dos Professores dos Açores · SPM Madeira · SPCL Sindicato dos Professores das Comunidades Lusíadas | fne · aflet

Resultados da Consulta Nacional: Excesso de trabalho, carga burocrática e remuneração preocupam docentes

A FNE apresentou publicamente os resultados da Consulta Nacional "Sobre a Carreira Docente e as condições de exercício profissional, no termo do ano letivo 2024/2025", realizada entre os dias 13 e 27 de junho de 2025, constituindo-se uma amostra de 4 638 docentes que no presente ano letivo lecionaram nos níveis de ensino Educação Pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, Ensino Secundário, Educação Especial e Ensino Profissional, em Portugal Continental, Regiões Autónomas e Estrangeiro.

Os resultados deste inquérito demonstram as condições em que decorreu o ano escolar que agora finaliza, nas dimensões da **Carreira e condições de trabalho; as novas ferramentas digitais e o ensino; Formação contínua; e Indisciplina em contexto escolar.**

Relativamente ao ponto **"Carreira e condições de trabalho",** o excesso de trabalho e a carga burocrática são assumidos por 98% como preocupantes ou fortemente preocupantes para a quase totalidade dos participantes.





Destaca-se igualmente a expressiva percentagem dos que afirmam que trabalham muito para aquilo que recebem (95,8%), o que dá nota de um nível muito elevado de insatisfação com os salários. Num elenco de preocupações sugeridas, a questão da remuneração é, aliás, para 96,3% assumida como preocupante, muito ou extremamente preocupante sendo também muito elevado o número dos que não incentivariam um jovem a escolher a carreira docente – 73,2%. Apesar de tudo isto, 94,4% dizem que gostam da sua profissão.

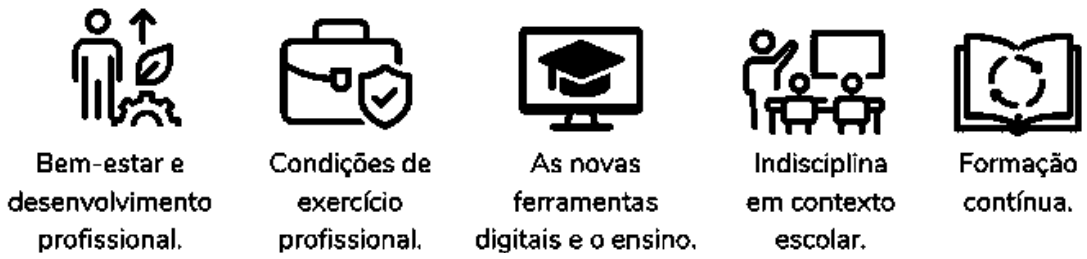
Sobre **"as novas ferramentas digitais e o ensino"** nota-se que a maioria discorda, ou totalmente, ou muito, da utilização pedagógica dos telemóveis pelos alunos na sala de aula no ensino básico - 52,8%. São 63,6% os que concordam com a utilização pedagógica dos telemóveis pelos alunos na sala de aula no ensino secundário e é esmagadora a percentagem dos que não concordam com a utilização dos telemóveis pelos alunos no recreio no ensino básico - 92,4%.

Já 64,7% dos participantes afirmam que não se sentem com conhecimentos para avaliar os trabalhos dos alunos realizados com recurso a ferramentas da Inteligência Artificial Generativa.

No ponto relativo à **"Formação contínua"** a esmagadora maioria (91,3%) afirma que teve acesso a formação contínua neste ano letivo. Já 34,2% não frequentou nenhuma ação de formação de capacitação digital e quase metade dos participantes (48,1%) teve de procurar oferta de formação contínua fora do Centro de Formação da sua escola.

É muito significativa (89,4%) a percentagem dos que consideram que a formação contínua que frequentaram no último ano letivo serviu para melhorar o meu desempenho docente e cerca de um terço dos participantes (32,8%) teve de pagar para frequentar ações de formação contínua, por não ter acesso a elas através do seu Centro de Formação.

DIMENSÕES APRECIADAS



A **"indisciplina em contexto escolar"** mostrou os problemas de comportamento dos seus alunos e os participantes assinalaram alguns dos pontos que mais os preocupam no seu dia a dia: Incapacidade de seguir regras – 63,2%, conversa em sala de aula – 33,6% e a distração com telemóveis - 14,8% (ex: mensagens de texto, câmaras fotográficas) foram alguns dos factos mais apontados.

Mas foram identificadas como dificuldades para lidar com a indisciplina outros pontos: Falta de apoio dos pais – 41,0%; Sensação de stresse e esgotamento devido à gestão constante do comportamento indisciplinado – 38,4%; ou Limitações administrativas decorrentes do Estatuto do Aluno – 27,1%.

Esta consulta terminou com uma questão aberta para que os participantes identificassem as três principais prioridades das reivindicações sindicais na atualidade, tendo sido registadas de uma forma maioritária as seguintes:

• A carreira e as condições do seu desenvolvimento;
• A valorização salarial;
• A diminuição da burocracia;
• A organização do horário de trabalho;
• O nível de indisciplina nas escolas;
• A alteração do modelo de avaliação de desempenho e a eliminação do regime de quotas;
• O respeito pelas especificidades do trabalho em monodocência;
• A alteração do modelo de gestão das escolas.

Em jeito de resumo, podemos concluir que a burocracia sufoca os professores, a indisciplina desgasta os docentes e a carência de apoios e condições de trabalho, compromete a profissão.

A fechar, ao compararmos as escolhas da consulta deste ano com as dos anos anteriores, e ao verificarmos que algumas das reivindicações do passado ou desapareceram ou se atenuaram, não podemos deixar de as interpretar como o efeito altamente positivo do acordo celebrado pela FNE com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação no dia 21 de maio de 2024, **para a recuperação do tempo de serviço** e para determinação de condições excecionais de desenvolvimento de carreira.



Consulte AQUI os resultados completos da Consulta Nacional

FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

DEFENDER A EDUCAÇÃO

- Carreira as condições do seu desenvolvimento
- Valorização salarial;
- Eliminação da burocracia;
- Organização do horário de trabalho;
- Indisciplina nas escolas;
- Avaliação de desempenho e a eliminação do regime de quotas;
- Especificidades do trabalho em monodocência;
- Modelo de gestão das escolas.

CONSTRUIR O FUTURO!



1 de julho marcou mais um passo na recuperação do tempo de serviço

A FNE registou a 1 de julho mais um avanço significativo no processo de recuperação do tempo de serviço dos professores, na sequência do acordo histórico celebrado em 21 de maio de 2024 com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI). Este acordo, alcançado após um processo de diálogo e negociação construtivos, constituiu um marco determinante na vida de milhares de professores e educadores.

O decreto-lei aprovado concretiza a recuperação do tempo de serviço que esteve congelado, num total de seis anos, seis meses e 23 dias, equivalentes a 2.393 dias. Essa recuperação decorre de forma faseada, a um ritmo médio de 25% por ano, entre 2024 e 2027, com a seguinte distribuição: 25% a 1 de setembro de 2024; 25% a 1 de julho de 2025; 25% a 1 de julho de 2026; e 25% a 1 de julho de 2027.

No primeiro dia de julho cumpriu-se então o marco da segunda tranche, um momento que merece ser destacado por representar não apenas mais um passo na reposição do tempo de serviço congelado, mas também pela concretização da dispensa de vagas para acesso aos 5.º e 7.º escalões a todos os docentes abrangidos por este processo.

Para a FNE, "este acordo constitui um ato de justiça para os docentes, resultado do compromisso e do diálogo que permitiram alcançar uma solução justa, equilibrada e sustentável. Representa também um avanço com impacto real na vida dos professores, traduzindo o reconhecimento e a valorização do trabalho que desenvolveram ao longo dos anos".

Esta medida foi possível graças ao acordo alcançado entre o MECI e sete das doze organizações sindicais representativas dos docentes, tendo sido determinante o entendimento celebrado com a FNE, que permitiu desbloquear um processo há muito reivindicado pelos professores e educadores.

FNE reagiu aos resultados da auditoria pedida pelo MECI sobre falta de professores

Em declarações à Antena 1, o Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, afirmou que "o Ministério da Educação pode saber facilmente quantos alunos estiveram sem aulas nos 2 últimos anos letivos. Basta pedir os números às escolas". E, por isso, confessa-se perplexo pelo resultado da auditoria não adiantar dados concretos. Pedro Barreiros lamentou ainda o que considera ser a falta de transparência por parte do ministério e diz que a situação penaliza a escola pública.



Proibição de telemóveis nas escolas levantou dúvidas à FNE

Já relativamente ao tema da proibições de telemóveis nas salas de aula, a FNE pediu ao Ministério da Educação uma clarificação das regras de utilização de telemóveis, pois as escolas já estão a preparar o próximo ano letivo: "As regras têm de ser claras e é necessário definir as consequências da utilização do telemóvel na sala de aula, no recreio, onde quer que fique definida essa proibição. O telemóvel é confiscado? É entregue aos encarregados de educação?" questionou Pedro Barreiros em comentário à Rádio Renascença.



FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO



ENCONTRO 2025
EDUCAÇÃO

FINAL DO ANO LETIVO 2024/2025

18 JUL | SECRETARIADO NACIONAL

19 JUL | CONSELHO-GERAL

Grande Hotel de Luso

SYZN · SPZC Sindicato dos Professores da Zona Centro · SPGL Grande Lisboa · SDPSul · SDPA Sindicato Democrático dos Professores dos Açores · SPM Madeira · SPCL Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas · STAE Zona Norte · STAE Zona Centro · STAE Sul e Regiões Autónomas



FNE preparou próximo ano letivo no Luso

O Secretariado Nacional (SN) e o Conselho Geral (CG) da FNE reuniram no Luso, respetivamente a 18 e 19 julho de 2025, para uma apreciação da situação político-sindical, balanço do ano letivo em curso e determinação da ação reivindicativa para 2025-2026.

Na ordem de trabalhos do denominado "Encontro Educação 2025" estiveram os resultados da Consulta Nacional da FNE de junho deste ano, à qual responderam 4 638 docentes de todo o país.

O Secretariado Nacional da FNE de 18 de julho de 2025 no Luso analisou o ano letivo 2024-2025, debateu o atual contexto político, económico, social e sindical e determinou as suas consequências em termos de ação sindical a desenvolver.

A apresentação dos resultados da **"Consulta Nacional sobre a carreira docente e as condições de trabalho no ano letivo 2024-2025",** promovida pela FNE em parceria com a AFIET, teve um destaque especial, com um debate muito participado em torno das conclusões alcançadas.

Esta reunião marcou a aprovação por unanimidade de uma proposta de redesignação profissional dos trabalhadores tradicionalmente designados de "Não Docentes" para **"Trabalhadores de Apoio Educativo" (TAE).** Para a FNE, mais do que uma mudança terminológica trata-se de um ato de reconhecimento institucional e de justiça simbólica, que visa consolidar a identidade agentes educativos e reforçar a sua valorização e dignificação profissional.

A reunião fechou com a calendarização e determinação das prioridades de ação reivindicativa da FNE para o próximo ano letivo.

Por sua vez, o **Conselho Geral da FNE** de 19 de julho de 2025, ficou também a conhecer os resultados da Consulta Nacional da FNE/AFIET do corrente ano, abrindo-se depois o espaço para debate sobre a preparação do próximo ano escolar, em termos de ação sindical da FNE.

O Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, interveio nas duas reuniões, com intervenções muito fortes sobre as contrariedades e os desafios do sistema educativo nacional, destacando a falta de professores, o excesso da carga burocrática na profissão docente, uma nota crescente na indisciplina na sala de aula, a necessidade de valorização de educadores, professores e trabalhadores de apoio educativo, melhores condições de aposentação e a urgência em que todos os serviços do Ministério da Educação trabalhem a uma só voz.





FNE sempre a crescer

Tanto o Secretariado Nacional como o Conselho Geral da FNE consideraram o corrente ano letivo como muito positivo, quer no crescimento e representatividade sindical, quer na credibilidade, visibilidade e reconhecimento institucional da federação, para o que muito contribuíram o acordo com o MECI de recuperação de tempo de serviço, a antecipação dos concursos e organização do ano letivo, a Mobilidade por Doença ou a negociação coletiva nos setores privado e social.

As duas reuniões sublinharam "a abordagem firme e responsável da FNE", articulando de forma estratégica a ação sindical, a auscultação dos profissionais da educação e a negociação sindical.

Aqueles dois órgãos sociais da FNE realçaram também os desafios persistentes no sistema educativo português, entre eles a falta de professores e precariedade profissional, a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), as remunerações, as condições laborais e questões várias relacionadas com o tempo de trabalho.

Para a FNE, estes aspetos exigem um acompanhamento atento, uma pressão sindical contínua e um diálogo social efetivo, centrado na valorização e dignificação da profissão docente, das carreiras dos trabalhadores de apoio educativo e na qualidade da Educação.


Galeria de Fotos
FINAL DO ANO LETIVO 2024/2025
ENCONTRO 2025
EDUCAÇÃO
fne
www.fne.pt
Secretariado Nacional
Conselho Geral



Apoios de deslocação - FNE não considerou "valores suficientemente atrativos"

A FNE considerou que a proposta de alteração ao apoio atribuído a professores deslocados, apresentada pelo Governo na reunião realizada com o MECI a 21 de julho de 2025, "é insuficiente para atrair docentes para as zonas mais carenciadas" e insistiu que "a resolução do problema passa pela valorização da carreira".

Além do alargamento, a partir de setembro, a todos os docentes deslocados, independentemente de estarem ou não colocados numa escola considerada carenciada, a principal novidade é a introdução de uma majoração entre 15 e 50 euros para aqueles que lecionam nas zonas onde mais faltam professores.

À saída do encontro que aconteceu em Caparide, Manuel Teodósio, Vice SG da FNE reforçou que as medidas apresentadas são transitórias e, quanto à majoração, não verificam no valor atribuído um incentivo suficiente para que os professores optem, apenas por isso, pelas zonas onde fazem mais falta: "A compensação acaba por ser um pouco diluída.

Não nos parece que sejam valores suficientemente atrativos para que os professores possam ir para esses QZP's", acrescentando que "a resolução definitiva deste problema é ter uma carreira atrativa".

De acordo com a proposta apresentada pelo Governo, os valores mantêm-se inalterados para a generalidade dos professores beneficiários: 150 euros para aqueles entre 70 e 200 quilómetros de casa, 300 euros para os docentes que estão entre 200 e 300 quilómetros e 450 euros para os que dão aulas a mais de 300 quilómetros da residência.

No entanto, e ao contrário do que previa o diploma aprovado pelo parlamento em março, o Governo introduz agora uma majoração para os professores que estejam a lecionar em escolas inseridas nas áreas geográficas de quadros de zona pedagógica considerados deficitários.

Nesses casos, os docentes vão receber mais 15 a 50 euros, dependendo da distância: 165 euros mensais se estiverem a menos de 200 quilómetros, 335 euros entre 200 e 300 quilómetros e 500 euros se a distância for superior a 300 quilómetros.

Consulte aqui a proposta do Ministério da Educação, Ciência e Inovação

A FNE irá enviar até a próxima sexta-feira a sua contraproposta ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação.









FNE ouviu proposta do MECI sobre o RJIES

A FNE, representada pelo Secretário-Geral, Pedro Barreiros, o Vice Secretário-Geral, Manuel Teodósio, o Secretário-Geral Adjunto, José Luís Abrantes e os Professores Bravo Nico (SDPSUL) e Fernando Serra (SDPGL), reuniu na tarde de 24 julho de 2025 com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) sobre o Ensino Superior.

Neste encontro foram abordados os seguintes temas:

- Análise da proposta de lei do Governo que procede à alteração do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES);
- Análise da proposta de portaria que regulamenta o regime transitório da carreira de investigação científica, constante do anexo III à Lei n.º 55/2025, de 28 de abril.

José Luís Abrantes afirmou aos órgãos de comunicação presentes à saída deste encontro que relativamente à nova proposta da tutela para o RJIES *"apontámos ao Governo alguns pormenores ainda por limar, mas há uma bandeira da FNE que nós dissemos ao sr. Ministro que queríamos ver no RJIES: a total proibição de trabalho não remunerado, isto porque sabemos que existem instituições de ensino superior em que se abusa deste trabalho que depois tem um enorme conjunto de 'desculpas' que contrariam o que um país democrático devia defender e que é não existir trabalho não remunerado no seu seio, seja uma instituição pública ou privada. É uma pena e podemos falar de situações em que as instituições convidam alguns dos melhores alunos, alguns dos melhores cérebros deste país, que sãochamados para realizar trabalho não remunerado, tal como dar aulas ou trabalhos em projetos".*

A FNE saúda a proposta do MECI que prevê a eleição do Reitor por um colégio eleitoral alargado, valorizando a participação de docentes, estudantes e pessoal técnico e administrativo, o que constitui um avanço democrático na governação das instituições de ensino superior.

Contudo, a FNE manifesta reservas quanto à inclusão obrigatória dos antigos estudantes com um peso mínimo de 10% no processo eleitoral. Reconhecendo a importância da sua ligação à instituição, consideramos que tal proporção poderá comprometer a representatividade efetiva de quem vive e trabalha diariamente nas instituições, desvirtuando o equilíbrio entre os diferentes intervenientes.

A participação dos antigos estudantes deve ser devidamente regulamentada e enquadrada de forma equilibrada, salvaguardando a centralidade da comunidade académica ativa.

A FNE continuará a acompanhar este processo com atenção e fará chegar as suas contrapropostas ao MECI até ao final da próxima semana.



Roteiro para as Autárquicas apresentado aos Grupos Parlamentares

A FNE reuniu ao longo do mês de julho, na Assembleia da República, com os Grupos Parlamentares do CHEGA, PSD, LIVRE e PS.

Nestes encontros a FNE apresentou o seu Roteiro para a Legislatura 2025-2029 assim como o Roteiro "Pela valorização dos Trabalhadores de Apoio Educativo" para as próximas eleições autárquicas.





A FNE aproveitou ainda esta oportunidade para apresentar os primeiros resultados provisórios da Consulta Nacional, realizada entre os dias 13 e 27 de junho de 2025, que contou com a participação de cerca de 4.700 professores e educadores e cujos resultados finais foram divulgados publicamente em conferência de imprensa a 25 de julho de 2025 (link para CI).

Estes encontros inseriram-se no conjunto de contactos institucionais que a FNE está a desenvolver com os diferentes partidos com representação parlamentar, tendo como objetivo partilhar as suas propostas para a valorização dos trabalhadores da educação e para o reforço da qualidade do sistema educativo, sublinhando a importância de um compromisso alargado em torno das questões fundamentais da escola pública.







Delegação da UTAD e do Fórum Auditoria Cidadã recebida pela FNE

O Secretário-Geral (SG) da FNE, Pedro Barreiros, recebeu no Porto, uma comitiva da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), ao final da manhã de 9 de julho de 2025.

A comitiva era composta por Levi Leonido, João Barroso, Ari Carvalho e Isildo Paulo, representando docentes, funcionários e estudantes daquela universidade, e contou com a participação do Fórum de Auditoria Cidadã, criado em fevereiro deste ano, com o objetivo de auditar e, se necessário, tornar públicas situações irregulares ou ilegais que ocorram em diferentes níveis no universo do ensino superior em Portugal.

Levi Leonido, professor na UTAD, referiu que a Auditoria Cidadã pretende debater problemas gravíssimos dentro das universidades, tais como o assédio laboral, o acesso às carreiras e progressões, processos de avaliação de professores ou funcionários, ou ainda a asfixia no ensino superior, onde ainda prevalece o medo de falar. Na génese desta iniciativa está também Paulo Seixas, professor da Universidade de Lisboa.

A comitiva da UTAD confessou-se muito preocupada com a situação "inédita e incrível" por que passa a instituição.

Em causa o facto de o atual reitor Emídio Gomes ter terminado o seu mandato em 14 de maio de 2025 e de a UTAD se encontrar sem Conselho Geral desde 20 de fevereiro passado. Na verdade, os resultados da eleição para o Conselho Geral da UTAD foram homologados em 10 de março deste ano, mas as sete personalidades externas coaptadas não foram notificadas pelo Reitor, que manifestou dúvidas sobre a legalidade do processo.

A IGEC - Inspeção Geral da Educação e Ciência decidiu arquivar o processo, porém o Reitor terá decidido por apenas proceder à notificação dos cooptados após o trânsito em julgado da decisão judicial. Na prática, acentuou Levi Leonido, e na inexistência de um Conselho Geral, o "Reitor gere sem controlo de ninguém, provocando um dano irreparável à imagem da UTAD". A comitiva da universidade sublinhou que o Reitor "não está a cumprir a lei e não acata a decisão do tribunal", numa decisão no plano judicial que ainda pode demorar longos meses.

O mais surpreendente é que na inexistência de um Conselho Geral as decisões ficam na mão do Conselho de Gestão da universidade, presidido pelo próprio Reitor. O que levou a comitiva da UTAD a considerar que o "Reitor bloqueou o normal funcionamento da universidade".

O SG da FNE, acompanhado pelo Vice-Secretário-Geral António Jorge Pinto, pelo Secretário-Executivo Joaquim Santos e pelo Secretário Nacional Avocado Pedro Brandão, registou as considerações da comitiva da UTAD e concluiu sublinhando que o que interessava no caso era "normalizar o funcionamento da Instituição".

Pedro Barreiros comprometeu-se a informar o Secretariado Nacional e o Conselho Geral da FNE, nas reuniões que se realizarão nos dias 18 e 19 de julho, no Luso, sobre o teor desta reunião. Caso obtenha o mandato esperado, fará chegar um documento ao MECI durante a reunião negocial agendada com a FNE, no âmbito do ensino superior, para a tarde do próximo dia 23 de julho, nas instalações do referido ministério, na Avenida Infante Santo, em Lisboa.



FNE e FRAP Algarve unem esforços por melhores condições nas escolas da região

A FNE, representada pelo seu Secretário-Geral Pedro Barreiros, reuniu na tarde do dia 5 de julho de 2025 com a Federação Regional das Associações de Pais do Algarve (FRAP Algarve), numa sessão de trabalho que decorreu entre as 15h00 e as 17h00. A reunião contou ainda com a presença da Presidente da FRAP Algarve, Marta Rodrigues, dos Vice-Presidentes Fernando Machado e Susana Vicente e do Assessor Alberto Santos.

Este encontro teve como principal objetivo aprofundar o diálogo entre ambas as organizações, identificar os principais desafios que afetam as comunidades educativas da região e delinear propostas conjuntas para a sua resolução.

Durante a reunião, a FRAP Algarve apresentou a sua estrutura e missão, sublinhando a importância da articulação com parceiros como a FNE na defesa da qualidade da educação no Algarve.

Entre os temas em destaque, foi abordada a grave carência de recursos humanos, com a ausência de 126 docentes em setembro de 2024, situação que afetou cerca de 13.000 alunos, sobretudo em disciplinas como Matemática, Físico-Química, Português, Educação Especial, Português Língua Não Materna (PLNM) e Inglês.

Também a sobrelotação de turmas em municípios como Faro, Loulé e Portimão e a falta de técnicos especializados e assistentes operacionais foram referidas como problemas urgentes a resolver.

Outro dos pontos críticos debatidos foi o impacto dos constrangimentos tecnológicos na realização das provas digitais em 2025, devido a falhas de rede, escassez de equipamentos e problemas de software, com episódios de interrupções em escolas de Albufeira e Silves.

No campo dos apoios psicossociais, a reunião sublinhou a insuficiência de psicólogos nas escolas da região — com um rácio de 1 psicólogo para 1.500 alunos, muito acima do recomendado (1 para 900) — e o preocupante aumento dos casos de ansiedade e depressão entre os alunos dos 2.º e 3.º ciclos.

Face a este cenário, a FNE e a FRAP Algarve defenderam a necessidade de:

- um reforço urgente do corpo docente e das equipas técnicas;

- a implementação de um programa regional de apoio psicossocial;

- a garantia de equidade no acesso e condições para as provas digitais, com o reforço dos meios tecnológicos nas escolas algarvias.

A FRAP Algarve destacou a importância da criação de um diálogo estruturado e contínuo com a FNE, com vista à construção de posições conjuntas e ao desenvolvimento de soluções alinhadas com as necessidades concretas das comunidades educativas da região. Ambas as organizações manifestaram disponibilidade para o desenvolvimento futuro de parcerias e ações conjuntas.

A FNE reafirma o seu compromisso com a defesa de uma escola pública de qualidade, capaz de responder aos desafios que se colocam às comunidades escolares do Algarve e de todo o país.



Despedimo-nos do ano letivo, não dos problemas por resolver

Em cada ano fica o que temos de nós. Não somos donos do tempo. É a sede do tanto que faz belo o que permanece.

Despedimo-nos do ano letivo. Não nos despedimos dos dias em que fomos felizes. Não nos despedimos dos problemas por resolver.

O canto vira pranto com a não atualização das verbas com as IPSS que trabalham diretamente com as crianças e os jovens do DL 54/2018. Estas instituições precisam de condições para continuarem a dar afagos. A ternura surda tem de se fazer ouvir.

A Educação e Formação Profissional tem contribuído para a redução do abandono escolar. É preciso continuar o caminho com o reforço das verbas do Fundo Social Europeu. O percurso escolar destes alunos não pode anoitecer cedo. A escola é o lugar para os alunos ficarem.

No próximo ano letivo os telemóveis vão estar no silêncio esperado, para os alunos dos 1º e 2º Ciclos.

Este ano letivo já estiveram no Agrupamento de Escolas Marcelino Mesquita do Cartaxo, entre tantos outros. É a forma de se escutar a música dos lábios.

As obras nas escolas não podem ficar à sorte de quem decide. As escolas são lugar para todos. É a pátria com sentido.

É preciso devolver atratividade à Carreira Docente.

A ressurreição faz-se com a generalização do subsídio a docentes deslocados e a valorização económica dos indicies salariais. As mãos não podem ficar vazias.

A melhoria do ensino faz-se, também, com ascensão significativa das condições salariais dos Assistentes Operacionais e dos Assistentes técnicos. É a ambição maior de quem toma o aperto dos dias dos nossos alunos. De quem carrega as sombras nas horas pesadas.

Jorge Tavares
Diretor do AE Marcelino Mesquita do Cartaxo
Membro do Conselho Geral do SDPGL



A Atualidade dos Trabalhadores de Apoio Educativo nas Escolas em Portugal

Em Portugal, os trabalhadores de apoio educativo assumem um papel indispensável no funcionamento das escolas públicas, particularmente num contexto educativo cada vez mais diverso e exigente. Estes profissionais – como os assistentes operacionais, assistentes técnicos, técnicos especializados e auxiliares de ação educativa – garantem o apoio direto aos alunos, em especial aos que têm necessidades educativas específicas, asseguram a organização dos espaços escolares e colaboram com os docentes no desenvolvimento de uma escola inclusiva.

Nos últimos anos, a importância destes trabalhadores tem sido amplamente reconhecida pela comunidade educativa, sobretudo devido ao crescimento do número de alunos com necessidades educativas especiais e à complexificação dos contextos sociais e familiares dos estudantes. Contudo, esta valorização simbólica nem sempre se reflete nas condições de trabalho oferecidas.

Muitos destes profissionais enfrentam baixos salários, carreiras estagnadas, contratos precários e falta de formação contínua adequada. Em várias escolas, especialmente nas zonas mais carenciadas ou do interior do país, a escassez de pessoal de apoio é evidente, o que compromete a segurança, o acompanhamento e o bem-estar dos alunos.

Além disso, as funções atribuídas a estes trabalhadores nem sempre são claras ou respeitadas. Há casos em que são chamados a substituir professores ou a realizar tarefas para as quais não têm formação, o que pode gerar situações de stresse, desgaste e até conflitos no ambiente escolar.

Nos últimos anos, têm sido registadas manifestações, greves e reivindicações sindicais exigindo melhores condições salariais, reforço de pessoal e maior estabilidade contratual. O governo tem anunciado medidas pontuais, como concursos de vinculação e reforços temporários, mas muitos profissionais consideram que ainda está longe de ser feita uma reforma estrutural que dignifique verdadeiramente a carreira.

A construção de uma escola pública de qualidade e inclusiva exige o reconhecimento efetivo de todos os que nela trabalham. Valorizar os trabalhadores de apoio educativo não é apenas uma questão de justiça profissional – é uma necessidade para garantir o bom funcionamento do sistema educativo e a igualdade de oportunidades para todos os alunos.

Cristina Peixoto
Presidente do STAE-ZN

ELEIÇÕES AUTARQUICAS 2025

ROTEIRO



ROTEIRO

ROTEIRO

PELA VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DE APOIO EDUCATIVO!

STAE ZONA NORTE

STAE ZONA CENTRO

STAE SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

FNE entregou "Roteiro pela valorização dos Trabalhadores de Apoio Educativo" a candidatos autárquicos

A FNE elaborou o "Roteiro pela valorização dos Trabalhadores de Apoio Educativo – Eleições Autárquicas 2025", no qual destaca as suas maiores preocupações relativas às políticas de Educação, que devem ser tidas em conta para estes trabalhadores, assim como demonstra a sua disponibilidade para um diálogo sério, efetivo e regular, capaz de ultrapassar os problemas do setor.

O Roteiro pela valorização dos Trabalhadores de Apoio Educativo (TAE) aponta vários temas com necessidade de resolução prioritária, expressa na Resolução de Vila Real, aprovada nas celebrações do Dia Nacional do Trabalhador Não Docente, em 23 de novembro de 2024, e que é um marco reivindicativo e programático que destaca a falta de estratégia da maioria das autarquias, onde falta assumir plenamente o seu papel como empregadores responsáveis por políticas locais de educação.

Entre eles o início de um processo negocial que conduza à definição dos conteúdos funcionais específicos e ao estabelecimento das carreiras especiais de Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais; a adoção de medidas que eliminem a precariedade, assegurando a vinculação e a consolidação das mobilidades; a revisão da portaria dos rácios e a consequente melhoria efetiva das condições de trabalho.

O "Roteiro pela valorização dos Trabalhadores de Apoio Educativo – Eleições Autárquicas 2025" da FNE apresenta cinco propostas iniciais para a valorização profissional, no âmbito das competências educativas das autarquias: a revisão das tabelas salariais, o desenvolvimento das carreiras, o reconhecimento das qualificações e incentivos à formação. A estas, a FNE acrescenta o devido reconhecimento e valorização social.

A FNE considera necessário um reforço significativo de compromisso político e medidas concretas que traduzam uma verdadeira valorização destes trabalhadores, que afirmam sentir-se invisíveis aos olhos dos sucessivos governos, que não os reconhecem nem valorizam.

A FNE reafirma a sua disponibilidade para o diálogo e para a negociação, mas exige compromissos concretos e mensuráveis que respondam às justas reivindicações dos TAE, uma vez que sem a valorização destes educadores nenhuma reforma educativa será verdadeiramente eficaz.

Ao longo do mês de julho, foram feitos chegar a vários candidatos a autarquias nacionais este documento através de encontros com os Sindicatos STAAE's da FNE.











ROTEIRO

STAE ZONA NORTE STAE ZONA CENTRO STAE SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS






Luísa Maia




BRUNO PEREIRA
PSD | CDS



FNE propõe designação de Trabalhadores de Apoio Educativo para os “não docentes”.

A FNE enviou a 21 de julho de 2025, um ofício ao Ministro da Educação, Ciência e Inovação, com uma Proposta de *Redesignação da Categoria Profissional dos Trabalhadores Tradicionalmente Designados como “Não Docentes” para “Trabalhadores de Apoio Educativo”.*

A proposta foi aprovada por unanimidade pelo Secretariado Nacional e pelo Conselho Geral da FNE, respetivamente 18 e 19 de julho de 2025, no Luso.

Como é do conhecimento geral, os profissionais que asseguram diariamente o funcionamento das escolas, desempenhando funções fundamentais no contexto educativo, continuam a ser oficialmente designados como “Trabalhadores Não Docentes”.

Esta designação, construída por negação (não docente), desvaloriza simbolicamente a sua identidade profissional e obscurece a relevância e especificidade das suas funções.

Por esta razão, e perante a importância crescente do seu papel no quotidiano escolar, a FNE considera necessário e urgente rever esta nomenclatura, adotando uma designação que valorize institucionalmente e socialmente a função que desempenham e contribua para a construção de uma identidade profissional mais forte.



Os atualmente denominados trabalhadores não docentes desempenham funções centrais no apoio ao processo educativo, nomeadamente no acolhimento, acompanhamento, escuta ativa, mediação, organização, apoio técnico e administrativo das nossas escolas.

São, em muitos casos, os primeiros e os últimos rostos que os alunos encontram no seu dia escolar, estando profundamente envolvidos na construção de um ambiente educativo mais inclusivo, mais humano e mais seguro.

Apesar disso, a sua categoria profissional é, por vezes, remetida a um plano secundário, como se a sua atuação estivesse meramente subordinada à dos docentes.

Esta perceção ignora a exigência, responsabilidade e profissionalismo que o trabalho destes trabalhadores envolve, especialmente em contextos educativos desafiadores.

É, pois, essencial para a FNE reconhecer que estes profissionais não são um mero complemento do processo educativo, mas sim parte integrante do mesmo. Trabalham lado a lado com docentes, alunos e famílias, contribuindo ativamente para o desenvolvimento integral dos estudantes e para o bom funcionamento das instituições de ensino.

Em conclusão, a alteração da designação da categoria profissional dos chamados não docentes representa mais do que uma mudança terminológica. Trata-se de um ato de reconhecimento institucional e de justiça simbólica.

Adotar a expressão "Trabalhadores de Apoio Educativo" é reconhecer que a escola se constrói em equipa, e que todos os profissionais que nela intervêm são agentes educativos fundamentais.

Esta mudança contribuirá para consolidar a identidade destes trabalhadores, reforçar a sua valorização e dignificação profissional e, em última instância, promover uma escola mais inclusiva, cooperativa e de qualidade para todos.

FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO



fne UGT CPLP-SE



Como a Islândia inverteu o declínio do número de professores licenciados

Lilja Dogg Alfreosdóttir, Ministra da Educação, Ciência e Cultura da Islândia entre 2017 e 2021, explicou num artigo publicado na OCDE Education and Skills Today, de 3 de julho de 2025, o modo como a Islândia conseguiu inverter o declínio do número de professores licenciados.

Três fatores estiveram na origem deste milagre educativo: uma política nacional de educação com uma visão clara; incentivar os estudantes a entrar e a terminar a formação de professores; e a investigação e crescimento profissional.

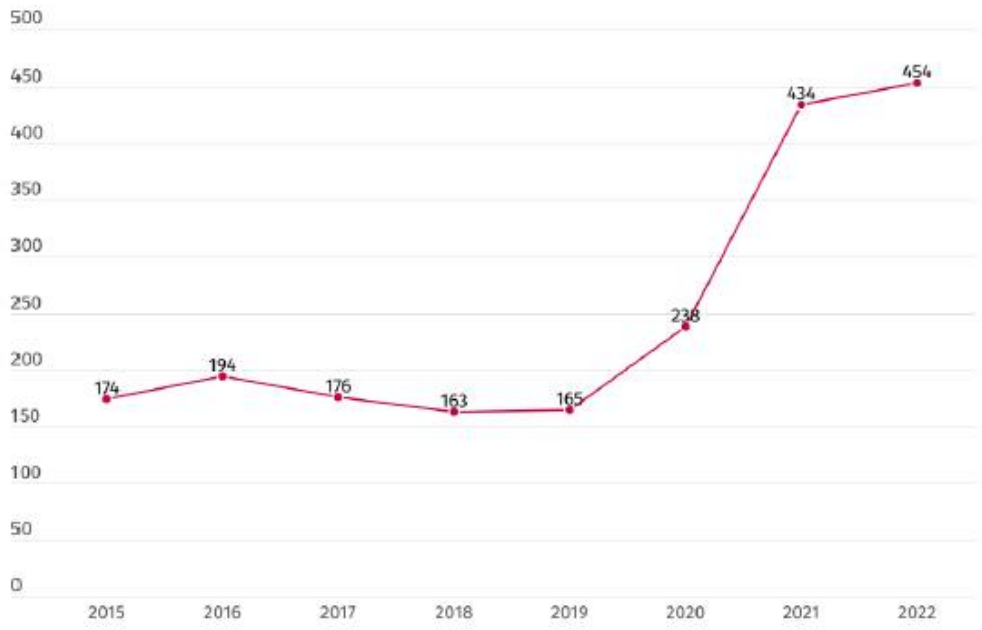
"Todos podem aprender e todos são importantes." Esta visão orientadora está no centro da política de educação da Islândia. Mas, nos últimos anos, o país, tal como Portugal, debateu-se com uma escassez crescente de professores, com algumas escolas a comunicarem a existência de lugares por preencher, em especial nas zonas rurais e remotas.

No final da última década, a situação era urgente. As inscrições na formação de professores estavam em declínio há anos e mostravam poucos sinais de melhoria. Em 2019, apenas 165 novos professores se formaram no país.

Os responsáveis políticos da Islândia aperceberam-se de que tinham de reagir e lançaram uma iniciativa de cinco anos para resolver o problema. O resultado? Um aumento de 160% nas licenciaturas de professores em comparação com a média dos cinco anos anteriores - com 454 professores a licenciarem-se em 2022.

Número de professores graduados na Islândia, 2015-2022

Figure 1: Number of Graduated Teachers in Iceland, 2015–2022



Esta viragem foi conseguida através da combinação de um compromisso político, incentivos específicos e coordenação nacional, mas não foi fácil. Estas são as três ações políticas que fizeram a diferença:

1 - Uma política nacional de educação com uma visão clara

A Política de Educação 2030 da Islândia, aprovada pelo Parlamento em 2020, estabeleceu um compromisso a longo prazo com a equidade, o bem-estar e a excelência do ensino. Foi elaborada em conjunto com os municípios, as universidades e os educadores, e beneficiou dos conhecimentos da OCDE.

A política enquadra a educação como uma responsabilidade partilhada, enraizada no bem-estar dos estudantes e na adaptabilidade às necessidades futuras.

Fundamentalmente, também reflete a convicção de que um sistema educativo resiliente assenta nos ombros de **professores bem preparados e motivados.**

O Estado não se coibiu de legislar em conformidade: a introdução de um novo e mais flexível grau de Mestrado em Educação permitiu que centenas de antigos alunos - que tinham concluído o curso, mas não a tese - se licenciassem e ingressassem na profissão. As regras de contratação foram também simplificadas para que os professores-estudantes pudessem ser contratados sem longas isenções.

2 - Incentivar os estudantes a entrar e a terminar a formação de professores

O apoio financeiro também tem sido importante. Os professores finalistas podem agora receber 50% de estágios pagos nas escolas, ajudando-os a desenvolver competências com experiência real na sala de aula. Para além disso, foram concedidas bolsas de graduação para apoiar a conclusão atempada.

Estas medidas reduziram as taxas de abandono escolar e aumentaram a entrada na profissão, facilitando o caminho do estudante para a sala de aula. Ao mesmo tempo, o governo trabalhou com universidades, autoridades locais e sindicatos para aumentar a consciencialização sobre os benefícios do ensino. Uma campanha promocional conjunta ajudou a mudar a narrativa. Como resultado, o ensino é agora visto novamente como uma carreira **atrativa e respeitada.**

3 - Investigação e crescimento profissional

A Islândia criou um fundo específico para as ciências da educação com o objetivo de promover a investigação e a inovação no domínio da educação. O seu mandato consiste em apoiar a investigação interdisciplinar e atenta à diversidade para melhorar as práticas na sala de aula.

Simultaneamente, as universidades alargaram a formação contínua de professores experientes em matéria de tutoria e orientação pedagógica. Em conjunto, estas medidas ajudaram a reforçar a capacidade e a qualidade em todo o sistema.

O resultado

Estão a formar-se mais professores, mas o próximo desafio é **mantê-los.** Os primeiros três a cinco anos da carreira de um professor são críticos. A Islândia está agora a concentrar-se na tutoria, nas condições de trabalho e nas oportunidades de crescimento profissional para garantir que os recém-licenciados não só entram na profissão, como prosperam nela.

O caso islandês prova que, quando a política de professores é tratada como uma política nacional - com objetivos claros, incentivos inteligentes e apropriação partilhada - é possível operar uma verdadeira mudança. É possível reconstruir rapidamente a força de trabalho docente sem sacrificar a qualidade.





Exposições psicossociais no trabalho custam mais de 100 mil milhões de euros por ano

Encomendado pelo Instituto Sindical Europeu (ETUI), o recente estudo "Os custos das doenças cardiovasculares e da depressão atribuíveis a exposições psicossociais no trabalho na União Europeia" revela que a depressão causada por Exposições Psicossociais no Trabalho (EPT) custa às sociedades europeias mais de 100 mil milhões de euros por ano, cabendo aos empregadores mais de 80% dos encargos.

As cinco exposições psicossociais no trabalho claramente identificadas na literatura científica são:

1 - tensão no trabalho - elevadas exigências combinadas com baixa autonomia;

2 - longos horários de trabalho - mais de 55 horas por semana;

3 - insegurança no trabalho - falta de confiança na manutenção do emprego;

4 - desequilíbrio esforço-recompensa (DER) - quando um esforço elevado não é acompanhado de um reconhecimento ou compensação adequados;

5 - assédio moral no local de trabalho - comportamento hostil ou humilhante repetido no trabalho.

PSYCHOSOCIAL RISKS AT WORK: THE ECONOMIC COST IN THE EU 28

CARDIOVASCULAR DISEASES AND DEPRESSION

OVER €100 BN ANNUALLY

* ATTRIBUTABLE TO JOB STRAIN, LONG WORKING HOURS, JOB INSECURITY, EFFORT-REWAARD IMBALANCE & WORKPLACE BULLYING

COST BORNE BY EMPLOYERS UP TO 80%

SICKNESS ABSENCE & PRESENTEEISM



HIGHEST COSTS FOR DEPRESSION





CLEAR EAST–WEST DIVIDE

IN THE COST OF CORONARY HEART DISEASE



HIGHEST COSTS FOR CHD & STROKE





OVER 5.000 DEATHS (SUICIDES) DUE TO DEPRESSION

4X HIGHER AMONG MEN



A França, a Bélgica, a Finlândia, a Irlanda e os Países Baixos estão entre os cinco países mais afetados em termos de custo por 100 mil trabalhadores. O custo da depressão atribuível às cinco EPT é, por exemplo, 2,2 vezes mais elevado nos Países Baixos do que na Polónia, por 100 mil trabalhadores, ou 2,3 vezes mais elevado em França do que em Portugal.

É de salientar que, quando se comparam os resultados das cinco EPT, a França ocupa o primeiro lugar em termos de tensão no trabalho, desequilíbrio esforço-recompensa e assédio moral no local de trabalho, a Grécia lidera em termos de horários de trabalho longos e os Países Baixos em termos de insegurança no emprego.

Os empregadores suportam a maior parte dos encargos económicos da depressão atribuíveis a cinco riscos psicossociais bem estabelecidos no trabalho. Estes riscos resultam em perdas de produtividade significativas, quer através da ausência por doença (quando os trabalhadores não podem trabalhar), quer através do presenteísmo - quando comparecem ao trabalho, mas têm um desempenho inferior devido a problemas de saúde mental.



Stresse relacionado com o trabalho também custa vidas

Para além do debate sobre a saúde mental iniciado a nível europeu há apenas dois anos, este relatório inovador é o primeiro a quantificar o custo económico não só da depressão, mas também das doenças cardiovasculares - em especial as doenças coronárias e os acidentes vasculares cerebrais - associadas a fatores psicossociais do trabalho.

A nível da União Europea (UE), o custo total anual é estimado em 14 mil milhões de euros, com uma acentuada divisão entre o Leste e o Oeste: os países da Europa Central, Oriental e do Sul suportam os encargos mais elevados, em grande parte devido a uma maior prevalência da doença e ao impacto económico substancial das mortes prematuras.

Só em 2015, o relatório estima que morreram mais de 10 mil trabalhadores e que se perderam mais de 400 mil anos de vida devido a doenças cardiovasculares e à depressão causada por riscos psicossociais relacionados com o trabalho. “Estas são mortes evitáveis”, afirmou Dimitra Theodori, Diretora de Saúde e Segurança do ETUI. “Precisamos urgentemente de redesenhar os ambientes de trabalho para proteger a saúde mental e física.”

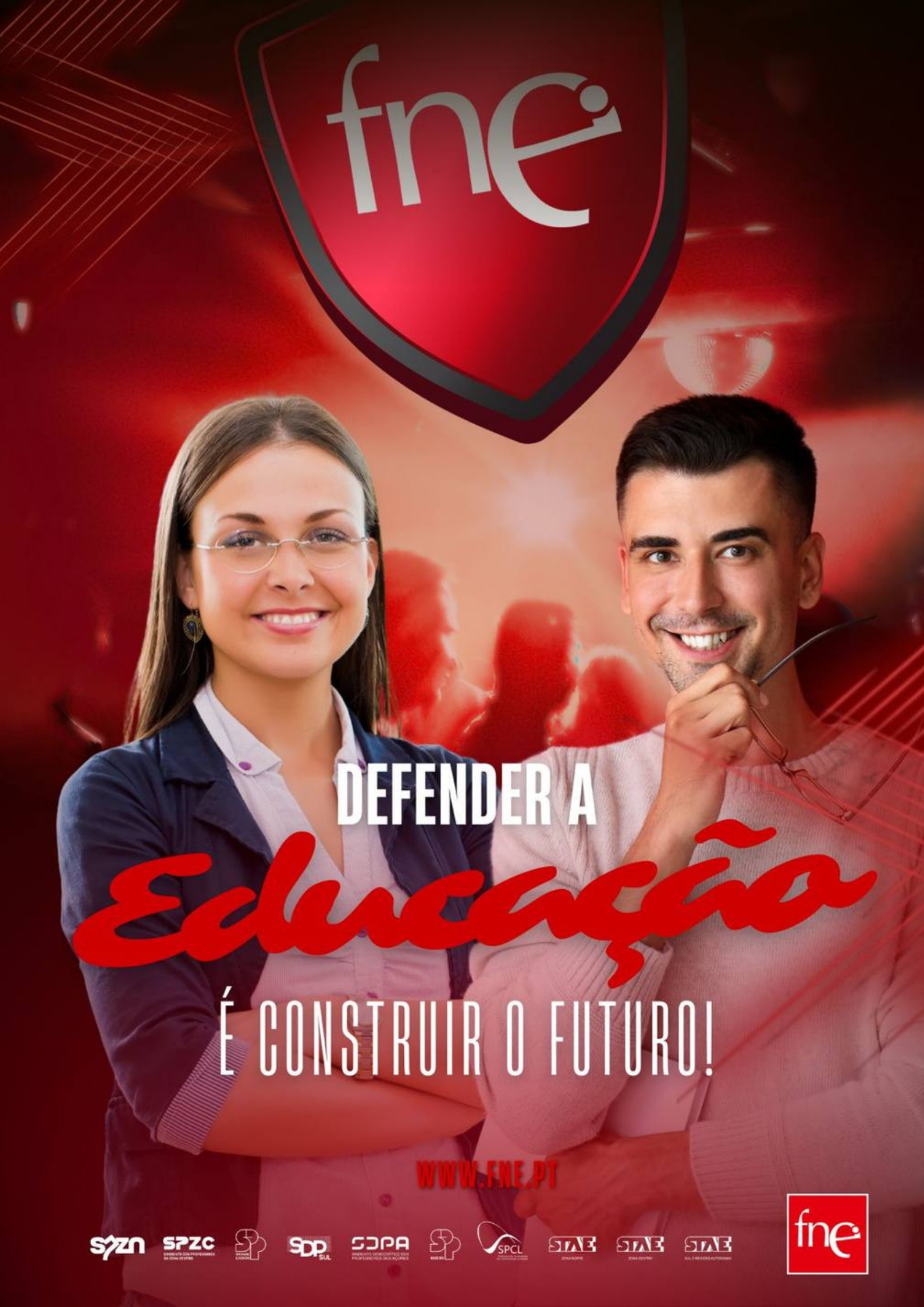
A ligação entre a exposição a riscos psicossociais e as doenças cardiovasculares está bem estabelecida na literatura científica e os encargos económicos por 100 mil trabalhadores são particularmente elevados na Bulgária, Hungria, Letónia, Grécia e Roménia. "Embora as mortes no local de trabalho tenham diminuído ao longo dos anos, o número de riscos psicossociais continua a aumentar - muitas vezes invisível, mas devastador. É altura de tratar o bem-estar mental como um direito fundamental no local de trabalho", afirmou Theodori.



Um estudo de referência

Este estudo de referência abre novos caminhos para compreender o impacto do stresse relacionado com o trabalho em toda a Europa. Abrange os 28 países da UE (27 + Reino Unido) e utiliza frações atribuíveis validadas na literatura científica e dados comparáveis entre países europeus fornecidos pelo Inquérito às Condições de Trabalho da Eurofound de 2015.

As conclusões foram apresentadas numa conferência de alto nível em Bruxelas, em 28 de abril de 2025, Dia Internacional em Memória dos Trabalhadores, que reuniu decisores políticos, dirigentes sindicais e investigadores para apelar a uma ação urgente da UE.


fne
DEFENDER A
Educação
É CONSTRUIR O FUTURO!
WWW.FNE.PT
SPZC
SDP SUL
SDPA
SPCL
STAE
STAE
STAE
fne

Federação Nacional da Educação

EM DUAS PALAVRAS PROFESSORES VALORIZADOS FUTURO GARANTIDO

setembro 2025

SETEMBRO 2025

jornal fne

Federação Nacional da Educação



ÍNDICE

3
EDITORIAL

4 - 40
AÇÃO SINDICAL

41 - 43
TEM A PALAVRA

44 - 46
PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

47 - 54
INTERNACIONAL

55
SAÚDE

FICHA TÉCNICA | SETEMBRO 2025

Proprietário
Federação Nacional da Educação

Diretor
Pedro Barreiros

Produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro
Mário Jorge

Redação
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação
Rafael Marques

Sindicatos membros
- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS

FILIAÇÃO

EDITORIAL



O futuro começa nos professores

Dentro de poucos dias celebra-se, em todo o mundo, o Dia Mundial do Professor. A data de 5 de outubro aproxima-se e, com ela, a oportunidade de sublinhar uma verdade essencial: nenhuma sociedade pode sonhar com progresso se não colocar a educação no centro das suas prioridades.

A Escola é o espaço onde se concretiza a igualdade de oportunidades e onde se abre caminho para um futuro de maior justiça social, inovação e democracia. Porém, este caminho não existe sem os professores e os trabalhadores da educação. São eles a força que sustenta a escola, a voz que guia os alunos e o exemplo que transforma vidas.

O Dia Mundial do Professor deve, por isso, ser entendido como um alerta. Não basta reconhecer o seu esforço e dedicação: é urgente transformar esse reconhecimento em medidas concretas. É fundamental dar continuidade ao acordo celebrado entre a FNE e o MECI, que permitiu a recuperação do tempo de serviço congelado, avançando agora com novos passos que garantam a valorização da carreira docente, condições de trabalho dignas e estabilidade profissional. Só assim será possível recuperar plenamente a confiança na profissão, motivar os professores e atrair jovens para a docência.

A responsabilidade de responder a este desafio é de todos nós. Ninguém se deve desresponsabilizar, nem deixar de fazer tudo o que está ao seu alcance para ajudar a resolver os diversos problemas que afetam a educação que queremos ver cada vez melhor.

No próximo 5 de outubro, não podemos limitar-nos a palavras de circunstância. Será o momento de afirmar, com clareza, que valorizar os professores é garantir o futuro do nosso país. Será o momento de transformar a gratidão em ação e de assumir a educação como o investimento mais seguro que Portugal pode fazer.

A FNE reafirma este compromisso e continuará a lutar para que o nosso país respeite os seus professores e acredite, verdadeiramente, no poder transformador da educação.

Porque um país que valoriza os seus professores é um país que acredita no futuro.

Pedro Barreiros
SECRETÁRIO-GERAL DA FNE



FNE ouviu esclarecimentos da tutela sobre reforma do MECI

Após o envio de um ofício ao Ministro da Educação, Ciência e Inovação, Professor Doutor Fernando Alexandre, a solicitar a marcação urgente de uma reunião para esclarecimento detalhado sobre a reforma orgânica recentemente aprovada em Conselho de Ministros e anunciada publicamente pelo Governo, a FNE foi recebida pelo MECI a 5 de agosto.

Neste encontro o Governo revelou a criação de uma comissão internacional para avaliar a implementação da reforma do Ministério: "Fomos informados, da parte do Senhor Ministro, que vai ser criada uma comissão internacional para avaliar estas transformações", disse Pedro Barreiros, dizendo ainda que o organismo será composto por especialistas para acompanhar a implementação da nova orgânica.

Atualmente com 18 entidades e 27 dirigentes superiores entre os serviços do sistema educativo não superior e do ensino superior, ciência e inovação, o MECI passará a contar com apenas sete entidades e 27 dirigentes superiores, com a integração das entidades extintas em novas entidades.

O sistema educativo não superior vai sofrer a maior redução. Das atuais oito entidades setoriais, que incluem três direções-gerais, passarão a existir duas grandes agências: o Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação e a Agência para a Gestão do Sistema Educativo.

A FNE revelou ter recebido vários contactos de docentes preocupados, em particular, com o futuro dos concursos, uma vez que uma das entidades extintas será a Direção-Geral da Administração Escolar.

De acordo com Pedro Barreiros, a equipa ministerial assegurou que os concursos, que passarão a ser responsabilidade da Agência para a Gestão do Sistema Educativo, não vão sofrer alterações e continuarão a assentar em listas graduadas nacionais.

O Secretário-Geral da FNE disse ainda que algumas das alterações terão efeitos já a partir de 01 de setembro, sem precisar, e que "a grande maioria dos responsáveis diretos" vão manter-se em funções.

Sobre a transferência de competências para as comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), Pedro Barreiros referiu que a nova figura de um Vice-Presidente para a Educação, responsável por acompanhar a execução, a nível regional, das políticas nacionais, vai "reportar diretamente ao Ministro".

"As CCDR terão apenas e só a capacidade de emitir pareceres, ou seja, não têm capacidade decisória, fazem o acompanhamento e fazem a emissão de pareceres, principalmente em aspetos como a rede escolar", acrescentou, reconhecendo que estes organismo "conhecem o contexto e as necessidades".

Questionado sobre as expectativas da FNE quanto ao impacto da nova orgânica, o dirigente sindical sublinha que se o objetivo do executivo for cumprido, com melhorias nas aprendizagens dos alunos e nas condições de trabalho dos profissionais, "não custará dar os parabéns".

A esse propósito, reconhece que a atual dimensão do Ministério da Educação resulta, muitas vezes, em excesso de burocracia e informações contraditórias por parte dos serviços, dificuldades que espera ver atenuadas.

"Também traz uma grande responsabilidade, porque a partir do momento em que estas reformas entrem em vigor, (...) isto responsabilizará exclusivamente a atual equipa ministerial", alertou, por outro lado.

FNE/LUSA

FNE e MECI reuniram sobre apoios a docentes deslocados

FNE e MECI reuniram na tarde de 5 de agosto para continuação do processo negocial sobre a revisão dos DL 51/2024 e 57-A/2024 (Plano +aulas +sucesso 2.0).

Quanto às medidas para responder à falta de professores, que já tinham sido apresentadas às organizações sindicais há duas semanas e voltaram hoje a ser discutidas depois de enviados os contributos dos sindicatos, os representantes dos professores insistiram que são medidas insuficientes: "São medidas transitórias, são apoios, são suplementos e estas questões resolvem-se com medidas concretas e definitivas", defendeu o Vice Secretário-Geral da FNE, Manuel Teodósio, remetendo para o processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), que deverá ser iniciado em finais de setembro.

Manuel Teodósio, Vice Secretário-Geral da FNE, fez o balanço deste encontro.





Acordo FSUGT/FNE e UMP permite aumentos (janeiro 2025) e compromissos para o futuro

A Frente Sindical da UGT (FSUGT) - na qual a FNE está integrada - terminou com um acordo o processo negocial com a União das Misericórdias Portuguesas (UMP) sobre a revisão do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) com retroativos a janeiro de 2025.

Esta foi uma negociação longa, da qual se destaca como fatores mais positivos, o aumento global dos salários dos trabalhadores na ordem dos 5%, a valorização da remuneração complementar de 6,5% para aqueles trabalhadores que exercem funções de direção e/ou de coordenação técnica ou pedagógica e o subsídio de refeição com um aumento na ordem dos 8,5%.

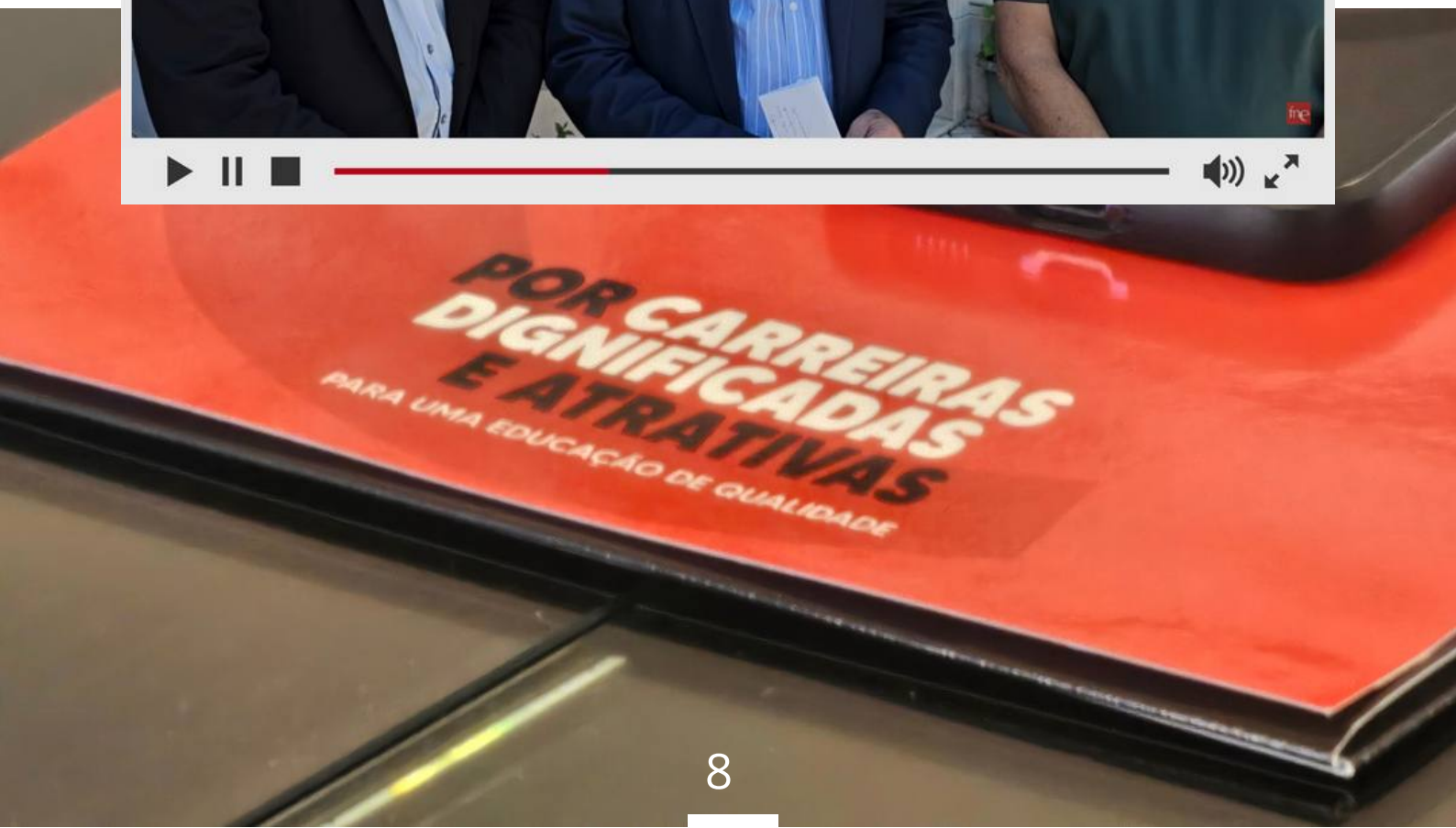
Estes são os principais pontos positivos alcançados com este acordo que contam com retroativos a 1 janeiro de 2025.

Contudo, o acordo contempla igualmente um conjunto de compromissos que a FNE considera imprescindível que sejam objeto de negociação efetiva com a União das Misericórdias Portuguesas. Entre estes compromissos destacam-se a valorização remuneratória e o desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores das áreas não educativas; o reconhecimento da qualificação dos profissionais com formação superior, nomeadamente ao nível de licenciatura e mestrado; e a dignificação do trabalho prestado ao domingo e em dias feriados.

Este acordo vai certamente promover a valorização e cada vez mais progressiva melhoria dos salários dos trabalhadores, assim como, uma contínua melhoria das condições de trabalho de todos os trabalhadores deste setor da economia social.

A FNE, no âmbito da sua participação na FSUGT, reafirma o seu empenho na luta pela negociação de um contrato coletivo de trabalho que abranja todo o setor da economia social. Este é um objetivo que a FNE considera prioritário e cuja concretização a curto/médio prazo é essencial para garantir a valorização do trabalho desenvolvido no setor e a dignificação das condições laborais dos seus profissionais.







Erros na mobilidade docente levaram FNE a alertar para a necessidade de correções

A FNE alertou em comunicado divulgado a 21 de agosto para o facto de ter vindo a receber diversos pedidos de apoio de docentes que reportaram erros no preenchimento das candidaturas à Mobilidade Interna. Estes lapsos, que em muitos casos decorrem também de limitações do próprio sistema/plataforma concursal, não podem, segundo a FNE, em circunstância alguma, resultar em penalizações para os professores.

A FNE apelou então, por isso, à adoção imediata de soluções administrativas que permitam a correção célere e transparente destes erros, acompanhadas de orientações claras a todas as escolas e serviços, garantindo que nenhum docente fica prejudicado por situações facilmente comprováveis.

Até que exista uma decisão definitiva, a FNE defende a aplicação de medidas de mitigação, como a manutenção do Quadro de Zona Pedagógica (QZP) correto ou a autorização excecional para apresentação provisória numa escola próxima da residência do docente. Só assim se poderão evitar impactos desnecessários de ordem familiar e financeira.

A FNE recordou que num contexto de grave escassez de professores e perante a urgência da preparação e organização do ano letivo 2025/2026, esta situação assume especial relevância, podendo comprometer a estabilidade e o normal funcionamento das escolas no início de setembro.

A FNE reafirmou também que, em articulação com os seus sindicatos, continuará a acompanhar de perto esta problemática, defendendo soluções que assegurem justiça e estabilidade para os docentes e que garantam as condições necessárias à abertura do próximo ano escolar.

Reunião sobre DL sobre Concurso Externo Extraordinário: “É necessário um controlo eficaz das habilitações científicas”

Manuel Teodósio, Vice-Secretário-Geral da FNE, fez o resumo aos meios de comunicação social da reunião de negociação com o MECI, a 27 agosto, sobre o DL sobre Concurso Externo Extraordinário de Seleção e Recrutamento de Pessoal Docente.

As cerca de 1.800 vagas estão concentradas em 10 QZP's, sendo a maioria - cerca de 1.100 - em escolas em Lisboa, 20% na região de Setúbal e as restantes em escolas do Alentejo e do Algarve.

Manuel Teodósio, criticou a forma como a tutela preparou a reunião negocial “que acabou por ser mais uma reunião informal” e alertou também para o facto de o concurso extraordinário não garantir o preenchimento de todas as vagas.

A FNE voltou ainda a defender a necessidade de um “controlo eficaz das habilitações científicas” uma vez que este concurso permite contratar quem tem habilitações próprias, ou seja sem habilitações pedagógicas.

“Cientificamente são pessoas qualificadas, mas falta a parte pedagógica. Se já os temos no sistema então temos de os profissionalizar”, defendeu Manuel Teodósio.





FNE saudou vinculação de 1.406 técnicos especializados

A FNE acolheu com satisfação o anúncio, feito através de comunicado no dia 13 de agosto de 2025, pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), relativo à vinculação de 1.406 Técnicos Especializados para Outras Funções (TEOF), 830 psicólogos e 576 de outras áreas de apoio, aos quadros das escolas.

Esta decisão, que representa um avanço significativo e corresponde a uma reivindicação de longa data da FNE e dos seus três sindicatos filiados de Trabalhadores de Apoio Educativo (STAAEs), surge após mais de uma década de denúncias sobre a precariedade que afeta estes profissionais e de insistência na urgência da sua integração estável no sistema educativo.

A FNE tem alertado, de forma sistemática, para a necessidade de resolver esta situação, através de múltiplos comunicados, reuniões e ofícios enviados ao MECI, nos quais reiterou as suas preocupações e questionou as condições de trabalho e o futuro destes técnicos especializados, cuja instabilidade gerava um profundo mal-estar nas escolas.

A Federação sempre defendeu que estes profissionais, como psicólogos, terapeutas da fala, assistentes sociais, técnicos de informática e outros, desempenham funções essenciais para o sucesso escolar, a inclusão e o bem-estar dos alunos, pelo que a sua estabilidade e condições de trabalho são imprescindíveis.

A medida agora anunciada, cuja concretização já havia sido garantida pelo MECI à FNE por ocasião do Dia Nacional do Trabalhador Não Docente, assinalado a 23 de novembro de 2024, em Vila Real, permitirá que todos os agrupamentos e escolas não agrupadas contem, pelo menos, com um psicólogo nos seus quadros, reforçando ainda as equipas técnicas com outros perfis especializados. Trata-se de um contributo relevante para a construção de uma escola mais inclusiva, justa e promotora da igualdade de oportunidades.

Contudo, a FNE sublinha que, apesar da importância desta decisão, o problema não fica plenamente resolvido, uma vez que muitos técnicos especializados continuam a exercer funções com contratos a termo, sujeitos a renovações sucessivas, carreiras pouco atrativas e à incerteza laboral.

Por isso, a FNE considera essencial que o MECI inicie, de imediato, um processo negocial com vista à definição de um plano plurianual de vinculação, que assegure a estabilidade e a valorização que o trabalho destes profissionais exige e merece.

A continuidade destes técnicos nas escolas é fundamental para garantir respostas educativas de qualidade, acompanhamento especializado aos alunos e a concretização de políticas públicas que promovam o sucesso escolar, a inclusão e a equidade.

A FNE reafirmou a sua total disponibilidade para, no âmbito desse processo negocial, apresentar propostas que reforcem e estabilizem as equipas multidisciplinares das escolas, valorizando o papel imprescindível destes profissionais no funcionamento do sistema educativo e no apoio às comunidades escolares em todo o país.

Este resultado é mais um exemplo do trabalho consistente e determinado que a FNE tem vindo a desenvolver em defesa exclusiva dos trabalhadores que representa. Passo a passo, continuaremos a subir degraus, encontrando soluções e contribuindo para a resolução de problemas que se arrastam há demasiado tempo. Este é o sindicalismo que praticamos: um sindicalismo de resultados, sempre ao lado dos trabalhadores e comprometido com a construção de um futuro profissional mais justo e digno para todos.



A FNE alertou em comunicado enviado aos meios de comunicação, a 29 de agosto, para a necessidade de a avaliação ser docente ser mais justa e valorizadora.

"Na sequência das declarações proferidas pelo Ministro da Educação, segundo as quais "o Estatuto da Carreira Docente (ECD) será revisto, sendo prosseguidas as negociações a partir do final do mês de setembro de 2025", não tendo, para já, sido avançado mais do que a intenção de celebração de um novo protocolo negocial, à semelhança do assinado em novembro de 2024, foi igualmente assumida a revisão do diploma da Avaliação de Desempenho Docente (ADD), prevendo-se a sua entrada em vigor em 2027, data que coincidirá com a conclusão da recuperação do tempo de serviço congelado, resultante do acordo estabelecido entre a Federação Nacional da Educação (FNE) e o MECI.

Relativamente à ADD, a FNE defende que esta deve integrar a revisão global do ECD e assumir-se como um verdadeiro instrumento de valorização, desenvolvimento e reconhecimento profissional, eliminando a perceção de bloqueio e penalização que o atual modelo continua a gerar.

A avaliação de desempenho deve ser um elemento do desenvolvimento profissional, constituindo um processo através do qual os docentes atinjam níveis cada vez mais elevados de competência profissional e expandam a compreensão de si próprios, do seu papel, do contexto em que exercem as suas atividades e da respetiva carreira. A avaliação de desempenho deve ser justa, rigorosa e privilegiar a componente pedagógica do trabalho de cada docente, rejeitando-se assim perspetivas que a transformem num mecanismo meramente punitivo ou que constitua um mero exercício burocrático-administrativo sem outras consequências que não sejam meramente economicistas.

Para conseguir estes objetivos, impõe-se que se reflita e se determine com clareza quem avalia, o que avalia, com que competência, parâmetros, instrumentos, finalidades e com que consequências avalia.

É uma evidência que o atual modelo de avaliação tem sido gerador de profunda conflitualidade nas Escolas, sendo um obstáculo ao trabalho cooperativo e colaborativo.

Nesse sentido, é essencial que:

a) Se altere o processo de avaliação de desempenho, tornando-o justo, transparente e sem constrangimentos administrativos;

b) Os mecanismos de avaliação de docentes sejam estabelecidos com a garantia da sua participação na conceção e na determinação das normas a adotar para a sua operacionalização;

c) "As avaliações de docentes devem ser formativas, de valorização do desenvolvimento pessoal e direcionadas para a identificação e superação das suas necessidades profissionais, em vez de serem instrumentos administrativos de condicionamento do ritmo da sua progressão em carreira", dizia o documento enviado pela FNE, aguardando resposta da parte da tutela.

Abertura do ano letivo - FNE assinalou a data com várias iniciativas

No dia em que se assinalou a Abertura do Ano Letivo 2025-2026, 11 de setembro, a FNE promoveu um conjunto de iniciativas a marcar o momento.

A primeira delas foi a divulgação de mensagens em vídeo dos seus dirigentes, relativas aos desejos para este novo ano escolar.

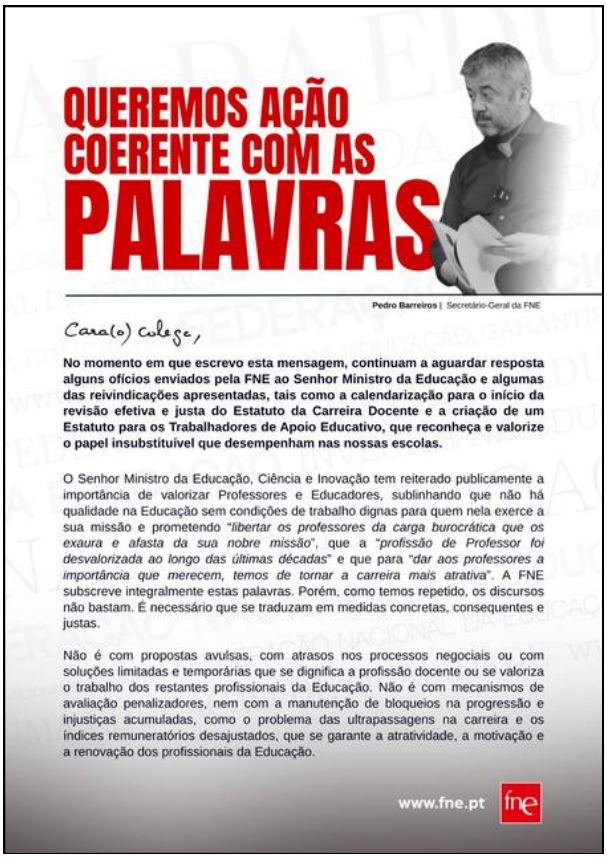
A FNE relembrou no lançamento deste novo ano escolar que é urgente valorizar a profissão docente em todas as suas dimensões: melhorar salários, reposicionar os docentes no escalão a que têm direito, rever o modelo de avaliação, garantir estabilidade profissional, assegurar condições de trabalho dignas e motivadoras.

Paralelamente, é indispensável repensar a formação inicial e contínua, tornando-as mais atrativas e ajustadas às necessidades do sistema educativo e de cada um dos docentes.





Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE, deixou ainda uma mensagem a todos os trabalhadores da educação neste início de ano letivo, reforçando ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação que ""Queremos ação coerente com as palavras. (...) Chegou o momento de transformar compromissos em realidade".





Também a 11 de setembro e englobada na abertura do ano letivo, Pedro Barreiros, SG da FNE, marcou presença na Escola Básica Ferreira de Castro em Algueirão-Mem Martins, para a sessão solene organizada pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação a assinalar a data.

Este evento contou com a participação do Ministro Fernando Alexandre, assim como do Presidente da Assembleia da República, Aguiar Branco.





FNE alertou MECI para urgência na resolução da situação dos Técnicos Especializados

A FNE reuniu na manhã de 24 de setembro de 2025, com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) para analisar dois temas centrais: a situação dos Técnicos Especializados (TEOF), em particular os problemas que têm vindo a ser reportados pelos Trabalhadores de Apoio Educativo (TAE), e outras matérias que afetam diretamente a Escola Pública.

Relativamente aos Técnicos Especializados, e na sequência de uma nota informativa divulgada pelo MECI, o Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, sublinhou que "causou estranheza à FNE o facto de os dados apresentados pelo Ministério não coincidirem com as necessidades reais das escolas nem com os procedimentos que têm orientado as renovações de contratos destes trabalhadores.

Muitos estão há 13, 14 ou mais anos em sucessivos contratos, em situação de enorme precariedade, fruto da responsabilidade sucessiva de vários Governos que deixaram esta realidade arrastar-se."

Após o Governo ter autorizado em agosto a renovação de 1.406 contratos de técnicos especializados, entre os quais 830 psicólogos, o MECI informou a FNE que será em breve aberto um concurso de vinculação para estes profissionais. Este procedimento permitirá aumentar significativamente o número de psicólogos nas escolas, passando o rácio médio de 1 psicólogo para 1.472 alunos para 1 psicólogo por cada 711 alunos.

Pedro Barreiros lembrou, no entanto, que "a FNE tem assistido a sucessivas promessas do MECI quanto à abertura de concursos de vinculação destes trabalhadores, mas até agora nada foi concretizado. O Ministério já identificou o número de profissionais necessários e para os quais será lançado esse concurso, pelo que é urgente avançar sem mais delongas."

A FNE alertou ainda para a necessidade de melhorar as condições contratuais e salariais dos técnicos especializados, sob pena de se agravar a dificuldade de fixar profissionais essenciais: "Se nada for feito, arriscamos a somar ao problema da falta de professores a escassez de técnicos especializados, como psicólogos, terapeutas da fala e outros. O Ministério tem de garantir melhores condições salariais, estabilidade e perspetivas de desenvolvimento de carreira", reforçou o Secretário-Geral, salientando igualmente a urgência de rever a portaria dos rácios.

Outro tema debatido foi a interrupção da contratação de mediadores culturais, decisão que a FNE considera imcompreensível num sistema educativo cada vez mais diverso e multicultural. "É grave que não tenha sido dada continuidade a esta contratação. Corremos o risco de colocar nas escolas novos trabalhadores sem conhecimento do contexto, da realidade local e dos problemas concretos das crianças e jovens. Milhares de alunos estrangeiros iniciaram este ano letivo sem o apoio fundamental dos mediadores culturais", alertou Pedro Barreiros.

No encontro, a FNE abordou ainda a questão da recuperação do tempo de serviço, reiterando a necessidade de existir uma comissão de acompanhamento com capacidade para responder às dúvidas que persistem. A Federação entregou em mão um ofício, recordando que já tinha levantado esta questão na quarta reunião da Comissão de Acompanhamento da Aplicação do Decreto Lei n.º 48 B / 2024 (12 de maio de 2025), reforçada posteriormente por ofício enviado a 16 de junho (ref. 109/FNE/2025), sem que até à data tivesse obtido resposta.

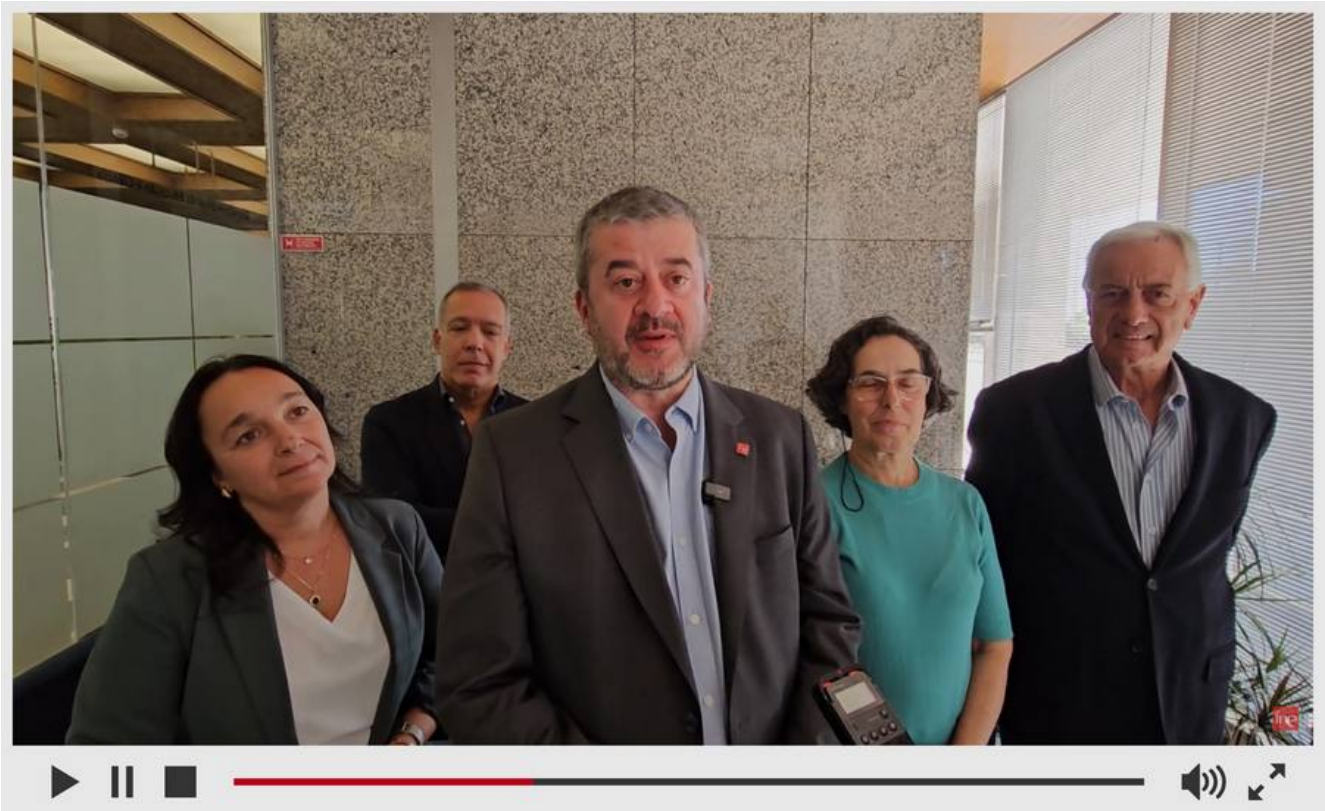




Foto: MECI

FNE e MECI em reunião preparatória sobre o ECD

FNE e MECI encontraram-se na manhã de 29 de setembro numa reunião em que foi transmitida informação relevante sobre o processo de profissionalização em serviço, particularmente no que respeita aos docentes que vincularam no concurso externo extraordinário do ano transato e que possuem apenas habilitação própria.

Segundo o MECI, será divulgado, nos próximos dias (início de outubro), o procedimento que permitirá a estes docentes aceder à profissionalização em serviço.

O Ministério confirmou ainda estar em diálogo com a Universidade Aberta, a qual prevê estabelecer uma parceria com um conjunto de outras Instituições de Ensino Superior, alargando assim a capacidade de resposta para este processo.

Recorde-se que, até ao momento, a Universidade Aberta apenas disponibilizava a profissionalização para docentes com cinco ou mais anos de serviço, mas o Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de agosto, prevê a possibilidade de acesso a qualquer docente provisoriamente vinculado.

Neste contexto, o MECI assegurou que o processo de profissionalização em serviço dos docentes vinculados no último concurso se encontra em fase adiantada de concretização.

A falta de técnicos que garantam o apoio educativo dos alunos, como psicólogos ou terapeutas da fala, foi outro dos problemas em que a tutela disse na reunião estar a trabalhar, tendo já feito "um trabalho avançado" para que estes profissionais passem a ter um vínculo laboral estável, explicou Pedro Barreiros.

Já sobre a revisão do Estatuto da Carreira Docente, motivo pelo qual foi marcada as reunião preparativa de 29 de setembro, a FNE disse à Lusa que a tutela prometeu "acolher opiniões de todas as organizações sindicais para harmonizar as propostas".

O MECI quer começar as negociações em breve, para que o novo estatuto entre em vigor no ano letivo de 2027/2028, mas os sindicatos dizem que "há matérias que eram para ontem, como a valorização salarial" e o que está em causa "não é custo, mas sim investimento" disse Pedro Barreiros, defendendo ainda que "não basta valorizar apenas os índices do início de carreira".

FNE/Lusa



Pedro Barreiros debateu na RTP3 as condições de abertura do ano letivo

A fechar o dia que marcou o início do ano letivo 2025-2026, Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE, participou no debate promovido pela RTP3 num 'Especial Informação' dedicado ao arranque do novo ano escolar.

Começa um novo ano letivo em Portugal e com ele regressam desafios expectativas e também as tensões em torno da escola pública. Há alertas sobre a falta de professores em várias escolas sobretudo em Lisboa, Setúbal e Algarve.

Foram vários os temas abordados desde a falta de professores, às questões relativas com os apoios a deslocações, mediadores culturais e desejos para o ano que agora começa.



Consulte AQUI a versão completa



A rede de cursos do Ensino Português no Estrangeiro, tutelado pelo Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, respeitante ao ano letivo de 2025/26 foi publicada no passado dia 21 de agosto, cerca de 10 dias mais tarde que a data habitual.

Apesar de o número de cursos publicado em Diário da República se ter mantido estável face ao ano letivo anterior, registando-se apenas um aumento de dois horários no Reino Unido, há países cuja situação continua a suscitar preocupação. É o caso da Suíça, que perde um horário relativamente ao ano passado e apresenta ainda quatro horários incompletos.

Trata-se de um país onde o número de alunos e professores continua a diminuir de forma acentuada desde 2015, ano em que, após a exigência da propina em 2013, que levou à perca de mais de 15 mil alunos portugueses, o número de alunos estabilizou.

Em 2015 havia na Suíça 9.500 alunos para 83 professores. Em 2025/26 haverá apenas 61 professores para um número de alunos que ronda os 7 mil, embora tenha havido a informação de entrada de um número apreciável de novas inscrições após o fim oficial do prazo, a 31 de maio, certamente resultantes da recuperação após 12 anos

de luta do direito dos alunos do Reino Unido, Suíça e Alemanha a ensino gratuito, pondo fim à incrível injustiça de um pagamento exigido apenas em três países, mas de cuja receita os restantes oito também usufruíam.

Porém a publicação de uma rede horária pouco informa quanto à situação do ensino e às condições de trabalho existentes, sendo omissa quanto à existência de cursos a distância, sobre os quais subsiste um forte secretismo, não se sabendo onde funcionam, quantos alunos abrange e se realmente esse tipo de ensino é adequado ou se, pelo contrário, desencoraja os alunos da frequência, devido à falta de contacto pessoal com o professor e com os colegas em sala de aula.

A omissão também se regista relativamente aos critérios para distribuição dos cursos aos docentes, pois dado não ser seguido nem o princípio da antiguidade, nem o da atribuição de cursos mais próximos à residência do professor e muito menos aquele da continuidade pedagógica, resta apenas o tratamento preferencial de que algumas coordenadoras de ensino fazem uso, sem que a tutela reponha a justiça apesar das queixas de vários docentes.

Quanto à qualidade de ensino não se esperam melhorias devido à ordem emitida pela tutela para redução de número de grupos letivos, o que irá obrigar a uma ainda maior heterogeneidade, apesar de grupos com alunos de 1° a 5° ou 6° ano de escolaridade lecionados conjuntamente já fizessem parte da normalidade no sistema.

Mas o maior sinal de desvalorização do EPE está nas condições salariais dos seus docentes, que permanecem estagnadas desde 2009. Durante mais de 15 anos não houve qualquer atualização remuneratória, o que, num contexto de inflação e de custo de vida crescente em muitos países de acolhimento, representa uma perda real e contínua de poder de compra. Esta situação não só compromete a dignidade profissional dos professores, como simboliza a falta de investimento estrutural num sistema que deveria ser central para a política educativa e cultural de Portugal junto das comunidades.

Simplicare

A voz contra a burocracia.

Plataforma dedicada à recolha e sistematização de propostas para simplificar e **desburocratizar o trabalho docente** nas escolas.

Participe AQUI



fne · aflet · SYZN · SPZC · SDP SUL · SDPA · SPCL

SIMPLICARE.PT
A plataforma que é a voz contra a burocracia

Lançado a 26 de setembro e já associado às comemorações do Dia Mundial do Professor 2025, a FNE lançou a plataforma online simplicare.pt dedicada à recolha e sistematização de propostas para simplificar e desburocratizar o trabalho nas escolas.

Criada em parceria com a Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho (AFIET), esta plataforma tem como objetivo inicial ouvir Docentes, Diretores e Coordenadores, construindo propostas sustentáveis e eficazes que valorizem o tempo de todos os profissionais e permitam concentrar esforços no essencial da missão educativa.

A questão da excessiva burocracia tem sido apontada nas Consultas Nacionais que a FNE realiza desde 2021 junto dos docentes, como um dos maiores problemas que têm de enfrentar e que mais os preocupam. O excesso de trabalho burocrático é dito por muitos como algo que acaba por limitar e distrair os professores para o que é essencial, que é estar a ensinar os seus alunos.

E por isso a FNE defende que "é preciso desburocratizar para ensinar" avançando com propostas para a redução da carga administrativa; da utilização de uma tecnologia útil e simplificada; de uma organização sem labirintos e de um reforço na confiança e autonomia dos docentes.

O inquérito online, disponibilizado nesta plataforma, visa então perceber os caminhos para a simplificação e redução da burocracia no Sistema Educativo e tem como objetivo recolher a perceção dos professores sobre os processos burocráticos que afetam o funcionamento das escolas e agrupamentos de escolas em Portugal.

Com os resultados pretende-se identificar procedimentos que possam ser simplificados, reorganizados ou eliminados, contribuindo para uma gestão mais eficiente e menos burocrática.

A sua participação é anónima e os dados recolhidos destinam-se apenas a fins de diagnóstico e melhoria.

Os resultados finais serão posteriormente divulgados e apresentados publicamente.

Aceda a www.simplicare.pt e participe no questionário.

Simplicare

Participe AQUI

SDPSUL debateu Educação com candidatos autárquicos a Évora

O SDPSUL reuniu na primeira semana de setembro de 2025, com candidatos à Câmara Municipal de Évora para debater o tema da Educação.

Ouvidas as respetivas propostas do PSD, PS e CDU, foram também apresentadas as do SDPSUL/FNE com alertas para diversas situações, entre as quais:

- **Os problemas da Rede Escolar;**
- **AEC's e a necessária coordenação com o professor do 1° ciclo;**
- **Ação Social Escolar; Residenciais para alunos e professores;**
- **A falta de Pessoal de Apoio Educativo.**

Esta foi uma iniciativa conjunta entre o SDPSUL e o STAAE Sul RA que apresentou também aos candidatos o Roteiro dos Trabalhadores de Apoio Educativo para as Autárquicas.









Dia Mundial do Professor 2025 marcado por diversas iniciativas

No âmbito da comemoração do Dia Mundial do Professor, este ano sob o tema "Juntos pelos Professores, juntos pelo amanhã", definido pela Internacional da Educação (IE), a FNE pretende também reforçar a mensagem de que a escola é o espaço onde se concretiza a igualdade de oportunidades e onde se abre caminho para um futuro de maior justiça social, inovação e democracia. Porém, este caminho não existe sem os professores e os trabalhadores da educação. São eles a força que sustenta a escola, a voz que guia os alunos e o exemplo que transforma vidas.

O Dia Mundial do Professor deve, por isso, servir de alerta.

Não basta reconhecer o esforço ou a dedicação destes profissionais. É urgente transformar esse reconhecimento em medidas concretas. É necessário garantir a valorização da carreira docente, condições de trabalho dignas e estabilidade profissional que permitam recuperar, por completo, a confiança na profissão e atrair jovens para a carreira docente.

O Dia Mundial do Professor é mais uma oportunidade também para relembrar o Governo de que cortar no orçamento para a educação não é o caminho adequado. É necessário, pelo contrário, investimento do Governo para se alcançar uma educação de qualidade.

A FNE, juntamente com os seus sindicatos, vai comemorar o Dia Mundial do Professor, realizando as seguintes ações:

• O hasteamento da bandeira "Obrigado Professor" em escolas de norte a sul e ilhas, entre os dias 1 e 6 de outubro;

• Lançamento de portal online www.simplicare.pt dedicado à recolha e sistematização de propostas para simplificar e desburocratizar o trabalho nas escolas.

• Workshop online "Ensino com Assistente Inteligente – Um apoio mágico para ensinar" no dia 3 de outubro, entre as 17h30 e as 20h30;

• Encontro Pedagógico 2025 - "O futuro da Educação e o papel das emoções", no dia 4 de outubro, 9h30, no Auditório SPZN, na cidade do Porto;

• Faixa "Professores Valorizados - Futuro Garantido" colocada por dirigentes do SDPGL em escolas dos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal até 6 de Outubro.

Estas serão, para já, algumas das principais iniciativas que a FNE e os seus sindicatos irão levar a cabo nas celebrações do Dia Mundial do Professor de 2025. Acompanhe no site oficial e redes sociais da FNE a lista final de iniciativas.

A FNE não vai desistir de procurar construir um futuro melhor e que valorize os docentes.

E será junto com os professores que o iremos fazer.

É imperioso valorizar as carreiras, como base para essa educação de qualidade que todos pretendemos alcançar, assim como para garantir os direitos e condições dos trabalhadores da educação e investir em elevados níveis de formação inicial e contínua. Essa valorização deve incluir a determinação de condições de trabalho em segurança nas escolas, incluir limites ao tempo de trabalho que é exigido aos professores, regular o desenvolvimento das carreiras, reconhecer o trabalho que é desenvolvido com empenho, incluir o direito a uma aposentação digna, à estabilidade e segurança na profissão.

Por tudo isto e muito mais, o Dia Mundial do Professor é um dia que marca o reforço na busca pela valorização da vida profissional dos docentes portugueses, pois só com educadores, professores, formadores e investigadores prestigiados, valorizados e reconhecidos é que se estará a promover uma escola melhor, de qualidade, inclusiva e equitativa para todos.

O Dia Mundial do Professor celebra-se anualmente no dia 5 de outubro. Foi em 1994 que foi decidida pela UNESCO, juntamente com a Internacional da Educação, a celebração do Dia Mundial do Professor. Esta data foi escolhida para reconhecer a importância da declaração da OIT e da UNESCO sobre a condição dos trabalhadores docentes, concretizada em 5 de outubro de 1966.


fne
www.fne.pt
LIMPEZA DE PRAIA
ILHA DE SANTA MARIA, AÇORES (MAIA)
20 DE SETEMBRO - 9H00
EDUCAÇÃO PARA O
Ambiente
2025



FNE/SDPA em ação de limpeza costeira nos Açores

A ilha de Santa Maria, na Baía da Maia, nos Açores, recebeu a 20 de setembro de 2025, uma ação de limpeza costeira no âmbito da iniciativa #EUBeachCleanup / Dia Internacional da Limpeza Costeira e na qual participaram a FNE – Federação Nacional da Educação, a AFIET – Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho e o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA).

Os voluntários da FNE/SDPA contribuíram para a recolha de vários kilos de lixo, na zona da Maia, numa iniciativa que demonstra que o papel do sindicalismo não se pode limitar a negociar e debater alterações laborais e sociais, mas também ajudar a reforçar o papel da Educação e dos seus profissionais (docentes e PAE/não docentes) na defesa do ambiente e na sustentabilidade para o futuro do planeta, através da redução da pegada ambiental.

O evento, no qual a FNE e AFIET participam desde 2022, é organizado pela Representação da Comissão Europeia em Portugal, em conjunto com a Fundação Oceano Azul e o Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, e insere-se numa iniciativa mais vasta de ações de limpeza, que decorrem entre os dias 20 setembro e 28 de setembro de 2025.

A campanha #EUBeachCleanup, promovida pela União Europeia, pretende mobilizar os cidadãos para uma maior consciência ambiental e para a alteração de comportamentos, com especial alerta para a emergência climática e para a necessidade de uma maior proteção dos oceanos.












EDPA

“Em duas palavras” - Ação sindical da FNE

Já com o foco nas celebrações do Dia Mundial do Professor (5 de outubro), a FNE lançou a campanha “Em duas palavras”.

Com esta iniciativa, que está a promover nas escolas de todo o país, incluindo as Regiões Autónomas, a FNE pretende chamar a atenção da opinião pública para os principais problemas que continuam a afetar o sistema educativo e os trabalhadores da educação, no arranque de mais um ano letivo marcado pela repetição das mesmas dificuldades e problemas.

No que respeita aos docentes, há mais de duas décadas que a FNE alerta para os riscos de uma profissão desvalorizada, marcada pela estagnação salarial, pela ausência de perspetivas de carreira e pela falta de atratividade para os mais jovens. Quem quer bons professores tem de os remunerar de forma justa. Não há qualidade na educação sem valorização de quem a constrói todos os dias. Atrair, motivar e reter professores exige respeito, e esse respeito mede-se também pelo salário.

Os países que valorizam os seus docentes são aqueles que melhor preparam o futuro. Portugal não pode continuar a ambicionar resultados de excelência pagando salários que não dignificam a profissão docente.

Quanto aos Trabalhadores de Apoio Educativo (TAE)/Não Docentes, a FNE defende igualmente um reforço claro do compromisso político e a implementação de medidas concretas que traduzam a sua verdadeira valorização.

Estes profissionais sentem-se frequentemente invisíveis aos olhos dos sucessivos governos, que não os reconhecem nem valorizam. Reafirmamos: não há qualidade na educação sem salários justos e dignos, capazes de atrair novos profissionais, motivar os que hoje asseguram múltiplas tarefas indispensáveis e reter aqueles que, mesmo em condições adversas, continuam a acreditar na importância da sua missão.

A campanha “Em duas palavras” irá prolongar-se ao longo de todo o primeiro período letivo, destacando semanalmente as reivindicações centrais da FNE:

- **Salários dignos**
- **Carreiras justas**
- **Menos burocracia**
- **Mais professores**
- **Mais educação**
- **Indisciplina zero**

A FNE relembra, através desta ação, que ninguém se deve desresponsabilizar nem deixar de fazer tudo o que está ao seu alcance para resolver os problemas que continuam a afetar a educação. Uma educação de qualidade exige compromisso de todos.

EM DUAS PALAVRAS:

SALÁRIOS DIGNOS.

Quem quer qualidade, valoriza quem ensina!

PROFESSORES VALORIZADOS, FUTURO GARANTIDO.

Quem quer bons professores tem de os pagar devidamente. Não há qualidade na educação sem a valorização de quem a constrói todos os dias. Atrair, motivar e reter professores exige respeito e esse respeito mede-se também pelo salário. Os países que valorizam os seus docentes são os que melhor preparam o futuro. Portugal não pode continuar a ambicionar resultados de excelência pagando salários que não dignificam a profissão docente.

fne www.fne.pt | S7ZN SPZC SDPSUL SDPA SPCL

MANIFESTO

Em duas palavras: Salários Dignos

A Educação é o pilar de qualquer sociedade democrática e justa. Sem professores não há escola, não há futuro. Contudo, em Portugal, os docentes continuam a não ser valorizados como merecem e como se justifica, sujeitos a carreiras longas e exigentes, com remunerações muito aquém da responsabilidade, da importância social e das qualificações que lhes são exigidas. Esta situação não dignifica a centralidade do seu papel.

A FNE afirma com clareza: quem quer qualidade, valoriza quem ensina. Valorizar os professores é investir no futuro do país. Não há qualidade na educação sem salários justos e dignos, capazes de atrair jovens para a profissão, de motivar os que hoje enfrentam sobrecarga e desgaste, e de reter no sistema os que ainda acreditam na missão de ensinar.

Os países que respeitam os seus professores são os que melhor preparam as novas gerações para os desafios do futuro. Em Portugal, é urgente romper com a lógica de pagar salários que não correspondem à exigência e responsabilidade da profissão docente.

Reivindicamos:

- **Salários dignos e justos**, que reflitam a importância social da profissão docente.
- **Carreiras valorizadas**, que reconheçam o esforço, a dedicação e a competência dos professores.
- **Condições de trabalho humanas e motivadoras**, que permitam que cada professor exerça a sua profissão com qualidade e dignidade.

Sem professores valorizados, o futuro está em risco.
Com professores respeitados, motivados e reconhecidos, o futuro está garantido.

A FNE reafirma o seu compromisso de lutar, com firmeza e determinação, para que a sociedade portuguesa e os responsáveis políticos compreendam esta verdade simples e inquestionável, que se resume em duas palavras: salários dignos.

Só com Professores valorizados, o futuro ficará garantido.

EM DUAS PALAVRAS:

SALÁRIOS DIGNOS.

Quem quer qualidade, valoriza quem trabalha!

TRABALHADORES VALORIZADOS, FUTURO GARANTIDO.

Quem quer bons Trabalhadores de Apoio Educativo tem de os remunerar devidamente. Não há qualidade na educação sem a valorização de quem a constrói todos os dias. Atrair, motivar e reter estes profissionais da educação exige respeito e esse respeito mede-se também pelo salário. Os países que valorizam a educação são os que melhor preparam o futuro. Portugal não pode continuar a ambicionar resultados de excelência pagando salários que não dignificam os profissionais da Educação.

fne www.fne.pt

SIAE ZONA NORTE SIAE ZONA CENTRO SIAE SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

MANIFESTO

Em duas palavras: Salários Dignos

A Educação é o pilar de qualquer sociedade democrática e justa. Sem Trabalhadores de Apoio Educativo (TAE) não há escolas a funcionar e não há qualidade no processo educativo. Contudo estes profissionais continuam a não ser valorizados como merecem, sujeitos a vínculos precários, carreiras desajustadas e remunerações que não refletem a exigência e a responsabilidade das funções que desempenham diariamente.

A FNE afirma com clareza: quem quer qualidade, valoriza quem trabalha. Valorizar os Trabalhadores de Apoio Educativo é investir na dignidade da escola pública, no sucesso e bem-estar dos alunos. Não há qualidade na educação sem salários justos e dignos, capazes de atrair profissionais, de motivar os que hoje asseguram múltiplas tarefas essenciais e de reter aqueles que, muitas vezes em condições adversas, continuam a acreditar na importância da sua missão.

Os países que respeitam todos os profissionais da educação são os que melhor preparam as novas gerações para os desafios do futuro. Em Portugal, é urgente romper com a lógica de pagar salários que não dignificam o trabalho de quem garante o bom funcionamento das escolas e apoia professores, alunos e famílias.

Reivindicamos:

- **Salários dignos e justos**, que reflitam a importância social e educativa dos trabalhadores de apoio.
- **Carreiras valorizadas e estáveis**, que reconheçam a dedicação, o esforço e a diversidade das funções desempenhadas.
- **Condições de trabalho humanas e motivadoras**, que permitam que estes profissionais exerçam a sua atividade com qualidade e respeito.

Sem trabalhadores valorizados, o futuro da escola pública está em risco.

Com trabalhadores respeitados, reconhecidos e dignificados, o futuro está garantido.
A FNE reafirma o seu compromisso de lutar, com firmeza e determinação, para que a sociedade portuguesa e os responsáveis políticos compreendam esta verdade simples e inquestionável, que se resume em duas palavras: salários dignos.

Só com Trabalhadores valorizados, o futuro ficará garantido.

EM DUAS PALAVRAS:

CARREIRA JUSTA.

Estabilidade que valoriza e motiva.

UMA CARREIRA QUE VALORIZA OS PROFESSORES GARANTE O FUTURO.

A FNE exige uma carreira docente estável, justa e atrativa, capaz de motivar quem já está no sistema e de atrair os jovens para a profissão. A valorização da carreira é essencial para combater a escassez de professores e para assegurar uma escola pública de qualidade, com profissionais reconhecidos e valorizados.

fne www.fne.pt | S7ZN SPZC SDPSUL SDPA SPCL

MANIFESTO

Em duas palavras: Carreira Justa

Carreira Justa, Futuro Garantido A Federação Nacional da Educação (FNE) reafirma com determinação a sua exigência de uma carreira docente estável, justa e atrativa, como condição essencial para garantir qualidade na Educação e futuro para o país.

Uma carreira que valorize e respeite os professores é a única forma de reter os profissionais experientes, motivar os que hoje enfrentam sobrecarga e desgaste, e atrair os jovens para a profissão docente.

A precariedade, a estagnação e a desvalorização que marcam o percurso profissional dos docentes não podem continuar, pelo que a FNE e os seus sindicatos defendem:

- Um **modelo de progressão transparente e justo**, que reconheça todo o tempo de serviço e elimine bloqueios artificiais na carreira.
- Uma **estrutura salarial digna**, capaz de motivar e valorizar os professores em todas as fases da sua vida profissional.
- A **redução da instabilidade e da precariedade**, com a vinculação efetiva de todos os docentes que asseguram necessidades permanentes do sistema.
- O **respeito pela profissão docente** como pilar da escola pública, condição indispensável à coesão social e ao desenvolvimento do país.

Uma carreira que valoriza os professores é uma carreira que garante o futuro. Portugal precisa de respostas urgentes e estruturais para que cada escola tenha os profissionais necessários e cada aluno tenha acesso a uma Educação de qualidade.

A FNE exige que o Governo assuma este compromisso e abra, sem demora, um processo negocial sério, transparente e consequente, que dê resposta à justiça reclamada há demasiado tempo pelos professores e educadores.

Carreira Justa significa futuro garantido para a Escola Pública.

FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

DEFENDER A EDUCAÇÃO

É CONSTRUIR O FUTURO!



Repensar o modelo de gestão das escolas, devolvendo capacidade de decisão aos professores

Como professor de História que sou, tenho uma certa tendência para analisar as questões numa perspetiva temporal, o que pode ser vantajoso, quer na perceção dos problemas, quer na identificação das linhas de evolução e de mudança, que têm sempre as suas causas e os seus contextos.

De facto, se olharmos para trás, podemos dizer que houve um tempo, que se estendeu desde a instauração da democracia até sensivelmente à primeira década do nosso século, em que a vivência democrática no interior das escolas e os níveis de participação dos professores nos processos de decisão interna era bem superior àquele que temos hoje. Os professores não só eram chamados a escolher, por via de eleição direta, os Conselhos Diretivos/Executivos, que enformavam uma gestão de cariz colegial, como tinham uma superior capacidade de representação nos vários órgãos, nomeadamente no Conselho Pedagógico, havendo ainda que considerar que era conferida, a cada uma das estruturas, a possibilidade de escolherem livremente os seus representantes.

Como acontece com todos os modelos de governação, podemos dizer que esse modo de funcionamento (que foi, aliás, sofrendo ajustamentos), tinha as suas limitações, mas apresentava também inegáveis vantagens. O facto de os docentes saberem que não eram um apêndice acessório da engrenagem e de terem a consciência de que a sua voz era ouvida, sabendo que lhes era concedida a possibilidade de assumirem um papel ativo na definição de muitos aspetos da vivência e do rumo que a sua escola deveria seguir, constituía-se, naturalmente, como um fator promotor da participação e do envolvimento nos processos. Trata-se de uma capacidade que, tendo em atenção a natureza aberta e diversa das escolas, não era de somenos importância, e que, tanto quanto julgamos, não terá sido indiferente para a superação dos muitos e difíceis desafios com os quais a escola pública se confrontou nesse período.

Um tempo, que – vale a pena dizê-lo – foi o tempo da consolidação da democracia, da estabilização do sistema educativo, consubstanciada na aprovação da Lei de Bases, da efetivação da escolaridade obrigatória e da eliminação quase total de indicadores que nos envergonhavam, enquanto país, como era o caso das elevadas taxas de abandono e de absentismo, que, entre outras medidas, desencadearam uma luta exemplar contra o trabalho infantil.

Como sabemos, a partir de 2008 assistiu-se à implementação de um novo modelo de gestão, que vigora até hoje, que mudou significativamente o paradigma existente, passando a estrutura e a orgânica das Escolas/Agrupamentos a ter como vértice a figura do Diretor, um cargo de natureza unipessoal, ao qual foram adscritos amplos poderes.

Apesar das suas potenciais vantagens e mais-valias, nomeadamente no que diz respeito à abertura e representatividade a entidades e organismos das comunidades educativas, o atual modelo apresenta evidentes limitações, entre as quais, talvez as mais significativas sejam as que dizem respeito à redução dos níveis de participação e de capacidade de decisão dos docentes na vivência e na orientação das escolas.

Desde logo, na escolha do diretor, já que a eleição se faz, agora, de forma indireta por via dos Conselhos Gerais, onde múltiplos interesses exteriores à escola se digladiam, mas também na redução da participação dos docentes nos diversos órgãos, importando realçar que o modelo em causa confere ao diretor uma forte centralidade na escolha dos que ocupam os cargos e na indicação dos (poucos) representantes que integram esse órgão central que é o Conselho Pedagógico.

Este modelo de pendor hierarquizante, assente em princípios de eficiência e eficácia, em parte decalcados de conceções de governação exteriores às escolas, acabou inevitavelmente por remeter a generalidade dos docentes a um papel pouco relevante nos processos mais globais de decisão da vida das instituições e do rumo que as mesmas devem seguir. Um exemplo paradigmático desta menorização da comunidade escolar é a gradual (e inexorável) perda de relevância dos próprios Projetos Educativos. Documentos-chave, pautados por princípios de abertura e democraticidade, que refletem a visão e as opções estratégicas dos docentes e da comunidade educativa, que fizerem um longo percurso no anterior modelo, mas que hoje se encontram claramente secundarizados face ao Projeto de Intervenção do Diretor.

Em termos genéricos, talvez possamos dizer que o modelo que vigora desde 2008, imposto ao arrepio de uma tradição de vivência democrática da escola, conduziu ao afastamento do grosso dos docentes dos principais processos de decisão. Essa nova orientação comportou elevados custos para a dinâmica das instituições, acabando por contribuir para o alheamento e desmobilização de muitos professores, bem como para a redução dos seus níveis de satisfação e de bem-estar, o que não favorece a adesão aos desafios.

Num momento em que pairam ameaças várias sobre os alicerces da escola pública é urgente repensar o modelo de gestão, no sentido de criar soluções que permitam devolver aos professores a capacidade de decisão nos múltiplos aspetos da vida das escolas, neles se incluindo, naturalmente, a faculdade de escolherem de forma direta aqueles que os dirigem e que os representam nos diversos órgãos. Sem implicar diretamente os professores nestes processos, torna-se difícil elevar os níveis de participação e de mobilização em torno da consecução dos objetivos comuns.

Note-se, ainda, que uma escola viva, democrática e dialogante é, certamente, aquela que melhor permite tirar partido da enorme massa crítica existente no seu interior, que decorre dos elevados e crescentes níveis de formação do corpo docente.

Também a este nível, o modelo vigente é redutor, assentando em conceções economicistas que tornam conveniente olhar para os professores como funcionários, a quem cumpre seguir as orientações, e não como profissionais altamente qualificados e especializados aos mais diversos níveis. Num quadro de falta estrutural de professores, em que se torna urgente atrair os melhores, todos concordamos que importa dignificar a profissão. Uma das melhores formas de o fazer é a assunção de que o docente é um trabalhador intelectual, que pela sua formação e competências, pode e deve ter capacidade de decisão nas várias dimensões em que exerce a sua atividade.

Joaquim Bastos Serra
Subdiretor do Agrupamento de Escolas Severim de Faria (Évora)
Membro da Direção do SDP Sul



A razão do Roteiro dos Trabalhadores de Apoio Educativo nas eleições Autárquicas de 12 outubro 2025

O STAAE Zona Centro, à semelhança dos outros STAAEs, tem mantido reuniões com os candidatos às autarquias da zona centro do país, área da nossa intervenção, com a intenção de passar a mensagem do Roteiro criado pelo Secretário-Geral (SG) da FNE, Pedro Barreiros, documento político-sindical que, para além do conteúdo da mensagem, tem uma magnífica imagem gráfica, também da responsabilidade do SG da FNE, o que vem facilitar a entrega da nossa mensagem aos nossos futuros autarcas.

A razão desta mensagem aos autarcas justifica-se porque os trabalhadores não docentes, com exceção dos técnicos superiores, onde se encaixam os psicólogos e os técnicos especializados da educação, foram por imposição legal integrados nos mapas de pessoal das autarquias, via DL 21/2019 de 30/01/2019.

Foi esta municipalização dos não docentes que veio alterar todas as estratégias de negociação coletiva para estes trabalhadores, onde o único interlocutor válido era o Ministério da Educação e agora temos a Associação Nacional de Municípios e as respetivas autarquias, o que trouxe um acréscimo de reuniões com todas estas entidades empregadoras e aquela Associação, onde as autarquias estão integradas.

Abstraindo de toda esta transferência dos trabalhadores da educação para as autarquias, o Ministério da Educação ainda continua a ter uma função importante na gestão destes trabalhadores, nomeadamente na gestão do número de trabalhadores mínimos nas escolas, o reconhecimento da valorização das suas carreiras, a formação profissional inicial e contínua..., razão porque os STAAEs terão de continuar a negociar com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), porque este Ministério continua a tutelar a Educação e a efetuar mensalmente a transferência de verbas do Orçamento do Estado para as autarquias, para pagar a retribuição a estes trabalhadores municipalizados, tendo portanto uma palavra importante em todo este processo.

Eis a razão porque este **Roteiro para a Valorização dos Trabalhadores de Apoio Educativo** foi efetuado. Para os STAAEs pessoalmente explicarem aos futuros autarcas as vantagens de trabalhadores com mais formação, com situações de trabalho mais digno, melhores condições da sua carreira e assim termos uma escola de excelência e com trabalhadores mais motivados e realizados nos seus postos de trabalho.

Vamos então aguardar o resultado das eleições autárquicas no próximo dia 12 de outubro de 2025, e qual o efeito que este trabalho da FNE e dos seus três STAAEs junto dos candidatos das autarquias irá produzir, no futuro relacionamento que o MECI irá ter com a Associação Nacional de Municípios e respetivas autarquias de Portugal, na gestão de uma das áreas mais importantes deste pais: a Educação.

João Ramalho
Presidente do STAAEZCENTRO

FNE/STAAE's apresentaram "Roteiro para Autárquicas" a candidatos de todo o país

A apresentação do "Roteiro para as Autárquicas" a candidatos autárquicos de norte a sul do país, prosseguiu ao longo do mês através dos três sindicatos de Trabalhadores de Apoio Educativo (TAE) / Não Docentes da FNE.

O STAEZN, o STAAEZC e o STAAESRA têm feito chegar aos candidatos as propostas para encontrar um reforço significativo de compromisso político e medidas mais concretas que traduzam uma verdadeira valorização destes trabalhadores, que afirmam sentir-se invisíveis aos olhos dos sucessivos governos que não os reconhecem nem valorizam.

Através desta iniciativa a FNE/STAAEs pretendem demonstrar junto dos futuros representantes autárquicos, a urgência de reconhecer que estes profissionais não são um mero complemento do processo educativo, mas sim parte integrante do mesmo.

Trabalham lado a lado com docentes, alunos e famílias, contribuindo ativamente para o desenvolvimento integral dos estudantes e para o bom funcionamento das instituições de ensino.







Foto: Paulo Vaz Henriques



FNE no lançamento do primeiro Inquérito Europeu a Professores do EFP

O Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (Cedefop) lançou, em 25 de setembro de 2025, na sua sede em Salónica, Grécia, o **Inquérito Europeu aos Professores do Ensino Profissional (EVTS)**, o primeiro inquérito exaustivo da UE a 14 000 professores do ensino e formação profissional (EFP) inicial (IVET) de 23 Estados-Membros da União Europeia (UE).

O lançamento do inquérito aconteceu através do IV Fórum de Políticas de *Aprendizagem do Cedefop*, em modo híbrido, dedicado ao setor do ensino profissional e aos seus professores e formadores, que decorreu nos dias 25 e 26 de setembro, naquela cidade do norte da Grécia.

Depois de ter colaborado durante dois anos no estudo de viabilidade do Cedefop (piloto) que antecedeu o EVTS, a FNE (Joaquim Santos) juntou-se presencialmente a Henrik de Moel (secretário-geral do Algemene Onderwijsbond – Aob Education Union, dos países baixos) e a Agnes Roman, coordenadora sénior do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) neste relevante evento.

Em toda a Europa, a escassez de professores de EFP agrava-se, em especial, nas áreas CTEM (ciências, tecnologia, engenharia e matemática) e em línguas estrangeiras, disciplinas essenciais para a transformação digital e ecológica da UE.

Os fatores que contribuem para este processo incluem as perceções de carreira e entrada no ensino: cerca de 67% dos professores de EFP escolheram o ensino como a sua primeira carreira e apenas 18% consideram que a sua profissão é valorizada; remuneração e contratos: os professores de EFP ganham quase 11% menos do que outros trabalhadores com formação superior e são mais suscetíveis aos contratos temporários e à precariedade; apenas 40% estão satisfeitos com a sua remuneração; nas condições de trabalho são comuns as cargas de trabalho elevadas, as salas de aula sobrelotadas e os ambientes exigentes.

Tendo isto em conta, sem uma ação específica, a Europa corre o risco de ficar atrás em relação aos seus concorrentes mundiais na preparação dos trabalhadores para a economia do futuro.

A importância da gestão

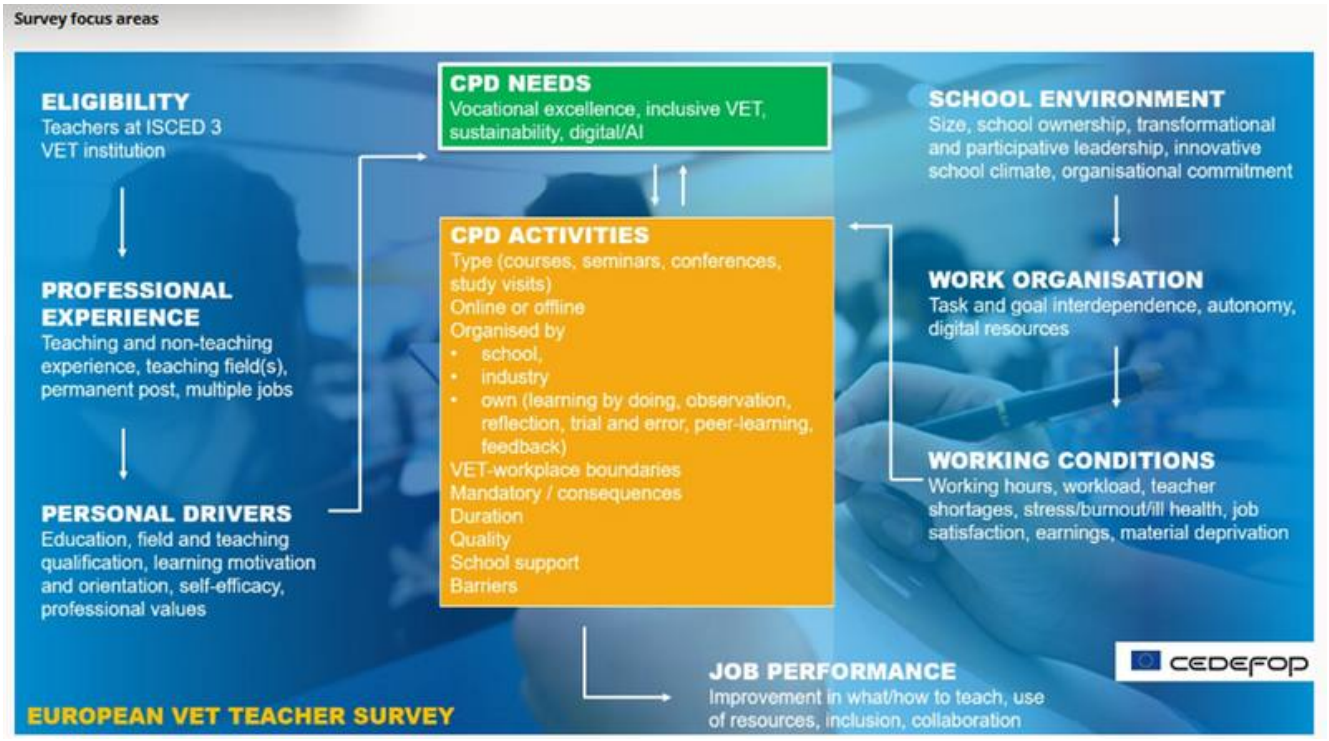
O Inquérito irá recolher informação de cerca de mil professores selecionados aleatoriamente em escolas de EFP inicial (nível 3 da CITE) em 23 países europeus, nomeadamente: Bélgica, Bulgária, Chéquia, Dinamarca, Estónia, Irlanda, Grécia, Croácia, Itália, Chipre, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Hungria, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Roménia, Eslovénia, Eslováquia, Finlândia e Suécia.

O EVTS visa analisar os desafios críticos no EFP, tais como a eficácia do desenvolvimento profissional dos professores e os obstáculos importantes; os défices de competências no domínio das tecnologias digitais e ecológicas; a gestão inclusiva da sala de aula; ou a satisfação no trabalho e as condições de trabalho e os fatores que influenciam a atratividade da carreira.

Previstas para 2027, as conclusões do inquérito irão fundamentar a criação de políticas nacionais e da UE, promovendo a agenda da União das Competências e a competitividade económica europeia, proporcionando, ao mesmo tempo, dados úteis às escolas participantes para melhorarem os seus programas de desenvolvimento profissional.

A agenda das competências da Europa exige o investimento nos professores de EFP. Ao reforçar o apoio aos professores de EFP e ao seu desenvolvimento profissional contínuo, estamos a reforçar os alicerces do futuro económico europeu.

Áreas focadas no EVTS



Esta iniciativa inovadora, concebida para colmatar gaps de conhecimento cruciais sobre os professores do EFP em toda a Europa, centrar-se-á nas lacunas de competências dos professores, nas necessidades de desenvolvimento profissional e nas condições de trabalho gerais nas escolas de EFP inicial (IVET).

Porquê agora?

O EVTS visa fornecer aos decisores políticos dados sólidos e comparáveis que possam melhorar o desenvolvimento profissional dos professores do ensino e formação profissionais iniciais e prepará-los melhor para os grandes desafios socioeconómicos, tais como a transição para a IA, as alterações climáticas e a necessidade de reduzir a exclusão social entre os estudantes.

Ao fazê-lo, o inquérito apoiará diretamente os objetivos globais da UE de formar um corpo docente de alta qualidade, capaz de preparar os alunos para transições inclusivas, digitais e ecológicas. Em última análise, os resultados contribuirão para combater a escassez persistente de professores e tornar o ensino profissional uma profissão mais atrativa em toda a Europa.

O EVTS irá recolher informações de aproximadamente 14 000 professores selecionados aleatoriamente, tanto de disciplinas profissionais como de ensino geral, em escolas de EFP inicial (nível 3 da ISCED).





Os professores participantes do IVET irão preencher um questionário online de 30 minutos, aprofundando áreas críticas, incluindo:

- Crescimento profissional: como os professores aprimoram as suas competências e se desenvolvem profissionalmente;

- Lacunas nas competências dos professores do EFP inicial: com especial enfoque nas novas tecnologias digitais e verdes e nas suas capacidades de gestão de ambientes de aprendizagem inclusivos;

- Impacto do desenvolvimento profissional contínuo (DPC): a eficácia de várias atividades de desenvolvimento profissional na atualização das competências dos professores;

- Realidades do local de trabalho: satisfação profissional, condições de trabalho e atratividade geral da profissão de professor do EFP;

- Fatores impulsionadores e barreiras que influenciam a participação no Desenvolvimento Profissional Contínuo;

- Garantir a qualidade e a confiança.

A metodologia garante rigor científico. As escolas e os professores são selecionados aleatoriamente seguindo uma metodologia científica robusta para tornar o inquérito representativo das experiências dos professores de EFP em toda a Europa.

A participação é totalmente voluntária e confidencial, sendo todos os dados recolhidos anonimamente e utilizados estritamente para fins de investigação, a fim de proteger a privacidade individual.

O questionário foi submetido a um extenso processo de desenvolvimento, incluindo avaliação da traduzibilidade, testes cognitivos e testes-piloto, para garantir clareza, consistência e comparabilidade internacional.

Ao recolher dados tão detalhados e comparáveis, o EVTS visa moldar diretamente melhores políticas, tanto a nível nacional como da UE. Estas informações garantirão que os professores do ensino e formação profissionais iniciais tenham acesso a um desenvolvimento profissional impactante, apoiando diretamente a visão da UE de uma força de trabalho docente de alta qualidade e aumentando a competitividade europeia.





Para além das políticas, as informações obtidas no inquérito serão partilhadas com as escolas participantes, oferecendo dados valiosos para melhorar os seus programas de desenvolvimento profissional para professores e as suas estratégias de ensino.

O trabalho de campo principal deste inquérito decorrerá entre outubro de 2025 e setembro de 2026, enquanto os primeiros resultados serão publicados em 2027. O inquérito foi adjudicado à Verian, uma agência de investigação que cumpre elevados padrões éticos. Os resultados serão posteriormente divulgados ao nível europeu e de cada estado membro.

A agenda europeia em matéria de competências e competitividade exige investimento nos profissionais que ministram formação profissional. Ao reforçar o apoio aos professores do EFP, reforçam-se as bases do futuro económico da Europa.

Para se lançar a este desafio, tanto no projeto piloto como depois no EVTS, o Cedefop formou um Grupo de Partes Interessadas, em estreita colaboração com o CSEE e com os empregadores europeus da educação.

Radiografia do setor

A crise global de professores teve um grande impacto no EFP. Entre outros fatores, contribuíram para essa escassez dramática a precariedade, questões salariais e de condições de carreira; o esgotamento dos professores - com um bem-estar em risco; uma profissão com pouca atratividade para os jovens - em que muitos daqueles que se tornam professores de EFP o ensino não foi a sua primeira escolha de carreira; ou o facto de os jovens professores serem mais propensos a procurar outro emprego.

Deste modo, persistem muitos desafios no setor, assim como uma base sólida de dados com que se trabalhar: uma fraca ligação às carreiras; falta de financiamento; conflitos com os horários de trabalho dos professores; barreiras ao acesso: professores não são envolvidos na conceção conjunta do seu desenvolvimento profissional contínuo; um envolvimento limitado nas políticas educativas; uma análise insuficiente das necessidades; ou uma validação limitada da aprendizagem prévia no local de trabalho/informal.

Outros desafios são uns requisitos de entrada rígidos; um modelo híbrido emergente de professores/formadores, ainda não formalizado na maioria dos países ou uma falta de avaliação do impacto, com uma ausência de avaliação sistemática da eficácia da formação.

Dados do Cedefop apontam que 60% dos professores de EFP não estão satisfeitos com o seu trabalho, apenas 17,7% dos professores na UE consideram que a sua profissão é valorizada pela sociedade e que os professores de EFP ganham, em média, 8% menos do que os professores do ensino geral, o que contribui para a insatisfação e a desmotivação na profissão.

Consulte o EVTS para obter mais informações em:
https://www.cedefop.europa.eu/en/projects/vocational-teacher-survey

Como melhorar a saúde mental dos Professores

A saúde mental dos professores é uma questão cada vez mais urgente no cenário educacional. Pressões constantes, excesso de trabalho, falta de reconhecimento, indisciplina na sala de aula e a sobrecarga emocional têm contribuído para altos níveis de stresse, ansiedade e esgotamento profissional (burnout). Por isso, é essencial pensar em estratégias que promovam o bem-estar psicológico dos educadores.

1. Valorização e reconhecimento profissional
Sentir-se valorizado é um fator chave para o equilíbrio emocional. Governos, escolas e comunidades precisam reconhecer o trabalho do professor não apenas com remuneração justa, mas também com respeito, voz ativa nas decisões pedagógicas e ações que reforcem seu papel essencial na sociedade.

2. Redução da carga de trabalho
O excesso de tarefas fora da sala de aula — como correções, planeamento, burocracias e reuniões — contribui significativamente para o stresse docente. Reavaliar a carga horária e oferecer suporte administrativo pode aliviar essa pressão e permitir que o professor se concentre no seu papel central: ensinar.

3. Espaços de escuta e apoio emocional
Criar programas dentro das escolas que ofereçam acompanhamento psicológico, rodas de conversa, grupos de apoio e espaços de escuta ativa pode fazer uma grande diferença. Muitas vezes, o professor sofre em silêncio por não ter com quem dividir suas angústias.

4. Formação continuada sobre saúde mental
Capacitações que abordem temas como autocuidado, gestão do stresse, inteligência emocional e limites profissionais que ajudem o educador a lidar melhor com os desafios do quotidiano escolar e a reconhecer sinais de esgotamento em si mesmo e nos colegas.

5. Ambiente escolar saudável e colaborativo
Escolas com boa comunicação, liderança empática, clima colaborativo e respeito mútuo tendem a ter professores mais motivados e saudáveis. Fomentar a união entre colegas, promover atividades de integração e cultivar uma cultura de apoio mútuo são estratégias eficazes.

6. Incentivo ao autocuidado
O professor também precisa ser incentivado a cuidar de si. Atividades físicas, hobbies, descanso adequado e momentos de lazer devem ser vistos como parte da rotina e não como luxos. O equilíbrio entre vida profissional e pessoal é essencial para a saúde mental.

Conclusão
Cuidar da saúde mental dos professores não é um luxo, é uma necessidade urgente para garantir uma educação de qualidade. Professores saudáveis emocionalmente ensinam melhor, relacionam-se melhor com os alunos e permanecem mais tempo e com mais paixão na carreira. Investir no bem-estar do educador é investir no futuro de toda a sociedade.

5 Outubro 2025

Dia Mundial do Professor



obrigadoprofessor.pt

Juntos pelos professores
Juntos pelo amanhã

Education International
Internationale de l'Education
Internacional de la Educación
Bildungsinternationale

Federação Nacional da Educação

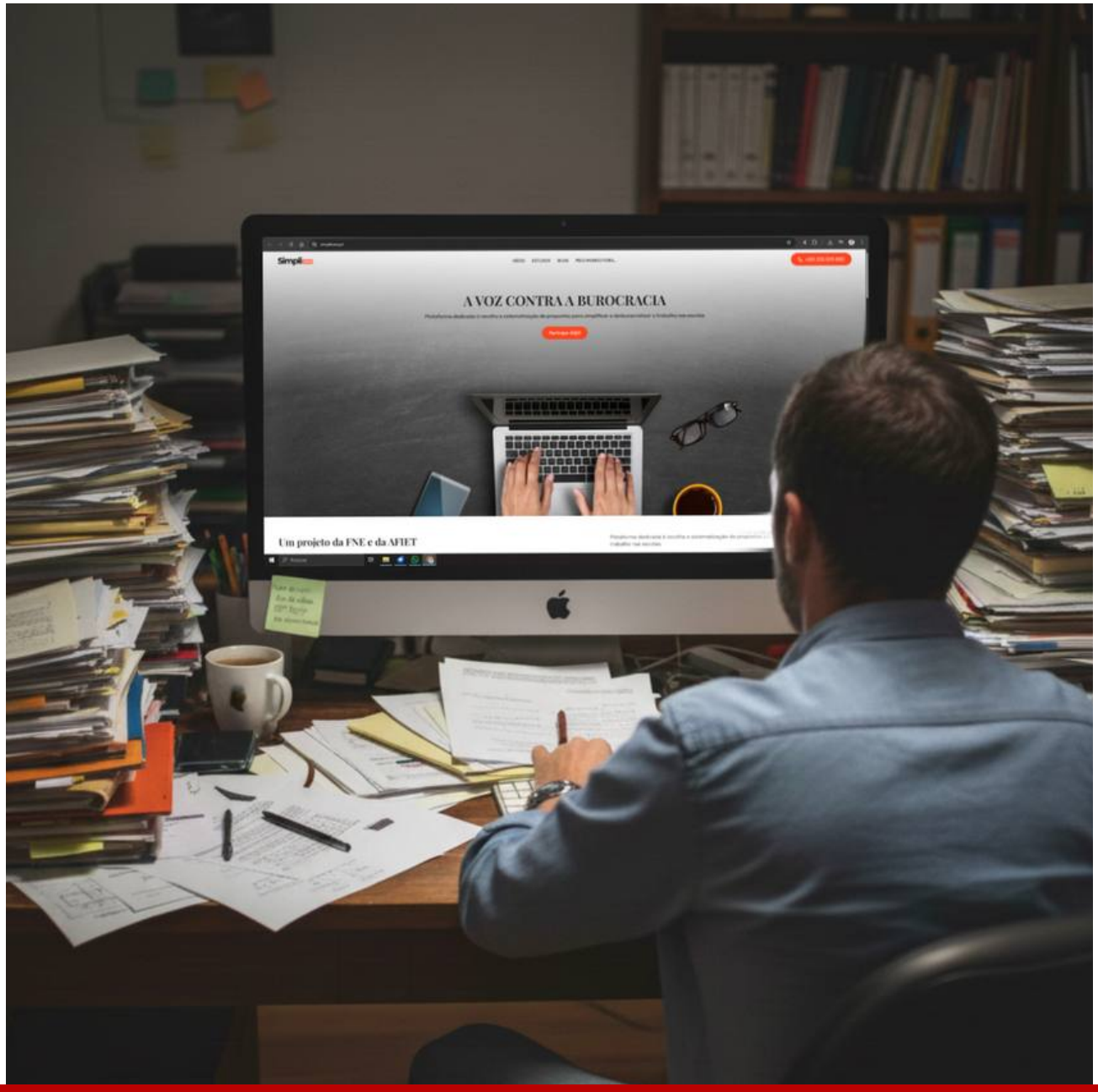
MENOS BUROCRACIA= MAIS TEMPO PARA ENSINAR

outubro 2025

OUTUBRO 2025

jornal fne

Federação Nacional da Educação



MENOS BUROCRACIA = MAIS TEMPO PARA ENSINAR

ÍNDICE

3 - 4
EDITORIAL

5 - 22
AÇÃO SINDICAL

23 - 25
TEM A PALAVRA

26 - 27
PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

28 - 49
INTERNACIONAL

50 - 51
SAÚDE

FICHA TÉCNICA | OUTUBRO 2025

Proprietário
Federação Nacional da Educação

Diretor
Pedro Barreiros

Produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro
Mário Jorge

Redação
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação
Rafael Marques

Sindicatos membros
- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo e Social do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS

FILIAÇÃO

EDITORIAL



43 anos a defender a Educação, os seus profissionais e o futuro do país

No próximo dia **3 de novembro, a Federação Nacional da Educação (FNE) celebra 43 anos de história, compromisso e ação.** São mais de quatro décadas de trabalho em defesa da educação, da valorização dos seus profissionais e da dignificação de todos os que fazem da escola o coração do país.

Desde a sua fundação, em **1982**, a FNE tem sido uma voz firme e respeitada no panorama sindical e educativo português. Foi construída sobre valores sólidos de **independência, diálogo, solidariedade e responsabilidade,** afirmando-se como uma organização que acredita que o futuro de Portugal se constrói **nas escolas e com quem nelas trabalha.**

Ao longo destes 43 anos, a FNE enfrentou desafios exigentes e soube sempre manter-se fiel aos seus princípios, fazendo da **negociação e da concertação instrumentos de transformação.** Com coerência e persistência, contribuiu para conquistas decisivas nas carreiras, nas condições de trabalho e na valorização dos profissionais da educação.

Hoje, os tempos continuam a ser de grande exigência. Persistem problemas que colocam à prova a capacidade de resposta do sistema educativo e a força das suas organizações representativas: **o envelhecimento da profissão docente, a desmotivação crescente dos trabalhadores de apoio educativo, a burocracia excessiva, a falta de recursos e de condições de trabalho, a necessidade de melhoria dos salários e a urgência em atrair e reter novos profissionais.**

Perante este cenário, a FNE reafirma o seu **compromisso de continuar a lutar por uma educação de qualidade,** que respeite quem trabalha nas escolas e garanta a todos os alunos as mesmas oportunidades de aprender e crescer.

Mas este caminho só pode ser percorrido com **solidariedade, união e confiança mútua.** É essencial que cada sindicato membro, cada dirigente e cada trabalhador associado reconheça na FNE **o seu espaço comum de força, pertença e representação.** Só com coesão e com o contributo de todos poderemos reforçar o nosso papel e alcançar os objetivos que nos unem.

A FNE não é apenas uma federação. É um **projeto coletivo**, que tem de ser valorizado, apoiado e sentido como **a casa comum de todos os que acreditam numa educação melhor e num sindicalismo responsável e construtivo.**

Este aniversário é, por isso, mais do que uma celebração. É um momento de **reconhecimento e renovação de compromisso**: de olhar o passado com orgulho, o presente com sentido de missão e o futuro com confiança.

Com o **Roteiro para a Legislatura 2025-2029,** a campanha **"Em Duas Palavras",** o projeto **Simplicare, o Roteiro para as Eleições Autárquicas 2025** e a ação sindical inovadora **"Maria ESPERANÇA Portugal"**, bem como a realização de **atividades formativas, consultas nacionais, inquéritos e estudos de investigação** que sustentam e reforçam a intervenção sindical, a FNE demonstra que continua **a inovar, a propor e a agir com coragem e visão.**

Estes instrumentos complementam-se e traduzem uma **estratégia integrada de intervenção social, sindical e política,** que valoriza as pessoas, aproxima a FNE dos trabalhadores e afirma o seu papel transformador no país.

A história destes 43 anos mostra que a FNE sempre esteve presente **sempre que foi preciso defender a dignidade, os direitos e o valor dos trabalhadores da educação.** Assim continuará, com o mesmo espírito solidário, a mesma determinação e a mesma convicção de sempre.

Porque **a força da FNE é a força de todos nós! Unidos, solidários e comprometidos com a educação e com o futuro do país.**



Pedro Barreiros
SECRETÁRIO-GERAL DA FNE

DUAS PALAVRAS

Ano letivo 2025 - 2026

SALÁRIOS DIGNOS.

CARREIRA JUSTA.

MENOS BUROCRACIA.

MAIS PROFESSORES.

RESPEITO DOCENTE.

MAIS EDUCAÇÃO.

Escolas de todo o país receberam a campanha "Em duas palavras"

A campanha “Em duas palavras”, promovida pela FNE no âmbito do Dia Mundial do Professor - que se celebrou no passado dia 5 de outubro de 2025 - prossegue "a todo o vapor" por todo o país.

São várias escolas de Portugal Continental e Regiões Autónomas que já ostentam e conhecem as faixas desta iniciativa com a mensagem "Professores Valorizados - Futuro Garantido".

Esta campanha pretende chamar a atenção da opinião pública para os principais problemas que continuam a afetar o sistema educativo e os trabalhadores da educação, no arranque de mais um ano letivo, marcado pela repetição das mesmas dificuldades e problemas. Por isso é ainda mais urgente divulgar a mensagem de que a escola é o espaço onde se concretiza a igualdade de oportunidades e onde se abre caminho para um futuro de maior justiça social, inovação e democracia. Porém, este caminho não existe sem os professores e os trabalhadores da educação. São eles a força que sustenta a escola, a voz que guia os alunos e o exemplo que transforma vidas.

Há mais de duas décadas que a FNE alerta para os riscos de uma profissão desvalorizada, marcada pela estagnação salarial, pela ausência de perspetivas de carreira e pela falta de atratividade para os mais jovens. Quem quer bons professores tem de os remunerar de forma justa. Não há qualidade na educação sem valorização de quem a constrói todos os dias. Atrair, motivar e reter professores exige respeito, e esse respeito mede-se também pelo salário.

Os países que valorizam os seus docentes são aqueles que melhor preparam o futuro. Portugal não pode continuar a ambicionar resultados de excelência pagando salários que não dignificam a profissão docente.

Reafirmamos: não há qualidade na educação sem salários justos e dignos, capazes de atrair novos profissionais, motivar os que hoje asseguram múltiplas tarefas indispensáveis e reter aqueles que, mesmo em condições adversas, continuam a acreditar na importância da sua missão.

A campanha "Em duas palavras" irá prolongar-se ao longo de todo o primeiro período letivo, destacando semanalmen-te as reivindicações centrais da FNE:

SALÁRIOS DIGNOS.

CARREIRA JUSTA.

MENOS BUROCRACIA.

MAIS PROFESSORES.

RESPEITO DOCENTE.

MAIS EDUCAÇÃO.

A FNE relembra, através desta ação, que ninguém se deve desresponsabilizar nem deixar de fazer tudo o que está ao seu alcance para resolver os problemas que continuam a afetar a educação. Uma educação de qualidade exige compromisso de todos.

Acompanhe tudo sobre esta campanha nas redes sociais e site da FNE assim como dos sindicatos filiados na Federação.


EM DUAS PALAVRAS
PROFESSORES VALORIZADOS
FUTURO GARANTIDO.
SYZN


fne
EM DUAS PALAVRAS
PROFESSORES VALORIZADOS
FUTURO GARANTIDO.
SDP SUL
SALÁRIOS DIGNOS
MENOS BUROCRACIA
MAIS PROFESSORES
CARREIRA JUSTA
TRABALHO VALORIZADO
INDISCIPLINA ZERO


DIA MUNDIAL do PROFESSOR
5 outubro
PORTUGAL
PROFESSORES VALORIZADOS
FUTURO GARANTIDO.
fne


fne
EM DUAS PALAVRAS
PROFESSORES VALORIZADOS
FUTURO GARANTIDO.
SDPA
Escola Secundária Domin


fne
PZC
MENOS BUROCRACIA
CARREIRA JUSTA
INDISCIPLINA ZERO
TOMMY
JEANS
fne

fne

aFIeT
Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho

CONSULTA NACIONAL



CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS DOCENTES NO INÍCIO DO ANO LETIVO 2025/2026

DE 10 A 17 DE OUTUBRO DE 2025

Resultados da Consulta Nacional alertam para o aumento da burocracia e para as más condições de trabalho nas escolas

A FNE, em parceria com a Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho (AFIET), promoveu entre os dias 10 e 17 de outubro de 2025, um inquérito nacional dirigido a Educadores e Professores dos Ensinos Básico e Secundário, com o objetivo de recolher informação sobre as condições de funcionamento das escolas e as condições de trabalho dos docentes, sensivelmente um mês após o início do ano letivo de 2025/2026.

Este questionário pretendeu obter as perceções de educadores e docentes de forma a perceber quais são as maiores preocupações e contrariedades que as escolas estão a enfrentar, nomeadamente em relação às condições físicas e recursos, assim como ao serviço atribuído e condições de trabalho.

Com base nos resultados deste Inquérito Nacional, a FNE deixou o alerta de que as escolas portuguesas continuam a enfrentar níveis preocupantes de burocracia excessiva, condições de trabalho inadequadas e falta de meios materiais e tecnológicos.

Os dados recolhidos junto de mais de dois mil educadores e professores de todo o país revelaram que 37% dos docentes afirmam que a carga burocrática aumentou e 57% consideram que se mantém elevada, confirmando que as medidas anunciadas pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) ainda não tiveram efeitos concretos nas condições de trabalho dos docentes, nem no quotidiano das escolas.

Apesar das recentes indicações do MECI relativas à clarificação do que deve ser considerado trabalho letivo e trabalho não letivo, a FNE constata que continuam a verificar-se situações de desrespeito pelo Estatuto da Carreira Docente (ECD), com a imposição de tarefas que extravasam o disposto no ECD.

Para além da sobrecarga burocrática, o inquérito revela problemas graves no domínio das condições de trabalho:

- 60% dos docentes afirmam não dispor de espaços adequados para o trabalho individual ou colaborativo;

- Apenas 65% consideram as salas de aula e os espaços escolares adequados, o que demonstra que um terço das escolas apresenta deficiências estruturais;

- Apenas 30% indicam que os equipamentos tecnológicos são funcionais e em número suficiente para responder às necessidades letivas.

A FNE considera que estes dados refletem uma realidade que compromete o bom funcionamento das escolas e a qualidade das aprendizagens, exigindo intervenções urgentes na melhoria dos espaços escolares e no reforço dos meios tecnológicos.

A Federação reitera a necessidade de o MECI garantir o cumprimento integral do Estatuto da Carreira Docente, assegurar tempo efetivo para o trabalho pedagógico e colaborativo e adotar orientações vinculativas que eliminem a burocracia desnecessária.

Mais do que discursos, é preciso que os professores sintam, nas suas escolas e no seu dia a dia, que o seu tempo, o seu trabalho e o seu profissionalismo são respeitados e valorizados.

5 Outubro 2025

Dia Mundial do Professor



obrigadoprofessor.pt

Juntos pelos professores
Juntos pelo amanhã

Education International
Internationale de l'Education
Internacional de la Educación
Bildungsinternationale

Dia Mundial do Professor assinalado pela FNE por todo o país

A campanha “Em duas palavras” abriu este ano o programa de celebrações da FNE – Federação Nacional da Educação do Dia Mundial do Professor 2025. A campanha ainda decorre em escolas de todo o Portugal Continental, Regiões Autónomas dos Açores e Madeira e pretende chamar a atenção da opinião pública para os principais problemas que continuam a afetar o sistema educativo e os trabalhadores da educação, no arranque de mais um ano letivo, marcado pela repetição das mesmas dificuldades e problemas.

Esta campanha prolonga-se por todo o primeiro período, destacando semanalmente, em duas palavras, as reivindicações centrais da FNE, como “Salários dignos”, “Carreiras justas” ou “Indisciplina zero”.

No âmbito da comemoração do Dia Mundial do Professor, este ano sob o tema "Juntos pelos Professores, juntos pelo amanhã", definido pela Internacional da Educação (IE), a FNE pretendeu também com esta campanha reforçar a mensagem de que a escola é o espaço onde se concretiza a igualdade de oportunidades e onde se abre caminho para um futuro de maior justiça social, inovação e democracia.

Porém, este caminho não existe sem os professores e os trabalhadores da educação. São eles a força que sustenta a escola, a voz que guia os alunos e o exemplo que transforma vidas.

O Dia Mundial do Professor deve, por isso, servir de alerta. Não basta reconhecer o esforço ou a dedicação destes profissionais. É urgente transformar esse reconhecimento em medidas concretas. É necessário garantir a valorização da carreira docente, condições de trabalho dignas e estabilidade profissional que permitam recuperar, por completo, a confiança na profissão e atrair jovens para a carreira docente.

O Dia Mundial do Professor é sempre mais uma oportunidade para relembrar o Governo de que cortar no orçamento para a educação não é o caminho adequado. É necessário, pelo contrário, investimento do Governo para se alcançar uma educação de qualidade.

A FNE, juntamente com os seus sindicatos, assinalou o Dia Mundial do Professor, realizando as seguintes ações:

• O hasteamento da bandeira "Obrigado Professor" em escolas de norte a sul e ilhas, entre os dias 1 e 6 de outubro;

• Lançamento de portal online www.simplicare.pt para recolha e sistematização de propostas para simplificar e desburocratizar o trabalho nas escolas;

• Workshop online "Ensino com Assistente Inteligente – Um apoio mágico para ensinar" no dia 3 de outubro, entre as 17h30 e as 20h30;

• Encontro Pedagógico 2025 - "O futuro da Educação e o papel das emoções", no dia 4 de outubro, 9h30, no Auditório SPZN, na cidade do Porto;

• Campanha "Em duas palavras" com faixas e idas a escolas realizadas por dirigentes do SPZC até 6 de outubro;

• Faixa "Professores Valorizados - Futuro Garantido" colocada por dirigentes do SDPGL em escolas dos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal até 6 de outubro;

• Campanha "Em duas palavras" no âmbito das celebrações do DMP divulgadas em várias escolas dos Açores pelo SDPA;

• Reuniões e plenários em diversas escolas em conjunto com colocação de lonas em escolas de todo o Sul do país e também alguns cartazes pelo SDPSUL.

A FNE não vai desistir de procurar construir um futuro melhor e que valorize os docentes e recordou neste dia que é imperioso valorizar as carreiras, como base para essa educação de qualidade que todos pretendemos alcançar, assim como para garantir os direitos e condições dos trabalhadores da educação e investir em elevados níveis de formação inicial e contínua. Essa valorização deve incluir a determinação de condições de trabalho em segurança nas escolas, incluir limites ao tempo de trabalho que é exigido aos professores, regular o desenvolvimento das carreiras, reconhecer o trabalho que é desenvolvido com empenho, incluir o direito a uma aposentação digna, à estabilidade e segurança na profissão.

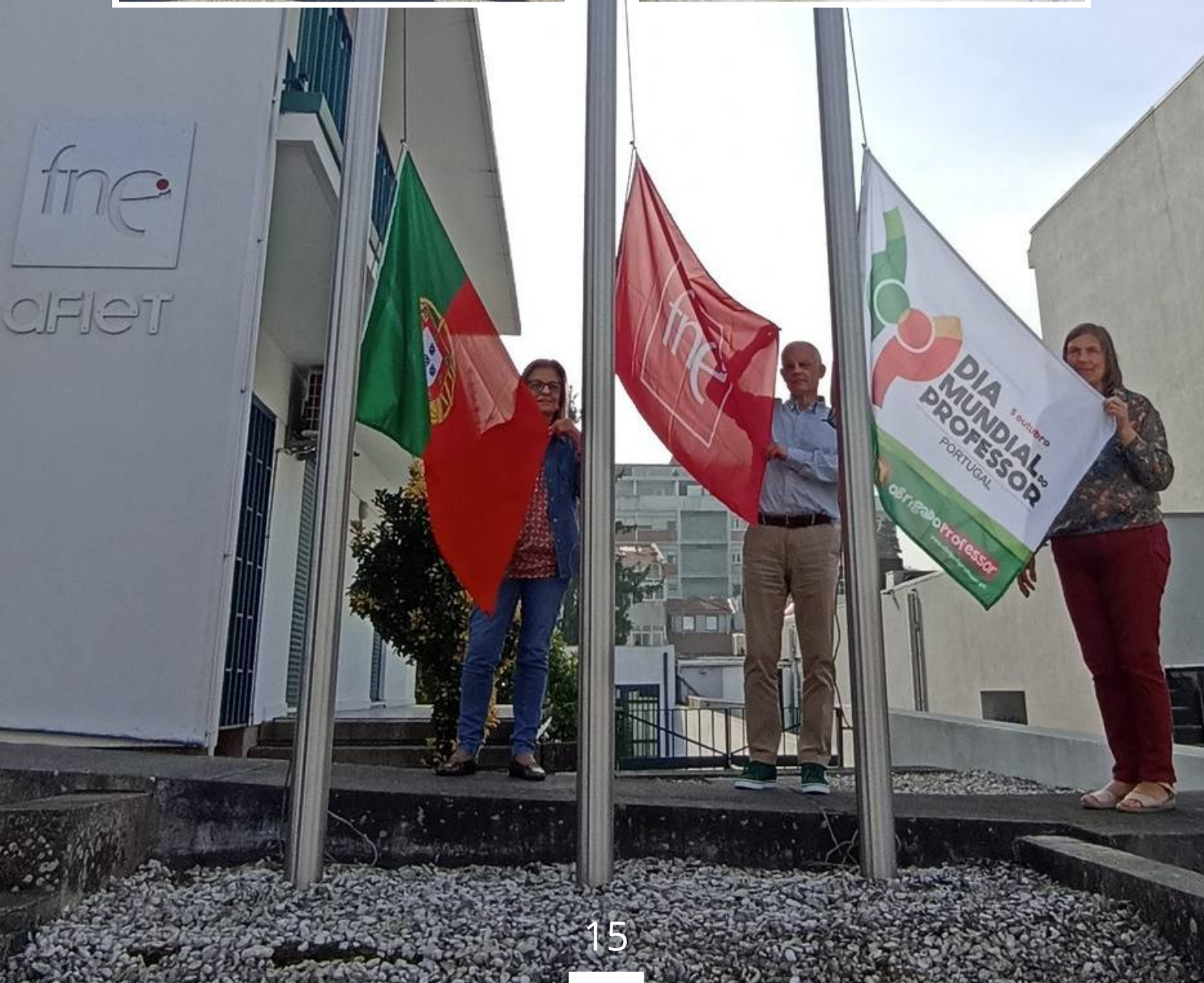
O Dia Mundial do Professor celebra-se anualmente a 5 de outubro. Foi em 1994 que foi decidida pela UNESCO, juntamente com a Internacional da Educação, a celebração do Dia Mundial do Professor, nesse dia. Esta data foi escolhida para reconhecer a importância da Declaração da OIT e da UNESCO sobre a condição dos trabalhadores docentes, concretizada em 5 de outubro de 1966.


DIA MUNDIAL DO PROFESSOR
PORTUGAL
5 outubro
Sindicato Professores
fne


FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES
SALÁRIOS DIGNOS.
MANIFESTO


DIA MUNDIAL DO PROFESSOR
PORTUGAL
PROFESSORES VALORIZADOS FUTURO GARANTIDO.
SPP


DIA MUNDIAL DO PROFESSOR
PORTUGAL
5 outubro
Sindicato Professores
fne


fne
aFIet
DIA MUNDIAL DO PROFESSOR
5 outubro
PORTUGAL
#DiaDoProfessor



TALIS 2024 reforça urgência de medidas para combater a burocracia nas escolas

O mais recente relatório da OCDE – TALIS 2024 (Teaching and Learning International Survey), que analisa as condições de trabalho e aprendizagem dos professores e diretores escolares em 55 países, confirma uma realidade há muito denunciada pela Federação Nacional da Educação (FNE): o excesso de trabalho burocrático constitui uma das principais fontes de stress, desmotivação e desgaste profissional dos docentes.

O Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, acompanhado do Secretário-Executivo, Pedro Brandão, estiveram presentes, na manhã de 7 de outubro de 2025, no evento de apresentação nacional do TALIS 2024, que teve lugar no Teatro Thalia, em Lisboa.

Entre as várias dimensões avaliadas, o estudo destaca que "ter demasiado trabalho administrativo" está entre as três principais causas de stress docente, sendo um fator amplamente reportado pelos professores de diferentes níveis de ensino. Esta sobrecarga de tarefas não pedagógicas retira tempo, energia e foco àquilo que é essencial na missão docente — ensinar e apoiar a aprendizagem dos alunos.

Além disso, o relatório da OCDE evidencia que a falta de tempo é um dos principais entraves à participação dos professores em ações de formação contínua, comprometendo o seu desenvolvimento profissional. Esta escassez de tempo é frequentemente explicada pelo peso das exigências administrativas, que continuam a crescer, sem que exista uma compensação real no horário ou um reforço do apoio técnico e logístico nas escolas.

A FNE sublinha que estas conclusões internacionais confirmam o que as Consultas Nacionais realizadas desde 2021 já vinham apontando: a burocracia excessiva nas escolas portuguesas é um problema estrutural, que desvia os profissionais da sua função pedagógica e compromete a qualidade do trabalho desenvolvido. É, por isso, urgente simplificar procedimentos, eliminar redundâncias, e garantir que as tarefas administrativas não se sobrepõem à componente letiva e educativa.

Face a este desafio, a FNE lançou recentemente a plataforma digital www.simplicare.pt — uma iniciativa pioneira, criada em parceria com a AFIET – Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho, destinada a ouvir diretamente os docentes e diretores sobre as principais fontes de burocracia no trabalho escolar e a recolher propostas concretas de simplificação.

Através deste inquérito nacional, a FNE pretende construir propostas fundamentadas que permitam reduzir a carga administrativa, valorizar o tempo dos profissionais e reforçar a centralidade do trabalho pedagógico. A meta é clara: desburocratizar para ensinar.

A participação dos professores é fundamental para que este esforço coletivo produza resultados efetivos. Por isso, a FNE apela a todos os docentes e diretores escolares que contribuam com a sua visão e experiência, preenchendo o questionário disponível em www.simplicare.pt.

Consulte aqui o Relatório TALIS 2024



Simplicare

A voz contra a burocracia.

Plataforma dedicada à recolha e sistematização de propostas
para simplificar e **desburocratizar o trabalho docente** nas escolas.

Participe AQUI



Desburocratizar para ensinar: a urgência que o sistema educativo já não pode ignorar

Outubro foi um mês em que a burocracia voltou a ocupar o centro do debate educativo.

O relatório TALIS 2024 da OCDE veio confirmar aquilo que todos reconhecemos: Portugal tem professores altamente competentes, dedicados e entre os mais satisfeitos com a profissão. Contudo, há uma sombra persistente que ameaça comprometer o essencial, a burocracia excessiva que consome tempo, energia e motivação.

A Federação Nacional da Educação (FNE) tem sido uma das vozes mais firmes na denúncia deste problema estrutural e, mais do que o denunciar, decidiu agir. Com o lançamento da plataforma simplicare.pt, a FNE quer ouvir diretamente professores e dirigentes escolares, identificando os procedimentos que consomem tempo sem acrescentar valor, para que possam ser simplificados ou eliminados. Em paralelo, a Consulta Nacional promovida pela FNE veio reforçar este alerta, evidenciando o agravamento da burocracia e a persistência de más condições de trabalho nas escolas portuguesas.

Os dados do TALIS 2024 são inequívocos: o excesso de tarefas administrativas está entre as três principais fontes de stress dos docentes portugueses. Muitos professores referem que a carga burocrática limita o tempo disponível para preparar aulas, trabalhar em equipa e investir na sua formação contínua, aspetos essenciais numa profissão que exige atualização permanente.

Mas as consequências vão ainda mais longe. O bem-estar e a retenção de profissionais estão em risco: quase um terço dos docentes mais jovens admite ponderar abandonar a carreira nos próximos cinco anos, apontando a burocracia como um dos fatores decisivos dessa intenção.

A FNE sublinha que esta sobrecarga não é apenas uma questão de conforto laboral, mas um problema de qualidade e de eficiência educativa. Cada hora perdida em tarefas redundantes é uma hora retirada aos alunos, ao planeamento e à inovação pedagógica.

Importa reconhecer que a burocracia tem uma função legítima, ao garantir transparência e organização. O problema surge quando se transforma num fim em si mesma, alimentando uma cultura de controlo e desconfiança que tolhe a autonomia e desvaloriza o profissionalismo docente.

Desburocratizar, como defende a FNE, é devolver tempo, confiança e autonomia aos educadores e professores e, em última análise, valorizar o ensino e quem o concretiza todos os dias.

É, pois, tempo de o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) assumir que simplificar é valorizar. O TALIS 2024 é claro, a FNE é persistente e as escolas confirmam: há burocracia a mais e tempo a menos.

É urgente uma vontade política firme, expressa em medidas concretas, que devolva aos docentes o tempo e a serenidade necessários para se dedicarem ao essencial: ensinar.



FNE reage ao Relatório do Orçamento do Estado para 2026

"É tempo de o Orçamento refletir a importância que o país diz atribuir à Educação"

A FNE reagiu com preocupação à proposta de Orçamento do Estado para 2026, considerando que o documento apresentado pelo Governo não dá ainda resposta suficiente aos desafios estruturais que o setor da Educação enfrenta.

Embora reconheça a importância de algumas intenções expressas no documento, nomeadamente a aposta na melhoria das condições salariais e na valorização das carreiras, a FNE sublinha que muitas dessas medidas continuam sem dotação orçamental clara nem calendário de execução definido.

Para a FNE, é inaceitável que se continue a adiar a concretização de compromissos assumidos com os profissionais da Educação, nomeadamente a valorização dos salários, a redução da carga burocrática e o reforço dos recursos humanos nas escolas.



COMUNICADO

FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

FNE reage ao Relatório do Orçamento do Estado para 2026

A Federação Nacional da Educação (FNE) tomou conhecimento do Relatório do Orçamento do Estado para 2026 apresentado pelo Governo e, numa primeira análise, considera que o documento revela uma intenção positiva de continuidade de algumas medidas estruturantes, mas fica aquém das respostas que o setor educativo e os seus profissionais reclamam há demasiado tempo.

O Orçamento para a Educação ascende a 7.543,1 milhões de euros, traduzindo um aumento de 4,5 por cento face a 2025, com as despesas com pessoal a representarem 82,3 por cento do total, cerca de 6.209 milhões de euros, destinadas, segundo o próprio relatório, à valorização das carreiras, à recuperação do tempo de serviço e à contratação de docentes. Ainda assim, este crescimento orçamental não compensa a erosão acumulada ao longo da última década, nem responde às necessidades urgentes de rejuvenescimento da profissão, de estabilidade no emprego e de melhoria efetiva das condições de trabalho nas escolas.

A FNE sublinha que a aposta na atratividade e fixação de docentes tem de ser acompanhada por medidas concretas e calendarizadas, que garantam o justo posicionamento na carreira de acordo com a totalidade do tempo de serviço prestado, revisões salariais adequadas, a redução da sobrecarga burocrática e criação de equipas de apoio e integração aos jovens professores. O reforço de 13,5 por cento no investimento e a prioridade dada à transição digital e à modernização das escolas são aspetos positivos, mas insuficientes se não forem acompanhados de investimento humano e organizacional que assegure a qualidade do ensino.

Também no ensino superior e na ciência, o aumento global de 8,2 por cento nas verbas, para 3.925 milhões de euros, e o investimento na ação social e no alojamento estudantil constituem passos na direção certa, mas a FNE alerta para a necessidade de garantir financiamento estável e previsível às instituições e aos trabalhadores que nelas exercem funções.

A FNE reafirma que o Orçamento do Estado para 2026 deve ser visto como uma oportunidade para concretizar compromissos assumidos com os profissionais da educação e para responder de forma estruturar aos desafios da falta de professores, da desvalorização da carreira docente e da precariedade entre trabalhadores de apoio educativo.

A FNE tem em curso a ação sindical "Em duas palavras", através da qual apresenta as suas reivindicações e sugestões para o encontro de soluções e para uma educação de qualidade, apontando os caminhos necessários à construção de respostas efetivas que valorizem a educação e os seus profissionais. O Orçamento do Estado para 2026 deve ser um instrumento potenciador de mudanças concretas, sentidas e percebidas por quem, todos os dias, constrói o futuro do nosso país.

Porto, 10 de outubro de 2025

Comissão Executiva
Federação Nacional da Educação - FNE

FEDERAÇÃO NACIONAL
DA EDUCAÇÃO



43 anos a defender a Educação, os seus profissionais e o futuro do país!

No dia 3 de novembro, a **FNE celebra 43 anos de história**, compromisso e ação. São mais de quatro décadas de lutas, conquistas e união, em defesa da escola pública, dos seus profissionais e do direito de todos a uma educação de qualidade. Hoje, reafirmamos o nosso compromisso: continuar a construir um futuro com mais valorização, respeito e esperança.

PORQUE A FORÇA DA FNE É A FORÇA DE TODOS NÓS!

#FNE43ANOS #EDUCAÇÃOCOMVALOR #SINDICALISMOCONSTRUTIVO #FNE

SDPA na defesa de um regulamento de concurso que dignifique e valorize os professores dos Açores

O SDPA reivindica desde 2021 a revisão do Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário, pelo que regista como positiva a abertura do processo negocial de revisão do atual diploma, no pretérito mês de fevereiro.

Para o SDPA, o atual Regulamento não garante a estabilidade dos profissionais docentes, nem tão pouco promove o fim da precariedade, pelo que a sua revisão constitui uma medida fundamental para atingir o desejado objetivo de atrair e fixar docentes no sistema educativo regional, atenuar a falta de professores, combater a situação de precariedade dos docentes contratados, promovendo a sua integração nos quadros e concretizar, de modo eficaz, a estabilidade do corpo docente em quadro de escola, valorizando e dignificando a profissão docente.

Efetivamente, tal como o SDPA atempadamente o afirmou, e a prática dos concursos dos últimos anos realizados ao abrigo do diploma em vigor o demonstrou, o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2021/A de 19 de abril não garante a justiça, a equidade e a transparência dos concursos de pessoal docente na Região, podendo até, nalguns casos, assumir-se como um fator perturbador do sistema.

O atual Regulamento ao prever a integração de docentes através de quadros de ilha, não acrescentou estabilidade e ainda se verificaram algumas desigualdades. Opusemo-nos à criação dos quadros de ilha e alertamos para as injustiças que estes poderiam vir a provocar, bem como a necessidade de se definir o tempo necessário de serviço para que um docente integre os quadros de escola da RAA, combatendo, desta forma, a precariedade e promovendo a estabilidade do corpo docente na Região. Continuamos a ser a única região do país sem o devido enquadramento à limitação da contratação sucessiva, no âmbito laboral de educadores de infância e professores.

Os problemas surgidos nos últimos concursos, abertos ao abrigo deste regulamento, vieram dar razão às reivindicações deste sindicato. Esta fórmula, como se veio a verificar, não contemplava medidas suficientes e eficazes para garantir a prossecução do propósito de estabilizar os quadros e de integrar os docentes reduzindo a precariedade laboral do setor da educação nos Açores, tendo resultado numa maior instabilidade pessoal e profissional dos docentes sucessivamente contratados e dos que integraram os quadros de ilha (QI) e até de quadro de escola (QE).

Aqueles, porque continuam a não ter uma limitação à contratação sucessiva, estes, porque, nalguns casos, não têm acesso a vagas de QE ou, nos concursos de afetação, ficam sujeitos a que com mais frequência as colocações assumam um carácter administrativo ou não obtenham sequer colocação.

O SDPA entende que se devem manter apenas os QE com uma criteriosa aferição da abertura das vagas que correspondem a necessidades permanentes. Não se salvaguardaram as legítimas expetativas dos docentes já integrados nos quadros que, pelo concurso interno de afetação, pretendem aproximação à sua residência, não se permitindo a sua ultrapassagem por aqueles que obtiveram provimento no respetivo ano. A experiência dos últimos concursos defraudou esta expetativa, e as colocações administrativas de docentes de QI introduziram distorções no sistema, evitando o cumprimento deste objetivo e até, nalguns casos, prejudicou docentes do QE que deixaram de obter colocação no concurso interno de afetação e que foram "ultrapassados", posteriormente, por docentes de QI, colocados de forma administrativa.

Para o SDPA, um Regulamento justo, transparente e equitativo que sirva o sistema educativo regional, pressupõe:

1 – A defesa dos QE ao mesmo tempo que reafirma a oposição à manutenção dos QI porque não se confirmou como um instrumento de resolução dos problemas da precariedade dos docentes, criou entropia no sistema e veio ainda agravar a almejada estabilidade dos quadros.

2 – A defesa de uma efetiva e clara limitação da contratação sucessiva, no âmbito laboral de educadores de infância e professores, fixando o prazo máximo de duração dos contratos a termo sucessivos celebrados pela administração educativa regional com o pessoal docente para a sua integração em quadro.

3 – A oposição à associação dos incentivos para a fixação e atração de pessoal ao novo regulamento de concurso, por estarmos a criar vagas para necessidades permanentes, que já está regulamentada na sua fórmula de abertura, criando a seguir prioridades especificas para essas vagas que põem em causa a possibilidade dos docentes se apresentarem aos concursos anuais. Os incentivos devem ser exatamente a ferramenta que está regulamentada no ECD, um instrumento de fácil modelação que permita, de forma ágil, responder às necessidades de carência de pessoal docente nas diferentes escolas e grupos disciplinares, e não como agora se pretende afirmar, como mais um instrumento de abertura de vagas em concurso com a atribuição de novas prioridades, quase por tempo indeterminado, num modelo já anteriormente rejeitado por unanimidade, de colocação de docentes que ficam limitados nas suas opções concursais.

4 – A correção das prioridades existentes no atual regulamento, permitindo aos docentes que, já pertencendo aos QI, não têm a possibilidade de concorrer para o QE em outros grupos para os quais possuem habilitação.

5 – A correção das entropias criadas pelas prioridades do concurso de afetação e a criação de mecanismos de efetiva fiscalização e de limitação dos abusos que, eventualmente, possam existir, moralizando e disponibilizando as colocações nestas prioridades para todos aqueles que efetivamente delas necessitam.

Chegados ao fim do processo negocial, o SDPA considera que foi possível continuar a aperfeiçoar a proposta de revisão do Regulamento de Concurso, não se tendo, no entanto, chegado a consenso em algumas matérias consideradas fulcrais reivindicadas, de forma veemente, por este sindicato, por considerá-las promotoras de um Regulamento de Concurso pautado pela equidade, justiça e transparência para todos os docentes dos Açores e, consequentemente, impulsionador da dignificação e valorização da carreira docente, tornando-a mais atrativa.

O SDPA, na fase de discussão legislativa que agora decorre, continuará a promover junto dos grupos parlamentares da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA) a introdução de alterações que permitam corrigir e/ou melhorar o documento final.

Continuaremos a defender a expetativa de concretizar um diploma justo, transparente e equitativo que:

·promova a estabilidade docente unicamente através dos quadros de escola;

·fomente a atração e a fixação de docentes, não aplicando um modelo de prioridades associadas aos incentivos à fixação docente;

·não obrigue ao cumprimento de, pelo menos, o primeiro ano de provimento na escola ou ilha onde o docente obteve colocação nos concursos interno ou externo, ou ao cumprimento de 3 ou 5 anos para a obtenção das vagas disponibilizadas para os incentivos nos concursos interno, externo e de contratação;

·valorize e dignifique os docentes que exercem a sua profissão na RAA.

A Direção
23-10-2025





Entre angústias e precariedade: o quotidiano de uma psicóloga escolar

Ser psicóloga numa escola é, antes de tudo, carregar silêncios. Silêncios dos alunos que não conseguem colocar em palavras o que sentem, dos professores que disfarçam o cansaço atrás de um sorriso protocolar e até das famílias que preferem acreditar que "é só uma fase". E, no meio disso tudo, também carrego os meus próprios silêncios.

Muitos pensam que meu trabalho é "resolver problemas". Mas a verdade é que, quase sempre, não tenho soluções prontas. Tenho apenas uma escuta atenta, uma palavra de acolhimento, um olhar que tenta dizer: "não estás sozinho". A angústia é perceber que, mesmo assim, há dores que não consigo alcançar. É duro admitir, mas não há mágica possível.

Outra ferida é a solidão da função. Desloco-me entre professores, alunos, direções e famílias, mas muitas vezes sinto-me "perdida" em todos esses espaços. Alguns esperam que eu entregue diagnósticos rápidos, relatórios como se fossem receitas. Outros entendem o meu trabalho como algo "decorativo", um luxo pedagógico. E, confesso, isso dói.

Carrego para casa pedaços das histórias que escuto. Aquele olhar perdido de um adolescente, a raiva contida de uma criança, a voz embargada de uma professora. Não há como desligar completamente. Sim, nós psicólogos aprendemos sobre autocuidado, mas entre teoria e prática há um abismo. Quem escuta tanto também precisa ser escutado — e nem sempre encontra espaço para isso.

Ser psicóloga escolar é também viver no meio de contradições. De um lado, o discurso bonito de que "a saúde mental é uma prioridade" e que "a escola precisa olhar para o aluno como um todo". Do outro, a realidade crua: baixos salários, contratos temporários, falta de recursos e, algumas vezes, um espaço improvisado ou partilhado que mal merece o nome de gabinete.

Entristece-me ver que o cuidado com a mente e com as emoções ainda ocupa um lugar secundário dentro nas nossas escolas. Enquanto se investe em infraestruturas, tecnologias ou resultados em avaliações externas, o trabalho psicológico é tratado quase como acessório, algo que pode ser "enxugado" quando o orçamento aperta.

A precariedade não está só na estrutura, mas também no isolamento. Muitos psicólogos são contratados para atender centenas de alunos sozinhos, sem equipa de apoio, sem tempo hábil para acolher com profundidade cada pedido ou solicitação.

A expectativa é desumana: querem que eu dê conta de tudo — conflitos em sala, dificuldades de aprendizagem, sofrimento emocional, orientação às famílias, apoio aos professores... Tudo isto sem recursos e sem vínculo laboral estável.

E há ainda a questão do reconhecimento. Quem nunca ouviu comentários como "é só conversar com aluno" ou "psicologia não é prioridade agora"? Esse olhar desvaloriza não apenas o profissional, mas a própria saúde emocional de toda a comunidade escolar.

Eu sigo, claro. Sigo porque acredito que cada escuta faz a diferença, que cada espaço de acolhimento abre oportunidades para transformar histórias. Mas é impossível não carregar as marcas dessa precariedade. É como tentar construir uma ponte com as mãos nuas, sabendo que, a qualquer momento, pode vir alguém e dizer: o teu trabalho não é essencial.

Escrevo porque acredito que precisamos falar sobre isso. Os psicólogos escolares não querem privilégios; queremos condições mínimas para exercer bem, o nosso trabalho. Porque cuidar da saúde mental não é luxo: é uma necessidade urgente.

Entre angústias e esperanças, vou tentando ser, todos os dias, um ponto de apoio. Mesmo que frágil. Mesmo que imperfeita.

Susana Rei Cunha
STAE Sul e RA



Comissão Europeia prioriza IA na ciência e investigação

A IA na ciência é uma das prioridades da Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. O evento inaugural de lançamento da iniciativa Resource for AI in Science in Europe (RAISE - CE) decorre nos dias 3 e 4 de novembro de 2025 em Copenhaga. Por seu lado, os sindicatos europeus da educação estão muito preocupados com os desafios no ensino superior e na investigação, nomeadamente com questões de precariedade, desigualdades salariais entre homes e mulheres, liberdade académica ou gestão e financiamento.

No âmbito do Diálogo Social Setorial da Educação (ESSDE, em inglês), decorreu, no dia um de outubro de dois mil e vinte e cinco, em Bruxelas, a reunião do Grupo de Trabalho sobre Ensino Superior e Investigação, com um encontro preparatório entre os sindicatos europeus, realizado no dia anterior, na sede do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE), na mesma cidade.

O ESSDE envolve representantes dos sindicatos europeus da educação, filiados na Internacional da Educação (IE), representantes dos empregadores europeus da educação e, por fim, a Comissão Europeia (CE), que financia o Diálogo Social (DS) europeu.

Depois de aprovada a ordem de trabalhos, a reunião começou com uma apresentação de Dario Capezzuto (CE) sobre os 25 anos e o futuro do Espaço Europeu da Investigação (EEI), cujo objetivo é o de criar um mercado único da União Europeia (UE) para a investigação, a inovação e a tecnologia. A iniciativa foi lançada em 2000 e sofreu uma renovação em 2020.

Dario Capezzuto abordou a agenda 2022-2024 do EEI e a nova agenda 2025-2027, aprovada em maio passado.

Seguiu-se um espaço de intercâmbio e debate sobre as iniciativas da CE nesta matéria, envolvendo o Programa-Quadro para a Investigação e Inovação e a Estratégia de Aplicação da IA na Ciência. A CE quer um mercado único e sem fronteiras para a investigação, inovação e tecnologia em toda a UE. Onde os países se unam e melhorem as suas políticas e sistemas de investigação e onde exista uma livre circulação de investigadores, conhecimento e inovação.

As políticas estruturais do EEI visam uma ciência aberta, infraestruturas adequadas de investigação, a igualdade de género inclusiva e interseccional, tornar as carreiras de investigação mais atrativas e sustentáveis, uma avaliação da pesquisa ou a melhoria do acesso da UE à excelência.

Por seu lado, as ações do EEI buscam a equidade na ciência aberta, promover a ciência europeia para um ecossistema de políticas, a IA na ciência na UE, melhorar a equidade na pesquisa, tudo em vista de uma nova era na gestão da investigação.

A CE prepara uma consulta pública, estruturada em três áreas principais, de acordo com a Comunicação sobre uma Bússola de Competitividade para a UE. A Bússola para a Competitividade é o roteiro da Comissão para relançar o dinamismo da Europa e estimular o crescimento económico. Ela baseia-se na análise do Relatório de Mario Draghi sobre o futuro da competitividade europeia. Essas três áreas são: 1 - Colmatar o défice de inovação; 2 - Descarbonizar a economia e 3 - Reduzir as dependências.

No final da sua apresentação, Dario Capezzuto aproveitou a ocasião para divulgar uma Plataforma de Políticas do EEI.



A FNE realçou o carácter precário de muitos investigadores em Portugal e na Europa e a CE sublinhou que o novo Programa-Quadro trará seguramente melhores condições de vida para os investigadores e para a investigação europeias.



CSEE quer IA de acordo com valores europeus

A IA na ciência é uma das prioridades da Presidente da CE, Ursula von der Leyen. A apresentação de Liviu Stirbat, chefe de unidade de IA em Ciência e Tecnologias Críticas da CE, enfatizou isso mesmo. Liviu Stirbat apresentou a IA na Ciência e a Estratégia para a Aplicação da IA, que foram adotadas no dia 7 de outubro do corrente ano. A primeira atualização deste documento foi realizada em abril de 2025, sendo que a Estratégia para a IA seguirá uma abordagem semelhante, visando apoiar os investigadores em atividade.

Entre janeiro e junho de 2025 houve iniciativas da Presidência polaca do Conselho da UE nesta matéria, porque ela é extremamente importante.

O evento inaugural de lançamento da iniciativa Resource for AI in Science in Europe (RAISE - CE) vai decorrer nos dias 3 e 4 de novembro em Copenhaga, Dinamarca, no âmbito da Presidência dinamarquesa. Esta cimeira junta cientistas, líderes da indústria, investidores e decisores políticos para explorar o impacto transformador da IA na ciência – e como a Europa pode impulsionar esta transformação.

O CSEE saudou a ênfase dada pela Comissão à capacitação das pessoas e à garantia de que a IA está em consonância com os nossos valores europeus. Ao mesmo tempo, manifestaram-se preocupações de que o processo de simplificação e desregulação em curso (ou seja, o pacote Omnibus) será impactado pela pressão das empresas tecnológicas dos EUA, que demonstraram não estar alinhadas com os valores democráticos e sociais da UE.

Os sindicatos mostraram-se preocupados com o facto de a linguagem da CE acentuar cada vez mais a competitividade, enquanto nos deveríamos focar em maior grau nos valores democráticos no setor da educação. A FNE por seu lado enfatizou que os investigadores desejam ter mais espaço no desenvolvimento de ferramentas de IA, e não se limitarem apenas ao papel de recetores.

Reconhecidamente, a Europa tem muitos desafios pela frente, num confronto de sistemas, salários e condições de vida muito diversos entre si. Mas há matérias, como a precariedade (devido a sucessivos contratos a termo), tornar as carreiras académicas mais atrativas, a liberdade académica e uma ênfase num diálogo social real com os decisores, que não podemos jamais ignorar.

Por isso, urge terminar com as oportunidades limitadas de financiamento, pelo que o modelo de financiamento da investigação académica deve ser devidamente questionado.







Cimeira de IA na Dinamarca

O tema seguinte foi o programa conjunto de ações dos sindicatos e empregadores europeus sobre a mudança de tendências nas condições de trabalho no ensino superior. Coube a Leonardo Ebner (CSEE) apresentar o documento, que nasceu de um compromisso selado no Programa de Trabalho do ESSDE 2024-2025.

Nesse documento, CSEE e os Empregadores Europeus da Educação da EFEE comprometeram-se a elaborar um programa conjunto de ações sobre as tendências de mudança das condições de trabalho no ensino superior, com foco nos efeitos da transição digital.

Após um debate, o Comité adotou a proposta de programa conjunto de ações.

Neste seguimento, o CSEE sublinhou que o Plano de Ação da Direção Norueguesa para o Ensino Superior e Competências (disponível aqui) expirava este ano e o documento conjunto seria importante para apoiar o trabalho do grupo de peritos que trabalha no próximo Plano de Ação nacional.

Qualidade de ensino e gestão académica

No ponto referenciado como Acompanhamento das iniciativas da União das Competências (Union of Skills), Agnieszka Jelnicka (Unidade de Ensino Superior da CE) apresentou e debateu com os participantes sobre a criação de um quadro europeu de competências para o pessoal académico do ensino superior, com base na Recomendação do Conselho (C/2024/7282) sobre carreiras atrativas e sustentáveis nesse setor da educação.

Agnieszka Jelnicka apresentou brevemente os principais objetivos da Recomendação do Conselho sobre carreiras atrativas e sustentáveis no ensino superior, incluindo o desenvolvimento do quadro de competências para o pessoal académico. Esta ação foi reiterada na Comunicação "União das Competências".

Ao longo de 2026, provavelmente durante o primeiro semestre, os parceiros sociais serão consultados para o desenvolvimento do quadro de competências para o pessoal académico. A OCDE, que o desenvolverá em cooperação com a Comissão enquanto contratante, entrará em contacto com as partes interessadas. O quadro de competências será acompanhado de orientações, mas a forma como será validado como documento oficial da UE ainda não é clara.

O CSEE perguntou sobre o processo de elaboração deste documento, quem será responsável pelo mesmo e enfatizou a diferença entre os parceiros sociais e as partes interessadas gerais na educação. A contribuição dos sindicatos foi considerada imprescindível.

O ponto seguinte da ordem de trabalhos foi o plano de ação conjunto para a promoção da qualidade do ensino e da gestão académica. Com base no Programa de Trabalho do ESSDE 2024-2026, os dois parceiros sociais comprometeram-se a discutir um plano de ação conjunto para avançar a partir das "Recomendações Políticas sobre a Promoção da Qualidade do Ensino e da Gestão Académica", adotadas no ano de 2022.

O CSEE propôs selecionar algumas áreas políticas de entre as abordadas nas Recomendações de 2022 e desenvolver um plano de ação apenas para essas áreas. Os sindicatos ainda têm de indicar as suas prioridades, mas provavelmente a governação colegial poderá estar no topo da lista. Uma discussão complementar sobre este assunto poderá ter lugar no plenário do ESSDE de dois de dezembro, em Bruxelas.

Posteriormente, em caso de decisão positiva, o CSEE e a EFEE cooperarão na elaboração do texto do plano de ação durante o ano de 2026.

Depois do almoço, houve um debate sobre a inclusão e a igualdade na retenção e recrutamento de profissionais no ensino superior e na investigação.

O ESSDE pretende trabalhar na inclusão e igualdade nas práticas de recrutamento e retenção, tendo em conta os documentos políticos europeus e internacionais existentes, como a Recomendação do Conselho de 25 de novembro de 2024 sobre carreiras atrativas e sustentáveis no ensino superior; os Princípios e Orientações do Grupo de Acompanhamento de Bolonha (BFUG) para o Reforço da Dimensão Social do Ensino Superior no Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES); e a Recomendação da UNESCO sobre o Estatuto do Pessoal Docente do Ensino Superior.





Sindicatos contra a diferença salarial étnica

Ainda persistem disparidades salariais entre homens e mulheres no setor da educação. A origem racial e étnica desempenha um papel na previsão das desigualdades na profissão. As condições socioeconómicas também impactam negativamente o acesso à carreira académica, devido aos baixos salários, em comparação com empregos semelhantes. O contexto internacional relacionado com as políticas de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) também não é favorável.

O Comunicado de Roma da BFUG destaca o papel das políticas de DEI no ensino superior, sendo também necessária uma formulação mais explícita neste sentido na atualização da Recomendação da UNESCO de 1997. Entre as principais reivindicações dos sindicatos estão as medidas contra a chamada "diferença salarial étnica", a acordar em negociações coletivas com os empregadores (por exemplo, a iniciativa "Staying Power" da UCU no Reino Unido).

As quotas e as campanhas de género não são mutuamente exclusivas, mas podem ser complementares. O contexto geral – redes sociais, política, opinião pública – está a tornar cada vez menos atrativa a profis-

-são de académico e investigador, que por definição procuram a clareza e analisam fenómenos complexos, além de limitarem a liberdade de expressão no meio académico.

A EFEE reconheceu o problema e destacou a importância de fazer campanha por medidas de DEI para sensibilizar a gestão. Estas campanhas, por exemplo, na República Checa, foram frequentemente financiadas pelo Fundo Social Europeu (ESF+), que é também utilizado para realizar ações de "auditoria de género" em instituições de ensino.

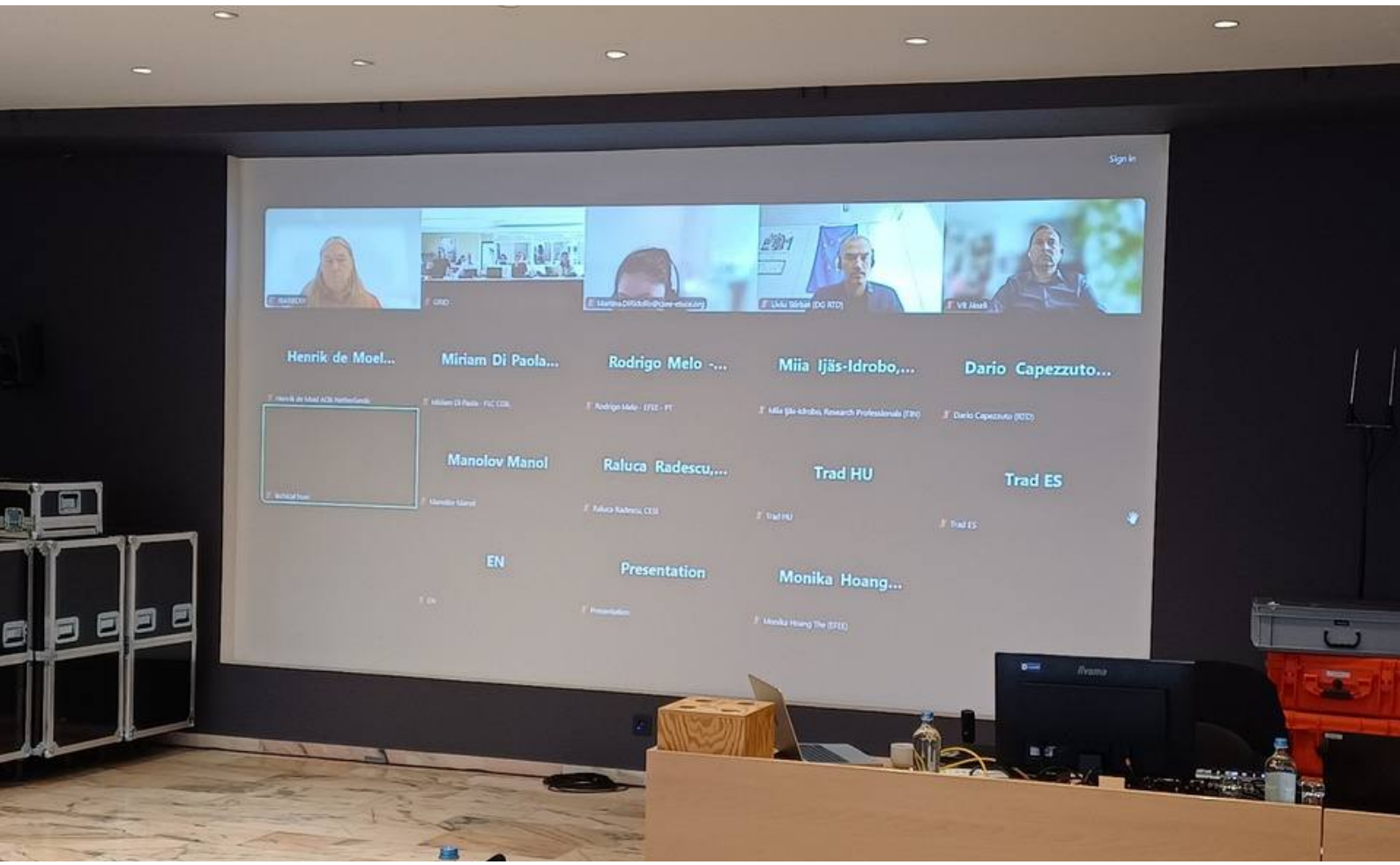
Em relação ao papel da pressão das redes sociais sobre a liberdade de investigação, é também necessário destacar o impacto da autocensura que os académicos impõem a si próprios para evitar serem expostos a críticas públicas tendenciosas, em razão das suas atividades de investigação. Além disso, as universidades húngaras foram excluídas do financiamento da UE e da participação nas alianças universitárias europeias, devido à interferência das autoridades nacionais nas fundações que gerem as universidades no país.

Neste ponto, Anna (sindicato da Noruega) sublinhou que o seu país tinha implementado cotas de género e que as redes sociais são “uma bomba atómica invisível”.

O último ponto da ordem de trabalhos teve que ver com uma atualização de informação sobre os projetos conjuntos de sindicatos e empregadores. No caso três: o InclEdu4AllNeeds: Parceiros Sociais Sectoriais Europeus na Educação, promovendo a inclusão de pessoas com necessidades especiais na educação, o EastSD: Aumentar a atratividade da profissão docente através do reforço do Diálogo Social – capacitação nos Balcãs Ocidentais e nos países da Parceria Oriental e o APRÈS COVID:

Parceiros Sociais Sectoriais Europeus na Educação, Abordando os Riscos Psicossociais para uma recuperação Equitativa e Sustentável da crise da COVID-19 (em que a FNE esteve no respetivo grupo consultivo).

SPZN e FNE participaram no seminário do InclEdu4AllNeeds em 29 e 30 de outubro, na Escola de Comércio de Lisboa. No passado dia 10 de outubro, Dia Internacional da Saúde Mental, o CSEE e a EFEE lançaram, no âmbito do recém-terminado projeto APRÈS COVID, uma atualização das "Orientações para abordar e prevenir os riscos psicossociais na educação". O Comité do ESSDE fará um balanço da implementação destas orientações uma vez por ano.



TALIS

Results from TALIS 2024

The State of Teaching





TALIS 2024 da OCDE – O Estado do Ensino

Trabalho burocrático e indisciplina aumentam stresse e levam ao abandono da profissão

O excesso de trabalho burocrático nas escolas e a indisciplina são as maiores fontes de stresse docente e levam ao abandono da profissão. Os resultados estão no TALIS 2024 da OCDE, a maior pesquisa mundial com professores e diretores escolares. Apesar dos enormes desafios, a profissão docente está forte e recomenda-se. Nas maiores dificuldades a nível global destacam-se a incapacidade de lidar com a diversidade e a falta de recursos. Por outro lado, o envelhecimento da população e os padrões migratórios alteraram a demografia dos professores em muitos sistemas educativos.

Pelas duas horas da madrugada, de sete de outubro de dois mil e vinte e cinco, a OCDE tornava públicos os resultados do TALIS 2024 – O Estado do Ensino, em Singapura. No seu quarto ciclo (2008, 2013, 2018 e 2024), o TALIS é o maior inquérito mundial a professores e diretores e é considerado "a Bíblia das condições de trabalho dos docentes".

Nele participaram mais de 280 mil docentes, de 17 mil escolas, selecionados aleatoriamente, em 55 sistemas educativos e geografias.

A FNE elaborou um pequeno dicionário com alguns dos pontos mais relevantes do inquérito.

Atividades de aprendizagem profissional

O TALIS 2024 sublinha que as atividades de aprendizagem profissional têm o foco em tópicos tradicionais - como o conhecimento das matérias, a pedagogia, as práticas de avaliação de alunos, os recursos digitais - e menos em matérias emergentes, como a aprendizagem social e emocional, o uso de Inteligência Artificial (IA), o ensino em contexto multicultural, o ensino em contexto multilinguístico – o que constitui algo a melhorar.

Apenas 55% dos professores afirmam que as atividades de aprendizagem profissional em que participaram durante os 12 meses anteriores ao inquérito tiveram um impacto positivo no seu ensino, em média.

Quase todos os professores consideram a formação profissional impactante na Albânia, no Brasil, em Portugal e no Vietname, enquanto apenas cerca de um terço deles o faz na Comunidade Francesa da Bélgica, Finlândia, França, Noruega e Suécia.

A perceção dos professores sobre o impacto de uma atividade de desenvolvimento profissional é um indicador mais forte do cumprimento dos objetivos das suas aulas, mais do que o conteúdo ou o foco real da atividade.

Avaliação de desempenho

A avaliação dos professores centra-se no desenvolvimento, mas o apoio formativo varia muito. Embora a avaliação dos professores seja generalizada, o que acontece depois difere muito. Em média, nos sistemas educativos da OCDE, 65% dos professores participam em discussões pós-avaliação sobre como melhorar o seu ensino.

Aproximadamente 46% recebem planos de desenvolvimento ou formação, mas isso varia entre menos de 15% na Islândia e Noruega e mais de 90% no Bahrein e no Cazaquistão. A mentoria e os incentivos financeiros continuam a ser relativamente raros (20% e 12%, respetivamente) e as sanções são ainda menos comuns (menos de 3%).

Burocracia / trabalho burocrático

A maior fonte de stresse docente continua a ser o trabalho administrativo. A menor fonte de stresse é o próprio ensino. Os professores gostam de ensinar. Não gostam de preencher papéis, muitos deles com informação repetida. Para a OCDE, a IA poderá vir a ajudar a automatizar muito desse trabalho, ou seja, ajudar a resolver a maior fonte de stresse dos professores.

O trabalho burocrático, assim como corrigir o trabalho dos alunos, a comunicação com os Encarregados de Educação (EE) - em muitos países 7% do total do trabalho docente - é algo percebido como alheio às suas tarefas, algo que lhes retira o tempo de ensino e os desvia da sua verdadeira missão junto dos seus alunos.

A carga administrativa continua a ser uma exigência considerável para os professores. Em média, cerca de metade dos professores refere o excesso de trabalho administrativo como uma fonte de stresse relacionado com o trabalho, especialmente aqueles com mais de dez anos de experiência.

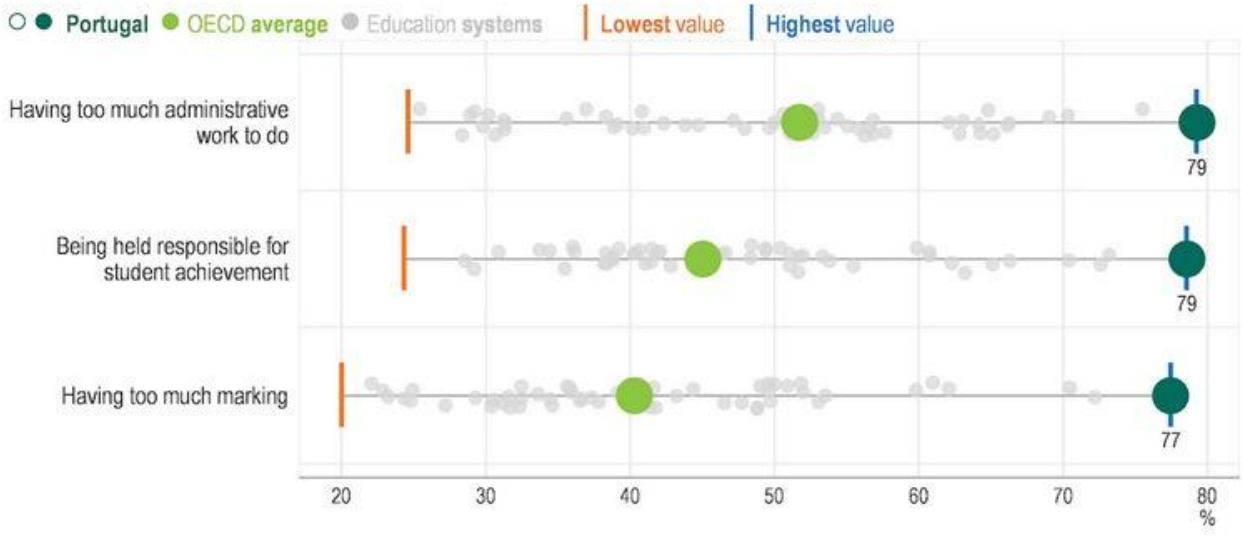
No entanto, na Colômbia e em Singapura, são os professores mais novatos que mais referem esta situação como fonte de stresse.

Embora o tempo dedicado a tarefas administrativas tenha diminuído em apenas três sistemas educativos desde 2018, o stress relacionado com essas tarefas apresenta padrões diferentes. Em 18 sistemas educativos, os relatos dos professores sobre o excesso de trabalho administrativo como fonte de stresse aumentaram desde 2018, mas apenas em nove desses sistemas o tempo dedicado a tarefas administrativas aumentou.

Por outro lado, em 11 sistemas educativos, a percentagem de professores que consideram que o trabalho administrativo é uma fonte de stresse diminuiu, apesar de o tempo dedicado a essas tarefas não ter mudado ou mesmo ter aumentado.

Figure 8. Most common sources of teachers' stress in Portugal

Percentage of lower secondary teachers who report that the following are sources of stress "quite a bit" or "a lot"



Statistically significant differences from the OECD average are highlighted with filled circles.

Source: OECD, TALIS 2024 Database, Table 3.16.

Envelhecimento docente

Portugal e Lituânia são os campeões do envelhecimento docente (média de 51 anos), logo a seguir à Lituânia (média de 50 anos) – média da OCDE: 45 anos. 60% dos professores nacionais têm 50 anos ou mais e 3% têm menos de 30 anos (inferior à média da OCDE: 10%). Desde 2018, a percentagem de professores com 50 anos ou mais aumentou 13 pontos percentuais. 75% dos professores são mulheres (superior à média da OCDE: 70%). A percentagem de professoras não se alterou entre 2018 e 2024.

Em Portugal, 44% dos professores portugueses têm experiência profissional não relacionada com o ensino (inferior à média da OCDE: 57%).

A percentagem de professores em segunda carreira no nosso país (aqueles com pelo menos dez anos de experiência profissional em funções não relacionadas com a educação e para os quais o ensino não foi a sua primeira escolha de carreira) é de 3% (inferior à média da OCDE de 8%). Os professores em segunda carreira representam agora cerca de 21% do total da população docente na Islândia e 17% na Austrália. Aproximadamente 47% dos professores na Austrália e 27% dos professores na Islândia concluíram programas de formação docente acelerados ou especializados.

Mais de um em cada dois professores tem 50 anos ou mais na Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia e Portugal. Por outro lado, a idade média dos professores na Turquia é de 38 anos, e cerca de 39 anos em Marrocos, nos Emirados Árabes Unidos e no Uzbequistão.

Falta de professores qualificados

Trata-se de um problema mundial e crescente, que afeta particularmente os Países Baixos, Letónia, Malta e Alberta (Canadá). Sabemos como afeta igualmente as escolas em Portugal. A OCDE nota que a falta de professores não é necessariamente uma questão global ou mesmo nacional, mas sim uma questão local. Porque quando falamos em escassez de professores, referimo-nos a professores que ensinam determinadas disciplinas em determinadas áreas e em determinados níveis de ensino. Deste modo, uma escola pode ter escassez de docentes e a escola ao lado pode não ter.

Numa perspetiva global, Portugal está a baixar na necessidade de professores, enquanto a Letónia está a crescer. Há políticas educativas diferentes neste campo.

Alguns países recrutam professores que trabalham noutras áreas por dez anos e depois se tornam professores (a OCDE chama-lhes professores de segunda carreira), outros países recrutam docentes em part-time, que representam cerca de 18% a nível mundial. Nos Países Baixos e no Brasil, recrutar professores em part-time é algo normal, o que acentua a precariedade.

Quanto aos professores em segunda carreira eles são cerca de 8% a nível global e entre 15 a 20% nos Países Baixos. Muitos trabalham na Austrália, Islândia e Nova Zelândia (todos com 17%), Bulgária e EUA (16%). Curiosamente, apenas 16,9% de diretores apontam a falta de professores qualificados como um problema (média da OCDE: 18,8%), 50,3% na Letónia e 39,6% na Itália.

Indisciplina na sala de aula

As perturbações físicas ou tecnológicas causadas pelos alunos estão a aumentar. A OCDE fala mesmo duma mudança na realidade. Manter a disciplina na sala de aula é o maior preditor da intenção de abandonar a profissão. Logo a seguir vem o excesso de trabalho, a incapacidade de lidar com a diversidade e a falta de recursos. Há, pois, mais países com professores a terem que acalmar os alunos, dados que agravaram relativamente aos do TALIS 2018.

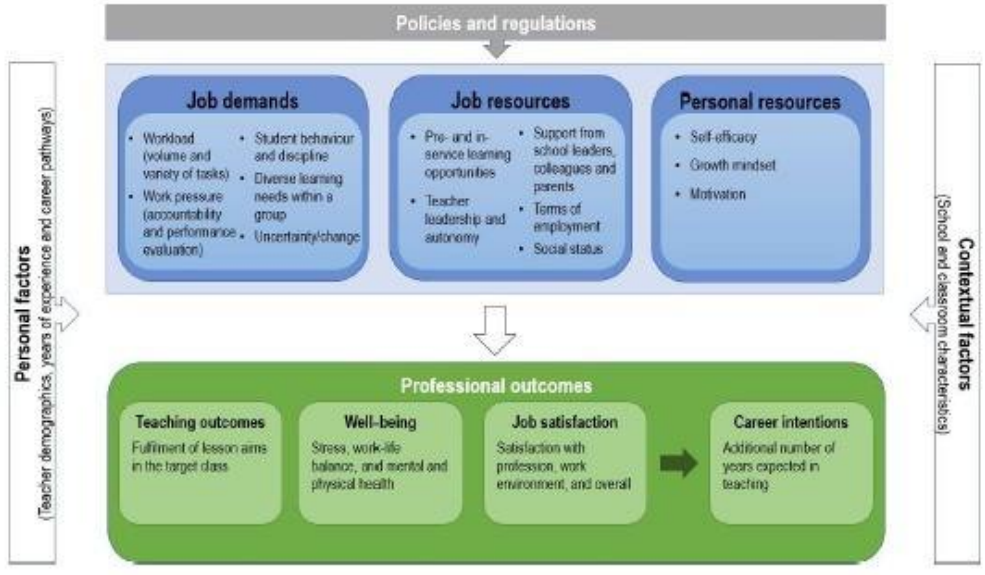
Em média, cerca de um em cada cinco professores relata ter enfrentado ruídos e desordem significativos nas suas salas de aula. Mais de 50% no Brasil e pouco mais de 33% no Chile, Finlândia, Portugal e África do Sul. Em contrapartida, menos de 5% dos professores na Albânia, Japão e Xangai (China) relatam ter enfrentado tais problemas disciplinares.

O Brasil também se destaca com as maiores proporções de professores que relatam perder muito tempo à espera que os alunos se acalmem e devido às interrupções (ambas em torno de 43-44%), em comparação com as médias da OCDE de 15% e 18%, respetivamente.

As exigências de disciplina na sala de aula também não são distribuídas uniformemente entre os profissionais. Os professores jovens relatam mais perturbações na sala de aula do que os seus colegas experientes em quase todos os sistemas de ensino. Os professores relatam gastar mais de 15% do tempo da aula mantendo a ordem na sala de aula, em média. Por fim, em média, cerca de 18% dos professores relatam ser intimidados ou agredidos verbalmente pelos alunos como uma fonte de stresse.

Portugal está entre os países onde mais docentes se queixam de comportamento problemático em sala de aula. 35,8% dos professores portugueses relatam ruído e desordem durante as aulas, uma percentagem que se mantém elevada ao lado de países como Chile, Finlândia e África do Sul. O TALIS 2024 indica que os professores menos experientes lidam habitualmente com os alunos mais problemáticos, o que pode levar ao abandono precoce da carreira docente.

Figure 1. Conceptual model for TALIS 2024 initial report



Sources: Adapted from Bakker, A. and E. Demerouti (2017[11]), "Job demands-resources theory: Taking stock and looking forward", https://doi.org/10.1037/ocp0000056; and Granziera, H., R. Collie and A. Martin (2020[9]), "Understanding teacher wellbeing through job demands-resources theory", https://doi.org/10.1007/978-981-15-5963-1_14.

Jovens professores (com menos de cinco anos de profissão)

Os jovens professores lecionam em escolas e salas de aula com ambientes mais desafiadores: turmas grandes, turmas em que mais de 10% dos alunos não entendem bem a língua de instrução, turmas com alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) e turmas com desafios comportamentais. Muitas vezes são os mais jovens a ensinar em escolas carenciadas.
As maiores diferenças observam-se no Bahrein, na Colômbia, em Israel e nos Emirados Árabes Unidos, onde a proporção de professores com menos de 30 anos que referem trabalhar com alunos com dificuldades linguísticas é 15 pontos percentuais superior à dos seus colegas mais velhos.

Para os jovens professores de todo o mundo, manter a disciplina na sala de aula é muito mais stressante que para os docentes mais experientes. Devido a situações de mobilidade e precariedade, 27% dos docentes jovens ponderam abandonar a profissão nos próximos cinco anos: 50% na Letónia, Lituânia e Estónia, países de grande envelhecimento docente. Já em Itália os jovens professores pretendem manter-se na profissão.

Alguns governos aumentaram os programas de mentoria, diminuíram o tempo de trabalho dos jovens docentes, mas há países onde eles trabalham mais que os professores com experiência – o que pode ser problemático a vários níveis. Os países com mais jovens professores são a África do Sul, Marrocos, Uzbequistão e Japão. Xangai é líder global em mentoria de professores.

Quase 79% dos professores novatos relatam ter um mentor designado. A Lituânia fez um enorme progresso nesta área e aumentou a sua percentagem de professores novatos com mentores em 17 pontos percentuais desde 2018.

Os jovens professores precisam de apoio profissional para aprender a gerir o comportamento dos alunos na sala de aula. Cerca de 30% afirmam precisar de formação focada na gestão da sala de aula, em média. Receber feedback sobre como gerir o comportamento dos alunos pode ser uma forma eficaz de os jovens professores melhorarem as suas competências de gestão da sala de aula: 76% (em comparação com 63% dos professores experientes) relatam que o feedback que receberam nos últimos 12 meses levou a uma mudança positiva na forma como gerem o comportamento dos alunos na sala de aula.

A OCDE defende há muito que os professores mais experientes deveriam lecionar nas escolas mais problemáticas. Este é um problema dos sistemas educativos e crucial para os alunos mais desfavorecidos, refugiados, NEE, para a escola inclusiva, em geral. Vietname, Japão e Xangai são casos positivos na alocação de professores experientes para escolas mais desafiadoras.

Na Letónia e na Costa Rica, por exemplo, os jovens professores a tempo inteiro lecionam 4,2 horas a menos por semana do que os seus colegas mais experientes.

Liderança e autonomia

O envolvimento dos professores nas decisões políticas a nível escolar que afetam a sua prática está a diminuir em muitos sistemas educativos. De acordo com os diretores, entre 2018 e 2024, o envolvimento dos professores na definição das políticas de avaliação dos alunos diminuiu em média 3 pontos percentuais. As tendências a longo prazo de 2013 a 2024 mostram quedas ainda mais acentuadas – mais de 20 pontos percentuais em países como a Sérvia e Singapura. Apenas em Xangai se verifica um aumento no envolvimento dos professores entre 2018 e 2024.

As oportunidades para a agência ao nível escolar são mais comuns em escolas rurais e públicas.

Os professores de escolas públicas também relatam maiores oportunidades de participação do que os de escolas privadas (uma diferença média de 2 pontos percentuais), com diferenças que chegam a mais de 14 pontos percentuais em países como o Japão e Singapura.

A autonomia está positivamente relacionada com a confiança dos professores, mas os sistemas educativos precisam de considerar como, quando e a quem ela é concedida. Os dados do TALIS mostram que os professores que relatam níveis mais elevados de autonomia também são mais propensos a sentir-se confiantes na gestão da sala de aula e no ensino. Capacitar os professores como líderes – dentro e fora das escolas – também aumenta a satisfação no trabalho.

Profissão docente

Entre os diversos fatores de sucesso do professor, o TALIS 2024 aponta a claridade, o apoio para a consolidação de matérias, o dar feedback, a ativação cognitiva, a gestão da sala de aula, ou o adaptar o ensino às diferentes necessidades dos alunos. O fator de menor sucesso é o do apoiar na aprendizagem social e emocional dos alunos.

A autonomia profissional só funciona numa cultura colaborativa e ambas contribuem para um bom clima na escola. A autonomia é um bom preditor de satisfação docente. Isto só não é bem visível nos EUA e na Noruega.

A autonomia profissional funciona bem onde há professores na gestão das escolas e onde estes participam nas decisões. Para a OCDE, esta é uma “correlação positiva”.

É comum que os professores tenham experiência profissional anterior. Em cerca de metade dos sistemas educativos, pelo menos um em cada dois professores tem experiência profissional anterior não relacionada com o ensino.

Esta percentagem é particularmente elevada na Islândia (95%), nos Estados Unidos (79%), na Austrália e na Suécia (ambos com 77%).

O cumprimento dos objetivos das aulas pelos professores e o seu bem-estar e satisfação geral no trabalho, incluindo a satisfação com a profissão e com o ambiente de trabalho atual, variam mais dentro dos sistemas educativos do que entre eles. Isto sugere que fatores individuais e ao nível da escola desempenham um papel significativo na formação das experiências dos docentes.

Os professores com maior autonomia pedagógica tendem a relatar maior adaptabilidade no ensino, maior satisfação profissional e maior bem-estar. Também referem maior satisfação profissional e menor stresse. Estas relações são consistentes na maioria dos sistemas educativos, mesmo depois de ter em conta as características dos professores e das escolas.

Quem são os alunos?

A diversidade tem aumentado de modo unânime entre os países. Há mais alunos refugiados, mais alunos com NEE, mais alunos que não falam a língua de instrução, mais alunos imigrados e emigrantes. As escolas com mais de 10% de alunos com NEE são os Países Baixos (quase 90%), Nova Zelândia (quase 80%), França (75%) ou Chile. Portugal está junto à média da OCDE, um pouco abaixo dos 50%.

Nas escolas da Europa de Leste, em países junto à Ucrânia, verificou-se uma explosão de refugiados em escolas. Um exemplo esclarecedor: no TALIS 2018, 4% dos professores na República Checa ensinava numa escola com pelo menos um refugiado. Em 2024 essa percentagem subiu para cerca de 71%.

Dez sistemas educativos registaram um aumento de 25 pontos percentuais ou mais na proporção de escolas onde mais de 1% dos alunos são refugiados.

As maiores mudanças são observadas na República Checa, Estónia e Lituânia.

Estarão os professores preparados para ensinar estes alunos? Os docentes sentem-se bastante confortáveis com o conteúdo das disciplinas que ensinam, com a pedagogia, com a avaliação, mas um pouco menos à vontade em apoiar o desenvolvimento socioemocional dos alunos, assim como em ensinar em ambientes multiculturais e multilingues. Todavia, em todos os países, as professoras preocupam-se mais que os professores com as necessidades sociais e emocionais de seus alunos.

Alberta (Canada) e Portugal oferecem exemplos de como apoiar os professores na promoção do desenvolvimento socioemocional dos seus alunos.

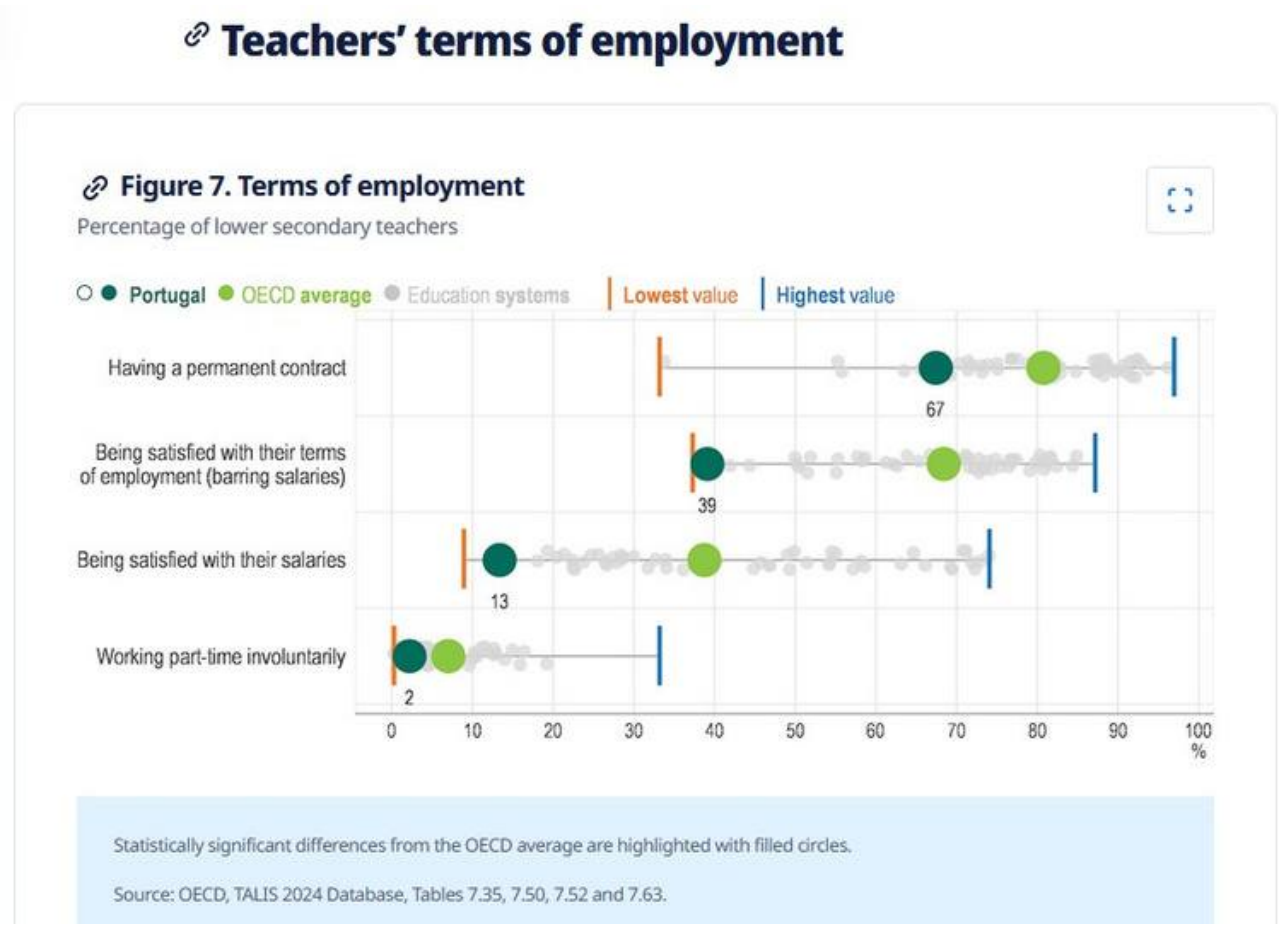
Salários

Apenas 13,4% dos professores portugueses estão satisfeitos com o seu salário (média da OCDE: 39,2%), que é sempre uma grande parte do bem-estar de qualquer profissional, a sua satisfação no trabalho. Na maioria dos países da OCDE, o salário dos docentes está a aumentar e os professores estão cada vez mais satisfeitos com os seus salários. No entanto, em alguns países o salário diminuiu, incluindo em Singapura.

Em muitos países o salário de professor ainda não consegue igualar o de outras profissões semelhantes. A OCDE acentua que "o dinheiro é um desmotivador extrínseco óbvio, mas raramente é um motivador intrínseco", dadas as características da profissão docente. Contam muito, no caso, os recursos materiais da organização, o ambiente, o empoderamento profissional, ou a cultura colaborativa.

O salário é apenas um dos muitos fatores que influenciam a decisão dos professores de abandonar a profissão. Motivações intrínsecas – como a utilidade social do ensino e o prazer no trabalho –, bem como condições de emprego mais amplas, incluindo benefícios materiais, oportunidades de progressão na carreira e horários de trabalho, são indicadores mais consistentes das intenções de carreira dos professores.

A satisfação com as condições de trabalho (incluindo salário) aumentou em muitos sistemas educativos desde 2018. Na Dinamarca, Islândia e Cazaquistão, a percentagem de professores satisfeitos com as suas condições de emprego (excluindo salários) aumentou mais de 20 pontos percentuais. A satisfação com o salário aumentou na mesma proporção na Bulgária, Colômbia, Cazaquistão, Roménia e Xangai.



Stresse e burnout

25,8% dos professores portugueses sentem muito stresse na profissão, que afeta a saúde mental de 16% da classe. No estrangeiro, um em cada cinco experienciam o stresse no trabalho, sendo os casos mais notórios os de Alberta (Canada), Austrália, Nova Zelândia, Malta e EUA. Por sua vez, um em cada dez afirma que o trabalho impacta negativamente no seu bem-estar e na sua saúde física.

Os níveis de stress não estão distribuídos de modo igual. Há mais stresse docente em escolas desfavorecidas, com uma grande diversidade, e em situações relacionadas com mudanças constantes e com denotada falta de apoio - particularmente quando os professores se sentem sobrecarregados por iniciativas frequentes ou são solicitados a implementar reformas sem o apoio adequado.

Em média, as professoras e os professores mais jovens são mais propensos a sentir «muito» stresse no trabalho. Na Albânia, Brasil, Colômbia, Comunidade Francesa da Bélgica, Coreia, Montenegro, Países Baixos, Macedónia do Norte, Arábia Saudita e Uzbequistão, os níveis de stresse relacionado com o trabalho dos professores não variam em função do género e da idade.

De qualquer modo, o stresse aumentou desde o último TALIS 2018. A OCDE conclui que o que provoca mais stresse nos professores é precisamente aquilo que não envolve trabalhar com pessoas.

Manter a disciplina como fonte de stresse é um indicador fundamental do cumprimento dos objetivos das aulas pelos professores, bem como do seu bem-estar e satisfação profissional. Além das questões de disciplina e comportamento, a carga de trabalho, a adaptação do ensino às diversas necessidades de aprendizagem e a responsabilização como fontes de stresse estão associadas às maiores diferenças no bem-estar dos professores.

Adaptar o ensino à diversidade de necessidades dos alunos – e não às diferenças académicas – está consistentemente relacionado com o stresse dos professores. Os professores são mais propensos a relatar stresse relacionado com a disciplina na sala de aula quando a diversidade dos alunos envolve necessidades comportamentais, linguísticas ou de educação especial, em vez de envolver diferenças académicas (por exemplo, misturar alunos com baixo e alto desempenho).

Embora esse padrão se mantenha na maioria dos sistemas educacionais, não se encontra nenhuma ligação noutros, incluindo os da Finlândia, Islândia, Israel, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega e Suécia.

Tecnologia no ensino

Talvez nada tenha mudado tanto nos últimos dois anos como a tecnologia no ensino, usada por professores e por alunos. A tecnologia é impactante na educação e o recurso às suas ferramentas continuou depois da Covid. Em média, mais de 16% dos professores trabalham em escolas onde pelo menos uma aula foi ministrada de forma híbrida ou online no último mês. A maior proporção de professores a trabalhar desta forma foi registada em Singapura (81%), Israel e nos Emirados Árabes Unidos ambos com (47%).

Singapura é um grande player com uma aprendizagem em casa. Nenhum outro país o tem. Mas os docentes e a sociedade em geral estão preocupados com o que toda essa tecnologia significa. Mais de 60% acham que o uso frequente da tecnologia está a afetar o bem-estar dos alunos.

Se estamos a falar de tecnologia e bem-estar, precisamos falar sobre IA. Não apenas porque ela pode amplificar preconceitos, mas porque se teme que ela possa levar a recomendações inadequadas. Os professores estão muito preocupados com o facto de a IA permitir que os alunos deturpem o seu trabalho, que o copiem.

Ao mesmo tempo, os profissionais da educação também reconhecem o potencial da IA para elaborar planos de aula, adaptar a aprendizagem e poder vir a automatizar várias tarefas administrativas.

Cerca de 40% dos professores a nível global já estão a usar a IA. Na liderança estão Singapura e os Emirados Árabes Unidos (cerca de 75% dos professores), não apenas em termos de uso da IA, mas também na oferta de aprendizagem profissional e no próprio ensino. O TALIS 2024 dá conta de uma correlação muito forte entre os países onde os professores receberam formação em IA e os países onde os professores a utilizam.

Quanto mais se utiliza, mais os sistemas educativos a tentam regulamentar e fornecer diretrizes sobre como a utilizar. Há desenvolvimentos positivos em alguns países a este nível. A participação em formações sobre IA é mais elevada em Singapura (76%) e mais baixa em França (9%).

Tempo de trabalho

As exigências são uma parte normal da vida profissional. No entanto, se se tornarem demasiado difíceis de gerir, podem impedir os professores de ajudar os alunos a aprender. A maior exigência para os professores é a sua carga de trabalho. Se os professores passam tempo excessivo a trabalhar, isso afeta o seu bem-estar, satisfação profissional e eficácia.

Em 2018, os professores japoneses trabalhavam quase 60 horas por semana, o maior número do mundo. O governo dedicou recursos consideráveis para reduzir a carga de trabalho e os professores japoneses agora trabalham cerca de 55 horas por semana.

Trabalho cooperativo

Os professores estão a cooperar mais em termos de quantas horas por semana dedicam ao trabalho em equipa e outras atividades cooperativas com os seus colegas. Em primeiro lugar, temos uma colaboração profissional mais formal, que requer um pouco de coordenação. Ensinar na mesma turma ou participar numa aprendizagem profissional juntos. Mas os professores nem sempre precisam de coordenação para colaborar. Podem fazer isso sozinhos. E partilham materiais entre si, conversam sobre as necessidades dos alunos.

Menos de 8% dos professores observam regularmente as aulas uns dos outros. E vemos que, onde os professores colaboram mais, ficam mais satisfeitos com o seu trabalho. Portanto, se começarmos a falar sobre o bem-estar dos professores ou a retenção de professores, este pode ser um ponto de partida interessante.

O mais comum entre docentes é a cooperação a nível superficial, como por exemplo a troca de materiais pedagógicos. O menos comum acontecer é a aprendizagem profissional colaborativa, atividades em parceria ou a observação de aulas de colegas. Em sistemas como o Uzbequistão e o Cazaquistão, 87% e quase 66% dos professores com alta autoeficácia relatam observar as aulas de outros professores e fornecer feedback, respetivamente.

Os professores a tempo inteiro no Uzbequistão e no Brasil são os que mais colaboram, dedicando pelo menos cinco horas por semana ao trabalho em equipa e ao diálogo com os colegas. Na Eslovénia, no Brasil e na África do Sul, os professores passam agora pelo menos mais uma hora por semana nessas atividades em comparação com 2018.

Os professores que colaboram com mais frequência tendem a estar no quartil superior de autoeficácia no seu país. Isso ocorre particularmente quando os professores participam em discussões sobre o desenvolvimento da aprendizagem de alunos específicos (22 pontos percentuais a mais para professores com alta autoeficácia) e trocam materiais didáticos com colegas (18 pontos percentuais a mais para professores com alta autoeficácia).

Os professores que relatam boas relações profissionais com diretores, outros professores, pais, responsáveis e alunos tendem a relatar maior bem-estar e satisfação no trabalho. Mais de nove em cada dez professores relatam relações positivas entre professores e alunos.

Valorização da carreira docente

Apenas 9% dos professores portugueses estão satisfeitos com a valorização da carreira docente (OCDE: 22%). O salário é crucial, mas outros fatores são decisivos, como a relação com a liderança da escola (um bom preditor de satisfação no trabalho) e relação com os alunos. Para os professores, o seu trabalho não é apenas uma vocação, mas uma missão.

Os grandes determinantes de satisfação profissional têm que ver, entre outros, com o trabalhar perto de casa, se têm um horário completo, incompleto ou um *part-time job*, se são ou não precários, quantas horas trabalham, se têm férias ou não, se os sistemas educativos lhes asseguram uma boa assistência de saúde.

Cerca de 90% dos professores na OCDE estão satisfeitos com o seu trabalho. A percentagem mais baixa é de 79%. Nove em cada dez professores em média gostam de trabalhar na sua escola.

A perceção mais valorizada pela sociedade subiu no Vietname (92%), Cazaquistão, Emirados Árabes Unidos, Singapura, Finlândia ou Países Baixos. Pelo contrário, desceu na Eslovénia, Eslováquia, Suécia, Itália ou Brasil.

Por vezes, não é que a sociedade não os valorize, mas sim que os professores se sentem isolados nas suas lutas e pretensões. Os países menos satisfeitos são a Austrália, Bélgica (Comunidade francesa), Coreia, Croácia, França, Japão, Malta e Sérbia. Portugal está no décimo segundo lugar dos países mais satisfeitos. Os professores no ensino privado sentem-se mais valorizados pelos alunos.

O risco de desgaste dos professores é maior entre aqueles com menos de 30 e mais de 50 anos. Os professores com baixa autoeficácia ou motivação intrínseca são mais propensos a abandonar a profissão. O sentimento de valor dos professores é importante, e o seu estatuto social pode e deve ser melhorado.





Dia Mundial da Saúde Mental e a Prevenção dos Riscos Psicossociais na Educação

Por ocasião do Dia Mundial da Saúde Mental, celebrado em 10 de outubro, os parceiros sociais europeus na educação — Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) e a Federação Europeia dos Empregadores da Educação (EFEE) — divulgaram as Orientações Conjuntas Europeias revistas sobre a Prevenção dos Riscos Psicossociais na Educação.

O bem-estar psicológico começa nos contextos mais próximos: família, escola e comunidade. Em 2025, o tema definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) — "Saúde mental para todos: acessível e inclusiva" — reforça a urgência de garantir que o apoio chegue a todas as pessoas, sem barreiras de idade, género, condição socioeconómica ou localização.

Desenvolvidas no âmbito do projeto "APRÈS COVID – Abordar os Riscos Psicossociais para uma Recuperação Equitativa e Sustentável na Educação", participado pela FNE, estas orientações atualizadas representam um importante passo em frente no apoio aos professores, diretores escolares e trabalhadores de apoio educativo do setor da educação em toda a Europa.

Elas oferecem ferramentas práticas e preventivas para que os sindicatos, os empregadores e as instituições educativas identifiquem, avaliem e giram os riscos psicossociais nas escolas e universidades.

As Orientações baseiam-se na edição de 2016, integrando novas evidências recolhidas durante o projeto APRÈS COVID e refletindo desenvolvimentos recentes, como a digitalização, a intensificação da carga de trabalho e a mudança na dinâmica da sala de aula.

Reafirmando que os riscos psicossociais não são fraquezas pessoais, mas sim desafios ocupacionais estruturais, que devem ser enfrentados coletivamente, através de um forte diálogo social e de políticas sólidas de saúde e segurança no trabalho.

"Os professores de toda a Europa enfrentam riscos psicossociais crescentes no seu trabalho diário, desde a carga de trabalho excessiva às pressões digitais e às dinâmicas disruptivas na sala de aula", afirmou Jelmer Evers, Diretor do CSEE. "Estas novas Orientações Conjuntas fornecem medidas preventivas concretas para criar condições de trabalho seguras, favoráveis e saudáveis", acrescentou.

No Dia Mundial da Saúde Mental, os parceiros sociais europeus lembraram os governos e demais empregadores da educação que salvaguardar o bem-estar dos professores não é opcional, mas sim essencial para uma educação de qualidade e para o futuro das nossas sociedades.

As novas Orientações oferecem uma estrutura adaptável e de fácil utilização para implementação nacional, regional e institucional. Encorajam os parceiros sociais a integrar a prevenção dos riscos psicossociais nas práticas quotidianas de segurança e saúde no trabalho e a promover uma cultura de prevenção baseada no respeito, no diálogo e na confiança profissional.

Sindicatos e empregadores europeus apelam às instituições da União Europeia e aos governos nacionais para que garantam recursos e financiamento adequados para apoiar a implementação destas medidas e para que reconheçam o papel central do bem-estar dos professores na construção de sistemas educativos resilientes, inclusivos e de elevada qualidade.

O texto integral das Orientações Europeias Conjuntas sobre a Prevenção dos Riscos Psicossociais na Educação (2025) está disponível no sítio do CSEE em: Guidelines EN.

Saúde mental para todos: acessível e inclusiva

O Dia Mundial da Saúde Mental celebra-se a 10 de outubro desde 1992, por iniciativa da Federação Mundial de Saúde Mental e com o apoio da OMS. A data procura sensibilizar para a importância da saúde mental, reduzir o estigma associado às perturbações mentais e promover políticas que garantam cuidados acessíveis a todos.

Na celebração desta data, a FNE destacou a importância da escola na promoção da saúde mental e do bem-estar, através de práticas educativas que incentivam o respeito, a empatia, a participação e a inclusão.

Nas escolas, iniciativas como o Selo Escola Saudável, e documentos como o Referencial de Educação para a Saúde e a nova ENEC 2025 promovem uma abordagem integrada do desenvolvimento pessoal, social e emocional, reconhecendo a saúde — incluindo a mental — como dimensão essencial da Cidadania e Desenvolvimento.

Federação Nacional da Educação

FÓRUM

fne

EM DUAS PALAVRAS

CARREIRAS VALORIZADAS

ABERTURA



MARISA GARRIDO
Secretária de Estado da Administração Pública



PEDRO BARREIROS
Secretário-Geral da FNE

ORADORES CONVIDADOS



PEDRO FREITAS
Investigador associado da Universidade de Oxford



ANA BALCAO REIS
Professora - Nova School of Business and Economics (Nova SBE)



JOSÉ CORDEIRO
Secretário-Geral Adjunto da UGT



ALBERTO VERONESI
Diretor Escolar
AE Santa Maria dos Olivais



JOÃO D. SILVA
Presidente da AFIET



AIDA CARVALHO
Grupo Parlamentar do Partido Socialista



PEDRO ALVES
Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata

8 NOV 2025

9H30
16H30

SEDE UGT LISBOA

www.fne.pt

Federação Nacional da Educação

EM DUAS PALAVRAS CARREIRAS VALORIZADAS

novembro 2025

NOVEMBRO 2025

jornal fne

Federação Nacional da Educação



ÍNDICE

3 - 4
EDITORIAL

5 - 55
AÇÃO SINDICAL

56 - 57
TEM A PALAVRA

58 - 65
PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

66 - 67
SAÚDE

FICHA TÉCNICA | NOVEMBRO 2025

Proprietário
Federação Nacional da Educação

Diretor
Pedro Barreiros

Produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro
Mário Jorge

Redação
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação
Rafael Marques

Sindicatos membros
- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo e Social do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS

FILIAÇÃO

EDITORIAL



Evitar o ponto de não retorno

A Federação Nacional da Educação (FNE) tem em desenvolvimento uma campanha intitulada “Em duas palavras”, tendo como objetivo alertar, mas acima de tudo denunciar um conjunto de lacunas e constrangimentos ao nível da educação em Portugal.

A FNE promoveu, no dia 8 de novembro, o Fórum 2025 tendo como objetivo a reflexão e debate sobre os problemas que afetam os docentes e os Trabalhadores de Apoio Educativo (TAE), subordinado ao lema “Carreiras Valorizadas”.

São só duas palavras!

Unicamente duas palavras mas que incluem, na sua essência, a problemática da falta de professores e de pessoal de apoio educativo, a procura de soluções ao nível da atratividade, da motivação, passando por reter os que entram mas também os que já estão no sistema, as condições de trabalho inerentes ao exercício da profissão, do gosto pelo desempenho de funções, norteando a vida profissional nos alicerces do reconhecimento, do respeito e da dignidade.

No momento em que se inicia, novamente, o processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), em que os TAE reivindicam a definição de conteúdos funcionais específicos e carreiras especiais, em que a Assembleia da República trabalha no Orçamento de Estado para 2026, e o Governo anda às voltas com a alteração da lei laboral, é necessário alertar a opinião pública para os efeitos nefastos de carreiras desvalorizadas, para vencimentos ultrapassados pelos dias de hoje, pela descrença em carreiras sem perspetivas de futuro, sendo de elementar justiça reivindicar “Carreiras Valorizadas” e “Salários Dignos”.

Se porventura alguém entender que estas duas frases, unicamente com duas palavras cada, não são pertinentes ao ponto de ocorrer uma preocupação generalizada, então, como motivação, acrescentamos outras, tais como “Mais educação”, “Menos burocracia” e “Indisciplina zero”.

Se, mesmo assim, continuarmos impávidos teremos de nos questionar sobre o que, ainda, terá de acontecer para nos preocuparmos.

De uma vez por todas ou resolvemos os problemas que nos afetam ou então, tal como nas alterações climáticas, também seremos confrontados com um ponto de não retorno. Nessa altura, esperando que tal não aconteça, toda e qualquer solução implementada será má, embora normal porque não destoará do contexto, à qual se recorre, como recurso, para evitar um mal ainda maior.

A todos se exige compromisso, com responsabilidades diferenciadas, mas com a obrigação moral, social e intelectual de contribuirmos para que o futuro da educação, num país que desejamos justo, inclusivo e respeitador, seja promissor.

É connosco! Está nas nossas mãos evitar o ponto de não retorno.



GABRIEL CONSTANTINO
PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO
E DO CONSELHO GERAL DA FNE

AÇÃO SINDICAL

Federação Nacional da Educação

FÓRUM

EM DUAS PALAVRAS

CARREIRAS VALORIZADAS

ABERTURA



MARISA GARRIDO
Secretária de Estado da Administração Pública



PEDRO BARREIROS
Secretário-Geral da FNE

8 NOV 2025

9H30
16H30

SEDE UGT LISBOA

ORADORES CONVIDADOS



PEDRO FREITAS
Investigador associado da Universidade de Oxford



ANA BALCÃO REIS
Professora - Nova School of Business and Economics (Nova SBE)



JOSÉ CORDEIRO
Secretário-Geral Adjunto da UGT



ALBERTO VERONESI
Diretor Escolar
AE Santa Maria dos Olivais



JOÃO D. SILVA
Presidente da AFIET



AIDA CARVALHO
Grupo Parlamentar do Partido Socialista



PEDRO ALVES
Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata

www.fne.pt



FÓRUM FNE 2025

NÃO ESTAMOS A CONSEGUIR RESOLVER AS DESIGUALDADES

A frase foi proferida por Ana Balcão Reis, da NOVA SBE, no FÓRUM FNE 2025, que aconselha começarmos pela creche e pelo pré-escolar. Outras lições aprendidas é que sobrecarregar os professores com horas extraordinárias é uma solução sub-ótima e que a autonomia é crucial, mas deve ser repartida por toda a escola.

Um Auditório Manuela Teixeira, na sede da UGT, em Lisboa, completamente repleto, foi o palco do FÓRUM FNE 2025, que decorreu durante a manhã e tarde de 8 de novembro de 2025, sob o lema "Em Duas Palavras: Carreiras Valorizadas".

A sessão de abertura coube ao Secretário-Geral (SG) da FNE, Pedro Barreiros, que sublinhou, na sua nota introdutória, a relevância de participar em processos negociais orientados para a obtenção de resultados positivos para quem representamos, num evento com um tema simples, mas extremamente exigente.

Pedro Barreiros valorizou o sindicalismo responsável da FNE, que proporcionou recentemente um resultado inquestionavelmente positivo para a maioria dos educadores e professores, através do acordo que permitiu a recuperação do tempo de serviço congelado, após anos e anos de instabilidade nas escolas e no sistema educativo.

"A participação neste FÓRUM da Secretária de Estado da Administração Pública (SEAP), Marisa Garrido, é um sinal de reconhecimento do trabalho e empenho sindical da FNE", realçou Pedro Barreiros, enquanto visava o grande objetivo da federação: carreiras valorizadas dos Docentes e Trabalhadores de Apoio Educativo (TAE) para garantir um melhor futuro das nossas escolas.

"Ontem demos início à revisão do novo ECD e hoje estamos aqui reunidos para colhermos contributos académicos, políticos e sindicais para uma boa negociação, nesse capítulo e em vários outros que virão a seguir", completou.

Na sua intervenção, Marisa Garrido referiu o período de transformação do Governo na área da educação, com três valorizações no caso dos docentes: a recuperação do tempo de serviço, a valorização da carreira e, por fim, as escolas do estrangeiro. Nas suas palavras, o objetivo do seu Governo é o de melhorar o serviço público e os seus profissionais, tendo os acordos no setor da Administração Pública (AP) abrangido 350 mil pessoas.

"NOS PROCESSOS NEGOCIAIS TEMOS CONSEGUIDO UM DIÁLOGO SOCIAL MUITO POSITIVO".

MARISA GARRIDO - SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SEAP)

Este setor encontra-se de momento num processo negocial, envolvendo as carreiras especiais, carreiras gerais e pessoas com outras funções. “Estamos a fazer a revisão do sistema de avaliação da AP e a encontrar uma plataforma definitiva de todos os recursos humanos num só lugar”, notou a SEAP. “Nos processos negociais temos conseguido um diálogo social muito positivo, valorizando sempre a importância de termos uma plataforma de entendimento”.

Para Marisa Garrido é importante o debate de ideias para se avançar nos processos negociais. A SEAP lembrou que a AP era a maior organização que temos no país.

O SG da FNE agradeceu as palavras da governante e sublinhou que a FNE nunca deixaria de levar as suas propostas às diversas tutelas em questão.

Pedro Barreiros exprimiu o desejo de que estes processos negociais nos possam levar a bom porto, e que todos os profissionais da educação voltem a ter prazer em trabalhar nas suas escolas. Pensando nas condições de trabalho, salientou o perigo de ganharmos jovens professores e os perdermos logo depois, de modo precoce. “Temos hoje aqui muito trabalho pela frente, quer no âmbito dos docentes, quer no âmbito dos TAE” – concluiu.





FALTA UMA JUSTIÇA TRIBUTÁRIA

O tema do "espaço da ação profissional dos professores" trouxe as intervenções de José Cordeiro (SG Adjunto da UGT), Alberto Veronesi (Diretor do AE Santa Maria dos Olivais) e João Dias da Silva (Presidente da AFIET). José Cordeiro centrou-se nos desafios da profissionalidade docente, nomeadamente na sua especificidade e nas condicionantes no seu exercício, tanto internas, como externas.

De modo particular, abordou e acentuou os desafios e as oportunidades da Inteligência Artificial, quer na educação, quer em todos os contextos de trabalho, recordando sempre que "os professores são engenheiros de almas", numa profissão exposta a riscos físicos e psicossociais. Para este SG Adjunto da UGT a questão dos algoritmos é de extrema relevância sindical, pois já vivemos numa verdadeira "algoritmocracia", onde os trabalhadores devem garantir a sua participação.

Alberto Veronesi começou por falar de uma crise sem precedentes na carreira dos professores, urgindo "A valorização da carreira docente, como caminho para reter talentos e salvar a escola pública". Este diretor mencionou um défice de 19 mil professores até 2035, um corpo docente envelhecido, com 54% dos que chegam recentemente à profissão a dizer que não pretendem continuar, o que coloca o sistema educativo num colapso iminente.

"Estamos a chegar ao limite do aceitável", disse. E apresentou "a morte anunciada de uma profissão", referindo uma crise demográfica, uma alta precariedade, a indisciplina e uma via sacra de instabilidade, que nos levaram a escolas sem docentes e a alunos sem aulas.

O primeiro problema é uma crise salarial, seguindo-se um fardo burocrático excessivo, que impacta no bem-estar profissional, e sistemas que esgotam os professores, como a Avaliação do Desempenho Docente (ADD) e a própria gestão escolar.

Entre as propostas de solução de Alberto Veronesi estão um novo ECD com seis escalões de seis anos, uma progressão automática, o fim da dependência da ADD para efeitos de progressão, o fim de quotas e vagas para progressão e a eleição direta para todos os cargos de gestão.

A terceira intervenção foi de João Dias da Silva, Presidente da AFIET, que se baseou, na sua abordagem, nos dados recolhidos pela AFIET/FNE nas suas consultas nacionais. Esses dados são de extrema importância, pois derivaram dos próprios educadores e professores, associados de sindicatos da FNE, de outros sindicatos e não sindicalizados.

João Dias da Silva abordou diversos tópicos relacionados com o espaço da ação profissional dos professores, como a tensão entre a autonomia profissional e a responsabilização por problemas que não controlam, uma constante vigilância e um esforço exigido que não é recompensado. Embora se encontrem numa cultura organizacional maioritariamente positiva, a profissão não é reconhecidamente atrativa para os docentes, o que levou o Presidente da AFIET a falar de "uma crise invisível na profissão".

São várias as implicações desta crise: o recurso a profissionais não qualificados e com vínculo precário ou a falta de uma justiça tributária - não apenas o salário, mas também o tempo de trabalho do professor.

Para além da obrigatória valorização da profissão docente e dos seus profissionais, João Dias da Silva apontou dois caminhos de nível macro em políticas educativas: deixarmos de escolarizar os problemas sociais (o professor não pode ser o bode expiatório dos problemas sociais) e evitar medidas uniformizadoras, propondo ao invés políticas educativas que permitam a customização, a variedade, a diversidade, a mudança.



GALERIA DE FOTOS













www.fne.pt



OS DESAFIOS DA DIVERSIDADE

Pelas 11h30 deu-se início ao "Olhar sobre o sistema educativo português", numa apresentação conjunta de Pedro Freitas, investigador associado da Universidade de Oxford, e Ana Balcão Reis, Professora da NOVA SBE. A Professora da NOVA SBE começou por se referir a quem são os alunos e quem são os professores, nomeando duas grandes melhorias em Portugal: a taxa de alfabetização (que melhorou imenso nas últimas décadas, logo: pais mais alfabetizados) e o abandono escolar precoce.

Em seguida traçou os resultados nacionais dos alunos de 15 anos no PISA ao longo dos anos, que foram maus no início e depois foram convergindo para a média da OCDE. No último PISA, os resultados pioraram mais que noutros países, mas não para muito longe da média da OCDE.

O ponto mais negativo é que a desigualdade nas aprendizagens continua alta, com resultados negativos acentuados em alunos com SASE. Por outro lado, as famílias mais desfavorecidas terminam menos o ensino superior, o que leva a investigadora a afirmar com toda a segurança que "o sistema educativo português não está a conseguir resolver as desigualdades".

Para Ana Balcão Reis, temos que começar pela creche e pelo pré-escolar, em que os investimentos proporcionam um retorno muito maior, seja em termos de oferta, seja em termos de uma maior qualidade. Neste campo, observa-se uma evolução positiva no nosso país, mas com grandes diferenças regionais. E o mais grave é que as famílias mais desfavorecidas são quem precisa mais da creche e do pré-escolar. A falta de educadores é gritante, mas há poucos dados para percebermos bem o que realmente se está a passar no terreno.

Hoje há uma maior diversidade nas escolas. Os alunos emigrantes têm aumentado muito (muito mais no 1º ciclo, muito no profissional), mas a diversidade é baixa, comparada com a taxa da OCDE. No entanto, algumas regiões em Portugal terão taxas ao nível da OCDE. Os alunos estrangeiros têm piores resultados em Português e Matemática. Mas a diversidade é também uma oportunidade de enriquecimento para os alunos portugueses. Os mestrados da NOVA têm 70% de alunos estrangeiros e isso só beneficia os nacionais.

A terminar, Ana Balcão Reis sublinhou que tem havido um forte crescimento de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) e de medidas adaptativas. Mas também há mais alunos com NEE a chegarem ao ensino superior, o que é um fator positivo.

Pedro Freitas abordou as necessidades docentes, muito uniformes ao longo do tempo e com previsão de um fluxo constante no futuro. Em sua opinião, não há soluções ótimas, nem vamos resolver isto de hoje para amanhã. Porém, "uma solução sub-ótima é sobrecarregar os professores com horas extraordinárias".

Para Pedro Freitas, nada impacta mais a aprendizagem do aluno que a qualidade dos professores. "Uns professores impactam mais que outros. Há diferenças, há variação, existe uma diversidade no sistema. O que explica esta diversidade? A antiguidade dos professores não explica". O investigador assegura que o professor continuará a ser central e os melhores professores têm um maior número de interações pedagógicas com os seus alunos.

"A AUTONOMIA É CRUCIAL, MAS DEVE SER REPARTIDA POR TODA A ESCOLA"

PEDRO FREITAS - INVESTIGADOR ASSOCIADO DA UNIVERSIDADE DE OXFORD

Quanto à estabilidade do corpo docente referiu que temos 20% de rotação anual nas escolas, existindo uma rotação excessiva em professores contratados. A rotação maior ocorre nas escolas com mais alunos de famílias desfavorecidos. Ou seja: o sistema só constrói desigualdades. Referindo-se depois a incentivos acentuou que o mesmo salário não atrai da mesma forma profissionais de áreas diferentes. Logo: que equilíbrio salarial deveremos ter?

Seja como for, urge criar incentivos para jovens professores virem trabalhar para Lisboa, pois só jovens em início de carreira viriam. Pedro Freitas sublinhou que também há muito a fazer no que respeita a incentivos na formação inicial: "Temos uma alta taxa de desistência na formação inicial. Há dois anos ficaram 800 pelo caminho".

Por outro lado, há pouca investigação na qualidade da formação inicial e a literatura é muito focada nos anos 60 e 70. Pedro Freitas refere que o tempo de prática aplicada pode ser insuficiente, pelo que temos que debater os modelos de formação inicial. Outra questão tem que ver com os programas de integração de novos professores, que ou são poucos, ou não existem. Apenas 50% dos diretores nos disseram ter um programa especial de integração de jovens professores.

Outros temas focados foram a gestão escolar e a autonomia das escolas. O Professor acentuou que existem várias dimensões, mas no respeitante a recursos/instrumentos de atuação existe uma diferença muito superior à OCDE entre escolas públicas e escolas privadas. Dito de outra maneira, a escola pública tem menos recursos para atrair alunos para a sua esfera. Sobre a autonomia, Pedro Freitas foi taxativo: a autonomia é crucial, mas deve ser repartida por toda a escola.



GALERIA DE FOTOS













www.fne.pt



ADD E CARREIRAS DOS TAE

O início da tarde trouxe duas mesas redondas, em simultâneo: I – "Refletir sobre o modelo de avaliação de desempenho docente" e "II – Refletir sobre o modelo de estruturação das carreiras dos Trabalhadores de Apoio Educativo (TAE)". A primeira mesa juntou Paulo Fernandes (SDPSul), Pedro Brandão (SPZN), Maria José da Silva Caetano (presidente do Conselho Geral da ES Jorge Peixinho) e Joaquim Messias (SPZC).

Os intervenientes da mesa de avaliação docente registaram que a ADD não é credível, não é transparente, nem é reconhecida pelos professores. Paulo Fernandes apelidou-a mesmo de "monstro legislativo" e criadora de problemas graves para os docentes. Porém concordou que a alternativa não é fácil, o que responsabiliza ainda mais o trabalho e a ação sindicais.

A reflexão de Pedro Brandão incidiu sobre as questões primárias que devem ser respondidas antes de desenhar uma estrutura para a ADD. Porquê, ou para quê avaliar o desempenho docente, o que pretendemos avaliar, como devemos avaliar e quem deve avaliar o desempenho docente.

Maria José da Silva Caetano refletiu sobre os objetivos da avaliação, notando que as formas de controlar e de balizar os salários devem ser independentes uma da outra e que a dependência uma da outra é o cerne dos problemas na ADD. Por fim, Joaquim Messias recaiu sobre o que a ADD deve e não deve ter.
Os quatro intervenientes foram unânimes em considerar a ADD "muito burocrática e promotora de uma competição desenfreada entre educadores e professores".

Por seu lado, a mesa redonda dos TAE foi dinamizada por Cristina Ferreira (presidente do STAESuleRA) e Cristina Peixoto (Presidente do STAEZNorte) e participada pelo SG da FNE, Pedro Barreiros. Os temas abordados foram os conteúdos funcionais, a estruturação das carreiras, a precariedade, a estabilidade profissional, os salários baixos, o envelhecimento, ou a falta de um estatuto digno.

Não poderia estar ausente o crucial tema da transferência de competências para os municípios, "por onde agora passam as decisões", e o polémico SIADAP, que não permite a chegada dos técnicos superiores ao topo de carreira.

Os concursos e as vagas a abrir são outros fatores sempre presente nas reivindicações destes trabalhadores. O SG da FNE mencionou igualmente a importância em se atingirem resultados de forma institucional e louvou a participação dos TAE no Roteiro da FNE, pois "temos que ser a voz de todos os trabalhadores".

Pedro Barreiros e as Presidentes do STAEZNorte e do STAESuleRA enfatizaram o facto de que sem estes trabalhadores a escola não conseguirá atingir os objetivos e o sucesso educativo. O SG da FNE concluiu desejando alcançar todos os objetivos sindicais tanto para Docentes como para os TAE.





PS E PSD NA EDUCAÇÃO

A meio da tarde, os deputados Aida Carvalho (Grupo Parlamentar do PS) e Pedro Alves (Grupo Parlamentar do PSD) intervieram sobre o tema "Investir na educação para construir o futuro – expectativas, argumentos e meios para a construção de carreiras atrativas".

Aida Carvalho focou as propostas do PS no ensino superior, como a harmonização de carreiras, e rever os conteúdos funcionais e os rácios nos TAE. Relativamente aos docentes, confessou que o seu partido poderia ter feito mais na recuperação de tempo de serviço ("estamos muito a tempo de corrigir", confessou), e que tem em vista corrigir as ultrapassagens e contabilizar todo o tempo de serviço dos professores, incluindo os que ingressaram no ensino superior e depois voltaram a outros níveis de ensino.

O PS tem ainda como objetivos promover a atratividade da profissão docente e, na transferência de competências para os municípios, está atento às fragilidades e desafios, incluindo as necessidades de recursos.

O deputado do PSD Pedro Alves elencou os objetivos já cumpridos pelo seu partido e referiu a revisão do RJIES em curso, em que se pretende criar uma carreira única. No que respeita às carreiras de investigação científica já foi dado um salto positivo pelo Governo neste âmbito. Em sua opinião, o país já deu um avanço muito grande na Educação, com a recuperação integral do tempo de serviço e com a dignificação da profissão docente.

Pedro Alves mencionou a revisão do ECD em curso, como forma de tornar a carreira mais atrativa, equitativa e mais transparente, implicando também as tabelas remuneratórias, e anunciou a criação de um Estatuto do Diretor. Sempre referindo o falar verdade e com compromissos efetivos, o deputado do PSD afirmou que o seu partido tinha posto fim à situação de instabilidade dos técnicos especializados para outras funções, tinha melhorado os rácios para pelo menos 1 psicólogo por 711 alunos e estava a trabalhar para criar um perfil profissional para os assistentes técnicos e assistentes operacionais, com a colaboração da ANM.

Relativamente aos docentes, a intenção do PSD é o de criar um referencial de avaliação que reconheça o mérito e a excelência, tema que vai andar ao lado da revisão do ECD. No respeitante ao Português Língua Não Materna (PLNM), o objetivo é o de valorizar as equipas multidisciplinares, numa lógica de educação integral.

"O PAÍS JÁ DEU UM AVANÇO MUITO GRANDE NA EDUCAÇÃO, COM A RECUPERAÇÃO INTEGRAL DO TEMPO DE SERVIÇO E COM A DIGNIFICAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE"

PEDRO ALVES - DEPUTADO DO PSD

A sessão de encerramento do FÓRUM FNE 2025 esteve a cargo de Pedro Barreiros e Gabriel Costantino, Presidente da Mesa do Congresso e do Conselho Geral da FNE. O SG da FNE concluiu: "Valeu mesmo a pena. Todos somos poucos para os muitos processos negociais que temos pela frente".

Os docentes interessados podem solicitar à FNE (secretariado@fne.pt) o reconhecimento e certificação deste Fórum como uma "Ação de Curta Duração", de 4 horas, nos termos do Despacho nº 5741/2015, de 29 de maio, retificado pela Declaração de retificação nº 470/2015, de 11 de junho.

"VALEU MESMO A PENA. TODOS SOMOS POUCOS PARA OS MUITOS PROCESSOS NEGOCIAIS QUE TEMOS PELA FRENTE"

PEDRO BARREIROS - SG DA FNE

Federação Nacional da Educação

FÓRUM

fne

EM DUAS PALAVRAS

CARREIRAS VALORIZADAS



www.fne.pt

SPZN SPZC SDPSUL SDPA SPCL STAZN STAE STAE



Concurso de Vinculação: Falsa Partida!

A FNE lamentou, através de um comunicado emitido a 12 de novembro, que o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) tenha protagonizado uma verdadeira "falsa partida" no processo do concurso extraordinário de vinculação docente.

No dia 30 de outubro de 2025, a FNE expressou publicamente e diretamente junto do MECI a sua profunda surpresa e preocupação face à ausência injustificada de vagas, em especial no grupo de recrutamento de Física e Química (510), e exigiu esclarecimentos urgentes sobre os critérios que sustentaram tal decisão, reclamando a correção imediata da portaria de vagas que deixava de fora necessidades reais das escolas.

Na altura, o MECI contestou a denúncia da FNE, justificando a ausência de vagas no grupo de Física e Química com o argumento de que não tinham sido identificadas necessidades significativas nos Quadros de Zona Pedagógica (QZP) das regiões mais carenciadas, alegando ainda a existência de docentes disponíveis em reserva de recrutamento.

Porém, a publicação de uma nova portaria de vagas, agora anunciada, confirma exatamente o que a FNE havia alertado: as vagas iniciais foram mal apuradas e a análise das necessidades das escolas foi, no mínimo, incompleta e precipitada.

No passado dia 10 de novembro, foi publicada a Declaração de Retificação n.º 1032-A/2025/2 sobre o Concurso Externo Extraordinário que passa a contar com um prazo que termina às 23:59 do dia 21 de novembro. Este alargamento de prazo acontece na sequência da alteração à Portaria de Vagas, provocada pela chamada de atenção da FNE (consultar aqui).

Com esta correção, o MECI não reconhece o erro, não explica as razões que estiveram na origem da situação, nem responde a quem alertou atempadamente para o problema.

A FNE lembra que a Portaria n.º 379-A/2025/1, de 7 de novembro, que procede à primeira alteração à Portaria n.º 365-A/2025/1, de 23 de outubro, fixa as vagas dos quadros de zona pedagógica (QZP) com maior carência para o concurso externo extraordinário de seleção e recrutamento de docentes do ano letivo de 2025/2026, previsto no Decreto-Lei n.º 108/2025, de 19 de setembro, ajustando-as às atuais necessidades nos grupos de recrutamento mais carenciados.

A FNE considera que a transparência, o rigor e a responsabilidade devem ser princípios inalienáveis em todos os concursos públicos e exige que o MECI reveja os seus procedimentos, garantindo justiça no acesso à vinculação.

Mais uma vez, a FNE reafirma que ouvir e valorizar as organizações representativas dos Professores é a melhor forma de evitar erros, reforçar a confiança e garantir justiça nas decisões.





Secretariado Nacional da FNE abriu porta à Greve Geral

O Secretariado Nacional da FNE reuniu na tarde de 7 de novembro, em Lisboa, para análise da situação social, económica e sindical do momento e apreciação e análise dos processos negociais em curso, nomeadamente a negociação do Estatuto da Carreira Docente.

Nesta reunião foram ainda votados e aprovados por unanimidade o Plano de Atividades da FNE para 2026, assim como quatro resoluções que visam diferentes pontos e preocupações no sistema educativo:

- **Ausência de negociação no Ensino Português no Estrangeiro (EPE)**
- **Do anúncio à ação: FNE exige medidas concretas para os Técnicos e Trabalhadores de Apoio Educativo**
- **Negociação da Revisão do Estatuto da Carreira Docente**
- **Contra o ataque aos direitos dos trabalhadores**

Destaque para esta quarta resolução intitulada "Contra o ataque aos direitos dos trabalhadores" que a FNE fez chegar à direção da UGT, considerando que após análise e debate às alterações ao Código do Trabalho propostas no Anteprojeto de Lei da reforma da legislação laboral apresentado pelo XXV Governo da República Portuguesa, as alterações a mais de 100 artigos do Código do Trabalho, propostas neste documento, implicam mudanças profundas em áreas como a parentalidade, flexibilidade laboral, formação, período experimental e o direito à greve.

Por isso a FNE sugeria à UGT a promoção, com carácter urgente, de uma posição conjunta e pública de todas as Federações e Sindicatos da UGT contra a atual proposta de reforma laboral; Sejam encetadas diligências institucionais e políticas com vista à alteração da forma como está a ser conduzido este processo; Caso o Governo não recue nas suas intenções e não aceite realizar um verdadeiro e construtivo processo negocial, a UGT avalie a possibilidade de convocar uma Greve Geral, em defesa dos direitos dos trabalhadores e da dignidade do trabalho em Portugal.

A FNE, através do seu Secretariado Nacional, reafirmou a sua total disponibilidade para participar ativamente em todas as ações sindicais promovidas pela UGT e em qualquer processo de revisão das atuais propostas, com o objetivo de as transformar em medidas positivas para os trabalhadores, assegurando que nenhuma reforma será imposta contra aqueles que representa e que a democracia, a negociação coletiva e a defesa dos direitos laborais continuam a ser pilares estruturantes da sociedade portuguesa, incluindo, se necessário, a adoção das formas de luta indispensáveis para travar qualquer retrocesso de direitos.



Galeria de Fotos



FNE ao lado da UGT na marcação da Greve Geral de 11 de dezembro

13 de novembro fica marcada como a data em que a UGT e os seus sindicatos votaram de novo a favor e por unanimidade a seguinte resolução relativa à Greve Geral agendada para 11 de dezembro:

11 DE DEZEMBRO GREVE GERAL

CONTRA A REFORMA LABORAL. EM DEFESA DOS TRABALHADORES.

A UGT foi confrontada, em Julho de 2025, com a apresentação, em sede de concertação social, do Anteprojecto de Lei da reforma da Legislação Laboral, que o Governo decidiu chamar de "Trabalho XXI".

Uma proposta tão fora de tempo, num contexto de crescimento económico, estabilidade financeira e de pujança do mercado de trabalho, como atentatória do espírito do diálogo social, uma vez que traduz uma opção clara em favor dos empregadores, cortando direitos aos trabalhadores e prejudicando a actividade dos sindicatos.

Do banco de horas individual à contratação a termo, dos despedimentos ao outsourcing, da parentalidade à formação profissional, vemos um aumento do poder unilateral dos empregadores e a fragilização de quem trabalha.

Na negociação colectiva, no direito à greve e na acção sindical nas empresas, vemos um ataque a quem defende os trabalhadores, seja à mesa das negociações, seja nos locais de trabalho, seja na utilização do último recurso que é a greve.

A UGT ao longo dos seus 47 anos de história, com total autonomia negocial, provou a sua capacidade de diálogo e abertura para a construção das melhores soluções.

O anteprojecto apresentado é a antecâmara de uma reforma laboral para os patrões e, por isso, mereceu logo o rotundo não da UGT e dos seus sindicatos.

Mas a UGT não desistiu. Fomos para a mesa das negociações. Nas reuniões da CPCS, nas reuniões bilaterais com o Governo e Parceiros Sociais.

Queremos avanços.

Mas o que temos constatado é o oposto.

O Governo passou de uma total abertura negocial à necessidade de se respeitarem as "traves-mestras" da reforma e até à imposição de linhas vermelhas.

O Governo coloca quem negoceia perante um jogo de tudo ou nada, em que quaisquer evoluções ficam dependentes da assinatura de um acordo, sejam justas ou não.

Isto não é negociar.

A concertação social transformou-se no palco de uma obsessão com a lei laboral, esquecendo quase tudo o resto.

A política de salários e rendimentos e a actualização dos acordos, a política de migrações, os problemas da habitação.

Estas matérias foram colocadas em cima da mesa pela UGT e ignoradas pelo Governo.

Ao Governo apenas interessa a legislação laboral.

A UGT pretende negociar. A UGT quer discutir o que interessa aos trabalhadores e ao País.

Mas a UGT não negoceia sozinha.

Por isso,

► contra uma reforma laboral que não pode avançar,

► contra um ataque sem precedentes aos trabalhadores e sindicatos,

► contra a indiferença face aos problemas reais dos portugueses,

► contra o simulacro negocial.

e

► por um verdadeiro diálogo e uma negociação com resultados,

► por uma legislação que responda aos verdadeiros desafios do presente e do futuro do trabalho,

► por um País mais justo,

► em nome de quem trabalha e quer dignidade no seu trabalho.

A UGT e os seus Sindicatos, reunidos hoje em Secretariado Nacional e Conselho Geral, decidiram:

► a convocação de uma GREVE GERAL para o dia 11 de Dezembro de 2025;

► iniciar o diálogo e a articulação com outras estruturas representativas dos trabalhadores, com vista à construção de uma plataforma de convergência na acção.

Aprovado por unanimidade e aclamação nas reuniões do Secretariado Nacional e do Conselho Geral da UGT de 13 de novembro de 2025



Pré-aviso de Greve entregue pela UGT com apoio da FNE

No dia em que o Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, marcou presença na entrega do pré-aviso de greve da UGT Portugal, no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a Federação fez também saber publicamente os motivos pelos quais adere à Greve Geral a 11 de dezembro de 2025 através de comunicado:

A FNE manifesta, antes de mais, perplexidade perante os motivos que levam o Governo a avançar, precisamente neste momento, com uma alteração tão profunda ao Código do Trabalho.

A vontade reformista não pode justificar-se por si própria, nem servir apenas para deixar uma marca política na agenda de um qualquer ministro. Uma reforma só se legitima quando é justificada, quando envolve verdadeiramente os parceiros sociais, quando é debatida com transparência e quando resulta de um processo negocial sério que permita, no final, afirmar que se obteve um diploma melhor, capaz de responder às necessidades do país, das empresas e dos trabalhadores. Infelizmente, nada disso aconteceu ao longo deste processo. E, assim, venha qual vier a ser o resultado final, dificilmente contribuirá para alcançar bons resultados ou para responder a objetivos que o Governo nunca explicou de forma clara.

É neste contexto que a FNE adere à Greve Geral, porque as alterações propostas representam um retrocesso profundo nos direitos laborais e sociais.

As principais razões são:

1. Retrocesso nos direitos de parentalidade,
incluindo a revogação da falta por luto gestacional, a redução de direitos do pai, o aumento da burocracia e a limitação do exercício conjunto de direitos parentais.

2. Aumento da precariedade,
com o alargamento da duração dos contratos a termo e a termo incerto, facilitação de renovações e redução das garantias dos trabalhadores.

3. Menor conciliação entre vida profissional e familiar,
ao impor horários flexíveis definidos pelo empregador, reduzindo a autonomia dos trabalhadores com responsabilidades familiares.

4. Enfraquecimento das organizações sindicais,
retirando direitos de ação sindical, limitando a contratação coletiva e aumentando o poder unilateral das entidades patronais.

5. Restrição do direito à greve,
através do alargamento excessivo dos serviços mínimos e da eliminação de mecanismos que protegiam os trabalhadores de abusos.

6. Conjunto de outras perdas de direitos,
como faltas não remuneradas, alterações desfavoráveis no banco de horas, na transmissão de estabelecimento e no regime de despedimento.

Perante este cenário de regressão laboral e social, e perante um processo legislativo que não respeitou o diálogo nem a negociação, a FNE considera a Greve Geral uma resposta necessária e responsável para defender os trabalhadores, as famílias e a qualidade da educação.

Ao Primeiro-Ministro

Ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

A todos os restantes Ministérios

Aos Governos Regionais

Às Autarquias Locais

A todos os Órgãos e Serviços da Administração Pública Central, Local e Regional e a todas as Pessoas Colectivas Públicas

Às Instituições de Segurança Social, Solidariedade Social e Previdência

A todas as Entidades Empregadoras, independentemente do sector e da natureza jurídica

A todas as Confederações Patronais e Associações Empresariais

A todos os Trabalhadores e Trabalhadoras que trabalham em Portugal

AVISO PRÉVIO DE GREVE GERAL

A UGT-União Geral de Trabalhadores, ao abrigo do Artigo 57.º da Constituição da República Portuguesa e nos termos dos Artigos 530.º e seguintes do Código do Trabalho e dos Artigos 394.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, declara a GREVE GERAL de todos os trabalhadores no dia 11 de Dezembro de 2025 em todas as empresas e serviços do sector público, privado ou público empresarial, independentemente da natureza jurídica da entidade empregadora, e em todo o território nacional, pelos motivos seguintes:

Os trabalhadores portugueses e suas famílias estão hoje confrontados com um ataque sem precedentes às suas condições de trabalho e à própria manutenção dos seus postos de trabalho por via do Anteprojeto de Lei da reforma da Legislação Laboral, que o Governo decidiu chamar de "Trabalho XXI".

É uma proposta fora de tempo, num contexto de crescimento económico, estabilidade financeira, de elevado emprego e baixo desemprego, que o Governo ignora, tornando clara a base ideológica da sua visão para o mundo do trabalho.

É uma proposta atentatória do verdadeiro espírito do diálogo social, claramente em favor dos empregadores, cortando direitos aos trabalhadores e prejudicando a atividade dos sindicatos.

O retorno do banco de horas individual, o agravamento da precariedade, a liberalização dos despedimentos, o recurso livre ao outsourcing, os cortes na formação profissional e na parentalidade, a não criminalização do trabalho não declarado são as opções do Governo.

O que se quer é o aumento do poder unilateral dos empregadores e a fragilização de quem trabalha.

A negociação coletiva pode cair pela vontade do empregador, o empregador pode decidir por si a convenção que se aplica na empresa, os serviços mínimos da greve são generalizados, é retirado poder aos sindicatos para atuar nas empresas.

Estamos perante um ataque a quem defende os trabalhadores, seja à mesa das negociações, seja nos locais de trabalho, seja na utilização da greve.

O anteprojeto apresentado é a antecâmara de uma reforma laboral para os patrões e, por isso, mereceu logo o rotundo não da UGT e dos seus sindicatos.

A UGT não desistiu. Tentámos negociar, mas o que tivemos foi o oposto.

O Governo passou de uma total abertura total à necessidade de se respeitarem as "traves-mestras" da reforma até à imposição de linhas vermelhas.

O Governo colocou quem negoceia perante um jogo de tudo ou nada, de agora ou nunca, em que quaisquer evoluções ficam dependentes da assinatura de um acordo, sejam justas ou não.

E, quando avança com novas propostas, e ao mesmo tempo que questiona a boa-fé de quem luta pelos seus direitos, o Governo dá pouco e, nas matérias que mais atacam quem trabalha, como os despedimentos e a negociação coletiva, não dá nada ou piora o que já está em cima da mesa.

Queremos negociar, mas isto não é negociar. É afrontar.

A UGT exige uma negociação do anteprojeto. Uma verdadeira negociação. Uma negociação que não se feche em traves-mestras que atacam o coração das relações de trabalho.

E há que pôr termo à obsessão pela legislação do trabalho.

A política de salários e rendimentos e a atualização dos acordos, a política de migrações, os problemas da habitação, a redução da jornada de trabalho. Essas matérias foram colocadas pela UGT em cima da mesa e ignoradas pelo Governo.

A UGT quer uma concertação que não seja só para um lado. Queremos uma concertação que não seja só legislação laboral.

E a UGT quer discutir o que interessa aos trabalhadores e ao País.

Pelas razões e objetivos expostos, apelamos a todos os trabalhadores, permanentes ou precários, do sector público, privado e público empresarial, sindicalizados e não sindicalizados, e a todos os sindicatos para que se juntem pela mudança de políticas:

- contra a precarização das relações de trabalho,
- contra a desregulação dos tempos de trabalho que atacam os trabalhadores e as famílias,
- contra a liberalização dos despedimentos,
- contra a substituição de trabalhadores por empresas externas,
- contra o ataque à negociação coletiva,
- contra o ataque ao direito à greve,
- contra um ataque sem precedentes aos trabalhadores e sindicatos,
- contra o anteprojeto de reforma laboral,
- contra a indiferença face aos problemas reais dos portugueses

e

- por uma verdadeira concertação, um efetivo diálogo e uma negociação séria, credível e com resultados,
- por uma legislação que responda aos verdadeiros desafios do presente e do futuro do trabalho,
- por políticas que dignifiquem o trabalho e respondam aos verdadeiros problemas de quem vive do seu trabalho,
- **POR PORTUGAL!**

A adesão à greve por parte dos trabalhadores que laborem em regime de turnos far-se-á do seguinte modo: para os trabalhadores cujo horário de trabalho se inicie antes das 00h00 ou termine depois das 24h00 do dia 11 de Dezembro de 2025, se a maior parte do seu período de trabalho coincidir com o período de tempo coberto por este pré-aviso, o aviso prévio começará a produzir efeitos a partir da hora em que deveriam entrar ao serviço ou prolongará os seus efeitos até à hora em que deveriam terminar o trabalho, consoante os casos.

Nos termos da lei, as associações sindicais e os trabalhadores assegurarão a prestação dos serviços necessários à segurança e manutenção do equipamento e instalações e dos serviços mínimos indispensáveis para acorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis, nas empresas, estabelecimentos ou serviços que se destinem à satisfação dessas necessidades, nos termos dos acórdãos, acordos ou despachos que regulem esta matéria.

A representação dos trabalhadores em greve é delegada, aos diversos níveis, nas associações sindicais, nas comissões sindicais e intersindicais, nos delegados sindicais e nos piquetes de greve.

Lisboa, 20 de Novembro de 2025

Pela UGT

Mário Mourão
Secretário Geral



O Jornal Económico

Pedro Barreiros ao "*Económico*" sobre a Greve Geral nas Escolas:

"O encerramento total é uma possibilidade real e plenamente legítima"

Questionado pelo "Jornal Económico" (JE) o secretário-geral da FNE, afeta à UGT, não avança estimativas para a greve geral de 11 de dezembro, que a FNE abraça de corpo e alma, mas admite ao JE que tudo pode acontecer, incluindo uma paralisação total nas escolas. Remete a responsabilidade pelos incómodos que a greve possa causar a alunos e pais para "quem insiste em avançar com propostas que atacam direitos laborais e ignoram os alertas das organizações sindicais".

A greve geral marcada para dia 11 de dezembro vai encerrar muitas escolas e até poderá fechá-las todas.

"Tendo em conta o nível de mobilização verificado no passado em situações idênticas no sector da educação, é perfeitamente possível antecipar o encerramento de muitas escolas, parcial ou totalmente", afirma Pedro Barreiros, secretário-geral da FNE ao Jornal Económico.

Mas vai ainda mais longe, admitindo: “o encerramento total é uma possibilidade real e plenamente legítima, porque sem professores, sem assistentes operacionais, sem assistentes administrativos e sem técnicos especializados não é possível garantir o funcionamento de uma escola”.

Embora não avance estimativas, a FNE, segunda maior estrutura sindical do sector da educação em Portugal e afeta à UGT, conhece a “profunda indignação perante a tentativa de impor” uma reforma laboral que “representa um ataque direto aos direitos dos trabalhadores”.

“Se – diz Pedro Barreiros – houver um encerramento alargado, será a demonstração inequívoca de que o Governo não pode ignorar a força, a determinação e a unidade dos profissionais da educação”.

Na sua perspetiva , “é natural e desejável que haja impacto”, porque isso revela de “forma inequívoca a importância e o valor social dos trabalhadores da educação. Quando estes profissionais param, o país sente. As escolas podem ver as suas atividades letivas e não letivas profundamente condicionadas”, sublinha.

Descarta, no entanto, responsabilidades por qualquer incómodo que a greve possa causar a alunos, pais e encarregados de educação. “Não é responsabilidade dos trabalhadores, é responsabilidade direta de quem insiste em avançar com propostas que atacam direitos laborais e ignoram os alertas das organizações sindicais, que desde sempre demonstraram disponibilidade negocial e vontade para o encontro das melhores soluções, mas não encontraram a mesma abertura por parte do Governo”.

A FNE e os sindicatos seus filiados estão “completamente alinhados com a decisão tomada pela UGT”, tomada com base numa votação por unanimidade, tanto no Secretariado Nacional como no Conselho Geral da UGT, realizados a 13 de novembro. Pedro Barreiros lembra que a FNE foi a primeira organização dentro da União a assumir publicamente uma posição firme relativamente à “atual ofensiva legislativa do Governo”. Fê-lo através da resolução “Contra o ataque aos direitos dos trabalhadores”, aprovada por unanimidade no Secretariado Nacional da FNE de 7 de novembro, em Lisboa.

“Nessa resolução – explica -, a FNE não só denunciou o grave risco de retrocesso laboral que o Governo pretende impor, como também instou a União Geral dos Trabalhadores a: “promover, com carácter urgente, uma posição conjunta e pública de todas as Federações e Sindicatos da UGT contra a atual proposta de reforma laboral; encetar diligências institucionais e políticas para alterar a forma como este processo tem sido conduzido; e caso o Governo não recue nas suas intenções e não aceite um verdadeiro e construtivo processo negocial, avaliar a possibilidade de convocar uma greve geral, em defesa dos direitos dos trabalhadores e da dignidade do trabalho em Portugal”.

1 PERGUNTA …

Numa greve geral desta natureza, põe-se a questão dos serviços mínimos ou não?

A imposição de serviços mínimos numa greve geral seria um sinal político muito negativo e uma tentativa de limitar um direito constitucional que deve ser plenamente respeitado.

A definição de serviços mínimos está regulada pela lei da greve e aplica-se apenas a serviços considerados essenciais para a satisfação de necessidades sociais impreteríveis. A atividade letiva regular nas escolas não está, em regra, abrangida por esta tipificação, apesar de no passado recente termos assistindo a inúmeras tentativas de fazer o contrário, mas as quais os tribunais nos vieram dar razão.

A decisão sobre a existência ou não de serviços mínimos não cabe à FNE. É uma competência que envolve o Governo e, quando necessário, um colégio arbitral, que avalia caso a caso se estão reunidas as condições legais para a sua fixação.

Numa greve geral como a de 11 de dezembro, e tendo em conta o quadro legal em vigor, a regra é não haver serviços mínimos para a atividade letiva habitual. A FNE entende que o direito à greve, enquanto direito constitucional, deve ser plenamente respeitado e que qualquer decisão relativa a serviços mínimos na educação tem de ser sempre excecional, devidamente fundamentada e proporcional, designadamente em situações muito específicas, como exames ou provas nacionais.

A FNE considera que recorrer a serviços mínimos numa greve geral seria não só injustificado, como também profundamente revelador da vontade de condicionar a luta dos trabalhadores. Se o Governo insistir nesse caminho, ficará evidente para todo o país que prefere restringir direitos em vez de encetar um verdadeiro diálogo que permita encontrar soluções equilibradas e justas.

11 DEZEMBRO

UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

Informações
Greve Geral de 11 dezembro

A Greve Geral de 11 de dezembro é a resposta firme e necessária da UGT a uma reforma laboral que ataca os direitos fundamentais.

Perante o anteprojeto "Trabalho XXI", apresentado pelo Governo, a UGT diz um **ROTUNDO NÃO** ao retrocesso social que esta proposta representa.

A Greve Geral foi convocada porque o Governo quer:

- **Fragilizar a negociação coletiva e dar mais poder unilateral às empresas;**
- **Facilitar despedimentos, criando novas formas de perda de vínculo e aumentando a insegurança laboral;**
- **Alargar o recurso ao outsourcing, colocando trabalhadores em desvantagem face a empresas intermediárias;**
- **Aumentar a precariedade, alargando contratos a termo e promovendo o banco de horas individual;**
- **Reduzir direitos de parentalidade, impondo retrocessos inaceitáveis às famílias;**
- **Limitar o direito à greve, atacando a ação sindical e enfraquecendo os trabalhadores.**



Aqui está reunida toda a informação sobre os motivos da greve, documentos e materiais de apoio à Greve Geral.

A UGT está ao lado de quem trabalha.

Consulte aqui:

- **Pré-aviso de greve - PDF**
- **Greve Geral | Perguntas e Respostas - PDF**
- **Documento Rotundo NÃO à Reforma Laboral para os Patrões - PDF**
- **CARTAZ UGT GREVE GERAL 11 DE DEZEMBRO DE 2025 - PDF**

GREVE GERAL

- Não à Reforma Laboral do Governo!
- Queremos Negociar – Não Aceitamos Imposições!
- Por uma Reforma que Proteja quem Trabalha!
- Pela Dignidade no Trabalho!
- Pela Valorização dos Trabalhadores!



FNE e MECI reuniram sobre regulamentação do Estatuto da Carreira de Investigação Científica (ECIC)

Na reunião com um primeiro ponto na ordem de trabalhos relativo à "Apresentação de propostas de regulamentação da tramitação procedimental dos concursos de recrutamento de investigadores para a carreira especial de investigação científica, no âmbito dos Laboratórios do Estado e dos organismos da administração direta e indireta do Estado, em cumprimento do previsto no n.º 3 do artigo 43.º do ECIC", a FNE apresentou ao MECI um documento onde regista a apresentação das propostas de regulamentação relativas à tramitação procedimental dos concursos de recrutamento de investigadores para a carreira especial de investigação científica, no âmbito dos Laboratórios do Estado e dos organismos da administração direta e indireta do Estado, conforme previsto no n.º 3 do artigo 43.º do ECIC.

Sem prejuízo de uma análise mais aprofundada e detalhada do articulado, a FNE considera essencial sublinhar os seguintes princípios orientadores para qualquer regulamentação nesta matéria:

1. Transparência e equidade

Os procedimentos concursais devem assegurar a máxima clareza, publicidade e igualdade de oportunidades, garantindo critérios objetivos e verificáveis, desde a abertura do concurso até à decisão final.

2. Valorização do percurso científico e profissional

A definição dos critérios de seleção deve refletir a natureza altamente especializada da carreira de investigação científica, reconhecendo de forma equilibrada tanto o mérito académico e científico, como a experiência profissional relevante.

3. Rigor e celeridade dos procedimentos

É fundamental que a tramitação procedimental não se prolongue de forma injustificada, devendo ser estabelecidos prazos claros que garantam previsibilidade aos candidatos e o adequado funcionamento dos serviços.

4. Observância integral do ECIC e demais enquadramentos legais

Todas as normas regulamentares devem garantir conformidade com o Estatuto da Carreira de Investigação Científica e com a legislação aplicável à Administração Pública, evitando ambiguidades interpretativas.

5. Participação efetiva das organizações representativas

A FNE reafirma a necessidade de que o processo de regulamentação decorra com verdadeiro diálogo social, permitindo contributos que reforcem a justiça, a eficácia e a credibilidade dos concursos.

Em resposta ao solicitado pelo MECI a FNE fará chegar contributos adicionais até ao final desta semana, sobre a matéria em apreço.

No ponto 2 da ordem de trabalhos – Prestação de informações - o MECI informou que dará entrada na AR, no dia 20 de novembro, da sua proposta para o RJIES; que fará a revisão da Lei da Ciência no primeiro semestre de 2026; modelo de ação social dezembro de 2025; que a revisão do Estatuto da Carreira deverá ser iniciado no segundo semestre de 2026.

Declaração de José Luís Abrantes, Secretário-Geral Adjunto da FNE, aos órgãos de comunicação social no final da reunião.





Reunião negocial sobre o Protocolo de negociação do ECD

Em seis de novembro de 2025, naquela que foi a primeira reunião com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), relativa ao Estatuto da Carreira Docente (ECD), a FNE reafirmou a importância da revisão do documento, retomando o processo negocial iniciado com o protocolo de 27 de dezembro de 2024, interrompido pela crise política e pela mudança de Governo e que teve sequência através do envio de uma proposta de atualização do protocolo negocial, enviada pela FNE ao MECI no passado dia 6 de outubro de 2025.

No momento, a FNE considerava que o Governo deveria ter como objetivo a valorização da carreira docente, tornando-a mais atrativa, reconhecida, simples e justa.

O acordo de 21 de maio de 2024, sobre a recuperação do tempo de serviço congelado, foi um passo importante, ainda assim, insuficiente para reverter décadas de desvalorização da profissão.

A FNE defendeu neste encontro que a revisão do ECD devia abordar as condições salariais, o ingresso e desenvolvimento na carreira, a formação, a avaliação, as condições de trabalho e o regime de aposentação, com vista à revalorização e prestígio da profissão docente.

Como metodologia negocial a FNE defendeu uma mesa negocial própria, em representação dos seus sete sindicatos de professores, bem como o acesso antecipado aos documentos preparatórios e propostas negociais, que permitam a sua análise, debate com os docentes e formulação de contrapropostas fundamentadas. Defendemos ainda um processo estruturado e calendarizado, com temas previamente definidos e priorizados, destacando para já as seguintes matérias objeto de negociação:

- Estrutura da carreira docente – progressão, reposicionamentos e eliminação de ultrapassagens.
- Avaliação do desempenho – simplificação e justiça do modelo.
- Recrutamento e ingresso na carreira – transparência e previsibilidade.
- Formação e desenvolvimento profissional – reforço da formação contínua e valorização das qualificações.
- Condições de trabalho – organização do tempo de trabalho, distinção entre componente letiva e não letiva.
- Aposentação e regime especial – revisão da idade e condições de aposentação.
- Remuneração e valorização salarial – revisão de índices remuneratórios.
- Políticas de compensação fiscal e apoios – deduções em IRS, compensações por deslocação e despesas com material pedagógico e outros necessários para o exercício da profissão.
- Equiparação do topo da carreira docente ao topo da carreira técnica superior da AP.
- Estatuto diretores e outros dirigentes escolares – articulação com o ECD.
- Regulamentação – garantir transparência, clareza e objetividade do articulado por forma a ser garantido um diploma compreendido e bem aplicado pela Administração Educativa, evitando assim litigâncias que prejudicam o bom funcionamento do sistema e bem-estar dos docentes. (Exemplo: art. 63º do D.L 16/2016 de 17 junho – que prevê um prémio de desempenho que nunca foi regulamentado.)

A FNE defendeu ainda uma calendarização negocial que permitisse a conclusão rápida do processo negocial para garantir impacto visível nas condições de trabalho e na atratividade da carreira, uma vez que a valorização social também se alcança por via da valorização salarial, tendo obtido a informação da parte do MECI da sua vontade em concluir o processo negocial em 2026, por forma a poder ser garantida a sua entrada em vigor em 2027.

Contudo e caso a revisão final global só possa ser garantida no início de 2027, a FNE defendeu a publicação faseada por módulos, permitindo entrada em vigor progressiva das medidas, para o que defende a realização de reuniões mensais, com possibilidade de maior frequência conforme a necessidade e a publicação da versão final global do ECD consolidado após a conclusão de todos os módulos.

O MECI deu a conhecer as previsíveis datas das duas primeiras reuniões negociais que deverão ter lugar nos dias 5 de dezembro de 2025 e 14 de janeiro de 2026.

OUTROS ASSUNTOS EM DEBATE

Na segunda parte desta reunião com o MECI, a FNE aproveitou a oportunidade para apresentar um conjunto de pedidos de esclarecimento, devidamente formalizados através da entrega, em mão, ao Ministro da Educação e registados em ata, com o objetivo de obter respostas às seguintes questões:

1. Reposicionamento e progressão na carreira docente – Procedimentos relativos à operacionalização do reposicionamento nos termos da Portaria n.º 119/2018, de 4 de maio, e à consequente progressão na carreira (progressão após reposicionamento).
2. Apoios aos docentes colocados nas Escolas Portuguesas no Estrangeiro da Rede Pública (EPERP) – Situação dos apoios concedidos e respetivos critérios de aplicação.
3. Mobilidade por Doença (MPD) – Esclarecimentos sobre a situação dos docentes abrangidos por este regime que continuam sem resposta relativamente ao Atestado Médico de Incapacidade Multiuso (AMIM).
4. Ensino de Português no Estrangeiro (EPE) – Falta de resposta aos vários pedidos apresentados pela FNE sobre esta matéria, em especial após as declarações do Ministro dos Negócios Estrangeiros, que afirmou que "os professores no estrangeiro são a nossa prioridade". Tal afirmação não se tem traduzido em medidas concretas, persistindo a ausência de resposta aos ofícios enviados e ao pedido de reunião conjunta entre a FNE, o MNE, o Instituto Camões e o MECI.
5. Habilitações para o grupo 910 – Educação Especial – Persistência de dificuldades e necessidade de clarificação dos critérios aplicáveis.

A FNE aguarda que o MECI se pronuncie e clarifique, com a brevidade possível, cada um dos assuntos identificados, para os quais se impõe uma resposta célere e objetiva.

Foram ainda obtidas pela FNE as seguintes informações:

- Concurso extraordinário: na sequência do alerta apresentado pela FNE em 30 de outubro de 2025, relativamente à ausência de vagas no grupo 510 (Física e Química), o MECI informou que procederá à alteração da Portaria de vagas e, consequentemente, ao alargamento do prazo de candidaturas ao concurso por mais cerca de mais dez dias.

- Pagamento de horas extraordinárias e apoios à deslocação: será enviada às escolas uma informação do MECI destinada a clarificar os procedimentos a adotar.

- Concurso para Técnicos Especializados para Outras Funções (TEOF): o MECI prevê a sua realização em janeiro de 2026, abrangendo 1 406 técnicos especializados. Este calendário justifica-se pela necessidade de apuramento rigoroso das reais necessidades das escolas, de forma a assegurar um tratamento equitativo e a garantir que todas disponham dos recursos humanos necessários.





FNE assina Protocolo Negocial do Estatuto da Carreira Docente com o MECI

A FNE assinou na tarde de 19 de novembro de 2025, com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), o Protocolo Negocial que irá enquadrar a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD).

O Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, destacou à saída do encontro que "agora vamos finalmente avançar para a negociação, temos pela frente muito trabalho", sublinhando alguns aspetos relevantes relativamente à versão final do documento que irá orientar o processo negocial.

Algumas das matérias já identificadas pela FNE, apresentadas nas propostas enviadas ao MECI e que a Federação pretende ver incluídas no processo negocial, em conformidade com o disposto no n.º 2 do Art.º 2.º do Protocolo de Acordo assinado, abrangem aspetos essenciais, tais como: o reposicionamento e a correção das ultrapassagens na carreira; a revisão da idade e das condições de aposentação, designadamente através da criação de um regime especial; a revisão em alta dos índices remuneratórios; a definição de uma política de compensação salarial, fiscal e de apoios; a equiparação do topo da carreira docente ao topo da carreira técnica superior da Administração Pública; e, ainda, a necessidade de assegurar transparência, clareza e objetividade no articulado normativo, de modo a garantir um diploma compreensível e corretamente aplicado pela administração educativa, prevenindo situações de litigância que prejudicam o funcionamento do sistema e o bem-estar dos docentes.

A FNE registou positivamente a disponibilidade do MECI em apontar como data previsível de conclusão do processo negocial o ano de 2026, de modo a permitir que a publicação do novo ECD possa entrar em vigor em 2027.

O Protocolo negocial acordado, para a revisão do Estatuto da Carreira Docente, estabelece como objeto da negociação a negociação dos seguintes temas:

- Perfil geral do/a docente; direitos, deveres e garantias;

- Habilitação para a docência, recrutamento e admissão;

- Formação e desenvolvimento profissional;

- Organização do tempo de trabalho;

- Condições de trabalho;

- Revisão da estrutura da carreira docente e do estatuto remuneratório;

- Modelo de avaliação de desempenho.

A primeira reunião no âmbito deste processo negocial foi já agendada para o próximo dia 5 de dezembro 2025.

A FNE reiterou a sua total disponibilidade e determinação para que este processo resulte na valorização efetiva da profissão docente e na construção de um Estatuto que responda às necessidades das escolas, dos profissionais e do sistema educativo.

Neste contexto, a FNE e os seus sindicatos reafirmam a intenção de promover o maior número possível de reuniões, consultas, encontros e mecanismos de auscultação junto dos docentes, garantindo que as contrapropostas apresentadas são sólidas, representativas e verdadeiramente alinhadas com as expectativas e necessidades da profissão.

Só com um processo participativo e ancorado na realidade das escolas será possível construir um ECD que seja um instrumento efetivo de valorização social e salarial, capaz de atrair jovens para a docência, motivar os profissionais no ativo e recuperar o prestígio social da carreira docente.

A FNE acredita firmemente que este é um momento de oportunidade. Com diálogo sério, com determinação e com a participação dos docentes, será possível alcançar um Estatuto mais justo, moderno e valorizador. É com esperança e confiança que a FNE encara este processo negocial, certa de que juntos construiremos um futuro mais digno para a educação e para quem a faz acontecer todos os dias.





Primeira reunião entre a FSUGT e a CNEF sobre o novo CCT

Realizou-se a 19 de novembro, em São João da Madeira, a primeira reunião entre a Frente Sindical da UGT (FSUGT) e a CNEF, dando início ao processo de negociação do novo Contrato Coletivo de Trabalho (CCT), cuja vigência está prevista entre 1 de setembro de 2026 e 31 de agosto de 2028.

No âmbito das matérias em negociação, foram abordadas questões centrais como a criação de um novo nível remuneratório na Tabela A, os tempos de permanência em cada nível, a recuperação integral do tempo de serviço no ensino profissional e artístico, as condições de trabalho e o subsídio de alimentação.

Foram igualmente discutidas as Tabelas B, K e P, bem como as tabelas e estruturas remuneratórias dos trabalhadores não docentes.

A principal divergência registada nesta reunião prendeu-se com os constrangimentos apresentados pela CNEF relativamente aos aumentos salariais no ensino profissional e artístico. A CNEF justificou esta limitação com a forte dependência destes setores do financiamento estatal, que, segundo referiram, não tem sido atualizado há mais de uma década.

Relativamente ao CCT atualmente em vigor, foi consensual a necessidade de proceder à sua revisão, clarificação e simplificação, tanto no que respeita às matérias pecuniárias como às não pecuniárias.

A FSUGT considera que, apesar de a proposta apresentada pela CNEF ser ainda insuficiente e, em alguns aspetos, bastante distante daquela que a frente sindical apresentou, foram dados passos positivos e registados sinais de abertura de ambas as partes para a procura de soluções equilibradas.

A próxima ronda negocial terá lugar no dia 4 de dezembro, em Lisboa, ficando ambas as partes de apresentar novas propostas até à data.



1 EM CADA 3 ESTUDANTES NÃO SABE

a quem recorrer em caso de violência sexual e de género.*

Se alguém controla o que vestes, com quem falas ou te pressiona para fazer algo que não queres, se te goza por seres quem és, não respeita o teu 'não' ou te agride fisicamente, isso é violência.

Pede ajuda. Denuncia.

LINHA GRATUITA, ANÓNIMA E CONFIDENCIAL **800 202 148** | SMS **3060**

MAIS INFORMAÇÕES E APOIO EM **APF.PT**

#QUEBRA_O_CICLO

*Educação Sexual, igualdade de género e violência sexual e de género: os currículos escolares portugueses e os conhecimentos e atitudes dos/as estudantes, docentes e pais. ISMAI, IPPF EN, 2022

com o apoio de:

APF Associação para o Planeamento da Família

IPPF International Planned Parenthood Federation European Network

Cofinanciado pela União Europeia

CIG Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

OC Observatório Convivência Escolar

Campanha nacional de prevenção da violência sexual e de género nas escolas

Um em cada três estudantes não sabe a quem recorrer em caso de violência sexual e de género.

A Associação para o Planeamento da Família apresentou a campanha #QUEBRA_O_CICLO, uma iniciativa nacional de prevenção e sensibilização sobre violência sexual e de género, especialmente dirigida a jovens em contexto escolar.

Esta ação, apoiada pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e pelo Observatório da Convivência Escolar, integra-se num projeto financiado pela International Planned Parenthood Federation no âmbito do programa CERV (Citizens, Equality, Rights and Values).

Esta campanha visa informar, apoiar e mobilizar jovens para reconhecerem situações de violência, conhecerem os seus direitos e saberem onde pedir ajuda.

A divulgação da informação no espaço escolar pode ajudar a quebrar ciclos de violência, silêncio, medo ou desconhecimento.

Como implementar a campanha na sua escola

1. **Afixar os cartazes em formato A3 em locais visíveis e estratégicos da escola. Sugerimos as casas de banho por serem locais onde crianças e jovens podem parar e ler a informação com maior privacidade.**
2. **Partilhar a campanha nas plataformas da escola (ex: página web, redes sociais, etc) com #QUEBRA_O_CICLO**
3. **Divulgar a campanha junto das direções de turma e restante comunidade escolar. Promover projetos e trabalhos sobre a temática.**

Agradecemos desde já a vossa atenção e disponibilidade para acolher esta campanha na vossa escola, que representa não só um compromisso com a prevenção da violência, mas também uma afirmação clara do papel transformador da educação na construção de uma sociedade mais justa, segura e inclusiva.

Para qualquer dúvida ou pedido adicional, a nossa equipa está inteiramente disponível através do email **apfnorte@apf.pt** ou do contacto direto **222 085 869.**

Prevenção do abuso sexual infantil online

A União Europeia (UE) está a intensificar os seus esforços para combater o abuso sexual infantil. Os representantes dos Estados-Membros (EM) da UE chegaram a acordo, em 26 de novembro de 2025, sobre a posição do Conselho relativa a um regulamento para prevenir e combater o abuso sexual infantil.

A nova lei, uma vez adotada, impõe às empresas digitais a obrigação de prevenir a divulgação de material relacionado com o abuso sexual de crianças e a solicitação de crianças.

As autoridades nacionais competentes terão o poder de obrigar as empresas a remover e bloquear o acesso a conteúdos ou, no caso dos motores de busca, a retirar resultados de pesquisa.

A União Europeia (UE) está a intensificar os seus esforços para combater o abuso sexual infantil. Os representantes dos Estados-Membros (EM) da UE chegaram a acordo, em 26 de novembro de 2025, sobre a posição do Conselho relativa a um regulamento para prevenir e combater o abuso sexual infantil.

A nova lei, uma vez adotada, impõe às empresas digitais a obrigação de prevenir a divulgação de material relacionado com o abuso sexual de crianças e a solicitação de crianças.

As autoridades nacionais competentes terão o poder de obrigar as empresas a remover e bloquear o acesso a conteúdos ou, no caso dos motores de busca, a retirar resultados de pesquisa.

O regulamento cria também uma nova agência da UE, o "Centro da UE contra o Abuso Sexual de Crianças", para apoiar os EM e os prestadores de serviços em linha na aplicação da lei.

«Todos os anos, milhões de ficheiros que retratam o abuso sexual de crianças são partilhados online. E por trás de cada imagem e vídeo, há uma criança que foi vítima do abuso mais horrível e terrível. Isso é completamente inaceitável", defendeu Peter Hummelgaard, Ministro da Justiça da Dinamarca.

"Por isso, estou feliz que os EM tenham finalmente chegado a um acordo sobre um caminho a seguir, que inclui uma série de obrigações para os prestadores de serviços de comunicação combaterem a disseminação de material de abuso sexual infantil.»

Avaliação e mitigação de riscos

De acordo com as novas regras, os prestadores de serviços online serão obrigados a avaliar o risco de os seus serviços serem utilizados indevidamente para a divulgação de material relacionado com abuso sexual de crianças ou para a solicitação de crianças.

Com base nessa avaliação, terão de implementar medidas de mitigação para combater esse risco. Essas medidas podem incluir a disponibilização de ferramentas que permitam aos utilizadores denunciar abusos sexuais de crianças online, controlar os conteúdos sobre si que são partilhados com terceiros e definir configurações de privacidade predefinidas para as crianças.

Os Estados-Membros designarão autoridades nacionais («autoridades coordenadoras e outras autoridades competentes») responsáveis pela avaliação dessas avaliações de risco e medidas de mitigação, com a possibilidade de obrigar os prestadores a aplicar medidas de mitigação. Em caso de incumprimento, os prestadores poderão ser sujeitos a sanções pecuniárias.

Categorias de risco

O Conselho introduz três categorias de risco para os serviços em linha. Com base num conjunto de critérios objetivos (por exemplo, o seu tipo), um serviço será classificado como de risco elevado, médio ou baixo. Com base nesta categorização, as autoridades podem obrigar os prestadores de serviços online classificados na categoria de risco elevado a contribuir para o desenvolvimento de tecnologias destinadas a mitigar os riscos relacionados com os seus serviços.

Assistência às vítimas

As empresas online têm de prestar assistência às vítimas que pretendam que o material de abuso sexual infantil que as retrata seja removido ou que o acesso a esse material seja desativado. Para o efeito, as vítimas podem também solicitar o apoio do Centro da UE. O Centro da UE verificará, por exemplo, se as empresas envolvidas removeram ou desativaram o acesso ao(s) item(ns) que a vítima pretende que seja(m) retirado(s).

Atividades voluntárias dos prestadores

O Conselho também pretende tornar permanente uma medida atualmente temporária que permite às empresas – voluntariamente – analisar os seus serviços para detetar abusos sexuais de crianças. Atualmente, os prestadores de serviços de mensagens, por exemplo, podem verificar voluntariamente os conteúdos partilhados nas suas plataformas para detetar material de abuso sexual de crianças online, denunciá-lo e removê-lo.

Isto é permitido graças a uma isenção de certas regras específicas do setor das comunicações eletrónicas. Embora esta isenção deva expirar em 3 de abril de 2026, de acordo com a posição do Conselho continuará a ser aplicável.

Centro da EU – nova agência

A nova lei prevê a criação de uma nova agência da UE, o "Centro da UE contra o Abuso Sexual de Crianças", para apoiar a aplicação do regulamento.

O Centro da UE avaliará e processará as informações fornecidas pelos prestadores de serviços em linha sobre material relacionado com abuso sexual de crianças identificado nos serviços e criará, manterá e explorará uma base de dados para as denúncias que lhe forem apresentadas pelos prestadores. Apoiará ainda as autoridades nacionais na avaliação do risco de os serviços poderem ser utilizados para a divulgação de material relacionado com abuso sexual de crianças.

O Centro é também responsável pela partilha de informações das empresas com a Europol e os organismos nacionais responsáveis pela aplicação da lei. Além disso, criará uma base de dados de indicadores de abuso sexual de crianças, que as empresas poderão utilizar nas suas atividades voluntárias.

A posição do Conselho não estipula a localização do Centro da EU. Esta será decidida em conjunto com o Parlamento Europeu num procedimento separado. Com base neste acordo de 26 de novembro de 2025, o Conselho pode iniciar negociações com o Parlamento Europeu com vista a chegar a acordo sobre o regulamento final. O Parlamento Europeu chegou a uma posição em novembro de 2023.

Simplicare

A voz contra a burocracia.

Plataforma dedicada à recolha e sistematização de propostas
para simplificar e **desburocratizar o trabalho docente** nas escolas.

Participe AQUI



fne · AFIET · SYZN · SPZC · SDP SUL · SDPA · SPCL



O imperativo tecnológico

Façamos aqui um pequeno exercício sobre o advento das novas tecnologias, da Inteligência Artificial (IA) e das suas repercussões na sociedade e na educação em particular, envergando a capa do "agent provocateur".

A proliferação de informação, chamemos-lhe assim, não filtrada, através da utilização massiva das novas tecnologias, a exposição excessiva aos ecrãs, a utilização desmedida das redes sociais, onde prolifera a imbecilidade, bem como a relação dessa utilização com a crescente míngua vocabular e a paulatina regressão cultural traduz-se numa colossal dificuldade para qualquer sistema educativo.

Intromete-se em tudo isto a designada IA e a solução à la carte, à medida de cada dúvida, de cada necessidade particular. Olhamos, atónitos, para a potencialidade incomensurável da tecnologia e naquele que será o seu real papel na educação e na sociedade no futuro.

Deparamo-nos com um processo transitivo, externamente imposto, que nos catapulta para uma nova realidade no processo ensino aprendizagem. Esta nova realidade torna obsoleto o sistema vigente? ou que tende a torná-lo obsoleto? Não é líquido que esta pulsão tecnológica imparável torne o atual sistema obsoleto, contudo conduzirá nos próximos anos a alterações profundíssimas no processo ensino aprendizagem, a que nos teremos todos de adaptar.

Na realidade, não obstante desconhecermos ainda a dimensão de tal transformação, sabemos que nos encontramos perante um processo irreversível, estando conscientes de que é impossível impedir a aplicação crescente das novas tecnologias e da IA em todas as áreas da sociedade.

O sistema educativo não sendo alheio a este fenómeno de digitalização terá forçosamente de se adaptar, ou sucumbir. Dito de outra forma, é impossível parar o vento com as mãos.

Este vislumbre do futuro, que em certa medida também já é o presente, traz-nos desafios colossais, não só no âmbito estritamente pedagógico e na relação particular com os alunos, mas também no que concerne à essência e aos fundamentos da própria profissão docente.

Mas devemos enveredar pela digitalização total do sistema educativo, não deixando espaço para a dimensão humana e sensorial? Naturalmente que não. Há um equilíbrio que urge encontrar na escola, algures ao centro, como a virtude.

Não diabolizemos, nem menorizemos a importância das novas tecnologias e da IA, coloquemo-las apenas na sua posição relativa, ressaltando a sua ambivalência sem dramas.

Todavia, não me permito concluir este pequeno texto sem fazer uma pequena referência a um neurocientista francês, Michel Desmurgets, que tem se tem dedicado a estudar o impacto resultante da utilização massiva dos ecrãs e em geral das novas tecnologias, sobre o cérebro humano. Michel Desmurgets no seu livro *"A fábrica de Cretinos Digitais – Os perigos dos ecrãs para os nossos filhos"*, concluiu que, pela primeira vez na história da evolução humana, houve uma regressão cognitiva, "Após milhares de anos de evolução, o ser humano está agora a regredir em termos cognitivos e de capacidades intelectuais — por culpa da exposição excessiva a ecrãs."

António Pinho
Presidente do SDPM

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

24 NOV
2025

DIA NACIONAL DO TRABALHADOR DE APOIO EDUCATIVO / NÃO DOCENTE

Com a escola no coração



www.fne.pt

STAEZN STAE STAE

FNE assinala Dia Nacional do Trabalhador de Apoio Educativo/Não Docente

A Federação Nacional da Educação (FNE) a par dos seus três sindicatos (STAE Zona Norte, STAAE Zona Centro e STAESul e Regiões Autónomas) de Trabalhadores de Apoio Educativo/Não Docentes (Assistentes Operacionais, Assistentes Técnicos e Técnicos Superiores) celebrou a 24 de novembro o Dia Nacional do Trabalhador de Apoio Educativo/Não Docentes.

Esta data é uma ocasião para relembrar as principais reivindicações destes trabalhadores, em que se incluem a necessidade da valorização e dignificação das carreiras, a revisão da Portaria de Rácios, o combate efetivo a todas as situações de precariedade, salários dignos e o reforço destes recursos humanos, nas instituições de ensino, considerados imprescindíveis para o sucesso educativo e funcionamento das nossas escolas.

As reivindicações da FNE inserem-se numa valorização real de todos os Trabalhadores de Apoio Educativo, reiterando que há décadas que estes trabalhadores são esquecidos e ignorados pelos sucessivos governos, apelando assim à urgência da realização de processos negociais com vista à valorização das suas funções profissionais.

A FNE reforça que estes trabalhadores continuam a sentir-se "invisíveis", como sublinha a Internacional da Educação (IE) e que merecem o reconhecimento da sua carreira, porque "Os Funcionários de Escola também Educam" e são parte na construção do futuro.

FLYER DNTAE 2025 para download





DNTAE
Pedro Barreiros presente em iniciativa do STAEZN

Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE, marcou presença na tarde de 24 de novembro, na Régua, numa iniciativa organizada pelo STAEZN no âmbito do Dia Nacional do Trabalhador de Apoio Educativo/Não Docentes e da inauguração da delegação do STAEZN em Peso da Régua.

Esta iniciativa contou também com a participação do Presidente da Câmara de Peso da Régua, José Gonçalves, do Presidente da AFIET, João Dias da Silva, do Secretário-Geral da UGT, Mário Mourão e da anfitriã, Cristina Peixoto, Presidente do STAEZN, assim como de vários dirigentes do STAEZN.

Esta foi mais uma ocasião em que se reforçou as principais reivindicações destes trabalhadores, em que se incluem a necessidade da valorização e dignificação das carreiras, a revisão da Portaria de Rácios, o combate efetivo a todas as situações de precariedade, salários dignos e o reforço destes recursos humanos, nas instituições de ensino, considerados imprescindíveis para o sucesso educativo e funcionamento das nossas escolas.

Neste dia a FNE reiterou também que continuará ao lado de cada trabalhador e trabalhadora, em todos os contextos, fazendo ouvir a sua voz e lutando para que a escola seja um espaço de dignidade laboral e de realização pessoal.

Esta data celebra-se a 24 de novembro, pois foi esse o dia que, em 1999, ficou marcado como o dia dos Trabalhadores Não Docentes da Educação, devido à publicação do Decreto-Lei n.º 515/99 que aprovou o Regime Jurídico do Pessoal Não Docente, que estabeleceu um marco importante para a dignificação destes trabalhadores.





DNTAE 2025 - Mensagem da Presidente do STAEZN

Hoje, no **Dia Nacional do Pessoal Não Docente**, o STAEZN dirige uma mensagem de profunda gratidão a todas e todos os **Trabalhadores de Apoio Educativo.**

Vocês, que todos os dias, com dedicação e sentido de missão, mantêm viva, organizada e segura a nossa escola.

Cada um de vocês está presente em tudo o que a escola é e representa.

- Estão presentes no cuidado que oferecem aos alunos, na atenção que dão às famílias, na solução de problemas que resolvem antes que alguém se aperceba.
- Estão presentes no silêncio do vosso trabalho, mas sobretudo, estão presentes no impacto enorme que têm na vida de toda a comunidade educativa.

- Vocês são indispensáveis.
- Vocês são a força que sustenta o dia a dia das escolas.
- Vocês são o rosto da proximidade, da humanidade e da estabilidade que tantas crianças e jovens encontram no ambiente escolar.

E fazem tudo isto porque carregam a ***Escola no Coração*** — não apenas no discurso, mas no vosso compromisso diário.

Hoje queremos agradecer-vos de forma muito especial.

- Obrigado por cada esforço que não se vê, por cada tarefa que não é anunciada, por cada dificuldade que ultrapassam com profissionalismo.
- Obrigado pela paciência, pela resiliência e pela atenção que dedicam ao bem-estar de todos
- Obrigado por serem a base silenciosa, mas absolutamente essencial, da escola.
- Obrigado por terem sempre a ***Escola no Coração.***

Mas o nosso agradecimento não chega sozinho.

É também um **chamado à justiça e à valorização.**

É tempo de reconhecer plenamente as vossas carreiras, de valorizar os vossos salários, de reforçar os quadros das escolas e de garantir condições de trabalho dignas.
O vosso esforço merece respeito, reconhecimento e ação concreta — e é por isso que o STAEZN continuará a lutar, todos os dias, ao vosso lado.

Neste dia, desejamos-vos um **Feliz Dia do Pessoal Não Docente**, com o reconhecimento que tanto merecem.

O STAEZN continuará ao vosso lado, a defender o vosso valor, a lutar pelos vossos direitos e a afirmar, sempre, a importância do vosso trabalho.

Em nome do STAEZN, um sincero e profundo obrigado.

Hoje e sempre, seguimos juntos, com a ***Escola no Coração.***

A Presidente do STAEZN, Cristina Peixoto



DNTAE 2025 - Mensagem do Secretário-Geral da FNE

Mensagem do Secretário Geral da FNE

Dia Nacional dos Trabalhadores de Apoio Educativo - 2025

Neste Dia Nacional dos Trabalhadores de Apoio Educativo, a Federação Nacional da Educação celebra, com profundo reconhecimento, todas e todos aqueles que, diariamente, garantem o funcionamento das nossas escolas, contribuindo de forma indispensável para a qualidade da educação em Portugal.

Os Trabalhadores de Apoio Educativo (assistentes operacionais, assistentes técnicos, técnicos especializados e demais profissionais de apoio) são pilares essenciais das comunidades educativas. O seu trabalho, tantas vezes invisível para o poder político e sociedade, é absolutamente determinante, pois são estes trabalhadores que asseguram ambientes escolares seguros, inclusivos e organizados; apoiam alunos, docentes e famílias; mantêm o espaço escolar vivo, funcional e humano. São, na prática, guardiões da escola democrática e da igualdade de oportunidades.

Apesar desta importância, continuam a enfrentar condições laborais que não refletem o valor social do seu contributo: carreiras desajustadas, salários insuficientes, falta de recursos humanos e excesso de carga de trabalho. A FNE reafirma, por isso, o seu compromisso firme e inabalável na defesa dos seus direitos, na valorização das suas carreiras e na promoção de melhores condições de trabalho. Só com profissionais respeitados, motivados e reconhecidos podemos construir uma escola pública de qualidade para todos.

Hoje celebramos, mas também reivindicamos. Celebramos a dedicação, a responsabilidade e a competência destes trabalhadores; reivindicamos o justo reconhecimento que lhes é devido. A FNE continuará ao lado de cada trabalhador e trabalhadora, em todos os contextos, fazendo ouvir a sua voz e lutando para que a escola seja um espaço de dignidade laboral e de realização pessoal.

A todas e todos os trabalhadores de apoio educativo, o nosso profundo agradecimento.

Este é o vosso dia, e a FNE celebra o dia convosco, com orgulho e respeito.

Pedro Barreiros

Secretário Geral
Federação Nacional da Educação - FNE



O Impacto da Inteligência Artificial na Saúde Mental dos Professores

Nos últimos anos, a inteligência artificial (IA) tem ganho um papel cada vez mais relevante no setor da educação, apresentando-se simultaneamente como um instrumento de apoio e como um desafio adicional para os professores. Se, por um lado, a IA oferece novas ferramentas capazes de aliviar tarefas repetitivas e otimizar processos pedagógicos, por outro, a sua rápida integração no quotidiano escolar levanta questões importantes sobre o bem-estar emocional e psicológico dos profissionais de ensino. Assim, torna-se essencial analisar os impactos desta tecnologia na saúde mental dos professores, compreendendo tanto os benefícios quanto as pressões que ela pode gerar.

Um dos aspetos positivos da IA é a capacidade de automatizar tarefas administrativas, como a correção de exercícios objetivos, a elaboração de relatórios ou a organização de materiais didáticos personalizados. A redução do tempo gasto nestas funções pode aliviar parte da carga de trabalho que tradicionalmente pesa sobre os docentes. Este alívio pode, em teoria, contribuir para diminuir níveis de stress e permitir que os professores se concentrem em atividades que valorizam mais, como o acompanhamento individual dos alunos, a criatividade pedagógica e o desenvolvimento profissional contínuo. Para muitos, estas ferramentas representam uma oportunidade de equilibrar melhor a vida profissional e pessoal.

Contudo, a introdução acelerada de tecnologias baseadas em IA também tem provocado ansiedade e insegurança entre os professores. Uma das principais fontes de stress prende-se com a necessidade constante de atualização. A evolução tecnológica é rápida, e espera-se frequentemente que os docentes dominem novas plataformas, softwares e metodologias sem que lhes seja oferecida formação adequada ou tempo para se adaptarem. Esta pressão gera sentimentos de inadequação, medo de falhar e, em alguns casos, receio de que a própria função docente venha a ser desvalorizada ou parcialmente substituída por sistemas automatizados.

Outro fator relevante é a intensificação da vigilância e monitorização digital. Em algumas instituições, ferramentas de IA são utilizadas para avaliar o desempenho dos professores, analisar padrões de ensino ou recolher dados detalhados sobre as suas práticas. Embora estas aplicações possam ser úteis para identificar áreas de melhoria, também podem gerar um ambiente de constante escrutínio, contribuindo para uma sensação de perda de autonomia profissional. A perceção de que estão permanentemente observados pode aumentar a ansiedade e diminuir a motivação.

A interação com alunos também sofre transformações. A presença crescente de sistemas de tutoria inteligente e plataformas educativas automatizadas levanta dúvidas sobre o papel emocional do professor na sala de aula.

Alguns docentes receiam que a IA diminua o contacto humano, essencial para criar relações de confiança, motivar estudantes e identificar sinais de dificuldades emocionais ou comportamentais. Esta possível deslocação do foco humano para o tecnológico pode influenciar negativamente a perceção de propósito e identidade profissional, elementos fundamentais para o bem-estar psicológico.

Apesar dos desafios, muitas das consequências da IA na saúde mental dos professores dependem da forma como a tecnologia é implementada. Quando acompanhada de formação adequada, políticas claras e apoio institucional, a IA pode tornar-se uma aliada poderosa na redução do burnout docente. Ao contrário, quando introduzida de forma abrupta e sem diálogo com os profissionais, tende a intensificar sentimentos de sobrecarga e insegurança.

Em conclusão, a inteligência artificial representa uma transformação significativa na educação, trazendo potencial para melhorar o trabalho dos professores, mas também riscos que não devem ser ignorados. A preservação da saúde mental destes profissionais exige um equilíbrio cuidadoso: garantir que a tecnologia serve como apoio, e não como fator de pressão. Para tal, é essencial promover ambientes educativos que valorizem a formação contínua, a autonomia docente e o diálogo entre tecnologia e humanidade — elementos indispensáveis para um futuro educacional sustentável e saudável.

Greve Geral

11.DEZ.2025



CONTRA O ATAQUE AOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

SPZC SDP SUL SDPA SPCL STAZN STAE STAE fne UGT

Federação Nacional da Educação

OPORTUNIDADE DE CONSTRUIR O FUTURO

dezembro 2025

DEZEMBRO 2025

jornal fne

Federação Nacional da Educação





OPORTUNIDADE DE CONSTRUIR O FUTURO





ÍNDICE

3 - 4
EDITORIAL

5 - 26
AÇÃO SINDICAL

27 - 29
TEM A PALAVRA

30 - 31
PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

32 - 42
INTERNACIONAL

43
SAÚDE

FICHA TÉCNICA | DEZEMBRO 2025

Proprietário
Federação Nacional da Educação

Diretor
Pedro Barreiros

Produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro
Mário Jorge

Redação
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação
Rafael Marques

Sindicatos membros
- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo e Social do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS

FILIAÇÃO

EDITORIAL



De 2025 a 2026:
Consolidar o Progresso, Afirmar a Esperança

O final de cada ano é sempre um momento de balanço e simultaneamente de projeção do futuro. Na FNE, entramos em 2026 com um sentido renovado de responsabilidade e compromisso para com todos os profissionais da educação. A aprovação, por larga maioria, do nosso Plano de Ação e do Orçamento para 2026 constitui um sinal claro de confiança no rumo que definimos coletivamente. Estes documentos traduzem prioridades bem identificadas, assentam em propostas concretas e reforçam a determinação com que queremos enfrentar os desafios que persistem na educação.

O ano que agora termina foi também um período de importantes avanços. Reforçámos a nossa representatividade, aprofundámos o diálogo com os profissionais da educação e afirmámos os sindicatos da FNE como interlocutores credíveis, construtivos e determinados. Foi um ano em que conquistámos espaço, influência e capacidade de intervenção, sempre com o foco na defesa dos direitos dos trabalhadores e na melhoria das condições de trabalho nas escolas.

É neste contexto de fortalecimento que iniciamos o processo negocial para a revisão do Estatuto da Carreira Docente. Trata-se de um momento decisivo, aguardado há demasiado tempo, e que exige seriedade, bom senso e uma verdadeira abertura ao diálogo. A FNE parte para estas negociações com a convicção de que só uma carreira valorizada, coerente e atrativa pode garantir às escolas os docentes de que necessitam.

Defendemos soluções que respondam aos problemas reais: a falta de professores, a estagnação salarial, a complexidade dos processos avaliativos, a correção de injustiças e a urgência de condições de trabalho dignas e estáveis.

Mas o nosso compromisso não se esgota nos docentes. Também os Trabalhadores de Apoio Educativo aguardam, com inteira justiça, o rápido início de um processo negocial que os valorize e reconheça. A FNE continuará a insistir para que estas negociações avancem sem mais delongas. Não pode haver uma escola de qualidade sem profissionais respeitados, qualificados e justamente enquadrados na sua carreira.

O ano 2026 trará, certamente, exigências e momentos de grande intensidade. Mas traz, sobretudo, oportunidades. Oportunidades de construir, através do diálogo social e da força coletiva, melhores condições para quem trabalha e melhor educação para o país. A FNE estará, como sempre, ao lado dos profissionais da educação, firme na defesa dos seus direitos e incansável na procura de soluções.

Que 2026 seja um ano de paz, de esperança e de boas conquistas. Que possamos afirmar, com orgulho, que continuamos a avançar na construção de uma escola mais justa, humana e respeitadora de todos os que nela trabalham.

A todos, os meus votos de um excelente ano novo.



Pedro Barreiros
SECRETÁRIO-GERAL DA FNE

2025

o ano em imagens

O ano de 2025 foi mais um ano constituído de desafios e conquistas para a FNE. Um ano que reforçou ainda mais o nosso compromisso com uma ação sindical assertiva e responsável e com propostas para uma Educação de qualidade com Docentes e Pessoal de Apoio Educativo respeitados e valorizados. Recordamos aqui em imagens alguns dos destaques mais importantes de cada mês de um 2025 que teve muitos mais momentos que, apesar de não aparecerem nestas páginas, ficam na luta diária de todos por uma educação melhor.

FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

Janeiro



Webinar de celebração do Dia Mundial da Educação



Conferência sobre Convivência Escolar



Jornadas da Educação em São Tomé

Fevereiro

Acordo CCT com União das Mutualidades Portuguesas





Reunião com MECI sobre Mobilidades

Reunião Sindical Nacional online sobre ECD



Março



Celebração do Dia da Mulher



Acordo com MECI sobre DL da MpD



Conselho Geral da FNE

Abril

Apresentação do Roteiro para a Legislatura 2025-2029





Vencedores do Concurso Era uma vez...o 1º Maio



Assinalámos Abril

Maio



Acordo de revisão do CCT com CNIS



Webinar do Dia Mundial do Trabalhador de Apoio Educativo



Celebrámos o 1o Maio junto da UGT

Junho

Apresentação do Roteiro TAE para as Autárquicas





Consulta Nacional de fim de ano letivo

Assinalámos o Dia Mundial do Ambiente



Julho



Secretariado Nacional e Conselho Geral no Luso



Conferência de Imprensa de balanço do ano letivo



Reunião com MECI sobre RJIES (Ensino Superior)

Agosto



Assinatura do Acordo de revisão do CCT com União das MIsericórdias Portuguesas



Reunião com MECI sobre DL 51 e 57A



Reunião com MECI sobre Recrutamento extraordinário de docentes

Setembro



Secretariado Nacional da FNE



Dia Internacional da Limpeza Costeira - Açores



FNE na cerimónia de abertura do novo ano letivo

Outubro

Consulta Nacional sobre abertura do ano letivo





Assinalámos o Dia Mundial do Professor

Campanha EM DUAS PALAVRAS



Novembro



Assinatural do Protocolo Negocial do ECD



43º Aniversário da FNE



FÓRUM FNE 2025



Dia Nacional do Trabalhador de Apoio Educativo

Dezembro

Greve Geral





Reuniões com CNEF e CNIS

Primeira etapa negocial com MECI sobre ECD



Greve Geral

11.DEZ.2025



CONTRA O ATAQUE AOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

SPZC SDP SUL SDPA SPCL STAZN STAE STAE fne UGT

Greve geral parou o país

11 de dezembro chegou e o país parou com uma Greve Geral em que a FNE esteve ao lado da UGT desde o primeiro dia e que se refletiu na presença conjunta em algumas iniciativas de norte a sul de Portugal.

Segundo números apurados pela FNE junto dos seus Sindicatos ao longo de todo o dia 11 de dezembro, cerca de 90% das escolas portuguesas não abriram portas para receber alunos, docentes e trabalhadores de apoio educativo.

No Porto, o Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros esteve junto ao AE Alexandre Herculano onde assinalou a greve afirmando que "na zona norte quase toda a totalidade das escolas estão fechadas por adesão dos professores e dos trabalhadores de apoio educativo que desta forma dão uma resposta cabal às alterações laborais que o governo pretende impor. Por isso importa a partir do dia de hoje encontrar um novo caminho de forma a que qualquer reforma que venha a acontecer seja acolhida e bem aceite pelos trabalhadores. Este é o desafio que o governo tem. Não aceitamos que a reforma seja feita a qualquer preço e que seja feita com caráter político para deixar uma marca. Os governos passam e os trabalhadores ficam e todos queremos ter futuro e dignidade na nossa profissão".



A FNE também marcou presença em Lisboa onde a Secretária Nacional da FNE e Presidente do SDPGL, Maria José Rangel, acompanhou Mário Mourão, Secretário-Geral da UGT, numa ação na Escola Passos Manuel.



Em Évora, a Vice-Secretária-Geral da FNE e Presidente do SDPSUL, Josefa Lopes, marcou também presença junto de uma das várias escolas fechadas na cidade, alertando para os problemas que a proposta de pacote laboral apresenta para os trabalhadores portugueses.



Na Zona Centro do país cerca de 80% das escolas encerraram. Rui Moreira, membro do Secretariado Nacional da FNE e dirigente do SPZC assinalou estes dados junto a um desses estabelecimentos de ensino.



Esta foi uma greve geral nacional convocada pelas duas maiores centrais sindicais (UGT e CGTP) contra as reformas laborais propostas pelo governo, consideradas pelos sindicatos como prejudiciais aos direitos dos trabalhadores e que contou com a participação de milhões de trabalhadores.

Os principais impactos sentiram-se ao nível de muitos serviços públicos que pararam ou ficaram muito reduzidos — os transportes (comboios, metro, aviões), escolas e vários serviços de saúde sofreram grandes interrupções e foram cancelados voos e aulas.

Esta foi a primeira greve geral portuguesa com grande adesão desde 2013, focada nas mudanças ao Código do Trabalho propostas pelo executivo.



Uma decisão acertada há muito reivindicada pela FNE

A FNE saudou a decisão anunciada a 5 de dezembro pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), através da Nota Informativa n.º 12 / IGeFE / 2025, que veio finalmente corrigir a fórmula de cálculo do valor da hora de serviço docente extraordinário, alinhando-a com o entendimento já clarificado pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP).

Trata-se de uma decisão justa, rigorosa e há muito reivindicada pela FNE, que repõe equidade no pagamento do trabalho acrescido realizado pelos docentes, garantindo que cada profissional é remunerado de acordo com as normas estabelecidas no Estatuto da Carreira Docente (ECD).

Reposição da legalidade e justiça no cálculo das horas extraordinárias

Esta medida constitui um passo fundamental para assegurar que os docentes recebem a compensação devida, incluindo os acréscimos previstos no artigo 62.º do ECD: 25% para a primeira hora semanal e 50% para as subsequentes, eliminando assim interpretações divergentes que, durante anos, originaram injustiças e pagamentos inferiores ao que a lei determina.

A partir deste momento, todas as escolas ficam obrigadas a aplicar as fórmulas corretas, quer para o serviço extraordinário não letivo, baseado no período normal de trabalho de 35 horas semanais, quer para o serviço extraordinário letivo, calculado com base na componente letiva definida para cada nível de ensino.

Simplificação de procedimentos e maior eficiência administrativa

A FNE regista igualmente como positivo o processo de simplificação administrativa, passando o registo no SIGRHE a ser o único procedimento obrigatório, com transmissão automática da informação ao IGeFE. Esta medida reduz burocracia e liberta as escolas para se concentrarem no essencial: a educação.

Retroativos até 2018/2019: uma resposta que se impunha

A correção da fórmula com efeitos retroativos ao ano letivo de 2018/2019 constitui uma decisão de inteira justiça para milhares de docentes que, ao longo dos últimos anos, viram o seu trabalho extraordinário ser pago de forma incorreta. O facto de o IGeFE disponibilizar às escolas os montantes apurados centralmente facilitará o processo e permitirá um pagamento mais célere e transparente.

Um avanço importante, mas ainda há caminho a fazer

A FNE reconhece esta medida como uma decisão acertada, que valoriza o trabalho docente e corrige uma prática injusta que perdurou demasiado tempo. Contudo, reafirma que continuará vigilante e empenhada em acompanhar:

- A aplicação rigorosa das novas fórmulas por todas as escolas;
- O processamento integral e atempado dos retroativos;
- O respeito por todos os direitos laborais dos profissionais da educação.



FNE alertou para violência e falta de condições de trabalho nas nossas escolas

A FNE alertou em comunicado enviado aos órgãos de comunicação social, que ao longo dos últimos meses, através do Observatório da Convivência Escolar, tem recebido diversos relatos de indisciplina e violência ocorridos nas escolas e nas suas imediações. A mais recente denúncia, pela sua gravidade, reforça a urgência de dar a conhecer à sociedade a realidade vivida por muitos docentes, trabalhadores de apoio educativo e alunos. Eis o relato da FNE:

"Uma escola do 1.º ciclo situada numa zona periférica do país viveu recentemente um episódio grave que evidencia problemas estruturais que persistem noutros estabelecimentos de ensino: ausência de condições de segurança, escalada de indisciplina e violência, desproteção dos profissionais e inexistência de respostas eficazes por parte das entidades competentes.

Numa turma de múltiplos anos, onde leciona apenas um docente titular com apoio pontual de outra professora, repetem-se desde o início do ano letivo situações de desrespeito, agressividade e completa recusa de trabalho por parte de um aluno. Apesar das advertências, contactos com o respetivo encarregado de educação e registos formais em plataforma digital, o comportamento persistiu e agravou-se.

Após nova ocorrência de indisciplina, a situação atingiu um nível de gravidade extrema quando familiares do aluno, ao serem informados do sucedido, dirigiram insultos e ameaças graves à docente, incluindo ameaças de integridade física. Estas agressões verbais ocorreram tanto por via telefónica como presencialmente, na escola, na presença de funcionárias e outros profissionais.

Perante o cenário de risco, foi solicitada a intervenção das autoridades policiais para garantir a saída em segurança da docente, tendo sido comunicado que não havia meios disponíveis para o efeito. A situação tornou-se tão crítica que a direção do agrupamento decidiu encerrar temporariamente o estabelecimento no dia seguinte, por falta de condições de segurança.

Apesar da retoma das atividades letivas no dia subsequente, a presença policial limitou-se ao momento de entrada dos alunos, não garantindo a necessária proteção continuada num contexto já identificado como de risco. A docente, acumulando episódios semelhantes desde o início do ano letivo e sem qualquer solução apresentada pela direção do agrupamento, viu-se obrigada a cessar funções temporariamente por incapacidade decorrente da situação de violência".

Com este exemplo a FNE considera que importa sublinhar que este caso não é isolado. De acordo com registos internos, a mesma turma teve, no ano anterior, uma sucessão excecionalmente elevada de docentes titulares e de atividades de enriquecimento curricular, revelando que o problema é estrutural e prolongado.

Não se pretende alarmar, nem tampouco generalizar a situação; contudo, não podemos deixar de dar visibilidade a um caso que sabemos repetir-se em diversas escolas e regiões do país, muitas vezes relatado à FNE sob pedido de confidencialidade ou anonimato.

A FNE EXIGE RESPOSTAS E MEDIDAS IMEDIATAS

Este episódio é apenas um exemplo da realidade de demasiadas escolas, onde a indisciplina se encontra fora de controlo e as agressões psicológicas e físicas contra profissionais se têm tornado recorrentes. As autoridades não dispõem de meios para garantir segurança em tempo útil e as direções das escolas carecem de recursos para assegurar ambientes de trabalho seguros, enquanto os docentes, trabalhadores de apoio educativo e alunos continuam desamparados e expostos a riscos inadmissíveis.

A FNE considera urgente que o Ministério da Educação, Ciência e Inovação, as autarquias e as forças de segurança reconheçam a gravidade desta realidade e adotem medidas eficazes que garantam a segurança e as condições de trabalho de quem assegura diariamente o direito à educação e de quem aprende.

Nenhuma escola pode funcionar em clima de medo.

Nenhum professor pode ser deixado sozinho perante ameaças.

Nenhum aluno pode aprender num ambiente marcado por violência.

A sociedade não pode aceitar esta situação.

Privado e Social - Reuniões com CNEF e CNIS marcaram o mês

FSUGT e CNEF com avanços sobre revisão do CCT

A 4 de dezembro, a Frente Sindical da UGT (FSUGT) reuniu com a CNEF - Confederação Nacional de Educação e Formação (escolas privadas, escolas profissionais e todas as que contratam docentes e educadores) em Lisboa, para discutir as condições salariais a vigorar entre 2026-2028 e outras questões relativas à revisão do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT).



Deste encontro saiu entendimento sobre algumas matérias como o subsídio de alimentação, a recuperação do tempo de serviço e a necessidade de clarificação do atual CCT com ambas as partes a apresentarem as suas contrapropostas no próximo encontro.

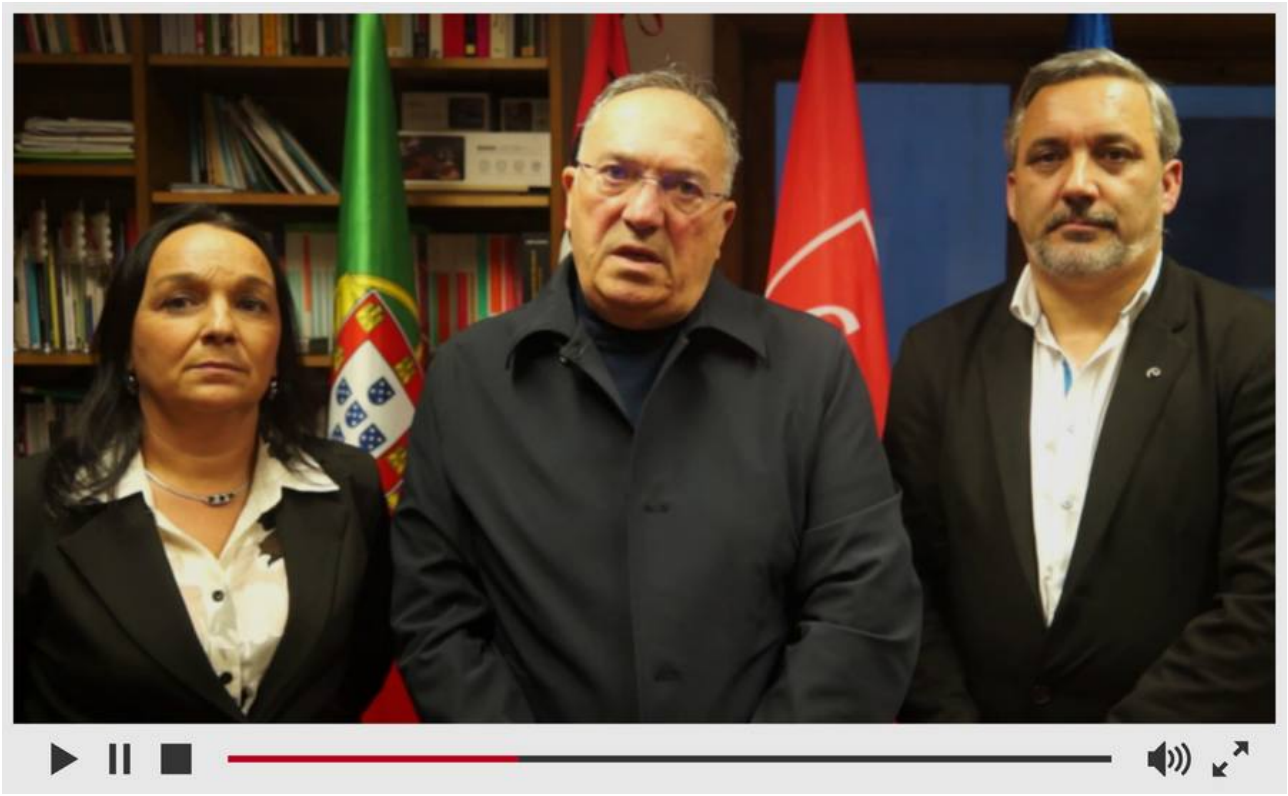


Primeira reunião com CNIS sobre revisão do CCT

O Porto, mais precisamente a sede da FNE, recebeu a 9 dezembro a primeira reunião entre a FSUGT/FNE com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) para revisão do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT).

Neste encontro ficou definido o calendário negocial e foram clarificadas algumas matérias que fazem parte da proposta negocial. A carreira única, aumentos salariais e subsídio de alimentação foram temas em cima da mesa.

A próxima reunião ficou marcada para 9 de janeiro de 2026.





Ensino Português no Estrangeiro: Degradação, Estagnação e Secretismo

O presente ano letivo começou com um passo positivo pois finalmente deixou de ser exigida a discriminatória propina, exigida desde 2013, apenas nos cursos frequentados por alunos portugueses e lusodescendentes.

O fim da citada significou um aumento sensível do número de alunos na Alemanha e Suíça, os países maiores atingidos por essa medida, contrariando o boato de que a "propina" não tinha influência no número de inscrições, pois os pais "não se importavam" de pagar. Dado o número de inscrições ter aumentado ficou claro que esse pagamento tinha caráter desmotivante.

Porém, exceto este passo positivo, não há melhorias a registar no sistema, que está também a ser afetado pela falta de professores, com 25 horários por ocupar, havendo apenas a nível mundial 300 docentes em exercício.

Esta falta de professores deve-se principalmente ao facto de as condições de trabalho no Ensino Português no Estrangeiro (EPE) terem perdido toda a atratividade, sem estabilidade, sem carreira e vencimentos sem aumento desde 2009, recusando também o Instituto Camões pagar os subsídios de instalação e regresso, o que causa forte desmotivação, pois um professor que seja colocado no EPE terá de se endividar para suportar os custos da instalação, que superam o equivalente a três meses de vencimento.

Estes constrangimentos, aliados ao facto de se ter de fazer largas deslocações entre cursos para lecionar semanalmente alunos de todos os níveis de escolaridade sem qualquer redução de horário, levam a forte falta de candidatos para lecionar no sistema com consequências nefastas, pois caso um curso não tenha professor nos primeiros dois meses do ano letivo os alunos procuram outras atividades e não voltam a inscrever-se, conduzindo assim ao posterior encerramento do mesmo.

Outro fator muito preocupante é a existência de cursos a distância em localidades onde haja menos de 15 inscrições, cursos muitas vezes destinados a alunos em fase de alfabetização, para os quais são obviamente inapropriados.

O maior problema destes cursos é o secretismo que os rodeia, pois por parte da tutela, assim como os professores que os lecionam, reina um total silêncio sobre quantos alunos os frequentam, qual o nível dos mesmos, qual o grau de heterogeneidade dos grupos e se têm realmente alguma atratividade e continuidade ou se se revelam inadequados levando os alunos a desistência.

Isto porque para crianças e adolescentes aprenderem isolados em casa em frente de um écran está longe de ser interessante, sendo que além disso não foram criados quaisquer meios didáticos adequados a esse tipo de ensino.

É lógico que com este tipo de condições, a sobrevivência de um sistema de ensino que atualmente tem cerca de metade da dimensão original em 2010, último ano da tutela do Ministério da Educação, com mais de 600 professores e 55 mil alunos, se encontra fortemente ameaçada.

Embora o número de alunos tenha aumentado, se continuarem a faltar professores em breve esse número voltará a diminuir, pois se os cursos não funcionam os alunos desistem.

Todos estes problemas parecem não preocupar nem o Instituto Camões nem o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), os dois organismos que detêm a tutela do EPE. Desde 2019 que ambos se recusam a dialogar e negociar com os representantes sindicais, evitando assim questões onerosas, como o já muito atrasado aumento de vencimentos, permitindo que tanto qualidade de ensino como condições de trabalho se continuem a degradar, devido à estagnação reinante em tudo o que necessitaria de ser melhorado.

Uma das razões para tal indiferença poderá ser o facto da existência de uma "rede não apoiada" nos Estados Unidos, Canadá, Venezuela e Austrália, onde o Instituto Camões colocou Coordenadores de Ensino para ostensivamente fazerem junto das entidades locais e dos portugueses aí residentes a propaganda e venda dos manuais e de um certificado de competência linguística da vertente Português Língua Estrangeira.

Nesses países, o atual número de professores de Português supera os 600, sem vínculo laboral com o Instituto Camões ou com entidades portuguesas, sendo de responsabilidade exclusiva de associações ou escolas locais a contratação e remuneração de docentes.

Portanto, 600 docentes a custo zero para o Estado Português, que não os remunera nem tem quaisquer obrigações perante eles.

Esta é na verdade uma situação ideal para a tutela, pois ter professores a seu cargo não significa apenas pagar vencimentos, mas também obrigações com caixa médica, aposentação, licenças de maternidade… , todo um processo administrativo que neste caso não existe.

Será esta a razão pela qual o Instituto Camões, Instituição Pública, deixa degradar e estagnar o EPE, preferindo ter professores a custo zero num sistema no qual aufere lucro económico, confirmando assim as palavras da antiga presidente do Instituto, Ana Paula Laborinho, que em 2011 caraterizava o EPE como "não dando rendimento"?

Maria Teresa Soares
Secretária- Geral do SPCL

EM DUAS PALAVRAS:

SALÁRIOS DIGNOS.

Quem quer qualidade, valoriza quem trabalha!

TRABALHADORES VALORIZADOS, FUTURO GARANTIDO.

Quem quer bons Trabalhadores de Apoio Educativo tem de os remunerar devidamente. Não há qualidade na educação sem a valorização de quem a constrói todos os dias. Atrair, motivar e reter estes profissionais da educação exige respeito e esse respeito mede-se também pelo salário. Os países que valorizam a educação são os que melhor preparam o futuro. Portugal não pode continuar a ambicionar resultados de excelência pagando salários que não dignificam os profissionais da Educação.

MANIFESTO

Em duas palavras: Salários Dignos

A Educação é o pilar de qualquer sociedade democrática e justa. Sem Trabalhadores de Apoio Educativo (TAE) não há escolas a funcionar e não há qualidade no processo educativo. Contudo estes profissionais continuam a não ser valorizados como merecem, sujeitos a vínculos precários, carreiras desajustadas e remunerações que não refletem a exigência e a responsabilidade das funções que desempenham diariamente.

A FNE afirma com clareza: quem quer qualidade, valoriza quem trabalha. Valorizar os Trabalhadores de Apoio Educativo é investir na dignidade da escola pública, no sucesso e bem-estar dos alunos. Não há qualidade na educação sem salários justos e dignos, capazes de atrair profissionais, de motivar os que hoje asseguram múltiplas tarefas essenciais e de reter aqueles que, muitas vezes em condições adversas, continuam a acreditar na importância da sua missão.

Os países que respeitam todos os profissionais da educação são os que melhor preparam as novas gerações para os desafios do futuro. Em Portugal, é urgente romper com a lógica de pagar salários que não dignificam o trabalho de quem garante o bom funcionamento das escolas e apoia professores, alunos e famílias.

Reivindicamos:

- **Salários dignos e justos**, que reflitam a importância social e educativa dos trabalhadores de apoio.
- **Carreiras valorizadas e estáveis**, que reconheçam a dedicação, o esforço e a diversidade das funções desempenhadas.
- **Condições de trabalho humanas e motivadoras**, que permitam que estes profissionais exerçam a sua atividade com qualidade e respeito.

Sem trabalhadores valorizados, o futuro da escola pública está em risco.

Com trabalhadores respeitados, reconhecidos e dignificados, o futuro está garantido. A FNE reafirma o seu compromisso de lutar, com firmeza e determinação, para que a sociedade portuguesa e os responsáveis políticos compreendam esta verdade simples e inquestionável, que se resume em duas palavras: salários dignos.

Só com Trabalhadores valorizados, o futuro ficará garantido.



Conclusões da Conferência Global da IE sobre Inteligência Artificial

A Conferência Global da Internacional da Educação (IE) sobre Inteligência Artificial decorreu em Bruxelas, Bélgica, de 4 a 5 de dezembro de 2025, marcando o primeiro encontro global de organizações membros para explorar as oportunidades e os desafios apresentados pela Inteligência Artificial (IA) na educação e na investigação.

Sob o tema "Moldando o nosso futuro: sindicatos da educação liderando uma abordagem centrada no ser humano", as organizações membros reuniram-se para definir coletivamente a direção do trabalho da IE sobre IA nos níveis global e regional, ao mesmo tempo em que exploraram ações no nível nacional.

Esta nova tecnologia da IA desafia-nos a assumir o controlo sobre a forma como a IA irá funcionar nas nossas salas de aula, nas nossas escolas e nos nossos sindicatos. Para tal, precisamos de desenvolver uma literacia e fluência holísticas em IA e organizar-nos em defesa da democracia, da dignidade humana e do bem público.

A Conferência:

REAFIRMA as orientações estabelecidas pelas resoluções mais recentes do Congresso Mundial da IE "Tecnologia, inteligência artificial e o futuro da profissão docente" e "Recolha de dados e privacidade na educação".

Estas exigem uma abordagem centrada no ser humano, ética e baseada nos direitos em relação à IA — uma abordagem que garanta transparência, mitigue preconceitos, garanta a segurança das crianças, proteja a privacidade e salvaguarde a equidade e a qualidade da educação. Qualquer mudança tecnológica deve reforçar, e não enfraquecer, a missão democrática da educação pública.

CONGRATULA-SE com o Consenso de Santiago e o seu reconhecimento da relação aluno-professor como «património comum da humanidade e um farol de relacionalidade num contexto de crescente transformação digital, que deve servir a humanidade e não deve comprometer o papel essencial da socialização e da interação humana na educação». Só os educadores podem trazer a nuance humana, a empatia e a compreensão relacional essenciais ao ensino e à aprendizagem.

AFIRMA a necessidade da profissão docente assumir uma posição de liderança intelectual sobre como a IA pode ser aproveitada para reforçar a equidade, a inclusão e a qualidade da educação. Os professores estão numa posição única para liderar este esforço, mas precisam de confiança e apoio no seu julgamento profissional. A autonomia profissional dos professores deve ser garantida. É imperativo que tenham oportunidades de desenvolvimento e crescimento profissional.

APELA aos governos para que garantam que a profissão docente esteja representada em todos os processos de tomada de decisão relativos ao uso da IA no setor da educação e da investigação, conforme acordado no Consenso de Santiago. Somente por meio do diálogo político e social e da negociação coletiva podemos garantir que as necessidades cognitivas e socioemocionais dos alunos sejam salvaguardadas e os direitos profissionais dos professores protegidos.



INSTA os governos a estabelecerem legislação e quadros regulamentares de acompanhamento para a IA na educação e a disponibilizarem recursos para a criação de painéis de peritos para avaliar a adequação e a eficácia dos produtos em relação às normas de qualidade acordadas.

RECONHECE as desigualdades digitais entre e dentro dos países e a necessidade de apoiar as organizações membros na capacitação para definir políticas sobre IA na educação, de acordo com a nossa ética e normas profissionais.

SALIENTA que a utilização responsável da IA deve também ter em conta o seu impacto ambiental, garantindo simultaneamente os direitos humanos e laborais no desenvolvimento e na implantação de sistemas de IA para fins educativos e de investigação.

A conferência conclui com compromissos concretos e exequíveis sobre a forma como o trabalho será levado por diante a nível global e regional e **INCENTIVA** o Conselho Executivo a continuar a fornecer orientações sobre a estratégia da IE em matéria de IA;

• A IE a dar seguimento, a nível global, às cinco funções identificadas pelo Conselho Executivo:

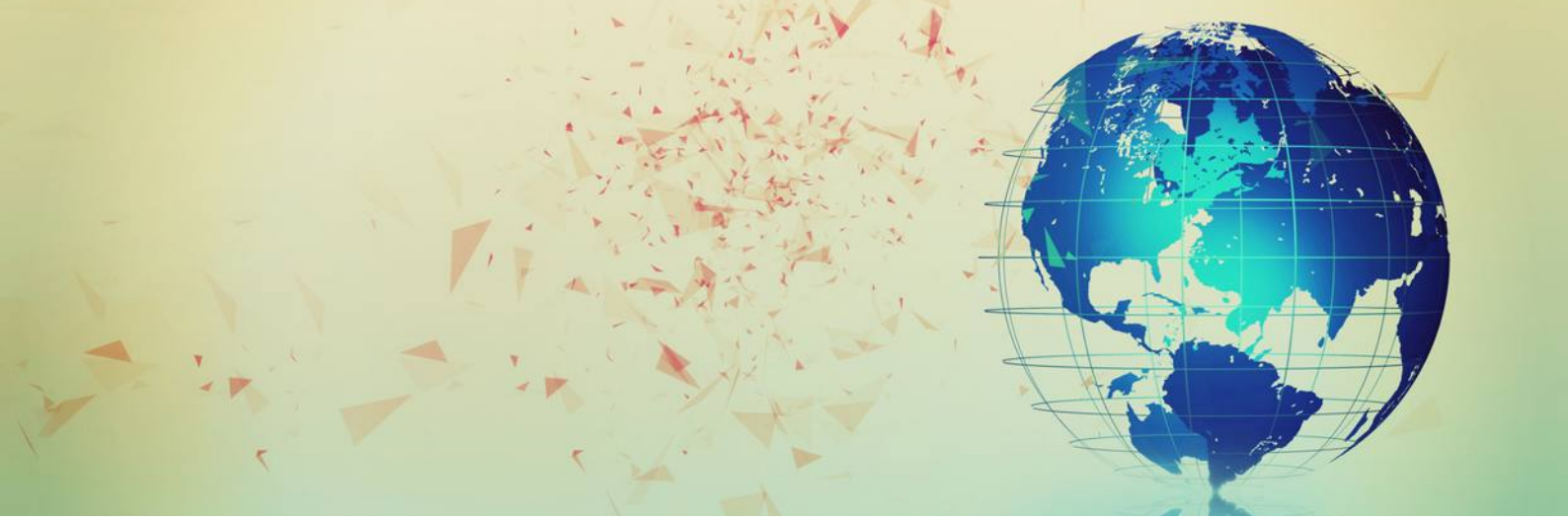
1. Convocação (como esta conferência),
2. Partilha de conhecimentos (incluindo a criação de uma rede),
3. Defesa
4. Capacitação e organização
5. Liderança inovadora

• **Os escritórios regionais da IE** a aproveitar os resultados das discussões regionais da conferência e avançar no trabalho sobre IA nas suas respetivas regiões;

• **As organizações membros** da IE a

- assumir a liderança no desenvolvimento e implementação de estratégias sobre o uso da IA na educação e pesquisa nos seus países, e a

- partilhar pesquisas, estratégias sindicais bem-sucedidas e ações de defesa de direitos com a IE, fortalecendo a solidariedade global, o poder de negociação coletiva e a ação conjunta para defender a educação como um dos pilares das sociedades democráticas.



Perspetivas da OCDE para a Política Educativa 2025: Formar ao longo da vida num mundo em transformação digital

A OCDE publicou em 28 de novembro de 2025 as suas "Perspetivas para a Política Educativa 2025 - Formar aprendentes ao longo da vida empenhados e resilientes num mundo em transformação digital". O relatório assinala que a aprendizagem ao longo da vida é essencial para construir sociedades inclusivas, resilientes e preparadas para o futuro. No entanto, a rápida digitalização e as mudanças demográficas estão a alterar a forma, o momento e o motivo pelo qual as pessoas aprendem ao longo da vida.

Este relatório explora o modo como os países e as economias podem fortalecer a capacidade de ação dos indivíduos como aprendizes ao longo da vida, apoiando as pessoas a assumirem um papel ativo na identificação, aquisição e aplicação de novos conhecimentos e competências em diversos contextos. Ele considera os aprendizes ao longo da vida como indivíduos que mobilizam a sua vontade, competências e meios para continuar a aprender e a adaptar-se.

O relatório identifica quatro momentos críticos da vida em que os indivíduos estão particularmente abertos à aprendizagem — ou em risco de desligamento — e em que um apoio político bem direcionado pode fazer a maior diferença: primeira infância, adolescência média a tardia, meio da carreira e aproximação da reforma.

Com base na análise de 230 políticas em 35 sistemas educativos, bem como em evidências internacionais e desenvolvimentos políticos, o relatório explora como os países concebem e implementam políticas de aprendizagem ao longo da vida. Ao fazê-lo, o relatório visa apoiar os países na promoção dos objetivos estabelecidos pela "Declaração da OCDE de 2022 sobre a Construção de Sociedades Equitativas através da Educação".

Primeira infância e adolescência

Num mundo de rápida transformação tecnológica, mudanças sociais e vidas mais longas, as pessoas precisam aprender, desaprender e reaprender ao longo de suas vidas. No entanto, apesar de décadas de reformas, a participação na aprendizagem além da educação inicial quase não melhorou. Dados da OCDE mostram que o envolvimento na aprendizagem de adultos permanece estagnado e os resultados da aprendizagem dos alunos diminuíram ou estabilizaram em muitos países.

Não basta simplesmente expandir as oportunidades educativas. O que diferencia os aprendizes ao longo da vida é a sua capacidade de orientar e sustentar a sua própria aprendizagem, mobilizando três elementos essenciais:

• **Vontade** – a curiosidade, a confiança e o propósito de continuar a aprender.
• **Competências** – as bases cognitivas, sociais e digitais para adquirir e aplicar novos conhecimentos.
• **Meios** – o tempo, os recursos e as redes que tornam a participação possível.

Este relatório analisa como os países podem apoiar a aprendizagem ao longo da vida em quatro momentos críticos da vida: primeira infância, início e meio da adolescência, meio da carreira e fim da carreira. Estas são fases em que os indivíduos estão especialmente abertos à aprendizagem ou em risco de desmotivação.

Com base em mais de 230 políticas de 35 países e economias, o relatório identifica escolhas estratégicas de conceção de políticas, bem como a forma como estas apoiam a vontade, as competências e os meios dos aprendentes. A análise das políticas e dos seus resultados levou à identificação de prioridades políticas fundamentais.

1 - Primeira infância (0 a 6 anos): Desenvolver a curiosidade e a confiança. A primeira infância estabelece as bases para a aprendizagem ao longo da vida. Durante esses anos formativos, as crianças desenvolvem as disposições que sustentam toda a aprendizagem posterior, como a curiosidade, persistência e motivação. As famílias e os educadores moldam essas experiências iniciais, enquanto as políticas fornecem estruturas coerentes e apoiam o acesso a serviços de qualidade. As políticas abordam esses elementos da seguinte forma:

• **Vontade** – Cultivar disposições e competências para a aprendizagem ao longo da vida.
• **Competências** – Promover o desenvolvimento cognitivo e socioemocional precoce; melhorar a qualidade para todos; aproveitar as ferramentas digitais e a sua disponibilização.
• **Meios** – Fortalecer o ambiente de aprendizagem em casa; garantir o acesso equitativo; apoiar a colaboração intersetorial.

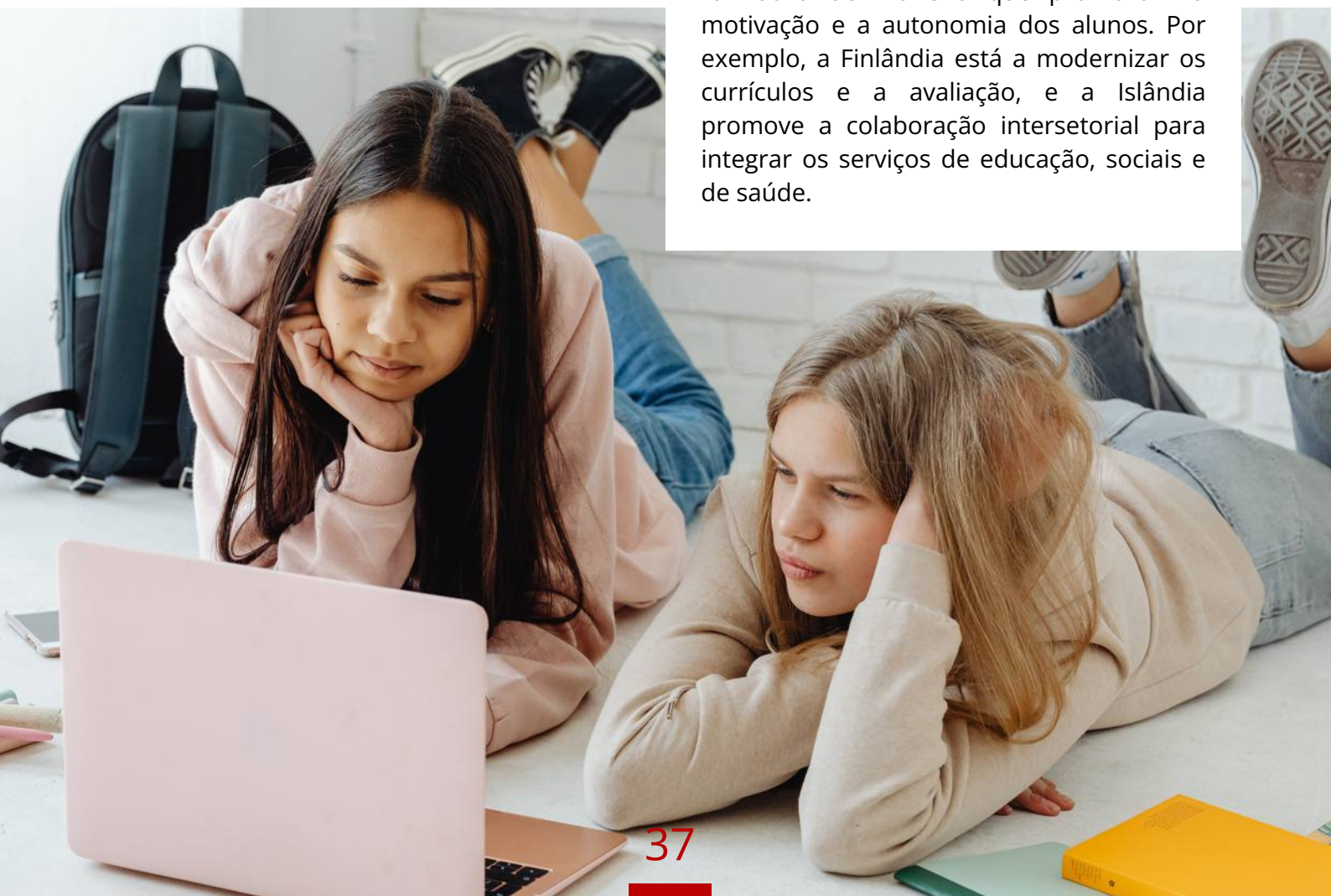
As prioridades políticas incluem apoiar a força de trabalho, para que tenha tempo dedicado, apoio e oportunidades de aprendizagem profissional para moldar ambientes que promovam a curiosidade, a criatividade e o crescimento socioemocional. O envolvimento da família também pode ser reforçado por meio de ações estruturadas de divulgação, orientação e parcerias. Os países também podem continuar a expandir o acesso, como na República Checa e na Espanha, para crianças de 0 a 3 anos e grupos vulneráveis.

2 - Início e meio da adolescência (10 a 16 anos): Moldando a identidade e o propósito. A adolescência é quando os alunos começam a definir quem são e o que valorizam. Eles precisam de perseverança, autorreflexão e capacidade de fazer escolhas informadas. No entanto, esta fase também acarreta um alto risco de desligamento da escola.

Ambientes que tornam a aprendizagem relevante, relacional e significativa, com práticas eficazes dos professores e relações de qualidade entre professores e alunos, podem sustentar a motivação e a autoconfiança dos adolescentes, com efeitos duradouros na aprendizagem ao longo da vida. As políticas abordam estes elementos da seguinte forma:

- **Vontade:** Cultivar a autonomia dos alunos; apoiar as competências sociais e emocionais.
- **Competências:** garantir práticas de ensino eficazes; desenvolver competências transversais.
- **Meios:** aproveitar a digitalização; reforçar a preparação e orientação profissional; apoiar a colaboração intersetorial.

As prioridades políticas incluem investir na aprendizagem profissional contínua e baseada na prática. Esta abordagem permite aos professores conectar novos currículos, ferramentas digitais e avaliação formativa de maneira que promovam a motivação e a autonomia dos alunos. Por exemplo, a Finlândia está a modernizar os currículos e a avaliação, e a Islândia promove a colaboração intersetorial para integrar os serviços de educação, sociais e de saúde.



Meio da carreira e reforma

3 - Meio da carreira (35 a 44 anos): Apoiar a flexibilidade e a mobilidade. A meio da carreira, os adultos enfrentam exigências concorrentes, como as do trabalho e da família, ao mesmo tempo que precisam de melhorar as suas competências ou requalificar-se. É mais provável que se envolvam na aprendizagem quando as oportunidades se alinham com as suas vidas e quando o seu esforço leva a resultados tangíveis, como reconhecimento ou progressão na carreira. Para capacitar os adultos a meio da carreira, os decisores políticos devem considerar o apoio financeiro, a flexibilidade estrutural e mecanismos de envolvimento fortes que removam barreiras. As políticas abordam estes elementos da seguinte forma:

- **Vontade:** Fortalecer a motivação e a agência por meio de direitos dos alunos; orientação e redes de pares ou comunitárias que reconstruam a confiança.
- **Competências:** Oferecer qualificações modulares e acumuláveis; apoiar a empregabilidade e a portabilidade; e desenvolver competências digitais e transversais para participar eficazmente na aprendizagem facilitada pela tecnologia.
- **Meios:** Apoiar o acesso e a participação através de financiamento previsível, orientação e ferramentas digitais; e reforçar as parcerias intersetoriais para partilhar custos, alinhar a formação com as necessidades do mercado de trabalho e alargar o alcance às pequenas e médias empresas (PME) e aos trabalhadores atípicos.

As **prioridades políticas** incluem a criação de oportunidades de aprendizagem curtas e adaptáveis, que se ajustem às responsabilidades pessoais e profissionais. As políticas devem também reforçar o reconhecimento e a garantia da qualidade, para que a aprendizagem — seja ela digital, modular ou no local de trabalho — conduza os alunos a qualificações transferíveis e valorizadas, que apoiem a mobilidade profissional e a resiliência.

Por exemplo, a Estónia desenvolveu um sistema que reconhece formalmente as competências adquiridas fora da educação formal, incluindo através do trabalho, do voluntariado e da aprendizagem informal. Da mesma forma, a Noruega oferece formação baseada no empregador em competências básicas e no local de trabalho, apoiada por subsídios governamentais. Tais abordagens podem ser particularmente relevantes em mercados de trabalho marcados por transições frequentes de emprego e mudanças de carreira.

4 - Aproximando-se da reforma (55 a 65 anos): Adaptar-se, contribuir e manter-se conectado. À medida que os adultos se aproximam da reforma, a aprendizagem ao longo da vida ganha um novo significado, pois os adultos preparam-se para as transições no trabalho e para a reforma. Confrontados com maiores riscos de desligamento, depreciação de competências e exclusão do mercado de trabalho, os adultos mais velhos beneficiam de oportunidades de aprendizagem que reforçam a adaptabilidade, reconstroem o propósito e a confiança que lhes permitem aplicar a sua experiência e competências de formas novas e significativas.

Para além da aquisição de novas competências, a aprendizagem na terceira idade ajuda os indivíduos a manter um sentimento de realização, participação social e contribuição para as suas comunidades. As políticas abordam estes elementos da seguinte forma:

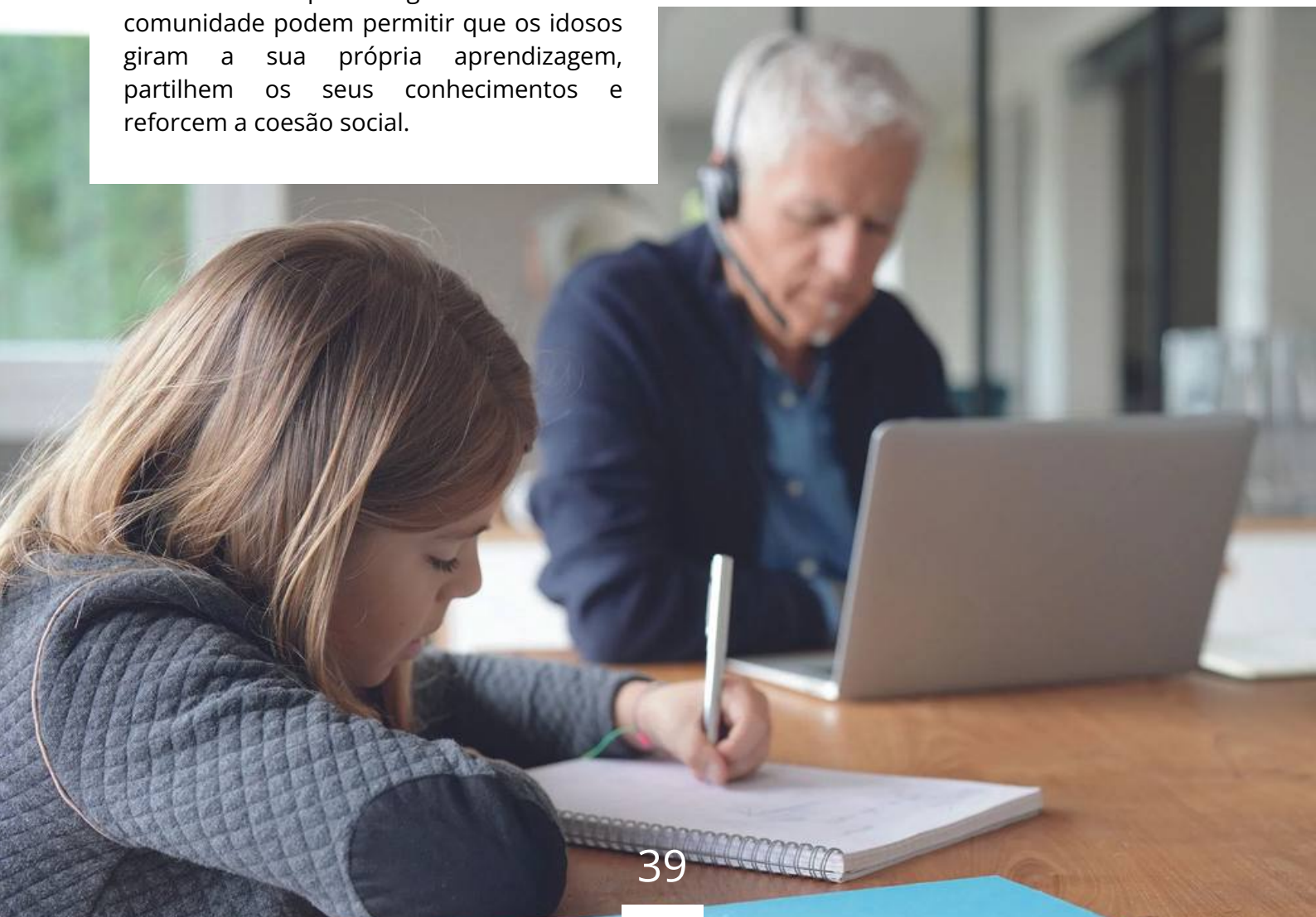
• **Vontade:** Incentivar o envolvimento contínuo e reconhecer o valor da experiência.
• **Competências:** Promover a requalificação e a requalificação profissional, a inclusão digital e a aprendizagem intergeracional.
• **Meios:** Alargar o acesso através de locais de trabalho adaptados aos idosos, incentivos personalizados e serviços coordenados de saúde, trabalho e educação.

As prioridades políticas incluem capacitar os idosos, reconhecendo a sua experiência e promovendo o envolvimento na aprendizagem ao longo da vida. As iniciativas de aprendizagem baseadas na comunidade podem permitir que os idosos giram a sua própria aprendizagem, partilhem os seus conhecimentos e reforcem a coesão social.

Os locais de trabalho desempenham um papel fundamental, valorizando a experiência e incorporando práticas inclusivas em termos de idade, tais como a mentoria, regimes de trabalho flexíveis e transferência de conhecimentos intergeracionais dentro da cultura organizacional. Estas práticas podem ser apoiadas por incentivos e por uma conceção cuidadosa dos recursos humanos. Criar uma cultura de aprendizagem ao longo da vida significa cultivar hábitos e instituições que tornem a aprendizagem esperada e valorizada.

Os países precisam de combinar padrões claros com a ação individual e a colaboração, mostrando que a aprendizagem ao longo da vida floresce quando a motivação, a capacidade e a oportunidade se reforçam mutuamente.

- **Consulte AQUI o relatório**





Teletrabalho e Direito a Desligar: um Acordo histórico para a educação

Após seis reuniões mais uma suplementar em Bruxelas, o Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) e a Federação Europeia de Empregadores da Educação (EFEE) assinaram, em dois de dezembro de 2025, o primeiro Acordo-Quadro europeu na área da educação, estabelecendo regras claras para o Teletrabalho e o Direito a Desligar. A FNE integrou a equipa negocial, que envolveu ainda um representante sindical da Croácia, Itália, Malta, Países Baixos e República Checa.

As reuniões formais decorreram de 27 de março a 22 de outubro do corrente ano e a assinatura oficial aconteceu por ocasião do plenário do diálogo social setorial europeu da educação, na capital belga. O Acordo garante que o teletrabalho é voluntário, nunca obrigatório, e assegura direitos e proteções iguais para todos os profissionais. Os empregadores devem fornecer equipamentos, respeitar a privacidade e abordar os riscos à saúde e à segurança.



Jelmer Evers, Diretor do CSEE, assina o Acordo

O Acordo também garante o direito a desligar, salvaguardando que não se espera que os professores respondam a solicitações dos seus superiores fora do horário de trabalho. Este marco reflete um compromisso sério com condições de trabalho modernas e justas, estabelecendo uma nova referência para o diálogo social na Europa.

O acordo nasceu de um compromisso comum de modernizar as condições de trabalho sem comprometer o bem-estar dos educadores. O teletrabalho é agora enquadrado como uma escolha voluntária, nunca uma obrigação, deve ser previamente acordado entre as partes e pode ser recusado sem que, por isso, os envolvidos sofram qualquer tipo de discriminação.

Os trabalhadores que optem pelo teletrabalho gozam dos mesmos direitos, proteções e oportunidades de carreira que os colegas que trabalham na escola. Os empregadores são responsáveis por fornecer equipamento e suporte técnico, respeitar a privacidade e a proteção de dados e abordar os riscos à saúde e segurança como, por exemplo, o isolamento e a tensão mental. A formação e os direitos coletivos continuam garantidos para todos.

A importância do direito a desligar

Igualmente impactante pode ser o direito a desligar. Ao se reconhecer a existência desse direito, não se espera mais que professores e profissionais da educação monitorem emails ou mensagens relacionados com a profissão fora do seu horário de trabalho. Esse princípio é apoiado por campanhas de consciencialização, práticas de comunicação interna e externa respeitosas e soluções tecnológicas que ajudem os educadores a manter um equilíbrio saudável entre a vida profissional e a vida pessoal.

Refletindo sobre esta conquista, Jelmer Evers, diretor do CSEE, sublinhou que «os profissionais da educação merecem a flexibilidade do teletrabalho sem a pressão de estarem permanentemente conectados. Este acordo tem a ver com confiança, justiça e a criação de condições em que os professores possam prosperar, tanto online como offline".

O diretor do CSEE relevou que "chegar a acordos através do diálogo social é mais importante do que nunca nesta era de polarização, pois reflete o que a Europa é e deve ser. O apoio da Comissão Europeia também é aqui essencial para reunir trabalhadores e empregadores de toda a Europa à mesma mesa».

Com este Acordo pioneiro, o CSEE e a EFEE estabeleceram uma nova referência para o diálogo social europeu na educação. Os parceiros nacionais terão agora a possibilidade de adaptar e implementar estas medidas, garantindo que os professores e educadores europeus possam adotar ferramentas digitais, salvaguardando simultaneamente os seus direitos e o seu bem-estar. O representante da FNE nesta negociação foi Joaquim Santos.

Como gerir os riscos da digitalização?

Podemos prevenir e gerir os riscos relacionados com a crescente digitalização do ambiente de trabalho.

Veja como:

- **Adote uma abordagem centrada no ser humano e com o ser humano no comando.**
- **Garanta uma igualdade de acesso à informação para empregadores, gestores, trabalhadores e os seus representantes.**
- **Consulte os trabalhadores e seus representantes e incentive a sua participação nas decisões relativas ao desenvolvimento, implementação e uso de tecnologias e sistemas digitais.**
- **Mantenha a transparência sobre o funcionamento das ferramentas digitais e sobre seus principais benefícios e desvantagens.**
- **Promova uma abordagem holística - visão integral e um entendimento geral dos fenómenos, promovendo o bem-estar - na avaliação das tecnologias digitais e nos seus efeitos sobre os trabalhadores e a sociedade como um todo.**

Uma abordagem inclusiva com humanos no comando é fundamental para a transformação digital.

As tecnologias digitais devem apoiar (mas não substituir) o controle e as decisões humanas, ou a consulta e participação dos trabalhadores. O *design*, o desenvolvimento e o uso de sistemas digitais com humanos no comando permitem que eles apoiem os trabalhadores, mantendo o controle nas mãos dos humanos. Isso garante que características como compaixão, empatia e preocupação com os trabalhadores não sejam substituídas pela tomada de decisões por computador.

Questões de segurança e saúde também devem ser consideradas na fase de *design*, envolvendo programadores e desenvolvedores desde o início. Igualmente importante é aprimorar a alfabetização digital entre trabalhadores e empregadores, promovendo qualificação e desenvolvimento de habilidades para aplicações digitais. Isso permite que eles compreendam melhor os sistemas digitais, bem como os riscos e as oportunidades que eles oferecem.

Fonte: Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho



A FNE deixa uma palavra de esperança, reconhecimento e gratidão a todos os profissionais da Educação, que todos os dias constroem, com dedicação e coragem, o futuro do nosso país.

Federação Nacional da Educação



www.fne.pt